

MARISTELA FERRARI

**INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NA ZONA DE
FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA: O EXTREMO OESTE
DE SANTA CATARINA E PARANÁ E A PROVÍNCIA DE
MISIONES (SÉCULO XX E XIX)**

Florianópolis, (SC), março de 2011

MARISTELA FERRARI

**INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NA ZONA DE
FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA: O EXTREMO OESTE
DE SANTA CATARINA E PARANÁ E A PROVÍNCIA DE
MISIONES (SÉCULO XX E XIX)**

Tese apresentada à Banca examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal de Santa Catarina,
como exigência parcial para obtenção do
título de Doutor (a) em Geografia.

**Dr^a Leila Christina Dias
Orientadora**

Florianópolis, (SC), março de 2011

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de uma enorme teia de contribuições recebidas na trajetória de sua construção. São muitas e de diferentes origens as contribuições recebidas para esta pesquisa, por isso é muito importante agradecer, embora agradecimentos não sejam suficientes para expressar aqui em palavras a profunda gratidão e o carinho que sentimos pelas inumeráveis pessoas que direta ou indiretamente participaram deste trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora Professora Leila Christina Dias, não apenas pela sua orientação, mas também pela sua amizade, paciência, sensibilidade e compreensão durante os momentos difíceis que atravessei. A ela devo mais do que o auxílio nas conquistas acadêmicas: foi um dos melhores encontros que a vida me proporcionou. Em segundo lugar devo agradecer ao CNPq, que me concedeu uma bolsa de estudos através do PPG em Geografia da UFSC, sem a qual a pesquisa não teria sido realizada. Agradeço também à CAPES por me conceder bolsa de estudo para realizar o estágio sanduíche entre outubro de 2008 e julho de 2009 na *Université de Pau et des Pays de L'Adour*, França, pelo Programa CAPES\COFECUB, que nos proporcionou excelente oportunidade de estágio e rica experiência acadêmica.

Agradeço também ao meu coorientador francês, Professor Vincent Berdoulay, não apenas pela sua orientação, mas também pela sua paciência com minhas dificuldades iniciais, principalmente aquelas ligadas à língua e adaptação à cultura de outro país. Agradeço também seu incentivo para que eu rompesse barreiras e participasse de eventos da ciência francesa, como o *77^e Congrès de l'Acafs*, na *Université d'Ottawa* - Canadá, uma experiência acadêmica muito rica vivida graças ao Programa de Cooperação franco-brasileiro CAPES\COFECUB. Agradeço também todo apoio recebido do Professor Paulo César da Costa Gomes para a realização do estágio sanduíche. A ele meus sinceros agradecimentos pelas suas valiosas sugestões que me fizeram refletir muito sobre certos posicionamentos diante do novo. Meus agradecimentos especiais também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC e da *Université de Pau et des Pays de L'Adour*, França em especial a Nicole Lompré, Cecilie Tesson e Abel Kouvouama. Agradeço também a Professora Lia Osório Machado,

da UFRJ, que desde a defesa de meu mestrado tem contribuído para a pesquisa. Ao Professor Rogério Haesbaert, da UFF, pelas contribuições recebidas durante minha qualificação. Além de agradecer, reverencio a memória da Professora Cécile Raud, pelas ricas sugestões desde a qualificação e defesa do mestrado até minha qualificação de doutorado, mas que infelizmente partiu deixando uma lacuna difícil de preencher.

À Lia Rosa Leal, minha revisora com quem continuo a aprender a arte de escrever. Aos colegas e amigos de doutorado, em especial a Giseli Lima, Germana Ponce de Leon, Soraya Nor, Adriana Dorfmann, pelo compartilhamento de ideias relacionadas à pesquisa. Agradeço também aos colegas da *Université de Pau Et Des Pays De L'Adour* pelo apoio e idéias trocadas durante meu estágio sanduíche. Aos amigos e amigas que fiz em Pau, em especial aqueles da *Aumoneri*: Fernando, Jean-Pierre, Miguel, Daniel, Gaspar, Christian, Flór, Sofia, Adelina, Lúcia e Moysés. A *Aumoneri* é um espaço da igreja católica francesa destinado aos estudantes estrangeiros, onde durante todo estágio sanduíche tive o privilégio de conviver com pessoas de diferentes países que compartilhavam verdadeiras aulas de geografia, uma experiência que sem dúvida deixou um saldo positivo que me acompanharão por toda a vida. Agradeço também a todos os amigos e amigas de Chapecó e Florianópolis, em especial a Rosa Salete Alba, a Cristina Otsuschi, João, Lourdes e Cledi pelo apoio recebido. Agradecimentos especiais a toda minha família pela ajuda e também por entender, em parte, meu isolamento e meu distanciamento, mesmo em momentos difíceis. A minha mãe e ao meu avô, pelas muitas acolhidas durante a pesquisa de campo, a minha irmã Fabiane, por todas as vezes que se prontificou em me ajudar de diferentes maneiras, meu eterno agradecimento.

Meus agradecimentos especiais vão também aos fronteiriços que compartilharam com as mais diversas informações sobre a geografia do segmento fronteira aqui analisado. Na ausência de fontes escritas, muitos se revelaram verdadeiras enciclopédias, fazendo emergir os vários tempos da fronteira num jogo complexo de escalas. Suas narrativas de vida na fronteira permitiram que este trabalho tomasse corpo. Impossível citar aqui todos os nomes das pessoas que contribuíram com informações para esta pesquisa, por isso meu profundo agradecimento a todos indistintamente. Agradeço

também a todos os funcionários de instituições públicas e privadas brasileiro-argentinas que através de informações as mais diversas também contribuíram para a construção deste trabalho. Sou grata também aos que durante a pesquisa de campo estavam contribuindo com ricas informações, mas que infelizmente partiram levando consigo partes importantes da geografia desta fronteira e deixando pequenas lacunas no presente trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 - O CONCEITO DE FRONTEIRA EM GEOGRAFIA.....	26
1.1. Introdução.....	26
1.2. Da palavra aos significados de fronteira.....	26
1.3. A geografia das fronteiras e a política.....	43
2 - A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS.....	60
2.1. Introdução.....	60
2.2. Das abordagens teórico-metodológicas.....	60
2.3. O retorno da geografia das fronteiras a partir dos anos 1970.....	75
2.4. A zona de fronteira.....	87
3 - APORTE GEO-HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE UMA FRONTEIRA-LINEAR ENTRE BRASIL\ARGENTINA: PALMAS OU MISIONES?.....	97
3.1. Introdução.....	97
3.2. Tensões político-diplomáticas entre Brasil e Argentina.....	97
3.3. A ocupação dos campos de Palmas.....	117
4 - A ZONA DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM CONJUNTO SÓCIO-TERRITORIAL CONSTRUÍDO POR INTERAÇÕES TECIDAS ENTRE FRONTEIRIÇOS.....	134
4.1. Introdução.....	134
4.2. Elementos que caracterizam a zona fronteiriça.....	134
4.3. Princípios de interações transfronteiriças e da integração físico- social de aglomerados populacionais no começo do século XX.....	140
4.4. Práticas dos fronteiriços frente a ideologias territoriais.....	156
5 - MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS E POLÍTICAS NO CONJUNTO SOCIOTERRITORIAL DA ZONA FRONTEIRIÇA A PARTIR DE 1920.....	176
5.1. Introdução.....	176
5.2. A chegada de novos elementos socioculturais no conjunto da zona fronteiriça: o exemplo de Mondaí e Itapiranga.....	176
5.3. Um olhar político nacionalista sobre a zona fronteiriça: a viagem do Presidente Konder em 1929.....	191

5.4. A criação do Território Federal do Iguçu.....	208
6 - INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS MATERIAIS E IMATERIAIS A PARTIR DO CICLO ECONÔMICO DA MADEIRA: ATORES, ESCALAS E ESTRATÉGIAS.....	215
6.1. Introdução.....	215
6.2. Breve contexto da colonização no lado brasileiro.....	215
6.3. O campo de atuação dos fluxos da madeira brasileira para a Argentina.....	222
7 - ATORES E ESTRATÉGIAS NO JOGO DAS INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS INFORMAIS OU ILEGAIS NAS CIDADES GÊMEAS (1950-1970).....	250
7.1. Introdução.....	250
7.2. Interações transfronteiriças informais ou ilegais.....	250
7.3. A zona fronteiriça sob imagem de valhacouto de bandidos e lugar da proscrição.....	275
8 - INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS IMATERIAIS A PARTIR DE 1950.....	284
8.1. Introdução.....	284
8.2. Interações transfronteiriças na saúde.....	284
8.3. Interações imateriais diversas entre cidades gêmeas.....	314
9 - O <i>PLÁN DE COLONIZACIÓN ANDRESITO</i> (1979): UMA GEOPOLÍTICA ARGENTINA NA ZONA FRONTEIRIÇA.....	326
9.1. Introdução.....	326
9.2. O <i>Plán de Colonización Andresito</i>	326
9.3. Interações de conflito geradas pela busca ilegal de recursos naturais no lado argentino.....	346
10 - CIDADES GÊMEAS E INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NO CONTEXTO DO MERCOSUL.....	361
10.1. Introdução.....	361
10.2. Interações transfronteiriças e o debate entre local e nacional.....	361
10.3. O projeto escolas bilíngues entre Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen.....	398

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	410
BIBLIOGRAFIA.....	417
ANEXOS.....	430

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de localização das cidades gêmeas na zona fronteiriça brasileiro-argentina: 2010.....	17
Figura 02 - Esquema de zona de fronteira e interações.....	93
Figura 03 - Território litigioso entre Brasil e Argentina.....	98
Figura 04 - Questão de Palmas ou Misiones (1857-1895).....	99
Figura 5 - Tratado de Montevideu (1990): Linha Zeballos/Bocayuva	104
Figura 06 - Limite entre Brasil e Argentina desde 1895.....	110
Figura 07 - Vista parcial d linha divisória fluvial pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio e da linha seca pelo caimento das águas da chuva.....	112
Figura 08 - Área em litígio entre Paraná e Santa Catarina (1853-1917).....	116
Figura 09 - Paraná e Santa Catarina após o litígio (1917).....	116
Figura 10 - Zona fronteiriça brasileiro-argentina: divisão municipal, 2010.....	124
Figura 11 - Vista parcial de paisagens na zona fronteiriça brasileiro-argentina (2008).....	125
Figura 12 - Faixa de fronteira: municípios - 2000.....	126
Figura 13 - Marcos de fronteira erigidos em 1903 representando a linha seca Brasil/Argentina.....	135
Figura 14 - Cidades gêmeas na zona fronteiriça brasileiro-argentina no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de <i>Misiones</i>	137
Figura 15 - Zona fronteiriça brasileiro-argentina (1908).....	148
Figura 16 - Região bilíngue na zona fronteiriça brasileiro-argentina 1909- 1930.....	165
Figura 17 - Regiões bilíngues zona fronteiriça brasileiro-argentina.....	179
Figura 18 - Interações materiais e imateriais na zona fronteiriça brasileiro-argentina no conjunto do extremo oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste de <i>Misiones</i> (1900-1930).....	189
Figura 19 - O Presidente Konder em Mondai e Itapiranga.....	194
Figura 20 - Chegada do Presidente Konder a Dionísio Cerqueira..	199
Figura 21 - Recepção argentina ao Presidente Konder em <i>Barracón</i> (hoje <i>Bernardo de Irigoyen</i>).....	203

Figura 22 - Vista parcial de Dionísio Cerqueira e Barracón em 1929.....	204
Figura 23 - Foto do churrasco oferecido pelas autoridades argentinas ao Presidente Konder.....	204
Figura 24 - O Presidente Konder em visita aos marcos de fronteira.....	205
Figura 25 - Território Federal do Iguazu (1943-1945).....	209
Figura 26 - Território reivindicado para o Estado do Iguazu (1946-1990).....	212
Figura 27 - Zona fronteiriça brasileiro-argentina: municípios emancipados entre 1950-1953.....	217
Figura 28 - Pequenas serrarias e madeiras na zona fronteiriça, 1947.....	225
Figura 29 - Portos de exportação da madeira brasileira para a Argentina 1930-1970.....	229
Figura 30 - Balsa de madeira sobre o rio Paraná, 1930.....	230
Figura 31 - Balsas de madeira sobre o rio Uruguai, 1940.....	230
Figura 32 - Balsas de madeira sobre o rio Uruguai, 1946-1960.....	231
Figura 33 - Caminhões utilizados no conjunto da zona fronteiriça para fretes da exportação da madeira, 1948.....	235
Figura 34 - Cidades gêmeas na zona de fronteira Brasil\Argentina no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de <i>Misiones</i> (1950).....	252
Figura 35 - Campo de atuação das interações transfronteiriças imateriais geradas pela busca de serviços de saúde.....	290
Figura 36 - Vista parcial da aldeia indígena guarani no departamento de <i>San Pedro</i> (MNES) limítrofe a linha Becker, município de Itapiranga (SC).....	296
Figura 37 - Pequeno grupo de indígenas guaranis que migraram de <i>San Pedro</i> (MNES) para a linha Pitangueira - Tunápolis (SC).....	297
Figura 38 - Região bilingue na zona fronteiriça brasileiro-argentina entre 1980-210.....	317
Figura 39 - Cidades gêmeas na zona de fronteira Brasil\Argentina no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de <i>Misiones</i> a partir de 1980.....	334
Figura 40 - Indústria de <i>Yerba Mate Andresito</i>	337

Figura 41 - Pinheiro-do-paraná, espécie da família das araucárias hoje protegido por lei.....	338
Figura 42 - Vista parcial de áreas invadidas por trabalhadores rurais sem-terra na cidade de <i>Andresito</i>	340
Figura 43 - Imagem de satélite do segmento fronteiroço brasileiro-argentino: o extremo oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná e nordeste da província de <i>Misiones</i> , 2010.....	344
Figura 44 - Província de <i>Misiones</i> : área de preservação da mata nativa (reservas e parques naturais) (2010).....	345
Figura 45 - Zona fronteira brasileira-argentina, 2010.....	348
Figura 46 - Integração das forças de segurança pública na zona fronteira brasileiro-argentina do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de <i>Misiones</i> desde 2006.....	357
Figura 47 - Cidades gêmeas conurbadas: Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio.....	362
Figura 48 - Vista parcial das cidades gêmeas\trigêmeas: Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen.....	363
Figura 49 - Calçada internacional, 2003.....	365
Figura 50 - Ponto comum entre as cidades gêmeas Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen.....	366
Figura 51 - Marco das três fronteiras.....	367
Figura 52 - Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen: Ponto de passagem habilitado ao comércio internacional entre Brasil - Argentina desde 1979.....	369
Figura 53 - Pontes internacionais: Paraíso (SC) - <i>San Pedro</i> (MNES) e Capanema (PR) - <i>Andresito</i> (MNES).....	372
Figura 54 - Capanema - <i>Andresito</i> : ponto de fronteira alfandegado e habilitado para o turismo e comércio vicinal, inaugurado em março de 2008.....	373
Figura 55 - Posto de controle da Gendarmería Nacional Argentina situado na <i>paragem Rosales</i> - <i>San Pedro</i> (MNES).....	374
Figura 56 - Brincagem bovina na fronteira de Santa Catarina com a Argentina.....	377
Figura 57 - Momentos da cavalgada integrando fronteiroços brasileiros e argentinos por ocasião do centenário da demarcação do limite internacional, 2003.....	385

Figura 58 - Lançamento do projeto piloto escolas bilíngues entre Brasil e Argentina nas cidades gêmeas Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen.....	399
Figura 59 - Mesorregião da grande fronteira do Mercosul, 2003...	409

LISTA DE SIGLAS, QUADROS E GRÁFICOS

SIGLAS:

ABITUR – Associação Binacional de Turismo Brasil\Argentina
 CAPES – Certificat d’aptitude au Professorat de l’enseignement Du second degré – certificat.
 CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento de Santa Catarina
 EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
 GNA - Gendarmería Nacional Argentina
 MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
 MNES - Misiones
 NAFTA - Acordo de livre Comércio da América do Norte
 UE - União Européia
 URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
 INTA - Instituto Nacional de Tecnologia Argentina
 AMEOSC - Associação de Municípios de Extremo Oeste de Santa Catarina
 SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina.

QUADROS

Quadro 1 - Renovação da geografia das fronteiras.....77

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen: valor de importação e exportação.....368
Gráfico 2 - Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen: entrada e saída de estrangeiros.....370

RESUMO

O presente trabalho analisa as interações transfronteiriças na zona da fronteira brasileiro-argentina, localizada no conjunto do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones* (ARG.), região formada pelos departamentos de *Manoel Belgrano* e *San Pedro*. Tal análise se faz pelo viés da geografia das fronteiras, tendo como base, dentre outros, os conceitos de fronteira, limite e zona de fronteira, fundamentais para explicar os principais fatores políticos, sociais e econômicos que favoreceram o estabelecimento de interações transfronteiriças. A partir dessa compreensão mostramos como os fronteiriços vão estabelecendo interações transfronteiriças e tecendo o conjunto socioterritorial formado pelos dois lados do limite: a zona fronteiriça. Mostramos ainda como as interações transfronteiriças materiais e imateriais são animadas por numerosos atores que articulam diferentes escalas em diversas temporalidades.

PALAVRAS-CHAVES: FRONTEIRA, LIMITE, ZONA DE FRONTEIRA, INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS MATERIAIS E IMATERIAIS.

RÉSUMÉ

Le présent travail analyse les interactions transfrontalières dans la zone frontière brésilien-argentine située aux confins de l'extrême ouest de Santa Catarina, le sud ouest du Paraná et le nord est de *Misiones* (Argentine), dans la région formée des départements *Manoel Belgrano* et *San Pedro*. Une telle analyse se fait au moyen de la géographie des frontières, avec comme base, entre autres, les concepts de frontières, limites et zones de frontières, qui sont fondamentaux pour expliquer les principaux facteurs politiques, sociaux et économiques qui favorisent l'installation d'interactions transfrontalières. A partir de ce constat, nous montrerons comment les frontaliers vont établir des interactions transfrontalières et vont tisser des liens sociaux de proximité des deux cotés de la limite, dans la zone frontière. Nous montrerons ensuite comment les interactions transfrontalières matérielles et immatérielles sont menées par de nombreux acteurs à plusieurs niveaux et à différentes échelles et de temps.

MOTS-CLÉS: FRONTIÈRE, LIMITE, ZONE FRONTALIÈRE, INTERACTIONS TRANSFRONTALIÈRE MATERIELS ET IMMATERIELS.

INTRODUÇÃO

Esta tese versa sobre interações transfronteiriças e analisa as interações de um segmento da fronteira Brasil-Argentina localizado no conjunto do extremo-oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones* (ARG.). Essa zona fronteiriça é constituída por quatro pares de pequenas cidades gêmeas: Dionísio Cerqueira (SC)\Barracão (PR)*Bernardo de Irigoyen* (MNES), Santo Antônio (PR)*San Antonio* (MNES), Capanema (PR)*Andresito* (MNES) e Paraíso (SC)*San Pedro* (MNES), (**Figura 1**). A problemática que orientou o projeto de pesquisa desta tese estava inicialmente ligada a questionamentos que foram surgindo no processo de construção da dissertação do mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC em 2003. Ao estabelecermos a análise do processo de formação das cidades gêmeas Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e *Bernardo de Irigoyen* (MNES. ARG.), foram identificados processos históricos particulares de interações transfronteiriças que se foram estabelecendo em diferentes momentos e em escalas distintas.

Durante a pesquisa de campo para o mestrado, vimos que a população fronteiriça interage quotidianamente sobre o limite por interesses sociais, culturais ou econômicos, como, por exemplo, trabalho, comércio, saúde, lazer, educação e outros, transformando tal espaço numa área de múltiplas interações com elementos e características particulares, diferenciando-se das demais cidades de seus respectivos estados e países. Vimos também que há falhas por parte dos Estados nacionais no trato de problemas sociais, das políticas públicas e infraestruturais direcionados à população das cidades fronteiriças. Outro dado importante verificado durante a construção da dissertação de mestrado, que também justifica a escolha do atual recorte espacial, foi o da quase total ausência de estudos sobre aquele segmento fronteiriço; e os poucos existentes tratam mais dos aspectos políticos da fronteira. Tal constatação não se dá somente na geografia, mas também em outras áreas do conhecimento. Portanto, verificamos que a literatura brasileira sobre fronteira apresenta ainda uma lacuna a ser preenchida no que se refere ao segmento fronteiriço do oeste catarinense, sudoeste paranaense e nordeste de *Misiones*.

importante contribuição teórica ao campo de conhecimento da geografia de fronteira do país. Embora mais inclinados ao arco norte do Brasil, recentemente seus estudos tem-se voltado também sobre o arco central e sul do país, já que a autora coordena o Grupo Retis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, grupo de pesquisa que vem desenvolvendo importantes estudos sobre a temática. Constitui-se em exemplo o documento do Ministério da Integração Nacional (MIN) intitulado *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira* (BRASIL, 2005), hoje de larga circulação e referência para interessados no assunto.

No *arco fronteiro*¹ do sul do país os trabalhos de Neiva Otero Schäffer, mesmo dirigidos mais à fronteira Brasil e Uruguai, com destaque para as cidades gêmeas de Santana do Livramento (RS) e Rivera (Uruguai), são também referenciais para estudiosos da fronteira, como *Urbanização na Fronteira: expansão de Santana do Livramento* (1993), resultado de sua dissertação de mestrado na UFRGS. Entre 1994 e 1998 a autora organizou, com outros pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e que se dedicam a essa problemática, várias publicações, dentre as quais *Fronteiras no Mercosul* (1994); *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul* (1995); *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação* (1997) e *Fronteiras e espaço global* (1998).

Entretanto, é interessante notar que dos vários artigos publicados nas referidas obras, com exceção de uma breve referência às cidades trigêmeas de Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e *Bernardo de Irigoyen* (MNES), presente no artigo de Haesbaert (1998)², verifica-se um relativo silêncio sobre o segmento fronteiro do oeste catarinense e do sudoeste paranaense com o nordeste de *Misiones*, donde se infere que o conhecimento sobre o arco fronteiro do sul do país apresenta ainda uma enorme lacuna a ser preenchida. Constata-se também que embora nas últimas décadas muitos estudos venham sendo realizados sobre fronteira, especialmente com o advento do Mercosul, o estudo das interações transfronteiriças tem sido pouco abordado na literatura fronteira.

¹ Termo utilizado por Lia Osório Machado em estudos fronteiros no Brasil (2005).

² Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do Mercosul.

Com base nas questões que emergiram da dissertação de mestrado e de nossa pesquisa de campo na região, formulamos a tese deste trabalho: *se a zona de fronteira é um meio geográfico próprio onde historicamente ocorrem interações – cooperação, comunicação e conflitos – , isso pressupõe a viabilização e implantação de políticas públicas igualmente próprias numa área que se diferencia das demais de seu país.* Porém, refletir sobre a implantação de políticas públicas num segmento de fronteira pressupõe considerar: como se constrói a zona fronteira e qual a natureza e quais os limites das interações transfronteiriças? Dessa questão outras foram emanando, dentre as quais: como se deram a ocupação e a organização territorial da zona fronteira? Como evoluíram as cidades gêmeas? Qual a natureza das interações transfronteiriças? Que interações ali se estabeleceram e ainda hoje se estabelecem?

Para responder aos nossos questionamentos, a análise se faz pelo viés da geografia das fronteiras, tendo com base, dentre outros, os conceitos de fronteira, limite e zona de fronteira, fundamentais para a análise das interações transfronteiriças. Tais conceitos permitem mostrar que as zonas fronteiriças não são apenas espaços portadores das linhas fronteiriças ou espaços de separação de duas identidades nacionais; elas são igualmente um conjunto socioterritorial formado pelos dois lados da fronteira linear, produto de interações materiais e imateriais tecidas antes de tudo entre os fronteiriços e não meramente entre brasileiros e argentinos, o que as torna um meio geográfico próprio e que deve ser considerado pelos Estados nacionais. Por isso, o estudo da fronteira hoje, em geografia humana, permite que nos aproximemos não mais apenas da fronteira política entre dois Estados nacionais com sentido de divisão ou separação de duas identidades nacionais, mas também da fronteira de que os sujeitos se apropriam, com o intuito de apreender a maneira como os fronteiriços interagem entre dois sistemas para compreender a natureza das interações, os fatores que as determinam e o campo em que se desenham.

Em geografia, o estudo das *interações* socioespaciais tem sido normalmente considerado como um fenômeno social regido pela definição dos papéis e das posições que os atores têm conquistado dentro do espaço geográfico. Os geógrafos estariam, assim, mais voltados aos estudos das interações econômicas buscando compreender e analisar, dentre outros fatores, as ações, as reações, as

escalas e jogos em que tais interações se desenvolvem. (PUMAIN e SAINT-JULIEN, 2001). Nessa perspectiva, as interações têm sido tradicionalmente tratadas pela geografia sob a dimensão mais material, conduzidas notadamente pelo aspecto dos fluxos econômicos, mas as interações transfronteiriças não se desenvolvem somente no sentido econômico, elas envolvem todo um conjunto de interações materiais e imateriais, como as simbólicas, culturais e identitárias, pois são vinculadas umas às outras, uma sustenta a outra, justamente porque elas são estabelecidas por sujeitos (fronteiriços) que em sua realidade cotidiana atuam de forma relacional num conjunto socioterritorial que envolve os dois lados da fronteira linear.

A análise empírica sobre as cidades gêmeas mostrará que a lógica de organização e de seu funcionamento social difere daquelas de cidades não fronteiriças. Embora tenhamos nos debruçado mais sobre as cidades gêmeas, convém esclarecer que a pesquisa de campo foi realizada em praticamente todas as sedes dos municípios situados na confluência do limite, tanto no lado brasileiro quanto no lado argentino. O trabalho de campo teve início nos meses de janeiro e fevereiro de 2007, tendo continuidade em março, julho e agosto de 2008. Sem dúvida as pesquisas realizadas anteriormente em nossos cursos de especialização (1997-1998) e mestrado (2001-2002) contribuíram com a pesquisa de campo do presente trabalho, e isso nos permitiu inclusive dar continuidade à técnica da bola de neve para as entrevistas de campo, pois sem informações escritas nem registros oficiais sobre a vida de relações dos fronteiriços, de como foram se apropriando do espaço da fronteira e que relações foram tecendo entre um lado e outro da fronteira, nossa rede de relações de informantes das pesquisas anteriores não contribuíram apenas com novas informações: contribuíram também indicando novos informantes, que se revelaram verdadeiras “enciclopédias” humanas, respondendo questões dos vários períodos de tempos vividos na fronteira.

A pesquisa de campo se deu pela observação participativa, com entrevistas bastante abertas, realizadas com vários atores da zona fronteiriça incluindo aí atores de instituições públicas e privadas (ver lista de entrevistados anexa). Foram mais de trezentos entrevistados, cujo tempo da entrevista dependia tanto da agenda deles quanto do conhecimento relacionado aos nossos questionamentos. Por isso, não raro voltávamos ao mesmo

entrevistado, até duas ou três vezes para dar continuidade à pesquisa de campo. Além disso, quando as entrevistas se davam com moradores mais antigos, alguns deles, por problemas de saúde ou até de memória, sugeriam-nos retornar em outros momentos, pois queriam certificar-se de datas e fatos relacionados a nossos questionamentos, através de documentos pessoais ou com auxílio de amigos da mesma época.

As entrevistas foram registradas em microgravador de áudio. Após a abordagem inicial do entrevistado, com nossa identificação e exposição dos objetivos da pesquisa, as técnicas utilizadas envolviam inicialmente questionamentos relativos a nossa investigação, mas dando liberdade ao entrevistado para expressar fatos e experiências cotidianas, mesmo não guardando relação com o nosso objetivo central, razão pela qual optamos pelas entrevistas abertas, sem limitar nossos entrevistados aos questionamentos da pesquisa. Pode-se dizer que, embora demandem mais tempo e trabalho, as entrevistas permitem revelar fatos que muitas vezes nossos questionamentos não abrangem, como, por exemplo, relações mais imateriais geradas pelas trocas de ideias, mensagens, valores sociais e culturais, dentre outras que vão emergindo quando o entrevistado discorre sobre sua vida particular, suas relações sociais de amizade, parentesco, enfim, relações do cotidiano que são reveladas aos poucos, quando entrevistado e entrevistador vão trocando informações pessoais e estabelecendo um elo de confiança que só é possível sem nenhuma limitação. Quando esse elo se estabelecia, a convite do próprio entrevistado, sempre acabávamos retornando uma segunda vez, quando em meio a um chimarrão, um café, ou até mesmo um jantar, novas e valiosas informações eram reveladas. Convém salientar que no transcurso da pesquisa de campo as entrevistas realizadas nas residências pelo contato pessoal foram profundamente enriquecedoras, pois tínhamos acesso a fotografias e documentos para comprovar determinados fatos narrados. Do total de entrevistas resultaram 909 páginas A4 espaço simples que foram transcritas durante praticamente três meses ininterruptos (onze horas diárias de trabalho), de cujo material foram suprimidas partes não relacionadas à pesquisa, pois muitas vezes nossos entrevistados faziam várias digressões.

A tese foi organizada em dez capítulos: os dois primeiros de base teórica tratam do conceito de fronteira, procurando mostrar

como tal conceito foi sendo construído e quais os novos significados incorporados hoje ao seu conteúdo, sobretudo com a instituição de blocos econômicos regionais e da globalização. Neles mostramos que o estudo das fronteiras ocupa lugar importante dentro da geografia e que embora tenha inicialmente se destacado mais dentro da geografia política, atualmente é objeto de numerosos estudos; ao contrário das teses e discursos político-diplomáticos atuais, não acreditamos “*no fim das fronteiras*”, mas na ressignificação de seu conteúdo. Fronteira não é mais objeto de estudo sob seu único aspecto político, é também objeto de estudo dentro de uma perspectiva da geografia humana social e cultural, particularmente nas integrações econômicas regionais, onde as fronteiras têm sido o centro de interesse de pesquisas renovadas. Na América do Sul, embora recente, o Mercosul ilustra esse exemplo, pois quando começam a se operar mudanças nas funções das fronteiras é que se verifica também a retomada de estudos sobre a fronteira e sob novas perspectivas. As fronteiras deixam de ser vistas como meras bordas simbólicas dos Estados nacionais para ser objeto de estudos de geógrafos, com inúmeras possibilidades de análise, dentre elas o das interações transfronteiriças.

No terceiro capítulo, defendemos a ideia de que a zona de fronteira emerge da instituição da fronteira linear e analisamos como se deu a instituição do limite entre o Brasil e a Argentina no conjunto regional do oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*. Essa análise oferece uma prévia ideia a respeito de que condições políticas e socioeconômicas vai se formar a zona fronteira. Permite ainda apreender os pontos principais das divergências político-diplomáticas no litígio de *Palmas ou Misiones* e as estratégias do governo brasileiro na ocupação do território em litígio. No quarto capítulo, analisamos os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento de interações transfronteiriças, o que nos permite apreender como os fronteiriços tecem relações pondo em curso uma organização socioterritorial que une os dois lados da fronteira linear e como as lógicas nacionais e locais se colocam dentro do contexto das interações que lá se desenvolveram\desenvolvem. Nele indicamos também que esse segmento fronteiriço não surge de *frontes militares* e nem mesmo de *fronte* pioneiro ou *fronte de expansão*: seu trunfo reside inicialmente dentro das relações tecidas entre a população tornada fronteiriça.

Mostramos como os fronteiriços, em oposição às ideologias políticas nacionais, constroem um conjunto socioterritorial unindo os dois lados do limite por interações não apenas econômico-comerciais, mas também sociais e culturais que, de certa forma, contribuíram para a integração físico-social de pequenos aglomerados populacionais localizados na confluência da linha fronteira e que mais tarde evoluíram para cidades gêmeas.

No capítulo cinco, analisamos as principais mudanças socioculturais e políticas no conjunto socioterritorial da zona fronteira, notadamente com a chegada de novos elementos socioculturais a partir de 1920; em oposição à ideia de Turner, demonstramos que em zonas fronteiriças não existem apenas duas identidades nacionais. Lançamos também um olhar político nacionalista sobre a zona fronteira, um olhar bastante influenciado pelo conceito de fronteira americano desenvolvido pelo historiador Frederick J. Turner, e, como a partir daí, cria-se nos centros políticos de poder uma imagem da zona fronteira como lugar de bandidos e de gente inculta, imagem que passou a ser divulgada pelos centros de poder político para justificar um projeto de colonização nos moldes do velho Oeste Americano e assim excluir uma população socialmente excluída e marginalizada pelos Estados nacionais.

Em seguida adentramos o capítulo seis onde mostramos, em parte, sob quais condições políticas, sociais e econômicas se deu o processo de colonização agrícola na zona fronteira, notadamente no lado brasileiro. E indicamos que, frente a uma nova atividade econômica advinda do processo de colonização e praticamente à margem dos Estados nacionais, os novos atores fortalecem antigas e novas interações transfronteiriças, tanto materiais quanto imateriais, articulando novas escalas geográficas e contribuindo assim para manter antigas solidariedades socioeconômicas vividas no conjunto da zona fronteira, notadamente entre as cidades gêmeas, onde as atividades econômico-comerciais entre os dois lados do limite continuariam sendo organizadas sobre bases informais e de proximidade e daí para outras escalas. Mostramos ainda as tensões mobilizadas entre atores das escalas local, estaduais e nacional advindas, em parte, do processo de colonização agrícola e, em parte, dos valores envolvidos nas interações transfronteiriças, notadamente as econômico-comerciais.

No capítulo sete apontamos como os atores fronteiriços se posicionam frente à instrumentalização da fronteira linear pelos Estados nacionais e indicamos que a fronteira linear é um objeto espacial que gera visões diferenciadas entre escalas nacionais e locais e provoca uma relação de forças. Em oposição às políticas de controles fiscais dos territórios nacionais, os fronteiriços, por interesses coletivos ou particulares, desenvolvem estratégias para assegurar a continuidade das interações transfronteiriças, notadamente daquelas econômico-comerciais nem sempre concebidas por eles como transgressivas dos territórios nacionais.

No capítulo oito evidenciamos exemplos de interações transfronteiriças imateriais que permitem reafirmar que as zonas fronteiriças não são apenas espaços políticos de normas jurídicas territoriais, mas são igualmente espaços construídos e vividos pelos fronteiriços: ao lado das interações mais materiais ocorrem também interações imateriais que fortalecem o conjunto socioterritorial vivido pelos fronteiriços, por isso precisam ser consideradas.

No capítulo nove mostramos que, ao final da década de 1970, o governo militar argentino implanta uma geopolítica militar nessa zona fronteiriça com o objetivo principal de frear a migração brasileira e ao mesmo tempo impedir interações transfronteiriças com o lado brasileiro. Isso é particularmente evidente com o *Plán de Colonización Andresito*. Entretanto, em oposição aos ideais políticos do Estado nacional argentino, *Andresito*, a mais jovem cidade do nordeste de *Misiones*, tornou-se cidade gêmea de Capanema, pois desde sua fundação, em oposição ao Estado nacional, interagia e ainda hoje interage com o lado brasileiro.

Chegando aos dias atuais, no capítulo dez analisamos como os Estados nacionais têm tratado as interações transfronteiriças materiais e imateriais no contexto do Mercosul. Nele se evidencia a necessidade de políticas públicas particulares para a zona fronteiriça, pois mesmo no contexto da integração regional as interações transfronteiriças têm sido pouco consideradas pelos Estados nacionais que, pelo desconhecimento parcial ou total da geografia fronteiriça ou da vida cotidiana dos fronteiriços, ainda as consideram transgressivas dos territórios nacionais. Verifica-se igualmente que embora alguns controles aduaneiros tenham sido suprimidos, outros têm surgido e isso nos leva a constatar que os Estados nacionais

continuam controlando fortemente suas fronteiras e continuam marginalizando as populações fronteiriças.

1 - O CONCEITO DE FRONTEIRA EM GEOGRAFIA

1.1. Introdução

Qual o conceito de fronteira e como evoluiu no campo das idéias, sobretudo na Geografia? Como os geógrafos têm abordado o estudo das fronteiras neste início de século? Como qualquer outro conceito, o de fronteira também sofreu modificações, sendo próprio da ciência, que no avanço do conhecimento busca permanentemente respostas mais adequadas para explicar, em determinados momentos, os fenômenos que nos cercam. Não acreditamos na tese do “fim das fronteiras”, mas na resignificação ou renovação de seu conteúdo, pois como indica Dias (2005), os conceitos variam de uma época para outra, são recriados pelos olhares humanos a cada período. Na mesma linha de raciocínio, Haesbaert (2004, p. 87) ensina que para entender um conceito é preciso “[...] *buscar seus caminhos e descaminhos, sua história ao longo da ou das áreas do conhecimento em que ele foi concebido e moldado – reconhecendo, assim, toda a herança que ele carrega em termos da construção conceitual*”. O autor diz ainda que “*todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão*”. Nosso interesse se inscreve dentro da Geografia e objetiva analisar as interações transfronteiriças de uma zona de fronteira entre Brasil e Argentina. Assim, entendemos necessário, como ponto de partida e de reflexão, revisar o conceito de fronteira, que é o objetivo deste capítulo: compreender o conteúdo do conceito de fronteira.

1.2. Da palavra aos significados de fronteira

Se nos questionarmos hoje sobre a utilização do termo “fronteira”, veremos que ele está em tudo presente e engloba tanto fronteiras materiais quanto metafóricas. O termo tem sido empregado hoje em vários sentidos, que vão desde o limite entre dois países – talvez o de uso mais freqüente – até em sentidos simbólicos ou figurados, como: fronteira social, fronteira moral, fronteira epistemológica, fronteira militar, fronteira entre consciente e

inconsciente, fronteira linguística, fronteira entre o bem e o mal etc. De maneira geral, o uso do termo parece sugerir duas realidades opostas, qualquer que seja a natureza dessas realidades. Por exemplo: a fronteira entre a vida e a morte sugere passagem ou transição de um estado para outro, passagem da vida para a morte, da existência física para a existência espiritual. Mas nosso objetivo não é analisar todas as fronteiras; interessa-nos aqui estudar as que partem da invenção do homem para representar, organizar, controlar ou dominar determinado espaço territorial. Neste caso, as fronteiras político-territoriais entre Estados nacionais, pelo viés da geografia.

Delimitar e separar territórios para dominá-los são atividades espaciais que, de acordo com a época histórica, formam parte da natureza social da espécie humana. Aqui trataremos da fronteira geográfica, elemento que faz parte do processo de construção socioespacial humana. A história da geografia das fronteiras nos mostra que, desde o surgimento e da aceitação da palavra na linguagem corrente, fronteira vai adquirir significados diversos e vai responder as necessidades dos grupos no tempo e no espaço. Mas, o que é fronteira geográfica? Ela é uma passagem? Um cruzamento social? Uma barreira cultural? Um limite político? Uma barreira natural? Uma linha imaginária? Uma separação ou um contato? Um pequeno sobrevoo na evolução do termo fronteira nos ajudará a avançar.

A origem da palavra, como seus correspondentes na língua espanhola (*frontera*), na francesa (*frontière*) e na inglesa (*frontier*) derivam do antigo latim para no período moderno designar o limite de um Estado nacional e de sua soberania. A aparição do termo emana de “*front*”, zona de combate por definição, inicialmente com valor militar. O *front militar* seria então composto por um grupo de pessoas, e, portanto a fronteira seria humana, sem coincidir primeiramente com o limite de um território. Só com o Estado moderno a fronteira adquiriu o senso que se lhe atribui hoje em dia, de limite de um Estado e de sua soberania nacional, quando também se afirmará a ideia de que a linha de fronteira deve apoiar-se em elementos geográficos físicos naturais. (GAY, 2004).

A palavra fronteira parece ter surgido no século XIII, e suas primeiras indicações de uso teriam ocorrido em 1080, referindo-se a objetos naturais como “*monte*” e “*ponte*” (VELASCO-GRACIET, 1998). No dicionário Larousse (2009) fronteira significa limite que

separa dois Estados, além da ideia de que fronteira é formada por um elemento geográfico natural, como a montanha, que constitui uma *fronteira natural* entre dois países. Monte ou montanha, rios ou abismos foram considerados há muito tempo pela geografia, e ainda o são, no senso comum, elementos geográficos que separam naturalmente os homens. A ciência geográfica tem ligação umbilical com a natureza para explicar os fenômenos que se apresentam no mundo, e como não poderia ser diferente, a geografia das fronteiras, ramo da geografia geral, também buscava explicações dentro da natureza para naturalizar as fronteiras entre Estados nacionais, sobretudo durante o século XVIII e parte do XIX, quando geógrafos sustentam a ideia de que a melhor fronteira seria aquela que se apoiasse sobre um elemento físico natural, como acidentes topográficos ou hidrográficos, para dar maior segurança a um território nacional.

Já no dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2000), fronteira significa extremidade de um país ou região do lado onde confina com outro; limite material de um sistema; separação entre sistemas e o seu exterior. O dicionário *Les mots de la géographie* (1993, p. 227) registra fronteira como limite do território de um Estado e de sua competência territorial. Mesmo restrita ao senso de limite entre dois países com soberania nacional, a noção e a palavra não têm uma história muito longa, não remontam a muito antes do século XV, quando o limite era confundido com o confim.

Que o termo é relativamente recente não há dúvidas entre os geógrafos, mesmo porque o próprio conteúdo sistematizado da geografia das fronteiras está associado às políticas da construção dos poderes territoriais no período moderno. Porém, a noção de fronteira parece bem antiga, já presente na Antiguidade Clássica (VIII a. C), quando, segundo Lacasse (1989), a ideia de fronteira reenviava a uma extremidade para lá da qual se abriria frequentemente o desconhecido (finito entre os romanos), noção igualmente encontrada na Bíblia Sagrada, em que o confim era lugar das divindades desconhecidas e para onde se expulsavam os males de uma sociedade e se faziam oferendas às divindades (bode expiatório).³ O confim dava a ideia de extremidade da sociedade limítrofe com o desconhecido, lugar sagrado que trazia a ideia da supremacia do bem

³Bíblia Sagrada: Livro Levítico, 16 versículo 22.

sobre o mal, referindo-se a uma passagem entre dois “estados” ou dois “mundos”, como a passagem da vida para a morte. (LACASSE, 1998). Essa ideia é também encontrada em Guichonnet e Raffestin (1974, p. 11), para os quais a palavra *confim*, que remonta ao século XV, tinha significado de “extremidade e implicava naquela de passagem intermediária e de transição entre dois Estados, noção que mais tarde terminaria por se completar com aquela de fronteira”.⁴ No período moderno, a palavra *confim* inclui também a ideia de proximidade com outro território e de extremidade em relação ao centro. (BRUNET, FERRAS e THÉRY, 1993). A ideia de *confim* parece estar presente ainda naquela de deserto-fronteira.

Buscando compreender as fronteiras da França, Roger Dion (1947, p. 11-17) explica que no começo da história da Europa ocidental, a ideia de fronteira era inseparável daquela de deserto. Para ele, os deserto-fronteiras eram zonas de vazios humanos; portanto, um *confim*.

Dentro de todas as partes do velho mundo onde vivem, depois da pré-história, as sociedades de agricultores sedentários, as fronteiras, antes de serem essas linhas convencionais que os topógrafos modernos sabem traçar com precisão, foram zonas mais ou menos largas em que havia essa característica comum de ser incultas e a de serem próximas de vazios de homens.⁵

A *fronteira-deserto* não cumpria papel de barreira ou separação, era lugar de encontros, como, por exemplo, na *Gaule* Pré-Romana, onde havia a tradição de encontros sobre os confins. Essa tradição foi também transmitida aos romanos, que tinham pontos marcados para as trocas comerciais e templos para preces nas fronteiras-desertos. As ruínas de “*templos-fronteiras*” encontradas pelos arqueólogos dentro da antiga Europa “*levam a pensar que*

⁴ Considerando a dificuldade de expressar corretamente as idéias de autores em língua estrangeira, decidimos apresentar em pé de página as citações na língua original: Le mot “confins” qui contient l'idée d'extrémité et implique celle de passage intermédiaire, de transition entre deux Etats, remonterait au XV^e. siècle et il s'est complété par celui de «frontière» (Guichonnet e Raffestin, 1974, p. 11).

⁵ Dans toutes les parties du vieux monde où vivent, depuis la préhistoire, des sociétés d'agriculteurs sédentaires, les frontières, avant d'être ces lignes conventionnelles que les topographes modernes savent tracer avec précision, furent des zones plus ou moins larges qui avaient ce caractère commun d'être incultes et à peu près vides d'hommes. (Dion, 1947, p. 11).

grandes solenidades religiosas e comerciais se cumpriam sobre as fronteiras". (DION, 1947, p. 27). Mas, desde o século XIII, quando a palavra fronteira parece ter sido aceita no seio das línguas francesa, alemã e inglesa, ela adquire inicialmente valor militar.

Na França, a palavra é originária do substantivo "*frontier*", o qual deriva de *fronte* e significava literalmente "fazer face" e "ser vizinho de". O registro de seu uso se deu inicialmente pelos militares, que "iam à *fontière* para fazer o *front*". Já na antiga Germânia, a palavra é de origem eslava *Granica*, que foi traduzida para a língua alemã como *Grenze*, e teria sido usada pela primeira vez em 1238 pelos cavaleiros da ordem teutônica, para evitar discussões entre os alemães e os príncipes poloneses sobre os *confins*. Significando grande região periférica, *Grenze* passaria a ser empregado mais frequentemente no século XVI, em razão da preferência de Lutero. (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974; FOUCHER, 1991).

Na língua anglo-saxônica são utilizados dois termos complementares e que se sobrepõem até hoje a duas realidades bem distintas: *frontier* e *boundary*. Segundo Guichonnet e Raffestin (1974, p. 12), o primeiro termo do qual a origem é similar, a palavra francesa surgiu no século XIV, enquanto o segundo aparece no século XVII, passando a exprimir senso de delimitação precisa, linha de fronteira, do limite jurídico-político de abrangência da soberania. Desse modo, "os ingleses dispõem de um material linguístico especializado que lhes permite exprimir de um lado a zonalidade, e do outro, a linearidade. A evolução de ecúmeno⁶ dentro do mundo anglo-saxônico carecia dessa coexistência dentro do vocabulário"⁷ (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974, p. 12).

Amplamente popularizada pelo historiador americano Turner no começo do século XX, a *frontier* corresponde um pouco ao conceito francês de *fronte pioneiro* (PRADEAU, 1994, p. 94), o termo estava relacionado com a expansão do povoamento interno de um país, que quase sempre se dava do centro para a periferia. Foi o

⁶ A geografia moderna tem geralmente empregado a palavra ecúmeno com o senso de parte da terra ocupada pela humanidade (Les Mots de la Géographie, 1993).

⁷ On voit donc que l'anglais dispose d'un matériel linguistique spécialisé qui lui permet d'exprimer, d'une part, la zonalité et, d'autre part, la linéarité. L'évolution de l'oekoumène dans le monde anglo-saxon a nécessité cette coexistence dans le vocabulaire (Guichonnet e Raffestin, 1974 p. 12)

caso do Brasil, que nos anos de 1950, no governo Vargas, empreendeu uma marcha para o oeste, na conquista e no povoamento de muitas áreas tidas como “vazios humanos”. No Brasil, essa ideia de espaços vazios parece claramente inspirada no modelo da expansão americana para o oeste. Aliás, o mesmo sentido de fronteira de Turner foi adotado por geógrafos brasileiros desde os anos 1950, sendo “*utilizado [...] em trabalhos sobre a ocupação recente da Amazônia*” (MACHADO, 1998, p. 41).

No entanto, ainda que a palavra fronteira tenha sido incorporada ao vocabulário das línguas francesa, alemã e inglesa, inicialmente ela não era vocábulo muito especializado: somente na Idade Média tal necessidade se impõe, pois conforme Guichonnet e Raffestin (1974, p. 12-13), naquele período começa a ser pensada a noção de Estado moderno. É também no século XIV que o italiano Marsílio da Padova pondera sobre a noção de Estado. Em consenso com Aristóteles, Marsílio da Padova definiu Estado como um “*ser vivente*” composto de partes que asseguram as funções necessárias a sua vida. Para esses autores, a existência de um Estado exige dois elementos: uma população e uma porção do *espaço*, embora isso não seja suficiente. Mas esses dois elementos são extremamente importantes, pois acrescentam à noção de fronteira o elemento territorial, ainda que entre os séculos XIII e XVI carecesse das bases da soberania territorial, mas, “*desde o momento em que a gente admite a competência territorial à fronteira linear contínua e estável vai se impor*”⁸ (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974).

Ancel (1937, p. 51), contemporâneo da Geografia das Fronteiras na França, alega que “*a palavra fronteira foi um termo que ao curso dos anos recobria mil realidades; a ideia de fronteira permaneceu há muito tempo uma visão do espírito [...]*”. Sua afirmativa parte da “*falta de ferramentas de trabalho e de instrumentos de medida*”, por isso ele afirma que “*os limites de um Estado ficariam por muito tempo imprecisos*”⁹. Em oposição a tal ponderação, Guichonnet e Raffestin (1974, p. 13-14) contestam sugerindo que possivelmente Ancel deve ter tido uma ilusão de

⁸ Dès l’instant où l’on admet la compétence territoriale, la frontière linéaire continue et stable s’impose. (Guichonnet e Raffestin, 1974, p. 13)

⁹ [...] le mot «frontère» fut au cours des âges un terme qui recouvrait mille réalités; l’idée de frontière demeura longtemps une vue de l’esprit, [...]. Faute d’outils de travail et d’instruments de mesure, les limites d’un Etat restèrent longtemps imprécises. (Ancel, 1938, p. 51).

óptica, porquanto não havia materiais cartográficos nem instrumentos de medida eficazes até a Renascença, “*mas os homens poderiam ter uma experiência direta dos limites, uma experiência sobre o terreno*”, razão pela qual “*a ausência de cartas, e por consequência de traços, não nos autoriza a concluir que a fronteira seria uma visão do espírito*”.¹⁰ Segundo eles, seria pretensão deduzir que pela ausência cartográfica as pessoas pudessem ter fraca consciência das fronteiras lineares e por isso defendem a ideia de que

[...] a fronteira é essencialmente um conceito relacional, em razão das relações estreitas que ela mantém com o território, suporte do Estado, sua significação não poderia naturalmente ser a mesma para um homem do século XVI; no entanto, esta significação existe mesmo se seu conteúdo nos escapa.¹¹

Na análise de Machado (1998, p. 41), “*a origem histórica da palavra fronteira não estava associada a nenhum conceito legal e não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado*”. Para essa autora, somente quando “*os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político*”. Para Guichonnet e Raffestin (1974, p.15-16), de fato não há como negar que o senso político assumido pela fronteira coincide com o sistema moderno de Estado e por mais que relutemos em aceitar, a ideia de fronteira e limite já estava presente nas chamadas sociedades primitivas ou tradicionais, nas quais o caráter da fronteira era instável devido à mobilidade que caracterizava os grupos sociais da época. Os autores esclarecem também que pelas pesquisas arqueológicas e pela base de materiais etnográficos reunidos sobre muitas sociedades tradicionais, pode-se de fato chegar a uma primeira e importante constatação: a ideia de limite e de fronteira territorial existia tanto dentro das populações americanas e asiáticas,

¹⁰ L’absence de cartes, et par conséquent de traces, ne nous autorise pas à conclure que la frontière était une vue de l’esprit. (Guichonnet e Raffestin, 1974, p. 14).

¹¹ La frontière étant essentiellement une notion relationnelle, en raison des rapports étroits qu’elle entretient avec le territoire, support de l’Etat, sa signification ne pouvait naturellement pas être la même pour un homme du XVI siècle mais, néanmoins, cette signification existe même si son contenu nous échappe. (Guichonnet e Raffestin, 1974 p. 14).

quanto dentro das africanas e oceanianas, onde o alicerce da fronteira era constituído por cursos d'água ou marcas dentro da paisagem, sobre árvores, por exemplo. Em tais sociedades, cada grupo percorria determinado território, delimitado por fronteiras místicas ou sagradas, rigorosamente respeitadas.

A gente encontra essa ideia de relação quase orgânica entre o território e seus limites. A gente descobre mesmo que, entre os aborígenes australianos, um dos elementos que entra na definição de tribo é a habitação de certa área do território comumente bem circunscrito. Sem dúvida, esse território não tem conotação política ou econômica, mas ele parece fundamentalmente revestir uma significação mitológica em razão do ataque espiritual ao território.¹² (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974, p.15-16)

Nota-se, portanto, que a ideia de fronteira e limite já estava presente entre as sociedades ditas primitivas ou sem a presença de Estados, embora essa ideia na origem se funde muito mais sobre uma noção místico-sagrada. Desde a Antiguidade Clássica, fronteira era concebida como espaço de representações simbólicas, lugar de encontro onde se praticavam ritos e se faziam oferendas às divindades para expulsar males do seio de alguma tribo ou comunidade, como os judeus, que costumavam enxotar o bode expiatório para o confim. Era campo de domínio de forças mágicas e das divindades protetoras de um grupo, como na Grécia Antiga, berço da Geografia, onde a fronteira, segundo Foucher (1986), era representada pela estátua do deus Hermes ou ainda no Império Romano, onde a fronteira era protegida pelo deus Término, sendo, portanto, espaço místico-sagrado onde se ofereciam pomposas cerimônias as suas divindades.

Para mostrar que fronteira se funda sobre noção sagrada, Foucher (1986, p. 63) recorre a Rousseau, para quem o caráter místico e religioso da delimitação das fronteiras na Antiguidade pode

¹² On retrouve cette idée de relation quasiment organique entre le territoire et ses limites. On découvre de même que chez les aborigènes australiens un des éléments qui entre dans la définition de la tribu est l'habitation d'une certaine étendue de territoire ordinairement bien circonscrite. Sans doute, ce territoire n'a pas de connotation politique ou économique mais essentiellement il semble revêtir une signification mythologique en raison de l'attache spirituelle au territoire. (Guichonnet e Raffestin, 1974 p. 15-16).

ser provado pela lenda da fundação de Roma,¹³ a qual revela um modo de apropriação e configuração do espaço territorial por meio do simbolismo místico-religioso. Embora amparado fortemente na devoção mística, o limite, o sagrado, a natureza e a morte fundamentavam o caráter da fronteira. Ainda dentro do mito da fundação de Roma, podemos relembrar o sacrilégio de Rômulo que “[...] abre no Palatino um sulco, futura muralha da cidade que ele pretende criar, Roma. O limite é puramente simbólico, mas define um espaço diferente. Remo ultrapassa por zombaria a fronteira assim traçada. Rômulo mata-o por sacrilégio” (CLAVAL, 2007, p. 210). O limite era símbolo da autoridade, mas era também sagrado, cuja violação era tida como ato de sacrilégio.

Guichonnet e Raffestin (1974, p.16) explicam que esse caráter sagrado da fronteira foi ao curso dos tempos sendo transmitido sob formas laicas, em nosso tempo moderno explicado pelos nacionalismos. Para esses autores, “a fronteira teria sido, antes de ser um instrumento técnico, a expressão de uma necessidade combinada da organização socioreligiosa e, eventualmente, da organização socioeconômica”.¹⁴ Foucher (1986, p. 64) parece estar de acordo com tal pensamento ao explicar que não se pode reduzir a noção de fronteira a uma simples noção sagrada ou religiosa, mesmo que as práticas antigas se tenham apoiado muito sobre essas relações de limite sagrado. Para ele, na Antiguidade a fronteira já apresentava o início de um processo de linearização do espaço e das relações entre grupos, cujo traçado já se referia a um princípio da fronteira na remota época das dinastias mesopotâmicas. Mas, ainda que o caráter místico-religioso se sobressaísse, é possível dizer, seguindo o pensamento de Martin (1997), que somente a partir da expansão territorial de determinados grupos na Antiguidade, tornou-se possível organizar o espaço produtivo e apropriá-lo diferentemente de como o faziam os grupos nômades ou seminômades para constituir o espaço territorial de grandes impérios. É o caso do Império Chinês e do

¹³ Conta à lenda que Rômulo e Remo, abandonados nas margens do rio Tibre, foram encontrados e amamentados por uma loba. Regressaram adultos ao lugar onde tinham sido abandonados e fundaram a cidade. Os romanos festejavam o 21 de abril, aniversário de Parília, também chamada *Natalis Romae*, para homenagear a deusa Palas e lembrar o dia da fundação de Roma. (Enciclopédia Encarta, 2000).

¹⁴ La frontière aurait donc été, avant d’être un instrument technique, l’expression d’un besoin dérivé combinant l’organisation socio-religieuse et, éventuellement, l’organisation socio-économique. (Guichonnet e Raffestin, 1974 p. 16).

Império Romano, que circunscreveram seus domínios territoriais por limites sólidos, mas com tendência de expansão ou movimento, o que significa que além da noção sagrada a fronteira já apresentava embrionários elementos da linearidade.

No Império Chinês e no Romano, a fronteira tinha senso de limite da civilização, e por mais que sua noção tenha sido imprecisa, muito mais zonal do que linear, apesar da ilusão dos muros que a assinalavam, nesses dois casos a fronteira não era somente um elemento de diferenciação espacial, mas também temporal e cultural. (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974, p.16). No Império Chinês, a mobilidade dos nômades pastores provocaria um embate cultural com camponeses produtores e consumidores de cereais. No norte da China, a expansão da agricultura intensiva atingiu rapidamente o limite, alcançando a margem habitada pelos nômades, não tendo mais como se expandir. Como os povos nômades eram ameaça constante aos agricultores chineses, no século VI a.C. dá-se início à construção de um terraço, a princípio de barro e mais tarde reforçado com pedras, no chamado confim. Tal fato se dá muito antes de o imperador *Shih Huang-ti*, no fim do século III a.C., ordenar a construção de uma das maiores fronteiras artificiais da história, a famosa Grande Muralha. (ZIENTRA, 1989).

A construção da muralha da China, na visão de Ancel (1938, p. 28), não passou de uma frouxa tentativa para diferenciar dois gêneros de vida confrontados. Para esse autor, a muralha seria um obstáculo extremamente precário, pois “*uma tribo nômade não tem fronteiras*”. Já para Guichonnet e Raffestin (1974, p. 17), a muralha da China não foi simplesmente um meio de defesa contra os nômades, foi também um meio de dividir dois modos de vida em tempos diferentes: a dos nômades e a dos sedentários. Para eles:

A idéia de uma divisão temporal se impõe ao espírito pelo fato que muitas das práticas primitivas, abandonadas pela civilização chinesa, sobreviveriam dentro das sociedades das estepes evoluindo para lá da Grande Muralha. Esta fronteira-muralha aparece então como uma tentativa grandiosa, mas usual e desesperante, para preservar, manter e desenvolver uma civilização e seus princípios de organização.¹⁵

¹⁵ L'idée d'un partage temporel s'impose à l'esprit par le fait que beaucoup de pratiques primitives, abandonnées par la civilisation chinoise, survivaient dans la société des steppes évoluant au-delà de la Grande Muraille. Cette frontière-muraille apparaît donc comme une

Por essa linha de pensamento, a muralha da China foi sem dúvida uma tentativa de estabelecer um limite de diferenciação entre duas culturas em tempos diferentes, atribuindo à fronteira caráter defensivo, para evitar contato entre nômades e sedentários, mas ela pode também ser interpretada como exemplo da fronteira-linear com função de barreira, pois de acordo com Foucher (1991, p. 65-66) ela estaria em perfeita coincidência com a linha de separação entre sedentários e nômades, entre terras agrícolas e estepe, a ponto de se tornar um fator de diferenciação de dois mundos, como já evidenciado aqui. No Império Romano, a fronteira-muralha também deixaria traços dentro da paisagem, pelos muros de Trajano, Adriano e Antônio, mas, ao contrário do caráter defensivo da fronteira no Império Chinês, Roma, embora cercada de muita lenda, institui o *limes*¹⁶ e concebe a fronteira como zona de administração e defesa de uma organização política.

De acordo com Martin (1997, p. 26), pelo expansionismo guerreiro e o avanço organizado das fronteiras, Roma é “*o resultado de um objetivo político conscientemente perseguido e que se propunha a superar a fragilidade da organização tribal*”. Essa organização decorre, segundo o autor, da influência de gregos e fenícios quando disputavam a hegemonia comercial do Mediterrâneo. Roma “*representa a fusão de tribos etruscas e sabinas influenciadas culturalmente pela Grécia – o que dará forma a uma organização política superior*”. As zonas fronteiriças, no Império Romano, teriam sido grandes espaços¹⁷ que não apenas preocupavam os romanos, mas também revelavam sua concepção administrativa organizacional, pois sua intenção não era apenas absorver e dirigir tais zonas, mas igualmente estabilizá-las e vinculá-las a seu tipo de organização político-administrativa. (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974, p. 17).

Embora os muros do Império Romano fossem considerados modestos em comparação com a muralha chinesa, teriam marcado mais profundamente as consciências, pois além da noção sagrada de

tentative grandiose, mais usante et désespérante, pour préserver, maintenir et développer une civilisation et ses principes d'organisation. (Guichonnet e Raffestin, 1974 p. 17).

¹⁶ Palavra que na origem significava confin entre dois campos. Em Latim [...] caminho de ronda e defesas que marcavam os limites do Império romano mantido frente aos bárbaros e ao deserto [...]. (Les Mots de la Géographie, 1993).

¹⁷ Compreendiam desde a fronteira oriental da Europa até o Eufrates (Guichonnet e Raffestin, 1974).

fronteira, traziam também a famosa e “*perigosa ideologia de fronteira natural*”. Assim, o *limes* romano, significando inicialmente caminho de ronda e defesa, vai ao curso do tempo adquirindo várias significações, dentre as quais a de *fronteira natural*, especialmente no período de maior expansão do Império pela construção de paliçadas defensivas nas nascentes do Reno e do Danúbio, passando tais rios a serem considerados fronteiras naturais, uma barreira defensiva de proteção do *limes* romano-germano. (FOUCHER, 1991; MARTIN, 1997). Com a queda do Império Romano, a noção de fronteira que persistira como zona de administração e defesa de uma organização política vai de certa forma influenciar sensivelmente a ideia de fronteira na Idade Média, período em que já eram observados princípios de uma fixação mais precisa das fronteiras lineares. Na Idade Média, embora o sistema feudal se fizesse de suserano a vassalo, princípio por essência pessoal em oposição ao sistema territorial, a organização em feudos é, para Guichonnet e Raffestin (1974, p. 18), atestado da presença das descontinuidades territoriais e rupturas de autoridades. “*A carta do Santo Império romano-germano com mais de 350 Estados é, ao sair da Idade Média, muito reveladora desta situação*”.¹⁸ Entretanto, para Ancel (1938, p. 53), a fronteira na Idade Média não passaria de uma ficção.

Grande é, na Idade Média, a incerteza sobre fronteiras. As migrações das populações em contínuo movimento não são muito favoráveis a concepções fixas, dignas de Estados enquadrados. Nem os Estados-clareiras dentro das florestas, nem os Estados rodoviários sobre as estepes conhecem barreiras a sua estagnação defensiva e a investidas concorrentes. Florestas e estepes são domínios de colonização possível na aurora da Idade Média, quando os emigrantes se instigam à procura de novas terras.¹⁹

¹⁸ La carte du Saint Empire romain germanique avec plus de 350 Etats est, au sortir du Moyen Age, très révélatrice de cette situation. (Guichonnet e Raffestin, 1974, p. 18)

¹⁹ Grande est, au moyen âge, l’incertitude sur les frontières. Les migrations des peuples sans cesse instables, mobiles, ne sont guère favorables à des conceptions fixe, dignes d’Etats encadrés. Ni les Etats-clairières dans les forêts, ni les Etats routiers sur les steppes ne connaissent de barrières à leur stagnation défensive ou à leurs élans conquérants. Forêts et steppes sont les deux domaines de colonisation possible à l’aube du moyen âge, quand les emigrants se poussent à la recherche de nouvelles terres. (Ancel, 1938, p. 53).

Na mesma linha de pensamento, Claval (1974, p. 9) explica que na Idade Média a noção de fronteiras seria ainda muito indecisa quando as “*marchas-separantes*” serviam de tampões entre as formações feudais que as estruturavam, como, por exemplo, a França Medieval. Em revanche, Foucher (1991, p. 69) parece defender a ideia de que a noção de fronteira que prevaleceu na Idade Média foi aquela da Antiguidade Clássica, herdeira das concepções romanas, concepções ideológicas e culturais, também adotadas pelas elites de Constantinopla, que buscaram em Roma suas tradições, seus símbolos e suas instituições, devendo coincidir com o ecúmeno, quer dizer, aquelas do mundo romano cristão: limites ideológicos culturais, área do Cristianismo e da língua grega, a leste sobre o Cáucaso e o Eufrates. Na análise de Renard (1997, p. 30), as fronteiras feudais já apresentavam senso de limite e se apoiavam frequentemente sobre numerosos elementos físicos naturais, como árvores, fossos, riachos ou ainda caminhos de cruzamentos etc., mas é com o Estado territorial moderno que se imporia uma simplificação do traçado fronteiriço, sobretudo com a geometria euclidiana e o aperfeiçoamento cartográfico.

Embora o marco referencial do processo de linearização das fronteiras seja o Estado nacional moderno, é preciso lembrar que a técnica da linearidade é dada pela Renascença. Se durante toda a Idade Média a ciência sob o domínio da filosofia escolástica pouco ou quase nada avançou, com a Renascença ocorre o inverso, com plenas condições para o avanço das ciências, permitindo o progresso das matemáticas, da astronomia e da cartografia etc. Com a técnica da linearidade as fronteiras passam a ser representadas e projetadas dentro dos mapas, técnica que marcaria definitivamente o processo de separação do caráter religioso das fronteiras daquele político-administrativo que já se observava ao final da Idade Média. (MARTIN, 1987).

Nota-se, portanto, que desde que a palavra surgiu e foi aceita no vocabulário das línguas, ela passou a responder a uma necessidade de uso dos grupos no tempo e no espaço. Sua noção foi sendo enriquecida ao longo dos tempos, passando do caráter místico-religioso até culminar no período moderno como fronteira-linear da política territorial entre Estados nacionais. Mas fronteira seria pensada como conceito científico somente a partir da renascença, ligado ao conceito de limite de extensão de um poder territorial, ou

ainda, limite de confronto de duas construções políticas concorrentes. (VELASCO-GRACIET, 1998).

De acordo com Guichonnet e Raffestin (1974, p.18), a renascença “*vai, dentro de uma larga medida, revolucionar a cartografia. Sébastian Münster, um dos mais famosos geógrafos do século XVI, fixara os limites dentro de sua Cosmografia*”.²⁰ Assim, com a cartografia, as fronteiras passariam a ser representadas e projetadas por traçados lineares muito precisos entre soberanias nacionais. Renard (1997, p. 30) explica que não há dúvida de que o ponto de partida dessa linearização foi a constituição dos Estados modernos, pois “[...] *tinham a necessidade de melhor conhecer o território, sobretudo quando apresentava vantagem militar ou econômica. Mas, o instrumento fundamental para demarcar e representar os territórios foi a cartografia*”, sem a qual as fronteiras não teriam adquirido a linearização.

Referindo-se ao Tratado de Tordesilhas como a primeira expressão concreta da técnica geométrica linear aplicada pelos europeus no continente americano, Martin (1997, p. 36) considera a “*fronteira linear como a primeira concepção geográfica moderna, e como prova de que se trata de uma época com novas noções de espaço e de tempo [...]*”. Mas, na visão de Guichonnet e Raffestin (1974, p.18), “*esta linearidade mais aparente que real seria antes de tudo o fruto de um progresso científico do que de uma mudança radical de concepção. No entanto isso coincide com a afirmação dos Estados modernos*”.²¹ Ao final do século XIX, Ratzel (1988, p. 330) escreveu: “*a linha de fronteira não passa de uma abstração*”. Para ele a fronteira seria muito mais uma zona de fricção, cheia de insegurança, de conflitos e de intensas atividades de crescimento em lenta progressão, do que uma linha. Para afirmar sua tese ele questiona: “*Seria correto considerar o avanço da fronteira russa na Ásia central como um simples deslocamento de uma linha?*”²²

²⁰ La renaissance [...], vais dans une large mesure, révolutionner la cartographie. Sébastien Münster, l'un des plus fameux géographes du XVI fixera des limites dans sa cosmographie. (Guichonnet e Raffestin, 1974, p.18).

²¹ [...] cette linéarité plus apparente que réelle sera davantage le fruit d'un progrès scientifique que celui d'un changement radical de conception. Néanmoins, cela coïncide avec l'affermissement des Etats modernes. (Guichonnet e Raffestin, 1974, p.18).

²² La ligne frontière n'est qu'une abstraction [...]. Serait-il correct de considérer le report de la frontière russe en Asie Centrale comme le simple déplacement d'une ligne? (Ratzel, 1988, p. 330).

No começo do século XX, Ancel (1938, p. 66-80) retoma os princípios teóricos de Ratzel e ratifica seu pensamento: “*a fronteira linear não passa de uma ilusão*”. Para ele, a renascença criou o mapa, provocando a materialidade da ideia de fronteira, enquanto a *ilusão da linearidade* se deve ao geógrafo-cartógrafo do século XVII e XVIII. Em suas palavras, “*a fronteira linear é um conceito de géometras desenhistas*”.²³ Entre os geógrafos contemporâneos, parece haver consenso de que a linha da fronteira guarda caráter artificial, não passa de uma abstração carregada de simbolismos. Ela cria no mapa a materialidade da fronteira linear e reenvia à idéia da circunscrição e apropriação de um território e de seu controle, da existência de uma soberania, da identificação da alteridade e de lugar de confronto. (VELASCO-GRACIET, 1998). A linearização da fronteira é intenção do Estado moderno, expressa no mapa político que é para Foucher (1986, p. 21) “*a mais banal das representações geopolíticas*”. Segundo ele, a distinção e o arranjo político do mundo dividido por linhas gráficas e imaginárias marcadas em mapas servem apenas para exprimir a realidade territorial dos Estados.

No entanto, mesmo que a linha seja uma abstração no terreno, no mapa ela aparece, segundo Renard (1997), como produtora de um saber científico que vem sustentar o poder, seu exercício e a conquista militar, pois reis, príncipes e soberanos puderam concretizar a vontade de melhor conhecer o território, inclusive à distância, tornando possível até preparar batalhas e estratégias de defesa territorial por meio da representação geométrica linear. Portanto, com o progresso das técnicas cartográficas, o mapa torna-se ferramenta de conhecimento do território e as fronteiras finalmente seriam mostradas como linhas, por generalização. É notório que o mapa, enquanto instrumento técnico-científico, também faz parte dos elementos necessários para a construção da modernidade, pois ele contribuiu com o processo para a disposição de uma nova ordem político-territorial no mundo.

O termo moderno pode aqui ser entendido, conforme Martin (1997, p. 35-36), como “*um tipo muito particular de centralização do poder político cuja base social é representada pela nação*”. Ainda que seja difícil apontar com exatidão o início do sistema moderno de fronteiras na Europa Ocidental, parece haver relativo

²³ La frontière linéaire est un concept de géomètres dessinateurs (Ancel, 1938, p. 70).

consenso em considerar o “*Tratado de Westfália*” como marco inicial. Com o moderno sistema político, o conceito de fronteira se atrelaria à linha-limite e se afirmaria desde então com sentido de divisão territorial entre Estados nacionais, que são em parte como o resultado de uma vontade de construir um conjunto homogêneo e exclusivo na regulação de interesses e da cultura, no interior de um território político, separado por grupos com identidade comum. (VELASCO-GRACIET, 1998).

Entretanto, convém notar que enquanto na Europa o conceito de fronteira se afirma com senso de divisão, no continente americano é o termo *boundary* que expressa o limite político entre dois países e o *border/borderline* para definir o traçado entre soberanias, enquanto a *frontier* passa a significar a expansão da civilização ou movimento humano em direção a terras livres ou espaços selvagens. Tal acepção se afirmaria ao final do século XIX, notadamente a partir das teorias desenvolvidas pelo historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932), em sua tese de doutoramento sobre o oeste americano. De acordo com Knauss (2004, p. 25), a partir da tese de Turner, “*a fronteira americana se distingue nitidamente da fronteira europeia – uma linha divisória fortificada correndo por entre densas populações. A coisa mais significativa da fronteira americana é que ela se situa no limite externo da terra livre*”. Para esse autor, “*pode-se até mesmo falar de uma teoria da fronteira de Frederick Turner que permitiu certa leitura da história americana que valoriza o papel do pioneiro e a progressão geográfica em direção ao oeste a partir da ocupação de terras livres*” (KNAUSS, 2004, p. 13).

Para Turner, a fronteira seria o lugar onde nasce o território e a identidade. Sua concepção de fronteira se desenvolve sobre a região do Oeste americano, região interna ao país e dá senso a fronteira como margem geográfica na qual nasceria o centro identitário e os valores da sociedade. É nesse sentido que Turner pondera sobre a conquista do Oeste americano. Para ele o Oeste americano seria o berço da alma americana, da democracia e da identidade nacional, lá onde os pioneiros de todas as nacionalidades teriam de lutar pelo recuo da natureza selvagem. Com base em tal ideia a fronteira seria “*frente pioneira em expansão*”. A ideia de fronteira em movimento “[...], *serviu também para Turner problematizar a questão do expansionismo externo aos Estados Unidos*” que se fazia em direção ao México e ao Canadá. (KNAUSS, 2004, p. 14).

No começo do século XX, a teoria de Turner passaria a ser mais difundida e serviria de modelo também para outros países do continente, como foi o caso do Brasil, notadamente nos anos de 1950 e 1970, quando historiadores, geógrafos, sociólogos e demais pesquisadores adotam o conceito de fronteira turniana para problematizar questões sobre a expansão pioneira em regiões internas ao país, sobretudo das regiões a Oeste, como a Amazônia, caracterizada como *frontera pioneira*, nos moldes da fronteira do Oeste Americano. Antes disso, no Brasil predominou o conceito europeu de fronteira, influenciado sobretudo pela teoria francesa, com o senso eminentemente político de linha divisória entre países, como, por exemplo, o litígio de Palmas ou *Misiones* entre Brasil e Argentina (será visto mais adiante). Ou seja, no Brasil adotou-se inicialmente o conceito europeu de fronteira, pelo qual o traçado entre países obedecia ao princípio de *uti possidetis*; mas em meados do século XX, a ideia de fronteira no país foi associada a *zona pioneira* ou *frontera pioneira*, como explica o sociólogo Martins (1997, p. 151-152):

Os estudiosos do tema fronteira no Brasil, quando examinam a literatura pertinente, se deparam com duas concepções de referência. Os geógrafos, desde os anos quarenta, importaram a designação de ‘zona pioneira’ para nomeá-la, outras vezes referindo-se a ela como ‘frontera pioneira’. Os antropólogos, por seu lado, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas, de algum modo reguladas pelo mercado, como frentes de expansão.

A diferença entre o conceito americano e o europeu parece fundamentar-se na ideia de terras livres. Enquanto no continente americano as terras indígenas eram, na concepção dos imigrantes europeus, terras livres e selvagens esperando por serem dominadas ou apropriadas, na Europa há séculos as terras já eram ocupadas por inúmeros povos com territórios definidos, ou mesmo em disputa durante séculos. Na verdade, no momento em que emerge a teoria turniana, para os europeus a fronteira a ser desbravada seriam o mar e as terras a conquistar na América e na África. Talvez seja essa uma das razões que explicam as diferenças entre o conceito americano de fronteira e o dos europeus, que se afirma com significado de divisão,

não dando muita margem para pensar, naquele momento, senão no seu eminente caráter político, sobretudo entre os dois conflitos mundiais, quando a geografia das fronteiras, fortemente ligada às políticas nacionalistas, engaja-se em amplos debates sobre o conceito de fronteira, sobretudo entre franceses e alemães, para os quais a ampliação do território é naquele momento primordial para o futuro da nação.

1.3. A geografia das fronteiras e a política

Graças ao aprimoramento das técnicas da linearidade na Renascença, as fronteiras tornaram-se linhas visíveis, nomeadas e traçadas sobre os mapas. A partir de então, elas seriam o centro de interesse e de trabalho dos geógrafos, bem antes do final do século XIX, quando a geografia acadêmica e universitária se impõe como ciência autônoma e reconhecida. (VELASCO-GRACIET, 1998). A dedicação quase exagerada ao traçado da linearidade daria ao geógrafo cartógrafo da época o título de *“fazedor se não vendedor”* de mapas, que segundo Renard (1997, p. 29) faz parte do patrimônio da geografia e merece ser lembrado, até para não cair no mesmo erro hoje com as imagens de satélites. Portanto, desde a origem, o mapa tem sido *“um formidável instrumento de poder, porque ele traz o conhecimento dos espaços, ele permite [...] conduzir grandes operações de conquista ou controlar os territórios”*. Para esse autor, *“o mapa tem, sem dúvida, sido à época moderna isso que é depois de algum tempo a imagem de satélite em matéria de progresso técnico e científico: uma excelente ferramenta de apreensão e interpretação do espaço”*.²⁴

A geografia das fronteiras, muito ligada à cartografia, adquire grande prestígio, levando-a, ao lado da geografia geral, a buscar sua cientificidade. Entretanto, a reclamada cientificidade seria posta em risco, já que interagiria com as relações políticas, com os modos de exercício do poder e com as técnicas de representação, voltando-se

²⁴ [...] un formidable instrument de pouvoir, parce qu'en apportant la connaissance des espaces, elle permettait l'amélioration de l'efficacité des documents servant à conduire de grandes opérations de conquête ou de maîtrise des territoires. La carte a sans aucun doute été à l'époque moderne ce qu'est depuis quelque temps l'image satellitale em matière de progrès technique et scientifique: un excellent outil d'appréhension et d'interprétation de l'espace (Renard, 1997, p. 29).

muito mais para atender as necessidades dos poderes do que da própria ciência geográfica. (VELASCO-GRACIET, 1998). Aliás, foi por meio da cartografia que se estabeleceram as primeiras alianças entre geografia e poder, o que contribuiu para que a geografia fosse a única disciplina científica a ter consagrado um dos seus ramos de pesquisa exclusivamente ao estudo das fronteiras: a *geografia das fronteiras*. Portanto, com o progresso da cartografia, “*o mapa aparece como um instrumento do poder, de seu exercício e da conquista militar; o geógrafo, um técnico da representação espacial a serviço dos militares e dos soberanos; a geografia, um saber utilitário para estabelecer ou desfazer os Estados [...]*”²⁵ (RENARD, 1997, p. 27).

Essa geografia totalmente voltada para os desejos da política e dos militares ganharia grande importância na medida em que os mapas relativos às fronteiras teriam sido instrumentos secretos e de grande poder, destinados a estratégias e confrontos militares em disputas territoriais. Desse modo, o geógrafo cartógrafo, mais ocupado em delimitar países e traçar linhas sobre cartas, se privaria então do estudo mesmo das fronteiras quando, pelo rigor geométrico extinguiu qualquer possibilidade de levar em consideração as especificidades territoriais particulares. Exemplo disso, já no século XX, foi a partilha da África, onde grupos da mesma língua e cultura foram divididos em função da arbitrariedade da linha-limite. Essa prática associando o geógrafo às conquistas e aos trabalhos militares provocaria um “*hiato epistemológico*” na geografia, pois “*ela estaria engajada, subjetiva, utilitária, mas faltariam também conceitos e atitudes específicas*”²⁶ (RENARD, 1997, p. 35-41).

A geografia seria então percebida apenas como um saber utilitário, servindo em larga escala à política e aos militares, e o geógrafo tido meramente com um técnico dos mapas a serviço dos Estados. Mas, apesar disso, ela assume já em fins do século XIX, caráter científico. Essa nova geografia, de acordo com Velasco-Graciet (1998, p. 17-18), “*parte então em busca de conceitos e métodos para adquirir o status de ciência autônoma para se instituir*

²⁵ La carte, un instrument du pouvoir, de son exercice et de la conquête militaire; le géographe, un technicien de la représentation spatiale au service des militaires et des souverains; la géographie, un savoir utilitaire pour bâtir ou défaire des Etats [...]. (Renard, 1997, p. 27).

²⁶ La géographie préscientifique [...] elle était engagée, subjective, utilitaires, mais manquait aussi de concepts et démarches spécifiques (Renard, 1997, p. 41).

como um ramo da geografia geral do mesmo modo que a geografia física”.²⁷ Na mesma época, a geografia acadêmica e universitária toma corpo e se liberta progressivamente da tutela da história, alçando a disciplina ao ranking das ciências reconhecidas, passando do determinismo²⁸ ao possibilismo²⁹ e assim modificando os processos de análise e compilando novas relações entre o homem e seu meio natural. Com o possibilismo, o discurso geográfico se estrutura cientificamente dando origem à geografia enquanto disciplina objetiva, científica e universitária: na Alemanha, com Ritter (1779-1859) e Humboldt (1767-1835), e na França sob influência de Vidal de La Blache (1845-1918). (PINCHEMEL 1995; RENARD, 1997).

Assim, a geografia clássica universitária se constitui como ciência das relações entre o mundo da natureza e o das sociedades humanas, dentro dos contextos do darwinismo e da cartografia temática, com elementos naturais e humanos. As novas relações homem/meio foram, portanto, a origem da dimensão científica da geografia, mas, ao adquirir sua cientificidade, ela deveria trabalhar dentro da objetividade e de uma total independência em relações às escolas políticas do momento. Porém, no caso da geografia das fronteiras, mesmo que os geógrafos, com interesse em estudos de fronteiras, quisessem trabalhar com objetividade e independência, notadamente entre 1870 e 1914, estariam influenciados pelo próprio contexto político vivido ao final século XIX e começo do século XX. O período pode ser considerado, de certo modo, rico em eventos,

²⁷ [...] elle part alors à la conquête de concepts et de methods pour acquérir le statut de science autonome, pour se créer comme une branche à part entière de la géographie générale au même titre que la géographie physique (Velasco-Graciet, 1998, p.17-18).

²⁸ Determinismo, ao século XIX, representava um jogo especulativo e importante dentro do conjunto das discussões inspiradas pelo darwinismo e a seleção natural; a formação das nacionalidades e a expansão colonial lhe dariam um papel essencial dentro da compreensão da identidade das pessoas e dos lugares. Termo infeliz, [...], o determinismo natural ou físico é oficialmente repudiado por todos geógrafos contemporâneos (Les Mots de la Géographie, 1993). O determinismo é definido também como a atitude epistemológica segundo a qual um fenômeno qualquer obedece a uma ou mais determinações, [...] ele pode ser explicado pelas causas, quer dizer pelas realidades exteriores ao fenômeno mesmo, [...]. Em geografia o termo reveste uma significação específica, bastante diferente de seu senso epistemológico geral [...] (Lévy et Lussault: Dictionnaire de la Géographie et de l'Espace des Sociétés, 2003).

²⁹ O possibilismo traz a idéia de que a natureza propõe, o homem dispõe. Trata-se sem dúvida da noção a mais conhecida para definir a aproximação de relações homem/meio da escola francesa de geografia e em particular se seu fundador Paul Vidal de La Blache [...] (Lévy et Lussault: Dictionnaire de la Géographie et de l'Espace des Sociétés, 2003).

como os conflitos territoriais alimentados pelo colonialismo e as ambições territoriais através do mundo, época propícia por suscitar grande interesse intelectual sobre fronteiras e a política entre Estados nacionais. (PINCHEMEL, 1995; RENARD, 1997; VELASCO-GRACIET, 1998).

De acordo com Renard (1997, p. 38), desde as guerras revolucionárias e napoleônicas aos dois conflitos mundiais, as fronteiras e seus traçados, o espírito de revanche e a cobiças territorial na Europa, na Ásia e na África trouxeram para a geografia uma frente de reflexão sobre esse terreno político constantemente em movimento e explosivo. Para ele, *“essa reflexão [...] necessariamente objetiva, pôde assim fundar os princípios da geografia política”*.³⁰ A geografia política nasce ao fim do século XIX, sob o impulso da escola alemã para se tornar posteriormente uma disciplina sistemática entre as ciências geográficas e mais precisamente um dos ramos maiores da geografia humana. Foi instituída como verdadeira disciplina acadêmica em 1897 pelo geógrafo Friedrich Ratzel, que tinha como objeto fundamental de estudo da nova disciplina *“o território nacional”*. A importância dada ao estudo do território já havia sido manifestada em sua antropogeografia, onde Ratzel (1990, p. 73) escreve: *“que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política”*.

Mas, segundo Claval (1974), antes de instituí-la como disciplina Ratzel teria bebido das fontes embrionárias de reflexões de Carl Ritter. Por isso, as reflexões ritrianas podem ser consideradas direta ou indiretamente a origem da geografia política. Na França, o termo geografia política já era conhecido desde 1750 em escritos de Turgot³¹ e posteriormente encontrado também em obras de Camille

³⁰ La réflexion nécessairement objective, put ainsi fonder les principes de la géographie politique (Renard, 1997, p.38).

³¹ Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) ficou conhecido como Intendente de Limoges (1761-1774). Turgot, ainda enquanto estudante, em 1750 redige o projeto de uma teoria de geografia política que ele apresentaria como um tratado do governo: uma tentativa de formalização da intersessão da política e da geografia, teoria que o teria inspiração no livro IV do Espírito das Leis (1748). (Lévy et Lussault: Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés, 2003).

Valaux.³² Mas teria sido formalmente institucionalizada como disciplina somente por volta de 1910, por Vidal de La Blache, que, a exemplo de Ratzel, também a descobre através das leituras de Ritter e posteriormente segue atentamente as publicações de Ratzel. (CLAVAL, 1993, p. 79 e 1994, p.50). O nascimento de nova disciplina e o aparecimento da obra de Ratzel, “*A Geografia Política (1897)*”, marcaria o início a uma série de trabalhos entre os geógrafos de todas as nacionalidades e línguas; mas, infelizmente, o crescimento dessa jovem disciplina promissora seria comprometido, especialmente durante o período de 1924-1945, por uma “*pseudociência*” paralela e concorrente sob a designação de geopolítica. (SANGUIN, 1975, p. 275).

Desse modo, a geografia das fronteiras, desde o final do século XIX e começo do XX, se inscreveria no quadro de uma geografia política nascente, e o estudo das fronteiras, conforme Claval (1974, p. 7), passaria para o primeiro plano dentro da geografia política. Havia especial atenção ao estudo das fronteiras, que naquele momento passa a responder às necessidades da política. Toda a importância dada ao estudo da fronteira naquele período se voltava quase inteiramente para a nova disciplina geografia política, quando fronteiras, de acordo com Ancel, (1938, p. 3), não seria mais que um “*aspecto*” ou um “*componente*” da geografia política. Segundo Claval (1974, p. 7), naquele momento a geografia das fronteiras se inclina a fazer o inventário do conjunto de tensões e/ou problemas no interior de cada parte do mundo. Pelos estudos aportados, os geógrafos tentaram catalogar, qualificar e conceituar todas as formas de fronteiras existentes, suas origens, sua evolução, as causas de sua manutenção ou até da provável supressão através do tempo.

Tais estudos, direcionados quase exclusivamente aos limites dos territórios, às relações de poder e à força ou cooperação entre Estados nacionais, viam a fronteira sob um único ângulo: o da separação. E para Velasco-Graciet (1998, p. 18), “*a única característica levada em conta foi a política*”.³³ Aliás, segundo essa

³² Camille Valaux (1870-1945), membro da escola francesa de geografia, demonstra interesse pela geografia política a partir de uma crítica que ele faz a Ratzel sobre o solo. Para Valaux, a geografia política é um saber legítimo em relação com a geografia geral, a história e a ciência jurídica, necessária para pensar o Estado territorial. (Lévy et Lussault: Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés, 2003).

³³ L'optique scientifique adoptée se porta sur les frontières séparant des Etats et la seule caractéristique prise en compte fut politique. (Velasco-Graciet, 1998, p. 18).

autora, o estudo das fronteiras, e mais precisamente dos territórios nacionais, seria já àquela época chamado de *geopolítica* e segundo Renard (1997, p. 40) teria sido saudada por Vidal de La Blache dentro dos *Annales de Géographie* desde 1898.

Vidal de La Blache teria sido “*precursor oculto*” da Geografia Política, pois ele “*contribui também com as primeiras reflexões*” da disciplina, como atesta sua obra *La France de l’Este*, publicada em 1917, dentro da qual ele se posiciona contrário às teses alemãs de que as populações *alsacianas* e do norte de *Lorraine* seriam germânicas. Por isso, “*ele se inclina a demonstrar a ‘francité’ das províncias perdidas e as profundas razões históricas pelas quais a Alsace e a Lorraine deveriam ser novamente re-anexadas à França ao final do primeiro conflito mundial*”.³⁴ (LOROT, 1995, p. 45-48).

Lorot (1995) explica que a geografia política na Alemanha teria sido substituída pela geopolítica em função de seu caráter exclusivamente universitário. Para ele, mesmo que os trabalhos de Ratzel tenham exercido grande influência na Europa, na Ásia e nos Estados Unidos, seu raciocínio teria ficado desconectado das análises concretas e das situações que ocorriam em torno da política no começo do século XX. Na visão desse autor, Ratzel não teria levado em consideração as mutações e as mudanças políticas, mantendo seu objetivo muito aprisionado em definir as leis universais que determinariam o comportamento dos Estados. Esse caráter da disciplina, considerado profundamente acadêmico e por vezes indecifrável, conduz sua geografia política a um modelo exclusivamente universitário, sendo recusada pelos jovens geógrafos egressos das frentes da Primeira Guerra, que, revoltados com as injustiças do Tratado de Versalhes, julgam a abordagem da geografia política de Ratzel incapaz de explicar a realidade do pós-guerra. (LOROT, 1995).

Pelo Tratado de Versalhes, assinado em Paris em 1919, a Alemanha ficou obrigada a devolver a *Alsácia* e a *Lorraine* aos franceses. Além disso, dentre outras imposições, ela perde parte de seus territórios, como zonas de exploração mineral e domínios coloniais no continente africano. Naquele momento surge a

³⁴ Il s’attache à démontrer la ‘francité’ des provinces perdues et lês raisons historiques profondes pou lesquelles l’Alsace-Lorraine devront être rattachées de nouveau à la France au lendemain de Premier Conflit mondial (Lorot, 1995, p. 48).

geopolítica na Alemanha, que Lorot (1995, p. 9) considera mais complementar do que oposição à geografia política.

A geopolítica vai ser trazida por uma forte corrente de opinião, animada notadamente por jovens professores de geografia patriotas, desejosos de ver os traçados das fronteiras alemãs modificados. Ela vai também encontrar seu homem providencial na pessoa de Karl Haushofer para quem ‘a geopolítica será e deve ser a consciência geográfica do Estado’.³⁵

De acordo com Sanguin (1975, p. 278), desde 1924, data da publicação dos trabalhos de Haushofer, ficou muito claro que “*a geopolítica naquele momento tomaria senso de geografia politizada*”; mas “*ela não poderia ser sob nenhuma hipótese uma abreviação da palavra geografia política*”, pois o termo geopolítica anunciaria as ambições político-territoriais alemãs, ou seja, “*seria um estudo de promoção para a conquista territorial e se sobressairia pela expressão consagrada da geografia política*”. O papel da geopolítica seria o de restaurar o Estado alemão dentro de sua força e de sua grandeza. A geopolítica não tinha nenhum caráter científico, sendo por isso muito mais “*um golpe arquitetado (coup monté), uma máquina de guerra, um instrumento de promoção de conquista, uma filosofia nacionalista da direção das populações [...], uma pseudociência alimentada por politicólogos e outros especialistas que tinham muito poucas ligações com a geografia*”³⁶ (SANGUIN, 1975, p. 278).

Essa nova política tomaria duas direções opostas: a geopolítica francesa versus a geopolítica alemã, duas correntes divergentes que marcariam profundamente o debate teórico sobre a política dos Estados e as fronteiras. Na França o debate com os alemães parece ter sido iniciado por Jacques Ancel (1938, p. 113 e 124), que,

³⁵ La géopolitique va être portée par un fort courant d’opinion, animé notamment par de jeunes professeurs de géographie patriotes, désireux de voir les tracés des frontières allemandes modifiés. Elle va aussi trouver son homme providentiel en la personne de Karl Haushofer pour qui ‘la géopolitique sera et doit être la conscience géographique de l’Etat’ (Lorot, 1995, p 9).

³⁶ [...] un coup monté, une machine de guerre, un instrument de promotion de la conquête, une philosophie nationaliste de la direction des peuples... une pseudo-science alimentée par des politicologues et autres spécialistes qui avaient très peu de liens avec la géographie (Sanguin, 1975, p. 278).

influenciado pelas teorias de Vidal de La Blache,³⁷ liga o conceito de fronteira ao de nação e responde aos alemães: “[...] a nação se forma desde que um espírito a anime, desde que ela afirme uma vontade. Vontade que se opõe às vontades vizinhas, [...] é a nação que precede o Estado, e aquele ali se fecha, procura então suas fronteiras”. Na esteira de tal pensamento, ele conclui: “não existe problema de fronteiras”, o que existe “são problemas de nação”, daí, sua reflexão voltar-se para o estudo dos espaços socializados: “ao lado do território inerte, é preciso dar lugar à vida em movimento”. (ANCEL, 1938. p. 146).³⁸

A nação e o Estado são então percebidos “menos como a expressão de uma potência integrativa e mais como resultante de hábitos hereditários da vida coletiva, de trabalhos comuns, de trabalhos de proteção; a gente evocaria hoje o sentimento identitário”³⁹ (PECHOUX e SIVIGNON, 1996 apud VELASCO-GRACIET, 1998. p. 18). Por essa linha de pensamento, a geopolítica francesa se diferencia da alemã. Conforme Velasco-Graciet (1998, p. 20), a geopolítica francesa se engajaria em uma relação intelectual com o poder. Quando a terceira República tentava aplicar na política as aquisições da geografia é o momento em que “os geógrafos aconselham os altos dirigentes que tentam, por diferentes meios, apoiar então sua legitimidade sobre a ciência com uma vontade de aplicar um método científico dentro do domínio político”. Naquele momento tratava-se de reforçar a coesão nacional e de desenvolver o espírito patriótico relacionado à noção da consciência moral e da nação, de seu território e de suas fronteiras. Para tanto, os políticos retomariam a teoria de nação, formulada por Ernest Renan desde 1882, a qual manifestava que: “não é a terra mais do que a raça que faz uma nação; uma nação é um princípio espiritual, resultante das profundas complicações da história, uma família espiritual, não um

³⁷ Vidal de La Blache concebe o estudo regional como uma etapa para descobrir a originalidade profunda, a personalidade dos seres territoriais que são os Estados e as Nações. (Claval, 1974, p. 7).

³⁸ “[...] la Nation se forme dès qu’un esprit l’anime, dès qu’elle affirme une volonté. Volonté qui s’oppose aux volontés voisines. [...] c’est la Nation qui precede l’Etat, et celui-ci se ferme, cherche alors ses frontières [...]” (AnceI, 1938, p. 124 e 146).

³⁹ “[...] moins comme l’expression d’une puissance integrative que comme la résultante d’habitudes héréditaires de vie collective, de travaux communs, de travaux de protection; on évoquerait aujourd’hui, le sentiment identitaire” (Pechoux e Sivignon, 1996 apud Velasco-Graciet, 1998. p. 18)

grupo determinado pela configuração do solo”⁴⁰ (RENAN apud VELASCO-GRACIET, 1998, p. 20). Na análise de Machado (2005, p. 248), “*Renan considerava o ‘espírito da nação’ como a principal condição da identidade nacional, um princípio espiritual gerado por um legado de memórias comuns e pelo consentimento ativo, o desejo de viver em comum*”. Berdoulay (1995, p. 205) esclarece que naquele momento “*a geografia e os geógrafos estariam em primeiro plano dentro da difusão da ideologia republicana e na tomada de consciência coletiva de pertencimento a uma nação territorialmente margeada/bornada por fronteiras*”.

Raffestin (1974, p. 20) explica que, pelo fato de a percepção alemã, apoiada sobre elementos etnográficos, opor-se à concepção francesa, fundada sobre a consciência da pátria, a aplicação do princípio das nacionalidades no conceito de fronteira se complicaria a partir do século XIX. Assim sendo, os geógrafos franceses rejeitam a geopolítica alemã e passam a alimentar debate teórico crítico com os alemães. Em seu diálogo com os geógrafos alemães, sobretudo com Haushofer, Ancel (1938, p.3-4) dirige também sua crítica a seu contemporâneo Ratzel, argumentando que suas concepções trariam um duplo perigo: “*determinismo físico e nacionalismo político*”.

Para Ancel (1938), Ratzel teria atribuído papel essencial ao solo, determinando o Estado por meio de dois fatores geográficos: “*a posição e a área*”, e teria apresentado uma noção muito particular de fronteira, como forma cartográfica do Estado pela qual os movimentos da fronteira determinariam a decadência ou a grandeza de um Estado. E acrescenta: “*para a escola alemã a geografia política é exclusivamente a geografia dos grupos políticos, ou mais estritamente, dos Estados*”⁴¹ (ANCEL, 1938, p.3-4). Entretanto, as críticas dirigidas às concepções ratzelianas, tanto por Ancel quanto por outros geógrafos, têm sido objeto de contestação entre geógrafos franceses. Em 1975, na Revista *Annales de Géographie*, Sanguin (p. 277) escreve:

[...] injustamente e sem discernimento, a gente tem jogado sobre Ratzel a responsabilidade dos erros da

⁴⁰ Non, ce n'est pas la terre plus que la race qui fait une nation; une nation est un principe spirituel, résultant des complications profondes de l'histoire, une famille spirituelle, non un groupe déterminé par la configuration du sol (Renan, apud Velasco-Graciet, 1998, p. 20)

⁴¹ Pour l'école allemande, la géographie politique est exclusivement la géographie des groupes politiques, ou, plus strictement, des Etats. (Ancel, 1938, p. 3).

geopolítica: Ratzel morreu em 1904, mas é (um sueco) Kjellen que cria a geopolítica em 1905 e Haushofer que faz dela uma máquina política a partir de 1924.⁴²

Sanguin (1975) sugere ser mais apropriado afirmar que alguns de “*seus discípulos ampliaram ou deformaram seu pensamento para chegar à geopolítica*”. Para esse autor, “*espaço, posição e organismo não são a priori anticientíficos*”, e afirma que desde a aparição dos trabalhos de Ratzel, Vidal de La Blache já os reconhecia pelo seu elevado valor e não os condenava nulamente, ao contrário, ele desejava que a “*jovem disciplina nascente*” alargasse seu campo de ação e afinasse seu método. (SANGUIN, 1975, p. 277). Outro geógrafo que também não compartilha das críticas dirigidas a Ratzel é Raffestin (1988, p. 378), que assim se manifesta no *posfácio* da obra *A Geografia Política*:⁴³ “*eu estou tentado a me perguntar o que sabe um geógrafo francófono de Ratzel, mas essa não é a boa questão. É antes: o que ele pode aprender sem tradução?*” E acrescenta, em defesa de Ratzel:

[...] os geógrafos aceitaram sem discernimento dois ou três clichês recolhidos dentro de uma história da geografia, alguns mitos colocados em circulação no começo do século XX e muitos erros repetidos quase a náusea... entre esses últimos, o fato de ter decifrado Ratzel como o precursor da geopolítica não é menos importante, por esta razão ele tem sido enaltecido por uns e desprezado por outros.⁴⁴

Seguindo sua defesa, Raffestin (1988, p. 379-381) questiona: “*Ratzel é determinista como a gente tem frequente e amplamente divulgado?*” Ele mesmo responde a questão nos seguintes termos:

⁴² A tort et sans discernement, on a rejeté sur Ratzel la responsabilité des errements de la géopolitique: mourut en 1904 mais c’est (un Suédois) Kjellen qui créa la géopolitique en 1905 et Haushofer qui en fit une machine politique à partir de 1924. [...] certains de ses disciples amplifièrent ou déformèrent sa pensée pour en arriver à la géopolitique (Sanguin, 1975, p. 277).

⁴³ Traduzida para o francês por Rusch, 1988.

⁴⁴ Je suis tenté de me demander ce que sait un géographe francophone de Ratzel mais ce n’est pas la bonne question. Elle est bien plutôt: que peut-il en savoir, faute de traductions? [...] deux ou trois clichés glanés dans une histoire de la géographie, quelques mythes mis en circulation au début du siècle et plusieurs erreurs répétées jusqu’à la nausée... Parmi ces dernières, le fait d’avoir décrypté Ratzel comme le précurseur de la géopolitique n’est pas la moindre car pour cette raison il a été encensé par les uns et honni par les autres (Raffestin, Postface em Ratzel, 1988, p. 378).

Quanto à questão ‘o Estado, organismo ancorado ao solo’, Ratzel não diz que o solo é uma condição suficiente, [...], mas que ele é uma condição necessária. O solo não determina, ele condiciona a ação humana coletiva [...]. A terra não determina, ela influencia. Então? Então, a ontologia ratzeliana é por essência ecológica e funda a concepção biogeográfica do Estado [...]. A acusação de reducionismo biológico, [...] não o tem mais poupado. [...]. O pesquisador moderno, em ciências do homem, faz ele reducionismo físico cada vez que ele metaforiza a entropia ou a teoria dos sistemas? [...] as reflexões de Ratzel sobre a noção de fronteiras são sempre atuais [...]. Eu vejo três coisas que Ratzel pode nos ajudar a repensar: a ontologia da geografia, a teoria de relação homem-espaço e a análise geográfica [...].⁴⁵

Para Lévy e Lussault (2003), em 1898 Ratzel já desenvolvera os instrumentos de reflexão para investir no campo da pesquisa político-geográfica e por isso sua *Geografia Política* foi para o século XX “a caixa de ferramentas da hiperpolítica” e seu pensamento pode ser considerado de uma grande riqueza e ainda de grande atualidade, sobretudo no que se refere às fronteiras. Aliás, Ratzel sugeria, ainda no século XIX, que a Europa deveria criar um grande espaço comum para manter sua influência mundial. A percepção ratzeliana se cumpriria logo na pós-segunda Guerra para culminar hoje com a União Europeia. Mas, ainda hoje, a exemplo de Ancel, geógrafos têm criticado os trabalhos do geógrafo alemão. Eles o culpam pelo *determinismo geográfico* e o apontam como mentor dos princípios da geopolítica alemã utilizada pelo partido nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Dentro da corrente defensora de Ratzel, Sanguin (1975, p. 276) defende a ideia de que é preciso lembrar que Ratzel era antes de

⁴⁵ Ratzel est-il déterministe comme on l’a répété à satiété? Lorsqu’il est question de “l’Etat, organisme ancré au sol” Ratzel ne dit pas que le sol est une condition suffisante, [...] mais qu’il est une condition nécessaire. Le sol ne détermine pas, il conditionne l’action humaine collective. [...] La terre ne détermine pas, elle influence. Alors? Alors, l’ontologie ratzélienne est d’essence écologique et elle fonde la conception biogéographique de l’Etat. [...]. L’accusation de réductionnisme biologique, [...] ne lui a pas davantage été épargnée. [...] Le chercheur moderne, en sciences de l’homme, fait-il du réductionnisme physique chaque fois qu’il métaphorise l’entropie ou la théorie des systèmes? Les réflexions de Ratzel sur la notion de frontière sont toujours actuelles [...]. Je vois trois choses que Ratzel peut nous aider à repenser: l’ontologie de la géographie, la théorie de la relation homme-espace et l’analyse géographique [...].(Raffestin, Postface em Ratzel, 1988, p. 379-381).

tudo um geógrafo e não um politicólogo. E diz: “*por simplificação, a gente tem rapidamente associado à palavra determinismo a palavra geopolítica, esquecendo que as teorias britânicas e norte-americanas fazem parte desta herança*”.⁴⁶ Além disso, o autor explica que Makinder pode também ser considerado um determinista pelo conceito pivô de “*heartland*”, segundo o qual aquele que controlasse o pivô controlaria o mundo, ou seja, o controle da potência continental o levaria ao controle da potência marítima. A escola americana também traz seu lote de determinismo dentro do desenvolvimento da geografia política quando defende a ideia de que para ser uma grande potência mundial é necessário o controle massivo de grandes áreas e também o controle do mar.

Em revanche, Claval (1993) se pronuncia dizendo que a reflexão de Ratzel já continha as ferramentas da geopolítica e de sua transformação futura: “*a reflexão alemã se focaliza sobre a análise das relações entre população e seu espaço [...]. Existe lá uma reflexão global onde a população e logo a raça tem um lugar essencial. Ela não tem igual equivalência no estrangeiro*”⁴⁷ (CLAVAL, 1993 apud VELASCO-GRACIET, 1998, p. 19). Mas, para Sanguin (1975), foi o general e geógrafo Haushofer que fez da geopolítica um verdadeiro instrumento de propaganda política, sobretudo entre 1924-1945. A essa controvérsia sobre Ratzel ser ou não mentor da geopolítica, o próprio Haushofer (1986, 208-209) parece, em parte, responder que sua geopolítica se inspira muito mais nas concepções do sueco Kjellen e do britânico Makinder do que nas de Ratzel. Aliás, ele busca em Makinder a teoria do pivô de “*heartland*” para sua geopolítica expansionista. E após a Primeira Guerra Mundial ele escreve:

O instrumento geopolítico necessário para reconhecer nossa situação muito tensa quanto à política exterior tem faltado a nossa população. Este reconhecimento da situação que nós havíamos adquirido em alguns trechos somente durante a guerra [...], deve ser elaborado sobre novas bases. [...]. Mas, é a geopolítica antes de tudo que deve criar o instrumento de uma política estrangeira

⁴⁶ Par simplification, on a vite associé au mot déterminisme le mot geopolitik en oubliant les theories britanniques et nord-américaines qui font partie de cet héritage. (Sanguin, 1975, p. 278).

⁴⁷ La réflexion allemande se focalise sur l’analyse des relations entre le peuple et son espace [...]. Il y a là une réflexion globale où le peuple et bientôt la race tiennent une place essentielle. Elle n’a pas d’équivalent à l’étranger (Claval, 1993 apud Velasco-Graciet, 1998, p. 19)

proveitável, que deve despertar um largo eco dentro da população inteira, para que nasçam as forças que a realizarão. Dentro deste domínio – apesar de muitas mentes eminentes entre nós, que tem feito muito mais discípulos no estrangeiro, dentro dos países de língua inglesa, francesa e japonesa, do que dentro de seu próprio país, – os britânicos e os franceses, por exemplo, nos têm sido superiores a partir da virada do século. [...].⁴⁸

Ao exaltar a geopolítica francesa e a inglesa e ao dizer que “o instrumento geopolítico deve ser elaborado sobre novas bases”, porque “apesar de muitas mentes eminentes entre nós, que têm feito muito mais discípulos no estrangeiro do que dentro de seu próprio país”, não estaria ele a refutar as concepções ratzelianas, assim como fizeram os jovens geógrafos alemães quando retornaram das frentes de batalhas da Primeira Guerra? Para certos geógrafos franceses, Haushofer teria distorcido as concepções de Ratzel para colocá-las a serviço da ambição pangermanista, sobretudo aquelas que concernem às fronteiras. Por exemplo: enquanto para Ratzel (1923, p. 349) “a fronteira aparentemente rígida não é mais do que a detenção temporária de um movimento”, Haushofer (1986, p.185) diz que “não pode haver limites fixos para a necessidade de expansão do Estado”. Naquela época, a fronteira era para os alemães mais que uma simples cicatriz histórica ou separação geográfica, ela era uma ligação trágica, na qual toda decadência vinha da negligência do problema dominante da herança espacial. (VELASCO-GRACIET, 1998). Talvez esteja aí a razão de Haushofer (1986, p.185) escrever, em suas reflexões sobre a vida das fronteiras políticas: “a fronteira política é um fenômeno vital resultante de um jogo de forças sempre incerto, ela não pode ser aprovada a partir de uma lei fixa, presa à

⁴⁸ L’outil géopolitique nécessaire pour reconnaître notre situation très tendue quant à la politique extérieure a manqué à notre peuple. Cette reconnaissance de la situation que nous avons acquise en quelques endroits seulement pendant la guerre, [...] doit être élaborée sur de nouvelles bases. Mais c’est la géopolitique avant tout qui doit créer l’outil d’une politique étrangère fructueuse, qui doit éveiller un large écho dans le peuple tout entier, pour que naissent les forces qui la réaliseront. Dans ce domaine – malgré bien des esprits éminents de chez nous, qui ont fait beaucoup plus de disciples à l’étranger, dans les pays de langues anglaise, française et japonaise que dans leur propre pays, - les Britanniques et les Français par exemple nous ont été supérieurs à partir du tournant du siècle.

carta, a partir de uma concepção ‘estática’ [...]”.⁴⁹ É nesse momento que ele desenvolve também sua teoria do Lebensraum (espaço vital), que parece claramente inspirada nas concepções ratzelianas, mas com novo significado, em decorrência dos resultados do primeiro conflito mundial e do Tratado de Versalhes.

Devido à perda de territórios alemães, como Alsácia e Lorraine, onde viviam populações de língua e cultura germânicas, e a imposição de fronteiras artificiais, que aos olhos dos alemães não dispunham de recursos suficientes para nutrir toda sua população, Haushofer re-elabora a teoria do lebensraum, pela qual ele justificaria a necessidade do alargamento das fronteiras e do expansionismo alemão. Enquanto para Ratzel o espaço vital é “*uma zona geográfica delimitada por fronteiras naturais ou artificiais no interior das quais uma população dispõe de meios que lhe permitam subsistir*”,⁵⁰ o ideal para Haushofer (1986, p. 25-31) seria que esse espaço assim recortado tivesse as dimensões suficientes para sua população afirmar sua personalidade e marcá-lo com sua impressão. Quer dizer, a proteção e o alargamento do espaço vital seria, para ele, uma das bases da política estrangeira, pois se tratava de assegurar à população alemã o espaço necessário ao desenvolvimento de sua vida cultural e a preservação de sua independência política e econômica. Aos olhos de Haushofer, o *espaço vital* não se definiria unicamente por elementos físicos, não deveria ser fixado, pois seria necessário levar em conta seu aspecto dinâmico. Por essa visão, ele indicava que as fronteiras são móveis e seu traçado varia em função do impulso vital das populações e de suas necessidades de espaço: “as fronteiras não são linhas de divisão jurídicas, mas o jogo de um combate para a existência dentro de um mundo finito”⁵¹ (HAUSHOFER, 1986, p. 30-31).

Nota-se, portanto, que naquele momento a fronteira é para os alemães uma decisão imposta pela violência, representa um jogo de conflitos, mas também esconde concepções ideológicas, como a do

⁴⁹ Un phénomène vital résultant d’un jeu de forces toujours changeant comme la frontière politique, ne peut être pleinement saisi à partir d’une loi figée, prise à la leerte, à partir d’une conception statique [...] (Haushofer, 1986, p. 185)

⁵⁰ L’espace vital est une zone géographique délimitée par des frontières naturelles ou artificielles à l’intérieur desquelles une population dispose de moyens lui permettant de subsister (Ratzel citado por Klein, no prefácio De la géopolitique, Haushofer, 1986, p. 30).

⁵¹ [...] les frontières ne sont pas des lignes de partage juridiques [...] mais l’enjeu d’un combat pour l’existence dans un monde fini [...]. (Haushofer, 1986, p. 30-31).

Lebensraum de Haushofer, que se desenvolve num momento crítico, quando os alemães se encontram profundamente ligados ao dilema das fronteiras políticas impostas pelo tratado de Versalhes e desejosos de vê-las restabelecidas e alargadas para fazer justiça às aspirações das populações de cultura alemã. O “Lebensraum” de Haushofer foi traduzido por espaço vital, como “teoria racista desenvolvida pelo nazismo”, segundo a qual uma população “escolhida” tem direitos sobre a Terra, a uma área correspondente a suas “necessidades”, em detrimento de seus vizinhos (de raça ou de civilização inferior). (LÉVY e LUSSAULT, 2003).

Inseridas na política, tais concepções afundam com o regime nazista, mas deixam marcas por longo tempo nas duas escolas de geografia, sobretudo na escola francesa, criando um bloqueio psicológico dentro da disciplina. Mesmo que a França não tenha caído no leito das teorias racistas, como demonstra Velasco-Graciet (1998), sua geopolítica se engajaria em uma relação intelectual com o poder quando a terceira República tentava aplicar as aquisições da geografia na política. Mas essa relação não seria tão próxima a ponto de comprometer sua independência científica.

Após a Segunda Guerra Mundial um grande descrédito é lançado sobre toda a geografia política, a ponto de ser quase esquecida até o começo dos anos 1980, quando surge de novo o interesse pela disciplina. Conforme Sanguin (1975), a disciplina cai em descrédito por dois fatores: primeiro, pela confusão da geografia política com a geopolítica, esta última colocada a serviço da política territorial expansionista alemã, deixando terríveis traumas após a Segunda Guerra; o segundo se deve às teorias não ligadas à geopolítica, como os mitos do *heartland* e de suas derivações. Renard (1997, p. 41) também faz essa análise e acrescenta que o caráter anticientífico da geopolítica, confundido com a geografia política, não teria levado apenas descrença à disciplina, mas também decretaria sua quase total exclusão da geografia universitária até por volta dos anos 1970. Sanguin (1975, p. 280), por sua vez, conclui: “a geografia política foi sacrificada no altar da cientificidade reclamada, excluindo simultaneamente os fatos políticos da geograficidade”. Para ele, até entre os geógrafos politicamente engajados, durante os anos de 1960, havia grande mal-estar ao mencionar a palavra geografia política ou geopolítica, pois

[...] o hitlerismo e todos os crimes cometidos contra a humanidade durante os anos de 1930-1945 têm causado um mal durável à geografia política, ‘a palavra geopolítica é ainda para os geógrafos universitários um verdadeiro espectro que evoca os empreendimentos hitlerianos’ [...].⁵²

Na mesma linha de análise, em 1965 P. George escreveu que “*a pior caricatura da geografia aplicada, na primeira metade do século XX, tem sido a geopolítica, legitimada sob encomenda não importa de qual reivindicação territorial, não importa de qual pilhagem por pseudoargumentos científicos*”⁵³ (GEORGE, 1965 apud RENARD, 1997, p. 41). Excluída a política da geografia, os geógrafos e algumas de suas obras, como as de E. Reclus, dentre outras, caem no esquecimento e não participam da elaboração nem da evolução da geografia universitária contemporânea, como esclarece Renard (1997, p. 42):

[...] é bem verdade que numerosas gerações de geógrafos, posteriores à segunda guerra mundial, e isso até os anos 1970-1980, têm sido formadas ao abrigo de toda consideração política. A geografia política seria excluída dos anfiteatros e das salas de trabalhos dirigidos quando estão essas mesmas gerações de estudantes e professores estariam freqüentemente politizadas, marcadas pelos eventos que eles viviam: guerra no Oriente, na África do Norte, a construção da Comunidade Europeia... O hiato estaria bem presente na atualidade, de um lado o vivido dos intelectuais e do outro lado a pedagogia ou pesquisa universitária. [...] Gerações de estudantes têm mesmo sido formadas sem que a gente mencione uma só vez os trabalhos de Élisée Reclus [...].⁵⁴

⁵² La géographie politique fut sacrifiée sur l’autel de la scientificité réclamée, excluant simultanément les faits politiques de la géographicit . L’hitl risme et tous les crimes commis contre l’humanité Durant les années 1930-1945 ont fait un mal durable   la géographie politique ‘le mot géopolitique est encore pour les géographes universitaires un véritable spectre qui évoque les enterprises hitl riennes’. (Renard, 1997, p. 41)

⁵³ La pire caricature de la géographie appliquée de la première moitié du Xxème siècle a été la g opplitique, justifiant sur commande n’importe quelle revendication territoriale, n’importe quel pillage par de pseudo arguments scientifiques (P. George, 1965 apud Renard, 1997, p. 41).

⁵⁴ Il est néanmoins bien vrai de constater que de nombreuses générations de géographes postérieures   la seconde guerre mondiale, et ce jusque dans les années 1970-80, ont été formées   ‘l’abri’ de toute considération politique. La géographie politique était exclue des amphith atres et des salles de travaux dirigés alors que ces mêmes générations d’étudiants et de professeurs étaient souvent politis es, marqu es par les événements qu’elles vivaient: guerres

A geografia das fronteiras, intimamente ligada aos fatos e aos territórios políticos, também cairia no silêncio e, segundo Renard (1997, p. 43), sofreria grande descrédito disciplinar após 1945, embora em menor grau que o descrédito lançado sobre a geografia política, na França, na Alemanha ou na ex-URSS. Para esse autor, “*a Escola de geografia anglo-saxônica jamais silenciou sobre as questões geopolíticas e fronteiriças*”.⁵⁵ Mas, após 1945, apesar dos poucos trabalhos desenvolvidos sobre fronteiras, foi necessário aguardar até os anos 1970, quando se verifica novo interesse pela problemática e ocorre também uma renovação científica da geografia das fronteiras. Vemos, assim, como demonstra Claval (1974), que as fronteiras ocupam lugar importante na história do pensamento geográfico. Embora inicialmente relacionada à geografia política, atualmente elas são objeto de estudo não somente pelo viés político, mas também pelo viés da geografia humana, da geografia social e cultural etc.

A história da geografia das fronteiras indica que sua origem científica emana de preocupações políticas da construção de poderes territoriais, mas apesar disso, desde a segunda metade do século XIX até o começo do século XX, os geógrafos inclinados às pesquisas de fronteiras buscavam incansavelmente métodos científicos para reflexão sobre os conceitos de fronteira, território e poder. Para Velasco-Graciet (1998), é ao lado dessa geografia das fronteiras que se constitui a geopolítica dos Estados aprisionando suas aquisições científicas e empregando-as a serviço da política expansionista. Mas, apesar de tudo e do longo silêncio em relação a essa problemática, os geógrafos pouco a pouco retomariam suas pesquisas e se interessariam pelos fenômenos da fronteira, levando em consideração as aquisições metodológicas e conceituais da ciência geográfica. (SANGUIN, 1975; RENARD, 1997). É o que veremos no próximo capítulo.

en Orient, en Afrique du Nord, la construction de l'Europe communautaire... Le hiatus était bien présent entre l'actualité, le vécu des intellectuels d'une part et la pédagogie ou la recherche universitaire d'autre part. Des générations d'étudiants ont même été formées sans qu'on leur mentionne une seule fois les travaux d'Elisée Reclus [...]. (Renard, 1997, p.42).

⁵⁵ [...], l'école anglo-saxonne [...] n'est jamais demeurée silencieuse sur les questions géopolitiques et frontalières (Renard, 1997, p. 43).

2 - A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS

2.1. Introdução

Neste capítulo se busca construir um quadro de referência que permita compreender os principais fatores que levaram à renovação científica da Geografia das fronteiras, a partir dos anos 1970 e notadamente nos anos 1990, quando os geógrafos parecem retomar com grande interesse estudos ligados a questões fronteiriças. Nossa ideia é de que tal renovação não está fundamentada apenas no desafeto com a geopolítica, mas sobretudo na ausência de uma problemática adequada capaz de nos dar uma noção mais ampla do significado de fronteira. Por isso, antes de ingressarmos diretamente na questão, retomaremos brevemente os aportes teóricos trazidos pela geografia tradicional, para depois nos debruçarmos na análise dos fatores que contribuíram para tal renovação.

2.2. Das abordagens teórico-metodológicas

Embora associada à política ou à geopolítica, a geografia das fronteiras apresenta uma pluralidade de abordagens teóricas voltadas para a conquista de sua objetividade científica, e, apesar de tudo, antes dos anos 1970, ela já oferece uma unidade teórico-metodológica. (VELASCO-GRACIET, 1987). Entretanto, a diversidade de abordagens teóricas tem revelado um quadro pouco satisfatório, mas ainda pertinente a nossa época, sobretudo aos geógrafos que se interessam sobre fronteiras. Sem levar em consideração todas as abordagens e seguindo a ideia de Velasco-Graciet (1987), o que interessa aqui é distinguir método e teoria, levando em consideração que as preocupações têm girado em torno de responder fundamentalmente a duas questões: o que é fronteira? Como devo proceder? A primeira é essencialmente teórica, enquanto a segunda é basicamente do método. No entanto, é interessante notar que entre alguns autores as questões teórico-metodológicas têm sido ligadas, enquanto em outros autores encontra-se metodologia sem base teórica e vice-versa. (VELASCO-GRACIET, 1987, p. 22).

Do ponto de vista teórico, a escola de geografia alemã tem sido considerada a precursora das teorias de fronteiras, mais precisamente pelas concepções ratzelianas. A influência teórica de

Ratzel parece estar em praticamente todas as abordagens sobre fronteiras, mesmo que suas concepções tenham sido consideradas elos dos princípios da geopolítica. Em sua *Geografia Política*, no capítulo dedicado às fronteiras, Ratzel (1988, p.334) desenvolve a concepção biogeográfica da fronteira e de seus prolongamentos. Ele utiliza, dentre outros, o conceito de *espaço de propagação*. Para ele:

[...] tudo isso que pode se propagar sobre a terra como forma de vida toma sempre posseção de um domínio dotado de certa posição, configuração e corte, um espaço de propagação pelo qual os pontos extremos podem ser colocados sobre uma linha que a gente nomeia fronteira.⁵⁶

Tal concepção aproxima a geografia das ciências naturais, sugerindo que todo grupo cria naturalmente um território próprio margeado por fronteiras. Ao utilizar o *estado de propagação*, Ratzel sugere que a fronteira resulta da extensão de um fenômeno dentro do espaço. Ou seja, pela influência do modo de *propagação*, que pode ser efêmero ou durável, a fronteira, ganharia ou perderia espaço. Assim, o estado de propagação definitivo, marcado por um alto nível de civilização, caracterizaria a existência da fronteira. Em razão disso, um Estado marcaria seu território poderosamente, imprimindo a fronteira a que ele tem direito, dotada de funções de proteção e de defesa. (BRUNET e THÉRY, 1993, VELASCO-GRACIET, 1998).

A função de defesa era, na visão de Ratzel (1990, p. 70), um dos pontos primordiais de um Estado, pois “*a tarefa do Estado continua sendo, em última análise, apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo*”. Em outra obra, o autor explica que quanto menor for o Estado, menos significará sua fronteira, mas quanto maior for o Estado, mais ele fará da fronteira um símbolo de poder. (RATZEL, 1988, p. 360-368). Em tal ponderação, fica claro o papel político da fronteira e de suas relações entre território e poder do Estado. A partir de suas reflexões, a fronteira seria o resultado de uma força evolutiva que culmina com o poder dos Estados. Em recente análise, Machado (2005, p. 255) argumenta: “*Ratzel conseguiu captar na noção de ‘espaço vital’ e na metáfora do*

⁵⁶ Tout ce qui peut se propager sur terre comme forme de vie prend toujours possession d'un domaine dote d'une certaine position, configuration et taile, un espace de propagation don't les points extremes peuvent être places sur une ligne que l'on nomme frontière (Ratzel, 1988, p. 334).

Estado como 'organismo vivo' os movimentos de expansão da fronteira territorial do sistema capitalista no século XIX". Porém,

[...] o que Ratzel não poderia prever é a existência de um terceiro movimento, a expansão não territorial, e sim sistêmica, das 'fronteiras' do regime capitalista, ao incorporar 'mentes e corpos' dos povos. Neste sentido sua teoria já nasceu manca, ao reduzir exclusivamente ao território e ao Estado a teoria do espaço vital, [...].

O aspecto político da fronteira contido nas teorias de Ratzel é também encontrado em autores da escola francesa, como Vidal de La Blache, para o qual a geografia deve se consagrar à análise das relações entre os grupos humanos e o ambiente, embora sua óptica evolucionista seja mais *neo-lamarckiana* do que *darwinista*, como nota Claval (1994, p. 50-53) ao apontar que dentro de *La France de l'Est* (1917), a mais política de suas obras, Vidal de La Blache põe em evidência as forças que estimulam a união dos conjuntos regionais em unidades de dimensão superiores, como as formações das construções estáticas. Além disso, a obra lablachiana mostra também que, dependendo do jogo ou do progresso das forças, essas podem fazer ou desfazer os conjuntos regionais; e na interpretação de Claval, “*essa é a base de uma geografia política que se revela muito fecunda*”, e a teoria de Vidal de La Blache serve como método ou base, tanto para a política quanto para geógrafos e historiadores, para pensar a organização territorial. (CLAVAL, 1994, p. 50-53).

Claval (1994, 53) conclui que a geografia lablachiana teria levado vantagem sobre a geografia política ratzeliana, “*por não se fundar sobre uma analogia orgânica muito resumida*”. Além disso, sua geografia,

[...] leva em conta os meios e os gêneros de vida, faz compreender as complementaridades que chamam a vida de relação e destaca os imperativos estratégicos que enfrentam os Estados, tais como caminhos que podem ser nessas circunstâncias os sonhos da potência de seus líderes⁵⁷ (CLAVAL, 1994, p. 54).

⁵⁷ La géographie politique vidalienne [...] elle offre l'avantage, sur la géographie politique ratzélienne, de ne pas se fonder sur une analogie organique assez courte. La prise en compte des milieux et des genres de vie fait comprendre les complémentarités qui appellent la vie de relation et met en évidence les impératifs stratégiques qui pèsent sur les États, comme les cheminements que peuvent prendre dans ces conditions les rêves de puissance de leurs leaders (Claval, 1994, p. 53).

Já na interpretação de Ancel (1938), na obra *La France de l'Est*, Vidal de La Blache mostra o aspecto político da fronteira pela noção de “*espírito de fronteira*”, definição resultante do “*domínio e da moral*” e que se completa com aquela de *nação*. Esta última, pela concepção francesa, seria “*resultado da solidariedade consciente de todas as partes*” e pela qual nasce, na expressão de La Blache, o “*espírito de fronteira*”⁵⁸ (LA BLACHE, 1917 apud ANCEL, 1938, p. 73). Para Velasco-Graciet (1998, p. 23), La Blache “[...] *defende a ideia de que a fronteira, por força do símbolo que ela coloca no lugar, exerce um papel dentro disso que a gente poderia chamar de ‘o inconsciente coletivo’ na verdade, sobre a produção da identidade coletiva*”.⁵⁹ Essa ideia vem confirmar a ligação com aquela de *nação* da qual surge o *espírito de fronteira* e pela qual La Blache defende o retorno da *Alsace* e da *Lorraine* à casa francesa.

Jacques Ancel (1938, p. 51 e 195) classifica a fronteira como uma “*isóbara política, que fixa, por um tempo, o equilíbrio entre duas pressões: equilíbrio de massas, equilíbrio de forças*”.⁶⁰ Por essa proposição ele leva em conta apenas a dimensão política das fronteiras, visto que, em sua análise, as delimitações se estabelecem por acordos diplomáticos ou militares entre potências sem levar em conta os fenômenos físicos e humanos. Para ele “[...], *a fronteira não é nada por ela mesma, a gente não pode visar a compreendê-la e a discuti-la senão em função de uma noção muito mais profunda*”, a visão do espírito ligado à *nação*⁶¹ (ANCEL, 1938, p. 8). Entre Vidal de La Blache e Jacques Ancel nota-se um feeling teórico bastante próximo, porquanto ambos sugerem que a fronteira, mais que um símbolo identitário, guarda

[...] caráter espiritual, inalienável, frequentemente inconsciente tanto ao nível coletivo quanto ao nível individual; ela marca o termo da liberdade de usar o espaço e reveste um caráter sagrado, pois ela conserva desde suas origens sagradas uma violência da qual o

⁵⁸ La notion de frontière se précise donc dans le domaine moral. La Nation se forme par une solidarité consciente de toutes ses parties. (Ancel, 1938, p. 73).

⁵⁹ La Blache défend l'idée que la frontière, par force du symbole qu'elle met en place, joue un rôle dans ce que l'on pourrait appeler 'l'inconscient collectif', en fait sur la fabrication de l'identité collective. (Velasco-Graciet, 1998, p. 23).

⁶⁰ La frontière est une isobare politique, qui fixe, pour un temps, l'équilibre entre deux pressions: équilibre de masses, équilibre de forces (Ancel, 1938, p. 195).

⁶¹ [...] c'est que la frontière n'est rien par elle-même, qu'on ne peut l'envisager, la comprendre, la discuter qu'en fonction de notions beaucoup plus profondes (Ancel, 1938, p. 8).

homem fronteiro não pode se desfazer⁶² (VELASCO-GRACIET, 1998, p. 24).

Assim, podemos constatar que esse eixo teórico predominante, desde o final do século XIX até por volta dos anos 1970, do qual Ratzel participa, está relacionado à investigação do significado ou mesmo da essência da fronteira em saber: qual é sua materialidade? A fronteira é: linha ou zona? Natural ou construída? Símbolo sobre um mapa ou discurso científico? Essas questões têm sido recorrentes, aportando inúmeros debates dentro da geografia das fronteiras, a começar pelo exame do conceito de fronteira através das noções de linha ou de zona. Os autores fazem referência tanto à linha quanto à zona e utilizam geralmente as duas acepções sem jamais excluir uma em proveito da outra, ou seja, eles ligam as duas noções. Mas, apesar de tudo, verifica-se que no conjunto há certa concordância entre os autores, eles apresentam uma visão dinâmica da fronteira: linha ou zona, a fronteira anda, ela é movimento. (VELASCO-GRACIET, 1998).

Fronteira é, por um lado, palco de conflitos ou afrontamentos explicados por razões diferentes: guerras, etnias, línguas etc., “*milhões de homens morreram*” e continuam a morrer “*por causa das linhas*”; por outro lado, ela é palco das interações, lugar de encontro e de contato cultural, do saber viver em conjunto. Mas, é também palco de contrabandistas, de migrantes clandestinos, de grandes capitais, de ondas difundidas por satélites etc. (PICOUET e RENARD 2007; BAVOUX 1998; BRUNET e THÉRY 1993). Sobre essa base, como então definir a fronteira-linha?

Segundo Claval (1974), a fronteira-linha é percebida como um “*quadro linear*”, embora Ancel (1938, p. 70 e 195) rejeite essa noção ao dizer que a fronteira linear é “*conceito dos geógrafos desenhistas e isóbara política*”. E mesmo não esclarecendo o conceito de zona, em sua análise Ancel deixa claro que a fronteira não pode ser estudada senão em função dos grupos, ou melhor, dos Estados que a circundam. Essa mesma ideia é, em parte, retomada por Febvre (1970), que liga o conceito de fronteira ao de território. Para esse

⁶² [...] elle a um caractère spirituel, inaliénable, souvent inconscient tant au niveau collectif qu’individuel; elle ‘marque le terme de la liberté d’user de l’espace et revêt explicitement un caractère sacré’ car elle ‘conservé de ses origines sacrées une violence contre laquelle l’homme frontalier ne peut se défaire’ (Velasco-Graciet, 1998, p. 24).

autor, “*não é o quadro que é primordial*”, mas sim o vivido do quadro. (FEBVRE 1970 apud VELASCO-GRACIET, 1998, p. 25).

A linha de fronteira é para Ratzel (1988, p. 330) “*um auxiliar de nosso pensamento*”, pode ser desenhada, memorizada, medida, enquanto a zona de fronteira é a coisa real, e por essência, indeterminada, mas é no interior da qual evoluem grupos humanos, vetores de forças múltiplas e por vezes opostas. Em sua reflexão, Ratzel apontava uma ligação existente entre a zona e a linha, ou seja, deve existir uma passagem ou um movimento transitório de uma em direção à outra por um processo de modificação e de correção de todas as irregularidades (enclave, traçados sinuosos, etc.), e só então a zona se reaproxima da linha. Ratzel conclui: “*que seja o científico que as traça por suas medidas ou o diplomata por seus tratados, as linhas são irrealis*”.⁶³ Para ele a linha fronteira exprime a estabilidade e provoca o enfraquecimento da uma força de expansão. Machado (2000, p. 9) parece concordar com a proposição ratzeliana quando esclarece:

[...] o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é lugar de comunicação e de trocas, [...] os limites de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, já a fronteira é de domínio dos povos.

Se considerarmos que a zona de fronteira é como diz Ratzel, a “*coisa real*”, um espaço por essência indeterminado, onde ocorrem múltiplas interações, podemos dizer que a concepção alemã de fronteira tem ainda hoje certa atualidade, as ideias ratzelianas são ainda válidas aos estudos de fronteira. É claro que não estamos mais na presença dos problemas vivenciados por Ratzel, mas, de acordo com Guichonnet e Raffestin (1974, p. 31), não se pode desprezar as contribuições dele, pois

[...] parece que dentro das regiões fronteiriças, zonas de articulação ou tensão, o modelo antigo permite ainda analisar os fenômenos humanos e econômicos de uma maneira satisfatória desde que a gente redefina os

⁶³ Que ce soit le scientifique qui les trace par ses mesures ou le diplomate par ses traités, elle sont irréelles (Ratzel, 1988, p. 330).

conceitos e que a gente introduzisse os dados quantitativos.⁶⁴

A geografia alemã não tem sido a única a preferir a zona fronteira: a escola inglesa também apresenta suas contribuições, principalmente nas primeiras duas décadas do século XX, quando muitos autores descobrem a importância da ideia de zona. Para os ingleses, a realidade concreta seria, desde então, a fronteira zonal e não mais a fronteira linear. Guichonnet e Raffestin (1974) informam que os anglo-saxônicos ainda hoje utilizam dois termos que se complementam, o *boundary* e a *frontier*. Enquanto o primeiro designa a linearidade, o segundo designa a zona ou região de contato e trocas. Na América do Norte, sobretudo a partir da tese de Turner (1893), fronteira passou a designar zona de movimento e expansão da colonização interna ao país, enquanto a linha indica a divisão entre países. (KNAUSS, 2004). A proposição turniana foi também adotada no Brasil a partir dos anos de 1950.

A escola francesa, influenciada pela escola alemã, embora em oposição ao determinismo, também faz sua escolha pela fronteira zonal, e que tem sido mostrado pelo viés da geografia política desde 1911, por Camille Valaux, autor que mostrou as relações sociais permanentes e existentes ou propensas a se formar através da evolução histórica sobre uma zona de fronteira. Na percepção de Valaux (1911), a zona de fronteira é espaço de disjunção, mas é também espaço de união, e sobretudo de interpenetração, onde ocorre uma luta incessante entre elementos de integração e de desintegração. É por essa razão que os aportes das escolas alemã, inglesa e francesa podem ser, em parte, utilizados ainda na atualidade. (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974, p. 33).

No aporte teórico clássico, desde Ratzel, está presente a noção de zonalidade e as reflexões comumente admitidas entre os geógrafos são de que a linearidade da fronteira é uma abstração ou uma ilusão, e sua materialidade se encontra somente na cartografia, embora em pleno século XXI alguns países tentem materializá-la sobre o terreno. É o caso dos Estados Unidos, que construíram um

⁶⁴ [...] il semble que dans les régions frontalières, zones d'articulation ou de tension, le modèle ancien permette encore d'analyser les phénomènes humains et économiques d'une manière satisfaisante pour autant qu'on redefinisse les concepts et que l'on introduise des données quantitatives (Guichonnet e Raffestin. (1974, p. 31)

muro na fronteira com o México; de Israel, que continua a edificar seu muro na fronteira com a Cisjordânia-Palestina, sem falar daquele da Irlanda do Norte para separar católicos de protestantes etc. Mas o debate sobre linearidade e zonalidade não se encerra, e os autores inclinados a saber se a fronteira é uma linha ou uma zona, parecem não tomar uma posição definitiva, observando-se uma tendência à sobreposição das duas noções. (VELASCO-GRACIET, 1998).

P. George (1974, p. 25) argumenta que *“a fronteira não pode ser concebida como uma linha absoluta, pois ela tem movimento de idéias, de homens, de bens e dos capitais, as fronteiras são espaços de compenetração”*⁶⁵ (P. GEORGE, 1974, apud VELASCO-GRACIET, 1998, p. 26). Utilizando as duas noções, Raffestin (1974, p. 27) diz: *“mesmo se o estudo da zona é mais pertinente, a zona e a linha fazem parte de um todo”*.⁶⁶ Para ele, um estudo que aborde a zona fronteiriça deve considerar também a natureza ou o contexto da linha e seus processos de fixação. Ao lado desses autores, Machado (2005, p. 256) explica:

[...] os cunhos militares, imperiais ou imperialistas dados aos processos de expansão de fronteiras territoriais não dão conta de outros processos territoriais – de povoamento, colonização e interação – vinculados à noção de fronteira. Quando empregada para designar tais processos é que se torna apropriado associar fronteira às noções de zona ou região.

Outro debate fundamental que atravessou a geografia das fronteiras diz respeito ao seu caráter natural. O senso de fronteira natural parece ter sido mais utilizado no século XVIII e parte do século XIX, período em que o pensamento geográfico estaria ainda muito aprisionado ao determinismo naturalista, mas seria rejeitado pela geografia já no final do século XIX, pois os geógrafos compreenderam que a natureza não cria fronteiras, todas as fronteiras lineares – naturais ou artificiais – são construções humanas. (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974; RENARD, 1997 e 2002). A ideia de fronteira natural, embora já estivesse presente no senso da

⁶⁵ La frontière ne peut étre conçue comme une ligne absolue car il y a mouvements des idées, des hommes, des biens et des capitaux, les frontières sont des espaces compénétrants. (George, 1974, apud Velasco-Graciet, 1998, p. 26).

⁶⁶ Même si l'étude de la zone est plus pertinente, la zone et la ligne font partie d'un tout (Raffestin, 1974, apud Velasco-Graciet, 1998, p. 26).

palavra, (monte, montanha, rios, precipícios etc.), aparece com a Revolução francesa e se ampara na Filosofia das Luzes. Sua noção estava ligada ao pensamento de que a “*boa fronteira*” deve apoiar-se sobre elementos físicos naturais, acidentes geográficos, como uma cadeia de montanhas, pois ela seria elemento auxiliar numa estratégia militar de guerra, facilitaria o controle dos movimentos de forças inimigas ou adversárias. (FOUCHER, 1986).

Diferentemente dos alemães que defendiam a fronteira natural, a França nunca a elegeu como uma “doutrina de Estado” (MARTIN, 1997), mas lá também se nota a valorização da natureza, notadamente na declaração do abade francês Gregório, que para justificar a união da *Savoie*, em novembro de 1792, fazia apelo à teoria das fronteiras-naturais alegando que “*a França é um todo que se basta a ela mesma porque em tudo a natureza lhe tem dado as barreiras que a dispensam de se alargar de forma que nossos interesses estão de acordo com os princípios*” (GREGÓRIO, 1792 apud ANCEL, 1934, p. 75). Dois meses mais tarde essa declaração inspirava Danton (1793) a escrever: “*os limites da França são marcados pela natureza; nós os aguardaremos dentro de quatro cantos: do Oceano ao Reno, aos Alpes, aos Pirineus*” (DANTON, 1793 apud ANCEL, 1934, p. 75).

Objeto de controvérsia entre alemães e franceses, a fronteira natural era, no pensamento de Ratzel (1988, p. 349), suporte natural para a linha, mas em suas reflexões ele deixava claro que “*os acidentes da crosta terrestre que põem obstáculos à progressão da vida não podem evidentemente retardar os movimentos das populações e limitar o desenvolvimento estático*”.⁶⁷ Para ele, a natureza serve de suporte para a fronteira linear, mas montanhas, rios ou outros acidentes físico-geográficos não são barreiras intransponíveis: podem até parar um movimento, mas não significa que essa parada do movimento seja definitiva. Na França, Ancel (1938, p. 81) rejeitaria categoricamente o conceito de fronteira natural argumentando: “*a natureza não cria jamais uma fronteira quando ela ordena um alto ao homem*”. Para ele, “*a fronteira pode ser preparada, mas jamais determinada pela natureza*”.

⁶⁷ Les accidents de l'écorce terrestre qui posent des obstacles à la progression de la vie, ne peuvent évidemment que retarder les mouvements des peuples et limiter le développement étatique (Ratzel, 1988, p. 349).

Desse modo, entre os franceses prevaleceria a teoria da fronteira espiritual com valor cultural mais significativo que a fronteira natural, enquanto entre os alemães seria mais tarde adotada a língua como critério de fronteira natural humana, aceção que posteriormente ajudaria a própria unificação do povo germânico. (MARTIN, 1997). Mas, ante os debates entre franceses e alemães, já no final do século XIX e começo do século XX os geógrafos admitiriam que um território constituído por fronteiras dadas pela natureza é uma construção humana que faz parte de um discurso utópico. No prefácio de *A Marcha da Humanidade*, de Vidal de La Blache, Fernandes Martins (1921, p. 10) escreve: “*Não se pode negar a influência do meio físico na evolução dos grupos, mas quando se fala de fronteiras naturais, quando se escutam alusões a espaço vital... Cuidado! Tratemos de investigar a que imperialismo estarão estes mitos a servir de máscara*”.

O debate sobre o mito da fronteira natural e do que seria uma boa fronteira, se a natural ou a artificial, revela-se ambíguo e contemporâneo, e embora não seja mais aceito pela Geografia, ainda tem suas ramificações. Por exemplo: Sautter (1981) estabelece um quadro da boa fronteira a qual deve responder, segundo ele, as seguintes exigências: “*não cortar em parte alguma o conjunto cultural ou político significativo; se apoiar sobre certos traços físicos indiscutíveis (linha de relevo, rios etc.); circular dentro de um vazio humano relativo*”⁶⁸ (SAUTTER 1981, apud VELASCO-GRACIET, 1998, p. 28). Em revanche, Foucher (1986, p. 128) assevera: “*a fronteira é uma criação humana e não da natureza*”. Aliás, todas as fronteiras lineares são por essência uma criação dos homens.

Ante essas concepções teóricas, a questão subentendida aqui é a do método: como devo proceder para dar uma objetividade às concepções teóricas precedentes? As leituras de autores consagrados sobre as questões de fronteira não explicitam claramente os passos sobre a questão de método, mas é possível entender que muitos deles recorrem à historiografia sistêmica e às tipologias classificatórias, algumas vezes como método e outras vezes como descrição.

⁶⁸ [...] ne couper en partie aucun ensemble culturel ou politique significatif; s'appuyer sur certains traces physiques indiscutables (ligne de relief, fleuve, etc...); circuler dans un vide humain relatif. (Sautter 1981 apud Velasco-Graciet, 1998, p. 28)

(VELASCO-GRACIET, 1989). Isso fica claro, em parte, na literatura francófona, em autores como Jacques Ancel, Roger Dion, Claude Raffestin e outros que se utilizam total ou parcialmente da historiografia e das tipologias como método para análise e apreensão da emergência e da noção do fenômeno fronteira no tempo e no espaço.

Por essa perspectiva, os autores têm abordado desde a gênese da palavra fronteira, a diversidade das linhas de contato e das zonas de separação, até mesmo de como os limites foram evoluindo e se fechando, como ensina Claval (1974, p. 9), “*antes mesmo que o território encontre sua unidade, fechando-se dentro de um quadro de fronteiras lineares mais ou menos estáveis depois do século XVIII*”. Assim, pelo viés da historiografia sistemática e das tipologias classificatórias, os autores mostram que em períodos precedentes à Idade Média várias são as noções atribuídas às fronteiras, (espaço místico-sagrado, fronteiras-muralhas que separam culturas, caminho de ronda, frente militar, zonas-tampões, marcha-separantes, deserto-fronteiras etc.).

Entretanto, como já mencionado anteriormente, a *noção* de fronteira enquanto conceito científico se afirmaria com o aparecimento da cartografia e com o Estado-nação. Com a Filosofia das Luzes, nasce a ideia de *nação*, forjada lentamente na Europa e posta em prática na França com a Revolução. A ideia de *nação* se funda sobre ideais de liberdade e pertencimento de um grupo tendo a mesma cultura e língua, cujos ideais, contribuiriam na construção do sentimento de “espírito nacional”. Conforme Machado (2005, p. 247), a *nação* enquanto *princípio de identidade* teria surgido

[...] da necessidade de as comunidades modernas serem reconhecidas e terem algum conforto ante um mundo instável e indiferente, ou seja, compartilhar língua, cultura, tradições, história permite que pessoas reconheçam umas as outras, com vantagem adicional de facilitar a cooperação e a proteção.

É do sentimento de nacionalidade que, em parte, se estrutura o Estado nacional. Embora este último apareça no terreno da nação, para existir ele necessita também de bases territoriais circunscritas por limites como identificadores dos grupos. Desse modo, o conceito de *território* se aproxima daquele de *nação* pelo sentimento ou consciência de apropriação. *Território* implica sempre apropriação

de um espaço, e enquanto espaço apropriado deve ser circunscrito por fronteiras lineares, visíveis ou não para diferenciar os grupos de cultura e línguas distintas. (BRUNET e THÉRY, 1993; LÉVY e LUSSAULT, 2003) Com o Estado-nação o território se torna patrimônio coletivo, e a defesa de sua integridade, dever do Estado. (VELASCO-GRACIET, 1998). Assim, o conceito de fronteira se amplia e no período moderno passa a designar o limite territorial de um Estado-nação para o exercício da sua soberania.

Os séculos XVIII e XIX parecem ter sido períodos de afirmação política das fronteiras e de sua produção, sobretudo na Europa. Raffestin (1993) informa que a guerra de 1914-1918 com o Tratado de Versalhes a Europa parece “[...] *ter sido uma máquina de fabricar fronteiras*”. Segundo Velasco-Graciet (1998), essa afirmação das fronteiras políticas se traduz por dois sentidos ou imagens: o primeiro repousa sobre a ideia de ruptura que designa uma descontinuidade política e espacial entre Estados vizinhos, enquanto o segundo se traduz pela concepção da nação de cidadãos. Com isso, a fronteira linear adquire, desde então, novas funções: controle político, militar, fiscal e aduaneiro etc., mas adquire também a função ideológica e simbólica para exprimir o sentimento de nacionalidade (símbolos nacionais, como a bandeira etc.). Após os séculos XVIII e XIX, períodos de intensas demarcações ou delimitações estabilizantes entre países, chega-se ao período contemporâneo que se caracteriza pela tendência à supressão das fronteiras e não mais pela delimitação, embora ainda existam numerosos conflitos nesse sentido. (VELASCO-GRACIET, 1998).

Portanto, se a Europa foi um continente de partições, tendo influenciado o mundo no traçado dos limites e nas divisões políticas territoriais entre países, é ainda lá na Europa que se vê desenhar a tendência de suprimir fronteiras. Essa tendência, embora tenha raízes mais profundas, repousa na constituição do Mercado Comum Europeu, que mais tarde evoluiu para União Europeia. A partir desse evento, e notadamente com a queda do muro de Berlim, a desintegração da URSS e a formação de novos blocos econômicos no mundo, novos debates sobre a fronteira emergiram na escala global. Mas, em relação às pesquisas científicas sobre fronteira, o que caracteriza o período precedente aos anos 1970 foram as contínuas buscas de novos métodos para a apreensão do aparecimento das fronteiras.

De acordo com Velasco-Graciet (1998, p. 29), as pesquisas direcionadas a compreender a criação das fronteiras são numerosas e por diferentes motivos (“*econômicos, biossocial, políticos etc.*”), embora paradoxais. Mas o que a história da Geografia guardou desse período, foi o recurso constante às tipologias utilizadas tanto como métodos, quanto como descrições. A autora diz ainda:

[...] as tipologias são os elementos de apreensão da experiência que classificam os dados concretos a partir de um critério a priori (político, jurídico, econômico etc.). Eles são seletivos porque não podem evidentemente levar em conta qualquer critério dentro de uma realidade dada; eles são também subjetivos porque a escolha desses critérios obedece, a priori e, no geral, as concepções da verdade própria a uma disciplina a uma época dada.⁶⁹

Ainda segundo Velasco-Graciet (1998), antes dos anos 1970 as tipologias apresentavam a grande vantagem de simplificar a multiplicidade dos dados concretos e de introduzir uma ordem. Mas os métodos até então utilizados para estudar as fronteiras eram muito rígidos, muito restritivos e de certa forma evolucionistas. No entanto, desde 1974, data da última tipologia proposta por Raffestin (1974), esse método não tem mais sido praticado. As principais tipologias elaboradas no período clássico foram: tipologia genética; tipologia evolutiva, tipologia tripartite de Camille Valaux; tipologia de Ratzel; tipologia funcional, tipologia morfológica ou fenomenológica, tipologia geopolítica e tipologia socioeconômica. (RAFFESTIN, 1974; VELASCO-GRACIETA, 1998).

Com o fim das tipologias, as teorias de fronteira desde os anos 1970 parecem renovar-se e mudar também seus métodos de investigação. Foucher (1984, p.122) também admite essa nova tendência e lança um “*alto às tipologias*”, advertindo que esse método é deficiente e oculta “*uma vontade de determinar a boa fronteira ou a fronteira ideal*” Para ele, “*não existe boas fronteiras dentro do absoluto, mas fronteiras reais apresentando mais vantagens políticas estratégicas, econômicas para uns ou para*

⁶⁹ [...] Les typologies sont des éléments d’appréhension de l’expérience qui classent les données concrètes à partir d’un critère a priori (politique, juridique, économique, etc.). Elles sont sélectives puisqu’elles ne peuvent évidemment prendre que quelques critères en compte dans une réalité donnée; elles sont aussi subjectives puisque le choix de ces critères est a priori et, en general, obéit aux conceptions de la vérité propre à une discipline à une époque donnée. (Velasco-Graciet, 1998, p. 30).

outros a um momento histórico dado”⁷⁰ (FOUCHER 1984 apud VELASCO-GRACIET, 1998, p. 33). Em outra obra, Foucher (1986, p. 44) escreve:

[...] para estudar a diversidade das situações de fronteiras, que são cada uma o produto de uma combinação singular de elementos identificáveis dentro das duas categorias do tempo e do espaço, é útil de combinar dois pares de métodos de análise, o espacial e o temporal.⁷¹

Contudo, diante de um mundo aparentemente quase todo delimitado por fronteiras político-territoriais e diante da tendência atual da “supressão das fronteiras econômicas”, podemos tomar de empréstimo de Claval (1974, p. 9) a seguinte questão: “*o que fica então de interessante para aquele que se apaixona pelos problemas da organização política do espaço?*” Para esse autor, permanecem fundamentalmente dois campos: “*o estudo das zonas onde a diferenciação subsiste, onde ela é mesmo exacerbada pela uniformidade que conseguimos criar ao seu redor - quer dizer, o estudo das fronteiras; seguida à análise das formas de organização territorial [...]*”,⁷² pois as regiões fronteiriças, zonas de articulação entre Estados nacionais, têm sido há muito tempo negligenciadas e, por que não dizer, esquecidas pelos Estados, que se interessam muito mais pelas regiões centrais do que pelas regiões periféricas.

Na mesma direção, Velasco-Graciet (1998, p. 35) indica que o estudo das *zonas de fronteiras* ou das fronteiras é objeto de interesse científico, ao menos, por dois motivos: primeiro “*porque elas têm resistido ao movimento geral de homogeneização (elas têm guardado suas especificidades particulares em relação ao resto do mundo)*”; segundo, e de maneira intrínseca ao primeiro, “*porque, há*

⁷⁰ [...] il n’y a pas de bonnes frontières dans l’absolu mais dès frontières réelles présentant plus d’avantages politiques stratégiques, économiques pour lés uns ou pour lés autres à um moment historique donné Foucher, 1984 apud Velasco-Graciet, 1998, p. 33).

⁷¹ Pour étudier la diversité des situations de frontières, qui sont chacune le produit d’une combinaison singulière d’éléments identifiables dans les deux catégories du temps et de l’espace, il est utile de combiner deux paires de méthodes d’analyse spatiale et temporelle. (Foucher, 1986, p. 44).

⁷² Que reste-t-il donc d’intéressant pour celui qui se passionne pour les problèmes d’organisation politique de l’espace? Essentiellement, deux domaines: l’étude des zones où la différenciation subsiste, où elle est même exacerbée par uniformité qu’on a réussi à créer tout autour – c’est-à-dire l’étude des frontières; l’analyse ensuite des formes d’organisation territoriale [...]. (Claval, 1974, p. 9)

muito tempo ignoradas, elas são [hoje] ricas de ensinamento e propícias a novas pesquisas”.⁷³

Portanto, contemporaneamente, novo eixo teórico-metodológico sobre a concepção de fronteira parece colocar-se em construção apontando que o objeto de interesse dos geógrafos não é mais exclusivamente o conflito e nem a escolha da melhor linha ou do traçado, mas compreender o papel das regiões fronteiriças, zonas de articulação entre os Estados Nacionais, sob novas lentes conceituais e metodológicas. Trata-se, portanto, de estudar as interações das zonas fronteiriças, sob duas ópticas: a primeira pela tendência de sua disfuncionalização ante as aberturas econômicas e a globalização dos fluxos; a segunda, sobre as interações sociais, culturais e econômicas entre as pessoas que vivem de um lado e do outro das zonas fronteiriças, regiões tradicionalmente consideradas marginais pelos seus Estados, tanto do ponto de vista de sua localização quanto das forças centrífugas e econômicas. Em outras palavras, a fronteira pode ser estudada sob duas dimensões: uma físico-geográfica (territoriais, regionais), e a outra pela dimensão humana (jurídicas, políticas, culturais etc.). (LACASSE, 1974). Em 1974 Raffestin já indicava que a fronteira deveria ser estudada como fenômeno social, pois

[...] sobre um plano estritamente científico, o que tem dado um novo impulso ao estudo da fronteira é certamente a explicação do seu caráter social. As pesquisas de Lattimore e Gottmann [...] tem largamente contribuído a revelar esta idéia da fronteira como fenômeno social e não mais exclusivamente espacial⁷⁴ (RAFFESTIN, 1974, p. 12).

Por essa linha de pensamento, a noção de fronteira parece hoje estar muito mais próxima da ideia de contato e ligação do que de corte ou separação. Lacasse (1974, p. 198) também nos mostra que a noção de fronteira desde os anos 1970 está em profunda mutação e

⁷³ [...] parce que leurs abords ont résisté au mouvement général d’homogénéisation (ils ont donc gardé leurs spécificités particulières par rapport au reste du monde. [...] de façon liée, parce que longtemps ignorées, elles sont riche d’enseignement et propices à de nouvelles recherches. (Velasco-Graciet, 1998, p. 35).

⁷⁴ Cependant, sur un plan strictement scientifique, ce qui a donné une impulsion nouvelle à l’étude de la frontière est certainement l’explication du caractère social de celle-ci. Les recherches de Lattimore et Gottmann, [...], ont très largement contribué à dégager cette idée de la frontière phénomène social et non pas exclusivement spatial. (Raffestin, 1974, p.12).

analisa que a fronteira “*de linha torna-se zona; de física torna-se cultural; de espacial torna-se funcional; de não permeável torna-se permeável; de horizontal torna-se vertical; de política torna-se, de certa forma, regional*”.⁷⁵ Assim, o geógrafo que se interessa pelas fronteiras deve primeiramente modificar sua visão, pois a fronteira é hoje um conceito pertinente a estudos somente se ela for ligada ao estudo das populações que a costeiam, ou seja, das populações que vivem dentro das regiões fronteiriças. (VELASCO-GRACIET, 1998, p. 35). Desse modo, a tendência da geografia das fronteiras parece voltar-se cada vez mais em direção a uma geografia regional. Mas, diante dessa nova corrente de pensamento em construção, qual o método mais apropriado para o estudo das fronteiras?

Autores contemporâneos parecem concordar sobre o fato de que a fronteira, mais que um mero objeto geográfico em si, é objeto complexo que está amarrado a outros elementos e, portanto, não pode ser mais estudada exclusivamente pelas relações de poderes entre países, mesmo se essas relações sejam sempre questões de fronteira nacional. Por outro lado, sendo a fronteira objeto que condiciona e é condicionada por outros elementos, ela pode ser igualmente estudada por diferentes métodos, tanto de maneira geral (não apenas dentro de seu aspecto espacial), quanto recorrendo a outras disciplinas que tratam de fronteiras, no sentido de caminhar em direção ao senso que traz hoje a geografia das fronteiras, uma geografia que se constrói e acolhe os aportes teóricos e disciplinares exteriores. (VELASCO-GRACIET, 1998).

2.3. O retorno da geografia das fronteiras a partir dos anos 1970

Em 1974 Raffestin escreveu: “se depois de uma quinzena de anos, os geógrafos de expressão francesa se interessam cada vez mais pelos problemas de fronteiras, isso nem sempre tem sido assim”. Para esse autor, a falta de interesse pelos estudos de fronteiras pode ser explicada por várias razões, mas duas delas merecem ser lembradas: “[...] *a primeira, de natureza histórica, reside dentro da reputação comprometida da geografia política; e a*

⁷⁵ [...] la notion de frontière: de ligne elle deviendrait zone; de physique elle deviendrait culturelle; de spatiale elle deviendrait fonctionnelle; de non permeable elle deviendrait permeable; d'horizontale elle deviendrait verticale; de politique elle deviendrait, en quelque sorte, régionale (Lacasse, 1974, p. 198).

*segunda, de natureza metodológica, [...], pela ausência de uma problemática adequada e de aportes específicos permitindo cercar o fenômeno da fronteira*⁷⁶ (RAFFESTIN, 1974, p. 12).

Dentro do espírito clássico, os autores consideravam tradicionalmente como objetos de pesquisas aspectos históricos, jurídicos e geopolíticos da fronteira, tendo como questões a evolução das fronteiras, sua delimitação, os conflitos fronteiriços etc. Tais estudos, por mais úteis que tenham sido não foram suficientemente capazes de nos oferecer um quadro de apreensão das relações entre o comportamento dos habitantes das regiões fronteiriças e a própria fronteira enquanto conjunto ou sistema de relações sociais e não apenas de relações políticas e de poderes entre territórios nacionais. (LACASSE, 1974, p. 187). Mas é a partir daqueles estudos que se chega às questões atuais em matéria de estudos da fronteira, ou seja, eles são importantes na medida em que nos auxiliam a reconhecer a necessidade de novas ferramentas na análise das fronteiras. Por conseguinte, se no passado os estudos de fronteira eram considerados mais como fenômeno político, a tendência atual parece apontar para um contexto mais humano social e cultural capaz de nos oferecer uma apreensão mais justa e real da fronteira e das relações dos habitantes fronteiriços. (VELASCO-GRACEIT, 1998).

Na percepção de Raffestin (1974), desde os anos 1970, na Europa e também no mundo em geral, novas direções de pesquisas se abrem e com elas se alarga a possibilidade de novas análises sobre a fronteira. A constatação de inúmeros trabalhos regionais voltados, mormente aos movimentos de integração europeia, levou os geógrafos a tomarem consciência da rigidez do conceito político tradicional, não alcançando uma análise capaz de explicar o efeito da fronteira sobre as populações fronteiriças. Essa consciência do problema levou os geógrafos a dirigir suas pesquisas para as zonas fronteiriças, espaços considerados discriminados ou marginalizados pelos Estados, mas que diante das integrações econômicas, já se tornam hoje centrais. Por esse viés, novos questionamentos emergem

⁷⁶ Si depuis une quinzaine d'années, les géographes d'expression française s'intéressent de plus en plus aux problèmes de frontière, il n'en a pas toujours été ainsi. [...]. Les raisons de cette désaffection sont multiples mais deux d'entre elles méritent d'être relevées: la première, de nature historique, reside dans la réputation compromise de la géographie politique aux yeux des géographes [...] et la seconde, de nature méthodologique, s'explique par l'absence, d'une part, d'une problématique adéquate et, d'autre part, d'approches spécifiques permettant de cerner le phénomène de la frontière (Raffestin, 1974, p. 12).

e os geógrafos buscam compreender: o que traduz uma fronteira? O que ela diferencia e o que ela religa? A resposta a tais questionamentos já apareceria, em parte, nos escritos de Gottmann em 1952:

[...] a fronteira, quer ela seja terrestre ou marítima, é um lugar de contato com o exterior, quer dizer, com as comunidades políticas tendo uma organização diferente daquela do território do qual a gente considera a situação. Esta organização diferente significa um circuito de circulação um pouco diferente e dos símbolos diferentes dentro do domínio dos atributos do Estado (bandeira, forças armadas, moeda, justiça etc.). Lá a fronteira é [...] zona de contatos, onde as características que a gente quer separar acabam precisamente por se misturar ou se embaralhar. É zona de interpenetração entre as populações fronteiriças ou vizinhas⁷⁷ (GOTTMANN, 2007, p. 133-135).

Tal ponderação já apontava a necessidade de refletir sobre a rigidez do conceito de fronteira e a necessidade de novas análises que levassem em consideração não apenas a separação ou divisão, mas também as populações fronteiriças, tanto em sua dimensão social quanto cultural. Anos mais tarde Raffestin (1974, p. 23) faz emergir nova hipótese para o estudo das fronteiras: a de uma *fronteira espacial e social*. Esse autor chama atenção para o fenômeno social da fronteira e explica que para apreendê-la os pesquisadores devem levar em consideração o tempo e espaço. Em suas palavras: “*enquanto fato social, a fronteira é também um fato espaço-temporal, e ela não delimita somente um território stricto-sensu, mas bem mais um envelope espaço-temporal*”⁷⁸, quer dizer, o lugar da realização de um sistema de relações.

⁷⁷ De plus en plus la frontière, qu'elle soit terrestre ou maritime, est un lieu de contacts avec l'extérieur, c'est-à-dire avec des communautés politiques ayant une organisation différente de celle du territoire dont on considère la situation. Cette organisation différente signifie un circuit de circulation un peu différent et des symboles différents dans le domaine des attributs de l'État (drapeau, force armées, monnaie, justice, etc.). La frontière est un front de contacts [...]. Le fait essentiel est que la frontière passe par définition dans une zone de transition, de contacts, où les caractéristiques que l'on veut séparer viennent précisément s'enchevêtrer. (Gottmann, 2007, p. 133-135).

⁷⁸ Em tant que fait social, la frontière ne delimita pas seulement un territoire sensu stricto mais bien davantage une enveloppe spatio-temporelle [...]. (Raffestin, 1974, p. 23).

Desde então, verifica-se que a geografia das fronteiras busca novos aportes teóricos e metodológicos, e nessa busca, autores, como Gottmann (2007), Lacasse (1974), Raffestin (1974) e outros apontam que a fronteira é, por um lado, realidade social e espacial; por outro lado, é zona que contorna o limite. Essa zona guarda uma realidade muito particular, no meio da qual se operam práticas singulares entre dois ou mais territórios políticos distintos. (RAFFESTIN, 1974). Tais reflexões permitem considerar que a renovação da geografia das fronteiras está ligada, fundamentalmente, à busca de novos métodos de análise, mas ela se inscreve também dentro de uma problemática muito mais ampla que a geografia tradicional. Como explica Renard (1997), desde os anos 1970 os geógrafos têm-se inclinado mais sobre a articulação dos espaços fronteiriços, considerando não mais o conflito, mas a dimensão social, econômica e cultural das fronteiras. Mas, em linhas gerais essa renovação repousa também sobre três grandes campos: *o ambiente político, estratégias de domínios territoriais e o campo econômico e social.* (ver quadro 1).

Quadro 1 - Renovação da Geografia das fronteiras	
Ambiente Político:	- turbulências terceiro- mundistas; - guerra fria lógica de blocos; - afundamento do bloco comunista; - construção da U.E.
Estratégias de domínios territoriais:	- territorialização dos espaços marítimos; - vontade de conquista dentro do terceiro-mundo; - domínios dos recursos naturais: água, hidroc.
O campo econômico e social:	- mundialização, globalização dos fluxos; - novas imigrações; - fim dos Trinta Gloriosos, crise econômico e social.

Organizado pela autora, segundo Renard, (1997, p. 95).

Novos debates surgem, notadamente nos anos de 1990, quando se verifica maior interesse dos geógrafos em responder questões que emergem no âmbito da integração econômica e da

globalização. Há quarenta anos, avaliando a situação europeia Claude Raffestin (1974, p. 23) escreveu:

[...] é de fato nos movimentos de integração econômica que se vê acentuar o interesse de novos estudos sobre a fronteira, pois se percebeu [...] que a fronteira podia ter efeitos múltiplos e variados e que ela era bem mais um fato social que um fato espacial *stricto sensu*.

É essa também a visão de Anderson (1996), quando analisa a problemática de fronteira na Europa e mostra que essa temática foi durante muito tempo tratada como questão marginal; porém, desde os anos de 1990, tornou-se debate constante nas relações políticas internacionais, em particular sobre o desmantelamento dos controles fronteiriços da União Europeia. Para ele, essa relativa negligência em relação às fronteiras “[...] *escondeu temporariamente incertezas sobre a sua natureza, as suas funções e os seus significados*”. (ANDERSON, 1990).⁷⁹

O primeiro e mais conhecido bloco surgiu em 1951, sob a denominação de Mercado Comum Europeu, que evoluiu de bloco econômico para uma nova unidade política, a União Europeia (UE). Seguiram-se outras iniciativas de integração entre países (NAFTA, MERCOSUL) com ênfase estritamente econômica, porém a ausência de integração político-institucional não tem impedido a reestruturação das relações transfronteiriças, embora em muitos aspectos tal restrição político-institucional crie nova ordem de questões. (MACHADO, 2000). Superpondo-se ao debate centrado nos blocos econômicos surgiu, nos últimos vinte anos, outro debate mais amplo: o da “globalização”.⁸⁰ Nele a metáfora da “*porosidade das fronteiras internacionais*” serviu para difundir a ideia de que a globalização acabaria com os Estados nacionais e, portanto, com as fronteiras políticas.

Segundo Machado (2000), o novo impulso nos estudos sobre o papel das fronteiras e limites se deve às incertezas sobre os Estados

⁷⁹ Disponível em: webmestre@conflits.org-@cultures&conflits. Acesso em: maio de 2002.

⁸⁰ De acordo com Milton Santos (2001), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. [...] Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes [...]” (SANTOS, 2001, p. 23 e 24).

nacionais e se eles estariam sendo enfraquecidos pela chamada globalização da economia e pela formação de blocos econômicos regionais. Diante desses novos agenciamentos políticos e econômicos, a problemática das fronteiras aparece então como questão central das relações internacionais, sobretudo no interior dos blocos econômicos, havendo a necessidade de apreendê-las de uma nova maneira. Uma delas é conhecer melhor as zonas de articulação entre Estados soberanos. Ainda de acordo com Machado (2005, p. 257 e 258):

Diante de teses atuais sobre a ‘porosidade das fronteiras’ e a eventual perda de sentido dos limites internacionais como possível efeito do “enfraquecimento” do sistema interestatal, emerge o interesse em focalizar a terra limitânea dos Estados nacionais para avaliar como a população fronteiriça vive e negocia os efeitos das diferenças entre sistemas territoriais e as conseqüências das políticas decididas em seus respectivos centros nacionais.

A supressão dos controles físicos nas fronteiras da União Europeia e Estados Unidos-Canadá e a abertura econômica dentro de um mundo aparentemente cada vez mais globalizado não apenas colocou o senso de fronteira em questão, como também favoreceu a proclamação da obsolescência das fronteiras e o enfraquecimento dos Estados nacionais. A instantaneidade das informações pelos meios de comunicação e a velocidade dos meios de transportes de todas as ordens, a mundialização dos fluxos econômicos e sua intensificação, a mobilidade das pessoas cada vez mais crescente em escala global são eventos sem precedentes na história e aludem a um “espaço global aberto” e “sem fronteiras”. Estaríamos vivendo um período em que as sociedades estariam caminhando em direção a um mundo sem fronteiras políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais? A questão não é apenas utópica, chega a ser delirante.

Para Haesbaert (1998^a, p. 11), o debate sobre a “*supressão das fronteiras e a crise do Estado-nação*” está centrado na chamada globalização. Para ele,

[...] o mundo nunca teve tantos Estados-nações e problemas por (re) definição de fronteiras; o Estado, embora restringindo seu papel econômico [...] continua protecionista em importantes áreas, inclusive no controle

das fronteiras para evitar a intensificação de fluxos migratórios [...].

Concordamos com o autor, pois na medida em que os fluxos de bens, de capitais e de ideias se multiplicam e se ampliam, os Estados têm fechado suas fronteiras, sobretudo à migração de populações. Exemplo disso têm sido os Estados Unidos e também países da União Europeia, como França, Espanha, Portugal e outros, que nos últimos anos enrijeceram as políticas migratórias contra países do hemisfério sul. O atual presidente da França, Nicolas Sarkozy, parece ter sido eleito, em parte, pelo veemente discurso contra a migração, quando em campanha teria dito: - “*sim, nós queremos migrantes, mas nós os escolheremos*”.⁸¹

O protecionismo comercial, com quotas de importação, acordos de autolimitação sobre certos produtos etc., revelam que os Estados continuam protecionistas e a função da fronteira plenamente exercida, como já disse Haesbaert (1998). Mas a ideia de “fim das fronteiras” também tem sido muitas vezes reforçada pela mídia, que tem papel importante dentro das representações da sociedade. Por exemplo: Arnaldo Bortese, inspetor da Receita Federal brasileira em Dionísio Cerqueira (SC), em entrevista que nos concedeu em 2003, diz que o advento do Mercosul em 1994 levou a mídia a divulgar que dali em diante “*não haveria mais fronteira*” e isso levou a população a acreditar que tudo estava liberado na fronteira. “*Então achavam que podiam pegar um caminhão, ir lá do outro lado e comprar tudo o que quisessem e entrar no Brasil porque não teria mais controle na fronteira. Não é bem assim [...]*”. Cinco anos mais tarde, o mesmo entrevistado revela que dentro do Mercosul os controles fronteiriços têm sido muito mais rigorosos que no passado, em parte devido às

⁸¹Frase da campanha política de Sarkozy repetida por estudante francês em junho de 2009 na *Aumônerie des Etudiants* de Pau – França, espaço criado pela igreja católica francesa, destinado a acolher e apoiar estudantes estrangeiros. É também espaço de encontros onde são discutidos temas diversos propostos pelos próprios estudantes que dele participam. A questão da migração foi tema de uma reunião entre estudantes estrangeiros dirigida pelo Padre Dominic o qual relatou naquela reunião que um estudante de origem marroquina, que cursava matemática na *Université de Pau*, por não ter recebido a carta de séjour e estar ilegal no país, foi preso dentro da universidade e levado pela polícia francesa junto a um navio de carga e mandado de volta a seu país de origem.

constantes imposições colocadas por mercados de outros blocos com quem o Mercosul negocia, como, por exemplo, a União Europeia.⁸²

Mas, por outro lado, não podemos negar que em muitos aspectos as fronteiras tornaram-se mais porosas, e se considerarmos a lógica das redes na estruturação das trocas, da mundialização dos fluxos econômicos, da comunicação, das integrações regionais, veremos que esses são fenômenos que indicam uma modificação, tanto nas práticas das funções e controles quanto na significação das fronteiras políticas e nos leva a considerar o pensamento de Amilhat-Szary e Fourny (2006, p. 7) para as quais as “*territorialidades contemporâneas, de múltiplas maneiras se libertam das fronteiras*”. Quer dizer, ante as aparentes aberturas econômicas, certos controles são flexibilizados pelas políticas econômicas intra e extrablocos, mas a fronteira política linear entre territórios nacionais está longe de ser suprimida ou apagada, e isso pode ser notado especialmente com o ressurgimento dos nacionalismos que reivindicam sua independência ou de idioma, como, por exemplo, a Catalunha, na Espanha, que quer sua independência outrora perdida, mas quer também sua inserção dentro da União Europeia; o mesmo ocorre com os bascos.

Assim, enquanto as funções de controle econômico parecem mais flexíveis em tempos de globalização e mercados regionais, outros controles políticos enrijecem e até mudam de lugar, como, por exemplo, o controle migratório, extremamente rígido nos aeroportos internacionais que podem ser vistos como novas fronteiras no interior dos territórios. É o que ocorre nos Estados Unidos, especialmente após os eventos de 11 de setembro de 2002.

Foucher (2007, p. 7-10) revela que na Europa, “*após 1989, em média, 14.000 mil quilômetros de fronteiras estáticas novas haviam sido criadas ou reinstituídas. A esse olhar o velho continente é ainda bem novo*”. Para esse autor a problemática das fronteiras permanece tema de grande importância geopolítica, “*de uma grande pertinência científica, mas também de uma propensa política muito prática*”. Mesmo com a supressão das fronteiras dentro do espaço *Schengen*, lá ainda se verificam conflitos por novas fronteiras políticas. Exemplo disso têm sido os movimentos bascos, que há muito tempo reivindicam sua autonomia político-territorial fundamentados no

⁸² Voltaremos à questão mais adiante. Entrevista realizada com o Inspetor da Receita Federal de Dionísio Cerqueira (SC), em agosto de 2008.

critério da língua e da identidade. Outro exemplo dentro da Europa é a questão dos Bálcãs, dentre outros, que nos mostra que a fronteira político-territorial ainda é objeto de conflitos pela demarcação do limite entre países. Os nacionalismos, xenofobias, diferenças culturais, políticas e religiosas são também “fronteiras-limites” instituídas entre as sociedades e longe de serem suprimidas, no começo deste século XXI parecem cada vez mais fortes.

Por outro lado, a União Europeia é exemplo de nova fronteira político-econômica criada com seu exterior, fronteira esta já pensada por Ratzel ainda no século XIX, quando ele sugeria que a Europa deveria criar um grande espaço comum para manter sua influência mundial. Sua sugestão parece ter sido aceita, e ao contrário da apreçoada total abertura, essa “nova fronteira” fecha-se rigorosamente em muitos aspectos, principalmente pelo rígido protecionismo econômico, pelas constantes medidas sanitárias e pelo intenso controle migratório imposto, principalmente aos países do hemisfério sul com quem a União Europeia negocia. Contudo, não há como negar que o conceito de fronteira tem mudado sensivelmente, notadamente com eventos políticos e econômicos desde o final da Segunda Guerra, mas sobretudo a partir dos anos de 1990.

Dentro da corrente do pensamento de renovação da geografia das fronteiras, Renard (1997 e 2002) e Lacasse (1974) mostraram que a fronteira se inscreve hoje dentro de ampla problemática, tornando-se objeto de pesquisas científicas, com inúmeras possibilidades de estudos. Renard (2002, p. 54) diz que desde 1990 as fronteiras “*não são mais unicamente ou essencialmente assinaladas como resultante da formação histórica dos Estados e dos territórios nacionais, mas também como as descontinuidades maiores dentro da organização dos espaços*”.⁸³ Para esse autor, as descontinuidades não estariam somente nas fronteiras político-territoriais, elas se apresentam também nas diferenças sociais, nas diferenças urbanas, na formação de guetos, nas diferenças étnicas, nos espaços de riscos etc., estudadas como “novas fronteiras” dentro das sociedades.

⁸³ Désormais les frontières ne sont plus uniquement ou essentiellement signalées comme résultant de la formation historique des États et des territoires nationaux, mais aussi comme des discontinuités majeures dans l'organisation des espaces (Renard, 2002, p.54).

Lacasse (1974) entende que dentro dessa corrente de renovação da geografia das fronteiras há uma contribuição importante de outras disciplinas, como história, sociologia, antropologia, direito, etnologia e outras, também inclinadas ao estudo das fronteiras. Para esse autor, o estudo da fronteira é hoje um estudo interdisciplinar e se desenrola em direção às regiões fronteiriças numa perspectiva que leva em conta as relações existentes entre os dois lados da fronteira. Renard (2002, p. 54-55) complementa esse pensamento explicando que o interesse pelas fronteiras tem sido crescente e não se restringe apenas aos geógrafos pesquisadores e universitários. Dentro da União Europeia, as escolas também têm incluído em seus programas um tempo para refletir sobre as fronteiras e seu papel dentro da organização dos espaços. Em 2001 um novo programa dedicado às fronteiras foi instituído nas escolas, quando as fronteiras passaram a ser estudadas tanto em ligação com a organização estática do mundo, quanto em relação às questões transversais, da organização e do meio ambiente, ou seja, como *“descontinuidades que interagem no seio dos sistemas espaciais”*.

Renard (2002) explica ainda que depois de 1994, surpreendentemente todos os concursos para professores de história e geografia têm incluído no programa de provas a temática fronteira, (América do Norte, França e China...). Por exemplo: em 1994, aos candidatos da CAPES⁸⁴ de história e geografia foi proposto o seguinte tema: *“fronteiras e regiões fronteiriças na América do Norte: seu papel dentro da formação e da diferenciação dos conjuntos espaciais”*. Entretanto, essa não é uma realidade constatada, particularmente no Brasil, país de grandes fronteiras, onde essa temática tem sido pouco, ou quase nada, abordada nas escolas de ensino fundamental e médio e igualmente dentro das universidades. Quanto aos concursos, à exceção de uma universidade do Estado do Paraná, que em 2009 incluiu o tema fronteira no programa de conteúdos a serem estudados, sob o tema: *“fronteira: ocupação e conflito”*, verifica-se que essa temática não tem sido contemplada. O que justifica a ausência de reflexões sobre uma temática importante e atual?

⁸⁴ Certificat d’aptitude au professorat de l’enseignement du second degré – certificat.

A resposta está a refletir, mas é possível ponderar que no Brasil, mesmo com o Mercosul, talvez ainda prevaleça, notadamente no senso comum, a visão tradicional da fronteira. Pode-se pensar também que não é somente o Estado nacional que tem historicamente esquecido as regiões fronteiriças: geógrafos também parecem ter esquecido que as regiões fronteiriças são paisagens geográficas que participam da organização do espaço. É preciso superar velhos preconceitos, mas isso só acontecerá com estudos e reflexões dentro das escolas e das universidades. Como indicam Amilhat-Szary e Fourny (2006), é preciso apreender a fronteira com novas lentes, e um exemplo seria considerar a fronteira como elemento que põe a territorialidade como modo de leitura dos espaços e não apenas pelo seu viés político de separação e controle do território. É dentro dessa perspectiva que se desenvolve o presente trabalho, que estuda as interações transfronteiriças através das zonas de fronteiras.

Não estamos sugerindo excluir o estudo político da fronteira-linear. Mas, por ser “bicéfala”, a fronteira possui duas visões científicas: uma nacional, que trata da história política entre Estados e do limite de soberania de um poder central, e a outra local. Como já vimos, as pesquisas apontam que a primeira tem sido priorizada em detrimento da segunda, por isso, já é tempo de nos debruçarmos também sobre a realidade local, aquela que trata do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças há muito tempo esquecidas pelos Estados. Mas, mesmo num estudo sobre a escala do lugar pode-se, também, considerar as duas escalas ou as duas dimensões espaciais, pois de acordo com Sahlins (1996), as populações fronteiriças interagem dentro de ambas e delas se servem em suas práticas cotidianas.

Desde o final do século XX e começo do XXI, para estudar os fenômenos fronteiriços e para não fazer apelo à geografia política, geógrafos estão recorrendo a outro ramo da geografia, a geografia cultural. Mas como estudar a fronteira pela geografia cultural? O aporte cultural privilegia os homens, as sociedades e suas relações mútuas, assim como seus entrelaçamentos com o ambiente no qual ou sobre o qual eles vivem. Ela tenta mostrar, como pondera Claval (2007, p. 41), que *“os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os*

frequentam”. O autor indica também que toda pesquisa que leva em conta a cultura deve se apoiar sobre seis aspectos fundamentais:

1 - a cultura é mediação entre homens e a natureza; 2 - a cultura é herança e resulta do jogo da comunicação; 3 - a cultura é construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro e nos aléns variados; 4 - a cultura é em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação; 5 - a cultura é um fator essencial de diferenciação social; 6 - a paisagem carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz [...]. (CLAVAL, 2007, p. 12-14).

Dentro dessa corrente os geógrafos têm abordado, desde 1990, as questões fronteiriças sob o ângulo desta última, ou seja, *a paisagem carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz* pela sua importância crescente dentro da geografia. Como a geografia social, a geografia cultural faz parte da geografia humana, que

[...] estuda a repartição dos homens, de suas atividades e de suas obras na superfície da terra, e tenta explicá-la pela maneira como os grupos se inserem no ambiente, o exploram e transformam; o geógrafo debruça-se sobre os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam o território no qual vivem ou com o qual sonham. (CLAVAL, 2007, p. 11)

Por esse pensamento, a geografia cultural parece ser também um caminho para estudar os fenômenos fronteiriços, pois ela privilegia os homens, as sociedades, suas relações e o ambiente sobre o qual eles vivem. É o caminho que alguns geógrafos já estão percorrendo desde os anos 1970, quando adotaram a geografia social para estudar a fronteira. Por esse viés da geografia cultural é possível aproximar-se mais dos indivíduos, de sua identidade e das interações que eles mantêm entre os dois lados da zona fronteiriça. Na verdade, isso confirma que a fronteira é, como indica Raffestin (1974), um “*fenômeno espacial e social*”, mas comprova também que ela é mais que uma simples linha de separação e que podemos estudá-la sob a forma de uma zona, dentro da qual se desenvolvem múltiplas interações entre as comunidades situadas de um lado a outro da fronteira.

Pela teoria analisada, os geógrafos parecem concordar que a fronteira, longe de ser um simples fenômeno geográfico, é também um fenômeno social e cultural e pode ser estudada levando em consideração, particularmente, as relações existentes dentro da zona fronteira sem fazer muito apelo ao limite e ao território. Quer dizer, estudar como se estrutura a zona fronteira, como os fronteiriços se organizam e como vivem quotidianamente dentro de um espaço politicamente descontínuo, com sistemas e normas diferenciados. De acordo com Raffestin (1974, p. 221), a gente conhece muito mal a dimensão desses espaços porque se ignora tudo ou quase tudo de suas estruturas, e para revelar essas estruturas “[...] *é preciso encontrar, por um lado, o meio de analisar as relações que se nutrem dentro das regiões fronteiriças e por outro lado, entre elas e o resto do país de que elas dependem*”. Mas, para compreender a estrutura e a vida de relações cumpre explicitar um pouco mais do que se entende por zona de fronteira.

2.4. A zona de fronteira

A zona de fronteira internacional é aqui entendida como espaço que emerge da fronteira institucionalizada; ela se encontra na confluência entre dois territórios nacionais fundados sobre duas identidades coletivas construídas dentro da oposição entre o “nós e os outros”. Assim, ela nasce do reencontro de duas culturas: uma nacional, que impõe a fronteira-linear e o território, e a outra local, instituída pelas práticas e representações sociais dos habitantes das zonas fronteiriças. Porém, ao invés da ideia clássica de divisão entre dois grupos que se constrói na relação da identidade/alteridade, a zona de fronteira remete à ideia de ligação entre os territórios, e para apreendê-la é necessário abandonar o conceito clássico de território e considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite, pois se trata de outra territorialidade que submetida à fronteira linha vai reconfigurar o espaço territorial dividido.

Para apreender essa zona fronteira e sua configuração espacial, Velasco-Graciet (1998, p. 185) sugere que devemos reaproximar-nos de uma geografia do sujeito com toda a dimensão social que ela admite, pois sua história não é algo que se encontra escrito como a da fronteira-linear, ela encontra-se no recitos dos sujeitos que a habitam. Sugere ainda que conceitos, como *lugar e*

anti-lugar podem ajudar a operacionalizar a pesquisa no sentido de compreender as inter-relações em zonas fronteiriças. Para ela, “[...] *utilizar o conceito de lugar é se reaproximar do sujeito e de sua capacidade de construir um mundo a sua medida. Esse lugar é o reflexo da sedimentação deste reencontro dentro do tempo, da mutação local gerando os fenômenos de aculturação*”.⁸⁵

Em tal sentido, podemos pensar a zona fronteira como lugar que não reflete apenas a divisão e a identidade/alteridade, pois esse lugar estaria impregnado de cores que podem revelar-se nas mais diversas formas de ligações ou contatos entre duas identidades culturais oficialmente instituídas, entre as quais se produzem as trocas e a mescla. Quer dizer, devemos reconhecer que se “*as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares*” (MASSEY, 2000, p. 183). Ao abandonar o conceito clássico de território para estudar a zona fronteira levando em conta o sujeito fronteiriço, Marc Augé (1992, p. 33) alerta que é preciso

[...] duvidar das identidades absolutas, simples e substanciais, tanto no plano coletivo quanto no plano individual. As culturas trabalham como a madeira verde e não estabelecem jamais as totalidades acabadas; e os indivíduos, por mais simples que possamos imaginá-los, não são jamais capazes de se situar em relação à ordem total que assina seu lugar; eles não exprimem a totalidade senão sob certo ângulo [...].⁸⁶

Tal pensamento pode ser completado também com o Berdoulay e Entrikin (1998, p. 115) para os quais “os indivíduos ou os grupos têm sempre tecido ligações entre identidade e espaço, como refletem as paisagens, resultantes das atividades quotidianas ligadas a um gênero de vida tradicional ou [...] resultado voluntarista dos princípios cosmológicos antigos ou de ideais modernos de racionalidade”. Para esses autores, “a característica dominante dos

⁸⁵ [...] utiliser le concept de lieu, c'est, en effet, se rapprocher du sujet et de sa capacité à contraindre le monde qui l'entoure, à le construire à sa mesure. [...].Ce lieu est le reflet de la sédimentation de cette rencontre dans le temps, de la mutation local générant des phénomènes d'acculturation. (Velasco-Graciet, 1998, p.185).

⁸⁶ [...] douter des identités absolues, simples et substantielles, tant au plan collectif qu'au plan individuel. Les cultures «travaillent» comme le bois vert et ne constituent jamais des totalités achevées [...]; et les individus, aussi simples qu'on les imagine, ne le sont jamais assez pour ne pas se situer par rapport à l'ordre qui leur assigne une place; ils n'en expriment la totalité que sous un certain angle. (Augé, 1992, p. 33).

lugares ao seio da modernidade é sua mutabilidade; ora, ela o é também do sujeito moderno e de seu senso de identidade”.⁸⁷ Tais concepções auxiliam no estudo da zona fronteira, pois remetem à ideia de que para apreender a zona fronteira é preciso ultrapassar não apenas a visão clássica de território, mas também a visão de apenas duas identidades culturais absolutas, marcadas pelo limite territorial da nação. Dessa forma, as zonas fronteiriças seriam zonas de incerteza identitária, por seu efetivo contato com os espaços exteriores ao território nacional, produzindo a mescla ou a miscigenação.

No segmento fronteiro que estamos estudando não existe apenas o brasileiro e o argentino, existem outros grupos que podem carregar múltiplas identidades, pois lá vivem descendentes de indígenas guaranis e kaingangues, caboclos, gaúchos, italianos, alemães, poloneses, russos, árabes, libaneses, suíços e outros, que interagem tanto pelas trocas materiais quanto pelas imateriais, podendo promover uma mescla, não significando a formação de uma única identidade nos moldes da teoria turniana. Para Turner (1898), a identidade americana teria nascido na fronteira do Oeste, lá onde colonos migrantes de todas as raças se encontravam e trabalhavam lado a lado despidos das heranças identitárias e culturais de seus países, formando uma só identidade no novo mundo. Entretanto, a teoria turniana, tanto sobre zona de fronteira quanto sobre identidade, parece ter perdido sua operacionalidade, pois reflete que suas ponderações ficaram aprisionadas basicamente aos colonos europeus, não contemplando negros e indígenas como elementos participativos na constituição da identidade ou das identidades americana(s). (KNAUSS, 2004).

Contrariamente à teoria turniana, podemos dizer que as zonas fronteiriças não refletem coesão identitária, pois mesmo subordinadas a fronteira-linear à qual representa o espaço político do exercício de um poder soberano e de coesão identitária, elas se justapõem às normas e ideologias nacionais pelas trocas materiais e

⁸⁷ Les individus ou les groupes ont toujours tissé des liens entre identité et espace, comme le reflètent les paysages, que ceux-ci résultent des activités routinières liées à un genre de vie traditionnel ou qu'ils soient le résultat volontariste de principes cosmologiques anciens ou d'idéaux modernes de rationalité. La caractéristique dominante des lieux au sein de la modernité est leur mutabilité; or elle l'est aussi du sujet moderne et de son sens de l'identité. (Berdoulay e Entrikin, 1998, p. 115).

imateriais, tornando-se lugares de união dos territórios e da mescla, mas essa mescla não significa nova identidade, pois como já se viu aqui, os sujeitos são portadores de múltiplas identidades. Por fugir das normas gerais, as zonas fronteiriças foram historicamente, e ainda o são hoje, vistas pelos poderes políticos centrais como zonas transgressivas, áreas de potencial perigo. De acordo com Velasco-Graciet (2006, p. 75),

[...] bem antes do nascimento da fronteira e da forma rígida e linear de sua existência definitiva, as populações tornadas fronteiriças já praticavam um sistema de alianças e de trocas indiferenciadas com o conjunto das comunidades vizinhas.⁸⁸

No entanto, diante da linearidade da fronteira institucionalizada, as relações com os vizinhos passariam a ligar-se com os vizinhos que se tornaram estrangeiros, ligações e alianças informais que na visão do centro de poder são ilegais, e como argumenta Machado (1998), “*desafiam o conceito de lei territorial*”. Tais reflexões estão a evidenciar que os conceitos clássicos de *território*, *identidade* e *pertencimento sócioespacial* se tomados isoladamente eles não mais conseguem hoje operacionalizar pesquisas sobre a vida de relações em zonas de fronteira. Para Velasco-Graciet (1998, p. 187), o uso da noção de *antilugar* pode ajudar a apreender as interações consideradas informais ou transgressivas pelos poderes centrais. Para ela, o *antilugar* pode ser concebido como lugar particular que nasce em oposição àqueles institucionalizados.

No *antilugar* a fronteira linear é apagada pelo grupo que dele se apropria e o transforma em espaço dos reencontros das trocas ilícitas, das transações de todas as ordens. Na visão de Claval (2007, p. 128) essas zonas seriam “refúgios marginais”, porque seriam “*um primeiro tipo de terras fora das normas*”, ou seja, um lugar particular em oposição a um todo. Espaços singulares, as zonas fronteiriças se estruturam e se organizam a partir das interações transfronteiriças em oposição às normas centrais dos territórios nos quais estão inseridas, razão pela qual os poderes políticos centrais

⁸⁸ [...] bien avant la naissance de la frontière et la forme rigide et linéaire de son existence définitive, les populations devenue frontalières pratiquaient un système d’alliances et d’échanges indifférenciés avec l’ensemble des communautés voisines [...]. (Velasco-Graciet, 2006, p. 75).

criam organismos de controle, como aduanas e agentes aduaneiros, efetivos dos exércitos nacionais, polícia fronteiriça e migratória etc., militarizando-as como nenhum outro espaço dentro dos territórios nacionais, com vários objetivos, dentre eles o de controlar ou impedir as interações transfronteiriças.

Consideradas espaços que muitas vezes fogem ao controle dos Estados, as zonas fronteiriças são também concebidas como espaços de conflito pelas discordâncias entre a escala nacional e local e, por isso, as populações historicamente foram e ainda são penalizadas ao não exercício efetivo da cidadania. E, por que não dizer, induzidas, muitas vezes pelos próprios Estados à transgressão de normas nacionais, não apenas pela própria ausência de políticas públicas diferenciadas, mas também pelo desconhecimento dessas regiões, pois para o centro de poder político, em muitos aspectos elas ainda são consideradas somente como áreas de controle e de segurança nacional. No caso específico do Brasil, a geógrafa Lia Osório Machado já tem demonstrado em vários trabalhos o problema do desenvolvimento desigual em zonas fronteiriças, classificadas como regiões marginalizadas pelos seus Estados.

Diferentemente de outras regiões, as zonas fronteiriças apresentam defasagem econômica pela falta de investimento em políticas públicas, criando situações de vulnerabilidade entre os fronteiriços que buscam outros meios de suprir necessidades mais imediatas. Tal realidade pode ser constatada em toda a faixa fronteiriça do Brasil com seus vizinhos. Além disso, apresentam grande defasagem em termos de educação e saúde, dentre outros, que pode ser pensada como o resultado de desequilíbrio na divisão de recursos.

Analisando as zonas fronteiriças na escala sul-americana, Machado (2005) mostra que as zonas de fronteira apresentam fortes interações sociais, culturais e econômicas, são áreas que geralmente apresentam características semelhantes, são espaços tidos como marginalizados por seus Estados e que normalmente apresentam fraco desenvolvimento econômico e social, estando isoladas de seus principais centros urbanos e industriais. Em muitos casos são também espaços de integração espontânea pelas ações e iniciativas cotidianas da população, sobretudo em pontos constituídos por cidades gêmeas, onde

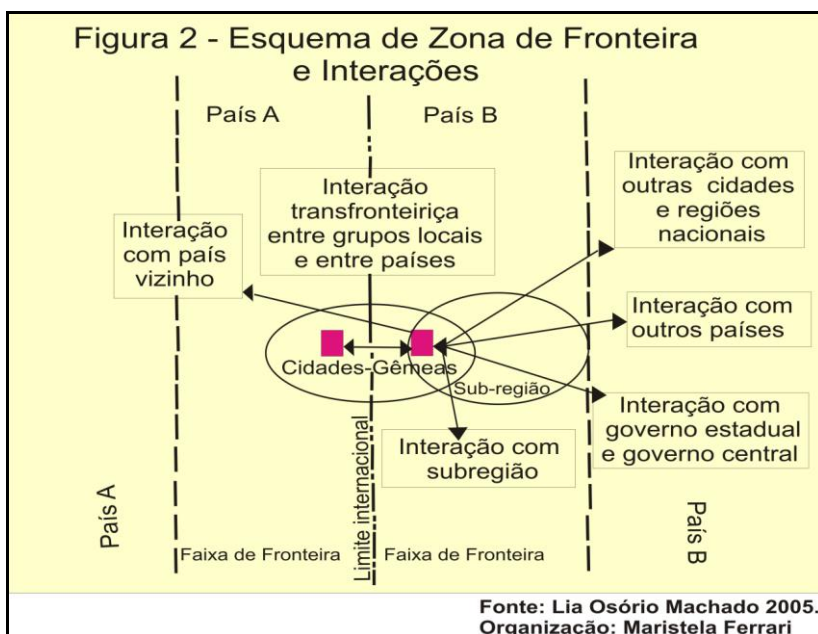
[...] estes adensamentos populacionais, cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infra-estrutura, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira (MACHADO, 2005, p. 260).

O geógrafo argentino Valenciano (1996, p. 14) define zona de fronteira como área onde interatuam e se articulam duas sociedades e economias nacionais contíguas. Para ele, as zonas de fronteira entre países vizinhos se expressam frequentemente por meio de vínculos sociais e culturais, adotando-se mutuamente costumes, valores e expressões idiomáticas que são próprios e distintos de tais áreas. Em algumas zonas onde há contiguidade, como é o caso das cidades gêmeas, os habitantes tornam-se bilíngues, favorecendo a convivência limítrofe. Nesses locais pode também ocorrer a ampliação cultural que combina elementos de cada nação no âmbito fronteiriço.

Já o geógrafo uruguaio Gallero (1998) explica que fronteira é espaço no qual se desenvolve uma multiplicidade de inter-relações, é um fenômeno social, uma zona que não é nem de um nem de outro país, pois é uma combinação de elementos sociais, econômicos e culturais entre dois países limítrofes. Assim, a zona fronteiriça se traduz como espaço social dinâmico que pode ampliar-se ou não para o exterior por meio de vínculos sociais, migratórios, econômicos e culturais. Esse contexto nos permite pensar a zona de fronteira como espaço social que se estrutura pelas interações transfronteiriças, sobretudo em pontos de relativa proximidade ou contíguos ao limite político territorial, como, por exemplo, os lugares ocupados por duplas ou tríades de cidades, as cidades gêmeas.

Assim, as zonas fronteiriças são espaços que se diferenciam dos demais espaços de seus territórios. São espaços de extensão geográfica próxima do limite internacional e não têm um limite muito preciso, pois normalmente tendem a expandir-se em direção ao interior de um ou de outro país, de acordo com as potencialidades produtivas, trocas comerciais e de serviços. Em outros termos, entendemos a zona de fronteira como um conjunto territorial que envolve os dois lados do limite, com dimensões físicas variáveis, pois as interações, tanto de ordem material quanto imaterial, possuem uma duração no tempo e no espaço, também diferencial.

Nesse sentido, a zona fronteiriça pode ser definida como espaço dinâmico, não estático, porque se faz e se desfaz dentro do tempo de acordo com as interações estabelecidas e passíveis de serem promovidas. Para Machado (2005, p. 256 e 260), o conceito de *zona de fronteira* caracteriza-se por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional, e o elemento geográfico que melhor distingue a *zona de fronteira* na escala local/regional é aquele formado pelas cidades gêmeas. Para dar clareza a sua proposição, a autora organizou esquema que representa a zona de fronteira (ver **figura 2**) no qual se pressupõe a ocorrência de interações, tanto na escala local-regional quanto nacional e internacional.



Portanto, do ponto de vista da geografia, a *zona de fronteira* é espaço de interações onde se expressa a territorialidade dos grupos humanos numa situação particular; é lugar de comunicação, de encontro, de conflito, por se tratar de sistemas territoriais diferentes e de nacionalidades distintas. É *região* geográfica que envolve os dois lados da fronteira linear e estes se opõem aos poderes centrais na

medida em que forem estabelecendo redes de ligações sociais, econômicas, culturais e outras, de ambos os lados do limite. Segundo a “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”,⁸⁹ no Brasil a *região de fronteira* deve ser vista não apenas como um recorte do espaço ou como um instrumento analítico, mas também como:

[...] processo efetivo, forjado na própria ação dos indivíduos e comunidades que, conjugando múltiplos interesses econômicos e políticos, e produzindo identificações socioculturais diversificadas, redesenham constantemente seus espaços.

Assim, estudos que abordem tal problemática devem levar em consideração fundamentalmente o conjunto territorial representado pelos dois espaços que costeiam a fronteira linear (RAFFESTIN, 1974). Devem também considerar as interações materiais e imateriais, ou seja, não apenas as interações econômicas devem ser consideradas, mas também as interações sociais. Na geografia o conceito de *interações sociais* permite conceber o espaço como um recurso que,

[...] às vezes, estrutura as práticas sociais e é estruturado por elas – por exemplo, dentro do uso que fazem os transeuntes do espaço público; dentro da maneira com que os interlocutores se dispõem espacialmente entre eles, dentro dos modos de organização e das condutas dentro de hospitais, escolas, administrações [...] (LÉVY e LUSSAULT, 2003, p. 517).

Mas a geografia trabalha também com o conceito de *interações espaciais*, que Pumain e Saint-Julien (2001, p. 184) vêem como o conjunto de efeitos produzidos pela troca material e imaterial. Para elas, a interação espacial é antes de tudo “*um fenômeno social regido pela definição dos papéis e das posições que os autores têm conquistado*”. O termo implica “*uma ação recíproca, ação e reação na qual a observação pode ser aberta ou ampla*”, isto é, “*podem ocorrer em diferentes escalas, de atores para lugares e para unidades geográficas que os agrupam [...]*”. Nessa mesma

⁸⁹ Elaborada pelo Grupo Retis, sob a coordenação de Lia Osório Machado, a proposta estabelece “bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira”.

direção, Brunet (1993, p. 281) define interação como a “*ação mútua entre dois ou mais atores ou lugares*” e acrescenta que o estudo das interações “*é o fundamento de análise de sistemas*” que, segundo esse autor, “*é um conjunto organizado de elementos e de interações entre os elementos, termo que no grego é definido como conjunto, mas com a ideia de união em um todo organizado [...]*” (BRUNET, 1993, p. 471). Já para Corrêa (1997, p. 279), as *interações espaciais* se constituem por

[...], amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e conforme a distância e direção, caracterizando-se por diversos propósitos e realizando-se através de diversos meios e velocidades.

O autor esclarece que as *interações espaciais* devem ser entendidas como elementos complementares no processo de reprodução do capitalismo e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informações no espaço. Para ele, “*as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas*”. Em relação às modificações, “*as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro [...]*” (CORRÊA, 1997, p. 280). Mas as interações socioespaciais, tradicionalmente tratadas pela geografia pela dimensão mais material, têm íntima relação com às interações imateriais, ou seja, são inerentes umas as outras.

Para avançarmos nessa reflexão, elegemos como recorte espacial de estudo a zona de fronteira Brasil/Argentina inserida no conjunto das regiões do extremo oeste do Estado de Santa Catarina, extremo sudoeste do Estado do Paraná e nordeste da Província de *Misiones*. Tal recorte pode ser considerado, de certa forma, laboratório específico para demonstrar que às interações materiais e imateriais são inerentes umas as outras, não são apenas de ordem estritamente econômicas ou materiais, mas também imateriais, geradas pelas relações culturais, simbólicas e identitárias, tão pouco estudadas pela geografia. Porém, antes de ingressar propriamente na análise das interações fronteiriças, deve-se analisar como se deu a

instituição da fronteira linear em tal conjunto regional. É o que faremos no próximo capítulo.

3 - APORTE GEO-HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE UMA FRONTEIRA LINEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA: PALMAS OU *MISIONES*?

3.1. Introdução

Se considerarmos que a zona de fronteira internacional emerge da fronteira institucionalizada entre dois territórios nacionais e não de uma frente pioneira ou agrícola de expansão interna a um país nos moldes de Turner, para apreender seu processo de formação torna-se necessário antes de tudo compreender sob que condições a fronteira linear foi instituída. Portanto, neste capítulo se constrói um quadro de referência que permite compreender o contexto político e as estratégias envolvidas na instituição da fronteira linear entre Brasil e Argentina no antigo território de Palmas, hoje incorporado ao conjunto do oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, limítrofe à Província de *Misiones*. Permite visualizar também como o poder político se utiliza da geografia na instituição de tal fronteira linear. Convém esclarecer que não se trata de análise exaustiva, mas de um rápido sobrevoo em sua geo-história para esclarecer sob quais condições políticas e sociais tal espaço tornou-se região fronteiriça.

3.2. Tensões político-diplomáticas entre Brasil e Argentina

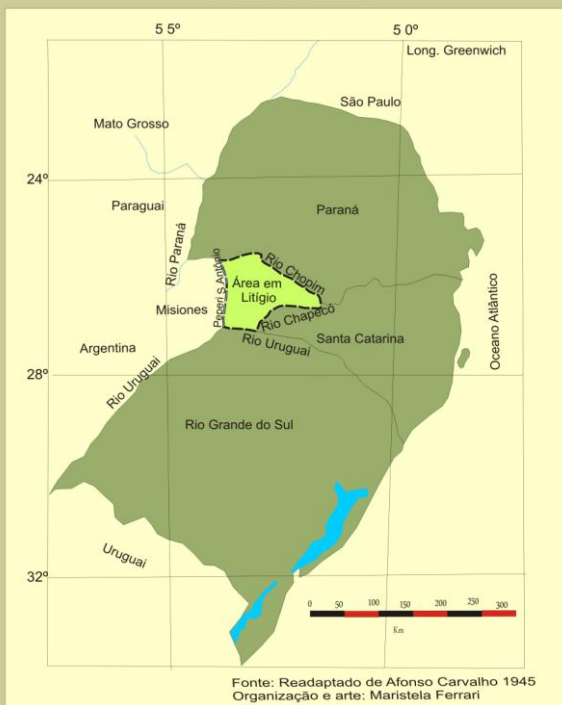
Embora a fronteira linear entre o Brasil e a Argentina se estenda desde o oeste do Paraná até o sul do Rio Grande do Sul, nosso recorte espacial compreende o antigo território de *Palmas*, hoje incorporado às regiões sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, limítrofe ao nordeste da *Província de Misiones*. No conjunto dessas regiões, com exceção de aproximadamente 22 quilômetros de linha seca entre as nascentes dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, a linha internacional foi demarcada pelos cursos das águas daqueles rios. Ainda que o estabelecimento daquele limite territorial faça parte do conjunto das construções das fronteiras lineares do país com os vizinhos, ela representa capítulo à parte na história do Brasil e também da Argentina. A linha data de 1895, mas seu contexto geo-histórico está inserido na chamada *Questão de Palmas ou Misiones*, disputa territorial que se deu entre os dois países na segunda metade do século XIX (1857 a 1895). A área

territorial disputada entre os respectivos países compreendia 33.621 km² de terras hoje incorporadas ao Brasil, (ver **Figuras 3 e 4**).

A contenda de Palmas ou *Misiones* foi a primeira grande questão de limites a ser negociada pelo Brasil independente com um dos seus vizinhos, e podemos dizer que, politicamente foi tão importante ao país que posteriormente serviria de exemplo para tratar de outros litígios fronteiriços. A origem desse conflito remonta, na verdade, ao Tratado de Tordesilhas (1494), primeira fronteira linear aplicada pelos europeus no continente americano, seguido pelo Tratado de Madri (1750) e pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), períodos em que portugueses e espanhóis exerceram o domínio colonial por vários séculos sobre as terras da América do Sul, divergindo sobre os limites de suas possessões.



Figura 4 - Questão de Palmas ou Misiones (1857 a 1895)



As divergências travadas entre portugueses e espanhóis durante o período colonial se devia à transposição da linha do Tratado de Tordesilhas pelos portugueses: enquanto os portugueses reivindicavam as áreas que haviam efetivamente ocupado, os espanhóis queriam o recuo do povoamento português até a linha de Tordesilhas. Como não houve acerto, com a emancipação política e administrativa do Brasil (1822) e da Argentina (1810), os dois novos países recebem como herança as questões pendentes de limites deixadas por Portugal e Espanha, que durante todo o período colonial não haviam chegado a um consenso. Como mostra Pereira (1946, p. 189), “o Brasil independente herdou de Portugal todas as questões de limites, tendo que negociar com a França, a Holanda e a

Inglaterra, e com todas as nações sul-americanas, exceto com o Chile [...]”.

Desse modo, os dois novos países passam a divergir em alguns pontos territoriais no reconhecimento de seus limites, dentre os quais o do antigo território de Palmas, também chamado pelos argentinos de *Misiones*, pois o reconheciam como parte do antigo território das Missões Jesuíticas. A reivindicação do território em disputa seguiu a mesma lógica dos portugueses e espanhóis: enquanto a Argentina defendia que seus limites deveriam seguir todas as possessões de herança espanhola, o Brasil reivindicava que o limite deveria seguir as áreas que haviam efetivamente ocupado até sua independência, critério estabelecido pelo princípio de “*uti possidetis*”.

Em 1875 foi assinado o primeiro Tratado de Limites entre Brasil e Argentina e nele figurava como limite o mesmo estabelecido pelo Tratado de Madri (1750), ou seja, o limite entre os dois novos países deveria seguir pelos rios Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antônio e Iguazu, e para evitar dúvidas, o seu artigo 2º declarava que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram os que tinham sido reconhecidos pelos demarcadores de 1759. (PEREIRA, 1946). Contudo, aquele Tratado não foi aprovado pela Argentina, pois durante um Congresso da Confederação Argentina, realizado logo após sua assinatura, os parlamentares argentinos advertiram seu governo de que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio “*são os que se acham mais ao oriente com esses nomes*” (MARGALOT, 1994).

Diante desse alerta dos parlamentares, a imprensa argentina se ergue indignada em relação ao Tratado de 1857, razão pela qual ele não foi ratificado. Começava assim longo litígio entre os dois países, que se prolongaria por trinta e oito anos, período no qual em vários momentos os dois países tentaram chegar a um acordo por meio de novos tratados, mas por divergirem sobre a verdadeira localização dos rios, as negociações não alcançariam êxito e o litígio só findaria em 1895, quando os dois países em comum acordo encaminham a questão ao arbitramento dos Estados Unidos, cujo árbitro escolhido foi o então Presidente *Grover Cleveland*, que pôs fim ao litígio dando parecer favorável ao Brasil.

Após a primeira tentativa frustrada para estabelecer o limite entre os dois países, a Argentina passa a argumentar com o Brasil que os verdadeiros rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio seriam aqueles reconhecidos em 1791 pelos geógrafos Andrés de Oyarvide e

Francisco de Chagas, pois a primeira Comissão demarcatória de limites entre Espanha e Portugal se equivocara no reconhecimento dos ditos rios. De acordo com a ata da fundação da vila de Dionísio Cerqueira,⁹⁰ de 1903, a primeira comissão demarcatória de limites, composta por portugueses e espanhóis, chegou em 1759 à nascente do rio Peperi-Guaçu e reconhecia naquela data a maior parte do curso daquele rio, do mesmo modo que explorava o afluente do Iguaçu que com ele contravertia. A esse rio deram o nome de Santo Antônio e declararam manter ao Peperi-Guaçu o primeiro dos seus antigos nomes.

Todavia, enquanto os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram referenciados pelos portugueses como o limite entre as coroas ibéricas, a Espanha protestava alegando erro de demarcação, pois entendia que o território das missões jesuíticas espanholas abrangia mais ao leste do dito rio Peperi. Diante dos protestos da Espanha, em 1788 foi designada para a região nova comissão demarcatória de limites. De acordo com Pereira (1946, p. 192),

[...] os espanhóis que compunham a segunda comissão demarcatória de limites descobriram, na margem direita do Uruguai, acima da confluência do Peperi-Guaçu, a foz de outro rio que figurava sem nome nos mapas daquela época. A este deram o nome de rio Pequiri-Guazú, [...] atribuindo erro aos demarcadores de 1759, [...].

Porém, para esclarecer a dúvida, a Espanha enviou para cá em 1791 os geógrafos Andrés de Oyarvide e Francisco de Chagas Santos, que chegaram às origens dos verdadeiros rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, demarcando o rio Chapecó como o rio Peperi-Guaçu e o rio Chopim como rio Santo Antônio. Portanto, os geógrafos espanhóis entendiam que parte do atual sudoeste paranaense e parte do oeste catarinense era território de domínio espanhol (MARGALOT, 1994). Mas a dúvida nunca teria sido de fato esclarecida, e assim foi posteriormente transmitida ao Brasil e Argentina. É interessante notar que se de fato a primeira Comissão demarcatória de limites cometeu erro no reconhecimento da verdadeira localização dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio,

⁹⁰ Em 1903 foi elevada a categoria de vila sob administração do Paraná. Hoje cidade catarinense localizada próxima à nascente do Rio Peperi-Guaçu e em conjunto com as cidades de Bernardo de Irigoyen (MNES) e Barracão (PR) formam as cidades trigêmeas na fronteira seca entre Brasil e Argentina.

Portugal não rejeitou tal equívoco; ao contrário, reconheceu-o como legítimo. Daí o argumento do Brasil independente em demarcar o limite de acordo com o estipulado pelo Tratado de Madri, enquanto a Argentina contra-argumentava que o Brasil não deveria se guiar pela demarcação feita por portugueses e espanhóis em 1759.

Uma segunda tentativa para definir a pendência dos limites entre os dois novos países se dá no ano de 1876, quando o representante do governo brasileiro, diplomata Barão Aguiar de Andrada, em missão especial vai a Buenos Aires para encaminhar novas negociações com o governo argentino, com a finalidade de requerer novo tratado para definir os limites entre as duas partes. Aguiar de Andrada apresentou um projeto no qual os limites reivindicados pelo Brasil eram os mesmos do Tratado de 1857. Em contrapartida, o representante da Argentina, seu ministro das Relações Exteriores, Bernardo de Irigoyen, não reconhecia os limites que o Brasil defendia. Ele recomendava esquecer a demarcação de 1759 e instituir uma nova comissão demarcatória de limites, a fim de reconhecer os ditos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. No entanto, suas sugestões foram rejeitadas pelo Brasil e a questão permaneceu indefinida.

Em março de 1881, com a federalização do Território Nacional de *Misiones* e a tentativa dos argentinos de fixar seus limites, o Brasil se opõe reivindicando novas negociações, pois temia perder parte do território que julgava seu. Assim, em junho de 1882 foram reiniciadas as negociações entre Brasil e Argentina, com longos memorandos diplomáticos de ambas as partes litigantes, cada qual expondo diferentes localizações aos rios em questão. O Brasil prosseguia reafirmando o limite pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, como é hoje, enquanto para a Argentina o limite era assinalado pelos rios Chapecó e Chopim, e mais tarde pelo rio Jangada.

As divergências tendiam a se acentuar cada vez mais, razão pela qual os dois países decidem acatar, em 1876, a sugestão de Bernardo de Irigoyen de criar uma comissão mista de pessoas competentes de cada país em igual número, para fazer o reconhecimento dos quatro rios: Peperi-guaçu e Santo Antônio, Chapecó e Chopim. Em posterior negociação, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de 28 de setembro de 1885, determinando que, por meio de uma comissão mista, formada por brasileiros e

argentinos, se fizesse o reconhecimento dos rios e do território em litígio entre os dois países. De acordo com Pereira (1946), a comissão mista realizou seus trabalhos no período de 1887 a 1890. Os comissários argentinos reconheceram o rio Santo Antônio como sendo o rio Jangada e não mais o Chopim, como pensavam anteriormente.

Mas, enquanto a comissão mista fazia o reconhecimento dos ditos rios, em fevereiro de 1889, no Rio de Janeiro, o ministro argentino Moreno propôs ao ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigo Silva, dividirem o território através de uma média geométrica da área compreendida entre os quatro rios. Tal proposta foi recusada pelo governo brasileiro. Em setembro do mesmo ano, em nova tentativa para solucionar a questão, foi assinado outro tratado entre os dois países, o qual estabelecia que, após o término dos trabalhos daquela comissão, no prazo de 90 dias os dois países deveriam fixar a linha divisória entre o território brasileiro e o argentino, e caso não fosse resolvida, a questão seria submetida à decisão arbitral do Presidente dos Estados Unidos da América, da qual não caberia apelação. (JORNAL DO COMÉRCIO apud HEINSFELD, 1997, p. 123). Entretanto, antes de completar aquele prazo estipulado, o movimento revolucionário republicano depõe a monarquia brasileira, e o Brasil é proclamado República (1889).

Três meses após a proclamação da República brasileira, foi assinado na capital uruguaia o Tratado de Montevidéu (1890) entre o Brasil e a Argentina, em que os ministros das relações exteriores brasileiro e argentino, Quintino Bocayúva e Estanislao Severo Zeballos, negociaram a demarcação do território em litígio, o qual seria dividido por uma linha que ia da foz do rio Chapecó à foz do rio Chopim (**Figura 5**). Esse tratado gerou grande polêmica no Brasil, sobretudo porque, segundo Heinsfeld (1997, p. 112), a imprensa brasileira, que vinha acompanhando a questão já há bastante tempo, e dedicando espaço bastante amplo nos jornais, notadamente do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, ficou impedida de revelar detalhes sobre o assunto, por um decreto de 23 de dezembro de 1889, do governo provisório, impondo a censura parcial à imprensa. Por isso, o Tratado de Montevidéu permaneceu inicialmente secreto, isto é, sem a opinião pública e de demais interessados na questão.



O Tratado de Montevidéu teria sido muito bem aceito pelos argentinos que o celebraram na capital de seu país, onde ofereceram festas ao ministro brasileiro Quintino Bocayúva. Mas, em 18 de fevereiro de 1890, o Jornal do Comércio publica a seguinte nota do governo provisório brasileiro:

[...] ninguém pode saber ainda quais sejam as cláusulas do Tratado de Montevidéu e, no entanto, muitos há que já empregam os mais decididos esforços no empenho de alarmarem e agitarem a opinião, denunciando-o como ato de desonra, senão como crime de alta traição. (JORNAL DO COMÉRCIO apud HEINSFELD, 1997, p. 125).

No Brasil, as discussões em torno do Tratado de Montevidéu se acaloravam. Seus poucos defensores, membros do governo provisório, acusados de entregar parte do território brasileiro à Argentina, alegavam que o Imperador D. Pedro II também era favorável à divisão. As discussões começaram a girar sobre a então posição do ex-Imperador. O Coronel Dionísio Cerqueira, membro da comissão mista demarcatória brasileiro-argentina, cita fielmente as palavras de D. Pedro II quando a comissão partiu para a região em litígio: *“Vão e concluem quanto antes com aquilo, porque nós*

podemos resolver a questão por nós mesmos, sem recorrermos a um terceiro. Não precisamos de árbitro". Já o Barão de Capanema, chefe da comissão demarcatória, tem outra interpretação. Para ele, D. Pedro II disse que *"estava tão compenetrado do nosso direito que nem reputava necessário o arbitramento. Não cedo uma polegada de território enquanto não me convencerem do direito que lhe assiste; logo que me provem, cederei tudo"*. Outra interpretação foi dada pelo Barão do Ladário às palavras de D. Pedro II: *"Quanto ao nosso caso das Missões não admito transação; ou as fronteiras a que temos direito serão aceitas, ou virão pelo arbitramento, atendendo a clareza dos nossos direitos"*. No intuito de esclarecer as controvérsias vigentes, o Jornal do Comércio questionou o ex-Imperador brasileiro, em Vichy, na França, cuja resposta, viria no telegrama de 23/07/1891: *"O Imperador foi sempre e absolutamente contrário à divisão do território das Missões, só aceitando o arbitramento como último recurso"*. (Ibidem, 1997, p. 126 - 127).

Portanto, enquanto a opinião pública discutia o Tratado de Montevideú, o governo provisório brasileiro tinha urgência em definir o limite com a Argentina, pois recebera do Visconde de Pelotas, então governador do Rio Grande do Sul, telegrama comunicando que a guarnição do seu Estado pretendia proclamar o Estado independente, separando-o do restante do Brasil, até a promulgação da Constituição Federal. Segundo o Jornal do Comércio, um jornal platino noticiava em 17 de julho de 1891: *"a separação do Rio Grande do Sul é um fato fatal que começa a realizar-se rapidamente"*. Na mesma época, o governo brasileiro recebe notícias de que a área em litígio havia sido invadida por militares argentinos, o que o alarma e preocupa. Na verdade, eram falsas notícias da invasão argentina na área em litígio. O que aconteceu realmente foi que alguns soldados argentinos revolucionários, perseguidos pelas autoridades militares de seu país, refugiaram-se na área contestada. (HEINSFELD, 1997, p.128).

Mas, ainda que não fossem verdadeiras, tais notícias causaram alvoroço, fazendo com que o poder político brasileiro dedicasse atenção quase exclusiva à questão. A maioria da opinião pública se recusava a aceitar o Tratado de Montevideú, achando inadmissível ceder parte do território brasileiro aos argentinos. Sempre atento aos passos do governo brasileiro, em 05 de agosto de 1891 o Jornal do Comércio noticiava:

No Campo Erê há grande número de estancieros brasileiros, construindo um núcleo de povoação de umas 500 almas. Não há um só argentino aí. Mesmo além de nossa fronteira, na Campina do Américo, os habitantes são brasileiros. (JORNAL DO COMÉRCIO apud HEINSFELD, 1997, p. 128).

Pelo Tratado de Montevidéu, toda a área de Campo Erê, com residentes brasileiros habitando aproximadamente seis mil e seiscentos metros do rio Peperi-Guaçu, com registro de terras há mais de 30 anos em Palmas, passaria ao território argentino. Os estrategistas militares, como é o caso dos componentes do Clube Militar do Rio de Janeiro, repudiavam o tratado condenando-o como erro gravíssimo, pois afetaria diretamente os interesses do sul do país. De acordo com o Jornal do Comércio (1891), “*monstruosidade patriótica cometida pelo argentinismo do infeliz negociador do tratado, é a tônica de uma dessas notas do Clube Militar*”. Outro estrategista, o Barão de Cotegipe, também se manifesta alegando que o Brasil seria afetado caso o Tratado de Montevidéu viesse a concretizar-se, pois:

Os campos aí são abertos e cobertos de ricas pastagens e dão acesso a todas as povoações do Norte. No caso de uma guerra entre as duas nações, as forças inimigas não têm mais que levantar o pé para pisar o nosso território, invadir rapidamente a província, viver dos seus abundantes recursos e devastá-la impunemente, antes que seja socorrida. (JORNAL DO COMÉRCIO apud HEINSFELD, 1997, p. 129).

Contudo, para que o Tratado de Montevidéu fosse aprovado era necessária a aceitação dos congressos nacionais dos dois países. Em 06 e 07 de agosto de 1891, a Câmara brasileira solicitou, em sessões secretas, o depoimento do negociador do Tratado, Quintino Bocaiúva. Este, por sua vez, explicou que na Conferência de Montevidéu a negociação do Tratado se deu visando à “*necessidade de iniciar uma política americana de união e fraternidade*”. Foi em nome dessa fraternidade americana, “adotada” pelo governo republicano, que o Tratado foi assinado. O ex-ministro Quintino Bocaiúva declarava que na monarquia também aparecia o desejo de dividir a área, por motivo de segurança nacional, por isso era mais seguro dividi-la do que arriscar perdê-la com o arbitramento.

Bocaiúva estava convencido de que devido às contradições existentes no histórico da questão, dificilmente o árbitro daria parecer favorável ao Brasil. A Câmara dos Deputados rejeitou o Tratado de Montevidéu, alegando:

O território pertence ao Brasil, que lá exerce soberania, tem autoridades que cobram impostos, é cabeça de Comarca (Palmas), tem estabelecimentos industriais, estradas reais, pontes, linhas telegráficas, onde vive uma população superior a oito mil almas, composta exclusivamente de brasileiros, na qual não se conta um só cidadão argentino⁹¹. (JORNAL DO COMÉRCIO apud HEINSFELD, 1997, p. 130).

Diante da não-aprovação do Tratado de Montevidéu, os dois países encaminham finalmente a questão para arbitramento internacional do presidente americano, que aparentemente limitava-se a identificar os dois rios: o Peperi-Guaçu e o Santo Antônio. Para representar o Brasil no arbitramento foi designado o Barão Aguiar de Andrada, e do lado argentino foi escolhido Nicolas Calvo. Entretanto, nenhum desses representantes chegou a apresentar a defesa ao presidente norte-americano, ambos faleceram enquanto preparavam os projetos sobre a posição de seus países a respeito da questão. Para substituir o Barão de Aguiar, o Brasil nomeou o diplomata e historiador José da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido como Barão do Rio Branco. Para representar a Argentina foi nomeado Estanislao Severo Zeballos, ex-ministro das Relações Exteriores, que já participara da negociação do Tratado de Montevidéu.

Ao assumir a questão e dar início à preparação de seu projeto em defesa ao Brasil, o Barão do Rio Branco não se limitou aos argumentos e avaliações das comissões brasileiras, buscou também apoio na geografia francesa, notadamente com seu amigo francês, o geógrafo Élisée Reclus, que além de estudos sobre a geografia política à época se dedicava também a estudos da geografia regional.⁹² Portanto, em seu projeto de defesa, o Barão do Rio Branco tratou de evidenciar não apenas elementos da geografia física, situando os rios em questão, mas também da cartografia e da

⁹¹ Ibidem, 1997, p. 130

⁹² Enciclopédia Encarta, 2000.

geografia política europeia, além de estudos da própria geografia da região em litígio. A grande novidade, aportada por Barão do Rio Branco, parece ter sido, sem dúvida, a geografia, pela qual ele fundamentou seus argumentos com importante análise geográfica, na qual apresentava minuciosos dados econômicos e populacionais da área em litígio, tendo em vista que o Brasil a reivindicava pelo princípio de *uti possidetis*.

Apoiado no trabalho da última comissão demarcatória de limites, em seu projeto o Barão do Rio Branco descreveu que na comarca paranaense de Palmas havia 5.763 habitantes brasileiros e apenas 30 estrangeiros, nenhum deles argentino. Segundo o recenseamento de 1890, a população da área em litígio era de 9.470 brasileiros e 131 estrangeiros. O número de edifícios urbanos e rústicos era de 1.004. Afirmava também que há mais de um século a região em litígio já era ocupada pelo Brasil. Em razão de minucioso trabalho geográfico apresentado na defesa do Brasil, o Barão do Rio Branco receberia mais tarde o título de geógrafo, tendo inclusive assumido, por certo período, a presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. À época, seus estudos sobre a região em litígio foram considerados tão importantes que teriam influenciado a própria geografia brasileira em transição do século XIX ao século XX. Mas o Barão do Rio Branco não esteve somente à frente da Questão de *Palmas ou Misiones*, atuou também em outras questões de limites do país com os vizinhos, como, por exemplo, com a Guiana Francesa, a Bolívia, a Holanda e outros. Por seus estudos geográficos sobre as regiões fronteiriças do Brasil com seus vizinhos, o Barão pode ser considerado em solo brasileiro o pai da geografia das fronteiras. (PEREIRA, 1946).

Na questão de *Palmas ou Misiones*, Barão do Rio Branco não se limitou à ajuda do geógrafo Élisée Reclus, buscou também documentos cartográficos que até então não haviam sido apresentados por nenhuma das partes litigantes. Entre esses, a reprodução de um mapa manuscrito de 1749, denominado Mapa das Cortes, que estava guardado no depósito geográfico do Ministério de Negócios Estrangeiros da França, além de outros mapas buscados nos arquivos de Portugal e Espanha. Esses documentos cartográficos, somados ao profundo estudo geográfico sobre a região foram a essência da defesa brasileira. Já do lado argentino, segundo geógrafos e historiadores da região, Zeballos, acreditando na vitória,

não se teria empenhado suficientemente em defender a Argentina. Confiando piamente que o laudo arbitral lhe fosse favorável, seu projeto de defesa teria sido sustentado apenas pela cartografia apontando os rios Chapecó e Jangada como os verdadeiros rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio⁹³. Mas, em 05 de fevereiro de 1895, após análise dos dois projetos de defesa, o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, deu ganho de causa ao Brasil, declarando que toda a parte do Território de Palmas situada entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio pertencia ao Brasil, (**Figura 6**). Cleveland assim se declarou:

Agora, portanto, saibam quantos estes virem que havendo eu, Grover Cleveland, as funções de árbitro nesta causa [...] dou aqui a seguinte decisão e laudo: Que a linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil, na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão, é constituída e ficará estabelecida pelos rios e seguindo os rios Peperi (também chamado de Peperi-Guaçu por estar abaixo do rio maior, o Iguazu) e Santo Antônio, a saber os rios que o Brasil designou na exposição e documentos que me foram submetidos como constituindo o limite acima, denominado sistema ocidental [...].(PEREIRA, 1946, p. 197).

Instituía-se assim a fronteira linear, mas a questão *Palmas ou Misiones?*, parece ser ainda hoje discutível entre as academias de ambos os países. Por ocasião do 4º Encontro Internacional Humboldt, realizado em setembro de 2002 na cidade de *Puerto Iguazú* (MNES., ARG.), a geógrafa argentina Helena Chiozza, da Universidade Nacional de Luján (ARG.), declarou: “*a questão de Misiones é ainda muito espinhosa para a Argentina*”. Afirmou que o verdadeiro limite não era aquele que o Brasil defendia, mas o que se encontrava mais adiante do rio Peperi-Guaçu, ou seja, o rio Chopim e o Chapecó. Na mesma ocasião, a antropóloga Gorosito, da Universidade Nacional de Posadas, asseverou que “*a história oficial, apresentada nos dois países, sobre a questão de Palmas ou Misiones, revela distorções e ambiguidades*”. Segundo ela, estudos que abordam os Tratados de Tordesilhas, de Madri e de Santo Ildefonso “*são temas altamente opináveis, por parte das academias*

⁹³Ideia defendida, dentre outros, por geógrafos e historiadores argentinos, presentes no encontro Internacional Humboldt, realizado em setembro de 2002 em *Puerto Iguazú* – Argentina.

de ambos os países envolvidos, e que fatalmente geram muitas dúvidas quanto à história oficial apresentada”⁹⁴



⁹⁴Idéias defendidas, dentre outras, sobre a Questão de Palmas ou Misiones, no 4º Encontro Humboldt em Puerto Iguazú (MNES, ARG.) de 16 a 20 de setembro de 2002.

A demarcação da linha de fronteira seguiu critérios do Tratado de Madri apoiado no princípio do *uti possidetis*, o qual determinava que o traçado das fronteiras seguisse os acidentes físicos naturais mais notáveis, quer dizer, seguia o conceito de fronteira natural, assim como foi com o restante da linha divisória entre aqueles países que é traçada pelos rios Uruguai e Iguaçu. Mas, frente ao Uruguai e Iguaçu, os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio não podem ser considerados, sob nenhuma hipótese, obstáculos físicos naturais “notáveis”, como determinava o *uti possidetis*. Além disso, encontra-se lá a única passagem seca entre Brasil e Argentina, onde, em contraposição ao limite fluvial, o limite ali é artificial e para demarcá-lo no terreno *Grover Cleveland* determinou que a linha seguisse o caimento das águas das chuvas, isto é, onde as águas da chuva correm para o leste, fica território brasileiro; e onde as águas da chuva correm para o oeste, fica território argentino. Embora o limite tenha sido instituído na cartografia oficialmente em 1895, a demarcação da linha internacional sobre o terreno naquela região se daria somente no início do século XX, mais precisamente em 1903.

Ao observarmos tal linha internacional é impossível não pensar sobre as concepções ideológicas e políticas da época que levaram a tal recorte espacial. Hoje, observando os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, chega-se a duvidar que tenham sido motivo de tantos tratados e divergências jurídicas políticas entre Brasil e Argentina, necessitando até de arbitramento norte-americano, pois são pequenos córregos, fios de águas correntes e em alguns pontos de seus cursos permanecem praticamente secos durante o ano todo e não representam limite natural difícil de transpor (ver **Figura 7**). Tal limite não constitui exemplo de montes e rios “mais notáveis” como determinava o *uti possidetis* no Tratado de Madri.

É evidente que o volume de suas águas à época era maior do que é hoje, mas segundo antigos moradores da região, nunca dificultaram a passagem de um território ao outro, assim como não dificultam hoje. Para organismos de segurança de ambos os países, essa é hoje uma fronteira linear onerosa para os Estados, difícil de controlar, e agentes de segurança, tanto do Brasil quanto da Argentina, são unânimes em afirmar: “*o problema é da geografia*”! Quer dizer, embora o Barão do Rio Branco tenha se apoiado sobre o conceito de fronteira natural elegendo tais rios como a linha fronteiriça, ele não teria considerado na época o tradicional critério

européu da escolha da “boa linha de fronteira”. Mas, se tal critério fosse levado em consideração, talvez o limite fosse hoje aquele reivindicado pela Argentina.



Analisando a problemática em torno do estabelecimento de tal limite internacional nota-se que não foi somente o princípio de *uti possidetis* que favoreceu o Brasil, a utilização da ciência geográfica foi sem dúvida preponderante no projeto de defesa do Barão do Rio Branco, sem a qual talvez ele não tivesse argumentos suficientes para vencer a demanda. Além disso, ainda que durante o litígio tenha havido rumores de possível guerra entre os dois países, nota-se também que as negociações diplomáticas se sobressaem, evidenciando que as fronteiras lineares começam a ser fixadas por tratados, ou seja, negociadas, antes de tudo, sobre bases de considerações políticas.

Embora a história oficial do Brasil aponte que o arbitramento norte-americano tenha sido consenso entre os dois países e que se tratava apenas em reconhecer os dois rios: o Peperi-Guaçu e o Santo Antônio é possível dizer que havia outros interesses políticos em jogo, notadamente do Brasil, que à época tentava aproximação tanto

política quanto econômica com os Estados Unidos, daí a escolha de tal país pelo arbitramento. Na visão de um professor de ciências biológicas da cidade de *San Pedro* (MNES), o arbitramento não teria sido escolha da nação Argentina, mas resultado de negociações entre representantes da Argentina e Barão do Rio Branco. Para esse professor, Cleveland já conhecia o Brasil e tinha amigos políticos aqui, fator que, segundo ele, teria influenciado o ganho da questão de Palmas. Em suas palavras:

[...] Cleveland, antes mesmo de ser Presidente dos Estados Unidos, já passeava na Amazônia, era amigo do presidente do Brasil, portanto amigo do Brasil. A nação Argentina não iria jamais permitir que fosse Cleveland o árbitro, mas a arbitragem foi de comum acordo, como isso se passou é a questão! Agora, o perito que a Argentina designou para defender a questão foi muito pituco, nunca conheceu essa parte do mato, e se você quer defender uma causa tem que conhecer aquilo que vai defender. Por isso, quando a Argentina foi para contemplar a legitimidade do território no arbitramento, não tinha documentos suficientes que comprovassem aquilo que era dela de fato. Mas, o verdadeiro limite não era o rio Peperi-Guaçu e Santo Antônio porque não marcam o limite de forma tangente como fazem o Iguazu e o Uruguai.⁹⁵

Sem dúvida, a análise da questão revela ambigüidades, não apenas em relação ao verdadeiro limite, mas também em algumas das afirmações do Barão do Rio Branco. Por exemplo: ele afirmava que Palmas era território ocupado pelos brasileiros há mais de um século, mas registros oficiais do Brasil apontam que os primeiros brasileiros a ocuparem os antigos campos de Palmas foram as bandeiras organizadas por Joaquim Ferreira dos Santos e Pedro Côrtes, procedentes de Guarapuava. Tal fato teria ocorrido 1839 e o arbitramento da questão se deu em 1895, portanto 56 anos após sua efetiva ocupação.

Afirmava também que na região em litígio havia apenas 30 estrangeiros e nenhum argentino, mas em nossa pesquisa empírica, encontramos divergências. Uma ex-comerciante de *San Antonio* (MNES) afirma que seu pai, o ervateiro Manoel Silva Dico, de

⁹⁵Entrevista realizada com um professor de Ciências Biológicas da cidade de *San Pedro* (Departamento de San Pedro, Misiones) em agosto de 2008.

Bernardo de Irigoyen (MNES), em 1903 comprou terras com ervais em Campo Erê de um argentino. Essa abordagem empírica permite visualizar outra versão dos fatos oficialmente apresentados. A afirmativa de não haver nenhum argentino naquele território nos parece duvidosa, pois já se sabe hoje que argentinos e paraguaios percorriam aquela região coletando erva-mate desde o século XIX, o que leva a pensar que alguns daqueles ervateiros e seus grupos de trabalhadores pudessem habitar de fato aquela região, sobretudo os ervais de Campo Erê.

Mas o que estava realmente em jogo na época era a segurança nacional do território brasileiro. Aliás, durante o litígio já despontava entre os dois países embrionária geopolítica militar visando à organização do território e à segurança nacional daqueles Estados. Por isso, tanto Barão do Rio Branco quanto Zeballos podem ser considerados precursores da geopolítica entre Brasil e Argentina. Por exemplo: aos olhos de estrategistas militares brasileiros da época, era inadmissível perder o território de Palmas, pois a perda afetaria diretamente a segurança nacional do país. O território de Palmas representava, na eventualidade de uma guerra, corredor estratégico para os argentinos, que poderiam facilmente dominar a região sudeste que já figurava como centro político do país.

Tratava-se, portanto, não apenas de um simples reconhecimento de dois rios, mas da segurança nacional do país, razão pela qual o Brasil mobilizaria verdadeira miríade de atores, como políticos, geógrafos-cartógrafos, estrategistas militares, diplomatas, jornalistas e outros, para tratar da questão com absoluta prioridade. Outros elementos de ordem interna ao país estão contidos na questão, como, por exemplo, interesses econômicos e políticos de integração nacional na região sul do país.

Era preocupante a intenção do Rio Grande do Sul de proclamar-se Estado independente, desligando-se do restante do Brasil. Na mesma época em que o Barão do Rio Branco preparava a defesa do Brasil para o arbitramento, ocorria no sul do país a Revolução Federalista. Havia rumores de que, se vencesse a questão de *Misiones*, a Argentina apoiaria a Província do Rio Grande do Sul a se tornar independente do Brasil. Com a possibilidade do desligamento daquela Província, era primordial que o Brasil definisse seus limites territoriais para então integrá-la ao restante do país, pois caso a Argentina vencesse a questão, as então Províncias

do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ficariam praticamente isoladas do restante do país, o que significa dizer que, além da preocupação com o limite internacional, preocupava também a integração interna de Estados brasileiros. Além disso, o Brasil tinha ainda muitas pendências de limites com outros vizinhos a serem resolvidas, e vencer o litígio com a Argentina seria também criar boa imagem política para futuras negociações.

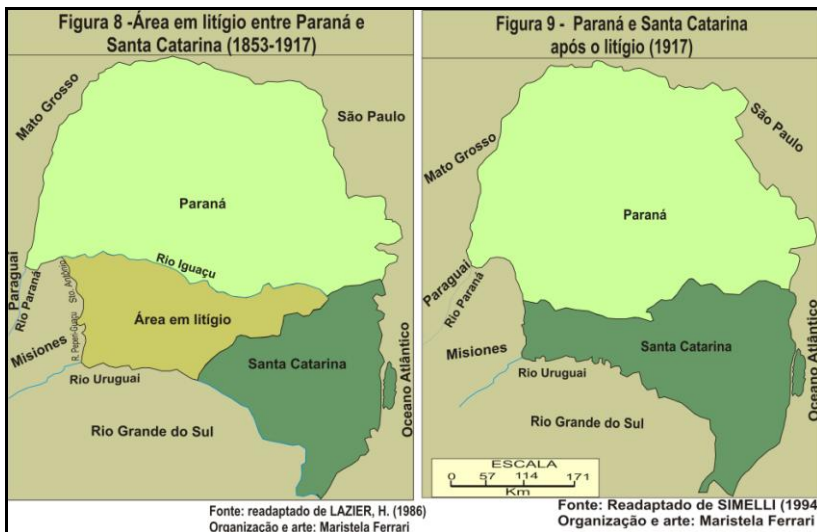
Ao lado dessas questões, ocorria na época o litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina. A disputa entre os dois estados se deu inicialmente pela área de terras localizadas no planalto meridional entre os rios do Peixe e Peperi-Guaçu, estendendo-se aos territórios de Curitiba e Campos Novos. É interessante notar que essa disputa envolvia também toda a área disputada entre Brasil e Argentina. Embora o litígio viesse tramitando pacificamente na política dos dois Estados desde 1853, ele se tornaria mais acirrado a partir de 1865, data em que o Governo Imperial decretou que os limites do Paraná com Santa Catarina passavam pelos rios Saí-Guaçu, Serra do Mar, rio Marombas desde a sua vertente até o das Canoas e por este até o rio Uruguai. Daí em diante a questão tomou proporções políticas mais sérias, repercutindo nacionalmente.

Assim, tal qual o litígio de *Palmas ou Misiones*, o litígio entre Paraná e Santa Catarina passa a tramitar entre os gabinetes políticos dos dois Estados e findaria somente em 1917, após a Guerra do Contestado⁹⁶ (1912 a 1916). Em 20 de outubro de 1916, o então presidente Wenceslau Brás, árbitro escolhido para aquela questão de limites, propôs acordo na divisão do território em disputa entre os dois Estados e em 1917 houve a homologação final do acordo de limites. Assim, de um total de 47.820 quilômetros quadrados de terras disputadas, 20.310 quilômetros quadrados passaram a pertencer ao Paraná, e 27.510 quilômetros quadrados foram incorporados ao território catarinense. (ver **Figura 8 e 9**).

Diante do exposto, fica mais do que evidente que as fronteiras lineares são instituídas pelo poder político, mas para demarcá-las o poder necessita também do pensamento científico que as traça pela cartografia, dando sua linearidade. Porém, essa linearidade, ainda que seja representada pelos marcos de fronteira e cursos das águas, não existe no terreno. As linhas são auxiliares de nosso pensamento

⁹⁶Questão já trabalhada durante nosso mestrado.

e, como já dizia Ratzel no século XIX, “*quer seja o científico ou diplomata por Tratados que as traçam as linhas são irreais*”, não possuem materialidade senão na cartografia, elas são desde as reflexões de Ancel, “*isóbaras políticas desenhadas sobre mapas*”. A questão revela também aquilo que muitos geógrafos já concluíram: que as fronteiras lineares são fruto de longas negociações entre Estados, outras vezes uma relação de forças em dado momento. (VELASCO-GRACIET, 1989).



Desde o nascimento do Estado moderno, fronteiras são instituídas para definir a soberania de uma entidade política, cercam simbolicamente o espaço de competência de um Estado nacional, distinguem o interno do internacional, provocam a descontinuidade entre normas e códigos nacionais, criam identidades diferenciadas. Demarcadas no espaço, assumem carga simbólica pelos símbolos nacionais lá dispostos (bandeiras e outros) e criam funções diversas (fiscais, de controle etc.), mas são também elementos que participam da organização dos territórios nacionais. É certo que nenhuma sociedade, seja econômica, política ou social, poderia organizar-se sem limites territoriais, pois as leis que organizam e regem um

território nacional necessitam de limites. (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974).

Por outro lado, como já evidenciamos, é ao lado dessas fronteiras lineares, com senso eminentemente de divisão política, que emergem as zonas fronteiriças, espaços que costeiam o limite onde coabitam interesses das populações tornadas limítrofes. Assim, se a fronteira linear provoca a descontinuidade, separando entidades políticas e populações, gerando discursos identitários e fazendo surgir duas paisagens diferenciadas ou assimétricas, a fronteira zona reúne, é ponto de contato que canaliza relações, é um espaço onde sua coerência é assegurada pelas ligações entre os atores dos dois lados do limite. A zona da fronteira internacional cria uma paisagem regional configurando um conjunto territorial distribuído entre os dois lados do limite articulados pelas relações ou interações que se realizam na presença da fronteira linear.

3.3. A ocupação dos campos de Palmas

A ocupação produtiva do antigo território de Palmas não foi processo linear e nem espontâneo, não constituiu frente de expansão pioneira nos moldes de Turner, nem antes da criação da fronteira linear e nem depois, pois obedeceu fundamentalmente aos interesses do governo brasileiro, no primeiro momento para assegurar a posse do território em litígio com a Argentina, e no segundo momento atendeu o projeto de ocupação dos espaços tidos como “vazios” no oeste brasileiro. Sem detalhar aqui todos os processos de ocupação, pois seria outro trabalho, evidenciaremos elementos do primeiro processo da ocupação produtiva da região tornada fronteira para avaliar sob que condições sociais, econômicas e políticas deu-se tal ocupação. Em seguida adentraremos a questão da formação da zona fronteira.

Embora desde os séculos XVII e XVIII tenham havido ações e tentativas de povoamento daquela região, somente a partir do final do século XIX e início do século XX teve início a efetiva ocupação produtiva pelo desenvolvimento da economia pastoril (criação de gado bovino e de mulas). Diferentemente das zonas coloniais de ocupação produtiva espanhola e portuguesa, a ocupação do sudoeste paranaense e do oeste catarinense foi processo tardio, dentre outros fatores, por não oferecer as condições naturais para o cultivo de

produtos exigidos pelas metrópoles colonizadoras. Assim, durante aproximadamente os quatro primeiros séculos de colonização espanhola e portuguesa, a atual região fronteiriça não atraiu a atenção dos colonizadores, permanecendo mero ponto de passagem, inicialmente de exploradores espanhóis e portugueses, e posteriormente das bandeiras paulistas à procura de ouro e em busca de indígenas das reduções para escravizá-los. A região era território tradicionalmente ocupado pelas sociedades indígenas, com destaque para *guaranis* e *kaingangs*, território que fazia parte do projeto para a criação da *República Guaranítica*. Compreendia 400 mil quilômetros quadrados, desde o Paraguai, envolvendo partes da Argentina, do Uruguai e do sul do Brasil, incluindo aí o conjunto regional do oeste catarinense, sudoeste paranaense e a Província de *Misiones*. (FOLADOR, 1991).

Portanto, a ocupação produtiva com a implantação da economia pastoril teve início somente a partir de 1839, por “iniciativa” dos paulistas de Guarapuava, que respondiam fundamentalmente aos interesses e estratégias políticas do governo brasileiro para assegurar a posse do território em litígio. Embora a história oficial do Brasil aponte que a ocupação dos antigos campos de Palmas foi “iniciativa” dos habitantes de Guarapuava, a análise da questão deixa entrever que não houve “iniciativa”, mas acordos econômicos e políticos entre a Província de São Paulo e o governo brasileiro. Naquela época o antigo território de Palmas era considerado domínio da província de São Paulo quando em 1853 passa ao domínio do Paraná. Assim, enquanto os paulistas precisavam de apoio financeiro para abrir estradas que ligassem São Paulo ao Rio Grande do Sul, o governo brasileiro necessitava de pessoas dispostas a ocupar o território em litígio, pois o reivindicava pelo princípio de *uti possidetis*.

O acordo entre a Província de São Paulo e o governo nacional brasileiro começa a se concretizar em 1839, quando as bandeiras organizadas por Joaquim Ferreira dos Santos e Pedro Côrtes, procedentes de Guarapuava, chegaram aos Campos de Palmas para ocupá-los. Segundo Wachowicz (1985, p. 14-5), na época circulavam rumores de que “*se os habitantes de Guarapuava não realizassem a ocupação de Palmas, outros o fariam. Esses outros eram os argentinos [...]*”. Em seu projeto de ocupação o governo brasileiro incentivou a implantação de fazendas de criatório, estabelecendo 37

fazendeiros nos campos de Palmas em 1853. Mas devido ao elevado número de pretendentes a formar fazendas naqueles campos, outros partiram mais para o oeste em busca de novos campos, tendo um grupo chegado ao chamado *campo do Erê*⁹⁷, antiga região da qual faz parte o atual município de Campo Erê (SC), onde foram instalados cinco fazendeiros “excedentes dos Campos de Palmas”. Exceto pelos índios, a grande dificuldade dos pioneiros foi a aquisição de sal, que vinha de Guarapuava e era muito caro, produto básico para a sobrevivência do gado. (WACHOVICZ, 1998).

Feita a instalação dos fazendeiros, a estratégia seguinte do governo brasileiro foi tentar integrar tal espaço ao país, sendo, portanto, indispensável construir estradas. Na verdade ele dava prosseguimento ao acordo com a Província de São Paulo, determinando a abertura de um caminho que, partindo de Ponta Grossa, atravessasse os Campos de Palmas e os conectasse à Província do Rio Grande do Sul. O novo caminho passou a chamar-se caminho das Missões ou estrada das Missões, pois se conectava por outros caminhos, atingindo as Missões do Rio Grande do Sul. Partia de Guarapuava, passando pelos campos de Palmas, cruzava os rios Chapecó e Chapecozinho, entrando no Rio Grande do Sul por Nonoaí, seguindo para Cruz Alta, e daí conectando-se com a estrada de Vacaria até chegar às Missões, de onde partia o gado para o mercado paulista. Esta última parte da estrada já vinha sendo usada pelos tropeiros paulistas através dos campos de Lages (D’ANGELIS, 1995).

O caminho das Missões passou a valorizar os campos de Palmas e a atrair rapidamente os tropeiros que conduziam gado bovino e muar, da região das Missões do Rio Grande do Sul à feira paulista de Sorocaba. Só no ano de 1864 passaram por essa rota, em direção a Guarapuava, mais de 12.000 animais, oriundos do Rio Grande do Sul para o mercado paulista. A preferência de muitos tropeiros por esse novo caminho em detrimento de Lages deu-se por dois motivos: primeiro porque os tropeiros queriam fugir das altas taxas de impostos que eram cobradas pela província de Santa Catarina sobre o transporte de gado que por lá passava; segundo porque esse novo caminho encurtava distância entre os centros

⁹⁷De acordo com Folador (1991, p. 11), “[...] os índios Kaingangs iam ao herê, já os colonos iam ao campo, daí o pleonasma Campo Erê”.

produtores de gado e os centros consumidores. Até mesmo as tropas de mulas e de gado provenientes da Argentina, sobretudo de Corrientes, passaram a ser transportadas por esse caminho, como lembra Folador (1991, p. 25),

[...] as tropas vinham de Corrientes, atravessavam o rio Uruguai na altura de São Borja [...], passavam por Cruz Alta, Passo Fundo, fazendo novamente a travessia do rio Uruguai no Passo do Goio-En, demandando a Palmas, Guarapuava e finalmente São Paulo.

Entretanto, alguns anos mais tarde, no trajeto de Palmas a Guarapuava, os tropeiros descobriram uma trilha que reduzia a distância em aproximadamente 70 quilômetros. Ficava 37 quilômetros a oeste da vila de Palmas, deixando-a isolada do movimento das tropas, gerando divergências entre os fazendeiros de Palmas e os tropeiros que exigiam a mudança da vila, para não serem obrigados a percorrer 70 quilômetros a mais para pouso e abastecimento, desviando-se do caminho mais curto para Guarapuava. Porém, os recém-instalados fazendeiros na vila de Palmas não aceitavam a reivindicação dos tropeiros, pois entre outros interesses, a vila era o ponto mais central dos Campos de Palmas. (WACHOWICZ, 1985).

As discordâncias entre tropeiros e fazendeiros passaram a implicar diretamente sobre o desenvolvimento da vila palmense, que esteve a ponto de se desabitatar, causando a migração de muitos de seus habitantes. Assim, ao longo dos anos, enquanto tropeiros e fazendeiros esperavam uma resposta do governo sobre a mudança da vila de Palmas:

O desânimo e o abatimento começou a tomar conta da população do vilarejo. As casas da praça continuavam cobertas de palha e apodrecendo; a capela de madeira não merecia esse nome. Os fazendeiros continuavam a não construir casas no rocío. Como resultado de tal situação, o vigário de Palmas informava em 1858 que, se o governo da Província do Paraná não terminasse com as contemplações para com Palmas, a freguesia haveria de se despovoar e ficariam apenas os estancieros (WACHOWICZ, 1985, p. 56).

Em situação pior encontrava-se Campo Erê, que em 1864 atingia 60 a 70 indivíduos não indígenas dedicados à criação de gado

bovino e muar e que em muito dependia de Palmas, especialmente na compra de sal, essencial para o trato do gado e das mulas, bem como de outros produtos alimentícios. Havia apenas uma picada que ligava Campo Erê a Palmas, mas em péssimas condições. De resto, Campo Erê estava completamente isolado e sem comunicação com qualquer região mais próspera que lhes possibilitasse o abastecimento dos produtos necessários. Por isso, os habitantes de Campo Erê passaram a migrar para outras regiões, inclusive para a Argentina, ficando apenas alguns fazendeiros em determinados períodos do ano para retirar o gado que lá criavam. Para Manoel Marcondes de Sá, a situação de Campo Erê em 1864 era “vexatória e condicionadora a indolência e miséria”. (MARCONDES DE SÁ apud WACHOVICZ, 1985, p. 33).

A vila de Palmas acabou não mudando, e em 1868 sua população ascendia para 2.050 habitantes, incluindo aí os índios adaptados ao sistema de vida dos brancos. Porém, suas condições sociais e econômicas tendiam a se agravar, pois além do isolamento em que se encontrava a vila, grande parte dos produtos necessários para a população, e até o sal para o trato dos animais, vinham via Guarapuava, chegando a Palmas com valores exorbitantes. O gado era comercializado em Guarapuava ou nos Campos Gerais (Curitiba), e o valor das vendas não cobria as despesas da produção. A única atividade econômica centrava-se na pecuária, em razão do que alimentos como feijão, milho e entre outros vinham de várias províncias. Nesse processo de ocupação o cultivo da terra era praticamente inexistente, pois em toda a região de fazendas no Paraná, tanto nos Campos Gerais, quanto em Guarapuava e Palmas, desenvolveu-se o preconceito contra a agricultura, “[...] *era sempre mais fácil e de maior status social tocar uma tropa de muares e/ou bovinos, ou trabalhar como peão de fazenda, do que agüentar o cabo de uma enxada ou talvez a barra de um arado*”. (WACHOWICZ, 1985, p. 65).

O setor primário era sustentado somente pela pecuária, tudo girava em torno das fazendas, o setor secundário e terciário era praticamente inexistente, gerando alto custo de vida aos seus habitantes. Nota-se que no projeto de ocupação dos campos de Palmas, promovido pelo governo brasileiro, não havia qualquer preocupação sobre as condições sociais e de bem-estar geral dos seus ocupantes. A população encontrava-se inteiramente sem qualquer

tipo de assistência – social e/ou econômica e de infraestrutura – tanto por parte dos governos do país quanto da província do Paraná. Mas, se por um lado o governo era negligente em relação a políticas sociais e econômicas voltadas para a população dos campos de Palmas, por outro, havia dedicação exclusiva em relação ao litígio: a questão era tratada com absoluta prioridade, mobilizando quase todos os setores do poder. Mais ainda: tentava criar um sentimento nacionalista na região utilizando-se de reinterpretações de fatos que lá ocorriam. Por exemplo: paraguaios e argentinos que já vinham percorrendo aquela região desde antes da segunda metade do século XIX, na coleta de erva mate silvestre, após a Guerra do Paraguai (1864 a 1870) intensificaram a exploração de ervais nativos na área em litígio. Tal fato foi interpretado pelo governo brasileiro como uma pretendida invasão dos argentinos no território de Palmas, o que causou uma série de informações truncadas e acusações a argentinos por brasileiros. (WACHOWICZ, 1985).

Em 1880, o presidente da província do Paraná relatou em correspondência ao Visconde de Pelotas, ministro da Guerra, que um efetivo militar do exército era imprescindível para assegurar o bem-estar da população nos campos de Chapecó e do Erê, argumentando que os argentinos ocupariam a região, principalmente do campo Erê. Tais informações, mesmo baseadas apenas na desconfiança, levaram o governo brasileiro em 1881 a implantar postos militares nas proximidades dos rios Chopim e Chapecó, atuais municípios de Chopinzinho (PR) e Chapecó (SC). Porém, mesmo com tal controle militar assegurado, espalhava-se rapidamente pela região de Palmas rumores de possível invasão dos argentinos de Corrientes, inclusive de sua ligação com assaltantes e criminosos que habitavam os ervais daquela província. (WACHOWICZ, 1985, p. 44).

Tais boatos criaram um clima de instabilidade e medo entre as populações de Palmas e de Campo Erê, motivando evasão de muitos moradores desses povoados. Outro fato curioso é que,

[...] no dia 14 de fevereiro de 1881, chegou a Palmas um emissário do subdelegado de Polícia de Palmas do Sul, trazendo ofício desta autoridade, pedindo providências para repelir a invasão de qualquer horda de salteadores correntinos que ali pudessem aparecer [...]. O mensageiro, entretanto, adulterando oralmente o conteúdo do ofício, disse estarem estacionados em Campo Erê mais de mil argentinos armados, predispostos a atacar Palmas, tendo

estes argentinos massacrado os habitantes do Campo Erê.
(WACHOWICZ, 1985, p. 45).

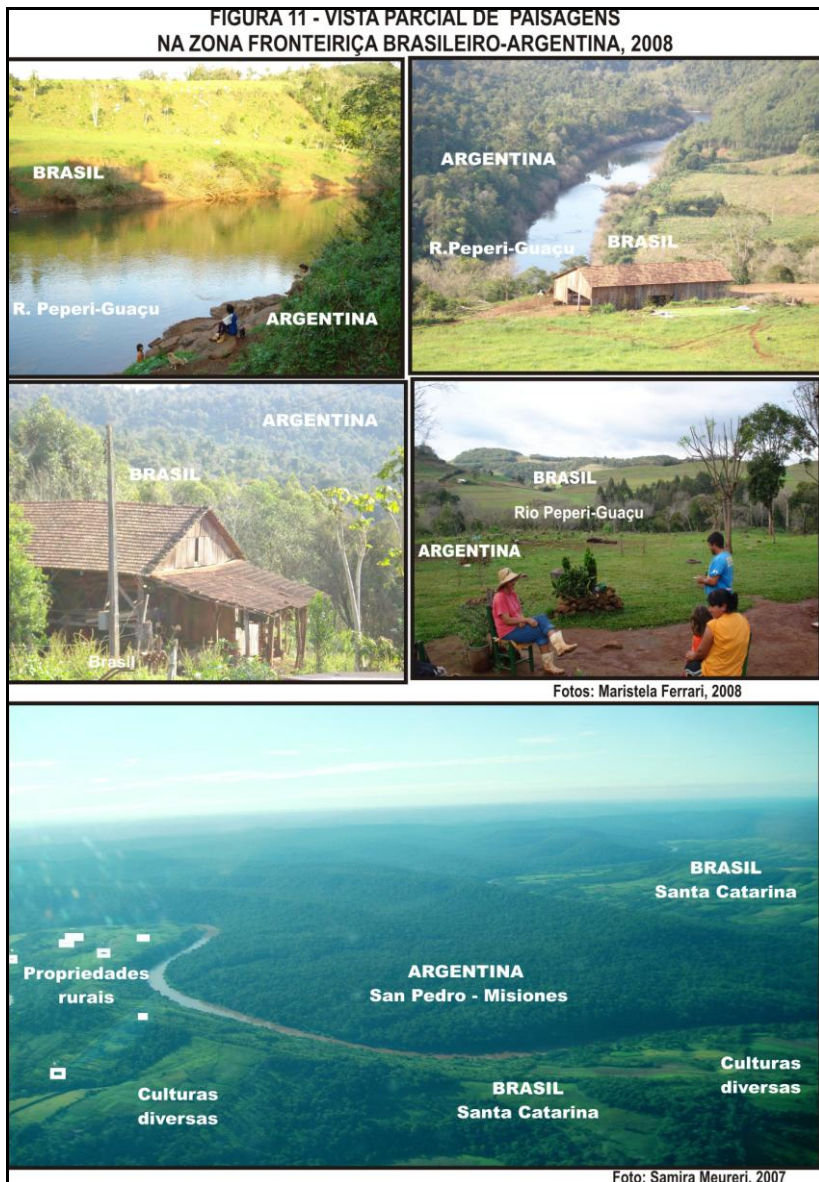
Diante de tantos boatos que atemorizavam as populações dos campos de Palmas, foi instalada entre Chapecó e Palmas uma delegacia de polícia para dar tranquilidade e segurança à população. Posteriormente, em 1890 deu-se início à abertura de uma picada para a instalação de uma linha telegráfica ligando Palmas à antiga colônia militar de Chapecó, com a intenção de pô-la em comunicação com as demais regiões do país. Mas, é interessante notar que tanto os “boatos” quanto a implantação de equipamentos militares na região em litígio se dá quase às vésperas do arbitramento da questão, o que nos leva à hipótese de que o ocorrido tenha sido uma representação promovida pelo Estado nacional, representação essa que serviu de estratégia ao governo brasileiro para implantar equipamentos militares e de comunicação num território em litígio.

Nota-se também que o processo de ocupação não foi frente de expansão espontânea e nem linear, pois se deu em forma de arquipélagos: inicialmente apenas as áreas de campos eram povoadas, permanecendo grandes áreas de terras cobertas pelas florestas nativas, onde persistia certo “vazio” demográfico, razão pela qual a região levou o nome de *sertão* até o início do século XX. É óbvio que a implantação de fazendas de gado naquela época constituía meio mais rápido de ocupar o território em litígio, tendo em vista que a formação de fazendas exigia grandes extensões de terras e pouca gente, o que facilitava ainda mais a ocupação, priorizando a vontade do governo brasileiro.

A economia pastoril gerava naquele período muitos lucros, devido à intensa demanda para as regiões produtoras de mineração e café, no sudeste do país. Em 1895, com o término do litígio brasileiro-argentino, a região adquire caráter de região fronteira e na escala nacional passa a representar apenas área de segurança nacional e de geopolíticas diferenciadas entre os dois países, bem visíveis ainda hoje na paisagem físico natural e humana. Enquanto no lado brasileiro a paisagem se apresenta profundamente marcada pela ação da geografia humana e densamente ocupada, não respeitando nem mesmo a margem dos rios que marcam a linha fronteira, o lado argentino, apesar das recentes transformações, apresenta ainda hoje uma paisagem pouco modificada e

escassamente ocupada se comparada ao lado brasileiro, (ver **Figura 10 e 11**).

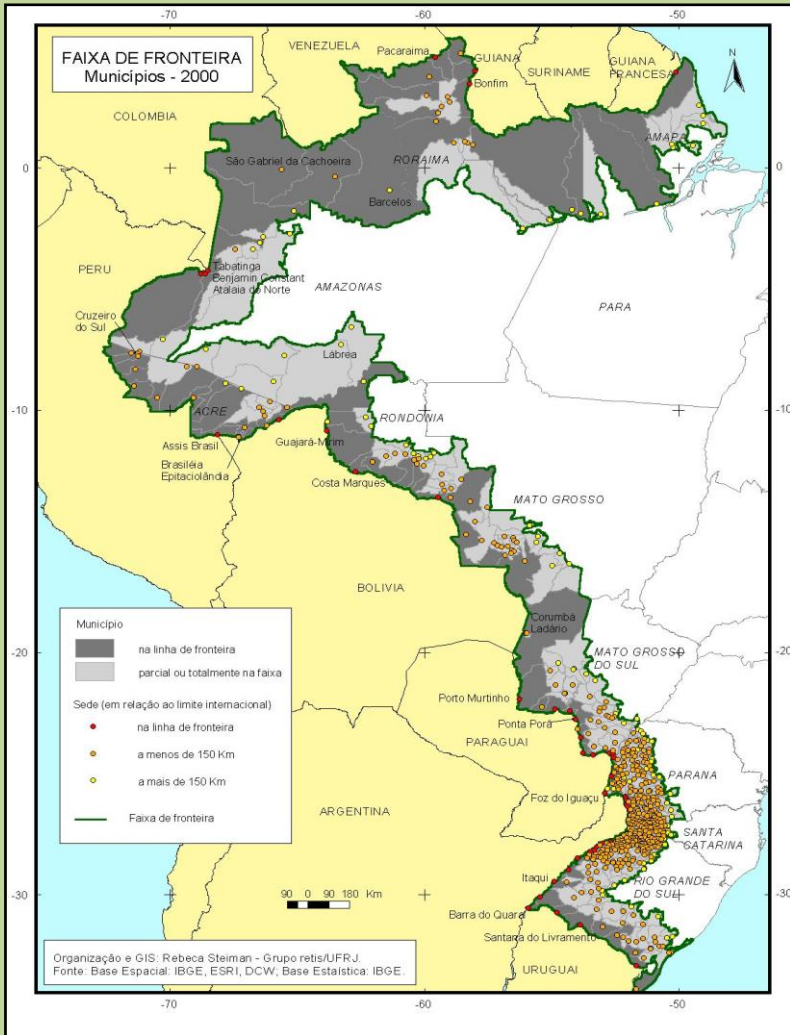




A própria geografia política é significativamente distinta daquela do lado argentino, notadamente pelo número de cidades e municípios na faixa fronteiriça do oeste de Santa Catarina e sudoeste

do Paraná que difere em muito do lado argentino (ver **Figura 12**). *San Pedro e Manoel Belgrano*, departamentos do nordeste de *Misiones*, limítrofes ao Brasil, somam juntos apenas quatro cidades, três delas nos departamentos de *Manoel Belgrano* e apenas uma no departamento de *San Pedro*, como mostra a **Figura 10**.

Figura 12 – Faixa de Fronteira: Municípios - 2000



Fonte: www.gruporetis.igeo.ufrj.br

O Brasil aplicou a geopolítica de fronteiras vivas, incentivando a ocupação da região, ao passo que a Argentina, no começo do século XX, mais voltada para o centro do país, não desenvolveu nenhum projeto geopolítico de ocupação para a zona fronteira do nordeste de *Misiones*. Porém, preocupada com a segurança nacional na fronteira, introduziria já no começo do século XX escolas nacionais, com intuito de fortalecer uma identidade nacional, e designaria alguns militares para vigiar a fronteira. Assim, enquanto em lado brasileiro árvores iam sendo rapidamente derrubadas para ocupação e agricultura, o nordeste de *Misiones* permanecia com parte de sua extensão limítrofe ao Brasil coberta de matas nativas.

Mas a permanência daquela faixa de mata nativa não pode ser atribuída a uma geopolítica argentina. Ela até pode ter sido pensada por brasileiros como uma geopolítica argentina para fazer frente ao expansionismo brasileiro, mas sob nenhuma hipótese ela representou um “escudo natural” de defesa contra a migração ilegal brasileira naquele território *missioneiro*. Obviamente que havia geopolíticas bem distintas entre os dois países, mas na visão de um chefe de operações especiais da *Gendarmería* Nacional argentina (GNA), em *Bernardo de Irigoyen*, a manutenção da mata nativa nunca foi pensada como uma geopolítica contra o Brasil. Para ele:

As geopolíticas entre os dois países sempre foram muito distintas: o Brasil historicamente mostra características de ser um país imperialista e expansionista, de estender-se sobre o território e para além dele. Vejo também que ele sempre se preocupou em fortalecer suas fronteiras, em estabelecer povos na fronteira. Com a Argentina, o que se passou foi diferente e, *mientras*, segue mantendo a mesma geopolítica, voltada para os centros mais importantes do país, isso vem desde o Vice-Reinado do Prata, uma geopolítica voltada a consolidar os povos dos centros do país, não vai se preocupar com suas fronteiras como fez o Brasil. Por isso tivemos conflitos de fronteiras e perdemos, perdemos com o Paraguai, Bolívia, Chile, e com Brasil, se perdeu porque não fortalecemos nossas fronteiras. Foi assim com as ilhas Malvinas, por essa mesma geopolítica centralista perdemos as Malvinas, porque não tem lógica uma ilha no sul da América Latina pertencer à Inglaterra, isso pra mim é um disparate! [...]. Por aí você pode ver claramente que a geopolítica argentina é egocentrista, não fortalecemos as fronteiras com povos, como fez Brasil. Eu estudei um pouco a

geopolítica argentina, por isso, posso dizer que o mato virgem que aqui ficou nessa zona nunca foi uma medida geopolítica da Argentina para impedir a entrada de brasileiros. Como eu te falava, a Argentina sempre se preocupou mais com o centro, então não houve políticas de ocupação, não houve interesse em introduzir mudanças nessa fronteira, por isso ficou esse mato, e que bom que ficou, [...].⁹⁸

Portanto, como mostra o depoimento, a permanência da mata atlântica de interior no nordeste de *Misiones* não se deve à aplicação de uma geopolítica argentina e nem a uma consciência ambiental maior que a dos brasileiros. A região nordeste de *Misiones* nunca foi atrativa aos colonos argentinos como foi a *pampa húmeda*, região agrícola mais importante do país, o que significa dizer que não havia de fato uma política de ocupação daquele espaço, que foi sendo ocupado majoritariamente por brasileiros e paraguaios.

A geopolítica argentina mais expressiva aplicada naquela região fronteira aconteceria durante o período da ditadura militar, quando foram elaborados dois projetos de ocupação agrícola para aquela região fronteira: o *Plán de ocupación de San Pedro* e o *Plán de ocupación Andresito*, que será visto mais adiante no capítulo nove. Na visão de um ex-professor de medicina veterinária da Universidade Federal de *Corrientes*, hoje residente em *Andresito* (MNES), a geopolítica argentina sempre foi muito centralista, o que pode ser observado tanto no próprio porte das cidades quanto na questão de investimentos públicos e de infraestruturas básicas para a população, característica que, segundo ele, é evidente ao longo de toda a zona fronteira brasileiro-argentina.

Essa diferença entre cidades brasileiras e argentinas na fronteira eu vejo como produto das próprias geopolíticas diferenciadas entre os dois países. A geopolítica do Brasil foi a de gerar centros populacionais fortes e importantes nas fronteiras com seus vizinhos. Na Argentina isso não aconteceu, porque, sob hipóteses de conflitos entre fulanos e cimenganos, a Argentina vai primeiro colocar a segurança nacional na fronteira. Vai se preocupar em primeiro lugar com projetos de segurança nacional, como aquele de *Corrientes* imaginado por um “gênio” militar

⁹⁸Entrevista realizada com um chefe de operações especiais da Gendarmería Nacional argentina, Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

que disse lá no século passado que a Argentina deveria construir estradas hiper-ruins, colocar pavimentação fraca nas rotas da fronteira com o Rio Grande do Sul. Por quê? Porque se viesse ocorrer conflitos, essas rotas impediriam a passagem de tanques da armada brasileira. Rotas que foram desenhadas sob hipóteses de guerra e que hoje com o Mercosul tiveram que ser reconstruídas para o comércio de cargas rodoviárias entre os dois países, [...]. Então, apesar de a Argentina ser país urbano e ter começado sua urbanização pouco antes do Brasil, isso não aconteceu nessa fronteira e nem em outras zonas em função da própria geopolítica nacional totalmente voltada para o centro, [...].⁹⁹

Se por um lado havia preocupação com a segurança nacional por parte dos dois países, por outro lado não houve preocupação com a implantação de políticas públicas e econômicas, realidade que perduraria até por volta dos anos 1970-1980, como foi com o lado brasileiro que após a definição do limite internacional, a população dos antigos campos de Palmas fica abandonada à própria sorte, à margem dos Estados. Na visão de um funcionário do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento em Dionísio Cerqueira (SC), o Brasil desde sempre tem marginalizado as populações fronteiriças. A própria divisão de recursos entre regiões vem sendo sucessivamente desigual durante todo o século XX.

Eu aprendi que a fronteira a oeste do Sul do Brasil sempre foi discriminada a nível federal, desde o Império. Então o governo pensou: vamos colocar gente na fronteira que sejam soldados guerreiros, fortes, armados; vamos colocar um pouquinho de ralé também pra combater, porque se vier uma invasão espanhola ou argentina, esse pessoal vai segurar o máximo que puder para que nós então do leste possamos montar nossas forças armadas e organizar um plano de contingenciamento dessa invasão. Então o governo deu lotes de terras, falou, ó, aquela terra é tua, mas não vou mandar segurança, não vou mandar nada, você que se vire lá pra defender essa terra. Essa foi uma geopolítica do Estado nacional brasileiro, de deixar a fronteira na mão do cidadão e dizer: se vira! Historicamente o governo central sempre relegou o Oeste a segundo plano.

⁹⁹Entrevista realizada em Andresito (MNES) em fevereiro de 2008.

Estou falando do sul do Brasil. Essa é a minha visão e isso se perpetua até hoje e com problemas diversos. Por exemplo? Vou te dar um exemplo: saúde, que estrutura tem aqui? Se eu precisar de um laboratório para exames de T3 e T4 [tireóide] eu tenho que ir a Cascavel ou Londrina. O poder público deveria ter laboratório aqui? Não tem! Não tem nem hospital, vai botar laboratório clínico por aqui? Não colocam, te mandam para fora, 100 a 150 quilômetros daqui! Esse é apenas um exemplo, têm outros, [...].¹⁰⁰

O estado de abandono das regiões fronteiriças não é flagrante só no lado brasileiro, mas também no nordeste de *Misiones*, que, em muitos aspectos, encontra-se em situação pior que o lado brasileiro. Na visão de um funcionário da prefeitura municipal de *Andresito* (MNES), embora ainda careça de políticas públicas sociais para o efetivo exercício da cidadania, a região brasileira hoje se encontra em melhores condições que o lado argentino. E acrescenta:

[...], veja o nosso lado: tem gente falando de inclusão digital, de acesso à internet, mas nessa zona muita gente não tem sequer energia elétrica e telefone, não tem acesso a serviços médico-hospitalares e odontológicos, as cidades não têm infraestruturas básicas mínimas para a população e eu não estou falando do século passado, estou falando de hoje, século XXI! Eu vejo que os municípios brasileiros estão muito mais equipados do que os nossos! Por exemplo, se eu for ali a Santa Clara ou Santa Luzia, comunidades do município de Capanema, eu vou encontrar lá posto de saúde, vou encontrar lá uma infraestrutura bem montada e limpa, com bom atendimento nos primeiros socorros! Aqui, temos sim uma sala que é a sala de primeiros socorros, mas vai ver as condições desta! [...] Qual é a diferença? A atitude dos governos! E na Argentina tudo é mais centralizado.¹⁰¹

Embora tenha sido integrada ao território nacional brasileiro, a região dos Campos de Palmas encontrava-se desguarnecida de quaisquer recursos sociais e econômicos, sem qualquer tipo de serviços básicos, como saúde, educação e outros. Não houve

¹⁰⁰ Entrevista realizada em Dionísio Cerqueira (SC) em agosto de 2008.

¹⁰¹ Funcionário da Municipalidad de Andresito, entrevista realizada em Andresito (MNES), em agosto de 2008.

aplicação de políticas públicas nacionais de infraestrutura de base para o desenvolvimento social e econômico daquela região. A economia pastoril, que subsistira por certo tempo, entra em declínio já no final do século XIX, enquanto a população, em sua maioria peões de fazendas, passa a migrar para outros locais em busca de terras e novos trabalhos. Com o declínio da atividade pastoril, a extração e produção da erva-mate, praticada naquela região por argentinos, paraguaios e brasileiros, antes mesmo da instituição da fronteira linear, tornou-se já no começo do século XX a principal atividade econômica da região, e o produto passa a ser comercializado, sobretudo com a Argentina. Paralela a essa atividade desenvolveu-se também no começo do século XX a criação de mulas e de suínos pelo sistema primitivo, sem os recursos de tecnologias mais avançadas.

Juntas, essas atividades econômicas, principalmente a extração da erva-mate, passaram a atrair não apenas peões das fazendas em declínio, mas também novo contingente populacional, destacando-se elementos sociais marginalizados, como caboclos, ex-funcionários da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, fugitivos da Guerra do Contestado e fugitivos da justiça, notadamente do Rio Grande do Sul, que passaram a se infiltrar nas matas dos antigos campos de Palmas, atuais regiões do sudoeste paranaense e oeste catarinense. Aos elementos sociais brasileiros na região, juntavam-se também empresários argentinos e paraguaios com seus grupos de *mensús*,¹⁰² trabalhadores semiescravos, em sua maioria descendentes de índios guaranis das antigas reduções jesuíticas.

São esses elementos que após a instituição da fronteira linear organizariam um campo de interações transfronteiriças não apenas comerciais, mas também sociais, religando o território então separado pela fronteira linear. Nesse período, como a atividade extrativista não exigia a derrubada da mata nativa, não produzindo grandes transformações no espaço, a região era tida ainda como espaço de “vazio” demográfico e área de “sertão”. As relações comerciais eram escassas, devido à falta de infraestrutura e de

¹⁰²Termo de origem guarani que em espanhol designa trabalhadores pagos mensalmente, *mensual*. O trabalho dos *mensús* tem sido historicamente associado a um regime de semiescravidão. Segundo o professor Cabral de San Antonio (MNES), os *mensús* eram trabalhadores que faziam o corte da erva-mate tanto no Paraguai quanto na Província de *Misiones* e *Corrientes*. (Entrevista realizada em agosto de 2008).

comunicação; o transporte da erva-mate era feito em cargueiros de mulas pelas precárias picadas abertas e mantidas pelos ervateiros da região, em sua maioria argentinos; a agricultura era praticamente inexistente.

Com a entrada de elementos socialmente marginalizados, inclusive foragidos da justiça brasileira, a região fronteiriça levaria por muito tempo o nome de “*valhacouto de bandidos*”, imagem imaterial que perduraria por quase todo o século XX, reforçada também com o desencadeamento de intensos conflitos pela posse da terra, notadamente a partir de 1940, com a entrada de colonizadoras gaúchas e a inserção de colonos descendentes de migrantes europeus, oriundos do Rio Grande do Sul. Aliás, dentro de outro contexto, a zona fronteiriça foi recentemente caracterizada como região do “*País Bandido*” (WAGNER, 2003), o que reflete, em parte, que as regiões fronteiriças, no caso do Brasil, são ainda estigmatizadas, vistas sob uma única óptica: a da ilegalidade e do contrabando. Porém, muitas das interações vistas como ilegais pelos centros de poder situados em outras escalas, são interações que na escala local fazem parte do próprio contexto histórico fronteiriço, porque em muitos aspectos tais regiões continuam ainda hoje à margem dos Estados, e estes nem sempre consideram as necessidades sociais e interesses locais dos fronteiriços.

Mesmo parcial, essa análise nos permite refletir sobre o papel ambíguo do Estado nacional brasileiro, pois ao mesmo tempo em que se utiliza da população como trunfo para a posse do território, ele permite que essa mesma população fique à margem das políticas do Estado nacional. A teoria de pertencimento socioespacial e do direito a cidadania como dever de um Estado nacional parece, em parte, perder sua operacionalidade no caso analisado. Por outro lado, a mesma população que participara do projeto do governo nacional na divisão do território se volta agora para seu vizinho que se tornou estrangeiro e passa a interagir dentro de um conjunto espacial que “apaga” a linha e religa os territórios através de trocas comerciais e inúmeros contatos sociais do cotidiano.

Diferentemente do Estado brasileiro, o Estado nacional argentino inicia um projeto de nacionalização da fronteira com a instituição de escolas nacionais visando a criar um sentimento de identidade nacional. Entretanto, como veremos nos próximos capítulos, as ideologias nacionais nem sempre atingem seus

objetivos, pois a fronteira não é só lugar de divisão política, de conflitos e de duas identidades nacionais: ela é também lugar de encontros, de trocas, de comunicação e contatos sociais que promovem a mescla entre indivíduos portadores de múltiplas identidades, um lugar do saber fazer e do saber viver em conjunto.

4 - A ZONA FRONTEIRIÇA: UM CONJUNTO SOCIOTERRITORIAL CONSTRUÍDO POR INTERAÇÕES TECIDAS ENTRE FRONTEIRIÇOS

4.1. Introdução

Neste capítulo se constrói um quadro de referência para explicar os processos de formação da zona fronteira brasileira-argentina localizada no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones* e os principais fatores que favoreceram o desenvolvimento de interações transfronteiriças e a integração físico-social de aglomerados populacionais que mais tarde evoluíram para cidades gêmeas. Diferentemente da fronteira linear, que é escrita pela política e possui visão do centro, a zona fronteira não está escrita, ela aparece nos recintos dos fronteiricos, e por isso devemos nos aproximar da escala local para apreendê-la. Portanto, ao invés da ideia clássica de divisão que se constrói entre dois grupos na relação da identidade/alteridade, devemos tratar a zona fronteira como espaço que remete à ideia de ligação entre territórios e para isso é necessário considerar “*o conjunto territorial de ambos os lados do limite*” (RAFFESTIN, 1974, p. 12), pois se trata de outra territorialidade que, submetida à fronteira linha, vai re-configurar o espaço territorial dividido. O melhor exemplo para compreendê-la são as cidades gêmeas, por serem territorialidades mais evoluídas, (MACHADO, 2005).

4.2. Elementos que caracterizam a zona fronteira

A zona fronteira localizada no conjunto do extremo-oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones* emerge da instituição da fronteira linear. Antes disso, tal espaço não poderia ser caracterizado como tal, pois era território de grupos indígenas, área que fazia parte do imaginado projeto para a criação da República Guarânica (XVII e XVIII). A linearidade desse segmento de fronteira é relativamente recente – data de 1895 – e como todas as linhas limites, essa também só tem materialidade corpórea na cartografia. No terreno ela se distingue pelo curso dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, entre os quais se encontra a linha seca que se estende por aproximadamente 22 quilômetros de terras

compreendidas exatamente entre as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina, BR) \Barracão (Paraná, BR) e *Bernardo de Irigoyen* (*Misiones*, ARG) até as proximidades das cidades gêmeas de Santo Antônio do Sudoeste (Paraná, BR) e *San Antonio* (*Misiones*., ARG.). Portanto, a linha limite é ali formada por dois “fios” de água corrente mais uma linha seca, diferentemente de outros segmentos fronteiriços entre Brasil e Argentina, que são constituídas por apenas um rio, como, o Uruguai e o Paraná. Embora a linha seca já figurasse em mapas desde 1895, no terreno ela seria demarcada somente em 1903, com traçado representado por marcos de fronteira (ver **Figura 13**).



Esse traçado se realizou conforme o caimento das águas das chuvas e, em alguns pontos, chega a ser motivo de riso entre os fronteiriços, como brinca um morador de Barracão: “*aqui soltaram uma cobra e o povo atrás correndo pra marcar a fronteira*”. Se Jacques Ancel pudesse ponderar a respeito dessa linha fronteira, ele

provavelmente diria que ela não deve nada ao conceito de fronteira natural. Seu álibi encontra-se exatamente na política, exemplo clássico do que ele chamou no começo do século XX de “*isóbara política*”. Portanto, se estabelecermos um paralelo de referência entre os demais segmentos da fronteira Brasil-Argentina desde o oeste do Paraná até o sul do Rio Grande do Sul, constatar-se-á que essa zona fronteira se diferencia totalmente das demais. Seu diferencial não está apenas na singularidade da linha fronteira que permite fácil acesso entre os territórios vizinhos, mas também porque nela encontra-se a única passagem seca entre Brasil e Argentina, onde o território brasileiro em continuidade com o argentino não apresenta ali rupturas físicas naturais. Além disso, ela não surge de *frontes militares* e nem mesmo de *frente pioneiro* ou *frente de expansão*; seu trunfo reside inicialmente nas relações tecidas entre a população tornada fronteira.

Outra característica que distingue essa zona fronteira são as cidades gêmeas conurbadas, inexistentes nos demais segmentos ao longo da zona de fronteira Brasil-Argentina. Como já esclarecemos, cidades gêmeas são pares ou trios de cidades instituídas na confluência do limite entre dois ou mais países e que se caracterizam por interações transfronteiriças. Entretanto, é preciso assinalar que existem diferenças entre elas e que dizem respeito tanto a sua configuração espacial quanto a sua história e a própria natureza das interações. Por exemplo: quando a linha é instituída por acidente físico natural expressivo, não ocorre junção das malhas urbanas, como é o caso das cidades de *Puerto Iguazu* (MNES)/Foz do Iguaçu (PR), cidades gêmeas com as malhas urbanas separadas pelo rio Iguaçu, mas ligadas por ponte internacional onde se verificam interações; já quando a linha é seca ou marcada por acidente físico natural inexpressivo, como os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, pode ocorrer a junção das malhas urbanas e favorecer a frequência cotidiana das interações entre os fronteiriços. É o caso das pequenas cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR)/*Bernardo de Irigoyen* (MNES) e *San Antonio* (MNES)/Santo Antônio do Sudoeste (PR) cujas malhas urbanas formam hoje uma conurbação.

Portanto, se aceitarmos que cidades gêmeas são pares de cidades e que se caracterizam por interações transfronteiriças, pode-se dizer que no conjunto do extremo oeste de Santa Catarina,

sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones* formaram-se quatro pares de cidades gêmeas (ver **Figura 14**). No entanto, como ocorre em todas as cidades gêmeas de maneira geral, lá também se verificam diferenças entre elas. Por exemplo: enquanto as cidades de Andresito\Capanema e *San Pedro*\Paraíso possuem suas sedes urbanas separadas, Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste*San Antonio* são cidades gêmeas onde as malhas urbanas se unem sobre o limite, formando verdadeira conurbação. Como evoluíram tais cidades gêmeas? Como se deu a integração físico-social e qual a natureza das interações? Essas são questões que devem ser aqui analisadas.



Ponderar sobre a integração físico-social e de interações num segmento de fronteira entre Brasil e Argentina remete imediatamente a uma velha questão, a das rivalidades, levando a crer que entre brasileiros e argentinos as interações são mais conflitivas,

pensamento difundido, em parte, pelas ideologias políticas plasmadas entre os dois países. Mas é interessante notar que, para os fronteiriços, notadamente aqueles das cidades gêmeas conurbadas, tal espaço é concebido como “*lugar muito especial que não se encontra em nenhum outro ponto da fronteira Brasil/Argentina*”. No entanto, isso não significa ausência de conflitos, pois como qualquer outra zona fronteiriça internacional, aquela também apresenta conflitos, tanto entre escalas nacionais e locais quanto entre os próprios fronteiriços. Aliás, “*conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos [...]*”, (BOBBIO, 2004, p. 225). Entretanto, a percepção dos fronteiriços de “*lugar especial*” se explica pelo compartilhamento cotidiano da vida na fronteira, o que não se constata em outro ponto da fronteira Brasil-Argentina.

Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e San Antonio\Santo Antônio do Sudoeste são exemplos de cidades fronteiriças que favorecem esse compartilhamento e numerosas interações, pois não há como fugir: as próprias malhas urbanas conurbadas, impõem o contato diário entre os fronteiriços. Tais cidades permitem pensar, ainda, que as interações são tecidas antes de tudo entre sujeitos fronteiriços com interesses diversos e múltiplas identidades e não meramente entre brasileiros e argentinos. Revelam, igualmente, que as interações transfronteiriças não se resumem apenas a relações econômico-comerciais, embora essas sejam sempre mais densas, pois como muitos autores já concluíram, cidades gêmeas mantêm fortes relações de interdependência econômica entre si, (PÉBAYLE, 1994; MACHADO, 2005), mais evidente pelas variações cambiais, fator que pode até determinar a direção dos seus fluxos recíprocos, notadamente os comerciais de bens e produtos de consumo corrente. Porém, no cotidiano fronteiriço e ao lado das interações materiais tecem-se igualmente interações com valores imateriais, como as sociais de amizade, compadrio, apadrinhamento, parentesco e outras.

Assim, ainda que cada zona fronteiriça apresente singularidades, de maneira geral podemos tomá-las como produto e condição de um conjunto de interações materiais e imateriais estabelecidas entre os fronteiriços, e compreendê-las significa ir além da visão dos sujeitos com identidades diferenciadas de simples

brasileiros e argentinos: é preciso ir ao encontro dos sujeitos fronteiriços com múltiplas identidades. Desse modo, as zonas fronteiriças podem ser concebidas também como o produto de relações tecidas antes de tudo entre sujeitos fronteiriços. O exemplo mais claro é o das cidades gêmeas, que podem ser vistas, em parte, como o resultado de aglomerados populacionais difusos organizados pela própria racionalidade dos fronteiriços, que foram concentrando comércio, serviços, moradias e outros equipamentos próximos ou junto à fronteira linear.

Nesses lugares, as práticas e as representações quotidianas, podem opor-se a todo um ideário político nacional sobre fronteira. Na visão dos poderes, localizados nos centros das escalas nacionais, essas práticas transgridem as normas territoriais. Sob tal ponto de vista, as zonas fronteiriças seguem sendo marginalizadas pelos Estados nacionais. Por essa razão, analisando as zonas fronteiriças brasileiras, Machado (2005) indica a necessidade de se pensar em políticas públicas diferenciadas para tais espaços, já que, em muitos aspectos, as normas gerais dos Estados nacionais não se aplicam, ou seja, não são condizentes com a realidade local dos fronteiriços. Além disso, as interações imateriais nem sempre são consideradas pelos organismos de poder e decisão, localizados nos centros das escalas nacionais, e em muitos aspectos, tais relações são ainda vistas como transgressivas ou ilegais.

Deste modo, evidencia-se a importância de conhecer como evoluíram e como se organizaram e se organizam as zonas fronteiriças, notadamente aquelas constituídas por cidades gêmeas, até para mostrar que as interações transfronteiriças não são apenas de ordem econômico-comerciais, elas são também sociais e culturais, estabelecidas pelos contatos e pela comunicação, nutridos por valores imateriais, como sentimentos de solidariedade, laços de amizade, parentesco, apadrinhamento etc., formados no convívio cotidiano da fronteira. E isso faz parte da própria história do lugar e dos fronteiriços. Nesse entendimento, podemos pensar que as zonas fronteiriças, notadamente aquelas formadas por conjuntos de cidades gêmeas, são lugares que *“não são formados apenas pela racionalidade funcional e econômica, eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”* (CLAVAL, 2007, p.55).

4.3. Princípios de interações transfronteiriças e da integração físico-social de aglomerados populacionais no começo do século XX

Dentro de tal segmento de fronteira, a integração físico-social de aglomerados populacionais que mais tarde evoluíram para cidades gêmeas se deve, em parte, às interações econômico-sociais, estabelecidas notadamente a partir do ciclo econômico da erva-mate. Como visto anteriormente, desde a segunda metade do século XIX, argentinos e paraguaios já exploravam os ervais nativos dos antigos campos de Palmas, e, portanto já havia relações econômicas entre elementos sociais de origem paraguaia, argentina e brasileira. Porém, não eram interações entre fronteiriços, já que a população do atual conjunto regional do extremo oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones* só se tornaria fronteiriça a partir de 1895, data da definição do limite internacional. A partir daquela data, a população tornada fronteiriça negociaria com seus vizinhos estrangeiros, e as relações econômico-sociais adquirem o caráter de interações transfronteiriças.

Como a fronteira linear não havia ainda sido investida de controle fiscal e militar pelos Estados nacionais, e como ainda não havia nenhum acordo econômico-comercial legal firmado entre Brasil e Argentina, as interações transfronteiriças passaram a realizar-se dentro de um sistema absolutamente informal. Em 1908, o governo do Território Nacional de *Misiones* autoriza legalmente o envio da erva-mate brasileira para a Argentina. Este foi o primeiro vínculo econômico legal de *Misiones* com região fronteiriça brasileira, e a partir daquela data, a Argentina tornou-se o principal mercado comprador da erva-mate daquela região fronteiriça brasileira até por volta de 1930. Porém, mesmo com aquele acordo legal entre Brasil e Argentina, e com a implantação de coletorias estaduais pelo Paraná, o controle brasileiro sobre a exportação da erva-mate era quase inexistente, o que deu margem para que os fronteiriços prosseguissem com as interações transfronteiriças pelo sistema informal até meados da década de 1940.

Outro fator que contribuiu para o estabelecimento de interações transfronteiriças foi o próprio isolamento físico-econômico da região em relação às demais regiões centrais do país. Embora já tenhamos deixado claro aqui, é bom lembrar que os

antigos campos de Palmas encontravam-se distantes dos principais centros econômicos consumidores, o que dificultava o desenvolvimento de relações comerciais e da venda de sua produção ao mercado nacional. A falta de infra-estrutura, como estradas e meios de transportes, somada ao distanciamento físico-geográfico de centros econômicos e políticos de poder, fazia com que a região ficasse à margem de quaisquer políticas de desenvolvimento econômico e social. A economia pastoril, base dos princípios do processo produtivo e de ocupação dos campos de Palmas, promovido pelo Estado brasileiro, entra em declínio já no final do século XIX, dando lugar à atividade extrativista da erva-mate nativa que ao lado da criação de mulas e suínos, tornou-se a principal atividade econômica daquela região até meados de 1930.

Ainda que no conjunto regional fronteiro brasileiro a economia ervateira tenha adquirido maior importância a partir de 1900, na escala nacional ela obteve importância já na segunda metade do século XIX, quando as exportações brasileiras passaram a crescer. Segundo Corrêa (1970, p. 89), na época, o Paraná, que abrangia também o oeste de Santa Catarina, tornou-se o principal Estado exportador de erva-mate, *“de uma exportação inferior a 5.000 mil toneladas em 1855, o Paraná em 1903-1904 passaria a exportar já cerca de 32.000 mil toneladas, e em 1923-1924 cerca de 60.000 mil toneladas, correspondendo a 75% das exportações brasileiras de mate”*. Ainda segundo esse autor, a crescente valorização da erva-mate na escala nacional *“foi fator de penetração nas áreas de mata onde os ervais nativos formavam o sub-bosque, até 1930 quando a extração da erva-mate entrou em colapso, [...]”*, (CORRÊA, 1970, p. 89). A atividade econômica da erva-mate foi, sem dúvida, fator preponderante no engendramento de interações transfronteiriças, contribuindo com a formação de núcleos populacionais e a implantação de companhias ervateiras, notadamente argentinas.

Portanto, não seria fantasioso afirmar que na zona fronteira a atividade extrativa do mate e a implantação de empresas ervateiras contribuíram para o assentamento mais efetivo da população onde foram dando origem a pequenos aglomerados populacionais. São exemplos de tais aglomerados em lado brasileiro: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Santo Antônio do Sudoeste (PR); e em lado argentino, *Bernardo de Irigoyen e San Antonio*, ambos no

Departamento e *Manoel Belgrano* (MNES), e *San Pedro*, no Departamento de *San Pedro* (MNES). Na verdade, a formação daqueles embrionários aglomerados já era notada desde o final do século XIX. Por exemplo: em fins do século XIX, Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e *Bernardo de Irigoyen* (MNES), formavam um só aglomerado populacional chamado de Barracão\Barracón tanto por brasileiros quanto por argentinos, nome que se originou da construção de barracões para depósito de erva-mate. Prova disso é que em 1903, quando lá chegaram as Comissões demarcatórias de limites, formadas por brasileiros e argentinos, ao darem início à medição do terreno para demarcar a linha seca internacional, eles perceberam que o pequeno cemitério ali construído por brasileiros envolvia terras dos dois países, ou seja, adentrara o território argentino. Para evitar atritos com os locais, especialmente com as famílias dos mortos lá enterrados, a Comissão de Limites argentina cede extra-oficialmente cerca de 200m² de terras em favor do Brasil. Tal campo-santo, mesmo não tendo argentinos lá enterrados, passou a chamar-se de “cemitério internacional”, (FERRARI, 2010). Aquela integração físico-social de Barracón\Barracão chama a atenção da Comissão de Limites brasileira e, ao término da demarcação da linha seca e da implantação de marcos de fronteira, em 1903 o General Dionísio Cerqueira eleva o povoado brasileiro à categoria de vila, como forma de representar a soberania do Brasil naquela zona fronteira. Para o General, a vila deveria chamar-se Peperi-Guaçu, em homenagem às primeiras comissões de limites portuguesas que lá estiveram em 1759. Mas o Capitão Domingos Nascimento, que compunha a comissão, propôs que em homenagem aos serviços prestados àquela área paranaense pelo General Dionísio Cerqueira, a nova povoação tomasse seu nome em vez de Peperi-Guaçu, proposta que foi aprovada unanimemente (Ata da fundação da vila de Dionísio Cerqueira, 04/07/1903). (FERRARI, 2010).

Em 1917, ao término do litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina, a vila receberia novo limite político territorial, dando origem a outro aglomerado que em terras catarinenses passou a se chamar de Barracão, nome que permaneceu até 1938, quando passou a se chamar Dionísio Cerqueira, ficando o lado paranaense com o antigo nome de Barracão. Mas, durante a efêmera existência do Território Federal do Iguazu (1943-1945), Barracão e Dionísio

Cerqueira foram novamente unidos em um só aglomerado chamado de Barracão. Com a extinção daquele território, Barracão (PR) e Dionísio Cerqueira (SC) retomaram seus antigos limites. O lado argentino permaneceu com o nome de Barracón até 1931, data em que passou a se chamar de *Bernardo de Irigoyen* (MNES), em homenagem ao advogado da Argentina que atuou na questão de *Palmas ou Misiones*. Assim, de um único aglomerado, a divisão político territorial entre países e Estados deu origem a Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen. Nelas, o grau de integração físico-social é hoje expresso pela própria malha urbana que se entrelaça sobre o limite internacional, formando verdadeira conurbação. (FERRARI, 2010).

San Antonio\Santo Antônio do Sudoeste também formavam um só aglomerado e era formado por elementos sociais oriundos fundamentalmente do Paraguai, dentre os quais se destacam os ervateiros paraguaios, com seus grupos de *mensús*, Dom Lucca Ferrera e João Romero, considerados fundadores daquele núcleo populacional. Aliás, foi o paraguaio *Dom Lucca Ferrera* quem nomeou o lugar homônimo do rio. Em entrevista, moradores mais antigos das duas cidades afirmam que em 1902 *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste era embrionário aglomerado populacional formado fundamentalmente por elementos sociais paraguaios, notadamente descendentes de indígenas guaranis, mas se tornaria mais expressivo a partir de 1908, sobretudo com a instalação da Pastoriza e da Arrachea, ervateiras argentinas que passaram a atrair elementos sociais de horizontes diversos. Portanto, assim como Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen, é difícil separar a evolução socioterritorial de *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste, e mesmo havendo ali um fio de água corrente representando o limite internacional, as malhas urbanas se entrelaçam hoje sobre o limite, comprovando antigo ajuntamento físico-social.

Já o aglomerado populacional de *San Pedro*, na fronteira com Santa Catarina, mais distante da linha fronteira, não sofreu a mesma divisão que os aglomerados acima mencionados e nem a conurbação, mas isso não significa que *San Pedro* não mantivesse estreitas relações com o lado brasileiro. Como ainda não havia o aglomerado de São Miguel d'Oeste e Paraíso, hoje pares com aquele município argentino, desde o final do século XIX até por volta de 1930 *San Pedro* interagiu com o núcleo de Campo Erê. Embora *San*

Pedro já fosse espaço ocupado por indígenas, são considerados fundadores daquele núcleo populacional brasileiros oriundos da costa do rio Uruguai, pois foram eles que em meados da segunda metade do século XIX deram início ao processo de ocupação produtiva com a economia ervateira, sendo, por isso, elevado à categoria de *pueblo* já em 1899, (MARGALOT 1994). Assim, após a definição do limite internacional, os fronteiriços de *San Pedro* estabelecem interações transfronteiriças com Campo Erê e também com Dionísio Cerqueira. Na verdade, as relações de *San Pedro* com Campo Erê vinham desde antes da definição do limite internacional, devido à própria migração de brasileiros daquele campo para o interior de *San Pedro*, porém eram relações de brasileiros com brasileiros que extraíam a erva-mate em *San Pedro* e a vendiam em Campo Erê, como mostra o depoimento abaixo.

Eu nasci aqui em *San Pedro*, mas meu pai era brasileiro ali do Paraná e minha mãe de Campo Erê. Meu pai contava que ele e o irmão vieram pra cá em 1893 e já tinha gente morando, tinha *cantidad* de tolderias de bugres! Mato não havia, era mato pero era a erva, né, então esses bugres tarefeavam a erva e levavam tudo pra Campo Erê, levava em cargueiro de mula, atravessava o peperí-guaçu, isso em final do século XIX, porque vendia lá, pois havia comprador. Mais tarde levava a erva daqui pra *Posadas*, ia por cargueiro até a costa do Paraná e de lá seguia em barco até Posada. Então aqui o trabalho era tudo tarefa a erva [...].¹⁰³

No começo do século XX praticamente todas as ervateiras argentinas estabelecidas na zona fronteiriça já mantinham interações com a antiga região de Campo Erê e Clevelândia. Mas, embora já se notasse uma tendência dos fluxos de interações mais ou menos constantes em direção a Campo-Erê e Clevelândia, os argentinos exploravam também ervais mais distantes, como os de Guarapuava, Palmas, Chapecó, Joaçaba (antigo Cruzeiro do Sul) e Xanxerê, dentre outros. Em entrevista, Raul Silva Dico, filho do ervateiro Manoel Silva Dico, aponta que dentre as empresas ervateiras de maior representatividade destacavam-se:

¹⁰³Entrevista realizada com Argentino Rodrigues, 82 anos de idade, em *San Pedro*, agosto de 2008.

Gibaja e Nuñez; CREGI Sociedade LTDA; Manoel Silva Dico ; Alfonso Arrechea; Vicente Mateauda	Em <i>Bernardo de Irigoyen</i>
Pastorizza; Alfonso Arrechea; Lucca Ferrera; João Romero	Em <i>San Antonio</i>
Diego Kriger; Alfonso Guardile e Cia.; José Maria Calfati	Em <i>San Pedro</i>

Organizado pela autora com base na pesquisa de campo, 2006-2009

Aquelas empresas detinham grande poder econômico e exerciam inclusive influência na política de *Misiones*. Além de grande poder econômico, a Gibaja e Nuñez, detinham também o monopólio da navegação fluvial e dos fretes sobre o transporte da erva-mate para Posadas e Buenos Aires pelo Rio Paraná. Já Alfonso Arrachea detinha grande influência política no Território de *Misiones*, onde ele e dois de seus filhos foram governadores. A *Pastorizza* chegou a ser proprietária de 35.000 mil hectares de terras com ervais em lado brasileiro, prática comum em zonas fronteiriças, pois segundo a pesquisa de campo, outras empresas também possuíam terras tanto em lado argentino quanto em lado brasileiro. Por exemplo: a Companhia de Manoel Silva Dico possuía aproximadamente 24.000 mil hectares de terras espalhados entre o atual sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, boa parte delas na antiga região de Campo Erê.

Além disso, os ervateiros argentinos possuíam residências tanto em lado argentino quanto em lado brasileiro. Entre outros, podemos citar o ervateiro Arrachea que, viúvo em *Posadas*, ao chegar a *San Antonio* casou-se com uma brasileira de Santo Antônio do Sudoeste, onde passou a residir, mas instalou sua ervateira em *San Antonio*. Outro exemplo é o do ervateiro paraguaio Vicente Mateauda, que após se casar com uma viúva de Dionísio Cerqueira onde foi morar, instalou sua ervateira em Bernardo de Irigoyen e, quando sua esposa brasileira faleceu, Vicente Mateauda, originário do Paraguai vai morar na Argentina, mas tornou-se herdeiro de terras em lado brasileiro, pois havia se casado com a viúva brasileira em comunhão total de bens. Embora aquelas empresas tivessem barracões de depósito de erva-mate tanto no departamento de *San Pedro* quanto no de *Manoel Belgrano*, havia forte presença deles

neste último, especialmente nos aglomerados de *Bernardo de Irigoyen* (MNES) e *San Antonio* (MNES), lugares de fácil acesso entre o território brasileiro e o argentino e que se tornaram pontos centrais de passagem para a exportação da erva-mate brasileira para a Argentina. Assim, a implantação de ervateiras argentinas foi fator de atração de elementos sociais argentinos, brasileiros e paraguaios, onde passaram a mobilizar-se em torno das atividades inerentes à economia ervateira.

Dentre aqueles que foram ocupando aquela área três primeiras décadas do século XX, encontram-se caboclos brasileiros¹⁰⁴, oriundos principalmente das regiões norte - noroeste do Rio Grande do Sul, ex-agregados e peões das fazendas de Palmas, Clevelândia e de Campo Erê, dispensados pelos fazendeiros em declínio no final do século XIX; fugitivos da justiça do Rio Grande do Sul, fugitivos da Guerra do Contestado, migrantes libaneses¹⁰⁵ que fugiam de perseguições religiosas no Líbano no final do século XIX; desertores da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande; paraguaios, sobretudo índios guaranis trazidos pelos ervateiros para trabalhar na extração da erva-mate, e argentinos, especialmente ervateiros provenientes do norte de *Corrientes* e do sul de *Misiones*, que visavam à extração da erva-mate silvestre brasileira, além de outros. É importante deixar claro que esse processo de ocupação iniciado já em fins do século XIX nunca teve caráter de “*fronteira em marcha*”, pois era uma ocupação lenta e esparsa sobre terras devolutas do Estado.

Embora o nordeste de *Misiones* abrigasse alguns ervais nativos, o maior deles localizado no departamento de *San Pedro*, os ervateiros argentinos exploravam basicamente os ervais nativos do sudoeste do Paraná e do oeste de Santa Catarina, pois eram considerados de melhor qualidade para a produção do mate, chá e tinta. Por isso, durante o período em que vigorou o ciclo econômico da erva-mate brasileira, os argentinos, além da exploração dos ervais nativos, colhiam a semente das erveiras brasileiras e as plantavam

¹⁰⁴Segundo Wachowicz (1985, p. 105), “O caboclo no sudoeste não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, ter pele morena e hábitos e comportamentos de sertanejos”.

¹⁰⁵Segundo o depoimento do comerciante Marraui Kalil Musa, residente em Dionísio Cerqueira (SC), no início do século XX havia aproximadamente 20 famílias de sírio-libaneses naquela zona fronteira, muitas das quais posteriormente teriam migrado para Foz do Iguaçu.

em solo *misionero*. Com aquele cultivo, iniciado já no começo do século XX, *Misiones* se tornaria grande produtor de erva-mate ainda na década de 1930. Tal fato contribuiu, em parte, para que a Argentina se tornasse, já no começo dos anos de 1940, o maior produtor de erva-mate dentre os países produtores do cone sul, não mais necessitando importar o produto brasileiro. É exatamente nesse período que entra em declínio o ciclo econômico da erva-mate brasileira naquela região.

Assim, pela emissividade de fluxos gerados pela economia ervateira, no começo do século XX já era possível visualizar um conjunto socioterritorial religando os dois territórios divididos pela fronteira linear. Segundo a pesquisa de campo, a partir de 1908, quando o governo de *Misiones* autoriza legalmente o ingresso da erva-mate brasileira naquele território, os fluxos mais constantes já se desenhavam dentro de uma área territorial de aproximadamente 150 quilômetros de cada lado do limite, área onde se delineava a zona fronteira. Ainda que os ervateiros argentinos explorassem os ervais nativos de toda a região fronteira brasileira, (hoje oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná), como já comentamos, os ervais mais explorados eram os das antigas regiões de Clevelândia e Campo Erê.

Naqueles lugares as interações não se restringiam meramente àquelas econômico-comerciais, mas se estendiam às sociais, de caráter mais imaterial. Assim, o conjunto socioterritorial da zona fronteira formada entre um lado e outro do limite se desenhava desde as antigas regiões de Clevelândia e Campo Erê, estendendo-se até Eldorado junto aos *puertos Delicia, Eldorado e Paray*, no rio Paraná onde a erva-mate era embarcada em vapores ou barcos para *Posadas e Buenos Aires*, (ver **Figura 15**). Tal constatação nos permite dizer que o centro da zona fronteira era exatamente os aglomerados geminados junto à linha fronteira, pois ali foram instalados objetos fixos, como ervateiras compradoras do mate, barracões de depósito da erva-mate que posteriormente era remetida para exportação, casas comerciais que recebiam gêneros alimentícios e produtos de consumo corrente vindos da Argentina e que eram posteriormente redistribuídos.

Naqueles aglomerados foram instaladas escolas e cartório de registro civil, que geravam interações imateriais de ambos os lados. Desse modo, os objetos fixos lá instalados polarizavam fluxos

materiais e imateriais e promoviam deslocamentos cotidianos, como se fossem deslocamentos de um centro urbano para a periferia. Assim, a linha política entre Estados nacionais, simbolizando o fim de um território e começo de outro, se tornaria o centro da zona fronteiriça, um conjunto socioterritorial construído a partir de interações materiais e imateriais tecidas entre os fronteiriços de ambos os lados do limite internacional.



Contudo, a ocorrência de interações materiais e imateriais dentro daquela configuração territorial tecida pelos fronteiriços estava condicionada ao distanciamento físico-geográfico, pois, segundo a pesquisa de campo, não se verificava o mesmo grau de frequência social ou de interações mais imateriais em núcleos mais distantes, como, por exemplo, Guarapuava, Palmas, Chopinzinho, Chapecó, Joaçaba e outros, onde também ocorria a exploração da erva-mate. Além disso, as vias de circulação entre os dois lados da

zona fronteira eram, até meados de 1940, meras picadas em meio à mata, abertas e mantidas pelos ervateiros. O transporte da erva-mate, da região brasileira até os *puertos* argentinos junto ao rio Paraná, era todo realizado em cargueiros de mulas, por isso a maioria dos ervateiros possuía criatório de muares. Era o único meio de transporte possível, porque sem estradas, era pelas picadas que as tropas viajavam. O cargueiro era formado por 30, 40, 50 mulas, que eram tocadas por 8 a 10 *madriñeros* ou peões e representava “*verdaderos trens de mulas*”. Cada mula carregava de 150 a 200 quilos de erva-mate no lombo.

Como as mulas trabalhavam apenas meio período e noutro descansavam, o transporte da erva-mate brasileira até os portos argentinos era bastante lento: a erva-mate que saía, por exemplo, de Campo Erê ou Clevelândia, era deixada nos barracões de depósitos em *San Antonio*, *Barracón* e *San Pedro* e de lá seguia posteriormente em novos cargueiros até os *puertos* argentinos do rio Paraná, onde a erva-mate era remetida a *Posadas* e *Buenos Aires*. Na Argentina a erva-mate era utilizada tanto na fabricação de tintas quanto na produção de chá-mate, que era também exportado para outros países e para o consumo em forma de chimarrão ou *tererê*.

Ao retornar dos portos argentinos, os cargueiros de mulas vinham carregados de gêneros alimentícios, como farinha de trigo, fardos de carne de sol ou charque, bebidas, querosene, sabão, azeite, sal, armas e munição, ferramentas de trabalho, tecidos e outras mercadorias, além de produtos de consumo corrente, de origem argentina, que abasteciam os pequenos comércios no centro da zona fronteira. Ali os comerciantes argentinos se encarregavam de redistribuir aqueles produtos e mercadorias. A procura daqueles gêneros alimentícios e demais produtos de consumo corrente geravam constantes fluxos de brasileiros, e mesmo os pequenos bodegueiros que foram surgindo em lado brasileiro abasteciam suas bodegas com produtos argentinos. Além disso, os *madriñeros* de tropas de Campo Erê e Clevelândia também ajudavam a redistribuir aqueles produtos vindos de *Posadas* e *Buenos Aires*, pois quando transportavam a erva-mate até os barracões de *San Antonio*, *Barracón* ou *San Pedro* retornavam com as tropas de mulas carregadas de gêneros alimentícios, principalmente, farinha de trigo, azeite, armas e munição, dentre outros inexistentes em lado brasileiro.

É bom lembrar que muitos ervateiros, também donos de comércios de consumo corrente, como a Pastoriza em *San Antonio* e a Manoel Silva Dico e Mateauda em *Bernardo de Irigoyen*, dentre outras, utilizavam gêneros alimentícios e demais produtos como forma de pagamento aos seus trabalhadores. Já os fronteiriços que não fossem empregados das ervateiras argentinas, entre os quais muitos caboclos brasileiros, colhiam as folhas do mate, entregando-as posteriormente aos ervateiros argentinos em troca de gêneros alimentícios e demais produtos de consumo corrente. Assim, para muitos fronteiriços, as folhas do mate representavam a moeda corrente enquanto as ervateiras argentinas funcionavam como banco, onde inclusive davam crédito aos fronteiriços, sob promessa de entregar as folhas do mate posteriormente colhidas. Uma relação imaterial baseada na confiança, pois a maioria da população fronteiriça era naquele período iletrada razão pela qual a relação não se estabelecia sob documentos assinados, mas na palavra de honra. Além disso, os ervateiros eram, também, considerados uma espécie de “carro-forte”, pois no ir e vir dos cargueiros eles traziam os salários de funcionários públicos argentinos, como o dos professores e policiais de *San Pedro*, *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*. Portanto, ao repassar os salários do funcionalismo público, os ervateiros realizavam também tarefa típica de serviço bancário.

Embora as ervateiras argentinas agregassem fronteiriços brasileiros ao seu corpo do trabalho, como os caboclos, elas tinham certa preferência por descendentes de indígenas guaranis, oriundos fundamentalmente do Paraguai, porque eles detinham maiores conhecimentos nas técnicas de exploração da erva-mate silvestre, conhecimento esse adquirido com seus antepassados das reduções jesuíticas. Àquela época, esses trabalhadores eram denominados *mensús* ou *mensuales*, pois o pagamento do trabalho era realizado mensalmente. Um empresário de *San Pedro*, neto de indígenas guaranis, diz:

[...], os *mensús* nascem com a Companhia Mate Laranjeira e a Mendes S\A, depois outras companhias seguem trabalhando com os *mensuales*, como a Pastorizza, a Bemberg, a Cruz & Malta, a Mateauda e outras que não me recordo. Agora, a Mate Laranjeira e a Mendes S\A formava uma só companhia, era brasileiro-argentina, porque a Mate Laranjeira nasce no Brasil e a Mendes S\A nasce na Argentina, mas o dono era o

mesmo, era brasileiro! O Mateauda já era paraguaio-brasileiro, por que a mãe dele era de Campo Erê, o próprio presidente Stroessner do Paraguai ele também era paraguaio-brasileiro, a mãe dele era ali de Campo Erê. Por isso te falo que, antes mesmo do Cleveland marcar essa fronteira, já exploravam a erva-mate de toda essa região que passou pro Brasil, [...].¹⁰⁶

Os *mensús* eram, na verdade, trabalhadores submetidos a um regime de trabalho semi-escravo, já que muitos ervateiros forneciam apenas alimentos e ferramentas de trabalho em troca do trabalho deles. Sem aprofundar a questão, basta lembrar que em 1913 um jornal operário no Paraná já noticiava a ocorrência de escravidão nos ervais da Companhia Mate Laranjeira. (MARTINS, 1997, p. 83). Não foi diferente nos ervais nativos dessa zona fronteiriça, onde os assassinatos de trabalhadores do corte da erva-mate eram, segundo pesquisa de campo, frequentes, como a Mateauda, apontada como uma das empresas que frequentemente cometia assassinatos de trabalhadores nos seus ervais. Raul Lindau, residente em *Dos Hermanas* (Bernardo de Irigoyen), aos 95 anos de idade ainda relembra os tempos em que era tarefeiro (trabalhador) do Mateauda:

Eu cortei muita erva pro Vicente Mateauda! O vivente era paraguaio e, na erva, ele chegou matá uma barbaridade! Ele pegava essa indiada que tava aí, ponhava pra trabaja na erva por um ano, mas o trabajo era duro, muito duro, né, então tinha muitos que fugia, mas quando fugia, ele mandava os capanga atrais pra matá. Os que fugia, sempre terminava morto, porque fugia a pé, não tinha cavalo, não tinha nada e aí morriam no caminho, [...].¹⁰⁷

Cada ervateiro mantinha vários *capatazes* (chefes), que cumpriam inclusive o papel de capanga; eram os encarregados dos grupos de trabalhadores, grupos que embora variassem, eram formados normalmente por 40 a 50 *tarefeiros*, como relembra um ex-cortador de erva-mate de *Andresito*:

No corte de erva não tem um quantia certa de tarefeiro (trabalhador), porque cada capataz tem sua quadrilha (grupo), então, têm uns que têm 40 ou 50 tarefero, outros

¹⁰⁶Entrevista realizada com Raul Lindau em *Dos Hermanas* (Bernardo de Irigoyen, em agosto de 2008.

¹⁰⁷Entrevista realizada com um empresário de *San Pedro*, em agosto de 2008.

têm quatro a cinco quadrilhas, né, o que chega até 200 tarefero, aí divide, né, bota uma quadrilha num erval, bota a outra quadrilha noutra e assim vai, né, e quando termina um erval, vai pro outro. Nós dizemo quadrilha de tareferos pros cortador da erva; capataz é o patrão aquele que cuida do trabalho no erval, ele que comanda tudo, tá lá só pra cuidá o trabalho e a quantia de ponchadas que cada tarefero faiz. Ponchada é um saco com 100 quilos de folhas. Antigamente falava bruacas [...].¹⁰⁸

Os depoimentos acima remetem, sem dúvida, à imagem de trabalho escravo e também da grande mobilidade dos trabalhadores na zona fronteira que percorriam a pé longas distâncias de um erval a outro, além das próprias distâncias percorridas no transporte da erva-mate. Mas apesar de tais relações, os fronteirios foram tecendo interações econômico-comerciais e sociais, a partir das quais foi desenhando-se o conjunto socioterritorial da zona fronteira. A fronteira linear, instituída para dividir os territórios nacionais e marcar a soberania territorial de um governo nacional deixa de ser exclusivamente fenômeno espacial e passa à ideia de fenômeno social (RAFFESTIN, 1974), pois por um sistema de relações tecidas entre os fronteirios de um lado ao outro do limite os territórios foram aos poucos sendo religados.

Paralelamente a atividade do mate, os fronteirios praticavam outras, que mais tarde se tornariam atividades econômicas importantes na região fronteira, notadamente no lado brasileiro, como, por exemplo, a suinocultura, que naquele período era primitiva e tão antiga quanto a da extração do mate. A suinocultura pelo sistema primitivo era praticada em duas etapas: a primeira consistia em deixar os animais soltos em meio à mata se autoalimentando de folhas e frutos silvestres; a segunda etapa ocorria na safra do milho maduro, quando terminava o ciclo de engorda dos animais. O plantio do milho se iniciava em meados de setembro e bastante artesanal, ou seja, não exigia muito esforço dos safristas: eles apenas derrubavam um capoeirão que, quando seco era queimado; em seguida aguardavam uma chuva e, com a terra molhada, após jogavam o milho em covas rasas, obedecendo a um metro de distância para separar cada “*carreira de milho plantado*”,

¹⁰⁸Entrevista realizada com Caetano, ex-cortador de erva-mate, em *Andresito*, agosto de 2008.

daí também chamar-se de “milho em metro”. Quando o milho estava maduro ou seco, os safristas tocavam os porcos para o milharal, onde finalizava o processo de engordá-los.

Até meados da década de 1930 a produção não era tão significativa, pois atendia basicamente a necessidade dos fronteiriços. Mas já havia quem se dedicasse àquela atividade, como os caboclos brasileiros, que vendiam os animais vivos aos pequenos bodegueiros brasileiros, e estes, por sua vez, produziam a banha, o toucinho e o torresmo para sua comercialização. Além disso, havia safristas que produziam sob encomenda de ervateiros para aprovisionar a alimentação dos trabalhadores no corte da erva-mate.

A suinocultura pelo sistema primitivo foi, também, fator de interações transfronteiriças, embora não no mesmo grau que as interações da erva-mate. Os safristas brasileiros, por exemplo, não limitavam a venda de sua produção ao lado brasileiro; vendiam também no lado argentino, o que gerava interações transfronteiriças. Como não havia transporte de carga, a exemplo dos tropeadores de gado bovino e muar, os safristas tropeavam os porcos até os locais de venda. Argentino Rodrigues, de *San Pedro* em entrevista relata que essa era prática bastante comum na zona fronteira e cita o exemplo do próprio núcleo de *San Pedro*, que naquele período mantinha esse tipo de interação com Campo Erê.

Em Campo Erê havia safrista de porco e eles vinham vender aqui as varas de porco. Vou lhe conta de um safrista, desse me lembro como se fosse hoje: era um alemão ali de Campo Erê, baixote, forte o garucho, o nome não sei, mas todo mundo chamava de Petiço. Era safrista então vinha vende as vara de porco aqui. Cada vara tinha 80 porcos, ele ponhava um barbante nas orelhas dos bichanos e vinha tropeando de Campo Erê até aqui. Não fugia nenhum, pois tava meio amarradinhos, né? Então o Petiço deixava aqui os porco e daqui levava farinha de trigo, levava em lombo de mula, cada mula carregava dois sacos de farinha de 70 quilos, então uma mula carregava 140 quilos de farinha, [...]. Mais tarde, quando aqui já tinha cantidad de porco, o Petiço passou a levar as vara de porco pra Monte Carlo e Eldorado [...]. Daqui para Campo Erê também iam mulas. Aqui havia cantidad de mulas, criava tudo solta no campo, era pra fazê tropa pra cargueiro, porque aqui auto não existia. Então nos caminhos aí era só tropeira, cada tropa era

formada por 40 mulas. Lembro que o finado Ferreira tinha 42 tropas de mulas; o finado Napoleão tinha 40, e o finado Locádio 41. Criavam e vendia pro Brasil [...]. Naquele tempo ninguém controlava isso. Depois veio a polícia pra cuida porque tavam levando muita mula pro Brasil, mas não conseguia cuida porque a fronteira é grande, né, e tu passa em todo lugar. Eu lembro que o finado Ferreira, ele mesmo negociou as mula com a Colônia Militar do Paraná, então fazia negócio até com a polícia, e não havia o que impedisse!¹⁰⁹

Dessa forma, além das interações geradas pela erva-mate, *San Pedro* e Campo Erê mantinham outras interações comerciais, como as pequenas trocas de gêneros alimentícios e demais produtos de consumo corrente. Exemplo disso foi a própria suinocultura que os safristas produziam em Campo Erê e vendiam ou trocavam por farinha de trigo e demais gêneros alimentícios de origem argentina em *San Pedro*. A farinha de trigo argentina era totalmente inexistente em lado brasileiro, e por isso, naquele período era um produto de consumo muito valorizado, “*valia muita plata*” e chegava a *San Pedro* com altos valores, por isso a maioria da população trabalhadora daquele núcleo raramente consumia aquele produto, que era substituído por “*farinha de cavaco ou biju*”. Mas chegava a *San Pedro* devido à grande procura daquele produto por fronteiriços brasileiros.¹¹⁰

Ao lado daquelas alianças econômicas, estabeleciam-se, também, alianças matrimoniais, relações de comunicação com laços de amizade e parentesco, relações imateriais que surgiam no ir e vir das trocas mais materiais. A falta de registro impede-nos de quantificar os fluxos entre aqueles dois núcleos, mas a pesquisa de campo mostrou que as interações imateriais entre *San Pedro* e Campo Erê se diferenciava sensivelmente daquelas que ocorriam nos aglomerados de Bernardo de Irigoyen\Dionísio Cerqueira\Barracão e *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste, pois nesses aglomerados geminados os fronteiriços estavam cotidianamente em contato, ou seja, não estavam submetidos ao fator do distanciamento físico-geográfico, como *San Pedro*\Campo Erê, embora tal fator não tenha impedido múltiplas interações.

¹⁰⁹Entrevista realizada com Argentino Rodrigues, em *San Pedro*, agosto de 2008.

¹¹⁰Entrevista realizada com Argentino Rodrigues, em *San Pedro*, agosto de 2008.

A criação de muares foi outra atividade econômica que se desenvolveu ao lado da erva-mate e gerou interações econômicas significativas, pois as mulas eram o principal meio de transporte das interações transfronteiriças. Naquele período, as mulas representavam “*os carros, trens e caminhões de cargas*”, não se constituindo apenas uma atividade lucrativa, mas indispensável aos fronteiriços. Os criadores de mulas não as negociavam apenas na escala da zona e da região fronteiriça, vendiam-nas também noutras escalas nacionais, como em São Paulo, onde eram utilizadas para o transporte do café. Embora não tenhamos dados quantitativos, moradores mais antigos de *San Pedro, Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio* garantem que, por volta de meados de 1920, as negociações de muares entre argentinos e brasileiros eram bastante expressivas. E nessa época, as mulas negociadas em São Paulo não eram apenas originárias de *Misiones*, vinham também de *Corrientes*.

Atentos àquelas interações que fomentavam fluxos constantes pelo nordeste de *Misiones* em direção ao território brasileiro, o governo do Território Nacional de *Misiones*, já na década de 1920, envia alguns militares a *San Pedro, Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*, no intuito de freá-las. Mas, diante da fraca presença da polícia militar argentina e considerando aquela extensa fronteira aberta, “*não havia o que impedisse*”. Desse modo, aquelas interações continuariam a se realizar, inclusive com militares brasileiros, como foi com os da antiga Colônia Militar do Chopim, (atual município de Chopinzinho), que adquiriam mulas de *San Pedro* para trabalhos internos na Colônia.¹¹¹

Outras interações comerciais, mais secundárias, foram desenvolvendo-se como a comercialização de peles e couros de animais selvagens, que ao lado de outras atividades geravam lucros aos caçadores e bodegueiros. Um dos couros mais comercializados era o da onça pintada, popularmente chamada de tigre. Antigos moradores afirmam que o conjunto formado pelo nordeste de *Misiones*, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná era, até por volta de 1950, o berço das onças pintadas. Como era um animal bastante temido pela população, havia “*caçadores dedicados a matar o tigre*”. Abatido o animal, os caçadores extraíam o couro e o secavam para comercializá-lo com os bodegueiros da zona

¹¹¹Entrevista realizada com Argentino Rodrigues, em *San Pedro*, agosto de 2008.

fronteira. Estes, por sua vez, revendiam-nos em conjunto com outros couros e peles de animais em Vila Nova, hoje Pato Branco, onde eram repassados a outros centros e também utilizados para fazer cintos, chapéus e botas sob encomenda.

Portanto, embora a vida de relações fosse bastante restrita, ao longo do tempo os fronteiriços foram tecendo relações que já não se desenhavam apenas na escala local da zona e da região fronteira, atingiam outras escalas. Porém, ao lado daquelas interações mais materiais, foi desenhando-se também um conjunto de interações imateriais, como as redes sociais de amizade, apadrinhamento, casamentos e parentesco que mesclavam indígenas paraguaios, caboclos brasileiros e argentinos.

Tais interações foram promovendo também uma aculturação de crenças e costumes, com a mistura de ideias e valores simbólicos entre culturas que se comunicavam. *Barracón*\Barracão e *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste são exemplos de aglomerados populacionais geminados, onde, apesar das tentativas dos Estados nacionais de separá-los e até fortalecer as identidades nacionais, os fronteiriços fazem daqueles espaços verdadeiros espaços de integração e da mescla ou incerteza identitária. Seria o mesmo que pensar no processo de corte e costura: enquanto os Estados nacionais cortam os territórios, os fronteiriços, com o fio das trocas materiais e imateriais, vão promovendo a costura dos territórios. No entanto, essa costura não se faz de forma imediata, ela se faz ao longo da história dos fronteiriços, uma história construída não apenas pelas alianças econômico-comerciais determinadas por ciclos econômicos com vida curta, mas com elos de solidariedade, afetividade, trocas sociais e culturais que são mais longos e duradouros, porque fazem parte de uma trajetória de vida vivida na fronteira e que nem sempre tem sido considerada pelos Estados nacionais.

4.4. Práticas dos fronteiriços frente a ideologias territoriais

Como exposto anteriormente, antes mesmo de 1903, data da demarcação da linha fronteira no terreno, já se notava a presença de insignificantes aglomerados populacionais constituídos, em sua maioria, por descendentes de indígenas guaranis paraguaios e caboclos brasileiros. São exemplos de tais aglomerados: *Barracón*\Barracão (hoje Dionísio Cerqueira)\Barracão\Bernardo de

Irigoyen) e *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste. O que chama atenção na história daqueles aglomerados é que, embora as ideologias políticas entre Brasil e Argentina tentassem separá-los e fortalecer identidades nacionais, os fronteiriços fariam daqueles espaços exatamente o contrário: promovem uma integração físico-social tão imbricada que, segundo a pesquisa de campo, até por volta de 1940, era difícil precisar onde realmente terminava o território brasileiro e começava o argentino. Os fronteiriços foram formando uma rede de parentesco transfronteiriça tão estreita que era praticamente impossível separar brasileiros de argentinos. Os contatos cotidianos entre indígenas guaranis paraguaios e *misioneros*, caboclos brasileiros e argentinos, resultavam frequentemente em casamento, o que foi promovendo a mescla que, aos olhos do poder, localizado no centro das escalas nacionais, seria verdadeira zona de incerteza identitária.

O aglomerado de Barracón\Barracão, por exemplo, não apenas sofreu a divisão como também a troca de nomes. No meio daquele insignificante aglomerado, em 1903 foi traçada a linha seca, e a parte que passou a pertencer ao Brasil foi logo elevada à categoria de vila com o nome de Dionísio Cerqueira. Sem dúvida, uma tentativa de diferenciar os dois lados, mas também uma forma de representar a soberania brasileira perante os argentinos naquela zona. Entretanto, ao contrário do que imaginavam os membros da comissão de limite brasileira, entre eles o General Dionísio Cerqueira, nem o nome e nem a condição de vila criou qualquer sentimento de pertencimento ao Brasil. Aliás, os fronteiriços continuaram, por muito tempo, a referenciar o lugar de Barracão\Barracón.

O fato de não aceitar o novo nome da vila brasileira pode ser entendido, de certa forma, como uma primeira oposição dos fronteiriços ao olhar da escala nacional sobre aquele lugar. A própria elevação à categoria de vila, inclusive determinando nomes de ruas que jamais existiriam, não era condizente com a realidade daquele pequeno aglomerado que sequer tinha casas comerciais. E os poucos moradores brasileiros eram trabalhadores totalmente dependentes dos ervateiros argentinos e moravam em casas de chão batido, com paredes de taquaras e cobertas de capim.

Os únicos indicativos da soberania brasileira eram os marcos fronteiriços, porém diante de uma situação de isolamento físico-geográfico e da marginalização política econômico-social, aqueles

marcos não teriam nenhum significado para os fronteiriços e logo ficaram encobertos pela vegetação. Não havia ali símbolos nacionais, escolas públicas e nem mesmo cartórios de registro civil que denotasse ser área de soberania brasileira. Após a passagem da comissão de limites, os brasileiros lá residentes passaram a viver como segregados do Brasil, totalmente à margem do Estado nacional, principalmente em questões de políticas públicas, como educação e saúde.

Já em lado argentino, a ideologia política do Estado nacional foi a de fortalecer a identidade nacional dos fronteiriços que, em sua maioria, eram indígenas descendentes de guaranis. Para pôr em prática tal objetivo o Estado nacional argentino instituiu escolas públicas na zona fronteiriça, equipamentos de auxílio político-ideológico, pois é através das escolas que os Estados repassam suas ideologias. Além disso, é através das escolas que ocorre o ensino oficial da língua de um país e, na visão dos Estados nacionais, esse ensino não é apenas um meio de comunicação, mas igualmente uma forma expressiva na formação de uma identidade nacional. Por isso, em 1909 foram instituídas duas escolas nacionais pelo governo do Território Nacional de *Misiones* (1881-953): a primeira em *Barracón*, Departamento *Gral. Manoel Belgrano*; a segunda em *San Pedro*, Departamento de *San Pedro*.

Em 1931, outra escola foi fundada em *San Antonio*, Departamento *Gral. Manoel Belgrano*. Entretanto, aquelas escolas, instituídas com forte ideologia política, se tornariam espaços de interações imateriais, já que todas as crianças brasileiras estudavam na Argentina. Portanto, ao contrário do que se possa imaginar, nem a instituição do limite internacional e nem as ideologias políticas dos dois Estados nacionais foram fatores de separação daqueles aglomerados geminados. E os habitantes, agora tornados fronteiriços, continuaram com seu sistema de relações, indiferentes ao limite territorial. Segundo a pesquisa de campo, a linha fronteiriça não foi, sob nenhuma hipótese, fator de rompimento de relações já estabelecidas anteriormente.

Embora tais relações assumissem caráter de interações transfronteiriças, na ausência de controle dos Estados nacionais, antigos moradores de ambos os lados do limite afirmam que, do começo do século XX até meados da década de 1940, “*não havia fronteira*”. Na verdade, a fronteira política não havia ainda sido

investida do poder controle fiscal e militar, o que explica tal percepção. Portanto, as interações que lá iam sendo tecidas entre os fronteiriços de um lado ao outro da linha fronteira contrariavam as políticas e ideologias do poder central das escalas nacionais e também todo um discurso sobre *fronteira linear, território e identidade nacional*. Em outras palavras, naqueles aglomerados, a representação da linha fronteira não tinha o mesmo significado político e ideológico dos Estados nacionais. Poderíamos pensar num “*antilugar*” onde o limite territorial é apagado pelo grupo que dele se apropria e o transforma em “lugar” de reencontros, de trocas e transações de todas as ordens. (VELASCO-GRACIET, 1995).

San Antonio\Santo Antônio também formavam um só aglomerado, mas ao contrário de Barracón\Barracão, não receberia tanta atenção política da comissão de limites brasileiro-argentina, pois já havia ali um elemento considerado fator divisório: o rio Santo Antônio, um “*fiapo*” de água corrente que passou a representar a linha internacional, por isso não houve preocupação na troca de nome daqueles aglomerados, apenas o lado brasileiro na década de 1950 acrescentaria o nome da região paranaense, ficando Santo Antônio do Sudoeste. Entretanto, diferentemente do olhar da comissão política de limites, os habitantes daquele aglomerado não viam o pequeno rio como fator de separação e nem de impedimento de quaisquer relações. Independente de suas nacionalidades, os habitantes daquele aglomerado tinham a liberdade de transitar e de instalar suas residências onde melhor lhes conviesse. Aliás, logo após a passagem da comissão de limites brasileiro-argentina, os habitantes de *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste construíram uma ponte de madeira sobre o rio Santo Antônio. Na pesquisa de campo se constatou que aquela construção, sem prévia autorização do Brasil nem da Argentina, teria sido a primeira ligação física por pontes sobre rios entre o Brasil e a Argentina.

A ponte era, sem dúvida, uma necessidade para a travessia dos cargueiros de mulas no transporte da erva-mate do Brasil para os portos argentinos, mas o rio nunca foi fator de separação aos fronteiriços de *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste. Portanto, pode-se dizer que a representação da linha fronteira pelo rio Santo Antônio não provocou sequelas naquele aglomerado, pois os habitantes continuaram a interagir, indiferentes ao sentido político e ideológico do limite internacional, concebendo aquele espaço como

um só aglomerado no começo do século XX. “*San Antonio\Santo Antônio do Sudoeste era um só povoadinho, todo mundo morava lá e aqui e não tinha diferença, porque naquele tempo não se falava de fronteira, tudo era livre, morava aqui ou lá, comprava aqui ou lá, ia e vinha, era tudo assim*”.¹¹² Aquela lógica fronteiriça, de espaço “livre” de normas restritivas dos territórios nacionais, era, em parte, determinada pelo próprio cotidiano dos fronteiriços, o que foi contribuindo na formação de um conjunto socioterritorial entre os dois lados do limite e que mais tarde resultaria na conurbação das malhas urbanas de Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio.

Portanto, da mesma forma que Barracão\Barracón, a integração físico-social de Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio, fazia com que os fronteiriços também tivessem a noção de espaço “*sem fronteira*”, ou ainda, espaço sem “*passaporte tapejara*”, o que na língua guarani significa ter a liberdade de ir e vir de um lado a outro sem precisar pedir autorização ao dono do caminho, neste caso ao Brasil ou à Argentina. As interações socioeconômicas que lá iam se estabelecendo entre os dois lados do limite não eram consideradas transgressivas de normas territoriais. A esse respeito é interessante observarmos o depoimento abaixo.

[...], antes não havia contrabando, todo mundo levava e trazia o que queria e ninguém se importava. A gente passava e ninguém perguntava donde ia nem donde vinha. Meu pai era *correntino*, conheceu isso tudo em 1904, [...]. Naquele tempo todo mundo vizinhava porque *frontera* não havia, não havia *pesos* e nem miles de *réis*, o que havia era *hojas do mate*, esse era o dinheiro. Eu falo guarani, português e espanhol porque trabajava com os ervateiros, aí, cada grupo falava uma língua e tinha que se virá, uma barbaridade, Deus o livre! Eu cortei muita erva pro Matiauda, e os cortador dele, quase tudo índio guarani, né, foi aí que aprendi o guarani [...].¹¹³

Ainda que os ervateiros tivessem noção do limite político territorial, a liberdade de circulação franqueada pela ausência de controle dos Estados nacionais remetia a um espaço sem fronteira. Por essa lógica, as interações cotidianas lá estabelecidas não tinham

¹¹²Entrevista realizada com Francisco Ortega, 83 anos de idade, brasileiro de nascimento, residente em em San Antonio, agosto de 2008.

¹¹³Entrevista realizada com Raul Lindau, 97 anos de idade, residente em Dos Hermanas (Bernardo de Irigoyen), agosto de 2008.

conotação de “*contrabando*”. Ou seja, o que era transgressão de normas territoriais para centros de poderes nacionais era um sistema de alianças para os fronteiriços. Ainda que lá predominasse o peso argentino, a moeda circulante eram as folhas do mate, daí a lógica de que não havia a circulação de “*pesos e nem miles de réis*”. A língua falada, “*que é, sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população*” (RAFFESTIN, 1993, p. 97), era no começo do século XX uma mistura de três idiomas: o guarani, o espanhol e o português.

No entanto, é importante esclarecer que, embora os fronteiriços falassem uma mistura dessas três línguas, naquele período havia certa influência da língua espanhola sobre as demais, fato que se explica, em parte, pela presença das escolas argentinas naquela zona fronteira. Como já comentado, aquelas escolas não foram instituídas meramente para a alfabetização, elas eram instrumentos políticos de fortalecimento identitário, e naquele período a Argentina acreditava seguramente que a identidade nacional passava pela educação. Porém, na visão de um professor *de San Antonio*:

[...] a identidade não passa unicamente pela educação, prova disso é essa zona. A língua que é tomada como fator de identidade pelo governo e também pelos educadores, porque esses, também, não respeitaram o capital cultural da região, não conseguiu, sob nenhum ponto de vista, evitar que as pessoas continuassem a falar suas línguas de origem, [...]. Posteriormente o governo argentino estabelece guarnições pra controlar a fronteira, mas nem com escolas nem com militares se fortificou a identidade nacional naquele período, porque aqui é uma zona de fronteira muito especial, uma zona de culturas em contato, então, se se toma por base os primeiros povoadores, tínhamos *criollos* que falavam o português, argentinos que falavam o espanhol e os *misioneros* e paraguaios que falavam o castelhano, mas também o guarani, porque vinham dessa região guaranítica. Então temos uma mistura muito forte nessa zona [...]. Hoje já é diferente, hoje 90% da população do nordeste de *Misiones* fala português, [...].¹¹⁴

¹¹⁴Entrevista realizada com um professor de *San Antonio*, março de 2008.

Portanto, ao invés de fortalecerem a identidade nacional, as escolas argentinas tornaram-se espaços de interações imateriais, pois como no lado brasileiro não havia escolas, todas as crianças estudavam na Argentina. E certamente na visão do Estado nacional isso era uma desnacionalização, já que as crianças brasileiras aprendiam símbolos e datas importantes do país vizinho e desconheciam os símbolos de seu próprio país, além, é claro, de aprender a ler e escrever a língua do vizinho. Mas, diferentemente da visão dos Estados nacionais, em zonas fronteiriças, falar, ler e escrever a língua do vizinho não é fortalecer uma identidade nacional e nem mesmo se desnacionalizar: é acima de tudo compreender valores imateriais de outra cultura que geram fatalmente novos valores, como o respeito por indivíduos de outras culturas.

Assim, durante as três primeiras décadas do século XX, os fronteiriços, ao contrário das ideologias políticas nacionais, fizeram daquelas escolas verdadeiros espaços de interações imateriais, pois a educação é por natureza um bem cultural imaterial. Além disso, naquelas escolas não ocorria apenas a alfabetização, mas igualmente reencontros cotidianos de filhos de paraguaios, argentinos e brasileiros. Por conseguinte, um espaço de contato entre culturas diferenciadas, onde as crianças aprendiam e internalizavam valores imateriais, como a amizade e o respeito pela cultura do outro.

É curioso notar que, embora no espaço escolar fosse proibido falar outra língua que não o espanhol, aquela proibição, em tese, não ocorria, pois segundo entrevista o filho de uma das primeiras professoras da *Escuela Nacional 604*, de *Barracón*, hoje *Bernardo de Irigoyen*, naquele período nem os professores escapavam da influência da mescla das línguas faladas cotidianamente, e muitas vezes acabavam por falar e escrever termos que não eram nem da língua espanhola e nem da portuguesa, mas uma mistura das duas.¹¹⁵ Além disso, fora do espaço escolar, principalmente no seio familiar, a língua falada continuava a ser a materna, e os filhos nascidos de casamentos mistos, cujos pais tinham nacionalidades diferentes, a língua falada era uma mistura das duas. A ausência de registro impede-nos de quantificar o número de alunos brasileiros que foram alfabetizados nas escolas argentinas, mas a pesquisa de campo revelou que a implantação daqueles fixos da educação gerou

¹¹⁵Entrevista realizada com Raul Silva Dico, em Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007.

importantes fluxos de brasileiros em busca de um bem cultural imaterial, a educação. Dona Dorvalina de Lara, residente em Dionísio Cerqueira, aos 90 anos de idade, ainda guarda sentimentos de gratidão à nação argentina por sua alfabetização na *Escuela 604 de Bernardo de Irigoyen* e também pelas relações de amizade construídas naquele espaço escolar e afirma: “*se hoje eu sei ler e escrever, foi graças à Argentina, porque aqui não tinha escola e nem professor [...]*.”¹¹⁶

Tais interações imateriais não se limitavam às crianças dos pequenos aglomerados brasileiros de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, envolviam também a antiga região de Campo Erê e, em menor escala, a de Clevelândia. Entretanto, aqueles núcleos populacionais ficavam a uma distância aproximada de 110 quilômetros de *San Antonio* e 77 quilômetros de *Bernardo de Irigoyen*. Diante do distanciamento físico-geográfico e não havendo transporte rápido naquele período, as crianças em período escolar eram deixadas pelos pais em casas de parentes, amigos e famílias conhecidas, nas proximidades das escolas argentinas, como indica o depoimento de um professor de *San Antonio*.

[...], as crianças brasileiras dessa região toda ali de Campo Erê estudavam aqui na Argentina, fizeram as primeiras letras aqui nas escolas argentinas, porque após a demarcação do limite, a região brasileira sofre um abandono quase que total do Estado nacional até meados de 1950. Então, como não tinha escola do outro lado, vinham estudar aqui. Onde tinham crianças, os pais as mandava pra cá, pra estudar nessas escolas. Vinham de vários lugares, as que vinham de lugares mais distantes, como dos núcleos de Campo Erê, Clevelândia e ao redor deles, ficavam em casas de famílias aqui nesta zona, porque era longe e não tinha transporte para trazê-las; o único meio de transporte naquela época eram as mulas, mas elas também não eram tão rápidas para fazer 100 quilômetros em meio dia. [...].¹¹⁷

Já as crianças que moravam entre 10 e 20 quilômetros das escolas argentinas percorriam diariamente aquelas distâncias a pé ou em lombo de mulas. Segundo entrevista com o ex-aluno da escola de

¹¹⁶Entrevista realizada com Dorvalina de Lara em Dionísio Cerqueira, março de 2008. Alguns meses após nossa entrevista, Dorvalina de Lara faleceu em Dionísio Cerqueira.

¹¹⁷Entrevista realizada com um Professor de *San Antonio*, março de 2008.

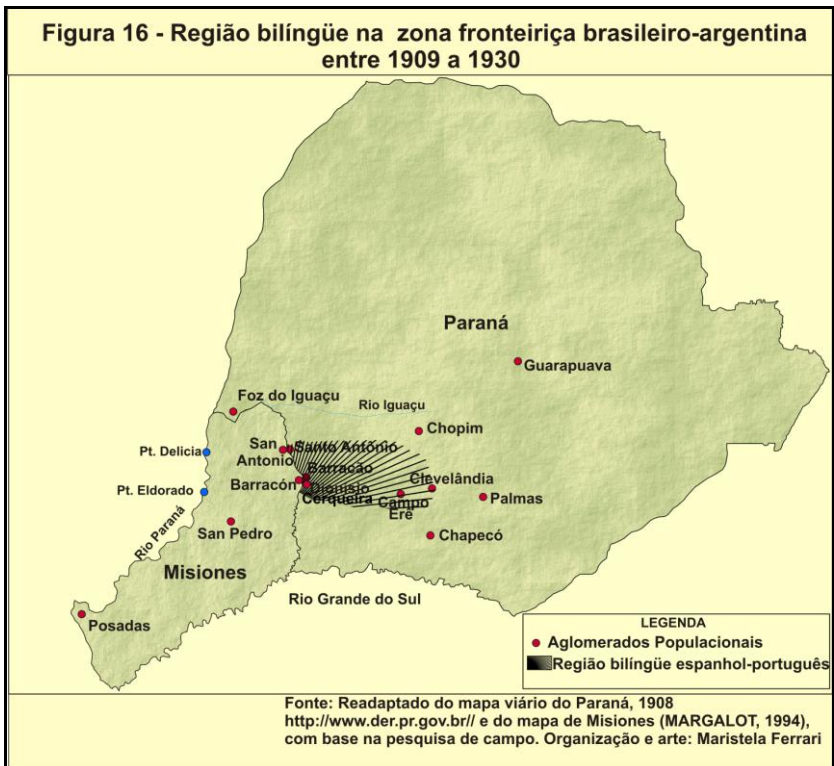
San Antonio, Francisco Ortega, brasileiro de nascimento, hoje residente em *San Antonio*, muitos brasileirinhos enfrentavam rigorosos invernos e inclusive certos perigos para chegar até as escolas argentinas. Os caminhos que os levavam a elas se resumiam a meras picadas em meio à mata, e naquele período havia muitos animais temidos tanto por adultos quanto por crianças, como a onça pintada, também chamada de tigre. Em suas palavras:

[...], tinha quantia de gente que vinha do Brasil pra estudar aqui na Argentina. Eu estudei aqui em *San Antonio*, ela (esposa), minha irmã, a mãe do professor Cabral. Bom, todos que moravam lá vinham pra cá, porque ali no Brasil ainda não tinha escola, isso veio em 1950, por aí. A escola era uma casa do Arrachea, ali onde agora tem uma bomba de gasolina. Naquele tempo, quando comecei a vir na escola, o pai morava na linha Glória, dez quilômetros daqui, eu e a Bárbara, minha irmã, saía de lá de madrugada pra vir estudá aqui de manhã. E naquele tempo tinha muitos tigres (onça pintada), então o tigre vinha gritando em roda do caminho, e a Bárbara, Deus o livre!, tinha um medão que se pelava! O tigre gritava por causa dos bichos (animais) que matava, [...]. Naquele tempo era um desastre no inverno, porque dava muita neve e muita geada, as árvores grandes ficavam tudo branco de gelo e quando dava garoa essa logo formava a neve e a neve quando ia caindo fazia aquele barulhinho no mato. Era lindo, mas muito, muito frio! Eu, num inverno brabo, quando voltava pra casa, quase morri, fiquei todo duro, aí passou um cargueiro e me colocou dentro numa bruaca e tô aqui até hoje, (risos), [...].¹¹⁸

Ainda que não seja possível quantificarmos os fluxos, podemos dizer que as escolas argentinas foram fatores de atratividade e emissividade de *fluxos* cotidianos de crianças brasileiras em lado argentino. Assim, considerando que por cerca de trinta anos as crianças brasileiras estudaram nas escolas argentinas, podemos dizer que no lado brasileiro formou-se uma região bilíngue, pois as crianças brasileiras, além da língua materna transmitida pelos pais, aprendiam oficialmente a ler, escrever e falar o espanhol. Além disso, no cotidiano das interações transfronteiriças, os brasileiros

¹¹⁸Entrevista realizada com Francisco Ortega em San Antonio, agosto de 2008.

acabavam por aprender informalmente a língua espanhola, o que reforça a ideia de uma região bilíngüe envolvendo a antiga região de Campo Erê, e em menor grau Clevelândia, passando por Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Dionísio Cerqueira, dali chegando às escolas localizadas em *Barracón* (hoje *Bernardo de Irigoyen*) e *San Antonio*. (ver **Figura 16**).



A escola de *San Pedro* não exerceu a mesma atratividade que as escolas localizadas em *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*. Segundo a pesquisa de campo, tal fato se deve à distância físico-geográfica, o que inviabilizava a frequência cotidiana de estudantes brasileiros naquela escola. Mas, como aquele município argentino tinha uma população formada majoritariamente por indígenas guaranis do Paraguai e migrantes brasileiros, principalmente de

Campo Erê e Rio Grande do Sul, aquela escola alfabetizava muito mais filhos de indígenas e de brasileiros do que filhos de argentinos. Sem dúvida a língua corrente ali era o espanhol, mas fora da escola os brasileiros continuavam a falar o português, e os indígenas, o guarani.

É interessante notar que no conjunto das interações, tanto materiais quanto imateriais, cada objeto *fixo* implantado num dos lados do limite e não em outro gerava uma tipologia de *fluxos*, como ocorreu com a implantação do cartório de registro civil em *Bernardo de Irigoyen*, que foi fator de atratividade e gerou significativas interações imateriais de brasileiros que buscavam aquele serviço público inexistente em Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Dionísio Cerqueira. Além disso, todos os casamentos, óbitos e contratos comerciais eram registrados nos cartórios argentinos. Assim, todas as crianças nascidas em território brasileiro eram registradas na Argentina, e os meninos, quando completavam maioridade, mesmo morando em território brasileiro, eram convocados a servir o exército argentino. Anos mais tarde, aquelas interações seriam vistas por políticos brasileiros como uma verdadeira zona desnacionalizada do país onde havia incerteza identitária. No entanto, em zonas de fronteira, os fronteiriços promovem a mescla, não carregando valores de uma única identidade nacional. E o fato de estudar ou ter registro de nascimento e falar a língua do vizinho não determina o fortalecimento de uma identidade nacional.

A título de exemplo, podemos citar aqui o peronista Aloísio Bello, 88 anos de idade, hoje residente em Barracão. Filho de brasileiros, como sua irmã mais velha, Aloísio também nasceu em Bernardo de Irigoyen em 1922, onde foi registrado. Segundo ele, isso aconteceu por que seu pai, Misael Siqueira Bello, em 1917 migrou de Clevelândia para Bernardo de Irigoyen, onde foi trabalhar como guarda-livros da empresa de erva-mate CREGI Sociedade Ltda, que explorava os ervais desde Palmas até Barracão. Em 1924, após encerrar o trabalho naquela empresa argentina, seu pai retornou ao Brasil e foi morar no aglomerado de Barracão, onde Aloísio passaria infância e adolescência. Como ainda não tinha escola no lado brasileiro, Aloísio, a exemplo das demais crianças brasileiras, foi alfabetizado em Bernardo de Irigoyen. Já aos 18 anos, mesmo residindo em território brasileiro, Aloísio foi convocado a servir o

Exército Argentino. No exército, em Buenos Aires, permaneceu por dois anos e foi lá que se tornou peronista convicto. Após ter deixado o exército continuou por mais dois anos na Argentina, onde trabalhou no comércio. Posteriormente seu pai adoeceu e ele retornou ao Brasil, passando a residir em Barracão, onde iria trabalhar em diversas atividades do setor terciário. Trabalhou inclusive no setor de obras da prefeitura de Barracão, como uma espécie de contador e chefe encarregado do pagamento de 360 funcionários da ARBRA, uma grande madeireira de capital misto brasileiro-argentino na linha Tateto (hoje Flor da Serra). Foi lá que, já em 1946, com um grupo de médicos fugitivos da Alemanha, aprendeu o ofício de “arrumador de ossos” e onde posteriormente seria o “ortopedista” dos fronteirços. Ele conta que

[...] aqueles médicos vieram fugidos da Alemanha, ficaram dois anos no Tateto, depois se largaram pra Argentina. Lá no Tateto, me ensinaram faze massage, arrumá quebradura e destroncadura de osso, puxá o nervo pro lugar, porque quando o nervo sai do lugar ele encolhe, então tem que ponhá ele no lugar; na quebradura de osso aprendi achá ponta com ponta pra arruma e isso tem que ser feito antes de 24 horas, porque senão ele ferve e gruda e aí não tem mais como arrumá [...].¹¹⁹

O curioso nesse relato é que esse fronteirço dividiu sua vida entre os dois lados do limite, inclusive a vida ativa de trabalho, pois trabalhou também em Bernardo de Irigoyen, onde foi uma espécie de “veterinário” dos criadores de animais e foi inclusive candidato a vereador naquela cidade. Sem detalhar aqui toda sua vida, que é rica em exemplos, ao final de nossa entrevista, questionamos: - O senhor se define como brasileiro ou argentino? Em meio a risos ele responde: - *Eu sou um homem internacional!* O exemplo desse fronteirço não é único, mas nos mostra que os sujeitos fronteirços são formados com múltiplos valores identitários, o que fica particularmente evidente na resposta de nosso entrevistado quando ele se define como um “*homem internacional*”, pois ele não opta nem pela identidade argentina, nem pela identidade brasileira: ele opta pelas duas.

¹¹⁹Entrevista realizada com Aloísio Bello em Barracão, janeiro de 2007.

Por outro lado, sua resposta pode também ser interpretada como uma forma de barganhar certos direitos em ambos os lados do limite, o que aos olhos do poder central nas escalas nacionais pode ser visto como um ato ilegal. A própria condição atual de Aloísio remete a um ato “ilegal”, pois embora resida em lado brasileiro, ele revela: “*recebo minha aposentadoria pelo governo nacional da Argentina e aqui no Brasil recebo da minha falecida velha*”. E acrescenta: “*eu também teria direito à aposentadoria aqui, porque paguei INSS, mas não querem me pagar porque tenho registro castelhano*”. E revela ainda que, pelo mesmo motivo, mesmo sendo de uma família de políticos brasileiros, não pode votar no Brasil. Seu avô, Diogo Siqueira Bello, foi o primeiro prefeito de Clevelândia, e seu pai, Misael Siqueira Bello, foi o primeiro prefeito de Barracão. Nas mesmas condições desse entrevistado, um morador de Bernardo de Irigoyen, 97 anos de idade, aposentado no Brasil, em entrevista contou que sempre que vai receber sua aposentadoria no Brasil é ameaçado de perdê-la, pois mora em Bernardo de Irigoyen, embora tenha residência também em Dionísio Cerqueira. Em suas palavras:

Eu vou lhe contá, eles de vez em quando ameaçam de me sacar à aposentadoria só porque moro aqui, mas eu tenho domicílio aqui e lá no Brasil, tenho uma irmã que mora lá. Então eu digo: eu sou internacional, nasci aqui, mas o papai era brasileiro, a patroa era brasileira. Ameaçam tudo os aposentados que mora aqui, isso não tá certo, não podem ameaça! Eu trabalhei aqui e lá no Brasil, to em dia com tudo e pra mim tanto faz mora aqui como lá! Fronteira é hermandad e amizade!¹²⁰

Podemos dizer que, independente dos valores identitários que os fronteiriços internalizam ou carregam, eles muitas vezes forjam sim sua identidade para de fato barganhar certos direitos em ambos os lados do limite. No caso de certos benefícios, como aposentadoria, que é reivindicada sob alegação de terem contribuído durante a vida ativa trabalhando em ambos os lados do limite, na visão dos fronteiriços não é barganha, mas um direito legítimo. Barganhar é forjar as identidades, não pelos valores imateriais, como os identitários-culturais, mas por valores mais materiais. A pesquisa de campo mostrou, por exemplo, que os registros de nascimento de

¹²⁰Entrevista realizada com um aposentado residente em Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007.

crianças brasileiras na Argentina não se resumiam meramente à ausência daquele fixo em Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste: havia também interesses particulares dos próprios fronteiriços, que visavam a propriedades binacionais e também à instalação de estabelecimentos comerciais em ambos os lados do limite. Por essa razão, havia famílias brasileiras que optavam por registrar alguns filhos na Argentina e outros no Brasil; o contrário também é verdadeiro, pois quando surgiram cartórios de registro civil em lado brasileiro, argentinos também registravam alguns filhos em lado brasileiro.

Outras interações imateriais independiam de objetos fixos e se realizavam pelo contato cotidiano dos fronteiriços, com a troca de ideias, informações e conhecimentos, como na “medicina popular”, que na total ausência de recursos médico-hospitalares em ambos os lados da fronteira, os fronteiriços trocavam experiências de soluções caseiras para a saúde. Embora os comerciantes e ervateiros sempre tivessem em seus armazéns alguns medicamentos de primeiros-socorros, os tratamentos de saúde e ferimentos causados por acidentes de trabalho, dentre outros, eram realizados quase totalmente pela *medicina popular*. Naquele período os “*médicos sem fronteiras*” eram os indígenas e caboclos brasileiros, profundos conhecedores de ervas medicinais, ritos e benzeduras que mesclavam conhecimentos culturais e crenças religiosas. Por exemplo: quando alguém cortava um dedo, havia várias receitas para estancar o sangue e para cicatrizar: primeiro fazia-se um rito seguido de benzedura da parte ferida; segundo passava-se sobre o corte uma “pomada” que consistia numa gordura animal, que poderia ser graxa de galinha, graxa de tigre ou banha de porco; terceiro, amarrava-se o local ferido com um pano limpo de seda e no dia seguinte fazia-se o mesmo procedimento e assim sucessivamente até dar sinais de cicatrização. Para a “*alteração*” (pressão alta) bebia-se iodo diluído em água, enquanto dores de barriga, de estômago, verminoses e até dor de dente eram tratadas com ervas caseiras preparadas na forma de chás; e para feridas e machucados aplicavam-se também os emplastros de ervas. Raul Lindau, 95 anos de idade, residente em *Dos Hermans - Bernardo de Irigoyen*, conta que além dos chás caseiros era muito comum beber garrafadas de ervas feitas pelos “*médicos de mato*”, ou seja, pelos caboclos brasileiros que viviam na mata e detinham conhecimentos sobre ervas medicinais. Em suas palavras:

[...], no meu tempo médico não havia, se ia nos médico do mato. Aqui se ia muito pro Brasil buscá remédio dos médicos de mato, eles fazia aquelas garrafadas que era com hoja (folha) colhidas do mato depois *cocinava* e dava aquelas garrafadas pra gente. Era remédio bom! [...].¹²¹

Além da procura das “garrafadas”, a crença em simpatias e benzedura, também gerava constantes interações imateriais entre os fronteiriços. Na ausência do sistema de saúde, as simpatias e benzeduras se constituíam no tratamento do doente numa relação imaterial socioreligiosa fundamentada na fé pela cura do paciente. Naquela relação o *curandeiro* adentrava um território sagrado, o das divindades, onde estabelecia relação com os santos para “medicar e curar” os diversos tipos de enfermidades. Segundo entrevista com o ex-diretor do Correio de Dionísio Cerqueira, os caboclos conheciam simpatias e benzeduras que funcionavam até para picada de cobras venenosas. Eram muito procurados também, para benzer “*amarelão, mîngua, sol na cabeça, quebranto, mau olhado, costurar a coluna, curar rendiduras de hérnias, derruba vermes*” e outras. O entrevistado conta ainda que, cresceu em meio aos caboclos e que os fronteiriços nutriam profundo respeito e fé pelas crenças dos caboclos. Em suas palavras:

Os caboclos tinham as crenças deles, então tinha muita fé nisso! Eu mesmo os vi curarem muita gente só com simpatias e benzeduras, até gente picada de cobra venenosa eles curavam. Eles benziam crianças com vermes, com mîngua, até tormenta eles benziam! Eram também muito devotos do Divino Espírito Santo. Uma coisa que se perdeu, e hoje pouca gente sabe, é que eles também faziam as Mesadas de São Sebastião, uma promessa, na maioria das vezes, para cura de doentes. Então, se alguém estivesse muito doente eles prometiam que se a pessoa ficasse boa, eles cumpririam a promessa fazendo a Mesada no dia 20 de janeiro, que é dia de São Sebastião. A Mesada era um banquete! Então, no dia eles carneavam galinhas, leitão, assavam tudo no forno, cozinhavam feijão, canjica, faziam de tudo e montavam a mesada. Aí eles convidavam sete crianças, todas as crianças tinham que ter até 7 anos de idade, não podia

¹²¹Entrevista realizada com R. L. em Dos Hermanas – Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

passar disso, diziam que até essa idade as crianças eram inocentes, daí com isso eles pagavam a promessa a São Sebastião¹²².

Se caboclos e indígenas detinham conhecimentos tradicionais sobre “ervas medicinais”, as parteiras também os detinham e conheciam inclusive chás abortivos, razão pela qual elas administravam os tipos de chás que as mulheres em período de gestação poderiam ou não beber e cuidavam até da alimentação das gestantes. Segundo entrevista com Dona Túla Cabral, 82 anos de idade, brasileira de nascimento, hoje residente em *San Antonio*, o azeite de oliva, de origem argentina, servia tanto para o preparo de refeições, quanto como “*purgante*”, pois bebido em jejum, “*desmancha até pedras da vesícula*”. E mesmo aos recém-nascidos as parteiras “*já davam uma colherzinha de azeite de oliva logo que nasciam*”, pois era considerado “*remédio bom pra expurgar*”. As mulheres em período de resguardo pós-parto tinham todas suas refeições preparadas à base de azeite de oliva, uma prescrição que fazia parte de todo um acompanhamento realizado pelas “parteiras sem fronteira” que assumiam a gestante desde o princípio da gestação até o pós-parto. Dona Túla, bisneta e neta de parteiras brasileiras, conta:

[...], quando a mulher ficava *embaraçada*, logo a parteira passava uma dieta pra ela. A dieta era assim: não podia fazê força, não podia come muito e nem podia come comida forte, não podia fazê a *siesta* tinha que caminhá pra controla o crescimento do neném. Fazendo a dieta certa o neném não se criava muito grande, porque se o neném se criava grande não podia nasce então morria [...].¹²³

Raul Lindau, de *Dos Hermanas - Bernardo de Irigoyen*, teve 18 filhos com sua esposa, todos nascidos em casa pelas mãos de parteiras brasileiras, prática bastante comum naquele período, pois não havia hospitais e nem médicos que realizassem aquele trabalho. Segundo ele, “*nenhuma mulher morria de parto*” e os filhos “*todos nasciam bem que só pra vê*”! E acrescenta: “*quando digo que tive 18 filhos e todinhos vivos, a rapaziada mais nova me diz: - mas que*

¹²²Entrevista realizada com o ex-diretor do Correio de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

¹²³Entrevista realizada com Túla Cabral em San Antonio, março de 2008.

barbaridade! Digo: - mas naquele tempo não havia televisão não havia nada no mas”! (risos).¹²⁴. Desse modo, independente do lugar de residência, a procura tanto pelos serviços das parteiras quanto dos caboclos na busca de garrafadas, simpatias e benzeduras geravam interações imateriais de ambos os lados da fronteira, interações carregadas de valores sentimentais que se conservam na memória dos moradores mais antigos. Valores que podem também ser classificados como parte de uma cultura imaterial gerada pela crença no poder de cura de certas doenças e que ainda hoje resiste na região.

Em meados de 1920, novas interações imateriais na saúde se estabeleceriam, notadamente com a presença de médicos homeopatas de origem austríaca e belga. Mas eram fluxos sazonais, pois aqueles médicos eram trazidos esporadicamente para a zona fronteira pelo ervateiro Alfonso Arrachea. E durante os dias em que permaneciam em *Bernardo de Irigoyen* \Barracão\ Dionísio Cerqueira e *San Antonio* \Santo Antônio do Sudoeste, segundo Dona Túla, eles atendiam gratuitamente dezenas de fronteiriços que os procuravam. Os próprios médicos visitavam enfermos em suas residências, independente do lado do limite em que estivesse o enfermo. O tratamento dado pelos médicos homeopatas era como o dos caboclos, realizado com alguns rituais e totalmente à base de ervas naturais. Além disso, “*o doente pra tomá remédio de homeopatia tinham que usá só roupas brancas e o que tava enfermo também, no quarto do enfermo só podia entrá quem tratava o doente*”.¹²⁵

As trocas culturais se faziam também na culinária, que foi mesclando, mormente pratos da cozinha guarani com a cabocla, que, segundo a pesquisa de campo, era muito mais expressiva do que a culinária argentina no período em que vigorou o ciclo do mate. A título de exemplo podemos citar o *jupará* (*yopará*), um prato que misturava a canjica de origem indígena com o feijão, muito consumido entre os caboclos brasileiros. A mistura dos dois ingredientes preparados em conjunto numa mesma panela formava o *jupará*, prato muito consumido entre os fronteiriços que o serviam até nas mamadeiras aos bebês, em forma de caldo ou mingau, pois era considerado alimento rico em vitaminas.

¹²⁴Entrevista realizada com Raul Lindau, em Dos Hermanas – Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

¹²⁵Entrevista realizada com Túla Cabral em San Antonio, março de 2008.

O *reviro* paraguaio é outro exemplo que passou por uma mescla e modificação no preparo daquele prato. Embora tenha muitas versões sobre o *reviro*, prato típico da culinária guarani paraguaia, a versão mais informada na pesquisa de campo é a de que ele era feito à base de amido de mandioca ou amido de milho, (*farinha de cavaco* ou *farinha de beiju*), sal e banha de porco. Depois de pronta, a massa era assada em cinzas, também chamado “*pé-de-bugre*”, muito consumido pelos *mensús* que trabalhavam no corte da erva-mate por dias seguidos longe de suas casas, daí o costume assar o *reviro* nas cinzas.

Na zona fronteira, com a chegada da farinha de trigo argentina ocorre a substituição da farinha de *cavaco* ou beiju pela de trigo. No preparo do *reviro*, além da banha de porco, sal e farinha de trigo, os fronteiriços acrescentariam ovos, e depois de pronta, a massa já não era mais assada em cinzas como faziam tradicionalmente os indígenas, era levada ao fogo em uma panela onde era tostada em ambos os lados para em seguida ser batida até o ponto de uma farofa que era consumida com outras misturas no café da manhã e no almoço. Aquela nova técnica no preparo do *reviro* “*aconteceu por acaso*”, segundo Argentino Rodrigues, de *San Pedro*, 84 anos de idade: foi um “*borracho*” *misionero* que modificou a receita paraguaia dando origem ao *reviro* argentino.

O *reviro* vem do Paraguai. Era comida dos *mensús* e dos *ervateiros*, comida forte barbaridade, pois tu come de manhãzinha e vai até de tardezinha que não sente fome! Chamava de *pé-de-bugre*. Bom, o que aconteceu é que aqui na Argentina um *borracho* (bêbado) ele queria fazer *chipa* (bolinho frito), então fez a massa e afinal fez muito dura, aí largou tudo na panela e aquilo tostou e ele virou e aquilo embolou aí ele *empezo* a bate na massa e dê-le que dê-le bate e aí a massa ficou toda quebradinha, como uma farofa. Foi aí que saiu o *reviro* argentino. Aqui quem mais come são os *obreiros* de mato que trabalha tirando madeira e erva. Isso tu não vai achá em restaurante! [...]¹²⁶.

Portanto, podemos dizer que, ao lado das interações materiais, formou-se também um conjunto de relações imateriais, e ainda que tenha havido trabalho escravo, notadamente dos *mensús*, os

¹²⁶Entrevista realizada, em San Pedro, agosto de 2008.

fronteiriços foram tecendo laços de confiança, afetividade, solidariedade, amizade e demais valores humanos. Trocas imateriais que naquele período não eram meramente entre brasileiros, paraguaios e argentinos, eram antes de tudo entre fronteiriços que compartilhavam uma história de vida na fronteira que contrariavam as ideologias dos Estados nacionais ou se fazia a margem deles. Na opinião dos antigos moradores, a zona fronteira foi espaço construído pelos fronteiriços à margem de políticas de desenvolvimento social e econômico dos Estados nacionais que, naquele período, centravam suas preocupações muito mais em políticas ideológicas nacionais do que em políticas de desenvolvimento social e econômico dos fronteiriços.

Nesse sentido, pode-se dizer que nas três primeiras décadas do século XX os fronteiriços, notadamente dos aglomerados geminados, não teceram apenas o desenho de um território formado entre um lado e outro da linha fronteira, eles teceram uma história de vida, com profundos valores imateriais, como o respeito e a amizade, a solidariedade etc. A esse propósito, e sintetizando vários outros depoimentos, o peronista Aloísio Bello, de Barracão, diz: *“naquele tempo não existia fronteira era passe livre e muito respeito e amizade entre os dois lados”*. Isso mostra por que não se fortaleceram ali duas identidades nacionais, pois uma identidade nacional não se constrói e nem se fortalece numa relação de amizade, mesmo em zonas de fronteiras, ela depende fundamentalmente de uma relação de *alteridade* entre “*nós*” e “*os outros*”. Melhor dizendo, ela depende de inimigos e não de amigos, (SAHLINS, 1996).

Entretanto, nas décadas seguintes vários fatores de ordem política, econômica e social contribuiriam para uma série de mudanças no conjunto socioterritorial da zona fronteira, algumas delas observadas desde meados de 1920, quando já se percebiam embriões de novas paisagens socioculturais e identitárias, notadamente ao sul do conjunto socioterritorial da zona fronteira. Exemplos desses embriões são Mondaí e Itapiranga, municípios localizados ao sul do extremo oeste de Santa Catarina, limítrofes ao departamento de *San Pedro* pelo rio Peperi-Guaçu e ao Estado do Rio Grande do Sul pelo rio Uruguai. Aqueles municípios foram colonizados fundamentalmente por migrantes alemães ou descendentes de alemães oriundos de antigas colônias do Rio Grande do Sul. Mas o que mais chama atenção naqueles municípios no

conjunto da zona fronteira é que, mesmo sendo colonização alemã, ergueu-se lá uma “fronteira” sociocultural e religiosa entre católicos e luteranos.

Assim, diferentemente do que ocorria no centro da zona fronteira, onde se mesclavam valores culturais e religiosos entre caboclos brasileiros, indígenas paraguaios, *misioneros* e argentinos, ao sul vai ser construída uma paisagem sociocultural totalmente fechada a outros grupos étnico-culturais: até casamentos eram impedidos, não apenas entre alemães e caboclos, mas igualmente entre alemães luteranos e alemães católicos. Mas o exemplo de Mondaí e Itapiranga revela, também, que apesar da forte identidade religiosa, os habitantes daqueles municípios fronteiriços incorporaram outros valores identitários, e dependendo da situação em que se encontram, eles revelam outras identidades, o que prova a tese de Marc Augé quando enfatiza que se deve duvidar das identidades puras. Por outro lado, mostra também que na zona fronteira não existem apenas duas identidades, neste caso, a brasileira e a argentina.

5 - MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS E POLÍTICAS NO CONJUNTO SOCIOTERRITORIAL DA ZONA FRONTEIRIÇA A PARTIR DE 1920

5.1. Introdução

Este capítulo tem por objetivo evidenciar os fatores sociais e políticos que contribuíram para uma série de mudanças no conjunto socioterritorial da zona fronteira brasileiro-argentina localizada no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones. Nele não mostramos apenas a chegada de novos elementos socioculturais que ratificam a idéia de que em zonas fronteiriças não tem apenas duas identidades nacionais, mostramos igualmente um olhar político nacionalista que cria uma imagem da zona fronteira como lugar de bandidos e de gente inculta, imagem que é divulgada para justificar a exclusão de uma população já excluída socialmente e marginalizada pelos Estados.

5.2. A chegada de novos elementos socioculturais no conjunto da zona fronteira: o exemplo de Mondaí e Itapiranga

Com o término do litígio político territorial entre Paraná e Santa Catarina (1917), uma nova linha fronteira foi traçada e parte da zona paranaense passou a pertencer a Santa Catarina. Foi nesse traçado que a vila de Dionísio Cerqueira, sob administração do Paraná, foi dividida, parte dela passando a pertencer a Santa Catarina sob o nome de Barracão. Desse modo, ainda em 1917, o governo catarinense cria o município de Chapecó, que se estendia até a fronteira com a Argentina, englobando, portanto, o aglomerado de Barracão (hoje Dionísio Cerqueira).

Como já se viu aqui, a região era habitada basicamente por indígenas e caboclos posseiros que trabalhavam na atividade extrativa, e como aquela atividade não exigia a derrubada da mata, na época a região catarinense e a do sudoeste paranaense ainda eram vistas pelos centros como área de “sertão” ou “vazio demográfico”. Para integrar aquela região ao território de Santa Catarina, até então sob domínio do Paraná, o Estado catarinense entrega aquelas terras já ocupadas pelos caboclos posseiros a empresas privadas, às

colonizadoras gaúchas, encarregadas não apenas de inserir os colonos naquela região, mas também de abrir estradas e instalar demais estruturas básicas para os colonos. Esse papel, que era do Estado catarinense, foi transferido para empresas privadas.

Sem detalhar todas as implicações da colonização, que foi conduzida de modo mais intensivo entre 1946 e 1960, nos antigos municípios de Porto Feliz (Mondaí) e Porto Novo (Itapiranga), o processo de ocupação foi iniciado por volta de 1922 e 1927 respectivamente e se deu fundamentalmente com elementos sociais vindos diretamente da Alemanha e também de antigas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, como de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Neu-Wüttemberg (hoje Panambí), e outras.

O pré-requisito principal para comprar terras naqueles municípios era ser alemão ou descendente de alemães. No entanto, mesmo sendo municípios colonizados por alemães, havia lá forte separação motivada, principalmente pela identidade religiosa: ergueu-se ali uma “fronteira” fiel aos princípios tradicionais religiosos. Assim, enquanto Mondaí foi fundada para receber os colonos luteranos ou evangélicos, Itapiranga foi organizada para acolher os católicos conduzidos por sacerdotes da ordem dos Jesuítas. Tal separação entre os próprios alemães tinha por objetivo principal evitar conflitos de ordem religiosa entre luteranos e católicos e também preservar a cultura e a identidade religiosa.

Em Mondaí, a inserção de alemães luteranos começou a ser realizada em 1922 pela Colonizadora Peperi LTDA. A colonizadora estava sob a direção de Faulhaber, oriundo de Wüttemberg (Alemanha), que já participara também da colonização do antigo município de *Neu Wüttemberg* (RS), hoje Panambí (RS). Ernesto Raminger, 91 anos de idade, nascido na China, filho do primeiro pastor luterano de Mondaí, conta que Faulhaber, a pedido dos próprios colonos, impôs a condição de que só poderia comprar terras naquela colônia alemães luteranos ou evangélicos. O mesmo ocorreu em Itapiranga a partir de 1927, onde a condição para comprar terras naquele município, ao encargo da colonizadora *Volksverein-Sparkassen*, era ser alemães católico.

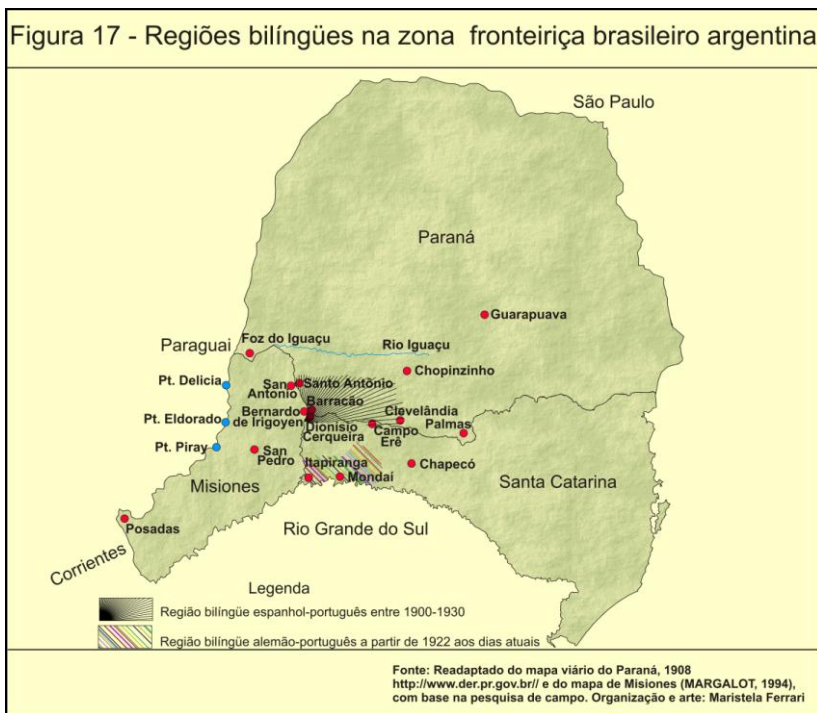
Aqui em Mondaí, o Faulhaber, ele organizava a venda das terras e o lugar onde os alemães iriam ficar. Então, aqui no centro de Mondaí ficaram os luteranos e dez

quilômetros daqui ele colocou os *doiticos*, hoje é município de Riqueza. *Doiticos* também eram alemães, mas alemães nascidos na Rússia. Essa separação entre católicos e luteranos foi exigência dos próprios alemães que já vinham da Alemanha pro Brasil em grupos e não queriam se misturar, eles queriam ficar todos mais ou menos juntos. Então o Faulhaber, pra não criar conflitos, respeitava o desejo dos que vinham pra cá [...]. Meu pai foi missionário durante 20 anos na China, por isso eu nasci lá, ele foi praticamente obrigado a sair da China por problemas políticos. Estava ficando muito ruim para os estrangeiros, mesmo para os missionários, então ele voltou para a Alemanha, isso foi logo depois do final da primeira Guerra. Mas na Alemanha a situação tava pior, o povo não tinha nem o que comer depois da guerra, tava muito, muito ruim. Então, eu não sei como, mas meu pai tinha ligações com o Faulhaber que já tava aqui no Brasil, foi ele quem praticamente colonizou toda região de Panambi que antigamente pertencia tudo a Cruz Alta (RS). Aí por intermédio dele nossa família saiu da Alemanha em 1920 e fomos para Panambi. Lá meu pai foi pastor por dois anos e depois, a convite do próprio Faulhaber que começou a colonizar essa região de Mondai, nós viemos aqui para Porto Feliz em 1922. Quando chegamos aqui tinha umas nove casinhas, eu lembro como se fosse hoje que minha mãe ergueu os braços e disse: “meu Deus, onde é que nós viemos parar!” Era puro mato, [...]. Mas o interessante é que meu pai sempre quis uma terra própria e nem na China e nem na Alemanha ele conseguiu, foi só aqui no Brasil que ele comprou duas colônias de terras. Aqui em Porto Feliz, pagou as terras com uma coleção de selos que ele tinha trazido da Alemanha. Ele foi o primeiro Pastor da Igreja Luterana aqui de Porto Feliz.¹²⁷

Enquanto o antigo município de Itapiranga foi sendo ocupado exclusivamente por alemães católicos, Mondai foi ocupado por alemães protestantes, e a partir de 1922 já se constatava nova paisagem étnico-cultural ao sul do conjunto da zona fronteira. A língua falada naqueles municípios era a alemã. A implantação das

¹²⁷Entrevista realizada com Ernesto Raminger em Mondai (SC), em julho de 2008. Ernesto Raminger nasceu na China, filho de um pastor alemão luterano que migrou logo após o final da primeira Guerra mundial para Panambi (RS) e de lá para Mondai em 1922, onde permanece até hoje.

primeiras escolas não se deu pelo Estado de Santa Catarina nem pela União, se deu pelas próprias colonizadoras com recursos dos colonos que tinham fortes ligações com seu país de origem. Por isso, inicialmente as aulas eram ministradas em alemão, e as crianças, além de falar, aprendiam a ler e a escrever a língua materna. Somente mais tarde aprenderiam a língua portuguesa, o que conferia nova região bilíngüe no conjunto da zona fronteiriça, (ver **Figura 17**).



O mesmo ocorre com a construção de hospitais e igrejas daqueles municípios, construídos com a ajuda financeira de instituições religiosas caritativas da Alemanha. Naquele período, as missas e cultos eram também celebrados em língua alemã, prática que em Itapiranga chegaria até a década de 1980, notadamente a primeira missa de domingo, que era transmitida pela rádio local. Além da língua, os colonos mantinham e ainda hoje mantêm estreitos vínculos com a Alemanha e também com colônias alemãs do Rio Grande do Sul, de onde grande parte deles procedia. As próprias

colonizadoras mantinham filiais de escritórios imobiliários na Alemanha, encarregados de divulgar venda de terras no Brasil.

Aquelas interações trouxeram muitos jovens solteiros da Alemanha, de regiões como Stuttgard, Wütemberg e outras, para Mondaí e Itapiranga, onde adquiriam terras e retornavam ao país de origem para se casar. Constituída a nova família, o casal vinha morar definitivamente no Brasil. Dentre vários exemplos, podemos citar a linha Becker, em Itapiranga, uma comunidade rural totalmente ocupada por alemães vindos diretamente da Alemanha. Foi lá inclusive que se realizou a primeira ocktoberfest do Brasil, festa típica da cultura germânica. Como entre os migrantes havia muitos músicos, logo foram criados corais, que cantavam também em língua alemã. Instrumentos musicais também vinham da Alemanha. Deste modo, ao sul da zona fronteira brasileira-argentina, os novos elementos socioculturais traçaram descontinuidades na paisagem da geografia humana, espaços marcados por fortes identidades religiosas e valores culturais trazidos do país ou da região de onde haviam migrado.

Não obstante, os novos elementos sociais ergueriam outras barreiras com os originais da terra, notadamente com os caboclos, que eram vistos com certo desprezo pelos novos colonos, pois, segundo o filho de um pastor luterano de Mondaí, *“tinha alguns com várias mulheres, eram uns sem-vergonhas, bandidos”* por isso *“não podiam ficar aqui na colonização, então a colonizadora teve que pagar pra eles sair daqui”*.¹²⁸ Isso revela claramente que dentro daquelas colônias alemãs foi instaurada uma demarcação entre *eles* (os caboclos) e *nós* (alemães), mas pode-se pensar que isso não se deu pelos aspectos culturais ou identitários nacionalistas, deu-se muito mais por um sentimento de diferenças étnicas e sociais guiadas por um sentimento de inferioridade\superioridade, onde o ego de uns prevalecia sobre o dos outros.

Os namoros e casamentos eram realizados somente entre alemães. Em Mondaí e Itapiranga era terminantemente proibido um luterano casar-se com uma católica e vice-versa, como revela o depoimento de uma empresária, neta de um pastor luterano em Mondaí:

¹²⁸Entrevista realizada com morador aposentado de Mondaí, filho de um dos pioneiros daquele município, em julho de 2008.

[...] eu lembro que quando eu era mais jovem essa separação entre católicos e luteranos era bem mais acentuada do que hoje, isso 20 a 30 anos atrás. Nós, as moças, éramos proibidas de ficar em bailes dançando com jovens católicos; os casamentos eram terminantemente proibidos! A gente só ia a bailes acompanhada dos pais, daí se por infelicidade viesse um católico ou um brasileiro pra tirá a gente pra dançar, os pais já chegavam e diziam – ó, vamos pra casa! Isso era pra que as filhas não caíssem em tentação de gostar do rapaz. Eu não vejo isso como racismo, era mais um fator de cultura. Eu no fundo também sou contra casamentos de raças diferentes, porque, por exemplo, vem alguém da Alemanha e vai se casar com uma brasileira; isso nunca vai dar certo! Porque alemão é cabeçudo e brasileiro é mais dado a festa, e a mulher alemã é educada pra ser submissa. Nas colônias alemãs, a mulher tem um papel de muita submissão, as italianas aqui da região também, eu vejo isso!¹²⁹

Outro depoimento interessante a esse respeito é o de Marino, ex-prefeito de Tunápolis, município desmembrado de Itapiranga.

[...], aqui ainda predomina alemães católicos e isso se deve a própria colonização que se diferenciou de Mondai onde as terras lá eram vendidas somente aos luteranos e aqui aos católicos. Então tinha essa separação entre os próprios alemães durante o processo de colonização. Sem dúvida alguma que aqui se criou municípios fechados, tanto é assim que os próprios casamentos não eram permitidos entre alemães católicos e alemães luteranos, e menos ainda entre alemães e italianos. Depois, com o passar do tempo, isso foi diminuindo, mas em nosso município predomina ainda hoje 90 a 95% de alemães católicos, e isso vem desde a colonização. Casamentos entre alemães e negros também não era permitido, embora hoje já tenham alguns casos. Mas as famílias da região ainda priorizam o casamento com os seus de origem. Eu penso que é pelo aspecto cultural, no sentido de preservar as tradições que se herdou dos antepassados, cada um dentro de sua etnia, digamos assim. Aqui em Tunápolis são raros casos de casamentos entre negros e alemães, são raros, [...].¹³⁰

¹²⁹Entrevista realizada com empresária de Mondai, em julho de 2008.

¹³⁰Entrevista realizada com o ex-prefeito Marino Flay em Tunápolis, julho de 2008.

Embora aquela rígida separação fundamentada nos critérios da identidade religiosa tenha enfraquecido com o passar do tempo, ainda remanescem ali traços dela na paisagem humano-cultural. E ainda que seja uma região bilíngue português-alemão, os moradores preferem comunicar-se em língua alemã, pois os mais velhos, por exemplo, sentem grandes dificuldades em se expressar na língua portuguesa. Mesmo com toda repressão sofrida durante o período da Segunda Guerra Mundial e durante os períodos da ditadura militar, quando o Estado nacional impôs o uso da língua portuguesa em colônias alemãs¹³¹, eles conseguiram preservar a língua como fator cultural. Mas isso também se deve, em grande parte, ao próprio fechamento daquelas colônias a outros grupos étnico-linguísticos. E como indica o depoimento do Vice-Prefeito de Itapiranga, a língua mais falada continua a ser a alemã:

[...], aqui, a primeira língua que a criança aprende é com certeza o alemão! O meu filho, por exemplo, nasceu aqui na cidade, mas meu pai mora no interior e sabe falar muito pouco o português, então meu filho só começou a aprender português quando ele começou a ir à creche, é aí que as crianças vão aprender o português. Mas em casa a língua falada continua a ser alemão! A língua mais falada aqui é sem dúvida o alemão. Eu mesmo, se eu não soubesse falar alemão eu talvez não estivesse ocupando este cargo, porque eu atendo muita gente que não sabe falar o português, só o alemão. Pra você trabalhar no comércio de Itapiranga, o primeiro critério exigido é saber falar o alemão, porque aqui vivem muitos alemães que só sabem falar alemão, não sabem falar o português, ou se sabem, falam muito mal, muito mal, principalmente no interior. Então, sim, com o português temos aqui um bilinguismo, mas a língua alemã é prioridade número um! [...].¹³²

O próprio comércio, de maneira geral, ainda hoje estabelece como pré-requisito empregar funcionários que saibam falar a língua alemã, pois, como indica o depoimento acima, os mais velhos sentem

¹³¹Segundo entrevistas naquelas cidades, durante a Segunda Guerra Mundial, os alemães ali residentes foram constantemente vigiados, não apenas pela ideologia política nazista, mas porque o governo nacional exigia que toda comunicação fosse em língua portuguesa. Os alemães daqueles municípios, que inclusive tinham suas missas e cultos celebrados em língua alemã, passaram a ser vigiados até nas igrejas.

¹³²Entrevista realizada com Milton Simon, Vice-Prefeito de Itapiranga, março de 2008.

grandes dificuldades em se expressar na língua portuguesa. Em Itapiranga, por exemplo, até a década de 1980, a primeira missa do domingo, transmitida pela rádio, era celebrada em língua alemã. Até aquele período, aquele município resistia à entrada de outros grupos étnico-culturais, diferentemente do que ocorreu em Mondaí, que já no começo de 1930 e 1940 passou a receber também elementos descendentes de italianos. Faulhaber, diretor da empresa colonizadora Peperi Ltda., por problemas financeiros nos negócios, em julho de 1926 cometeu suicídio, o que, de certa forma, permitiu a entrada de colonos de outras origens étnicas e religiosas. Segundo Koelln (2004), o suicídio de Faulhaber foi, em parte, provocado pela passagem da Coluna Prestes em Mondaí.

Ao final de janeiro de 1925, a Coluna Prestes chegou a Porto Feliz (Mondaí), onde fez a travessia do rio Uruguai em balsa, com 1.500 homens, 40 mulheres e mais de mil cavalos. Consta que havia somente uma balsa, e para atravessar toda a coluna e os animais, os condutores da balsa trabalharam três dias e três noites sem parar. Após a travessia do Uruguai, a Coluna permaneceu por mais três dias em Porto Feliz, e nos dois primeiros dias de fevereiro deu continuação a sua marcha, rumando para Barracão (hoje Dionísio Cerqueira). O caminho percorrido pela Coluna foi feito as margens do rio Peperi-Guaçu, por antiga picada de fugitivos da justiça do Rio Grande do Sul que atravessavam o território indo se esconder na Argentina. Contudo, durante o curto período de tempo em que permaneceu em Mondaí, a Coluna Prestes deixou profundas seqüelas na população da nascente colônia, uma delas foi o tifo, provocado pela grande mortandade de cavalos da Coluna.

Valdemar Bornholdt, Prefeito e médico de Mondaí, em entrevista contou que, após atravessar boa parte do território gaúcho, os cavalos da Coluna chegaram a Mondaí exauridos de suas forças, mal alimentados e com muitos ferimentos provocados pelo uso contínuo de montarias. Em solo catarinense, já doentes os cavalos, foram caindo e morrendo ali mesmo. Embora os colonos trabalhassem duramente para enterrar e queimar aqueles animais mortos, muitos ficaram expostos à beira do Uruguai e em meio à vegetação, trazendo grandes quantidades de urubus e moscas. Poucas semanas depois, surge a febre tifóide, e, sem remédio e sem equipamento médico-hospitalar na colônia, o tifo disseminou-se tão rapidamente entre a população que foi dizimando famílias inteiras.

Muitos jovens recém-chegados da Alemanha para comprar terras em Mondaí também foram a óbito.¹³³

Diante de tal fato, as notícias logo chegariam à Alemanha e todos os contratos em vias de se realizar foram interrompidos, inclusive contratos com colônias do Rio Grande do Sul. A colonizadora que ali fizera investimentos financeiros e esperava retorno com a venda de terras, via-se afundando em dívidas e sem capital de giro. Diante de tal situação e sem qualquer auxílio financeiro, Faulhaber, diretor da Colonizadora, não vê outra saída senão o próprio suicídio, o que abalou profundamente a população do município.

Segundo o Prefeito de Mondaí, a epidemia do tifo fez com que a região de Mondaí sofresse um atraso muito grande, por óbito de muitas lideranças e trabalhadores, provocando medo entre a população. Muitos moradores abandonaram a colônia para morar em outras regiões.¹³⁴ Após a passagem da Coluna Prestes, a imagem daquela nascente colônia, tanto na Alemanha quanto no Rio Grande do Sul, foi associada a um “foco do tifo”. Mas a pedido da colonizadora, um filme produzido sobre a colonização alemã em Mondaí em 1927, já no começo dos anos de 1930 substituiu aquela imagem pela de “melhor terra do mundo”, pois às margens do rio Uruguai as terras eram muito férteis e proporcionavam colheitas recorde aos colonos que foram investindo em melhorias naquele município. E a partir dessa nova imagem, Mondaí se reabriria para receber, já por volta de 1930, outros grupos étnico-religiosos.

Sem aprofundar a questão da passagem da Coluna Prestes pelo extremo oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná,¹³⁵ a notícia de que a Coluna estava estacionada em Mondaí logo chegaria também ao centro da zona fronteira, onde informantes se apressavam em divulgar que por onde a Coluna passava iam saqueando tudo, inclusive animais, bovino e cavalari. Assim, enquanto Mondaí sofreu grande perda de vidas humanas provocadas pela disseminação da febre tifoide e implicações no próprio fluxo de novos migrantes, em Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, a Coluna Prestes provocou o completo esvaziamento da população daqueles

¹³³Entrevista realizada com Valdemar A. Bornholdt, Prefeito e médico de Mondaí, julho de 2008.

¹³⁴Entrevista realizada com Valdemar A. Bornholdt, Prefeito e médico de Mondaí, julho de 2008.

¹³⁵Questão já trabalhada em nosso mestrado.

aglomerados. Todos os moradores abandonaram suas casas e propriedades e fugiram para a Argentina levando consigo as tropas de animais, como mulas, cavalos, suínos e bovinos e lá permaneceram escondidos até a saída de Prestes daquela zona. Segundo a pesquisa de campo, assim como aconteceu com Mondaí, a passagem da Coluna Prestes também prejudicou o desenvolvimento dos aglomerados de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, pois muitos moradores daqueles aglomerados que haviam fugido para o território vizinho não retornaram mais ao Brasil.

No processo de colonização de Mondaí e Itapiranga, apesar do fechamento sócio-cultural e religioso lá observado, os novos colonos na zona fronteiriça também incorporaram novos valores socioculturais e identitários, como valores da própria identidade nacional brasileira. A própria língua alemã, segundo uma empresária de Tunápolis, já sofreu uma mescla, pois no cotidiano misturam-se termos da língua portuguesa. Sofreu inclusive modificações em relação à língua falada na Alemanha. A prática da agricultura também mesclou técnicas e conhecimentos, além de uma readaptação na produção em função da própria natureza e clima. Aliás, muitos migrantes vindos da Alemanha eram engenheiros, químicos, ex-militares da primeira guerra mundial, músicos, profissionais de alta costura, professores e outros, que “*nunca haviam trabalhado na agricultura*”, e na zona fronteiriça viram-se empenhados em aprender a cultura agrícola. Segundo a neta do primeiro pastor luterano de Mondaí,

[...], minha avó era de família rica na Alemanha e meu avô a vida inteira foi pastor, então não sabiam trabalhar na terra! Meu avô pensava que tudo seria como na Bíblia, ele se baseava muito na Bíblia, mas ele mesmo não conseguiu trabalhar muito, foi meu pai aos 18 anos que assumiu o trabalho e também a família. [...]. Quando minha avó estava a caminho da terra que compraram, ela sentou em cima de um toco e começou a chorar porque a realidade era bem diferente daquela da Alemanha e daquela que haviam imaginado antes de virem pra cá. Aprenderam a plantar, mas passaram muita fome e tiveram grandes dificuldades pra se adaptar [...].¹³⁶

¹³⁶Entrevista realizada com uma empresária de Mondaí, em julho de 2008.

Desse modo, eles foram incorporando novos elementos culturais, sem jamais abandonar sua identidade religiosa e seus próprios valores culturais. O processo de ocupação de Mondaí e Itapiranga se diferenciou totalmente daquele do centro da zona fronteira, pois os novos colonos não eram iletrados e nem elementos socialmente marginalizados, como aqueles que foram inicialmente ocupando o centro da zona fronteira. Segundo a pesquisa de campo, eram raros os colonos sem instrução escolar. Muitos deles, inclusive com cursos superiores, deixaram seu país em decorrência da Guerra e também devido à própria escassez de terras. Além disso, diferentemente da zona fronteira do Oeste americano estudada por Turner, onde o autor defendia a tese de que na fronteira os colonos de todas as raças trabalhavam lado a lado e fortaleciam a identidade nacional americana, nesta zona fronteira os colonos não trabalhavam lado a lado e nem fortaleceram a identidade nacional.

Mas, o que chama atenção no conjunto da zona fronteira é que, apesar dessas diferenças socioculturais, dependendo da situação em que se encontram, os fronteirizos expressam diferentes identidades. Por exemplo: em Mondaí e Itapiranga, os descendentes de alemães, perante descendentes de italianos e poloneses daquela região, mesmo tendo nascido no Brasil, assumem sua origem alemã, mas quando viajam para a Alemanha, lá prevalece a identidade nacional brasileira. No entanto, naqueles municípios, a origem brasileira identifica também a pessoa como cabocla. Outros, por terem nascido no Rio Grande do Sul, mesmo não seguindo as tradições, definem-se como gaúchos, mostrando que os sujeitos incorporam outras identidades, o que confirma novamente a tese de Marc Augé de que é preciso duvidar das identidades puras e mostra também que na zona fronteira não prevalece apenas duas identidades, neste caso, a brasileira e a argentina.

Confirmando que na zona fronteira colonos descendentes de outras raças ou grupos étnicos, não trabalhavam lado a lado e nem fortaleciam a identidade nacional, outros exemplos estão presentes em praticamente todos os municípios do extremo oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Ainda que não vendessem terras a um só grupo étnico dentro de um mesmo município, as colonizadoras, primeiro excluía os originais da terra e depois separavam italianos de alemães e esses dos poloneses. É o caso dos municípios de Descanso e São Miguel d'Oeste, onde os colonos eram separados em

comunidades rurais de acordo com sua origem, as chamadas “linhas”, como a *linha dos italianos*, a *linha dos alemães* e a *linha dos polacos*, para designar os elementos sociais de comunidades rurais de um mesmo município. Olímpio Dal Magro, ex-administrador da Colonizadora Barth Annoni, encarregada de vender boa parte das terras compreendidas entre São Miguel d’Oeste e Dionísio Cerqueira, afirma que a administração daquela empresa já mostrava fortes traços de divisão identitária religiosa naquela região quando ele assumiu seu cargo em 1944. Em suas palavras:

Quando vim de Guaporé e assumi a administração da Barth Annoni, antes era Barth e Benetti, eles tinham feito a colonização de um lado só de alemão, outro lado só de italiano e outro só de polaco. Daí eu disse: – não, vamos parar com isso! Porque de um lado era protestante ou evangélico e de outro era só católico, aí eu disse: – eu aprendi que Deus é um só, tanto pra um quanto pra outro. Este foi o meu pensamento, porque eu não acredito que Deus coloca no mundo uma pessoa que é católica pra ir pro inferno e outra evangélica pra ir pro céu. Daí eles disseram: – mas não pode! Digo: – mas, por que não pode? Eles: – porque cada um quer fazê sua igreja, seu cemitério e se misturá dá briga e confusão. Aí eu disse: – mas não é assim, vamos fazer o seguinte, democracia! Vamos vender pra onde os colonos quisé. Aí eu dizia pros colono: olha, se vocês querem comprá pode escolher, se quisé onde tá começando os alemão ou onde tá começando os italiano tanto faz, pode escolher. A terra tava ali pra vender e tanto fazia este como aquele, daí misturei tudo. O ponto de vista dos administrador antes de mim era de que precisava separar por causa do racismo. Hoje terminou essa separação, mas o que ficou bem separado e continua até hoje é aquele canto lá de Itapiranga, lá tem gente que tem 70 a 80 anos e não sabe falar o brasileiro (português).¹³⁷

Embora o entrevistado ressalte o exemplo de Itapiranga, local onde até hoje há pessoas com dificuldades em expressar-se na língua portuguesa, o mesmo é notado em praticamente toda a zona fronteiriça, sobretudo no meio rural, onde se fala o português com forte sotaque estrangeiro, pois cada grupo étnico falava e ainda fala

¹³⁷Entrevista realizada com Olímpio Dal Magro em São Miguel d’Oeste, janeiro de 2006.

sua língua materna. Atualmente, as próprias rádios da região dão espaço, notadamente aos sábados, para programas humorísticos em língua italiana e alemã. O próprio entrevistado confirmou seu fato, falando com forte sotaque italiano e contou que sua mãe, oriunda de Treviso, norte da Itália, mesmo tendo chegado ao Brasil aos oito anos de idade, nunca conseguiu falar o português. E acrescenta:

No tempo da Guerra, não podia falar italiano e nem alemão e quem era italiano tinha que todo mês ir pra delegacia regional e se apresentar pro delegado; eu me dava bem co delgado de Guaporé, aí falei pra ele: - ó, vou trazer minha mãe, só que ela não fala uma palavra em brasileiro! Bem, aí levei lá pro delegado faze as perguntas. Quando a mãe viu o delegado, ela foi logo dizendo: - Domande tutto quello che volete, io rispondo in italiano, perché io non sono grado parlare in brasiliano. Aí o delegado disse: - não precisa mais trazer tua mãe, pode deixar ela em casa.¹³⁸

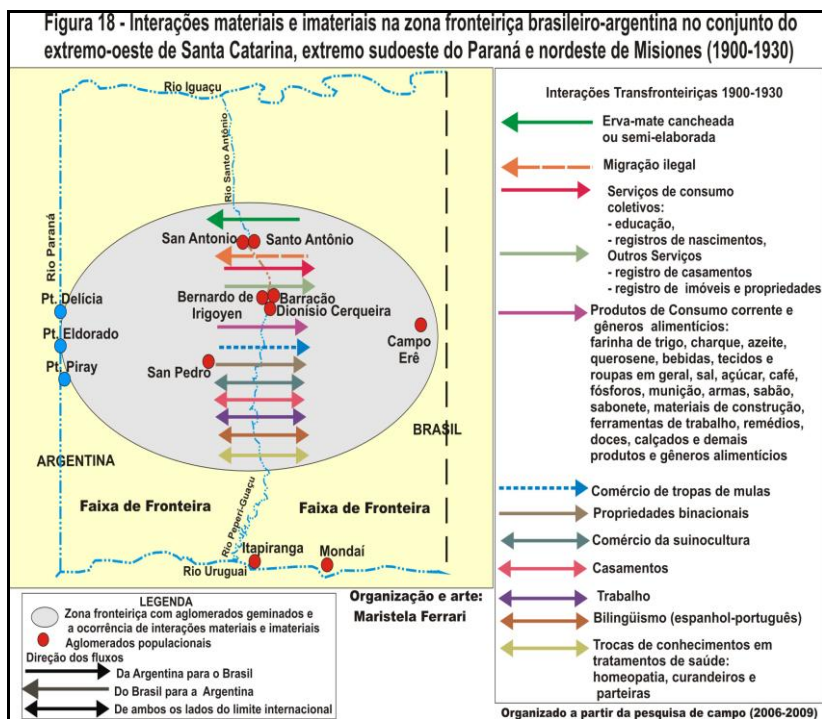
Apesar do fechamento sociocultural, Mondaí e Itapiranga estabelecem interações transfronteiriças com os argentinos, notadamente interações econômico-comerciais. Como no vizinho departamento de *San Pedro* não havia, e ainda hoje não há, aglomerados argentinos que formassem pares com aquelas colônias, pois era e ainda é área de mata nativa, Mondaí e Itapiranga estabeleceram interações transfronteiriças com *Bernardo de Irigoyen*, onde adquiriam, dentre outros produtos e gêneros alimentícios, a farinha de trigo argentina. Aliás, foram os moradores de Mondaí que indicaram o caminho que a Coluna Prestes deveria seguir para chegar a Barracão, pois eles já o percorriam com cargueiros de mulas quando iam até Bernardo de Irigoyen para seus propósitos comerciais.

Bernardo de Irigoyen também interagiu, principalmente com Mondaí, como relembra o argentino Raul Lindau, de Bernardo de Irigoyen, 97 anos de idade: “*no Porto Feliz nós ia com tropa de mula levá farinha, e lá no Porto Feliz se buscava fazenda em metro (tecido), porque roupa pronta não havia, tinha que fazê em casa*”. Aquelas interações, segundo seu Raul, não eram frequentes, mas já delineava fluxos sazonais entre Bernardo de Irigoyen e Porto Feliz. O mesmo ocorreria com Itapiranga, porém, com fluxos muito menos

¹³⁸Entrevista realizada com Olímpio Dal Magro em São Miguel d'Oeste, janeiro de 2006.

frequêntes, mais esporádicos devido às dificuldades dos meios de transportes e também ao distanciamento físico-geográfico. Entretanto, no ir e vir daquelas trocas, não se estabeleceram interações imateriais significativas entre os habitantes daquelas colônias alemãs e os argentinos, pois conforme depoimento do Prefeito de Mondai,: “as relações eram mais econômicas, então, culturalmente não tivemos esse tipo de interação. Mondai não sofreu influência da cultura argentina e vice-versa”.¹³⁹

Portanto, diferentemente do que ocorria no centro desse segmento de fronteira onde ocorriam inúmeras interações (ver **Figura 18**), ao sul constatam-se diferenças tanto na natureza quanto na frequência das interações transfronteiriças, mas isso não significa que tais diferenças tenham sido causadas unicamente pelo hermetismo étnico-cultural de Mondai e Itapiranga, por exemplo.



¹³⁹Entrevista realizada com Valdemar A. Bornholdt, Prefeito e médico de Mondai, julho de 2008.

A ausência de aglomerados argentinos que formassem pares com aqueles núcleos brasileiros, somada ao distanciamento físico-geográfico com *Bernardo de Irigoyen* também podem ser considerados fatores de tais diferenças entre o centro e o sul da zona fronteira. Porto Feliz (Mondaí) e Porto Novo (Itapiranga), como o próprio nome indica, eram núcleos portuários localizados também na zona fronteira com o Rio Grande do Sul, e, portanto, havia relações materiais e imateriais obviamente muito mais fortes com aquele Estado do que com a Argentina, sobretudo entre colônias alemãs de onde muitos haviam migrado. Segundo a pesquisa de campo, os fluxos em direção ao Rio Grande do Sul eram bastante frequentes, não apenas aqueles econômico-comerciais, mas também os imateriais, como as relações sociais, pelas visitas a parentes e amigos, na busca de tratamento de saúde, na busca da educação e por outros motivos.

Mas convém salientar que se aquelas duas colônias no começo da fundação, pouco interagiam com a Argentina, aquela realidade mudaria extraordinariamente no auge da colonização agrícola (1946-1960). Porto Feliz e Porto Novo adquirem grande importância, pois se tornariam a porta de entrada de praticamente todos os fluxos da migração vinda do Rio Grande do Sul em direção ao extremo oeste de Santa Catarina e sudoeste paranaense. Além disso, a exemplo do que ocorreu em Dionísio Cerqueira e Santo Antônio do Sudoeste, Porto Feliz e Porto Novo também se tornariam pontos nodais da exportação de madeira para a Argentina, notadamente para a província de *Corrientes*. E, da mesma forma que ocorreu com a erva-mate, o principal mercado comprador da madeira brasileira daquela região era a Argentina.

Desse modo, no conjunto da zona fronteira, o comércio da madeira com a Argentina abrange novas escalas, e se desenham novas vias de exportação. Enquanto boa parte da exportação pelo sudoeste do Paraná passava por Santo Antônio do Sudoeste e Dionísio Cerqueira, no extremo oeste de Santa Catarina, praticamente toda madeira era exportada via Porto Feliz e Porto Novo. Como veremos no próximo capítulo, daqueles portos a madeira era enviada em forma de balsas sobre o rio Uruguai até os *puertos* argentinos na *Província de Corrientes*, limítrofe ao Rio Grande do Sul.

5.3. Um olhar político-nacionalista sobre a zona fronteira: a viagem do Presidente Konder em 1929

Ainda dentro das três primeiras décadas do século XX, outro fato que chama a atenção sobre o conjunto socioterritorial da zona fronteira é que desde a entrada dos novos elementos socioculturais no conjunto da zona fronteira, e também com a presença de colonizadoras gaúchas, o poder político do Estado de Santa Catarina passa a receber notícias do extremo oeste de Santa Catarina, desde Mondaí até Dionísio Cerqueira. As informações enviadas ao governo central do Estado sobre aquela região divulgavam, entre outros fatos, que aquela zona era esconderijo de bandidos, onde ocorriam frequentes assassinatos e intenso contrabando com os argentinos. Aquelas notícias, ou boatos, no ambiente do poder político do centro do Estado, são elementos para logo conceber a região como um valhacouto de bandidos, um *far-west* ao estilo americano. Imagem totalmente diferente daquela descrita pelos fronteirões. Diante de tais notícias, em 1929, o então Presidente do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, “preocupado” com a situação da região, empreende viagem ao oeste do Estado, viagem que foi chamada de Bandeira de Konder ou Bandeirantes da Brasilidade. (BOITEUX, 1929).

Dentre os vários objetivos oficiais da viagem, destacavam-se conhecer a região e reprimir o banditismo e o contrabando na fronteira. Obviamente que aquela viagem tinha outros objetivos políticos e econômicos bem menos altruístas do que foi oficialmente registrado. Para empreendê-la foi formada uma comitiva com diversos representantes ligados ao governo: deputados, chefe de polícia, agrimensores, consultor jurídico, historiador e outros. Todo o percurso da viagem, desde Florianópolis até Dionísio Cerqueira, foi registrada nos diários de viagem de Arthur Ferreira da Costa, José Arthur Boiteux e Othon D’Eça, integrantes da comitiva da viagem de 1929 diários que seriam publicados posteriormente na forma de artigos e livros.¹⁴⁰ Os registros de viagem não foram apenas escritos, mas também fotografados, o que resultou num documentário

¹⁴⁰ *Aos Espanhóis Confinantes*, (D’EÇA, 1929); *O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista* (COSTA, 1929); *Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira* (BOITEUX, 1931).

fotográfico dos momentos mais importantes da viagem, e no centro de todas as fotos está o Presidente e sua comitiva, como que a dizer: - nós estivemos lá.

Na verdade, aquela viagem foi um evento muito mais importante para o poder político do Estado do que para a população fronteiriça, pois até aquela data a região era conhecida dos políticos catarinenses apenas pelos mapas geográficos e, diga-se de passagem, mesmo assim muito mal conhecida, pois a cartografia do Estado sobre aquela região apresentava muitos erros. Prova disso é o registro de Costa (1929, p. 30) de que na travessia de Mondaí a Dionísio Cerqueira, auxiliado por sertanistas e por um alemão ligado à Colonizadora Chapecó-Peperi Ltda.,

[...], o Presidente Konder, juntamente com o engenheiro Breves, foi corrigindo os enganos e preenchendo as omissões do mappa actual, máxime quanto a situação e rumo dos lageados, e dando nomes aos que os não têm, reunindo, assim, elementos para a melhoria de confecção do novo mappa do Estado em preparação.

Portanto, a viagem de 1929 foi a primeira a ser realizada pelo poder público do Estado ao oeste catarinense e pode ser tomada como um ato simbólico da posse daquela área territorial, que embora tenha passado a pertencer ao Estado a partir de 1917, encontrava-se ainda desintegrada do território catarinense. É interessante notar que, após longo litígio político territorial travado com o Paraná, Santa Catarina vence a questão, pois ficou com a maior parte das terras disputadas. Porém, a exemplo do Estado nacional, ficaria totalmente ausente da região: de 1917 até 1929 o poder público do Estado não empreendeu nenhuma ação de cunho político-econômico nem de desenvolvimento social sobre aquela região, que também continuava a ser marginalizada pelo Estado nacional. Mesmo cientes de tal condição do Estado catarinense, Konder e sua comitiva, durante a viagem de 1929, colhem informações e presenciam de fato o estado de abandono em que se encontrava, notadamente a população fronteiriça. Entretanto, como tantos outros políticos, eles não fugiram à regra: aquela viagem seria posteriormente utilizada para discursos político-nacionalistas na Assembleia Legislativa e em outros lugares, como fez o historiador Boiteux em conferências no Centro Catarinense, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e no Clube

XII de Agosto de Florianópolis, divulgando, por exemplo, a completa desnacionalização de Dionísio Cerqueira.

Nos escritos de Arthur Ferreira da Costa (1929), José Arthur Boiteux (1931) e Othon D’Eça (1929) fica particularmente evidente os discursos político-nacionalistas nos quais enfatizam notadamente a zona fronteiriça como uma região totalmente desnacionalizada. A esse respeito, os autores davam grande destaque a Dionísio Cerqueira, que em tudo dependia da Argentina. Nas entrelinhas, deixam transparecer até certo bairrismo entre o litoral e o planalto e tecem comparações não apenas entre o homem da zona fronteiriça e o ilhéu, mas entre descendentes de migrantes europeus e os caboclos posseiros. Mais que isso, naqueles escritos está implícito um dos objetivos não divulgados oficialmente pelo poder do Estado: o de uma política de branqueamento da população daquela região, que, à exceção das colônias alemãs de Mondai e Itapiranga, era ocupada majoritariamente por caboclos posseiros e indígenas. Sem aprofundar a análise sobre a viagem de 1929, o que nos interessa aqui é mostrar, de forma bastante resumida, o olhar do Presidente Konder e sua comitiva sobre a zona fronteiriça, ou seja, o olhar do poder político do centro estadual sobre as interações transfronteiriças.

Na zona fronteiriça, Konder e sua comitiva viajaram de Mondai a Dionísio Cerqueira em lombo de mulas por uma picada de 120 km, no mesmo caminho trilhado pela Coluna Prestes, pois não havia estrada e nem meios de transporte motorizados. Antes de seguirem para Dionísio Cerqueira, o Presidente Konder e sua comitiva permaneceram em Mondai e Itapiranga do dia 27 a 30 de maio, onde foram recepcionados nas sedes daquelas colônias, que foram enfeitadas com flores, faixas de boas-vindas (ver **Figura 19**), e pomposas cerimônias abrilhantadas por música de coral e de bandas musicais, Hino Nacional, muitos foguetes, churrascadas e festas de gala e *“de todas as casas drapejam bandeiras nacionais, ondulam flâmulas com as velhas cores alemãs”*, (D’EÇA, 1929, 50).

Aquelas duas colônias são descritas como *“colmeias”* de gente *“idônea”* onde há *“traços fortes de civilização”* e,

[...], aqueles imigrantes são de alto nível social alemão. Em Mondai se encontram muitos officiaes da armada e do exército da Allemanha imperial, dentre elles o comandante e o artilheiro do submarino que tropedeou o Luzitania, engenheiros, chimicos, professores, [...]. Itapiranga é a nossa sentinella avançada de civilização, a

nove quilômetros da fronteira argentina (COSTA, 1929, p. 18).

Figura 19 - O Presidente Konder em Mondai e Itaipiranga



D’Eça (1992, p. 102) também tece elogios à população de Mondai e Itaipiranga. Para ele, os habitantes daquelas duas colônias são “*colmeias admiráveis de trabalho*”, e prossegue dizendo: “*és bem, Mondai, uma terra de Promissão, onde há romãs de sementes de ouro e rios de leite e mel.*” (D’EÇA, 1992, p. 57). Se atentarmos para tal comparação, pode-se pensar que o autor estava a ressaltar “virtudes” da própria maçonaria, uma vez que não é segredo que a romã é a fruta utilizada como símbolo daquela instituição. A parte interna da fruta, onde os grãos encontram-se espremidos uns aos outros, remete à ideia de união, como é a maçonaria; a aparência dos grãos leva a imaginar favos de mel, lembrando uma colmeia de abelhas, que trabalham unidas sem descanso, assim como se dizem os maçons. Talvez isso explique aquela comparação do autor.

Na última noite em Mondai foi oferecido um banquete seguido de sarau. Terminado o jantar várias vezes se unem para cantar o Hino Nacional acompanhadas da orquestra sinfônica. Ante aquela demonstração de nacionalismo, D’Eça (1929, p. 59-60) narra que todos foram tocados pela emoção, “*era um hino cheio de rumores*

quentes e de ressonâncias verdes, como uma floresta, através dela escutei a palpitação extenuante da Pátria, um Brasil germinando e forte [...]. Ao deixarem Mondaí, na manhã de 01 de maio de 1929, o Presidente Konder e sua comitiva partiram rumo a Dionísio Cerqueira, uma viagem de sete dias em meio ao “sertão”, descrita com um misto de romance e aventura, onde ninguém sabia o que ou “*quem nos espera nas encruzilhadas do Destino? Seja o que Deus quiser. Há perigos? Que importa? Queremos chegar e isso basta*”, pois “*há um fim alto e nobre a cumprir e nós viemos pra vencer!*” (D’EÇA, 1929, p. 48 e 60).

Partir de Mondaí era deixar para trás os “civilizados” e “cultos” para adentrar o “*sertão inculto*”, povoado de “banditismo” e de tigres, onde passar as noites “*em plena floresta bravia*” era sentir-se dominado por medos, superstições e fortes palpitações do coração. (D’EÇA, 1929). Em meio à viagem naquele “sertão inculto” ocorrem encontros com caboclos, madrinheiros de tropas e índios guaranis que conduziam cargueiros. Além disso, na medida em que vão avançando ocorrem os batismos de rios e lajeados e até comemorações com hasteamento da bandeira nacional, salva de tiros, discursos, orações e entoação do Hino Nacional. Num desses momentos, mais precisamente no dia 3 de maio, quando foi batizado um lajeado com o nome daquela data, D’Eça proferiu o seguinte discurso:

Há, Sr. Presidente, no gesto de V. Exa., um pouco de Pedro Eremita e de Fernão Dias Paes Leme. Porque, nesta avançada, através das asperezas da selva inculta, existe um misto de Cruzada e de Bandeira! Cruzada, pela fé profunda, pelo religioso civismo que aquece e anima; Bandeira, pelo espírito de aventura, pela esplêndida brasilidade que nos atira, sob o comando intrépido de V. Exa., através de um tumulto de dificuldades, a tomar posse definitivamente e absolutamente, de uma grande porção de Santa Catarina, em nome da Pátria! (D’EÇA, 1929, p. 79).

Tomar posse de uma terra “inculta” habitada pelo “banditismo” não é apenas uma imagem simbólica que desfilava nas mentes da comitiva do Presidente Konder, mas, era também legitimar um processo de colonização a exemplo de Mondaí e Itapiranga, “*colmeias admiráveis de trabalho*”. Costa (1931), D’Eça

(1929) e Boiteux (1929) relatam os discursos políticos de Konder durante a viagem, deixando transparecer clara intenção de colonizar a região com elementos “*trabalhadores*”, como os descendentes de italianos e alemães do Rio Grande do Sul, “*toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando àquelles rincões, incultos, abandonados, a prosperidade e a riqueza*” (BOITEUX, 1931, p. 10). Complementando aquele pensamento, D’Eça (1992, p. 102) escreve: “*penso nas futuras marchas imigratórias das gentes do sul demandando as terras férazes e desertas [...], vencer as matas incultas*”. Na medida em que os excursionistas avançavam para Dionísio Cerqueira, iam ocorrendo encontros com os fronteiriços, nos quais não ocorrem apenas comparações entre o homem do planalto e o ilhéu, mas também comparações entre os próprios habitantes do conjunto da zona fronteira, como, por exemplo, enquanto Mondai e Itapiranga têm meninos “*com cabelo de milho*”, no sertão “*inculto*” os meninos têm “*cabelos ásperos como cedenho*”.¹⁴¹ E os homens,

[...] parecem de raças diferentes, de tradições alheias, ligados por frágeis liames políticos que qualquer contingencia desfia e arrebenta. Mais de uma vez eu vi como são profundos os limites emocionais que separam o ilhéu do serrano (D’EÇA, 1929, p. 79).

Nos registros daquela viagem, os autores dão ênfase às cruces que encontram pelo caminho e fazem generalizações como se todos os habitantes daquela zona fronteira fossem bandidos à espreita de alguma vítima que por ali passasse. Costa (1931) dedica um capítulo de seu livro sobre “*o banditismo no sertão*”, no qual narra os crimes entre duas famílias de Campo Erê: os Lara e os Cabral. Essas duas famílias, unidas por laços de parentesco de fato marcaram história na zona fronteira, pois por desentendimentos de terras e questões de honra passaram a se matar entre si. Assim, membros de ambas as famílias, mesmo unidas por laços de sangue, realizavam as famosas “*esperas*” onde cometiam os crimes. Como a família Lara era mais numerosa nessa guerra entre parentes, sobreviveram apenas a viúva e um filho da família Cabral que conseguiram fugir indo se refugiar em *Barracón*, na Argentina. Atendendo a um pedido da viúva que estava enferma, o Presidente Konder visitou-a em *Barracón*, onde ela

¹⁴¹Embora assim no original, o Moraes registra *sedenho*.

relatou sua “*odysséa de sofrimento e sua sede de justiça*” e expressou seu desejo de retornar a sua terra, pois “*queria morrer em sua Pátria*”. Queria “*que seu filho*”, o único que restara, “*pudesse trabalhar na terra que lhe deixara o pae*”, (COSTA, 1931, p. 60-62).

Ouvindo os relatos sobre aquela “guerra” de parentes e outros crimes que por lá ocorriam como em qualquer outro lugar, D’Eça, (1929, p. 97) registrou a seguinte nota: “[...], *nestes rincões inçados de cruces e sepulturas, de ermos desolados, feitos para as esperas sinistras [...], cada recanto evoca um pescoço sangrando [...]*”. Na visão do autor, assim como de toda a comitiva, a zona fronteira era “*um valhacouto de bandidos*”. Pode-se pensar que a floresta de Robin Hood na velha Inglaterra não chega aos pés da imagem dessa zona fronteira evidenciada pelos autores, mas remete àquela dos filmes americanos do *far-west*, onde as mensagens são claras: indígenas eram os “bandidos”, e colonizadores os “mocinhos”, imagem criada para “justificar” o extermínio dos indígenas norte-americanos e assim dar lugar aos “bons e bravos” colonos. No caso dessa fronteira a imagem forjada também era clara: era preciso nacionalizar aquela zona com descendentes de migrantes europeus e vencer o caos instalado pelo “banditismo”, excluir da terra os não trabalhadores e dar passagem a elementos “trabalhadores” que levariam a prosperidade e a riqueza àquela zona, como declara Costa (1929, 48),

Quando observamos aquella riqueza immensa e morta por falta de vivicação da intelligencia e do trabalho do homem, [...], comparávamos aquelle scenario e as recompensas que elle encerra ao que se vê em magníficas pelliculas cinematographicas americanas, sobre os thesouros do mesmo Oeste daquelle grande país, formulas admiráveis de propaganda em favor do trabalho dos campos e da possibilidade que o homem tem de fazer fortuna pessoal e de contribuir para a grandeza de sua patria, atirando-se com coragem e decisão à exploração das enormes reservas que temos, adormecidas pelo interior do Brasil. Que os jovens façam guerra ao urbanismo [...] e arrojem-se para o hinterland.

Para reforçar a imagem de que a zona fronteira era terra de ninguém, Boiteux (1931, p. 25) cita fielmente uma frase do Presidente Konder proferida num discurso em seu retorno à Capital

‘aquella região dá a impressão de que é de quem ali primeiro chega’. E nas palavras do autor:

[...]. Região inculta e desconhecida que banhada pelos rios Uruguai, Peperý-guassú e Chapecó, é como uma nova Canaan, convida assegurando remuneradores resultados, a cooperação da inteligência e do braço do homem disposto a trabalhar (BOITEUX, 1931, p. 7 e 8).

Tal afirmativa pode ser questionada: para quem a região era desconhecida? Quem eram os *cultos* e os *incultos* tão enfatizados nos escritos de Boiteux, D’Eça e Costa? A partir de que olhar podem ser empregados os conceitos *civilizados* e *incivilizados* ou de *trabalhador* e *não trabalhador*? As respostas merecem reflexão, mas nos escritos da viagem de 1929, fica bastante óbvio, assim como é óbvio o completo silêncio sobre os direitos da população que vivia na zona fronteira, à margem de quaisquer políticas do Estado e da Nação. Nos escritos da viagem constata-se também a ênfase dada aos momentos de civismo à pátria, da comoção diante da entoação do Hino Nacional, de momentos de orações para invocar ao bom Deus que os guardasse de perigos em nome da pátria e do civismo brasileiro.

Porém, aqueles sentimentos tão “nobres” e aquele nacionalismo divulgado pela “Bandeira da Brasilidade” caem por terra, quando tecem comparações racistas entre grupos étnico-culturais e com isso forjam a imagem de terra de ninguém ou *valhacouto de bandidos*, levando a crer que aqueles fronteirios não eram brasileiros. A intenção é clara: aquela zona fronteira era, na visão da comitiva, uma “Canaan” rica em possibilidades, mas que precisava apenas de braços “trabalhadores” para levar ali o progresso e construir riquezas. Esses braços seriam obviamente dos colonos descendentes de imigrantes europeus, nascidos no Estado vizinho, o Rio Grande do Sul. Como em todos os núcleos, a chegada a Dionísio Cerqueira foi efusiva, com muitos tiros e gritos de “*viva ao Brasil!*”, emitidos pelo Presidente Konder e os integrantes da comitiva, onde aproximadamente duzentos homens montados em mulas e cavalos vieram recepcioná-los. (ver **Figura 20**).

Figura 20 - Chegada do Presidente Konder a Dionísio Cerqueira



Fotos da Viagem de 1929: Arquivo: Museu Municipal de Mondaí

Diferentemente de Mondaí e Itapiranga, a decoração era cercada de pinheiros e erveiras (pés de erva-mate), e as casas eram cinzentas, onde “*tremulam bandeiras argentinas*”. Um fato que logo chamaria a atenção de Konder e sua comitiva foram as diferenças

entre as bandeiras nacionais de Brasil e Argentina. Enquanto a bandeira nacional argentina era esgaçada e quase sem cor devido ao uso diário, a bandeira nacional brasileira era nova, demonstrando não ser usada, pois até aquele momento era desconhecida dos brasileiros, como nota D’Eça (1929, p. 108), num diálogo estabelecido com crianças fronteiriças:

Quando eu voltava de meu primeiro passeio a Barracón, encontrei algumas crianças brasileiras pasmadas para a bandeira nacional, que viera de Buenos Aires! Comovido, perguntei-lhes se não achavam bela a bandeira da Pátria. – Sim – responderam-me. Mas não é de seda. Então um rapazinho trigueiro e de cabelos pretos, com uns olhos em que brilhavam a inteligência e a sagacidade de duas raças, apontando os companheiros, disse: – Eles não conheciam a bandeira do Brasil! [...] a bandeira argentina, da *Escuela 49*, que ele está habituado a ver todos os dias, na sala de aula, é toda da mais pura seda.

Na visão do Presidente Konder e sua comitiva, Dionísio Cerqueira era a área mais desnacionalizada do Estado e da Nação. E, segundo D’Eça (1929, p. 106-107), ninguém se importava com o Laudo Arbitral de Cleveland, os símbolos nacionais do Brasil “*jaziam nos sótãos*” misturados a “*badulaques*”. Ali “*não pode haver maior paradoxo do que a linha divisória entre o Brasil e a Argentina. Virtualmente ela não existe*”, pois o rio Peperi-Guaçu é um “*riachinho de fundo de quintal que mal cobre o bico de um pato*”. Barracón, Barracão e Dionísio Cerqueira são “*uma só e única povoação cortada por um fiapo de água abandonado e que a língua de um cão, bebendo, revolve e turva*”. O autor também dá ênfase às construções a cavalo como, por exemplo, a coletoria estadual implantada pelo Paraná, agora abandonada, porquanto após a definição do limite entre os dois Estados, ela passou ao território catarinense. Aquela construção estava a cavalo sobre o limite, parte dela encontrava-se em território brasileiro e parte em território argentino, assim como o cemitério internacional. “*– Tudo nos une e nada nos separa. - Até mesmo os cemitérios*”. (D’EÇA, 1929, p. 115).

O comércio argentino, que à época, vendia inclusive tecidos de seda e champanhe, foi fator de enorme surpresa para os integrantes da comitiva de Konder, que lamentaram a quase total ausência dele

em lado brasileiro e a venda de produtos argentinos em bodegas brasileiras, como cita Costa (1929, p. 39), “*um kilo de café, vendido em latas com rótulos argentinos, moído em Buenos Aires, um dito de açúcar, uma garrafa de cerveja sendo a única que ali se encontra da fábrica Quilmes, uma caixa de phosphoros*”, tudo vinha da Argentina e era vendido em *pesos* em lado brasileiro. A moeda corrente era a argentina, embora, como já destacamos, as folhas do mate fossem a moeda que mais circulava entre fronteiriços, a língua falada era uma mistura de português e castelhano, predominando o último, e nessas comparações afloram sentimentos de puro nacionalismo e a conotação de ilegalidade, notadamente nas interações transfronteiriças ali presenciadas.

Deste modo, enquanto o lado argentino era ressaltado pela sua organização política e administrativa, sobretudo pela presença da escola, o lado brasileiro era destacado como desnacionalizado ou em vias de se desnacionalizar devido à ausência de tal organização. À exceção da estação telegráfica e do correio em lado paranaense, “*não havia nenhum agente do Governo Federal, nem escola, nem justiça, nem administração, nem organização política. Ali não chega um jornal brasileiro e não se conhecem estampilhas de nosso país*”, (COSTA, 1929, p. 37-38).

Outro fator muito destacado por Costa (1929), Boiteux (1931) e D’Eça (1929) foram as interações transfronteiriças promovidas pelos brasileiros em lado argentino, notadamente as interações nos cartórios de registros de imóveis e de nascimentos, além daquelas estabelecidas na educação. Na visão de Konder e de sua comitiva, aquelas interações, que já ocorriam há mais de vinte anos, eram a prova viva da desnacionalização dos brasileiros: as crianças eram registradas em lado argentino; os contratos de compra e venda de terras eram feitos em cartórios argentinos; como não havia escolas no lado brasileiro, todas as crianças estudavam na Argentina, ou seja, em tudo, todos ali dependiam dos argentinos.

Ao constatarem tal realidade aqueles políticos do poder central do Estado catarinense lamentaram profundamente o doloroso impatriotismo daqueles fronteiriços em lado brasileiro. Num passeio pela fronteira ciceroneado por um paraguaio criado em *Corrientes* e que residia em lado brasileiro ao vislumbrar a saída de crianças da *Escuela 49, de Barracón* (hoje Bernardo de Irigoyen), D’Eça (1929) comenta:

- Como tem alunos aquela escola!
 - São quase todos brasileiros e moram do lado de cá – exclamou o paraguaio.
 - E frequentam a escola argentina?
 - Que fazer? Não temos escolas brasileiras!
 - Assista *usted* um exame na *Escuela 49* – falou-me o amável cavalheiro.
 - Quais os grandes vultos da história de nossa Pátria? – pergunta o professor argentino.
 - San Martín, Sarmiento, Rivadavia, Mitre... – responde, em castelhano, a criança brasileira!
 - Entre todas as bandeiras, qual a mais bela e a mais gloriosa?
 - A argentina, o sagrado pavilhão da minha Pátria! – continua a criança do Brasil.
 - Sabes os nomes de algumas vitórias do Exército argentino?
 -Itusaingo, Monte-Caseros, Tuyuty!
- Para que o comentário? Basta o doloroso registro. (D’Eça, 1929, p. 108-109).

O autor dá muita ênfase aos momentos da recepção oferecida pelos argentinos ao Presidente Konder e sua comitiva em *Barracón*, onde após uma visita à *Escuela Nacional 49* foi oferecida grande churrascada. Ainda segundo D’Eça (1929), a recepção dos argentinos iniciou-se na entrada de *Barracón*, onde comerciantes, autoridades professores e alunos aguardavam a comitiva com as bandeiras das duas nações. Ali as crianças cantaram o Hino Nacional argentino, “*eram quase todas brasileiras aquelas crianças*”. A caminho da *Escuela 49*, “*das varandas enfeitadas, senhoras jogavam flores sobre o Presidente Konder, aplaudiam o cortejo que passava*”. A *Escuela 49* foi enfeitada com uma faixa de boas vindas onde se lia: “*Doctor Adolfo Konder! Bienvenido seás, Mensagero de Paz e de Cultura*”.

No interior da escola “*juntas, presas pelo mesmo nó: as bandeiras do Brasil e da Argentina*” e ali três crianças brasileiras falaram em português, uma em nome da *Escuela 49*, que ofereceu flores ao presidente, outras duas falaram pela infância brasileira, em seguida o Professor Juan Russo fez empolgante saudação à comitiva, e ao final “*o Presidente Konder agradeceu o carinho daquele agasalho da terra amiga*”. Após o churrasco, também oferecido pelos argentinos, a comitiva fez vistas aos marcos de fronteira. Para

o autor, foi assim que “o *Presidente Konder realizou [...] a maior obra de brasilidade desses quarenta anos de República*”. (D’EÇA, 1929, p. 110-115). (ver **Figuras 21 a 24**).

Figura 21 - Recepção argentina ao Presidente Konder em Barracón (hoje Bernardo de Irigoyen)



O Presidente Konder em vista à Escuela Nacional 49 de Barracón



Fotos da Viagem de 1929
Arquivo do Museu Municipal de Mondai

Figura 22 - Vista Parcial de Dionísio Cerqueira e Barracón em 1929



Foto da Viagem de 1929: Arquivo Museu Municipal de Mondai

Figura 23 - Churrasco oferecido pelas autoridades argentinas ao Presidente Konder

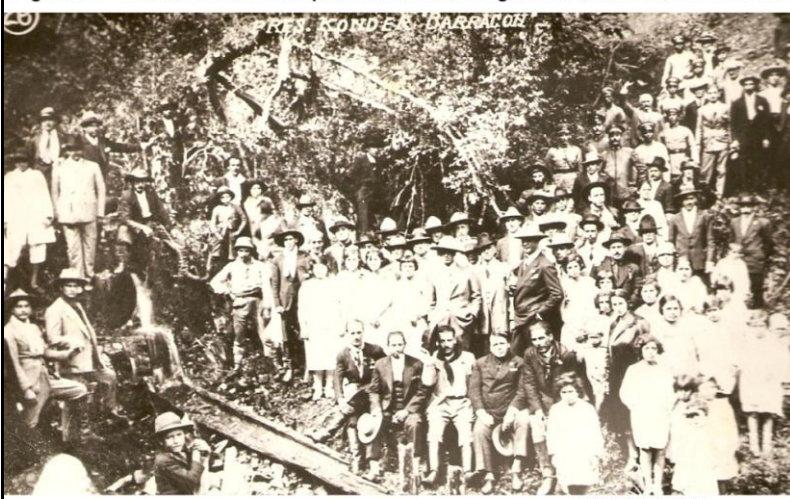


Foto da Viagem de 1929
Arquivo Museu Municipal de Mondai



As narrativas de viagem mostram que a visão de Konder e de sua comitiva sobre as interações transfronteiriças entre Dionísio Cerqueira\Barracão\Barracón (hoje Bernardo de Irigoyen) eram eminentemente político-nacionalista, e àquela época, o próprio conceito de fronteira era visto por esse único viés político. Portanto, era necessário desarticular brasileiros de argentinos, interromper aquelas interações antipatriotas e “ilegais” e fortalecer a identidade nacional. Para tal intento era imprescindível instituir “*uma escola pública, organizar repartições e eleger funcionários destacados para que ali no confronto da fronteira, o sentimento nacional não soffra constrangimento*”, (COSTA, 1929, p. 40). Ao que parece, em Dionísio Cerqueira aquelas ações foram geradas muito mais por um sentimento político-nacionalista ante os argentinos do que um dever do Estado e da Nação. Por isso, encaminhar abertura de estradas e construir uma escola, nomear um delegado e instalar cartório de registro de nascimentos não podem ser tomadas, sob nenhuma hipótese, como um “gesto nobre ou piedoso” do Presidente Konder, até porque, como explicitamos anteriormente, havia outras intenções sobre aquela zona fronteiraça.

Enquanto os autores enfatizam Dionísio Cerqueira como a área mais desnacionalizada ou em vias de se desnacionalizar do Brasil, nas narrativas da viagem de 1929 há um completo silêncio sobre Mondai e Itapiranga, onde a língua falada era a alemã, o ensino nas escolas implantadas pelas colonizadoras era ministrado em língua alemã, e, por conseguinte as crianças aprendiam a ler e

escrever a língua alemã. Aliás, nas escolas o Hino Nacional cantado era o alemão, e ao lado da bandeira nacional brasileira tremulava também a bandeira nacional da Alemanha. Em nenhum momento os autores indicam aqueles elementos como fator de desnacionalização; ao contrário, tecem elogios sobre a organização daquelas “*colmeias admiráveis de trabalho*”, um exemplo a ser seguido. A “obra” de maior sucesso com a passagem do Presidente Konder e sua comitiva pela zona fronteiriça parece ter sido aquela da invenção da imagem de *valhacouto de bandidos*, uma imagem que, sem dúvida alguma, se fortaleceu com as narrativas de viagem publicadas.

Curiosamente aquelas narrativas da viagem silenciaram sobre a condição de muitos elementos refugiados na zona fronteiriça, elementos que eram socialmente marginalizados, inclusive pelos Estados, ao contrário, são classificados como elementos broncos. É natural que entre eles houvesse também elementos considerados “*fora da lei*”, mas isso não nos autoriza a estigmatizar a zona fronteiriça como “*valhacouto de bandidos ou far-west*”, onde dominava o caos, região da pistola, de *gente rude e inculta*, ou ainda de *selvagens* e outros termos pejorativos, imagem que seria também estendida aos vizinhos do nordeste de *Misiones*, notadamente aos departamentos de *Manoel Belgrano* e *San Pedro*. Essa região passou a ser rotulada de “*paradora de bandidos*”,¹⁴² porque dentre os muitos brasileiros que a região argentina acolhia, encontravam-se também elementos que haviam cometido atos ilícitos e até crimes no Brasil.

Na verdade, a zona fronteiriça era *refúgio marginal*, onde elementos socialmente rejeitados foram reagrupando-se por certo tempo, como, por exemplo, no lado brasileiro, que passou a receber fugitivos das revoluções que ocorriam no Rio Grande do Sul, ex-trabalhadores da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, fugitivos da Guerra do Contestado, posseiros e caboclos de vários lugares, dentre outros. Mas, com a entrada de colonizadoras gaúchas, eles foram sendo expulsos das terras que ocupavam, e sem muita opção, muitos acabavam por migrar para a Argentina, onde se apropriavam ilegalmente de pequenas áreas de terras fiscais naquele território. Portanto, o termo *refúgio marginal* se aplica ao conjunto territorial formado pelos dois lados da fronteira, que não deve ser

¹⁴²Entrevista realizada com ex-comerciante de *Bernardo de Irigoyen*, agosto de 2008.

aqui tomado no sentido de *valhacouto de bandidos* ou *região de criminosos*, mas *região de exclusão social*, como quer Claval (2007).

As ações encaminhadas na zona fronteiriça pelo Presidente Konder, não obtiveram êxito, pois no ano seguinte ocorre a Revolução de 1930, movimento revolucionário que repercutiu na região fronteiriça e gerou medo, levando dezenas de famílias brasileiras, especialmente de Clevelândia, a abandonar o território brasileiro e se refugiar na Argentina.¹⁴³ Naquele mesmo ano o Presidente Konder deixa o governo do Estado de Santa Catarina e, entre 1930 e 1945, a administração política do Estado fica sob o comando de governos interventores,¹⁴⁴ e que nenhuma ação de cunho socioeconômico empreendem na zona fronteiriça.

Assim, a abertura de estradas, como aquela de Mondai a Dionísio Cerqueira, iniciada em 1929, foi interrompida e seria concluída somente na década 1950 pelas novas colonizadoras que foram entrando na região. As escolas estaduais na zona fronteiriça começariam a surgir somente em meados dos anos de 1950-1960, do mesmo modo que os serviços de saúde, que trazidos pelo sistema privado graças às associações de colonos e associações religiosas de outros países. Entre 1943 e 1946, as regiões oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná foram desligados de seus respectivos Estados, passando a pertencer ao Território Federal do Iguacu. Além da imagem de *valhacouto de bandidos*, a imagem que também se fortaleceu foi aquela de zona totalmente desnacionalizada do Brasil, contribuindo, em parte, para a criação do Território Federal do Iguacu. Sem dúvida alguma, tal imagem se fortaleceu com a Passagem da Coluna Prestes, seguida da passagem do Presidente Konder e do movimento revolucionário de 1930, cujos atores políticos que por lá passaram divulgaram na escala nacional que a zona fronteiriça compreendida entre Dionísio Cerqueira e Barracão, passando por Santo Antônio do Sudoeste e chegando a Foz do

¹⁴³Movimento político que entre outros fatores teve origem na vitória do candidato do Partido Republicano Paulista, Júlio Prestes, tida como fraudulenta. Serviu de estopim a desencadear a Revolução de 1930, que culminou com Getúlio Vargas assumindo o Governo Provisório da República. Os territórios de Santa Catarina e Paraná foram invadidos por forças compostas por elementos do Exército, Brigada Militar do Rio Grande do Sul e por forças organizadas em batalhões patrióticos. Tal movimento chegou a Porto União, União da Vitória e Mafra, atingindo também Palmas e Clevelândia (PIAZZA e Hübener, 1983, p. 131).

¹⁴⁴ De 1930 a 1945 a administração política do Estado de Santa Catarina fica sob o comando de Assis Brasil, Rui Zaban e Aristiliano Ramos, governos interventores.

Iguaçu, estava completamente desnacionalizada do Brasil. Denunciavam à nação brasileira o estado de abandono social, político e econômico em que se encontrava aquela zona fronteira sob o controle do latifúndio argentino. Havia completa desnacionalização dos brasileiros lá residentes; a língua falada era o guarani ou espanhol; a moeda era o peso argentino, e as poucas autoridades brasileiras eram constantemente acusadas de serem coniventes com os latifundiários argentinos que faziam o contrabando da erva-mate e da madeira brasileira, dentre outros produtos. (WACHOWICZ 1985, FERRARI, 2003).

Obviamente que os sentimentos nacionalistas apregoados pelos olhares fora da escala da zona fronteira não eram apenas para denunciar as políticas centralizadoras do governo nacional, mas também pelos estreitos laços sociais e econômicos que a população brasileira mantinha com argentinos e paraguaios. O que hoje poderia ser tomado como verdadeiro exemplo de integração, era, naquele período, completa desnacionalização, e as alianças sociais e econômicas informais tecidas com os vizinhos eram consideradas contrabando.

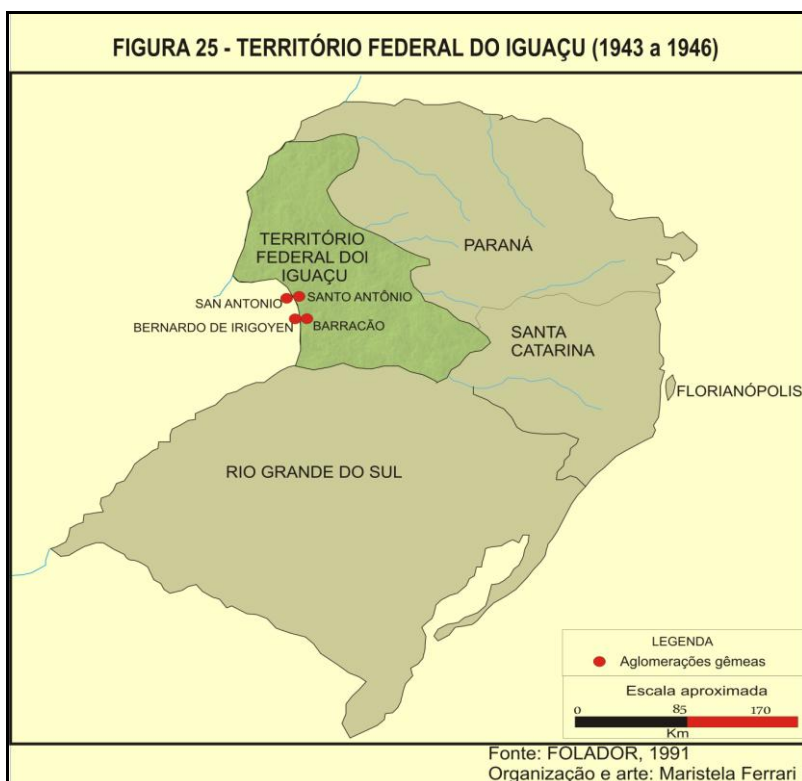
5.4. A criação do Território Federal do Iguaçu

Sem entrar em detalhes, a criação do Território Federal do Iguaçu¹⁴⁵ era questão que já vinha sendo amplamente discutida no centro de poder político da escala nacional desde 1930. Entretanto, as manifestações iniciais visando a separar as regiões oeste de Santa Catarina e sudoeste e oeste do Paraná para ficarem sob administração e segurança do Governo Federal não obtiveram apoio político nem nas escalas estaduais e nem na escala nacional, e a questão ficou em segundo plano. Em 1933, dois anos depois de Boiteux realizar conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, quando divulgava com sentimentos nacionalistas a completa desnacionalização da zona fronteira a oeste de Santa Catarina, a Comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sugeria a criação de dez territórios federais, dentre eles o do Iguaçu. Mas por vários fatores de ordem política, tal sugestão não foi imediatamente considerada, e como medida provisória, em 1937 o então Presidente

¹⁴⁵ Questão já trabalhada em nosso mestrado.

Getúlio Vargas determinou, pelo artigo 165 da Constituição Federal, a necessidade de uma faixa de fronteira de 150 quilômetros do limite visando à segurança nacional das fronteiras do país com os vizinhos. Esse artigo proibia ali colonização e abertura de estradas na faixa fronteiriça sem prévia autorização do Conselho Superior de Segurança Nacional.

A colonização deveria obedecer à lei regulamentada pelo Presidente da República por meio do Ministério da Agricultura, segundo a qual os colonos deveriam ser brasileiros natos, ou casados com brasileiras, e numa faixa de 30 quilômetros do limite internacional não poderia haver propriedades com mais de 100 hectares de terras, só admitindo a concessão gratuita de propriedades com área inferior a 25 hectares. Em 1943, já no Estado Novo, o Presidente Getúlio Vargas instituiu vários Territórios Federais, dentre os quais o do Iguaçu, (**Figura 25**).



No mesmo período Vargas lançou um projeto para colonizar as regiões brasileiras pouco povoadas, especialmente o oeste do país, como, por exemplo, o oeste de Santa Catarina, do Paraná e do Amazonas, ou seja, “[...], uma ‘marcha para o oeste’, isto é, uma conquista dos ‘espaços vazios’ [...], e pela primeira vez, o conceito de fronteira foi ampliado além de sua conotação política para uma noção geral de expansão [...]” (MACHADO, 1996, p. 28).

Assim, durante a efêmera existência do Território Federal do Iguaçú (1943-1946), cuja capital era Laranjeiras do Sul (PR), poucas ações de cunho socioeconômicas foram empreendidas, pois além de sua curta existência, o território era constituído por uma área de aproximadamente 47.154 km² e praticamente sem comunicação nem estradas que facilitassem o acesso entre a Capital e os seus demais núcleos populacionais. Além do que, os coronéis que assumiram o Governo do Território Federal do Iguaçú, primeiro Garcez do Nascimento e depois Frederico Trota, desconheciam a realidade e as necessidades socioeconômicas da população espalhada entre oeste de Santa Catarina e o sudoeste e o oeste do Paraná. (WACHOWICZ, 1985 e FOLADOR, 1991).

Para se ter uma ideia, em 1944 um médico gaúcho recém-chegado a São Miguel d’Oeste (SC), contratado pela colonizadora Barth Annoni, em viagem à capital do Território Federal do Iguaçú pernoitou em Mangueirinha, quando foi chamado para visitar uma jovem que vinha sentindo fortes dores abdominais. Ao constatar que se tratava de apendicite aguda, e como não havia qualquer recurso médico-hospitalar em Mangueirinha nem a quilômetros dali, para não deixar a paciente agonizando até a morte, fez uma intervenção cirúrgica na jovem com auxílio de utensílios de cozinha e usando como mesa cirúrgica uma mesa de carrear porcos. A intervenção cirúrgica ocorreu à noite, e como não havia energia elétrica, vários homens da vila auxiliaram o médico por mais de duas horas segurando velas e lanternas para iluminar o ambiente e auxiliar o trabalho do médico. Aquela foi a primeira cirurgia realizada em Mangueirinha, que, a exemplo de outras localidades, continuava desamparada de quaisquer políticas públicas. (BARTEL, 2004).

Mesmo sob a intervenção do Governo Federal, o exemplo é prova do estado de abandono em que se encontrava a região, praticamente sem políticas públicas, notadamente para os problemas mais gritantes, como, por exemplo, os da educação, saúde, habitação

e saneamento. Segundo consta, as administrações políticas dos governos do Território Federal do Iguaçu, diante de uma realidade tão gritante, eram flexíveis nas interações transfronteiriças, permitindo alianças econômicas informais com os argentinos. Portanto, as interações entre brasileiros, argentinos e paraguaios não foram interrompidas, ao contrário, se fortaleceram. Segundo Wachowicz (1985) e Folador (1991), naquele período aumentou consideravelmente o contrabando da madeira e de pneus que saíam ilegalmente do Brasil para a Argentina, notadamente via Foz do Iguaçu, Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste.

No que concerne à zona fronteira, a pesquisa de campo mostrou que não houve implantação de políticas públicas de qualquer natureza, apesar das tentativas, como, por exemplo, em São Miguel d'Oeste, onde o administrador da Barth Annoni, Olímpio Dal Magro, solicitou a abertura de uma escola federal, que foi aprovada no Governo de Frederico Trota, mas quando estava em vias de ser construída, em 1946, por pressões políticas de Santa Catarina e do Paraná, o Território Federal do Iguaçu foi extinto e a implantação da escola não se concretizou, fato do qual antigos moradores ainda se ressentem. Durante a efêmera existência do Território Federal do Iguaçu, a “obra” mais lembrada pelos fronteirizos de Barracão e Dionísio Cerqueira foi da junção daqueles aglomerados geminados, que se tornaram novamente um só, sob o nome de Barracão do Território Federal do Iguaçu, como era antes do litígio entre Brasil e Argentina e Paraná e Santa Catarina.

É importante lembrar que a instituição do Território Federal do Iguaçu deu origem a uma nova cartografia da região: novos mapas foram produzidos, e tanto o Estado do Paraná quanto o Estado de Santa Catarina, que por longos anos haviam brigado por aquelas terras, deixaram de ser limítrofes com a Argentina, pois a instituição daquele território estabeleceu novo traçado linear. Em outras palavras, a fronteira-linear traçada entre Paraná e Santa Catarina deixou de existir e só seria restabelecida novamente em 1946, com a extinção do Território Federal do Iguaçu.

A extinção política daquele território, que fora criado, em parte, com o objetivo de nacionalizar a região fronteira brasileira, à época considerada totalmente desnacionalizada e sob influência econômica e social dos argentinos, foi contra a vontade de seus habitantes. A proximidade da sede do governo em Laranjeira do Sul,

capital do Território Federal do Iguçu, fazia com que a população percebesse o governo mais próximo e mais receptivo a suas reivindicações, ainda que não fosse exatamente assim.¹⁴⁶ Por isso, descontentes com o fim daquele território, lideranças políticas que lá despontavam passaram a mobilizar forças para a criação de um novo estado, o do Iguçu, que inclusive tinha seus limites territoriais representados em mapas, com números populacionais e densidade demográfica, (ver **Figura 26**). Sua área territorial reivindicada era de 68.000 km² e compreendia praticamente a mesma área do Território Federal do Iguçu. Aquele movimento chegaria até os anos de 1990, fortalecendo-se em diversos momentos.



Um dos motivos alegados, dentre outros, para a criação do novo Estado, era o descaso político e econômico dos governos

¹⁴⁶Questões já trabalhadas em nossa dissertação de mestrado: *Conflitos e povoamento na zona de fronteira internacional Brasil/Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG.)*, UFSC, 2003.

estaduais em relação à região, sobretudo na divisão de recursos financeiros, historicamente considerada desigual em relação a outras regiões centrais, além da total ausência de políticas públicas. Os participantes do movimento alegavam que os impostos lá arrecadados sempre foram desviados para investimentos fora da região, que carecia de recursos para educação, saúde, comunicação e demais serviços públicos, daí a reivindicação do novo Estado. Entretanto, ainda que o discurso favorável à criação do novo Estado tivesse alguns fundamentos, notadamente na questão do descaso socioeconômico e político que a região sofria, é possível que por trás daquela aparente reivindicação houvesse outros interesses políticos e econômicos, sobretudo se considerarmos que o movimento pró-Estado do Iguazu despontava com mais ênfase justamente em meados da década de 1940, quando grandes companhias imobiliárias se valiam de processo fraudulento para se apossarem de vastas áreas de terras cobertas de árvores como o pinheiro-do-paraná, madeira altamente valorizada, sobretudo no mercado internacional.

Como veremos no próximo capítulo, após a extinção do Território Federal do Iguazu as colonizadoras gaúchas dão prosseguimento à inserção de colonos naquela zona fronteira, uma colonização que se fazia da maneira mais agressiva possível, pois colonizadoras e colonos fizeram literalmente uma limpeza das matas nativas daquelas regiões, que ainda eram consideradas áreas de “sertão”. Portanto, é a partir de 1946 que se observam maiores transformações na zona fronteira, principalmente no lado brasileiro, quando a mata nativa, com séculos de existência, em menos de trinta anos seria totalmente extinta, deixando a região de ser vista como área de sertão para se tornar de agricultura familiar, pois passou a receber contínuas levas de colonos descendentes de migrantes europeus oriundos do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir das décadas de 1950 e 1960, com as emancipações político-administrativas, novos municípios emergem naquela zona fronteira e os aglomerados geminados seriam elevados à categoria de cidades. Assim, nova ordem político-econômica e social vai se estabelecer na zona fronteira e, ao lado de antigas interações transfronteiriças, novas se estabelecem, atingindo também outras escalas. É interessante notar que no lado argentino, na mesma data em que foi extinto o Território Federal do Iguazu, o general e Ministro de Guerra Juan Domingo Perón, que acabara de assumir a

presidência da Argentina (1946-1955), querendo fortalecer a proteção aduaneira, envia para lá um regimento de segurança nacional, a Gendarmería Nacional Argentina (GNA), um braço do Exército Nacional que no início do governo de Perón foi habilitado para fazer o controle fiscal, aduaneiro e migratório das fronteiras. (FERRARI, 2003). No lado brasileiro, a presença do Estado nacional era ainda extremamente apagada em comparação com o lado argentino. Assim, a zona fronteira passa a receber novos atores públicos e privados, colocando em relação um jogo de forças e interesses no contexto socioeconômico e político entre escalas nacionais e locais.

6 - INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS MATERIAIS E IMATERIAIS A PARTIR DO CICLO ECONÔMICO DA MADEIRA: ATORES, ESCALAS E ESTRATÉGIAS

6.1. Introdução

Com o declínio do ciclo econômico da erva-mate, novas atividades econômicas se estabelecem e fortalecem antigas e novas interações transfronteiriças. Neste capítulo nosso objetivo é construir um quadro de referências que permita compreender tanto a natureza das interações quanto as escalas em que se desenham e os atores que as mobilizam. Mas antes de adentrarmos propriamente a questão, faremos uma breve análise do contexto da colonização agrícola no lado brasileiro, sobretudo após 1946 quando se intensificou. Em seguida analisaremos as interações transfronteiriças materiais e imateriais que foram sendo tecidas no conjunto socioterritorial da zona fronteiriça.

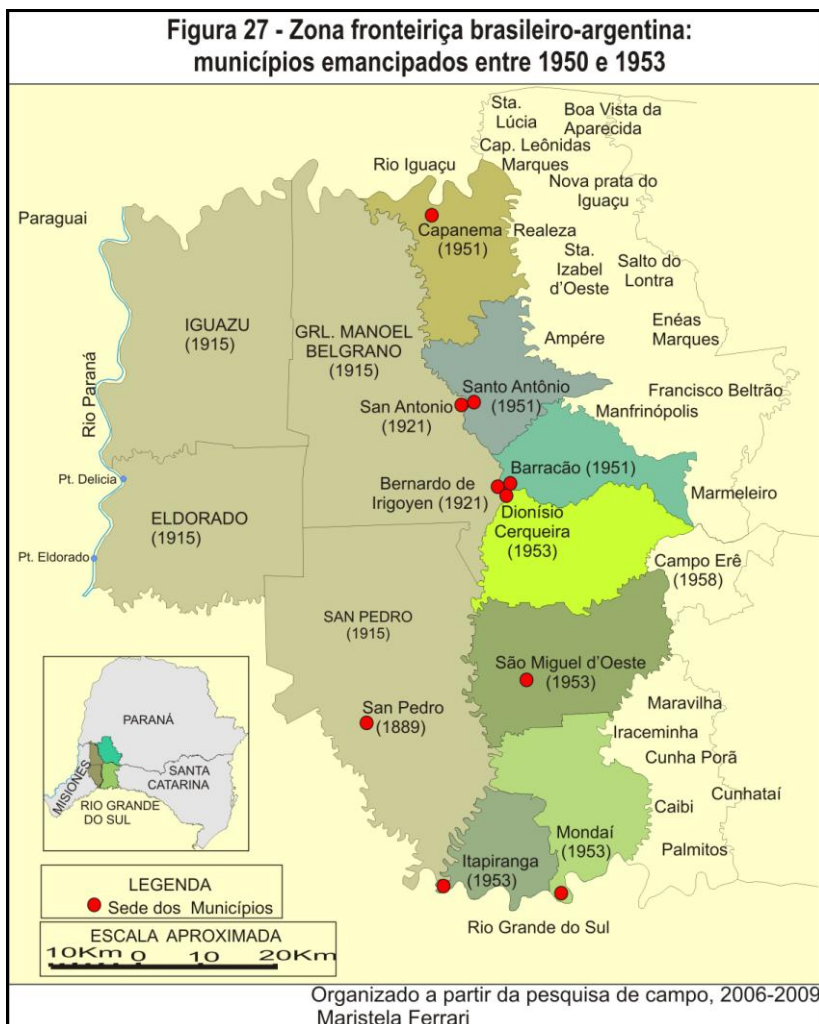
6.2. Breve contexto da colonização agrícola no lado brasileiro

Se até por volta de 1930 a erva-mate era uma das principais atividades econômicas, a partir daquela data aquele processo passa por profundas mudanças e com elas antigas e novas interações transfronteiriças se intensificam e se emaranham. Vários fatores de ordem político-econômica e social contribuiriam para que tais mudanças ocorressem no conjunto da zona fronteiriça, dentre os quais se destacam: a retirada do principal mercado comprador da erva-mate brasileira, pois àquela época a Argentina já se tornara grande produtora, não mais necessitando importar a erva-mate brasileira, fato que é, em parte, creditado à visão dos ervateiros argentinos, que durante todo o ciclo da erva-mate colhiam as sementes das erva-mates brasileiras plantando-as em solo argentino, notadamente em *Misiones*; no mesmo período, valoriza-se a madeira brasileira, sobretudo no mercado externo do país, ocorrendo também a intensificação do processo de colonização agrícola no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Portanto, nova ordem socioeconômica e política se estabelece e deflagra significativas mudanças, tanto na geografia política quanto na geografia social e cultural do conjunto socioterritorial da zona fronteiriça.

A própria ocupação do espaço, com novos elementos socioculturais e identitários, seria diferente da anterior, marcando profundamente aquele espaço, especialmente após a extinção do Território Federal do Iguazu (1946), quando ocorre verdadeira marcha de colonos oriundos do Rio Grande do Sul em direção ao extremo oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Com a aquisição de pequenas propriedades, os colonos foram implantando a cultura agrícola, um sistema produtivo como praticavam no Rio Grande do Sul: de forma intensiva e com profunda agressão ao solo. Em decorrência da intensificação da colonização agrícola, novos aglomerados e vilas foram rapidamente surgindo e foram sendo equipados com objetos fixos, como madeireiras, serrarias, laminadoras, casas de comércio e moinhos, entre outros. E a partir dessas condições, muitos aglomerados foram reivindicando sua autonomia política, dando origem a novos municípios. Para se ter uma ideia, entre 1951 e 1953, sete grandes municípios foram criados, todos situados na confluência do limite internacional brasileiro-argentino, (ver **Figura 27**). No extremo oeste de Santa Catarina os municípios se emanciparam de Chapecó, enquanto no extremo sudoeste do Paraná os municípios foram emancipados de Clevelândia.

Nas décadas seguintes aqueles municípios dariam origem a novas emancipações político-territoriais, mas é particularmente interessante observar que, no centro da zona fronteira, os aglomerados geminados, surgidos no período da erva-mate, se tornariam sedes municipais como Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, o que leva a pensar que foi uma escolha racional dos fronteirizos, pois aqueles aglomerados já possuíam condições portuárias e mantinham interações diversas entre os dois lados do limite. Além disso, *San Pedro*, que até então mantinha interações com Campo Erê, passa a interagir com São Miguel d'Oeste. Portanto, a geografia política também foi mudando, notadamente em lado brasileiro, onde novos limites iam sendo rapidamente traçados na medida em que iam surgindo novos municípios. A maioria das sedes daqueles novos municípios eram, segundo a pesquisa de campo, insignificantes aglomerados com população inferior a dois mil habitantes e desprovidos de muitos equipamentos, como escolas, hospitais, saneamento básico e demais serviços públicos e privados de uso coletivo. Não havia sequer

estruturas físicas para instalação das administrações públicas e muito menos equipamentos, como mesas, cadeiras e demais materiais de escritório.



Os novos elementos socioculturais que foram acedendo às terras eram, em sua grande maioria, colonos que, ao tomar posse da terra adquirida por meio das colonizadoras, passavam a se dedicar

inteiramente à atividade agrícola. No lado brasileiro, uma afirmativa era recorrente durante toda a pesquisa de campo: o estado de abandono político, econômico e social a que a zona fronteiriça foi submetida, tanto por parte do governo nacional quanto dos governos estaduais. Ao entregar as terras para as colonizadoras, portanto em mãos da iniciativa privada, os governos estaduais se omitem completamente de políticas públicas, sobretudo nas questões sociais mais gritantes da época, como meios de transporte, estradas, energia elétrica, saúde, educação e outros. Uma omissão que evidencia que a teoria de pertencimento socioespacial e do direito à cidadania, como dever de um Estado, perdia ali sua operacionalidade. Muitas colonizadoras vendiam aquelas terras aos colonos sob a promessa de abrirem estradas, entretanto na maioria das vezes não cumpriam os acordos e quem acabava abrindo estradas na região eram os próprios colonos, como revela o depoimento do primeiro prefeito de Descanso, Eliseu Oro:

Em muitos municípios daqui da região; as colonizadoras não investiram nenhum centavo, levaram embora o que podia e o que não podia, Descanso é um exemplo disso! No ato da venda, prometiam abrir estradas de acesso às propriedades adquiridas pelos colonos, mas nem isso elas fizeram! Os próprios colonos no muque tiveram que abrir as estradas, porque naquele tempo não tinha máquinas, então era tudo à base da picareta, do picão, do machado e do serrote, [...].¹⁴⁷

À margem de políticas públicas, como as do sistema educacional e de saúde, os próprios colonos passaram a organizar-se para fundar sociedades hospitalares, escolas municipais, construir igrejas e outros equipamentos necessários. Na maioria dos municípios fronteiriços o setor de saúde surge, quando não pelo sistema privado, por meio da organização de pequenas associações beneficentes hospitalares, instituídas graças aos recursos dos próprios municípios e instituições religiosas caritativas, muitas das quais do exterior, portanto sem nenhum auxílio financeiro dos Estados e da União, fato do qual os fronteiriços ainda hoje se ressentem, como se pode notar, em parte, no depoimento do primeiro prefeito de São José do Cedro:

¹⁴⁷Entrevista realizada com Eliseu Oro, em Descanso, julho de 2008.

Falando do Estado de Santa Catarina, quero dizer que os governos nos descobriram muito, mas muito tarde mesmo! Quem construiu tudo aqui, escola, hospital, igreja, estradas fomos nós os moradores. Os governos nunca se interessaram pelo extremo oeste de Santa Catarina e ainda hoje não se interessam, porque estamos aqui no fim do Estado, então nada é pensado pra nós. [...]. Até bem pouco tempo atrás, tínhamos com centro de referência Porto Alegre, porque não tínhamos comunicação com a capital; descaso e falta de interesse político, essa que é a verdade! Nós construímos o hospital do Cedro porque conseguimos uma boa ajuda em dinheiro da Alemanha e o que faltou, os próprios moradores daqui ajudaram. Não lembro quantos mil marco recebemo, mas quem intermediou essa relação foi o Padre Schneider. O hospital é beneficente, está sob administração das Irmãs da Divina Providência, mas não é delas, é uma sociedade hospitalar dos primeiros moradores, o primeiro médico, fomos buscar em Porto Alegre. [...].¹⁴⁸

No extremo oeste catarinense e sudoeste paranaense, frente à quase total ausência de políticas públicas dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, muitos municípios buscavam auxílio no Rio Grande do Sul, de congregações religiosas como Maristas, Lassalistas, Divina Providência e outras, para assumirem ou administrarem os setores da educação e saúde. Aquele quadro de isolamento e abandono dos Estados e da União levou muitos colonos a retornar para o Rio Grande do Sul ou migrar para outras regiões mais prósperas. Porém, as colonizadoras logo encontraram um meio de “fixar” os colonos na região: passaram a vender as terras mediante contrato de pagamento parcelado, condição que forçava muitos colonos a permanecer na região até quitar a dívida da compra da terra. O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de São José do Cedro revela que muitos colonos adquiriram terras na planta, sem saber onde realmente estavam localizadas, e quando iam ocupar a propriedade se davam conta de que tinham sido lesados pelas colonizadoras e que as terras não eram planas como estavam na planta, eram terras acidentadas e difíceis de serem trabalhadas. E

¹⁴⁸Entrevista realizada com o ex-prefeito de São José do Cedro, Irineu Wolksveis, 80 anos de idade, em São José do Cedro, janeiro de 2007.

acrescenta: “*a coisa era séria, a gente até brincava que os caras moravam num perau onde plantavam o milho com espingarda e colhiam no laço [...]*”¹⁴⁹. Ainda segundo esse entrevistado, muitos colonos naquelas condições, anos mais tarde buscariam novas terras em outras regiões, como no Mato Grosso e Paraguai, mas no começo, sem recursos financeiros, não viam outra opção a não ser permanecer na propriedade que haviam comprado a prestação. Outra forma de impulsionar as vendas das terras na zona fronteira e atrair colonos foi valorizar as terras, criando a ilusão de uma região em rápido desenvolvimento socioeconômico, como informa o ex-administrador da Colonizadora Barth Annoni, de São Miguel d’Oeste, que também aplicou tal estratégia de venda aos colonos em boa parte da região compreendida entre São Miguel d’Oeste e Dionísio Cerqueira e Chopinzinho, no Paraná.

[...], quando cheguei aqui, a terra tava de graça! Bom, aí eu adotei a seguinte maneira: vinha o pessoal pra compra e compravam ali uma ou duas colônias de terras, então se comprava uma colônia por dois contos de réis eu em seguida já aumentava um conto a um conto e meio de réis. Daí os colonos que vinham dizia: – poxa, já aumentou tanto! O lugar vai, porque eu comprei um lote por dois e já aumentou pra três contos! – Então, dessa maneira eu incentivava a venda, porque se vendesse sempre a dois contos de réis daí não ia vender e não ia mudar nada, mas se aumentava diziam: – aquilo vai crescer! Foi assim que eu procedi na colonização daqui de São Miguel até Dionísio Cerqueira, Romelândia. Anchieta também eu fiz, mas era tudo São Miguel naquele tempo, depois se desmembraram daqui do município. No Paraná eu colonizei duas mil colônias, ficava em Chopinzinho, só que lá eu não era mais administrador da Barth Annoni, eu era sócio-administrador da colonizadora Pinho e Terras. Lá procedi da mesma maneira. Quando terminei lá em Chopinzinho, me convidaram pra fazer a colonização no Paraguai, mas aí eu disse: não, agora vou trabalhar pra mim [...].¹⁵⁰

Sem aprofundar a atuação das colonizadoras, convém registrar que nesse processo de colonização, indígenas e caboclos posseiros

¹⁴⁹Entrevista realizada com o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de São José do Cedro, em São José do Cedro, janeiro de 2007.

¹⁵⁰Entrevista realizada com Olimpio Dal Magro em São Miguel d’Oeste em janeiro de 2007.

que há décadas viviam na região foram sendo expulsos das terras que ocupavam e, sem outras opções, muitos acabavam migrando para áreas mais afastadas da colonização ou para o nordeste de *Misiones*, onde foram se apropriando ilegalmente de terras fiscais do governo argentino. Como veremos mais adiante, no território vizinho eles dariam prosseguimento às mesmas atividades até então praticadas em lado brasileiro, como, por exemplo, a suinocultura pelo sistema primitivo, a exploração da erva-mate, produção do milho crioulo e outras atividades, um sistema produtivo que até os dias de hoje se diferencia daquele do lado brasileiro. Desse modo, além da omissão dos Estados e da União, tanto em políticas públicas quanto no processo de colonização agrícola, os Estados do Paraná e Santa Catarina permitiram uma série de injustiças sociais, dentre as quais “*o absoluto desprezo pelos direitos dos posseiros. Essa gente passou, mercê da omissão dos governos que tinham o dever de lhes dar proteção, a intrusos em suas próprias terras*”, (PELUSO, 1991, p. 289).

Em todas as colônias agrícolas que iam surgindo os caboclos eram vistos como “*intrusos*” e ainda que tenha havido resistência ao processo de colonização, os conflitos entre colonizadores e posseiros não foram muito frequentes nem significativos, pois “*mesmo quando a posse era legítima, o morador era tentado a vendê-la por preço irrisório, porque ele não estava habituado à transação monetária*”, (PELUSO, 1991, p. 289). Segundo entrevista com o ex-administrador da colonizadora Barth Annoni e sócio-administrador da colonizadora Pinho e Terras, as colonizadoras adotaram a prática de oferecer aos caboclos a compra da terra que ocupavam, mas em casos de recusa elas pagavam aos posseiros apenas o direito das construções, como casa e galpões.

Obviamente que as colonizadoras estavam cientes de que as condições dos posseiros não lhes permitiam comprar a terra. Além disso, muitos desconheciam a própria moeda já que até a década de 1930 a moeda, circulante na zona fronteira eram as folhas da erva-mate. Portanto, sem recursos financeiros e sem a proteção dos Estados, os posseiros viam-se obrigados a se retirar das propriedades que até então ocupavam para dar lugar aos colonos descendentes de migrantes europeus, oriundos de velhas colônias do Rio Grande do Sul. Estranhamente o *uti possidetis*, conceito que legitimava juridicamente o direito da posse da terra a quem a estivesse

ocupando, na zona fronteira, especialmente com a colonização agrícola, perdia totalmente sua operacionalidade. Por esse princípio o Estado nacional brasileiro conquistou o antigo território de Palmas ou *Misiones*, mas não o reconheceu e nem o aplicou na questão dos direitos dos moradores autóctones.

Com a implantação da cultura agrícola, os ervais nativos da região brasileira foram rapidamente desaparecendo, o que ocorre também com as matas nativas com séculos de existência, que em menos de trinta anos deixariam de existir. Tais ações sobre aquele espaço produziram uma paisagem profundamente marcada pela geografia humana e provocaram uma descontinuidade geográfica no conjunto da zona fronteira, não apenas no sistema produtivo pelas culturas agrícolas, mas sobretudo em relação à própria paisagem físico-natural se comparada ao lado argentino, onde ainda hoje remanecem áreas de mata nativa. Frente àquele novo processo em curso, ainda que agricultura fosse importante atividade econômica em desenvolvimento, pode-se dizer que, a exemplo da erva-mate, a exploração dos recursos florestais, fundamentalmente da madeira, tornou-se a principal atividade econômica, gerando lucros mais imediatos do que a atividade agrícola. Embora a madeira se destinasse ao mercado interno do país e também à construção de vilas e colônias que lá iam surgindo, a maior parte dela era destinada ao comércio internacional, sobretudo ao mercado argentino, gerando novas interações transfronteiriças e instituindo novos fixos, como portos de exportação, serrarias e madeireiras no conjunto da zona fronteira brasileiro-argentina.

6.3. O campo de atuação dos fluxos da madeira brasileira para a Argentina

Ainda que no conjunto da zona fronteira a atividade econômica da madeira tenha se intensificado a partir de meados 1940 estendendo-se até 1970, pode-se dizer que essa atividade já vinha sendo praticada em décadas anteriores. As próprias empresas ervateiras já vinham fazendo pequenas explorações da madeira que era exportada para Argentina pelos mesmos circuitos desenhados pelos fluxos da exportação da erva-mate: no centro da zona fronteira, a madeira passava pelos aglomerados geminados de Dionísio Cerqueira\Barracão\ *Bernardo de Irigoyen* e Santo Antônio

do Sudoeste\San Antonio, e de lá era levada até o rio Paraná, aos *puertos Delicia* e *Edorado*, onde os exportadores, utilizando-se de técnicas indígenas, construíam pequenas jangadas ou balsas com a madeira roliça e posteriormente a remetiam pelo rio Paraná até *Posadas*, onde era comercializada.¹⁵¹

A mesma técnica era também utilizada ao sul desse segmento fronteiriço, notadamente em Porto Feliz (atual Mondai) e Porto Novo (hoje Itapiranga), de onde as balsas de madeira eram remetidas pelo rio Uruguai para a Argentina. Portanto, antes mesmo da chegada dos colonos e das colonizadoras, os caboclos que lá viviam já faziam pequenas explorações da madeira, mormente do cedro, espécie muito requisitada pelos compradores argentinos. Para exportar, construíam pequenas jangadas ou balsas com a madeira roliça e posteriormente as remetia para a Argentina pelo rio Uruguai até *Santo Tomé*, *puerto* localizado na Província de *Corrientes*, limítrofe com São Borja, no Rio Grande do Sul, onde a madeira era negociada com os argentinos,¹⁵² mas em atividade ainda insignificante e sem grandes transformações na paisagem físico-natural.

Só a partir de meados de 1940, com a forte presença de colonizadoras e colonos, e a crescente valorização da madeira no mercado internacional, tal atividade se intensifica em todo o oeste de Santa Catarina e sudoeste e oeste do Paraná, regiões ainda ricas em recursos florestais. Aliás, o objetivo das colonizadoras não se resumia meramente à colonização agrícola, mas igualmente explorar os abundantes recursos florestais. Por isso, antes de vender as terras aos colonos, muitas colonizadoras extraíam a madeira, notadamente aquela mais valorizada no mercado argentino, como o pinheiro-do-paraná e o cedro, e posteriormente vendiam a terra aos colonos, porém “*sem pinhal em cima*”. A título de exemplo podemos citar a colonizadora Barth Annoni, que em meados de 1940 já implantara quatro grandes serrarias entre São Miguel d’Oeste e Dionísio Cerqueira, área de sua colonização. Toda produção da madeira de pinho e cedro estava destinada ao mercado argentino, enquanto outros tipos de madeira de lei destinavam-se tanto ao consumo da região quanto ao Rio Grande do Sul.

¹⁵¹Entrevista realizada com Raul Lindau em *Dos Hermanas* (Bernardo de Irigoyen), ex-funcionário da companhia ervateira Mateauda, agosto de 2008.

¹⁵²Entrevista realizada com Ernesto Raminger em Mondai, julho de 2008.

[...], eu montei quatro serrarias: uma aqui em São Miguel, uma em São José do Cedro, uma em Guarujá do Sul e outra em Dionísio Cerqueira. A madeira de pinho e cedro eu vendia só pra Argentina, agora outros tipos eu vendia muito pra Santo Ângelo (RS), Cerro Largo (RS) e Alegrete (RS), [...]. A madeira de cedro ia tudo em toras pra Argentina, agora a madeira de pinho era serrada em tabuões de quatro polegadas. Na serraria de Dionísio eu tinha uma serra que chamava Petissa, era mais moderna, serrava oito tábuas por vez, nas outras serrava uma tábua por vez. [...].¹⁵³

Desse modo, as colonizadoras, além de fazer a inserção dos colonos naquela região impulsionaram o desenvolvimento do ciclo econômico madeireiro e com isso foram também implantando novos fixos produtivos, como, por exemplo, serrarias, madeireiras e outros. A partir de 1946, “*com o forte da colonização agrícola começou também a corrida pela madeira, então muitas serrarias foram montadas, mais de 30 a 40 serrarias em cada município aqui do sudoeste do Paraná, [...]*”.¹⁵⁴ O mesmo ocorria no extremo oeste de Santa Catarina (**Figura 28**). A essa época, já se observava também a formação de sociedades entre madeireiros brasileiros e argentinos. A madeireira ARBRA constituiu-se num exemplo: foi montada em 1947 na linha Tateto, município de Barracão, (hoje de Flor da Serra), por uma sociedade composta por brasileiros e argentinos. Aquela madeireira mantinha 360 operários, todos oriundos do Rio Grande do Sul, e produzia mil quinhentos e sessenta tábuas ou caibros por dia. O ex-contador da ARBRA, conta que aquela madeireira “*só trabalhava com pinheiro e exportava tudo pra Argentina*”. Assim como os madeireiros, os trabalhadores também eram, em sua maioria, oriundos do Rio Grande do Sul, porque “*os caboclos não sabiam trabalhar nas serrarias*”. Nesse processo, os caboclos ficavam a margem do sistema produtivo e raramente eram contratados para o trabalho; quando isso acontecia, era em atividades de risco e muito mal remunerados.

¹⁵³Entrevista realizada com Olimpio Dal Magro, de São Miguel d’Oeste, janeiro de 2007.

¹⁵⁴Entrevista realizada com empresário do ramo de transportes de Santo Antônio, agosto de 2008.

Figura 28 - Pequenas serrarias e madeireiras na zona fronteira, 1947



Com a implantação de fixos produtivos e devido à precariedade de estradas e meios de transporte como o caminhão, os

fluxos das interações transfronteiriças inicialmente fluíam pelos mesmos caminhos traçados pelas interações do comércio da erva-mate brasileira para a Argentina. Desse modo, os novos madeireiros foram se apropriando tanto das vias de circulação quanto das técnicas de exportação anteriormente desenvolvidas pelos fronteiriços, como as de longa distância, que se faziam pelos rios Paraná e Uruguai, com jangadas ou balsas. Portanto, ainda que em alguns aspectos colonos e colonizadoras sejam considerados “pioneiros” ou “desbravadores”, pode-se dizer que o conjunto socioterritorial da zona fronteiriça não era espaço virgem, havia lá um conjunto de técnicas e ações, como, por exemplo, as vias de circulação econômica e de comunicação já delineadas sobre aquele espaço. E aquelas vias, embora precárias, favoreceram e estimularam antigas e novas interações transfronteiriças. Segundo a pesquisa de campo, em Mondaí, por exemplo, os novos ocupantes daquele município aprenderam a arte da construção das balsas de madeira e sua exportação pelo rio Uruguai com os caboclos, como indica, em parte, o depoimento abaixo.

As balsas de madeira começaram com aqueles caboclos que moravam ali na boca do Uruguai onde entra o rio das Antas. Isso foi mais ou menos em 1922; depois quando começou a colonização pagaram eles pra ensinar a fazer as balsas [...]. Naquele tempo, as balsas eram relativamente pequenas, e, em cima delas faziam uma pequena casinha para os remadores dormir, porque enquanto uns remavam outros dormiam né. As balsas tinham grandes remos na frente e atrás. Depois, anos mais tarde, as balsas foram sendo construídas bem maiores, mas aí já tinha canoas e lanchas para fazer a condução delas, isso por volta de 1937 e 1940. Começaram a utilizar lanchas porque as balsas eram grandes demais e também porque tinha lugares em que a correnteza levava as balsas pra cima do mato, né, porque no rio tinha várias ilhas, então tinha que desviar das ilhas também, e com a lancha isso ficava mais fácil, com remos e no muque era impossível conduzir as balsas grandes. Sim, quando as balsas eram pequenas não havia problemas, conseguiam chegar até a Argentina remando, mas quando as balsas começaram a ficar grandes, era impossível conduzi-las com remo, [...]. As balsas eram levadas para a Argentina somente quando dava enchente, porque tinha as quedas do *yucumã* no rio Uruguai, então quando o rio estava

baixo, tinha muitas pedras e a balsa quebrava, quando dava enchente tudo deslizava sem problemas. [...].¹⁵⁵

Assim, tanto a construção de balsas quanto a utilização das vias fluviais pelos rios Paraná e Uruguai foi um sistema de técnicas e ações mantidas e aprimoradas pelos novos migrantes, fortalecendo as interações transfronteiriças, notadamente econômico-comerciais que vinham de antes. Pode-se dizer que tanto a técnica da construção de balsas quanto a do uso das vias fluviais foram extremamente importantes para o escoamento da produção madeireira do conjunto da zona fronteiriça, pois à época as estradas e os meios de transportes rodoviários eram ainda muito precários. Os rios Paraná e Uruguai tornaram-se importantes vias de circulação aos fluxos das interações transfronteiriças, principalmente a partir da década de 1940-1950, quando o comércio da madeira brasileira se intensificou com os argentinos e, a exemplo da erva-mate, a Argentina tornou-se o principal mercado comprador da madeira brasileira.

Desse modo, novos fixos foram sendo implantados, notadamente ligados ao desenvolvimento da economia madeireira, como, por exemplo, os portos fluviais e estradas de rodagem que lhes davam acesso. No entanto, é preciso lembrar que entre aqueles rios existiam diferenças significativas, diferenças que, de certa forma, influenciaram tanto na densidade quanto na frequência das interações transfronteiriças materiais e imateriais no conjunto da zona fronteiriça e até mesmo na capacidade de promover novas interações. Enquanto o rio Paraná oferecia condições de navegabilidade, favorecendo a frequência dos fluxos transfronteiriços de importação\exportação, o rio Uruguai dependia fundamentalmente de enchentes ou cheias para o transporte das balsas de madeira. Por conseguinte, os fluxos de exportação da madeira pelo rio Uruguai eram sazonais: ocorriam duas a três vezes ao ano, mas só se ocorresse a enchente; caso contrário, a madeira ficava estacionada e não podia ser exportada para a Argentina. Assim, após o corte das árvores, os troncos eram levados de arrasto pelos bois até as barrancas do rio Uruguai, por exemplo, onde os balseiros davam início à construção das balsas. O mesmo ocorria com a madeira serrada em tábuas ou caibros que era levada das serrarias em

¹⁵⁵Entrevista realizada com Ernesto Raminger de Mondaj, julho de 2008.

carroças puxadas por bois até o rio. Segundo Folador (1991, p. 47), as balsas eram formadas por:

[...] dez a doze pelotões de madeira roliça (de lei) ou serrada (de pinho). Cada pelotão, por sua vez, compunha-se de nove a dez toras ou onze molhos de tábuas amarradas num só feixe. Os pelotões eram colocados em fila e amarrados uns aos outros com fortes e bem trabalhados cordões de cipó, em três pontos, nas extremidades e no meio. Estava formada a balsa.

Feito isso era só aguardar as chuvas para encher o rio Uruguai, normalmente entre os meses de maio e setembro, quando então as balsas eram largadas rio abaixo para os pontos de venda aos argentinos na Província de *Corrientes*. Essa rede fluvial, no curso do rio Uruguai, partia dos portos fluviais de Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Caxambu do Sul e Goio-En (Chapécó), municípios situados na barranca do rio Uruguai, verdadeiros pontos nodais ligados aos *puertos* argentinos de *Santo Tomé*, *Alvear* e *Pasos de los Libres*, na Província de *Corrientes*, limítrofes aos portos de São Borja, Itaqui e Uruguaiana, respectivamente, no Estado do Rio Grande do Sul. Já pelo rio Paraná as balsas de madeira eram normalmente levadas a Posadas e de lá remetidas posteriormente a Buenos Aires, (ver **Figuras 29 a 32**).

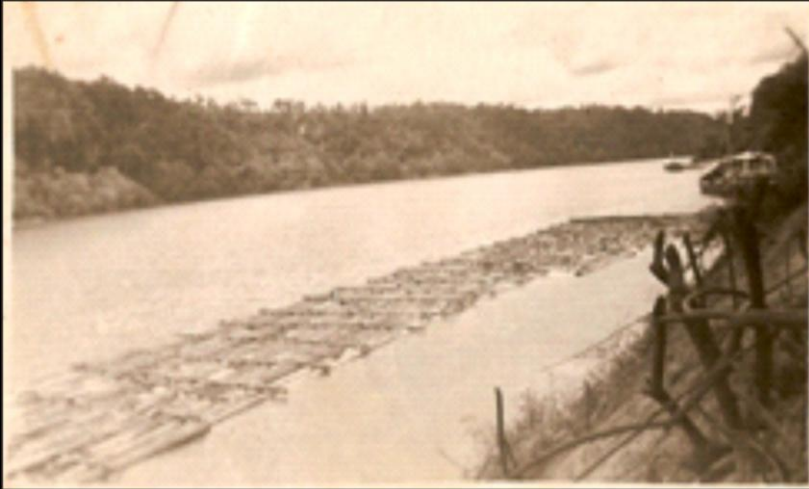
Enquanto o percurso percorrido por balsas e balseiros pelo rio Paraná até Posadas era de aproximadamente 330 quilômetros e sem grandes perigos, no extremo oeste de Santa Catarina, para chegar aos portos argentinos na Província de *Corrientes*, os balseiros inicialmente conduziam as balsas com remos num trajeto de aproximadamente 500 quilômetros e levavam em média cinco dias e cinco noites, sob chuvas torrenciais e relâmpagos, passando por remansos e corredeiras, uma verdadeira proeza que fez história no oeste e no extremo oeste de Santa Catarina, onde a vida dos condutores das balsas nem sempre era garantida. Por isso, muitos balseiros, antes da viagem, se despediam da família, já prevendo incidentes no percurso. (FOLADOR, 1991; BELLANI, 1995).

Embora não apresentasse fluxos contínuos, pois dependia das chuvas para as cheias ou enchente no rio Uruguai, essa rede de interações transfronteiriças por meio do transporte fluvial foi de certa forma importante ao pequeno desenvolvimento econômico de parte do extremo oeste catarinense. O mesmo ocorria em partes do

sudoeste paranaense, que embora tivesse fluxos mais contínuos, pois enviava a madeira para a Argentina via o rio Paraná, favoreceu o pequeno desenvolvimento econômico daquela região. Na verdade, naquele período a zona fronteiriça brasileira era praticamente uma extensão econômica da Argentina: economicamente estava muito mais ligada à Argentina do que ao Brasil.



Figura 30 - Balsa de madeira sobre o rio Paraná, 1930



Segundo dados da Prefeitura de Santo Antônio do Sudoeste (PR) a foto data de 1930
 Fonte: Secretaria da Cultura de Santo Antônio do Sudoeste, 2008

Figura 31 - Balsas de madeira sobre o Rio Uruguai, 1940



*Balsa-fabrt made 3. Tomé - Argentina
 1940*



Largada das Balsas em Mondai: destino Santo Tomé - Corriente (ARG.)

Fonte: arquivo particular de Ernesto Raminger, 2008



Diante da crescente valorização da madeira no mercado internacional, especialmente do pinheiro-do-paraná e do cedro, os fixos, como madeireiras e serrarias iam se multiplicando dia a dia e com elas o aumento dos fluxos das interações econômicas transfronteiriças via rios Paraná e Uruguai. Contudo, entre 1944 e 1946 as fracas chuvas no oeste e no extremo oeste catarinense não contribuíram para as enchentes do rio Uruguai rompendo os fluxos da madeira remetida para a Argentina por balsas. Dada a grande quantidade de madeira destinada a exportação e diante da ausência de cheias no Uruguai, os madeireiros começaram a buscar outras saídas para viabilizar o escoamento de sua produção. Uma delas foi dotar o conjunto da zona fronteiriça com infraestruturas fixas e móveis abrindo estradas e inserindo o caminhão como meio de transporte. Desse modo, antigas picadas cortando a mata foram dando lugar a estradas de rodagem no conjunto da zona fronteiriça, estradas abertas e mantidas pelas colonizadoras e pelos madeireiros.

A título de exemplo, podemos citar a conclusão do trecho da estrada de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira (hoje BR 163), ligando-as a Mondai (hoje BR 386). Convém lembrar que a construção dessa estrada ligando Mondai a Dionísio Cerqueira havia sido aprovada em abril de 1929, quando da passagem do Presidente

Adolfo Konder pela região, mas a obra só seria concluída em 1944, pela colonizadora Barth Annoni, de São Miguel d'Oeste, e sua pavimentação asfáltica ocorreria somente em meados de 1980, o que nos dá uma ideia do descaso do Estado catarinense sobre aquele segmento fronteiro. Com a conclusão daquele trecho da estrada e a inserção de caminhões na zona fronteira, boa parte da madeira produzida em São Miguel d'Oeste passou a ser exportada para a Argentina via Dionísio Cerqueira-*Bernardo de Irigoyen*, de onde a madeira seguia posteriormente pela *ruta* provincial 17 até *puerto Eldorado*, no rio Paraná, onde seguia pelo rio Paraná até *Posadas* ou *Buenos Aires*.

Em 1947, buscando acelerar a exportação da madeira, Olímpio Dal Magro, administrador da Barth Annoni, já com estreitas relações socioeconômicas com grupos de empresários argentinos que compravam a madeira brasileira, cria um ponto de exportação em *puerto Delicia* na margem do rio Paraná. Entretanto, a estrada que ligava Bernardo de Irigoyen a *puerto Delicia* tinha apenas 69 quilômetros transitáveis por caminhões, o restante se resumia a uma picada transitável apenas por carroças, bois e mulas. Diante de tal situação, ele vai a *Posadas* e conquista o aval do governo de *Misiones* para dar continuidade à abertura da estrada Bernardo de Irigoyen a *puerto Delicia*. Portanto, dos 149 quilômetros daquela estrada (hoje *ruta* provincial 18), 80 quilômetros foram abertos pela colonizadora brasileira Barth Annoni, com o apoio de empresários argentinos e inclusive da Gendarmería Nacional argentina. No mesmo ano o administrador da Barth Annoni abriria outro ponto de exportação em Foz do Iguaçu, onde o rio Iguaçu desemboca no rio Paraná.

A velha rivalidade entre os poderes centrais do Brasil e da Argentina não impediu que, no conjunto da zona fronteira, grupos de poder se unissem por interesses econômicos comuns. Numa situação econômica de isolamento e na insuficiência de regulação e controle de ambos os Estados nacionais, as articulações transfronteiriças e interesses locais e regionais se sobrepunham aos nacionais, não levando em conta normas nem ideologias político-territoriais de cada Estado nacional. Em 1954, na condição de primeiro prefeito de São Miguel d'Oeste, o ex-administrador Barth Annoni inicia a construção da estrada de São Miguel d'Oeste a Paraíso, trecho hoje incorporado à BR 282, que se liga a *San Pedro*

na Argentina pela *ruta provincial 22*. Já no lado argentino, vinte quilômetros da *ruta provincial 22* foram abertos pelo brasileiro Pedro Pan, madeireiro residente no departamento de *San Pedro*, o que não mostra apenas as articulações entre atores fronteiriços, mas também a criação de condições para a circulação dos fluxos de interações transfronteiriças socioeconômicas entre atores do conjunto da zona fronteiriça. Nas palavras do entrevistado:

[...] conseguimos a licença na Argentina e abrimo 80 quilômetro de estrada no mato pra chegá a Delicia. Em Delicia montamo exportação da madeira por balsa. Ia pelo rio Paranazão, ali não precisava de enchente. Depois abrimo também exportação na Foz do Iguazu. Na Foz, abrimo a estrada que fica na barra do Iguazu com o Paranazão. Ali não dependia de enchente: quando a balsa tava pronta, ia embora, [...]. Em 1954 eu fui eleito o primeiro prefeito de São Miguel, [...], *San Pedro* com São Miguel, também tinha comércio, era que nem em Dionísio, só que era tudo a cavalo, porque estrada não tinha, né? Aí eu consegui com um amigo meu de lá, ele era brasileiro, Pedro Pan, ele tinha serraria pra lá do Peperi, 20 quilômetro pra dentro na Argentina, então ele abriu a estrada até o rio e eu como prefeito abri a estrada daqui até o Peperi daí deu trânsito melhor [...].¹⁵⁶

Enquanto o transporte das balsas de madeira pelo rio Uruguai vigorou até o final de 1960 e começo de 1970, no rio Paraná as balsas foram desaparecendo já no começo de 1950, pois desde 1946 e 1947 vinham cedendo lugar aos barcos argentinos que faziam os fretes do transporte da madeira.¹⁵⁷ É interessante notar que as interações transfronteiriças entre o centro e o sul da zona fronteiriça apresentavam diferenças não apenas na frequência, mas também na capacidade de promover outras interações. Por exemplo: pelo rio Paraná, os barcos argentinos que levavam a madeira até *Posadas* ou *Buenos Aires*, ao retornar traziam todo tipo de mercadorias e produtos de consumo corrente, abastecendo o pequeno comércio do centro da zona fronteiriça, onde comerciantes de *Bernardo de Irigoyen*, *San Antônio* e *San Pedro* se encarregavam posteriormente de redistribuir-los e recomercializá-los em todo conjunto da zona fronteiriça, inclusive em boa parte da escala regional brasileira do

¹⁵⁶Entrevista realizada com Olímpio Dal Magro, em São Miguel d'Oeste, janeiro de 2007.

¹⁵⁷Entrevista realizada com Olímpio Dal Magro, em São Miguel d'Oeste, janeiro de 2007.

oeste de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná, gerando densas interações transfronteiriças e grande mobilidade populacional, o que não ocorria no sul da zona fronteira.

Devido às condições do rio Uruguai, além de ser sazonal, a exportação da madeira aos *puertos correntinos* não motivou outras interações econômicas como notado no centro da zona fronteira, pois os balseiros de Itapiranga e Mondaí, por exemplo, após a venda da madeira, retornavam dos puertos argentinos de carona, em caminhões ou ônibus, e mesmo quando passaram a utilizar lanchas motorizadas para conduzir as balsas, tornava-se impossível trazer gêneros alimentícios e outros produtos de consumo corrente da Argentina, pela impossibilidade de guiar as lanchas contra a correnteza do rio Uruguai. Além disso, havia as quedas do *yucumã*, que também inviabilizavam o retorno das lanchas pelo rio, mesmo estando vazias. Ernesto Raminger, de Mondaí, irmão de um balseiro, relata:

[...] quando as lanchas começaram a ser usadas pra condução das balsas, na volta elas eram arrastadas pelo mato, porque era muito difícil as lanchas subir contra a correnteza do rio [...], depois um caminhão passou a trazer as lanchas de volta. Meu irmão começou a ser balseiro em 1935 e foi até o começo de 1960. Ser balseiro era ter uma profissão, mas nem sempre tinham serviços pra eles, porque as balsas eram levadas só quando dava enchente [...].¹⁵⁸

Com a abertura de novas vias de circulação e a inserção de caminhões de carga, a geografia dos transportes foi dando condições de acelerar a exportação da madeira, notadamente pelo centro da zona fronteira, intensificando a frequência das interações transfronteiriças mais econômicas. Desse modo, a madeira brasileira passou a ser remetida para a Argentina também com caminhões, pelas rodovias que lá iam sendo abertas. Enquanto os brasileiros inicialmente foram inserindo os caminhões F29 e F46, os primeiros movidos ainda a gasogênio, os caminhões argentinos eram os F900, “*eram caminhões mais potentes, então no tempo da madeira os argentinos davam licença de trazer os caminhão de lá pra cá pra puxar madeira, porque aqui no Brasil só tinha aqueles*

¹⁵⁸Entrevista realizada com Ernesto Raminger, de Mondaí, julho de 2008.

caminhõeszinho F29 e F46, mas era pequeno e cabia pouca madeira, [...],¹⁵⁹ (ver **Figura 33**).



A utilização de caminhões argentinos em território brasileiro, notadamente no centro da zona fronteiriça, mostra que as interações transfronteiriças que lá se estabeleciam iam sendo nutridas por vínculos solidários, vínculos que não aconteciam entre os centros de poder dos Estados nacionais, mas entre os sujeitos fronteiriços estabelecidos dentro do conjunto socioterritorial da zona fronteiriça. Segundo a pesquisa de campo, enquanto os fretes da navegação pelo rio Paraná eram dominados pelos argentinos, os fretes rodoviários, notadamente no centro da zona fronteiriça, passaram a ser de domínio dos brasileiros, com caminhoneiros geralmente oriundos do Rio Grande do Sul, muitos deles trazidos pelos próprios madeireiros, assim como os demais trabalhadores das serrarias e madeireiras. Os irmãos Verona, de Encantado (RS), constituem um exemplo: foram trazidos do Rio Grande do Sul para a zona fronteiriça pelo administrador da colonizadora Barth Annoni. Em 1947, os sete irmãos deixaram a cidade natal rumo a Dionísio Cerqueira (SC),

¹⁵⁹Entrevista realizada com Aloísio Bello, em Barracão, janeiro de 2007.

cada um deles conduzindo um caminhão F46 para fazer fretes no centro da zona fronteira. Nas palavras do ex-freteiro Sadi Verona:

[...] éramos sete irmãos, [...], viemo pra cá pra fazer frete! No começo nós só trabalhava com frete de madeira; faziamo frete tanto aqui como lá dentro da Argentina. Começamo puxar madeira do Tateto pra cá, antigamente era tudo Barracão, hoje é município de Flor da Serra (PR). De lá nós puxava a madeira pra Irigoyen. Em 1947 lá no Tateto tinha duas grandes serrarias: uma era a ARBRA, e a outra..., agora o nome não to lembrado, mas era de um grupo lá de Júlio de Castilho (RS), eram todos fazendeiros. A ARBRA era uma sociedade de brasileiros e argentinos, era gente graúda, empresa grande mesmo, trabalhava direto, dia e noite. Imagine que em 1947 ela produzia 130 dúzias de madeira por dia! Chegou um tempo aí que ela tinha estocado 50 mil dúzias de madeira ali em Bernardo de Irigoyen. Estocava ali em Irigoyen porque tinha que vir os fiscais pra despachar a madeira pra Argentina, né. [...]. A ARBRA fazia mais tábuas e caibros e de lá nós puxava tudo pra cá. Mas tinham outros freteiros também, porque cada caminhão fazia duas viagens por dia, isso quando não chovia, né, porque quando chovia o caminhão atolava, era tudo estrada de terra, né. [...]. No Tateto já tinha três hotéis e um grande mercadão, aquilo funcionava direto, era bem movimentado, devido à madeira, né, só madeira de pinheiro eles serravam, tudo madeira de primeira! [...].¹⁶⁰

O circuito da exportação da madeira brasileira para a Argentina pelo centro da zona fronteira, notadamente pelos aglomerados geminados conurbados, foi se caracterizando por uma grande mobilidade geográfica e punha em contato cotidiano os trabalhadores fronteiriços. A proximidade geográfica e o contato diário entre os fronteiriços não gerava apenas uma interação onde convergiam interesses econômico-comerciais, mas também a comunicação numa relação social vivida onde iam nascendo sentimentos de afetividade, amizades e outras interações imateriais, gerando um processo de integração que diluía, em parte, a identificação do ser brasileiro e argentino ou cidadão nacional e estrangeiro. Ao refletir sobre o papel da proximidade geográfica,

¹⁶⁰Entrevista realizada com Sadi Verona, em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

Milton Santos assevera: “[...] *não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações. É assim que a proximidade ‘pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade’*”, (SANTOS, 1999, p. 255). O ex-fiscal da Coletoria Estadual do Paraná em Santo Antônio do Sudoeste e ex-prefeito daquele município diz que tanto nas cidades geminadas de Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen quanto em Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio, pelo contato cotidiano a vida social era compartilhada em todos os aspectos. Em suas palavras:

Aqui na fronteira a vida era tudo em comum, no dia a dia não havia separação, a vida social era tudo em comum: festas, bailes, jantares, tudo era em comum, então não tinha diferença entre brasileiros e argentinos. Éramos vizinhos, íamos nas festas deles, eles vinham pra cá nas nossas festas, até mesmo o pessoal que cuidava da fiscalização lá vinha tomar chimarrão aqui ou então nós íamos pra lá. A amizade era tanta que eu tenho 50 compadres ali na Argentina. Não vou dizer que não tivessem escaramuças. Sempre teve e tem, assim como em todos os lugares. Mas entre os dois lados havia uma amizade e um respeito muito grande! Isso não acontecia só aqui, ali em Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen também era como aqui, tudo em comum. Eu sei disso porque eu morei lá antes de vir pra cá. Morei em Barracão, mas era uma coisa só, como aqui, tudo em comum. Em 1955, quando vim pra cá pra assumi a chefia do posto fiscal, o pessoal chegava e pedia: - ô seu Pedro, o que é que eu posso levá? O que é que eu posso trazê? Eu dizia: tudo o que puder, tudo o que puder! Eu nunca impedi o pessoal daqui ou de lá de compra de um lado ou outro, sempre dizia: traga ou leve tudo o que puder! Eu era do povão e sempre fiquei do lado do povão, porque eu conhecia as dificuldades da vida e os problemas dessa região. O grande problema é que os Estados nunca estiveram aqui de fato. Tinham aí a fiscalização que representava a cobrança, um juiz e um delegado nomeado, mas em assistência social os Estados esqueciam a fronteira. Então o povo se ajudava como podia, um socorria o outro, independente de qual lado

estivesse e com isso foi gerando uma amizade muito grande entre os dois lados [...].¹⁶¹

Os vínculos tecidos entre os fronteiriços desde a demarcação do limite foram também incorporados e mantidos pelos novos ocupantes, como os migrantes descendentes de italianos e alemães, oriundos do Rio Grande do Sul. Aliás, no conjunto da zona fronteira, os brasileiros descendentes de migrantes europeus se identificavam muito mais pela origem étnica do que pela identidade nacional. Não estamos querendo dizer que não havia querelas; havia, sim, diferenças entre os grupos, sobretudo diferenças étnicas, mas não era expressivamente entre duas identidades nacionais: a brasileira e a argentina. Desse modo, os novos migrantes no conjunto da zona fronteira, notadamente dos aglomerados geminados, dariam continuidade às interações transfronteiriças, contribuindo para manter antigas solidariedades socioeconômicas vividas no conjunto da zona fronteira. Por exemplo: a contratação de trabalhadores brasileiros por empresários argentinos era antes de tudo uma relação entre fronteiriços do que uma relação entre brasileiros e argentinos. Melhor dizendo, uma relação entre empregado e patrão. Obviamente que nessa relação existiam diferenças, mas não eram identitárias entre ser brasileiro e ser argentino ou ser cidadão nacional ou estrangeiro. Por exemplo: os irmãos Verona, por vários anos, desdobraram sua vida ativa de trabalho entre os dois lados da fronteira linear. Trabalharam fazendo frete para empresários argentinos e brasileiros ligados ao ramo de negócios da madeira, e os fretes não se resumiam apenas ao conjunto do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*, incluía também outras escalas regionais, como os frequentes fretes a *Posadas*, a *Puerto Iguazu*, a *Eldorado* e outros. Segundo entrevista com Sadi Verona, as relações entre os fronteiriços eram sempre muito respeitadas e pelo contato cotidiano do trabalho, “*sempre se arrumava fretes dentro da Argentina*”, uma relação de trabalho obviamente, mas também uma relação social e de confiança gestada no convívio cotidiano da fronteira. Além de fazer os fretes para a madeireira ARBRA, cujos proprietários eram brasileiros e argentinos, os irmãos Verona trabalharam, também, para

¹⁶¹Entrevista realizada com Pedro Correia, em Santo Antônio, março de 2008.

a empresa ASTER, uma laminadora instalada no departamento de *San Pedro*, de propriedade dos irmãos Cafetti. Segundo o entrevistado, no departamento de *San Pedro* “[...] *tinha umas manchas grandes de pinhais, como ali em Tobuna; então serravam ali e nós levava as toras de Tobuna pra San Pedro, [...]*”.¹⁶² As lâminas de madeira produzida pela ASTER eram posteriormente levadas até a Província de Corrientes, onde eram recomercializadas tanto na escala provincial quanto nacional daquele país.

Assim como ocorria nos demais municípios do conjunto da zona fronteiriça, em Santo Antônio do Sudoeste aglomerado geminado com *San Antonio*, as colonizadoras foram implantando objetos fixos produtivos e introduzindo infraestrutura móvel para o transporte da madeira, como caminhões. Jonas Magrinelli, residente em Santo Antônio do Sudoeste, conta que em 1947 seu pai e mais três amigos (Capella, Gobatto e Rigon) saíram de Vacaria (RS) rumo a Santo Antônio do Sudoeste, cada um deles trazendo um caminhão para fazer frete de madeira do Brasil para a Argentina. “*Naquela época veio um caminhão atrás do outro, quando tavam chegando aqui fizeram tremendo barulhão. O pai contava que muitos moradores, ouvindo aquele barulho todo, ficaram com medo e fugiram pra San Antonio na Argentina, [...]*”.¹⁶³ Naquela época já havia várias madeireiras e serrarias no município de Santo Antônio do Sudoeste, dentre elas Turra, Simão Ruas, Dambros & Piva e outras. Ali, dentre os vários empresários argentinos compradores da madeira brasileira, destacava-se também a ervateira Pastorizza, que desde 1920 já trabalhava no ramo de negócios da madeira. Desse modo, a exemplo do que ocorria nos aglomerados geminados de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen, em Santo Antônio do Sudoeste, *San Antonio* as relações econômicas e sociais também iam se solidificando entre os fronteiriços, que pelas relações de trabalho ou de comércio entravam em contato cotidiano com os vizinhos, gerando outras interações materiais e imateriais.

Após a Segunda Guerra mundial, com a reconstrução dos países europeus e o início da construção de Brasília, entre outros fatores houve uma valorização considerável da madeira, tanto na escala nacional quanto na escala internacional. Por exemplo: o

¹⁶²Entrevista realizada com Sadi Verona, em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

¹⁶³Entrevista realizada com Jonas Magrinelli, em Santo Antônio, agosto de 2008.

pinheiro-do-paraná, que já era bastante valorizado, passou por significativo aumento. Os madeireiros passaram então a vender os troncos de pinheiros baseados na cotação do mercado internacional. Para se ter uma ideia, no começo de 1950 o valor de cada pé de pinheiro adulto no mato era de aproximadamente 100 cruzeiros, quando exportado para a Argentina, atingia o valor de 200 cruzeiros a unidade, um valor que aumentava ainda mais quando serrado em tábuas ou caibros. Segundo um contrato de compra e venda de pinheiros, datado de 08 de outubro de 1951, em Dionísio Cerqueira o dono de um pinhal vendeu a um madeireiro 35 mil pés de pinheiros adultos, cuja venda resultou na soma de 335 mil cruzeiros. Ou seja, cada pé de pinheiro foi vendido no valor de 96 cruzeiros¹⁶⁴. Dois anos mais tarde, o valor unitário do pé do pinheiro teria um acréscimo de aproximadamente 50%, passando a valer em média 140 cruzeiros a unidade. Logicamente tal acréscimo se devia à constante valorização daquela madeira no mercado nacional e internacional.

Segundo entrevista com uma comerciante de São José do Cedro, em 1953 a família adquiriu um pinhal com dois mil pés de pinheiros no município de Palma Sola (onde a família montou uma serraria) ao preço de 280 mil cruzeiros, ou seja, cada pé de pinheiro custou 140 cruzeiros.¹⁶⁵ Àquela época a Argentina continuou a ser o principal mercado comprador da madeira brasileira da região, notadamente do pinheiro-do-paraná, mas a madeira não se destinava apenas ao consumo interno daquele país: eles também a exportavam para países europeus e para os Estados Unidos. O depoimento de Sadi Verona mostra que até a década de 1950 a madeira do pinheiro era muito mal aproveitada pelos madeireiros:

[...], as pontas do pinheiro, que era tudo madeira boa, madeira de primeira, dexavam tudo no mato pra apodrecer, mas depois quando começaram a fazer Brasília, aí começaram a junta as pontas de pinheiro e levar pra Brasília pra fazer caxaria e outras coisa pra construção. Daí começaram a dá valor pra ponta de pinheiro, nó de pinheiro, tudo, né, porque, também, ganhavam muito com isso, [...].¹⁶⁶

¹⁶⁴Entrevista realizada em Dionísio Cerqueira com Juares Franck de Andrade, filho do dono do pinhal que nos forneceu o contrato para análise, em janeiro de 2007.

¹⁶⁵Entrevista realizada em São José do Cedro com a comerciante Amália Zimmermann, 89 anos de idade, viúva de um ex-madeireiro, janeiro de 2007.

¹⁶⁶Entrevista realizada com Sadi Verona, em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

A valorização daquela madeira aguçaria ainda mais a cobiça dos madeireiros e das colonizadoras sobre a mata de araucárias no conjunto da zona fronteira, desencadeando uma série de conflitos, inclusive entre grupos detentores de grande capital financeiro e poderosos grupos políticos, notadamente no sudoeste do Paraná. A revolta dos colonos de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste é um exemplo disso e não foi meramente um conflito gerado pela posse daquelas terras: foi igualmente uma disputa pelos recursos florestais, como o pinheiro-do-paraná. Durante a pesquisa de campo, vários entrevistados afirmaram que a partir de 1950 “[...], *todas as brigas eram pela madeira de pinho, a terra quase não tinha valor, o que mais tinha valor era o pinho*”.¹⁶⁷ Sem aprofundar a questão da revolta dos colonos de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste¹⁶⁸, em 1950 a Sociedade Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA), pertencente ao grupo Lupion, dirigido pelo então governador do Paraná, Moisés Lupion, aparece como dona de 484.680 mil hectares de terras cobertas de pinho, incluindo aí as terras dos antigos municípios de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste.

Aquelas terras pertenciam à *Brazil Railway Company*, com várias filiais, inclusive na exploração da madeira e colonização, como a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que atuava no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, mas pelo Decreto nº 2436, de 1940, o Presidente Getúlio Vargas incorporou ao Patrimônio da União todos os bens da *Brazil Railway Company* existentes no território nacional. Portanto, desde 1940 aquelas terras no sudoeste paranaense estavam sob litígio entre a União e o Estado do Paraná. Mas, valendo-se de seu cargo de governador do Paraná e também por ser do Partido Social Democrático (PSD), o mesmo do então presidente da República Eurico Gaspar Dutra, Moisés Lupion teria conseguido fraudulentamente incorporar aquelas terras à Companhia CITLA, do grupo Lupion, para explorar a madeira e colonizar áreas já ocupadas por colonos posseiros.

A fraude logo veio à tona e ganhou notoriedade em todo o Brasil porque políticos da UDN que faziam oposição aos governos nas esferas estadual e federal estavam sendo pressionados por outro

¹⁶⁷Entrevista realizada com empresário do ramo de transporte de Santo Antônio, agosto de 2008.

¹⁶⁸Questão já trabalhada em nosso mestrado. Mais detalhes em Wachowicz (1985) e Ferrari (2010).

grupo capitalista, também interessado na exploração florestal da madeira e na colonização das terras no sudoeste paranaense. Vale dizer: de um lado estava a Companhia CITLA, apoiada pelo PSD e de outro lado estava a Companhia Pinho e Terras, apoiada pela UDN, ligada aos latifundiários argentinos, também interessada na madeira de pinho e na colonização daquelas terras. A fraude ficou conhecida como “*a maior bandalheira da República*”. Embora o escândalo repercutisse em nível nacional, a CITLA continuou dona daquelas terras, criando em 1957 duas Companhias Colonizadoras: a Comercial Paraná Ltda. e a Apucarana, para procederem à exploração da madeira e à colonização de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. Assim, entre 1957 e 1960 emergem violentos confrontos entre colonizadoras e colonos daqueles municípios. (WACHOWICZ, 1985). Segundo Pedro Correia, residente em Santo Antônio do Sudoeste, os conflitos se originaram porque muitos colonos eram posseiros e não possuíam a escritura da terra,

[...], os colonos foram entrando e habitando a região, mas eles é que moravam aqui, eles eram os verdadeiros donos das terras, só que a grande maioria não tinha títulos das terras! Na hora que as colonizadoras entraram aqui e viram que as terras estavam habitadas e que tinham muitas benfeitorias em cima, tinha gente rica em cima e com bastante criação, então elas quiseram tomá as terras dos colonos, aí começou toda a encrenca e os colonos se revoltaram, e com toda razão, né? A culpa foi do governo do Paraná e das colonizadoras [...].¹⁶⁹

Diferentemente dos posseiros do extremo oeste de Santa Catarina que, pouco ou nada resistiram ao processo de colonização agrícola, os colonos posseiros de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, dentre eles muitos fugitivos das revoluções ocorridas no Rio Grande do Sul, passaram a lutar por suas terras e a enfrentar os administradores das colonizadoras. Frente a tal resistência a CITLA contrata jagunços nortistas para pressionar e intimidar os colonos para que pagassem as terras que já ocupavam ou então as deixassem. Entretanto, os colonos posseiros não se intimidaram e passaram a enfrentar também os jagunços. Tal enfrentamento desencadeia uma série de assassinatos, praticados pelos jagunços contra colonos a

¹⁶⁹Entrevista realizada com Pedro Correia em Santo Antônio, março de 2008.

mando das colonizadoras, assassinatos que eram praticados com requintes de crueldade, dos quais nem mulheres e crianças escapavam de bárbaras torturas praticadas pelos jagunços. Os crimes chocavam a população, mas a polícia corrompida pelo poder fechava os olhos diante daqueles crimes e ignorava os pedidos de ajuda dos colonos para solucionar os assassinatos. Revoltados pela brutalidade dos crimes e sem respaldo de segurança da União nem do Estado do Paraná, os colonos de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste se uniram e armados iniciaram uma verdadeira revolta contra os jagunços das companhias colonizadoras da CITLA. Pedro Correia, de Santo Antônio do Sudoeste, em sua entrevista relembra momentos de grande tensão durante a revolta dos colonos e descreve um dos episódios ali ocorridos no ano de 1957.

Na revolta dos colonos, eu era chefe do posto fiscal, mas eu sempre disse chefe é alguma coisa que acontece na vida da gente, fui prefeito e fui vereador, mas nunca me enquadrei como chefe. Eu era do povão e muito amigo dos colonos. Então em 1957 estava pra estourar a revolta dos colonos aqui e eu sabia a hora, o dia, tudo o que ia acontecer aqui, eu sabia passo a passo! Mas ó, eu de bico calado! Por que eu sabia? Porque eu era amigo dos colonos e a revolta dos colonos era contra as Companhias de Terras, né! Os cabeça da revolta eram o Augusto e o Sebastião, já falecidos. Então de madrugada eles sempre iam lá pro posto fiscal pra falar comigo, pra saber como as coisas estavam, né, porque eles tinham me deixado de informante deles, né! Então eu repassava pra eles tudo que eu observava durante o dia e eles me contavam o que iam fazer, aí eu avisava o povo daqui, né. Assim ninguém era pego desprevenido, né. Tinha até códigos de comunicação entre eu e os colonos! [...]. Nós tínhamos aqui um delegado especial da militar, lupionista por dentro e por fora, então durante o dia ele pegava o jipe da polícia, enchia de jagunços e ia lá pro posto fiscal! Chegavam lá, sentavam num grande gramado e ao lado deles colocavam todas as metralhadoras e armas que tinham, ficavam lá conversando e dando risada e eu de mansinho observando, né. Depois passava pros colonos o que eu ouvia e passava também pros moradores, né! Aqui todos os moradores passavam pra Argentina durante a noite, a cidade ficava totalmente vazia. Os moradores daqui todos dormiam na Argentina e quando amanhecia voltavam pra cá. Eu lembro muito do Dom Sousa, um

gendarme que cuidava do lado de lá. Eles tinham uma casa grande e o Dom Sousa cedeu essa casa da Gendarmeria pras mulheres e crianças, lá podiam fazer comida e dormir. Como eu te dizia, aqui a vida era em comum, então naquelas horas amargas aqui dos brasileiros foram os argentinos que nos acolheram, e nos acolheram tão bem! Quando estourou a revolta, os colonos invadiram aqui, pegaram de surpresa muitos funcionários públicos que eram lupionistas, então até esses fugiram pra Argentina, todos correndo pra Argentina! Tinha um coletor também muito lupionista, então quando os colonos invadiram a cidade aqui, a mulher dele trancou ele dentro do caixa forte, ele ficou 15 dias escondido dentro do caixa forte! Outro lupionista fugiu com a batina do nosso velho padre Eurico. O delegado da militar, também, fugiu vestido de mulher e aquele da Civil, eles feriram, esse sempre andava com uma metralhadora, então quando ele viu que todos colonos tavam indo pra cima dele ele começou atirar pro alto com metralhadora e os colonos recuaram um pouco, foi o tempo que deu pra ele pular uma janela e foi se esconder dentro dum chiqueiro de porcos da família Vendolini, (risos). Depois fugiu todo sujo de merda de porco! Os colonos tavam contra as companhias de terras e também contra esses funcionários público, porque tinham cargo de confiança do Lupião. [...]. Quando terminou a revolta aqui, era gente saindo de tudo quanto era fresta, então tinha um cidadão aqui chamado Marcon, aí ele começou a organizar todo esse povo que tava aqui dentro da cidade, ali onde hoje é a praça. Então ele formou três filas, como se fosse pelotão do exército, tinha mais de 500 colonos, todos armados, os que não tinham armas, tinham um pedaço de pau, uma enxada ou uma foice. Aí o Marcon subiu em cima de um caminhão e começou a cantar o Hino a Maria em Ação de Graças pela vitória, depois cataram o Hino Nacional e ergueram a bandeira do Brasil. Nesse dia, tinha aqui um advogado que era de Pato Branco, ele se juntou ao movimento e também discursou. Ele era do Partido dos Libertadores, [...], aí terminou o conflito e o povo começou a voltar pra casa! Mas, ficou muitos vestígios, né!¹⁷⁰

¹⁷⁰Entrevista realizada com Pedro Correia em Santo Antônio, março de 2008.

A revolta dos colonos de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste repercutiu tanto na imprensa nacional quanto internacional, que noticiavam: “*a rebelião agrária no sudoeste paranaense*”. Entretanto, os conflitos pela terra só chegariam ao fim quando o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GTSOP) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1962, entraram naquela região para titular as terras dos colonos.

Contudo, apesar daquele triste episódio, as interações transfronteiriças socioeconômicas não foram interrompidas entre Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio. Ao contrário, se fortaleceram e isso não se devia apenas às interações econômicas, mas também às interações sociais imateriais. Prova disso é o depoimento de Pedro Correia, de que a “*vida social na fronteira era vivida em comum*” e nos momentos “*amargos*” de conflitos ou ameaças contra a vida, como durante a revolta dos colonos de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, sem proteção da União e do Estado, os brasileiros buscavam segurança e abrigo no país vizinho gerando várias interações imateriais.

Apesar das circunstâncias, naqueles momentos não se estabeleciam apenas laços de solidariedade momentânea entre fronteiriços brasileiros e autoridades nacionais argentinas, mas igualmente sentimentos afetivos de gratidão e amizade. Exemplo disso foi o gendarme argentino Dom Sousa, que até hoje é lembrado com sentimentos de amizade e de profunda gratidão, por ter zelado pela vida de muitas crianças e mulheres brasileiras durante a revolta dos colonos.¹⁷¹ Em 1957, por semanas seguidas muitos brasileiros deixavam suas casas em busca de proteção e abrigo na Argentina. A casa dos *gendarmes* em *San Antonio* tornou-se dormitório onde muitas mulheres e crianças brasileiras podiam dormir sem temer por suas vidas nem pela de seus filhos, pois estavam sob a proteção da Gendarmería Nacional Argentina.¹⁷²

Convém lembrar que essa interação imaterial gerada pela busca de segurança e proteção no país vizinho vinha desde a demarcação do limite internacional. A cada episódio gerador de perigo em lado brasileiro, sem a proteção do Estado nacional, os brasileiros das cidades geminadas conurbadas abandonavam suas

¹⁷¹Entrevista realizada com Pedro Correia e esposa em Santo Antônio, março de 2008.

¹⁷²Entrevista realizada com Pedro Correia em Santo Antônio, março de 2008.

casas e seu território e se refugiavam em território argentino. Foi assim durante a passagem de Coluna Prestes, a Revolução de 1930 e outros episódios, que levaram centenas de brasileiros a se refugiarem no nordeste e noroeste de *Misiones*. Até mesmo jagunços nortistas se refugiaram naquela região argentina após a revolução dos colonos. Nessas fugas, muitos brasileiros acabavam por não mais retornar ao país, permanecendo em território argentino. Foi assim com muitas famílias de Santo Antônio do Sudoeste, que, em 1957, temendo perder a vida, adentraram o país vizinho não mais retornando ao Brasil.

Embora fosse uma migração forçada e não espontânea, aqueles eventos contribuíram, sem dúvida, para o aumento da migração brasileira no nordeste e noroeste de *Misiones*. E foi também fator de fortalecimento das interações transfronteiriças, acentuando ainda mais a mescla e a rede transfronteiriça de parentesco, compadrio e amizades, onde até hoje é realmente muito difícil separar brasileiros de argentinos, especialmente nas cidades gêmeas conurbadas de Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio, onde, pelas alianças matrimoniais, as relações familiares e de parentesco são bastante imbricadas.

No auge do ciclo econômico madeireiro, a partir de 1950 tal segmento fronteiriço brasileiro-argentino, localizado no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*, passou por profundas transformações devido às ações da geografia humana e política ali empreendidas. Essas transformações ainda hoje são bem visíveis, tanto na paisagem físico-natural, quanto na paisagem sociocultural. A substituição de machados e serrotes por motosserras, das mulas, bois e carroças pelos tratores e caminhões foram novas técnicas que facilitaram o trabalho e aceleraram as interações transfronteiriças, notadamente econômico-comerciais, mas contribuíram também para acelerar o desmatamento, provocando profunda modificação na paisagem físico-natural, notadamente no lado brasileiro.

No oeste de Santa Catarina e no sudoeste e no oeste do Paraná, em menos de quarenta anos as ricas florestas nativas foram literalmente exterminadas. A valorização da madeira no mercado internacional, especialmente do pinheiro-do-paraná, somada à ganância desenfreada dos madeireiros, que naquela região visavam apenas aos lucros, fizeram com que os imensos pés de pinheiros, que

se destacavam em meio à mata, com seus longos troncos de madeira de até 35 metros, com galhos abertos que faziam lembrar uma taça, fossem tombando dia a dia até desaparecerem completamente. Aliás, cumpre lembrar que no período em que vigorou o transporte da madeira por balsas sobre o rio Uruguai, por exemplo, os madeireiros sequer respeitaram as margens do rio, fizeram verdadeira “limpeza” do mato nas costas do Uruguai. Desse modo, o extermínio dos recursos florestais em lado brasileiro criou uma descontinuidade na paisagem físico-natural do conjunto da zona fronteira. O *Google* oferece hoje imagens que podem dar uma boa ideia do que estamos falando, pois mostram ainda hoje paisagens profundamente distintas entre o lado brasileiro e o argentino.

A própria geografia política é ali diferenciada: enquanto o lado brasileiro se apresenta densamente ocupado e totalmente fragmentado pelas divisões políticas municipais, o lado argentino apresenta apenas dois departamentos e quatro municípios na confluência do limite internacional. Assim, ao chegar aos anos 1970, com o declínio da atividade madeireira, a economia dos municípios fronteiriços no lado brasileiro passou a girar essencialmente em torno da agricultura familiar com a produção de suínos, bovinos, grãos, fumo e outros, voltados para a agroindústria regional; já o lado argentino voltou-se para a atividade madeireira e o reflorestamento direcionado à indústria de celulose. Tais diferenças econômico-produtivas são hoje fatores de interações, muitas delas conflituosas, notadamente no que se refere aos recursos florestais, como veremos mais adiante.

Com o fim do ciclo econômico da madeira, tanto empresários argentinos compradores da madeira quanto madeireiros brasileiros se retiram do conjunto da zona fronteira, deixando para trás uma massa de desempregados e sem terras naquela região. Os principais investimentos realizados durante o ciclo econômico madeireiro foram em fixos produtivos efêmeros, como as madeiras e serrarias, que geravam pequenas bacias de emprego por tempo determinado. Quando terminava a exploração da madeira, aqueles fixos deixavam de existir e os lucros lá obtidos com a exploração florestal eram investidos fora da escala da zona fronteira. Assim, com o fechamento dos fixos produtivos ficava para trás grande número de trabalhadores, desempregados e sem terras. Sem recursos financeiros para comprar terras no lado brasileiro, muitos brasileiros foram adentrando o interior de *Misiones* e se apropriando ilegalmente de terras fiscais do governo

nacional argentino. Esse foi outro fator que também contribuiu para novos fluxos da migração brasileira para o interior do nordeste e noroeste de *Misiones*, notadamente entre 1960-1970, quando o governo argentino restringe, em parte, a entrada de brasileiros naquela região e inclusive estabelece um plano de colonização agrícola para o nordeste de *Misiones*, questão que aqui será vista mais adiante.

Em meados de 1970, no lado brasileiro emergem novos conflitos pela posse da terra, só que agora organizados pelo MST, (Movimento dos Sem Terras) e a Pastoral da Terra, esta última apoiando, mais especificamente movimentos organizados para demarcação de terras indígenas. Aliás, convém lembrar que foi em Campo Erê a primeira invasão do MST organizado no Oeste de Santa Catarina, e o primeiro assentamento em Dionísio Cerqueira, com o *Assentamento Conquista da Fronteira*. Portanto, a luta pela terra naquele segmento de fronteira, outrora disputado entre Brasil e Argentina, seguida de Paraná e Santa Catarina, foi uma constante ao longo do século XX e atualmente os movimentos pela posse da terra já começam a se fortalecer também no lado argentino. Isso se deve, em parte, às próprias interações imateriais que articulam os colonos fronteiriços e organismos como o MST e a Pastoral da Terra, que se solidarizam e apoiam a luta pela terra.

Analisando as interações transfronteiriças no conjunto dessa zona fronteiriça, pode-se dizer que o distanciamento físico-geográfico foi, sem dúvida, fator preponderante, tanto na natureza quanto na densidade das interações transfronteiriças que lá ocorriam. Por exemplo: enquanto no sul desse segmento fronteiriço as interações transfronteiriças eram mais econômicas e sazonais com a Província de *Corrientes*, pelos motivos já expostos anteriormente, no centro da zona fronteiriça, notadamente nos aglomerados geminados de Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste*San Antonio*, os fronteiriços mantinham uma relação que não se restringia meramente à proximidade físico-geográfica, mas igualmente uma contiguidade físico-social entre os sujeitos fronteiriços, pois estavam cotidianamente em contato, onde viviam numa relação social que gerava trocas solidárias e afetivas resultando em laços de amizade que promoviam encontros interpessoais levando a uma maior mobilidade geográfica entre os dois lados do limite.

A proximidade geográfica contribuiu também para estabelecer interações econômico-comerciais informais ou ilegais. Inversamente aos fluxos da madeira que saíam do Brasil em direção à Argentina, as interações transfronteiriças mais informais estavam orientadas da Argentina para o Brasil. Isto é, os fluxos de produtos e mercadorias, industrializados ou não, notadamente de consumo corrente, saíam de vários centros da Argentina com destino às cidades geminadas e dali eram orientados em direção ao Brasil. Esses fluxos foram desenhando outro campo de atuação e que não se restringia meramente às cidades geminadas nem ao conjunto da zona fronteiriça, atingia outras escalas regionais do país.

Nesse processo, as cidades geminadas passam a ser equipadas com objetos fixos, públicos e privados, e a fronteira linear é investida de controle político, militar, fiscal e econômico. Nas cidades gêmeas, os atores não são mais apenas fronteiriços, mas igualmente atores públicos e privados que também participam do jogo das interações transfronteiriças informais, no qual emergem interações de conflito, notadamente entre atores das escalas nacionais e atores da escala local. Assim, a zona fronteiriça passa a ser difundida também como lugar de conflitos, e o conflito é também “*uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos [...]*” (BOBBIO et al., 2004, p. 225).

7 - ATORES E ESTRATÉGIAS NO JOGO DAS INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS INFORMAIS OU ILEGAIS NAS CIDADES GÊMEAS (1950- 1970)

7.1. Introdução

Este capítulo foi elaborado com o objetivo de construir um quadro de referências que permita compreender como os atores fronteiriços se posicionam diante da instrumentalização da fronteira linear, especialmente a partir da implantação de controles políticos e fiscais dos territórios nacionais. Nele mostramos que a fronteira linear é um objeto espacial que gera visões diferenciadas entre escalas nacionais e locais e provoca uma relação de forças. Em oposição às políticas de controle dos territórios nacionais, os fronteiriços, por interesses coletivos ou particulares, desenvolvem estratégias para assegurar a continuidade das interações transfronteiriças, notadamente daquelas econômico-comerciais, nem sempre concebidas por eles como transgressivas dos territórios nacionais.

7.2. Interações transfronteiriças informais ou ilegais

Na década de 1950, os aglomerados geminados de Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio adquirem funções urbanas, e as cidades passam a ser equipadas com objetos fixos públicos e privados. Nesse novo processo os Estados nacionais também instrumentalizariam a fronteira linear instalando controles políticos e fiscais para impor a descontinuidade na dinâmica espacial do conjunto socioterritorial tecido pelos fronteiriços de ambos os lados do limite. Como dito anteriormente, as zonas fronteiriças têm sido historicamente vistas pelos poderes políticos como zonas potencialmente perigosas devido ao contato efetivo da população com o exterior de seu território nacional. Por essa razão, os poderes políticos dos centros dos territórios nacionais se opõem entre si e instituem uma série de normas e regras diferenciadas sobre seus espaços fronteiriços. Desse modo, a fronteira linear torna-se então descontinuidade territorial, pois os controles passam a regular e comprimir todas as interações transfronteiriças, impondo restrições inclusive no ir e vir dos

fronteiriços, devido às próprias legislações e normas vigentes em cada país.

Diante disso, os fronteiriços passam a ter maior percepção e visibilidade da fronteira linear, devido aos diferentes sistemas inerentes a cada Estado nacional – fiscalização, moeda, legislação etc. No entanto, em zonas fronteiriças as discontinuidades são também geradoras de interações transfronteiriças, notadamente pelos diferenciais cambiais, razão pela qual as práticas transfronteiriças pelos fluxos econômico-comerciais e sociais, apesar dos controles e das restrições lá impostas, não seriam interrompidas, pois contrapondo-se aos Estados nacionais, os fronteiriços foram traçando estratégias para driblar a fiscalização, pondo em constante desafio o conceito de lei territorial. Tais estratégias concretizadas nas trocas consideradas transgressivas de normas territoriais nacionais foram gerando tensões entre atores das escalas nacionais e locais. Porém, nesse jogo de estratégias não participavam apenas atores fronteiriços, atores públicos em cumplicidade com atores privados também participavam do jogo e estabeleciam regras sobre os controles fiscais que ora eram matizados pela flexibilidade, ora matizados pela rigidez, regras que iam sendo transcritas nos espaços urbanos das cidades geminadas.

É interessante notar que, nesse segmento fronteiriço, a instrumentalização da fronteira linear pelos controles políticos econômicos e fiscais não se deu em todos os conjuntos de cidades gêmeas. Exemplo disso foi São Miguel d'Oeste\San Pedro, que pelas interações transfronteiriças lá constatadas, também formavam outro par de cidades gêmeas. Porém, com suas sedes separadas, não teriam o mesmo controle verificado nas cidades gêmeas conurbadas – Dionísio Cerqueira\Barração\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio –, onde foram instalados organismos da Gendarmería Nacional Argentina (GNA) e coletorias estaduais de Santa Catarina e Paraná para regular as interações transfronteiriças. Convém lembrar que desde o final do século XIX a cidade de San Pedro formava par com Campo Erê, mas a partir de meados de 1940 passou a interagir com São Miguel d'Oeste. Tal reordenação se deu em função da redução de distâncias físico-geográficas e também pela abertura de estradas ligando mais facilmente San Pedro a São Miguel d'Oeste, facilitando assim as interações transfronteiriças. Portanto, nesse segmento fronteiriço nem todas as cidades gêmeas eram

investidas de controles fiscais, como foi o caso de *San Pedro*\São Miguel d'Oeste, onde as interações transfronteiriças eram obviamente menos frequentes e menos densas do que aquelas estabelecidas entre as cidades gêmeas conurbadas.

Assim, pela ocorrência de interações transfronteiriças materiais e imateriais, esse segmento fronteiriço apresentava, já na década de 1950, três pares de cidades gêmeas: Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen; Santo Antônio do Sudoeste*San Antonio* e *San Pedro*\São Miguel d'Oeste. (ver **Figura 34**). À exceção de *San Pedro*\São Miguel d'Oeste, os demais conjuntos de cidades gêmeas desempenhavam funções portuárias, porém não eram habilitadas ao comércio internacional. Havia acordos comerciais entre os dois países, mas se restringiam ao pequeno comércio de subsistência e a exportação da madeira brasileira para a Argentina que podia ser realizada somente via Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste*San Antonio*.

Figura 34 - Cidades gêmeas na zona de fronteira Brasil\Argentina no extremo-oeste de Santa Catarina sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones (1950)



Organizado a partir da pesquisa de campo (2006-2009),
Maristela Ferrari

A fiscalização sobre as exportações no lado argentino estava a cargo da Gendarmería Nacional Argentina, que naquele período era braço do Exército Nacional Argentino, enquanto no lado brasileiro o controle se realizava pelas coletorias estaduais: uma catarinense, instalada em Dionísio Cerqueira, e outra paranaense, em Santo Antônio do Sudoeste. Entre *San Pedro*\São Miguel d'Oeste as interações ocorriam livres de qualquer fiscalização, configurando-se no chamado contrabando descaminho. Na verdade, segundo a pesquisa de campo, frente aos controles políticos e fiscais nacionais e estaduais, com exceção da madeira, todas as demais interações transfronteiriças econômico-comerciais entre os três pares de cidades geminadas passaram a ter conotação de contrabando descaminho. A própria madeira era, em parte, remetida para a Argentina pelos descaminhos, como afirma um ex-madeireiro de Palma Sola, hoje residente em Barração: *“naquele tempo se exportava cem pés de pinheiro legalmente e mil pés iam pelo contrabando”*.

Com a instrumentalização da fronteira linear emergem conflitos entre atores das escalas locais e nacionais, pois os atores das escalas nacionais puseram em campo o rigor das normas territoriais de cada Estado nacional para romper as interações transfronteiriças estabelecidas entre um lado e outro da fronteira linear. Mas apesar de todos os esforços dos Estados nacionais, as interações transfronteiriças não seriam interrompidas e seguiriam as mesmas lógicas tradicionais dos locais constituídas por interesses econômico-comerciais e alianças familiares, laços de vizinhança, compadrio e amizades. Portanto, para fugir aos controles políticos territoriais, as interações transfronteiriças se desenvolveriam pelo chamado contrabando descaminho.

Embora naquele período a fronteira fosse vista quase exclusivamente como área de segurança nacional, pode-se pensar que ao dotar a fronteira linear apenas com políticas de controle dos territórios nacionais, os próprios Estados nacionais dariam margem para imediatamente se instalar a ilegalidade, pois passaram a restringir e tributar as interações transfronteiriças, notadamente as econômico-comerciais. No entanto, os tributos lá arrecadados pouco ou quase nada retornavam ao local para investimentos, notadamente em políticas públicas e desenvolvimento social. Desse modo, os Estados nacionais seguiriam marginalizando aqueles espaços

fronteiriços e, de certa forma, induzindo os fronteiriços, ainda que indiretamente, ao contrabando descaminho.

Para muitos de nossos entrevistados, notadamente das cidades gêmeas conurbadas, além do longo abandono socioeconômico e político, quando os Estados nacionais entram naquele segmento fronteiriço, entram para tirar recursos do local e levar para os centros sem dar nada em troca, ou seja, na zona fronteiriça os Estados nacionais *representavam* apenas a *cobrança*, como evidencia, em parte, o depoimento de um ex-fiscal da Coletoria Estadual do Paraná na cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

[...], os Estados tinham aí a fiscalização, mas eles representavam só a cobrança, de resto a presença dos Estados foi sempre muito fraca e isso não é tudo! Nós aqui da fronteira sempre nos sentimos discriminados em relação aos outros lugares, principalmente em relação às políticas públicas, e isso tanto por parte dos governos estaduais quanto por parte dos governos nacionais! A própria educação e saúde foi um problema muito esquecido. Então, eu digo que foi um lugar muito esquecido e ainda mais por se tratar de uma fronteira. Eles achavam que era muito distante, mas hoje é ali né, era distante sim das capitais, mas os governos tinham obrigação de olhar pro lugar. Quando entrou a fiscalização o lugar começou a ser classificado como lugar de contravenção, e o pessoal que saía pra fora ouvia muito chamarem o sudoeste do Paraná como região de *far-west* ou de *bang-bang*, mas não era bem assim [...].¹⁷³

Diante dos controles lá impostos pelos Estados nacionais, que na visão de muitos de nossos entrevistados eram apagados, sobretudo no lado brasileiro, os fronteiriços foram criando estratégias para driblar a fiscalização e assim dar continuidade às interações transfronteiriças, notadamente as econômico-comerciais, pois o que era contrabando descaminho para os Estados nacionais, eram trocas complementares para os habitantes fronteiriços. Porém, nesse jogo de estratégias estabelecido pelos fronteiriços para assegurar as interações transfronteiriças, dependendo dos valores envolvidos e da obtenção dos ganhos, não participavam apenas habitantes fronteiriços: atores públicos e atores privados em cumplicidade

¹⁷³Entrevista realizada com ex-fiscal do posto de controle da Coletoria Estadual do Paraná em Santo Antônio, março de 2008.

também participavam e inclusive estabeleciam regras naquele jogo, utilizando-se do poder dos controles nacionais, que ora eram enrijecidos, ora eram relaxados. Exemplo disso foi o primeiro Secretário da Secretaria do Estado dos Negócios do Oeste, criada 1963. Aquele secretário, com cargo de confiança do governo do Estado de Santa Catarina, foi também administrador da Colonizadora Barth Annoni de São Miguel do Oeste e atuou como Prefeito e Delegado de Polícia em Dionísio Cerqueira. Com grandes poderes políticos na região e na zona fronteira, esse ator participava também de uma rede do contrabando descaminho de carros modelo cadillac vindos dos Estados Unidos. Uma rede organizada e composta por diferentes atores que não envolvia apenas moradores fronteiriços, mas também empresários e políticos brasileiros e homens da Gendarmería Nacional Argentina. Vindos dos Estados Unidos, os cadillacs entravam pelo Paraguai e de lá eram conduzidos em barcos argentinos via rio Paraná até os puertos *Esperanza* ou *Delicia*, de onde eram transportados em caminhões até as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen. Dessas cidades os carros eram levados até seus compradores em diversos pontos do país, como Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e até São Paulo. (FERRARI, 2010).

Lá por Dionísio Cerqueira se fazia muito contrabando de carros cadillac, até tinha o Hélio Wasun, que trabalhou na minha firma, que trazia aqueles carros de lá pra cá. Eu dizia pra ele: pare com isso, porque amanhã ou depois tu vai parar na cadeia! Ele era um dos que fazia o contrabando de carros. Ele foi Secretário e morreu como Secretário do Oeste, [...].Esses carros ele tinha os comprador dele, isso não ficava por aqui ia lá pro Rio Grande, Paraná e também pro litoral, Florianópolis. [...]¹⁷⁴

Na pesquisa de campo, vários depoimentos atestam para a formação de redes organizadas nas interações transfronteiriças via descaminho, como, por exemplo, a do contrabando de cadillacs, que no momento da travessia em Bernardo de Irigoyen - Dionísio Cerqueira, os controles fiscais de ambos os lados do limite internacional desapareciam, comprovando um jogo matizado de cores sobre os controles e que exigia a cumplicidade de atores

¹⁷⁴Entrevista realizada com morador de São Miguel d'Oeste, janeiro 2007.

públicos e privados de ambos os lados da fronteira linear para que o descaminho se realizasse. Um médico-veterinário de Barracão diz que até mesmo grandes políticos do país eram de tempos em tempos atores do descaminho por esse segmento fronteiriço. E cita o exemplo do ex-presidente João Figueiredo, que comprou cavalos de raça na Argentina e utilizando-se do descaminho introduziu aqueles animais em território brasileiro via Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen. Nas palavras do entrevistado:

[...] durante a ditadura militar brasileira, especificamente no governo de Figueiredo, fui procurado para dar um atestado de sanidade a alguns cavalos que foram trazidos da Argentina para o Brasil por militares brasileiros. Estes cavalos eram para o próprio presidente do Brasil. Então você vê que no momento em que estão no poder eles fazem os outros cumprirem as leis, mas eles não cumprem, eles se acham imunes a elas, porque na verdade eles estavam contrabandeando os cavalos aqui pela fronteira seca [...].¹⁷⁵

Por esse depoimento vê-se que, embora o contrabando descaminho seja considerado um crime de violação dos territórios nacionais, os controles fiscais não eram aplicados de forma homogênea a todos os atores, pois segundo a pesquisa de campo, enquanto as interações entre atores locais fossem dificultadas, para atores fora da escala local as interações ilegais eram facilitadas, sobretudo quando se tratava de atores com influência no poder político. Mas, em oposição ao conceito de violação dos territórios nacionais, tanto fronteiriços quanto atores da escala regional foram traçando inúmeras estratégias para manter as interações transfronteiriças, notadamente as econômico-comerciais.

Embora seja difícil estimar ou quantificar a densidade dos fluxos econômicos informais que lá ocorriam devido à ausência de registros, segundo a pesquisa de campo, na década de 1950, ao lado da exportação da madeira, houve aumento considerável do contrabando descaminho, notadamente de produtos e mercadorias de consumo corrente vindos da Argentina. Desse modo, enquanto os fluxos da madeira brasileira estavam orientados para a Argentina, os

¹⁷⁵Entrevista realizada com morador com um médico-veterinário de Barracão, março de 2008.

fluxos do descaminho estavam direcionados ao Brasil. Além disso, a cada produto que entrava ou saía do país via descaminho ele formava um campo de interações diferentes. Por exemplo: os brasileiros exportavam ilegalmente para a Argentina inumeráveis cargas de pneus e de pinhão. Enquanto os fluxos de pneus estavam orientados mais aos centros maiores da Argentina, como, Posadas, Corrientes, Córdoba, Buenos Aires e outros, os fluxos do pinhão estavam orientados quase que exclusivamente para a província *Misiones*, pois à época os *misioneros* já cultivavam o pinheiro-do-paraná. Aliás, o contrabando do pinhão contribuiu, sem dúvida, para que os departamentos de *Manoel Belgrano* e *San Pedro* se tornassem, já na década de 1980, o “império das araucárias”, pois os argentinos compravam a “*semilla de pinho*” para o reflorestamento e não para o consumo. Em sua entrevista, Olímpio Dal Magro, de São Miguel d’Oeste, informa que, em troca dos produtos enviados para a Argentina via descaminho, os brasileiros traziam daquele país diversos produtos e mercadorias de consumo corrente, como charque, azeite de oliva, azeite de girassol da marca *cocinero*, bebidas e enlatados diversos, doces, café, tanino (produto químico para curtição de couro), querosene, sabão, sabonete, fósforos, pregos, armas de fogo, munição e outros, mas os fluxos mais densos e mais frequentes eram gerados pela farinha de trigo e banha suína, por serem mais lucrativos. E acrescenta:

San Pedro com São Miguel d’Oeste tinha comércio que nem em Dionísio, só que por aqui era um pouco mais difícil que lá em cima, porque no começo era tudo com mulas e a cavalo, depois quando abrimo estrada daí deu trânsito melhor aí começou com caminhão. O comércio com os argentinos foi grande, muito grande! Quando ainda não tinha estrada aberta, os cargueiros de mula levavam os pneus daqui até o rio Peperi e lá os argentinos esperavam com outros cargueiros, aí eles faziam as trocas, porque daqui iam pneus e outras coisas que eles lá não tinham, e de lá vinha outros produtos. Mas o que mais vinha era farinha de trigo e banha de porco, porque esses davam mais lucro e também porque aqui não tinha, [...], era o chamado escambo, né. Depois, quando já tinha caminhão e estrada daí o caminhão levava as cargas até o rio Peperi e de lá os argentinos levavam pra San Pedro em cargueiro de mulas, porque do rio pra lá, naquele tempo, só tinha 20 quilômetros de estrada aberta, então

caminhão não passava, era só cargueiro. Os pneus vinham de firmas grandes lá de Porto Alegre, mas não vinha só aqui para São Miguel, ia pra Dionísio, Santo Antônio do Sudoeste e pra Foz do Iguaçu. Esse deu um comércio grande com eles. Na volta sempre iam cargas de farinha de trigo e banha. Ali por Dionísio e Santo Antônio do Sudoeste o contrabando era bem maior que São Miguel e *San Pedro*, porque era bem mais fácil, né, as cidades são juntas, então era só desembarcar dum caminhão e embarcar no outro e os pneus iam embora; já por aqui dificultava um pouco, porque mesmo sendo baixinho, o rio Peperi não tinha ainda ponte, daí os caminhão não conseguia passar pra lá e pra cá, daí dificultava um pouco mais, né, mas se negociava igual [...].¹⁷⁶

Outros depoimentos também corroboram a existência de frequentes interações transfronteiriças entre as cidades de São Miguel d'Oeste e *San Pedro*, como este de um ex-*madriñero* de tropas de mulas residente em *San Pedro* que revela inclusive que, já na década de 1960, de tempos em tempos a Gendarmería Nacional Argentina fazia a fiscalização no departamento de *San Pedro*, principalmente no rio Peperi-Guaçu, por isso os fronteiriços abriram vários descaminhos e criaram esconderijos em meio à mata argentina onde ocultavam os produtos e mercadorias trocados entre os dois lados do limite internacional. E informa:

Daqui saía cantidad de bolsas de farinha de trigo pro Brasil! Naquele tempo a farinha era tudo em bolsa de 70 quilos, cada mula levava duas bolsas de farinha, então carregava 140 quilos de farinha no lombo. Os cargueiros tinha entre 40 e 42 mulas. Daqui o que mais se levava era farinha, e de lá do Brasil se trazia muito pneu e também cachaça. Os gendarmes não queriam que entrasse aqui cachaça porque os *obrero* ficava tudo *borrachos*, então se pegavam algum com isso eles prendiam e passava o laço! Cada mula carregava dois pneus de caminhão, mas quando era pneu pra caminhonete e carro pequeno aí podia ponhar quatro a cinco pneus no lombo que as mulas ia embora! As mulas subiam e desciam os serros (morros) e onde passavam afundavam o chão de tanto peso, né! Não tinha controle, depois lá por 1960 a Gendarmería começou a bater ali, aí já tinha que se cuidá mais, porque

¹⁷⁶Entrevista realizada com Olímpio Dal Magro de São Miguel d'Oeste, janeiro 2007.

era tudo contrabando, mas se fazia igual, [...]. Na Argentina faltava pneu, e lá no Brasil faltava farinha de trigo, e lá a farinha valia muita *plata*, daí dava bastante escambo, né! Nesses caminhos tudo aí era só troperia indo e vindo! [...].¹⁷⁷

É preciso lembrar que na década de 1950 também havia acordos entre Brasil e Argentina para o pequeno comércio fronteiriço destinado somente à subsistência das famílias fronteiriças, mas não contemplava as cidades gêmeas de *San Pedro*\São Miguel d'Oeste. Para regular as interações transfronteiriças e evitar a evasão fiscal, os únicos pontos desse segmento de fronteira onde os fronteiriços podiam adquirir produtos ou mercadorias de consumo corrente eram as cidades de Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste*San Antonio* que, embora desempenhassem funções portuárias, não eram habilitadas ao comércio internacional. No entanto, por ser uma fronteira aberta de fácil travessia e pouco fiscalizada, os fronteiriços de ambos os lados do limite interagem por diversos descaminhos, e aquele tipo de comércio tornou-se, ao lado da exportação da madeira, atividade econômica informal bastante lucrativa. E já não envolvia apenas habitantes fronteiriços, envolvia também atores de fora da escala da zona fronteiriça, como, por exemplo, donos de moinhos, donos de frigoríficos e outros atores públicos e privados que viam naquele tipo de comércio não apenas uma forma de obter lucros, mas também uma forma de abastecer o mercado regional, carente daqueles produtos no lado brasileiro.

Segundo entrevista com um morador de Barracão, argentino de nascimento, a partir de 1950, com a chegada dos gaúchos vários galpões, armazéns e frigoríficos foram montados de fachada nas cidades de Dionísio Cerqueira e Barracão para armazenar produtos e mercadorias que vinham da Argentina via descaminho. Seu extenso depoimento é rico em detalhes e revela não apenas estratégias traçadas pelos atores nas cidades gêmeas, mas igualmente relações distintas entre os atores do contrabando descaminho e a violência que permeava tais relações. Nas palavras do entrevistado:

Quando os gaúchos começaram a chegá aqui o contrabando aumentou que Deus o livre! Naquele tempo a Argentina era uma potência, tinham de tudo, então os

¹⁷⁷Entrevista realizada com um ex-madriñero de tropas de mulas, em San Pedro, agosto 2008.

gaúchos que vieram pra cá, muitos ficaram ricos com o contrabando. Começaram a abri frigoríficos, armazéns, moinhos, mas era tudo negócio do contrabando que vinha da Argentina. O Tozzo fez um frigorífico e armazém ali onde hoje tá a ENCOL, então ele trazia da Argentina: azeite, bebidas, carne, enlatados de tudo que é tipo, farinha de trigo, tropa de gado, tropa de porco, trazia tudo por contrabando. Naquele tempo o contrabando dava dinheiro que barbaridade! Depois ele tinha caminhão, então levava pra fora pra vender, né, então foi um dos que aqui ficaram ricos e depois foi embora. O Guareschi, aquele também tinha armazém e açougue, depois montou supermercado, mas tudo vinha da Argentina por contrabando esse era velhaco que Deus o livre, esse mora ainda aqui, até hoje eu judio dele. Tinha o Ramón, esse tinha um galpão cheio de saco de farinha de trigo de 70 quilos e quantidade de latas de banha. Um dia fui visitá ele, né, aí ele tava com 200 mil cruzeiros nas mãos, pegou aquele maço de dinheiro, era tudo aquelas notas vermelhas graúdas, né, bateu em cima da mesa e disse: – *aqui ó, fiz tudo isso essa noite!* Os Gendarmes? Mas mesmo os gendarmes ganharam muito dinheiro pra ajudá passá os caminhões. Ali na divisa, pertinho do cemitério internacional, ali tava cheio de armazéns e galpões, passavam as mercadorias pelo cemitério, ali carregavam e descarregavam os caminhões e os gendarmes ajudavam passa pra cá. [...].¹⁷⁸

Em 25 de junho de 1954, o Presidente Getúlio Vargas, no intuito de coibir o contrabando, assinou o Decreto-Lei nº 35.731, que instituíu uma zona de 50 quilômetros da linha fronteira para o interior do país (abrangendo desde o Mato Grosso até o Rio Grande do Sul) a ser fiscalizada pelo governo federal. (FERRARI, 2010). Entretanto, como esse segmento fronteiro não tinha tanta visibilidade e fiscalização, segundo a pesquisa de campo, as décadas de 1950 a 1970 marcaram o auge do contrabando descaminho. Dentre os vários produtos que entravam no país via descaminho destacavam-se a farinha de trigo e a banha suína de produção argentina, produtos que geraram densos e frequentes fluxos não apenas entre as cidades geminadas, mas também noutras escalas. Aqueles produtos de consumo corrente eram adquiridos em *Buenos*

¹⁷⁸Entrevista realizada com morador de Barracão, janeiro de 2007.

Aires, Posadas ou *Corrientes* por comerciantes de *Bernardo de Irigoyen, San Antonio* e *San Pedro* e revendidos a comerciantes ou particulares das cidades brasileiras de Dionísio Cerqueira, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel d'Oeste. Dessas cidades a farinha de trigo e a banha de porco eram revendidas a particulares, casas de comércio, restaurantes, hotéis, frigoríficos, armazéns e supermercados, moinhos e outros, tanto na escala da zona fronteira quanto na escala regional e nacional. O aumento do consumo daqueles produtos argentinos em lado brasileiro se deve a vários fatores, dentre eles a fraca produção no país, que eleva os preços no mercado brasileiro. Por exemplo: naquele período, a indústria de óleo de cozinha no Brasil era ainda inexistente, portanto a banha suína era a principal gordura de cozinha até por volta de 1970. Além disso, a produção da banha estava submetida ao próprio crescimento e engorda dos animais que se fazia pelo sistema tradicional, ou seja, sem modificação genética dos animais para aceleração do crescimento e engorda como é hoje.

Com a grande demanda do produto e as limitações da produção brasileira, a banha suína chegava aos consumidores finais normalmente a preços bastante elevados. Já na Argentina aquele produto, além de ser de muito boa qualidade, era oferecido a preços muito mais baixos devido à diferença cambial entre os dois países, daí o aumento do contrabando da banha argentina para o Brasil. Além do mais, muitos caboclos brasileiros safristas de porcos no nordeste de *Misiones* vendiam boa parte de sua criação de porcos no lado brasileiro, normalmente destinados aos frigoríficos brasileiros que foram surgindo na região e também a particulares dedicados à produção de banha no conjunto da zona fronteira.

Com relação à farinha de trigo ocorria o mesmo: a produção em escala nacional não atendia a demanda do mercado brasileiro, exigindo que naquele período o governo brasileiro importasse o trigo, o que encarecia seus derivados. Em contrapartida, a Argentina era o segundo maior produtor de trigo da escala mundial, competindo apenas com os Estados Unidos, além de possuir moinhos com tecnologias modernas para produzir farinha de muito boa qualidade e mais barata. (FERRARI, 2010). Na escala regional brasileira, segundo a pesquisa de campo, o consumo da farinha argentina teve aumento significativo entre 1950 e 1970, pois com o incremento da colonização e o desenvolvimento do ciclo econômico madeireiro,

praticamente todas as famílias do Oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná passaram a consumir aquele produto argentino, escasso no lado brasileiro. Embora houvesse políticas de incentivo à produção do trigo naquele conjunto regional fronteiriço, as safras do trigo eram excelentes, mas ao deixar o produto nos poucos moinhos da região a transformação dos grãos em farinha gerava um produto de péssima qualidade “*a farinha saía marrom, quase da cor da terra, muito ruim e o pão ficava duro e batumado, muito escuro, quase não dava pra comê*”,¹⁷⁹ pois os moinhos da região não possuíam ainda tecnologias adequadas para a produção da farinha de trigo.

Segundo um radialista de São José do Cedro, desde 1946 a compra da farinha de trigo argentina pelos brasileiros já era bastante significativa, pois além da carência daquele produto na região brasileira, o governo brasileiro proibiu a importação tanto do trigo em grãos quanto da farinha argentina, o que elevou ainda mais os preços daquele produto na escala nacional. Esse foi um dos fatores que muito contribuiu também para o aumento do descaminho na escala regional. Em suas palavras: [...] *o Presidente Dutra proibiu a importação da farinha de trigo argentina e mandou o pessoal comer farinha de milho! Então o que aconteceu? O pessoal ia buscar a farinha de trigo na Argentina por contrabando [...]*.¹⁸⁰

Entretanto, para os fronteiriços das cidades gêmeas, a compra da farinha de trigo argentina e de outros produtos não era contrabando, era uma necessidade básica dos fronteiriços, devido à ausência daquele produto no lado brasileiro. Na verdade, naquele período, quem realmente tinha recursos para comprar grandes quantidades de farinha de trigo e banha suína da Argentina não eram os fronteiriços, eram empresários, madeireiros, comerciantes e outros atores de passagem pela zona fronteiriça, para explorar os diferenciais cambiais e lucrar com aquele comércio informal. Obviamente que os fronteiriços também eram atores participativos do descaminho, normalmente contratados pelos grandes compradores para fazer a travessia daqueles produtos, já que como moradores conheciam vários descaminhos e traçavam inúmeras estratégias para driblar a fiscalização no local. Atividade da qual participavam famílias inteiras, inclusive crianças, que durante o dia faziam o

¹⁷⁹Entrevista realizada com uma dona de casa de São Miguel d'Oeste, agosto de 2007.

¹⁸⁰Entrevista realizada com um radialista de São José do Cedro, janeiro de 2007.

contrabando formiguinha enchendo caminhões ou estocado o produto em casas ou galpões no lado brasileiro, gerando grande mobilidade geográfica entre as cidades gêmeas.

Em toda a região fronteira brasileira, donos de moinhos passaram a comprar a farinha argentina para misturar com a farinha de produção brasileira. Além disso, nas cidades geminadas, muitos moinhos e armazéns foram montados de fachada e os atores daqueles estabelecimentos comerciais compravam a farinha de trigo argentina e posteriormente trocavam as embalagens e a revendiam como produto brasileiro. O mesmo ocorria com a banha suína de produção argentina, adquirida por donos de frigoríficos localizados naquela região e em outras escalas, como no Rio Grande do Sul. Segundo a pesquisa de campo, dentre os frigoríficos que mais compravam farinha de trigo e banha suína de produção argentina encontravam-se: Sadia, de Chapecó (SC); Pagnoncelli, de Joaçaba (SC); Matarazzo, com filial em Jaguariaíva (PR); Saporitti, de União da Vitória (PR); Costi, de Encantado (RS); Botella & Cia, de Passo Fundo (RS); Frigorífico Santo Antônio, de Barril (RS), hoje Frederico Westphalen e outros.

Assim como muitos moinhos da região, ao comprarem aqueles produtos argentinos, os donos de frigoríficos faziam o chamado branqueamento do produto, misturavam a farinha de trigo e a banha suína de industrialização argentina com a produção brasileira, não deixando vestígios do contrabando descaminho. Ao fazerem a mistura dos produtos do descaminho, os frigoríficos inseriam o ilegal na econômica legal do país, já que a banha suína e a farinha de trigo eram posteriormente revendidas em toda a escala nacional como produção brasileira. Machado (1996, p. 17) define essa prática como “*lavagem do dinheiro*”, pois esta não se refere unicamente aos lucros obtidos através do contrabando de drogas, “*pode envolver também a fuga de capitais, o dinheiro proveniente do contrabando de armas, de grãos, de produtos eletrônicos, de matérias-primas para fabricação de armas [...]*”.

Se considerarmos que desde meados de 1940 até 1970 aqueles frigoríficos foram adquirindo inúmeras cargas de farinha e banha suína de origem argentina, pode-se dizer que aqueles produtos geraram diferenciais significativos, tanto na produção quanto na obtenção de lucros daqueles frigoríficos. Por isso, não seria fantasioso dizer que alguns dos frigoríficos do oeste de Santa

Catarina e sudoeste do Paraná e até mesmo do Rio Grande do Sul tenham se afirmado no mercado regional e nacional justamente com diferenciais de lucros obtidos pelos descaminhos. Os frigoríficos também adquiriam graxa de gado argentino, mais barata, para misturá-la à banha suína e aumentar o lucro. Além disso, compravam muitas cargas de suínos vivos do nordeste de *Misiones* para abate e produzir banha e toucinho, dentre outros produtos. Certamente que isso influenciou tanto nos diferenciais da produção quanto nos lucros daqueles frigoríficos. Portanto, por mais que se queira hoje obscurecer, não se pode negar que o contrabando descaminho gerou um diferencial para as agroindústrias da região e contribuiu, em parte, ao próprio desenvolvimento regional que naquele período estava muito mais ligado economicamente ao país vizinho do que ao Brasil. Aliás, grandes empresários, tanto do oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, quanto de outras regiões, como do Rio Grande do Sul, embora neguem, construíram suas fortunas alavancadas, em parte, no contrabando descaminho.

Pode-se dizer que dos fatores que contribuíram para impulsionar o comércio pelo descaminho e ampliar os fluxos para fora da escala da zona fronteiriça, os mais significativos foram a abertura de estradas e a chegada dos caminhões, ligando a zona fronteiriça a outras regiões. Aliás, os caminhões que faziam o transporte da madeira, pinhão e pneus para a Argentina, em seu retorno traziam daquele país cargas de banha suína e farinha de trigo, charque, sabão, sabonete, doces, biscoitos, enlatados diversos, tanino, animais vivos, excedentes agrícolas e outros de produção argentina.¹⁸¹ Mas enfatizamos o exemplo da farinha de trigo e da banha suína para mostrar que cada tipo de produto ou mercadoria gera diferentes campos de atuação das interações transfronteiriças. Por exemplo: enquanto os cadillacs vindos dos Estados Unidos geraram fluxos por mais de uma década direcionados quase que exclusivamente a centros como Florianópolis, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre, os fluxos da farinha de trigo e a banha suína de origem argentina estavam direcionados inicialmente à zona fronteiriça, ampliando-se depois para a escala regional e daí a outras regiões do país. Ou seja: o campo de interações transfronteiriças da farinha de trigo e da banha suína diferenciava-se fundamentalmente daquele dos

¹⁸¹ Entrevista realizada com Olímpio Dal Magro em São Miguel d'Oeste, janeiro de 2007.

cadillacs. Além disso, aqueles produtos argentinos geravam grande mobilidade geográfica em direção às cidades geminadas no centro da zona fronteiriça.

Desse modo, as cidades gêmeas, numa situação de isolamento em relação a centros econômicos importantes do país e em situação de marginalização socioeconômica e política, tornaram-se centros de referência regional e de atração comercial, pois ofereciam ali produtos e mercadorias de consumo corrente que não eram encontrados, por exemplo, no lado brasileiro. Assim, as cidades gêmeas foram sendo animadas por grande mobilidade geográfica, gerando frequentes fluxos de interações transfronteiriças não apenas entre si, mas em escalas diversas, ou seja, participavam do processo de desenvolvimento do conjunto regional fronteiriço. Além disso, o comércio pelo descaminho foi articulando uma rede de atores a qual não envolvia apenas os fronteiriços das cidades gêmeas, mas igualmente atores públicos e privados de outras escalas, como, por exemplo, comerciantes, empresários e homens dos Estados, agentes fiscais nacionais, estaduais e provinciais que participavam daquele comércio bastante lucrativo. Machado (1998, p. 46) tem razão quando comenta que, nessas situações,

[...], os nichos de corrupção se multiplicam, envolvendo desde o tradicional bastião que é a burocracia das aduanas, grupos sociais com negócios na faixa de fronteira, até organizações sediadas fora da faixa, mas que se aproveitam, de forma permanente ou intermitente, das oportunidades de lucrar com diferenciais de legislação, de moeda ou de risco.

E exemplo disso é o confronto do contrabando descaminho da banha suína ocorrido na noite de 28 de julho de 1965, no conjunto das cidades gêmeas Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen. Consta que naquela noite brasileiros, incluindo autoridades municipais e estaduais em cumplicidade com autoridades do governo nacional argentino em Bernardo de Irigoyen, estavam atravessando três caminhões carregados de banha próximo ao antigo hospital particular do Dr. Luis Carlos Barreiro e do cemitério internacional situados em Dionísio Cerqueira junto à linha internacional. Porém, dois gendarmes em serviço, por desentendimentos com os atores brasileiros daquele descaminho, tentaram impedir que aquele carregamento saísse do local. Os brasileiros iniciaram discussão com

os dois militares argentinos e estes, por sua vez, no intuito de intimidá-los e assim reter aquele contrabando, desferiram alguns tiros na direção dos brasileiros, que não tardaram em revidar, acertando um dos policiais argentinos. Mesmo tendo sido socorrido pelo médico brasileiro, em menos de uma hora o gendarme baleado foi a óbito. Enquanto o comandante da GNA foi se esconder na casa de um comerciante argentino, filho de um brasileiro, seus subordinados, revoltados com a morte do colega, uniram-se e armados adentraram o cemitério internacional onde passaram a disparar tiros de metralhadoras contra os brasileiros por mais de duas horas. Em lado oposto, os brasileiros com revolveres e espingardas, também desferiam tiros contra os militares argentinos. No fogo cruzado, tiros atingiram quartos do pequeno hospital particular do Dr. Luiz Barreiro, onde vários pacientes tiveram que ser retirados às pressas. Tal confronto gerou grandes tensões naquelas cidades e só terminaria com a intervenção de uma tradicional família de políticos e comerciantes de Bernardo de Irigoyen. Além disso, os residentes das cercanias da linha internacional onde ocorria o fogo cruzado não tinham a quem recorrer, já que os atores principais daquele espetáculo eram as próprias autoridades militares nacionais e estaduais que atuavam no local. Os três caminhões carregados de banha foram ao final retirados do local e transportados até a Linha Separação, no município de Dionísio Cerqueira, embora, boa parte do produto ficasse pelo caminho, pois com o tiroteio praticamente todas as latas foram perfuradas a bala, deixando escorrer a gordura: “[...], *daqui até a Separação, os caminhões foram derramando banha no caminho*”.¹⁸²

Aquele confronto teria sido minimizado pelas próprias autoridades e empresários que atuavam no local e não teria chegado ao conhecimento dos poderes nos centros das escalas nacionais. Na verdade, segundo a pesquisa de campo, praticamente todos os confrontos e crimes no conjunto desse segmento fronteiriço, notadamente ligados ao contrabando descaminho, foram, de certa forma, encobertos, pois muitos daqueles crimes envolviam homens públicos e empresários com certa influência no poder político, tanto nos centros das escalas nacionais quanto estaduais. Vários depoimentos atestam frequentes assassinatos de fronteiriços

¹⁸²Entrevista realizada com um aposentado de Barracão, março de 2008.

envolvidos em redes do descaminho, cujas vítimas eram normalmente pessoas pobres contratadas para fazer o descaminho e quando discordavam do pagamento pelo trabalho realizado, eram normalmente assassinadas. Além desses, muitas mortes de fronteiriços brasileiros, por exemplo, era fruto dos confrontos com gendarmes argentinos no exercício de suas funções. Segundo a pesquisa de campo, os gendarmes envolvidos no descaminho atuavam recebendo propina, e quando em trabalho flagrassem alguém fazendo descaminho sem o pagamento de propina, prendiam, torturavam ou matavam, dependendo das reações do infrator. Um morador de Barracão conta que quem mais sofria perseguições e restrições eram os moradores das cidades gêmeas, pois normalmente não aceitavam pagar propina aos gendarmes. Por isso, quando eram presos passavam por diversos tipos de violências físicas e psicológicas:

Os gendarmes surrava muito os brasileiros, surravam e pnhava os coitados amarrados nas árvores onde tinha formigueiros com formiga preta, né, aí as formiga mordida tudo! [...], surravam os miseráveis, porque com os grandes não se metiam! O Ramon dizia pra eles: - '*não faça isso comigo porque eu mato vocês!*' [...].¹⁸³

Segundo entrevista com um jornalista de Santo Antônio do Sudoeste, entre as décadas de 1960 e 1970, havia meses em que por diferentes motivos era cometido praticamente um homicídio por dia naquela cidade. Por essa razão, Santo Antônio do Sudoeste, além de carregar o rótulo de *far-west*, foi também caracterizada como a “*cidade do trinta e dois*”, porque a maioria dos crimes eram realizados com revólver de calibre 32. Segundo um aposentado residente em Bernardo de Irigoyen, na década de 1960, em apenas um mês ocorreram 26 assassinatos em Dionísio Cerqueira, fato que teria chegado ao conhecimento da Secretaria de Segurança do Estado de Santa Catarina. Algum tempo depois aquela Secretaria solicitou relatório ao Delegado de Dionísio Cerqueira informando o número das vítimas e a razão dos crimes lá ocorridos. Temeroso de eventual punição, o delegado recorre a comerciantes argentinos que exerciam cargos de liderança política em Bernardo de Irigoyen. Estes, por sua vez, aconselham-no a relatar à Secretaria de Segurança do Estado

¹⁸³Entrevista realizada com morador de Barracão, janeiro de 2007.

que nenhum assassinato havia ocorrido lá e que as mortes lá se deviam a doenças. O aposentado relembra o conselho dos argentinos ao delegado: “[...] diga pro governo que aqui não morreu nenhum matado, diga que tudo morreu de doença”.¹⁸⁴

Isso nos mostra que até para ocultar ou maquiagem crimes ligados ao contrabando descaminho havia solidariedade transfronteiriça entre atores públicos e privados no conjunto da zona fronteiriça. Em São Miguel d’Oeste e *San Pedro* também ocorreram confrontos entre gendarmes e brasileiros que praticavam o descaminho, onde pelo menos três gendarmes teriam sido assassinados perto do rio Peperi-Guaçu. Assassinatos que também teriam sido maquiados para não comprometer os atores e nem o próprio contrabando descaminho, pois sem a lei do silêncio provavelmente aqueles crimes nos territórios nacionais não ocorreriam ou não ficariam impunes. Mas, com o assassinato de gendarmes, aquele organismo de poder da Argentina enrijeceu os controles, notadamente sobre os habitantes fronteiriços, pois segundo a pesquisa de campo, os grandes contrabandos realizados com caminhões continuavam a ser praticados sem fiscalização. Com isso, vários momentos de tensões emergem entre atores fronteiriços e atores públicos representantes do poder das escalas nacionais e estaduais atuantes no local. Tanto os fronteiriços do lado brasileiro quanto os do lado argentino se revoltavam contra os gendarmes, principalmente quando brasileiros flagrados fazendo o descaminho de gêneros alimentícios eram assassinados em território argentino, pois normalmente os corpos eram retidos pelos gendarmes sem que a família pudesse velar o corpo da vítima. Algumas famílias, com o auxílio de amigos argentinos, até conseguiam fazer rapidamente o contrabando do(s) morto(s), mas na maioria dos casos as vítimas eram enterradas pela Gendarmería sem que a família pudesse participar do enterro, o que gerava sentimentos de revolta contra os atores públicos da escala nacional.

Na verdade, quando gendarmes em serviço assassinavam um brasileiro em território argentino, o morto passava a pertencer ao Estado, razão pela qual era enterrado pela própria Gendarmería e somente após cumprir o prazo de três anos enterrado em solo argentino é que a família poderia requerer o corpo e transladar os

¹⁸⁴Entrevista realizada com Raul Silva Dico em Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007.

restos mortais para o Brasil. Aquela norma era, na visão dos fronteiriços, notadamente das cidades gêmeas conurbadas, ato altamente desumano, pois as famílias queriam se despedir e chorar seus entes queridos. Mas, mesmo a vítima estando a poucos metros de distância de seus familiares, os gendarmes, sob nenhuma hipótese autorizavam a presença de familiares nos enterros que faziam de brasileiros por eles assassinados.

Os atores públicos eram temidos e ao mesmo tempo abominados pelos fronteiriços, pois exacerbavam no exercício de suas funções ligadas ao poder e não consideravam a história de vida dos fronteiriços e nem mesmo a realidade local. Além disso, como a fronteira linear não era habilitada ao comércio internacional, as autoridades nacionais e estaduais no local manipulavam o sistema de controle, ora deixando passar, ora trancando a mobilidade social de um lado ao outro do limite. A grande alegria dos fronteiriços era saber que atores públicos sofriam punições de seus superiores ou até mesmo outros azares, como mortes, assassinatos ou acidentes, como o acontecido com o Delegado Nolasco, de Dionísio Cerqueira. Homem respeitado por alguns, mas temido e abominado pela maioria dos fronteiriços, teria cometido inúmeras injustiças, como: raspar a cabeça de mulheres que andavam com roupas muito curtas ou que fossem suspeitas de serem prostitutas e expô-las em frente à delegacia de polícia para que a população as visse e as condenassem moralmente; colocar celas de cavalo em presos e os obrigar a ficar de quatro enquanto eram surrados com um chicote de couro, e outros abusos. Aquele delegado, oriundo de Florianópolis, exacerbava no exercício de suas funções e por vezes chegava a impedir que os fronteiriços brasileiros comprassem no lado argentino, mesmo ciente de que eles em tudo dependiam do comércio argentino.

Exemplo disso se deu no começo da década de 1970, quase às vésperas do Natal quando por desentendimentos com comerciantes argentinos, aquele delegado resolveu impedir os fronteiriços brasileiros de comprarem no lado argentino. Uma medida considerada arbitrária que gerou sentimentos de revolta entre os fronteiriços, pois além de os impedirem de fazerem suas compras cotidianas de produtos e mercadorias de consumo corrente, aquele delegado estava impedindo-os de fazerem suas próprias compras de Natal. Para que suas ordens fossem cumpridas, o delegado mandou

instalar uma corrente no caminho comumente utilizado pelos fronteiriços.

Obviamente que com o trancamento daquele caminho as pequenas cidades passaram a ser animadas ainda mais pelo descaminho, porém muitas donas de casa, quando flagradas fazendo o descaminho, acabavam perdendo suas pequenas compras, como, por exemplo, açúcar, café, querosene, fósforos e outros produtos, pois estavam passando fora do caminho permitido pela fiscalização argentina. Mas, segundo uma ex-comerciante de Dionísio Cerqueira, a revolta maior dos fronteiriços era perceber que aquele delegado não cumpria as normas que aplicava aos fronteiriços, ou seja, utilizando-se do poder que ele exercia por meio do Estado, ele continuava fazendo suas compras no lado argentino. Uma semana antes do Natal, ele pegou seu jipe e juntamente com seus três filhos e outro policial chamado Belfor, conduziu o veículo rumo a Bernardo de Irigoyen para fazer suas compras. Porém, pouco antes de chegar ao ponto onde ele havia instalado uma corrente para impedir os brasileiros de passarem para o lado argentino, ele percebeu que o jipe estava sem freio e mesmo tendo feito esforço para freá-lo, o veículo ultrapassou a corrente. Seu colega, prevendo o eminente acidente rapidamente saltou para fora do veículo, mas o delegado e seus filhos não tiveram a mesma sorte, pois o jipe ganhou impulso numa pequena descida e praticamente voou pra dentro do rio Peperi-Guaçu.

[...] ninguém se feriu, mas aquele acidente foi muito comemorado, todos riam do delegado e muitos gritavam: é castigo, é castigo! Bem feito! Depois do acidente, uns três dias antes do Natal, o Nolasco liberou a população pra comprar na Argentina, [...].¹⁸⁵

Outro fato comemorado entre os fronteiriços foi a expulsão de um gendarme da corporação. Segundo um aposentado de Barracão, aquele gendarme flagrou um brasileiro em Bernardo de Irigoyen fazendo contrabando e este reagiu contra o gendarme que, por sua vez, o matou. Como o militar argentino estava a pé e não tinha meios para levar o morto até as instalações da Gendarmería para enterrá-lo como de praxe, abandonou o defunto e retornou para a Gendarmería onde relatou o ocorrido a seu comandante. O comandante solicitou

¹⁸⁵Entrevista realizada com uma ex-comerciante de Dionísio Cerqueira, março de 2008.

que ele retornasse ao local com uma mula para buscar o morto para enterrá-lo, mas como era inverno, quando chegou ao local, o corpo já havia esfriado e encontrava-se endurecido e após várias tentativas em colocá-lo sobre a mula, o defunto não parava sobre o animal e sem muitas alternativas aquele gendarme cortou-o em duas partes para poder transportá-lo, razão pela qual teria sido expulso da Gendarmería Nacional Argentina pelo seu Comandante. Os fronteiriços lamentaram o ocorrido com aquele brasileiro, mas vibraram de contentamento ao saber que aquele gendarme fora rebaixado a “*paisano*” como mostra, em parte, o depoimento abaixo.

[...], o gendarme tentou dobrá o home e ponhá em cima da mula, mas não tinha jeito do home dobra, pois tava duro e esticado, né. Então o gendarme cortou a espinha do morto e ponhou a cabeça num cesto e as pernas noutro cesto e trouxe pra Gendarmería. Daí o comandante dele não gostou dele ter cortado o home aí expulsou ele da Gendarmería na hora! Mas de que jeito ele ia trazê o corpo no cargueiro, né? [...]. Foi expulso da Gendarmería e veio pro Brasil, casou com uma viúva rica de Dionísio e teve duas filhas com ela, depois ela morreu e ele se foi pra Argentina se terminou paisano [...]. Mas esse caso foi muito comentado aqui! A paisanada é que gostou que ele foi expulso, porque aqui todos fazia contrabando e os gendarmes eram muito ruins! Eu era contrabandista e os gendarmes eram a lei! [...]. O serviço aqui era escarço (escasso) então naquele tempo, contrabando era tradição e o contrabandista respeitado! Eu fui criado no sistema xucro, onde o direito de posse era por revolução, o contrabando por tradição e o linchamento por puxirão (estiramento). Contrabando era ir na Argentina comprar e trazer pra cá escondido. A gente comprava lá e pagava lá! Só que não tinha lei pra passar pro lado de cá. A lei era a lei dos gendarmes, e quando te pegavam te davam uma coça de laço [...]. Às vezes ficava uma semana lá preso e eles te macheteando, dando laço de ficá o lombo listrado e quebrando os dentes tudo! [...]. Mas naquele tempo, nem é bom contá isso, porque isso não é coisa bonita de se contá: pegavam os coitados, ainda mais brasileiros com contrabando, aí davam laço de quase matá. [...]. Quando não morria na mão dos gendarmes, morria depois, quando soltavam! [...].¹⁸⁶

¹⁸⁶Entrevista realizada com um aposentado de Barracão, março de 2008.

Mas entre atores fronteiriços e atores que representavam o poder das escalas nacionais e estaduais no local não havia apenas conflitos, havia também interações imateriais, como laços de parentesco pelos casamentos, laços de amizades construídos pelas relações sociais vividas no cotidiano ou em confraternizações, como festas, jogos e demais eventos sociais, notadamente nas cidades geminadas conurbadas. Entretanto, tais relações não impediam que atores fronteiriços, por exemplo, fizessem o descaminho, assim como não impediam que as autoridades cumprissem seu papel, sobretudo aplicando as normas territoriais, mesmo quando o infrator era amigo. Um aposentado de Barracão, em entrevista cita o exemplo de seu cunhado que de tempos em tempos, para complementar a renda da família, fazia o descaminho. Certa noite, quando fazia descaminho, a alguns passos de atravessar o limite na saída de Irigoyen para Dionísio Cerqueira, onde hoje está instalada a aduana integrada Brasil-Argentina, seu cunhado foi flagrado com duas latas de banha, cada uma pesando 25 quilos. O flagrante foi feito por um gendarme que era também seu amigo. Entretanto, vendo que o gendarme avançava rapidamente em sua direção e prevendo que ele apreenderia seu pequeno contrabando e sem conseguir correr, pois carregava 50 quilos de banha nas mãos, ele rapidamente depositou uma das latas de banha no chão e sacou sua arma dizendo: *‘não venha que eu te mato’!* Com a arma apontada para o gendarme o contraventor deu alguns passos para trás e atravessou o limite depositando uma das latas de banha em território brasileiro. Na seqüência, ainda com a arma apontada na direção do amigo, buscou a outra lata de banha no lado argentino e assim conseguiu atravessar seu ilícito para o Brasil. Segundo o entrevistado, a arma utilizada por seu cunhado *“não tinha nenhuma bala”*, estava totalmente descarregada! Aquele fato, não rompeu os laços de amizades entre os dois amigos e quando se encontravam, riam do episódio.

Esse exemplo é uma pequena amostra de como os fronteiriços se posicionam frente às normas territoriais nacionais: a favor ou contra elas, pois ao fazer o descaminho, o ator em cena descumpria uma norma territorial do país vizinho, já que o produto que ele havia adquirido na Argentina estava passando fora do ponto permitido pela fiscalização. No entanto, mesmo sabendo que violara normas territoriais da Argentina, para defender seu ilícito aquele ator não se utilizou apenas da arma, que obviamente o ajudou a intimidar o

gendarme e levar seu ilícito para o território brasileiro; ele se utilizou também do conceito de lei territorial de seu próprio território, pois tinha conhecimento de que o gendarme em serviço, mesmo a poucos passos do contraventor; não poderia detê-lo e nem mesmo apreender seu pequeno contrabando em território brasileiro, pois caso isso acontecesse ele estaria cometendo uma violação contra a soberania do território brasileiro.

Em situações semelhantes, os fronteirios apelam a um território sem fronteira linear, ou seja, apelam ao território por eles construído. A esse respeito é interessante observarmos o depoimento de um ex-prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, que revela, em parte, como isso funciona, pois em muitos casos, o que os Estados nacionais consideram contrabando e violação dos territórios nacionais, para os fronteirios, notadamente das cidades gêmeas, são trocas sem conotação de ilegalidade e que nascem exatamente da necessidade da complementaridade entre os dois lados da fronteira linear institucionalizada.

Aqui as cidades são gêmeas né, tem esse riozinho, mas é dessa largurinha né, então nunca dividiu nada! Aqui, no passado a vida era tudo em comum, tudo em comum! Então, uma vez fui chamado pela Gendarmería para uma reunião lá, houve um problema né, prenderam lá um brasileiro, era um rapaz novo, mas prenderam sem motivo nenhum, né, daí mandaram me chamar e eu fui lá né, na época eu era prefeito. Aí, cheguei lá e perguntei: o que aconteceu? Eles: – *é, foi preso porque tava levando contrabando!* Falara, falaram e eu só ouvindo, né. Aí depois eu falei: – escuta, porque vocês prenderam uma pessoa assim? Só porque ele tava levando cinco quilos de farinha e dez pedaços de sabão a mais? Isso não é motivo para prendê o rapaz! Nós aqui somos um corpo só, não temos divisão! Sabem o que significa o rio Santo Antônio pra nós? É uma artéria que liga os dois países, nós somos um corpo só! Mas olha, matei eles no cansaço! Aí um olhou pro outro e disseram: – *Dom Pedro, Dom Pedro, él está libre, está libre, hacer-lo* (deixe pra lá), *que se vá, que se vá!* Foi assim que eu os fiz perceberem que estavam cometendo uma injustiça!¹⁸⁷

¹⁸⁷Entrevista realizada com um ex-prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, março de 2008.

O depoimento mostra ainda que, em oposição às normas e regulamentações advindas dos poderes territoriais, em seus protestos os fronteiriços reivindicam não apenas um território sem fronteira linear, mas todo um conjunto de interações materiais e imateriais que os ligam, como famílias, laços de parentescos, laços de amizades e compadrio, dentre outros que os unem através de uma história construída no local, não por brasileiros e argentinos, mas pelos sujeitos fronteiriços. Na verdade, os fluxos informais, gerados pelas diferenças cambiais, notadamente de produtos e mercadorias de consumo corrente, é parte complementar do desenvolvimento socioeconômico das zonas fronteiriças, o que é particularmente visível entre cidades gêmeas que, em muitos aspectos, são extremamente dependentes umas das outras.

Vários autores já concluíram que as zonas fronteiriças são historicamente animadas por dois tipos de fluxos econômicos: um gerado pela informalidade ou ilegalidade, e outro mais formal, gerado pelas vias legais de cada Estado nacional. (PÉBAYLE, 1994). Obviamente que quando o contrabando descaminho se dá em larga escala fere o direito de cada Estado nacional, pois gera evasão fiscal e contribui inclusive para o fechamento de indústrias e o consequente aumento do desemprego, além de acarretar sérias implicações, como, por exemplo, sobre a produção agrícola ou animal, notadamente quando se trata de um produto contaminado por vírus ou pragas que entra num país via descaminho.

Mas, no discurso dos fronteiriços, se evidencia a alegação de que é inconcebível que alguém que tenha a oportunidade de comprar um produto ou mercadoria a um preço mais barato vá deixar de comprá-lo no outro lado da rua em função de normas territoriais regidas a distância e por vezes incoerentes com a realidade local. Por isso, quando um produto ou mercadoria é proibido, por exemplo, pela vigilância sanitária, os fronteiriços o buscam via descaminho, e isso, na visão de muitos deles, não é crime contra os territórios nacionais e nem ameaça ao país de destino, *“porque é uma forma de melhorar a alimentação da família, e as mesmas pragas e vírus que tem ali do outro lado tem aqui também”*.¹⁸⁸

Por outro lado, numa situação de marginalização socioeconômica e política dos Estados nacionais, é possível

¹⁸⁸Entrevista realizada com um morador de *San Antonio*, março de 2008.

questionar: o que teria sido dos fronteiriços brasileiros sem os produtos de consumo corrente e demais gêneros alimentícios, como farinha de trigo, açúcar, café, fósforos, querosene, sal, banha etc., vindos da Argentina durante mais de meio século? O que teria ocorrido com muitos dos frigoríficos da região oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná sem o diferencial gerado pela farinha de trigo e a banha suína de produção argentina, entre 1950 e 1960, quando muitos estavam se afirmando naquela região? O que teria acontecido se quase toda a madeira brasileira daquela região não fosse comercializada legal e ilegalmente com a Argentina?

Na verdade as interações transfronteiriças, notadamente aquelas econômico-comerciais pela informalidade, ao lado das interações formais, contribuíram, em parte, para a estruturação socioeconômica do conjunto regional fronteiriço do oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*. Porém, devido ao contrabando descaminho e aos crimes a ele ligados, além daqueles envolvendo a posse da terra e das próprias disputas pela madeira e outros que lá ocorriam, o conjunto socioterritorial desse segmento fronteiriço brasileiro-argentino, que já carregava o rótulo de valhacouto de bandidos, passou a ser ainda mais estigmatizado como região do crime e da violência.

7.3. A zona fronteiriça sob a imagem de valhacouto de bandidos e lugar da proscricção

A zona fronteiriça brasileiro-argentina formada pelo conjunto do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*, desde o começo do século XX acolhia inúmeros elementos socialmente excluídos e marginalizados, abrigava também elementos fugitivos da justiça de diversos centros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Corrientes e sul de *Misiones*, elementos que nem sempre eram de fato devedores da justiça, pois muitos se refugiavam naquele segmento fronteiriço por várias razões, como conflitos políticos revolucionários que ocorriam, por exemplo, no sul do Brasil e também por ameaças de morte recebidas em querelas com vizinhos e familiares, além de outras. Segundo a pesquisa de campo, alguns elementos foragidos da justiça, escolhiam esse segmento fronteiriço pela fraca presença dos Estados e também pela quase total ausência

de setores públicos de segurança pública, além da facilidade de fugir para o país vizinho.

Obviamente que com a quase total ausência de segurança pública dos governos nacionais e estaduais, no começo do século XX, as querelas entre fronteiriços eram normalmente resolvidas com as próprias mãos, num cano do revólver ou na ponta de uma faca ou facão, prática bastante comum em muitas regiões do país e também da Argentina e não apenas nessa zona fronteira. Mas, como já explicamos, a imagem dessa zona fronteira de *valhacouto de bandidos* foi, em parte, politicamente forjada para justificar um novo processo de exclusão dos habitantes fronteiriços, em sua maioria indígenas e caboclos posseiros. Isso ficou particularmente evidente em 1929, quando da viagem da comitiva do Presidente Konder pelo oeste de Santa Catarina. Uma imagem que não ficou restrita ao poder político do Estado de Santa Catarina, pois para atingir seus objetivos, era necessário divulgar tal imagem a toda a escala nacional.

Assim, se até por volta de 1950 essa zona fronteira foi caracterizada como *valhacouto de bandidos*, a partir da colonização agrícola passou a ser difundida como zona fronteira da transgressão, do crime e da violência, uma imagem cunhada com base nos vários conflitos pela posse da terra e também no contrabando descaminho. Segundo entrevista com um jornalista de Dionísio Cerqueira, a omissão dos governos estaduais e do governo federal em políticas de segurança criou uma imagem dessa zona fronteira um pouco mitificada no imaginário social, notadamente nos centros de poder político:

[...], essa fronteira ficou por muito tempo abandonada, tanto do ponto de vista social quanto econômico e político, quase não houve investimentos públicos, então a região padecia por muito tempo sem infraestrutura, em todos os aspectos! Os brasileiros dependiam totalmente do comércio argentino! Então, em função disso e também devido à luta pela terra e aos grandes contrabandos praticados por pessoas fora daqui criou-se uma imagem muito negativa dessa zona de fronteira, uma imagem de região de violência e do crime, [...].¹⁸⁹

¹⁸⁹Entrevista realizada com um jornalista de Dionísio Cerqueira, agosto de 2009.

Tal imagem não era difundida apenas em jornais e escritos de viajantes que passavam rapidamente por aquele segmento fronteiriço – como fez a comitiva de Konder na viagem de 1929 e mais recentemente o jornalista da Zero Hora de Porto Alegre, Carlos Wagner (2003), que a caracterizou como parte da região do “País Bandido” – era também fortalecida nos próprios centros de poder político dos Estados e do país e até mesmo em setores de segurança pública, como, por exemplo, em academias de Polícia Civil e Militar das capitais de Santa Catarina e do Paraná, que viam a zona fronteiriça sob um único prisma: o da contravenção e do crime. Segundo a pesquisa de campo, essa zona fronteiriça era tida pelo funcionalismo público, principalmente de setores de segurança estaduais e nacionais, como região de “degredo de maus funcionários” públicos.

A imagem que sempre se desenhou daqui foi a de que aqui era o fim de tudo, o fim do Brasil o fim da Argentina, o fim do Paraná e o fim de Santa Catarina, né. Um juiz recém-formado, por exemplo, pra ele vir pra cá para a Comarca de Barracão ou Dionísio, era tremendo castigo! Não só porque consideravam o fim de tudo, mas também porque essa zona sempre foi associada à violência e ao crime, [...] ¹⁹⁰.

Assim, além de ser uma zona fronteiriça marginalizada politicamente, pois foi e ainda é excluída de políticas públicas, a região foi, por muito tempo, estigmatizada não apenas como *valhacouto de bandidos*, mas também como *região da proscricção* de “maus” funcionários públicos, sendo inclusive comum ouvir professores de academias militares nas capitais falando: “*olha se vocês não se comportarem serão mandados para trabalhar lá em Dionísio Cerqueira, Barracão ou Santo Antônio do Sudoeste*”. ¹⁹¹ Logicamente, uma forma de intimidar novatos que não seguiam regras da academia, mas que, no fundo, reforçava o estereótipo região de bandidos ou como fizeram políticos catarinenses na viagem de 1929. Na visão do Coronel e Comandante da 9ª Região da Polícia Militar do Extremo Oeste de Santa Catarina, a imagem que se

¹⁹⁰Entrevista realizada com morador de Barracão, agosto de 2008.

¹⁹¹Entrevistas realizadas com policiais civis e militares em Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antonio, agosto de 2008.

desenhou dessa faixa de fronteira tem a ver com o próprio abandono político.

[...], nós éramos muito abandonados, tanto pelo Estado quanto pela União. Para você ter uma ideia, em 1977, quando eu entrei na Academia de Polícia Militar, nós ouvíamos que os castigos eram vir para essa região de fronteira. Então as ameaças de castigo eram: você quer ir pra São Miguel d'Oeste? Você quer ir para Chapecó ou Dionísio Cerqueira? O maior castigo para um oficial era, na época, ser transferido para Dionísio Cerqueira. Então se ouvia constantemente essas ameaças, porque a imagem dessa região de fronteira era de índios, de bang bang, Oeste selvagem etc., e essa imagem existe até hoje. Não, vou citar nomes, mas pessoas importantes, como de Florianópolis, ainda têm essa visão, eu vejo que é falta de conhecimento, [...].¹⁹²

A imagem da zona fronteira como lugar de proscricção remete a uma representação historicamente bem conhecida, a dos confins, qualificados como lugares de choques e conflitos, lugares com uma conotação de precariedade em políticas públicas e distanciamento dos centros mais desenvolvidos. Remete igualmente à ideia encontrada na Bíblia Sagrada, de que confins eram lugares para onde se expulsavam os males de uma sociedade. Aquela imagem pejorativa não exercia apenas efeito negativo sobre a zona fronteira, mas também sobre os fronteiriços, que eram socialmente marginalizados como bandidos e contrabandistas, e sob esse olhar não mereciam funcionários públicos estaduais e nacionais de boa índole. Segundo a pesquisa de campo, entre aspirantes da Polícia Civil e Militar do Paraná e de Santa Catarina circulava o dito de que ser designado a trabalhar naquela região era tremendo “*castigo*” até mesmo para policiais considerados “*de boa conduta*”.¹⁹³ Segundo um Delegado da Polícia Civil de Barracão, quando policiais da região eram convocados a participarem de cursos de formação complementar nas capitais de seus Estados, alguns até procuravam omitir aos colegas de curso o lugar onde atuavam, pois essa revelação logo dava espaço para a indagação: “*O que você fez para*

¹⁹²Entrevista realizada com Coronel e Comandante da 9ª Região da Polícia Militar do Extremo Oeste de Santa Catarina, São Miguel d'Oeste, agosto de 2008.

¹⁹³Entrevista realizada na Academia de Polícia de Florianópolis, em novembro de 2009.

merecer tal castigo?”¹⁹⁴ Um ex-fiscal da Coletoria Estadual do Paraná, hoje residente em Santo Antônio do Sudoeste, contou que em 1951, quando trabalhava em Rio Negro, solicitou a seu chefe uma transferência para o Posto Fiscal de Santo Antônio do Sudoeste. Assombrado com o pedido o superior encarou-o e disse: ‘ – *qual é a tua, cara? Sair daqui de Rio Negro para Santo Antônio? Lá nós só mandamos funcionários que não prestam, pros bandidos matarem ou pras onças comerem!*’.¹⁹⁵ Na mesma direção desse depoimento, uma funcionária da EPAGRI, residente em Dionísio Cerqueira, contou que na década de 1980, quando trabalhava em Chapecó, na antiga ACARESC, pediu transferência para Dionísio Cerqueira para trabalhar com Assentamentos dos Sem Terras e o gerente do setor da Economia Doméstica da ACARESC tentou demovê-la de sua decisão, dizendo:

– *you está completamente louca!* Eu: por quê? Ele: – *porque lá só tem bandidos, contrabandista e prostitutas! O que é que você vai fazer lá?* A imagem que eles tinham de Dionísio era horrível! Mas não era verdade, e graças a Deus que eu vim pra cá, estou aqui há 22 anos e tenho orgulho daqui. Criei meus filhos aqui e já me ofereceram outros lugares para eu trabalhar, mas eu não quero sair daqui. Eu sempre disse e digo que fronteira não é problema, porque o pessoal costuma pensar que a fronteira só tem problemas, aqui tem problemas sim, mas tem muitas coisas boas também! Dionísio Cerqueira tinha um povo como tem hoje, que trabalha e que trabalhou, que fizeram muito por este lugar e que construíram a vida aqui. Então aquela imagem negativa estava associada somente ao contrabando e aos crimes, depois já na década de 1980 foi associada às invasões de terras pelo MST [...].¹⁹⁶

A imagem da zona fronteiriça como lugar do crime e da contravenção também figurava nas capitais argentinas, como em *Posadas* e *Buenos Aires*, onde o nordeste de *Misiones* era pejorativamente rotulado como região paradora de bandidos, pois muitos fugitivos da justiça brasileira, notadamente do Rio Grande do

¹⁹⁴Entrevista realizada na Delegacia de Polícia Civil de Barracão, agosto de 2008.

¹⁹⁵Entrevista realizada com ex-fiscal da Coletoria Estadual do Paraná em Santo Antonio, março de 2008.

¹⁹⁶Entrevista realizada com uma funcionaria da EPAGRI em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

Sul, refugiavam-se naquela região. Aquela imagem, somada à própria ideia da fronteira como lugar de transgressão, geravam no imaginário social ideias equivocadas, por vezes baseadas em meras informações divulgadas pela mídia ou por visões particularizadas. A esse respeito, uma ex-florista de Dionísio Cerqueira, nos dá um exemplo de como a imagem da zona fronteira exercia efeito negativo e até mesmo temor entre pessoas de centros maiores. A entrevistada conta que, na década de 1960, certa tarde uma senhora argentina foi até sua loja para comprar flores e doces e na saída acabou esquecendo sua carteira com 1.500,00 pesos argentinos. A proprietária da floricultura guardou aquela carteira e avisou suas funcionárias que se a cliente retornasse e ela não estivesse na loja era pra devolvê-la. Na manhã seguinte a cliente argentina retorna à loja e uma funcionária prontamente lhe devolve sua carteira. Entre espanto e surpresa, ao ver que todo o dinheiro encontrava-se na carteira, a cliente pede para falar com a proprietária e lhe agradecer. Nas palavras da ex-florista:

[...], ela ficou tão agradecida que se emocionou! Eu disse a ela que não precisava agradecer, pois tínhamos obrigação em devolvê-la. Aí começamos a conversar e ela me contou que havia chegado a Bernardo de Irigoyen há poucos dias e que naquele dia em que esqueceu a carteira era a primeira vez que havia saído de casa sem a companhia do marido. Depois eu soube que ela era a esposa do novo comandante da Gendarmería. Ela me contou que quando estava para vir de Buenos Aires para Bernardo de Irigoyen o pessoal lá de Buenos Aires assustaram muito ela, dizendo: *‘tu vai morar perto do Brasil?! Você é doida! Lá só tem ladrões e bandidos, lá ninguém presta, lá só tem prostitutas e muitos ladrões!’* Ela me disse: – *‘eu vim de Buenos Aires pra cá com muito, muito medo e me surpreendi, porque mesmo em Buenos Aires, dificilmente alguém que encontrasse minha carteira com dinheiro me devolveria!’* Então, essa senhora argentina ficou tão surpresa com a devolução da carteira e o dinheiro, porque ela imaginava que aqui só tinha gente que não prestava! A imagem que descreveram pra ela dessa fronteira era de puro banditismo. Claro que aqui tinha muitos problemas, mas vamos dizer assim: isso tem em todos os lugares, né! [...].¹⁹⁷

¹⁹⁷Entrevista realizada com uma ex-comerciante de Dionísio Cerqueira, março de 2008.

Pode-se dizer que a imagem do conjunto socioterritorial da zona fronteira como lugar do crime, da contravenção e da transgressão tem a ver, em parte, com o próprio papel dos Estados nacionais. Após longo tempo de abandono socioeconômico e político, quando os Estados nacionais se fazem efetivamente mais presentes, todas as ações são no sentido de implantar equipamentos de vigilância e da polícia para intervir sobre relações e práticas transfronteiriças consideradas pelos poderes políticos como transgressivas dos territórios nacionais. Portanto, as ações lá empreendidas foram no sentido de romper com o conjunto socioterritorial tecido pelos fronteiriços entre os dois lados da fronteira linear. Tais ações foram obviamente geradoras de conflitos entre fronteiriços e organismos de controle dos territórios nacionais. Ao lado desses, emerge uma série de outros conflitos ligados à posse da terra, conflitos que têm muito a ver com o papel dos Estados do Paraná e de Santa Catarina sobre aquela região, pois além de toda a omissão em políticas públicas eles entregaram aquelas terras para as colonizadoras que, para excluir os posseiros delas, não hesitaram em se utilizar de todas as formas de violência física e psicológica. Exemplo disso foram os conflitos ligados à posse da terra no sudoeste do Paraná, onde o próprio Estado, que deveria dar-lhes proteção, era mandante de muitos crimes cometidos contra colonos posseiros. Daí emerge a imagem da zona fronteira como região de violência e do crime, uma imagem negativa que se fortaleceu também pela condição desse espaço geográfico limítrofe onde as interações transfronteiriças eram consideradas pelos poderes políticos como transgressivas de normas dos territórios nacionais. A população fronteira foi e ainda é hoje discriminada, não apenas pela sua condição fronteira, mas também pela sua origem étnica, como mostra, em parte, o depoimento do Prefeito de *San Pedro*:

Toda essa zona carregou e carrega imagem negativa, como lugar perdido, onde se cometia todo tipo de contravenção, mas essa imagem tem tudo a ver com a falta da presença dos Estados. Era uma região até poucos anos atrás praticamente abandonada pelos Estados, claro que muitas vezes por uma questão mínima se resolviam na bala, se matando. Mas o que eu tenho pra te dizer é que as capitais não têm conhecimento da fronteira, o habitante de Buenos Aires, por exemplo, não sabe que existe San Pedro e nem quer saber, penso eu. Agora quem

mais discrimina essa região é a população de Posadas, discriminam mais do que os de Buenos Aires, chamam todos aqui de índios. Agora muitos que vêm das capitais ficam surpresos quando falamos de igual para igual, porque já saem das capitais com aquela imagem de que o povo do interior é mais ignorante, e por ser fronteira pensam que aqui só tem crime e contrabando, então ficam surpresos, [...].¹⁹⁸

Assim, as representações negativas que se fizeram, e ainda hoje se fazem, têm muito a ver com o próprio papel dos Estados nacionais e também com o próprio desconhecimento da geografia social e cultural da fronteira. As universidades e escolas de ensino fundamental e médio, tanto no Brasil quanto na Argentina, por exemplo, também contribuíram para disseminar uma imagem negativa das zonas fronteiriças, pois as abordagens sobre a geografia da fronteira, até bem pouco tempo atrás, se faziam quase que exclusivamente pelo viés político dos territórios nacionais e das ideologias nacionais. Assim, pode-se dizer, de maneira geral, que as zonas fronteiriças sofreram e ainda sofrem hoje com a imagem negativa concebida tanto pelos poderes políticos dos centros territoriais, que as tomam como espaços transgressivos das normas territoriais, quanto na concepção do imaginário social, que normalmente as veem como espaços de conflitos nacionais, de contrabando e de crime.

Além disso, em centros distanciados da fronteira é ainda muito comum ouvir expressões pejorativas fazendo referência à zona fronteiriça como lugar “*onde o diabo perdeu a s botas*” ou “*naquele fim de mundo*”. Na verdade, em muitos aspectos os fronteiriços continuam sofrendo injustiças sociais e discriminações, isso tanto por parte dos Estados quanto por parte da sociedade de modo geral. Isso demonstra certo desconhecimento sobre um espaço geográfico onde vicejam a geografia humana, cultura e social e não apenas a geografia política dos territórios e o contrabando. Obviamente que em zonas fronteiriças o contrabando está presente e de fato exige atenção dos Estados nacionais, mas as zonas fronteiriças não podem ser tratadas politicamente sob esse único viés, sob o risco de

¹⁹⁸Entrevista realizada com o Prefeito do departamento de San Pedro, em San Pedro, agosto de 2008.

penalizar segmentos importantes da população, deixando-os à margem da cidadania e na pobreza, uma exclusão não apenas territorial por ser fronteira, mas uma exclusão também social.

8 - INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS IMATERIAIS A PARTIR DE 1950

8.1. Introdução

Neste capítulo nosso objetivo é fornecer alguns exemplos de interações transfronteiriças imateriais que permitem evidenciar que as zonas fronteiriças não são apenas espaços políticos de normas jurídicas territoriais, elas são igualmente espaços construídos e vividos pelos fronteiriços, onde ao lado das interações mais materiais ocorrem também interações imateriais e que fortalecem o conjunto socioterritorial vivido pelos fronteiriços, por isso precisam ser consideradas. Nele evidenciamos também que as interações imateriais têm sido pouco consideradas pelos Estados nacionais que, pelo desconhecimento parcial ou total dos espaços fronteiriços, ou por tratarem os espaços fronteiriços unicamente pelo viés político, ainda vêem tais interações como transgressivas dos territórios nacionais.

8.2. Interações transfronteiriças na saúde

Enquanto as interações transfronteiriças mais econômico-comerciais legais e ilegais se estabelecem por períodos ou ciclos econômicos e até por variações cambiais, as interações transfronteiriças imateriais são, por vezes, mais permanentes. Exemplo disso são os laços de parentesco gerados pelas alianças matrimoniais, e os laços de amizade e compadrio, dentre outras. Essas interações imateriais não se estabelecem meramente por ciclos econômicos e nem findam com eles, elas se estabelecem no convívio social e cotidiano da fronteira que une os fronteiriços de um lado ao outro da fronteira e gera frequente mobilidade geográfica social. Outras interações imateriais são mais efêmeras e se instituem devido às próprias diferenças espaciais marcadas em matéria de serviços especializados públicos e privados e podem gerar grande mobilidade populacional geográfica, formando campos ou áreas de atração das interações transfronteiriças imateriais. Isso é bem visível nos conjuntos de cidades gêmeas e municípios próximos à confluência do limite internacional, que em muitos aspectos se complementam, não apenas em termos econômico-comerciais, mas igualmente de

serviços públicos e privados. Como já comentamos anteriormente, a cada objeto fixo implantado numa das cidades gêmeas e não em outra gera fluxos direcionados e cria imediatamente um campo de atração e atuação das interações transfronteiriças, o que é bem visível em cidades gêmeas conurbadas.

Os fluxos de interações imateriais obedecem também às especializações de serviços públicos ou privados. Por exemplo: as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e San Antonio\Santo Antônio do Sudoeste, desde que receberam funções urbanas passaram a implantar diferentes objetos fixos públicos e privados, e cada objeto fixo lá implantado gerava fluxos para determinado lado e formava imediatamente um campo de atuação das interações transfronteiriças imateriais. Como já demonstramos aqui, naquelas cidades praticamente todos os fluxos do comércio de consumo corrente estavam direcionados do Brasil para as cidades argentinas, tendência que já vinha se desenhando desde o começo do século XX até o começo de 1970, quando então os fluxos se inverteram para o lado brasileiro devido à valorização do peso argentino em relação à moeda brasileira.

Em contrapartida, na década de 1950 as cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste implantaram o sistema privado de saúde com fixos médico-hospitalares. Aqueles fixos, mesmo oferecendo serviços públicos pelo sistema privado, originaram imediatamente fluxos imateriais orientados para o lado brasileiro, gerando um campo de interações transfronteiriças imateriais. Assim, enquanto as cidades argentinas eram atrativas pelo setor de comércio, as cidades brasileiras tornaram-se atrativas pelos serviços de saúde que ofereciam. Segundo a pesquisa de campo, os fluxos de pacientes originados no lado argentino e direcionados para as cidades brasileiras não se restringiam meramente às sedes de Bernardo de Irigoyen e San Antonio, mas abrangiam todo o nordeste de Misiones, região onde não existiam equipamentos médico-hospitalares até a década de 1980, quando então surge em Bernardo de Irigoyen o primeiro hospital público do nordeste de Misiones. Até mesmo o departamento de San Pedro foi e ainda é emissor de fluxos de pacientes direcionados a Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste e dali para outros centros. Mas os fluxos emissores do nordeste de Misiones para o lado brasileiro já vinham desde o começo do século XX, pois como já demonstramos

anteriormente, desde as três primeiras décadas do século XX os fronteiriços do lado argentino buscavam tratamento de saúde na “medicina popular” praticada pelos curandeiros, notadamente caboclos brasileiros. Em decorrência disso, formou-se um campo de atuação das interações imateriais transfronteiriças geradas pelos serviços de saúde e se fortaleceu a partir de 1950, com a implantação do sistema de saúde nas cidades brasileiras na confluência do limite internacional.

Porém, aqueles hospitais eram extremamente precários, e os médicos clínicos gerais, sem especialização em tratamentos de média e alta complexidade. Mas, na medida em que foram surgindo serviços de saúde mais especializados no lado brasileiro, como, por exemplo, em Pato Branco, aqueles fluxos de pacientes do nordeste de *Misiones* foram sendo orientados para fora da escala da zona fronteira. No entanto, devido aos altos valores dos serviços especializados, os fluxos de pacientes para Pato Branco não eram densos e nem frequentes como aqueles direcionados aos hospitais de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Algumas famílias do nordeste de *Misiones*, com mais recursos financeiros, optaram por fazer planos de saúde em Pato Branco, pois ali já havia centros médicos e clínicas especializadas na área da oftalmologia, otorrinolaringologia, aparelho digestivo e outras especializações médico-hospitalares, mas os planos de saúde se restringiram a um curto espaço de tempo, notadamente entre as décadas de 1970 e 1980. Na verdade, desde 1970, Pato Branco tornou-se centro de referência em serviços de saúde especializados para todo o conjunto socioterritorial da zona fronteira. Uma agricultora da linha Gramado – *Bernardo de Irigoyen*, brasileira de nascimento conta:

Ainda tem bastante gente daqui que vai pra se tratá em Pato Branco, eu mesma me trato lá em Pato Branco, faço tratamento de coluna, tenho duas filhas que moram lá em Pato Branco, então sempre vou pra lá. Meu marido também se trata lá, ele tem prótese na perna, então todo o acompanhamento e a troca da prótese ele fez lá. A prótese tivemos que pagá, custou 1.250,00 reais, [...]. Quando não tem tratamento em Pato Branco aí eles encaminham pra Francisco Beltrão e Cascavel. [...].¹⁹⁹

¹⁹⁹Entrevista realizada com uma agricultora de linha Gramado – Bernardo de Irigoyen, em agosto de 2008.

Com a municipalização do sistema de saúde pública na década de 1980, tanto nas cidades brasileiras como nas argentinas, os fluxos de interações imateriais gerados pela busca de tratamento de saúde passaram a fluir de acordo com as especializações de serviços oferecidos em um ou outro lado da fronteira linear. Segundo a pesquisa de campo, mesmo havendo um hospital público em Bernardo de Irigoyen, o nordeste de *Misiones* continuou e ainda hoje continua sendo região emissiva de fluxos orientados na busca de serviços de saúde no lado brasileiro. É uma tendência que segue as especializações dos serviços médico-hospitalares e odontológicos e que vem sendo mantida, sobretudo pelos migrantes brasileiros e *bratinos*²⁰⁰ residentes no nordeste de *Misiones*. Um médico de Bernardo de Irigoyen, neto de brasileiros, afirma que de cada 100 pessoas no nordeste de *Misiones*, 98 são brasileiros ou filhos de brasileiros, por isso:

[...], quem busca serviços de saúde em Pato Branco, Beltrão, Cascavel e Chapecó, são esses brasileiros que estão aqui e que de alguma forma eles ainda têm ligação com o Brasil. Aqui argentinos mesmo são muito poucos, temos os funcionários públicos, gendarmes, exército e *policia*, mas estes já têm planos de saúde especial e buscam se tratar em Posadas ou Buenos Aires, [...].²⁰¹

Como já destacamos, a migração brasileira para o interior de *Misiones* estabeleceu laços de parentesco, amizade, apadrinhamento e compadrio, e em decorrência dessas interações imateriais, outras foram estabelecidas, como as geradas pela saúde. A busca de serviços de saúde pelos fronteiriços do nordeste de *Misiones*, notadamente migrantes brasileiros, tem gerado discursos matizados de pertencimento e de identidade nacional. Em outras palavras, para terem acesso aos serviços médico-hospitalares e odontológicos, entre outros gratuitos, flui um discurso de pertencimento, sendo comum ouvir “*somos brasileiros, não deixamos de ser brasileiros só porque moramos na Argentina*”. Esse discurso pautado em sentimentos de pertencimento serve para conquistar alguns serviços públicos gratuitos, e dependendo do favorecimento que podem obter de um

²⁰⁰ Termo que no nordeste de *Misiones* designa os nascidos de brasileiros com argentinos.

²⁰¹ Entrevista realizada com um médico clínico geral de Bernardo de Irigoyen, em agosto de 2008.

lado ou de outro do limite, ora se dizem argentinos, ora se dizem brasileiros. Por outro lado, em outras situações que não sejam para obter serviços públicos gratuitos, muitos se revelam como gaúchos, outros como italianos, alemães, polacos ou brasileiros. Vê-se assim um jogo de estratégias com base nas identidades nacionais para barganhar parcos serviços públicos, como os de saúde e outros, mas vê-se também que os fronteiriços não possuem apenas uma identidade.

Como já explicamos, o nordeste de *Misiones* representou por muito tempo uma região de exclusão social dos fronteiriços brasileiros, especialmente caboclos e colonos sem terras. Uma migração forçada para uma região que, a exemplo do lado brasileiro, sofreu e ainda sofre o abandono político do Estado nacional, principalmente em políticas públicas, como as de saúde e educação, por exemplo. Desse modo, os brasileiros, que ao longo do século XX foram forçados a migrar para a Argentina, mantiveram e muitos ainda mantêm toda sua documentação brasileira. A partir de 1980, com a municipalização do sistema de saúde nas cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, os migrantes brasileiros no interior de *Misiones* passaram a ser claramente manipulados por políticos do lado brasileiro.

Em épocas de eleição municipais, os candidatos a prefeito e vereadores das prefeituras daquelas cidades passaram a convocar os migrantes brasileiros residentes no nordeste de *Misiones* para votar naquelas cidades, e prometendo em troca dos seus votos o atendimento gratuito na saúde e outros benefícios em serviços públicos. Assim, o atendimento na saúde passou a ser assegurado, até recentemente, em troca do voto eleitoral. Por isso, mas também por outras razões, muitos brasileiros residentes no nordeste de *Misiones* mantiveram e muitos ainda mantêm toda sua documentação brasileira, inclusive o título de eleitor, o que lhes assegurava e assegura ainda a certos serviços públicos e benefícios no lado brasileiro.

Além disso, muitos pacientes daquela região buscavam e ainda buscam tratamento de saúde gratuito em Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste utilizando-se de endereços de familiares, parentes e amigos naquelas cidades. Isso serve também aos pacientes encaminhados pelas prefeituras municipais pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a centros especializados em serviços

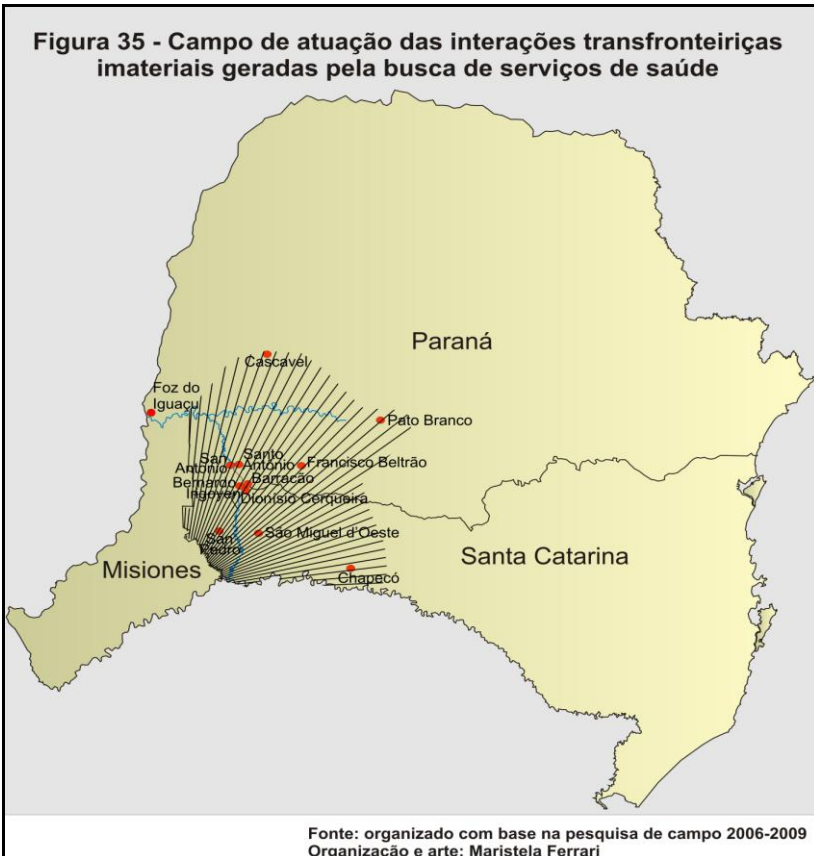
de saúde. Por exemplo: quando é diagnosticado carcinoma, o paciente é encaminhado para outro centro que ofereça serviços especializados, como quimioterapia e radioterapia. Mas, para que ocorra esse encaminhamento, os pacientes devem primeiramente procurar o atendimento primário nos serviços de saúde nas cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, e dali, caso necessitem de tratamento especializado, são encaminhados para centros que ofereçam tais serviços.

Atualmente os encaminhamentos de pacientes para fora da escala da zona fronteiriça têm sido frequentemente direcionados para Pato Branco, Cascavel, Francisco Beltrão e Chapecó, centros que hoje oferecem mais opções em serviços de saúde especializados, como doenças do coração, pulmão, visão, câncer, fígado, rins, coluna, estômago e outras enfermidades, além de outros serviços, como os radiológicos e laboratoriais. Mas caso aqueles centros não ofereçam determinados serviços de saúde, os pacientes são ainda encaminhados diretamente para Curitiba, Porto Alegre ou Florianópolis. Por exemplo: Cascavel é hoje centro especializado em oncologia, por isso recebe pacientes tanto do sudoeste do Paraná, quanto do nordeste de *Misiones* e extremo oeste de Santa Catarina. Aliás, segundo a pesquisa de campo, nos últimos anos as regiões oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná vêm apresentando elevados índices de câncer, atribuídos à trajetória da produção agroindustrial e ao consumo de água e alimentos contaminados. Para um Padre de São Miguel d'Oeste,

[...], aqui na região as doenças que mais tem se manifestado nos últimos anos tem sido, principalmente, os carcinomas, câncer uterinos, miomas, câncer intestinais, estomacais que se manifestam a cada dia! A gente tem acompanhado isso e o que se nota é que a maioria dos pacientes são pessoas que tiveram uma trajetória na agricultura. Hoje, em função de todas essas modificações na produção agrícola, estamos colhendo a desgraça. Eu creio que isso é fruto do uso indiscriminado de agrotóxicos e toda modificação da cultura agrícola e assim por diante [...].²⁰²

²⁰²Entrevista realizada com Padre de São Miguel d'Oeste, em julho de 2008.

Devido a isso, boa parte dos pacientes portadores de câncer do conjunto socioterritorial da zona fronteiriça, sobretudo das cidades gêmeas, é direcionada a Cascavel. Na verdade, o que se observa é que Pato Branco, Cascavel, Francisco Beltrão e Chapecó são centros que atraem hoje fluxos constantes de pacientes de o todo conjunto socioterritorial da zona fronteiriça. Por conseguinte, as interações imateriais geradas pela busca de serviços especializados na saúde têm gerado grande mobilidade geográfica e transpõem hoje o conjunto socioterritorial da zona fronteiriça, estendendo-se para o lado brasileiro num raio de aproximadamente 150 quilômetros ou mais. (ver **Figura 35**).



Vários exemplos poderiam ser aqui citados para demonstrar que os fluxos imateriais gerados pela saúde transpõem hoje o conjunto socioterritorial da zona fronteiriça. Mas, para sintetizar, citaremos apenas alguns exemplos, como este de um senhor brasileiro residente em *Dos Hermanos - Bernardo de Irigoyen* em cuja entrevista contou que sofreu um acidente de trabalho no sul da província de Corrientes, onde trabalhava como “*cortador de mato*” para uma empresa madeireira argentina. Segundo ele, no momento da queda de uma árvore, ela caiu sobre seu corpo, atingindo-o na coluna cervical e deixando-o incapacitado para qualquer outra atividade. Como ele não tinha qualquer contrato ou registro com a empresa contratante, pois “*trabalhava a frio*”, foi demitido imediatamente após o acidente sem nem mesmo receber tratamento médico-hospitalar emergencial. Os filhos o levaram ao hospital de Bernardo de Irigoyen, onde reside a família, porém aquele hospital não oferecia tratamento especializado para coluna cervical. A família buscou então ajuda no hospital municipal de Dionísio Cerqueira, mas ali também não encontrou nem recursos humanos e nem tratamento especializado. Diante daquela situação a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira encaminhou-o via SUS para Chapecó, onde o paciente passou a ser tratado. Outro exemplo é fornecido pelo vice-prefeito de Bom Jesus do Sul. Segundo ele, Bom Jesus do Sul, município desmembrado de Barracão em 1995, forma hoje par com as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen, pois:

[...], temos interações com os argentinos tão próximas quanto Barracão e Dionísio: nós estamos a uns cinco mil metros próximos do limite. O pessoal daqui vai lá pra Irigoyen para abastecer os carros, fazer compras, mas nossa aproximação maior é na verdade pelo atendimento a saúde. Quem nos procura aqui são os brasileiros que moram lá há muito tempo e muitos deles já naturalizados argentinos, os filhos nasceram no lado brasileiro, mas foram registrados na Argentina. Isso era comum no passado e ainda hoje acontece muito disso. Então eles vêm pra cá para buscar tratamento de saúde. Final do ano passado, por exemplo, nós tivemos duas gestantes de lá que tiveram seus filhos aqui, eram mães argentinas, filhas de brasileiros, os filhos foram registrados lá. Hoje pela manhã mesmo eu encaminhei uma paciente que mora na Argentina para Cascavel, ela está fazendo radioterapia,

tem câncer ginecológico. Ela consultava aqui, mas quando foi diagnosticado carcinoma nós a encaminhamos pelo SUS para Cascavel, porque aqui não tem tratamento para câncer. Ela só atravessa o limite e nós mandamos um carro da prefeitura lá pra buscá-la e levá-la para Cascavel, [...]. Nós aqui temos tentado barrar tudo aquilo que venha trazer gastos para o município, mas nós pensamos também na questão humanitária e no bom senso. Essa senhora argentina que faz radioterapia em Cascavel, por exemplo, ela é muito pobre, chegou aqui o diagnóstico foi o pior possível, então, como é que eu vou deixar de encaminhar ela para outro centro ou deixar de atender só porque não tem documento brasileiro? Tem que ter bom senso nessa hora! Nessa situação têm muitos, chegam aqui dizem: - *ó eu moro na divisa*, então se atende eles, muitas vezes se atende pensando que eles moram realmente no Brasil, mas na verdade moram na Argentina, [...].²⁰³

Segundo o Prefeito do departamento de *San Pedro*, neto de brasileiros, as interações transfronteiriças entre o departamento de San Pedro e o lado brasileiro se estabelecem pelo sistema informal, como as geradas pela saúde, que são promovidas mais claramente pelos migrantes brasileiros e filhos deles, os *bratinos*. Segundo ele, a concentração maior de brasileiros naquele departamento está no meio rural e fomentam frequentes interações não apenas econômico-comerciais com Paraíso, São Miguel d'Oeste, mas também com Dionísio Cerqueira e Barracão. Com relação a essas últimas cidades ocorrem constantes interações na saúde, pois o acesso lá é mais fácil e mais rápido em situações de emergência. E acrescenta:

Nosso hospital aqui só tem atendimento de 1º grau, (primeiros socorros), não tem tratamento ou atendimento especializado, nem cirurgias, porque não está equipado para tal. Aqui, quando precisam de tratamentos mais complexos, se procura encaminhar para Eldorado ou Posadas que tem mais especializações. Em casos extremos, vai para Buenos Aires. Mas aqui tem muitos brasileiros e filhos de brasileiros que vão diretamente pro Brasil pra se tratar. Esse é um costume antigo aqui, a gente diz que já é uma tradição. Vão pra lá porque aqui não tem tratamentos especializados, mas uma coisa que

²⁰³Entrevista realizada com o vice-prefeito de Bom Jesus do Sul, janeiro de 2007.

conta muito é a confiança nos médicos brasileiros. A tendência é pra Dionísio Cerqueira, Barracão e um pouco para São Miguel d'Oeste. É certo que esses que vão buscar tratamento no Brasil, se precisarem de tratamento mais complexo, eles serão encaminhados pra frente. O que a gente fica sabendo é que são encaminhados normalmente para Chapecó e Francisco Beltrão, mas tem outros lugares que também são encaminhados. Muitos desses pacientes são radicados aqui, mas ainda trazem toda documentação brasileira, [...].²⁰⁴

Mas os fluxos de pacientes do departamento de *San Pedro* direcionados para o lado brasileiro não são promovidos apenas por migrantes brasileiros e *bratinos*, são também promovidos pelos indígenas guaranis de reservas ou aldeias daquele departamento, notadamente daquelas situadas nas cercanias dos municípios de Itapiranga e Tunápolis. Segundo o vice-prefeito de Itapiranga, os fluxos fomentados pelos indígenas guaranis não são densos, mas desde 1995 ocorre certa frequência na busca de serviços médico-hospitalares e odontológicos naquele município. Segundo ele, as interações materiais não se dão apenas na saúde, mas também na assistência social. Além disso, os indígenas guaranis de *San Pedro* mantêm frequentes relações de comércio, tanto com a cidade de Itapiranga quanto com colonos da Linha Becker, onde muitos trabalham como diaristas nas propriedades rurais em troca de alimentos e roupas. E acrescenta:

[...], nós aqui não temos uma cidade argentina vizinha com a nossa, porque do lado de lá é só reserva florestal. Só que acontece o seguinte: dentro dessa reserva tem uma população indígena e essa população vem constantemente pra cá em busca de tratamentos de saúde e assistência social e comércio. São indígenas guaranis, então a gente presta serviços de saúde e dá assistência social, fazem consultas, tratamento odontológico, partos, nós damos remédios, fazem vacinação, tudo isso é totalmente gratuito, porque é o município que dá através do Programa de Saúde da Família (PSF). Não ganhamos

²⁰⁴Entrevista realizada com o Prefeito do departamento de San Pedro, em San Pedro, agosto de 2008.

nada do nacional, é tudo via município e isso é mais uma questão de solidariedade, né.²⁰⁵

Na Linha Becker - Itapiranga as interações imateriais geradas pelos indígenas guaranis são mais cotidianas devido à proximidade de uma aldeia indígena guarani situada no departamento de *San Pedro*. Assim, enquanto a cidade de Itapiranga atrai os indígenas guaranis pelos serviços médico-hospitalares, odontológicos e de assistência social, a Linha Becker os atrai por outras relações sociais, que vão desde a relação de “pedir comida” até a venda ou troca de seu artesanato por roupas ou alimentos, ou ainda pequenas interações na educação. Segundo uma pedagoga residente na Linha Becker, essas interações se estruturaram devido ao frequente trânsito dos indígenas que passavam e passam pela comunidade que dá acesso à cidade de Itapiranga e a Miraguaí (RS), município onde há uma reserva indígena guarani. Segundo essa pedagoga, as interações foram sendo promovidas pelos próprios indígenas guaranis que buscavam gêneros alimentícios: *“eles vinham pedir pão, roupas, comida e a gente dava, então o primeiro passo de aproximação foram eles que deram, porque a nossa cultura alemã é mais fechada, tinha e ainda tem certa resistência em relação aos indígenas”*. Com o passar do tempo, os agricultores da Linha Becker passaram a negar atendimento aos frequentes pedidos de alimentos e propuseram uma troca aos indígenas:

[...], falamos com eles e explicamos que nós também tínhamos que trabalhar pra comprar o que eles estavam nos pedindo, aí começamos a dizer: ó, eu dou comida, dou roupas, mas em troca eu quero um roçado no potreiro, que vocês limpem o milho, limpar a horta, essas coisas da agricultura, né. Alguns aceitaram, outros não. Depois então eles começaram a trazer o artesanato deles em troca de comida e roupas, aí então nós começamos a comprar o artesanato deles e em troca eles não pediam dinheiro, pediam comida e roupas, quando ganhavam dinheiro já gastavam aqui, compravam cucas, bolachas, pão, tudo em alimentos. Essas trocas que se faziam e ainda fazem frequentemente, mas já estão aceitando mais trabalhar aqui nas propriedades. Mas eles trabalham só para a comida, quando ganham algum dinheiro eles

²⁰⁵Entrevista realizada com o vice-prefeito de Itapiranga, março de 2008.

compram aqui mesmo, às vezes na cidade, mas na maioria das vezes compram aqui. [...].²⁰⁶

Na verdade, os guaranis que têm mais contato com a Linha Becker estão situados numa pequena área do departamento de San Pedro que não é uma reserva indígena, é uma pequena aldeia situada a uns 300 metros acima do rio Peperi-Guaçu, limítrofe com a Linha Becker. (ver **Figura 36**) Esse grupo está em constante mobilidade geográfica, transitam entre três países, e por isso alguns são nascidos no Paraguai, outros na Argentina ou no Brasil. Um grupo de indígenas completamente desassistidos pelo governo provincial e nacional argentino: por razões desconhecidas, as crianças e adolescentes estão sem professor e sem aulas há mais ou menos uns seis anos. Em razão disso, algumas crianças daquela aldeia estão estudando na Escola São Bonifácio, da Linha Becker, porque os pais migraram para o lado brasileiro onde se tornaram agregados dos colonos locais. A esse respeito é interessante observarmos o depoimento da professora Afonsina:

[...], a escola São Bonifácio tem começado a receber alunos guaranis da Argentina. Há uns seis anos atrás, essa aldeia ali de *San Pedro* tinha um professor argentino que dava aula em guarani para os indígenas dali, mas agora estão sem professor. Então alguns têm vindo pra cá, outros vieram estudar aqui porque já estão morando aqui, porque os pais são agregados de colonos daqui, estão morando aqui. Este ano recebemos três alunos guaranis, eu recebi uma aluninha no jardim de infância, a menininha tem 4 anos. Quando ela chegou na escola ela não falava uma palavra em português, só guarani, aí eu senti uma dificuldade enorme, né, porque eu não entendo o guarani, então nos primeiros dias ela pedia algumas coisas e eu não entendia, não sabia o que era, aí fiquei mais atenta e percebi que ela falava sempre as mesmas palavras, aí fui adivinhando o que ela queria. Agora, passado meio ano de aulas, ela se vira muito bem na língua portuguesa. Claro, ainda tem forte sotaque, mas já se expressa muito bem na nossa língua. Aqui nessa escola é o seguinte: eu tenho alunos que só falam alemão, alunos que só falam português e agora começamos com os guaranis [...], as crianças interagiram muito bem com esta

²⁰⁶Entrevista realizada com uma Pedagoga da Linha Becker, julho de 2008.

aluna e acho que foi isso que fez com que ela aprendesse rapidamente a nossa língua.²⁰⁷



No município de Tunápolis também ocorrem as mesmas interações imateriais verificadas no município de Itapiranga, que são frequentemente promovidas por pequenos fluxos de indígenas guaranis em busca de alimentos, assistência médico-hospitalar e assistência social naquele município. Assim como em Itapiranga, Tunápolis também tem recebido migrantes guaranis que estão constantemente num vai e vem do lado argentino para o lado brasileiro e vice-versa. Segundo uma assistente social de Tunápolis, o município presta todos os atendimentos médico-hospitalares e assistência social aos indígenas guaranis, tanto àqueles em trânsito quanto aos migrantes. Algumas mulheres guaranis procuram o hospital de Tunápolis para terem seus filhos. Além disso, as famílias indígenas guaranis têm buscado constantemente consultas médicas, vacinas, medicamentos e outros serviços médico-hospitalares e assistência social. Embora frequentes, esses fluxos não são

²⁰⁷Entrevista realizada com a professora Afonsina da escola São Bonifácio da Linha Becker, julho de 2008.

expressivos nem densos, mas a grande preocupação é no acaso de um indígena precisar de intervenção cirúrgica, pois as cirurgias lá são realizadas pelo SUS, e boa parte dos indígenas não possui documentos brasileiros. Assim, as possibilidades de uma intervenção cirúrgica emergencial, por exemplo, pelo SUS, tona-se difícil, pois “*não podemos cadastrá-lo como paciente do SUS, porque tem que ter um documento brasileiro, então se alguém deles precisar de cirurgia, quem é que vai pagar? O SUS não paga! Isso para nós é um problema*”. Ultimamente o município tem dado assistência a um grupo de guaranis que migraram para o lado Brasileiro devido a brigas dentro da reserva em *San Pedro*. O grupo foi morar num galpão de propriedade de um agricultor da Linha Pitangueira (ver **Figura 37**), e desde então o município tem procurado dar-lhes toda assistência médico-hospitalar, além de fornecer-lhes cestas básicas, orientação social e outros serviços, pois estão em situação de risco e completamente desfavorecidos de qualquer assistência do governo argentino. Além disso, esse grupo indígena tem um elemento que precisa de cuidados especiais, mas o grande problema não está na assistência médico-hospitalar que presta o município, está na exigência de documentos brasileiros, notadamente quando se trata de serviços públicos especializados que são realizados pelo SUS.

Figura 37 - Pequeno grupo de indígenas guaranis que migraram de San Pedro (MNES) para linha Pitangueira - Tunápolis (SC)



Foto: Maristela Ferrari 2008

Pelo exposto, pode-se dizer que o nordeste de *Misiones* foi e continua sendo região emissiva de fluxos de pacientes orientados para o lado brasileiro na busca de serviços médico-hospitalares especializados. Além disso, desde a década de 1950 verifica-se forte tendência de fluxos de gestantes do nordeste de *Misiones* em direção aos hospitais brasileiros de Dionísio Cerqueira, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e mais recentemente a Bom Jesus do Sul. Essa tendência se explica por vários fatores. Os mais citados na pesquisa de campo foram: laços familiares, saúde pública hospitalar, confiança estabelecida entre médico e paciente e outros. Por exemplo: uma agricultora da *Paraje* São Roque, *Bernardo de Irigoyen*, brasileira de nascimento, conta que sua filha nasceu no hospital de Barracão porque, além da confiança e dos laços familiares da gestante naquele município, todas as despesas do parto foram custeadas pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Barracão. Assim, a preferência das gestantes pela maternidade em lado brasileiro se deve, em grande parte, à utilização dos serviços gratuitos da rede pública, como no caso dessa agricultora, que foi beneficiada pelo convênio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barracão. Segundo a entrevistada, a família tem propriedades no lado brasileiro e paga impostos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barracão, o que lhes assegura tratamento de saúde médico-hospitalar e odontológico gratuito no lado brasileiro. Em função de propriedades binacionais, tanto ela quanto o marido mantêm toda documentação brasileira, mesmo residindo no lado argentino desde 1970. Outros incentivos públicos também são fatores que explicam a opção das gestantes residentes no lado argentino para terem seus filhos no lado brasileiro: exames e pré-natais pagos pelas prefeituras e outros, como mostra, em parte, o depoimento do vice-prefeito de Bom Jesus do Sul.

Nós aqui temos um programa que se chama “Sis pré-natal”. É um programa nacional, nós chamamos Narninar que dá atendimento totalmente gratuito às gestantes. Ele funciona assim: a gestante se cadastra no programa nos três primeiros meses de gravidez e a partir daí recebe todo um tratamento especial que inclui desde passagens do interior para a cidade até exames de pré-natal, ultrassom, exames de laboratórios, palestra com a equipe de saúde da família, onde recebem várias orientações, inclusive ligadas ao puerpério, porque tem que ter um respeito e

uma conscientização disso também, tudo gratuito. Além disso, a gestante recebe um enxoval para o bebê que é um pequeno kit com algumas mamadeiras e roupinhas. E nesse programa nós temos atendido gestantes que moram na Argentina e outros municípios próximos também que optam por terem seus filhos aqui em Bom Jesus do Sul. Isso a gente vê que se dá em função unicamente desse programa! Pouco tempo atrás eu até brincava com o Secretário de Saúde de Barracão que o nosso município estava adquirindo vocação para chocadeira, porque as mulheres vinham aqui e quando nasciam seus bebês levavam eles embora, e o município não atingia seus índices de vacinas, porque as mães vacinavam os bebês em outro lugar. No momento nós estamos dando acompanhamento para uma gestante argentina: ela tem 16 anos, nasceu na Argentina, é neta de brasileiros, os pais dela nasceram na Argentina. Então, ela está grávida, se amasiou com um cara ali da Linha São Paulo, ele é brasileiro. Nós estamos atendendo ela, mas não podemos cadastrá-la no programa “Sis pré-natal” porque é um programa nacional e exige documento nacional e ela não tem documentos brasileiros, ela está amasiada com um brasileiro daqui da Linha São Paulo. Tentamos resolver a situação dela, mas nos informaram que ela precisa ir a Buenos Aires, porque para legalizar a situação dela, o cartório daqui exige um documento, não sei qual é, porque é o Fernando que tá vendendo isso. Então esse documento que o cartório está exigindo ela só vai conseguir em Buenos Aires. Então eu pergunto para você: uma pessoa que não tem condições de pagar seus exames de pré-natal, que depende exclusivamente do SUS, é carente, como é que ela vai a Buenos Aires? Pior: uma pessoa que nunca saiu de uma realidade de cinco mil habitantes é mandada para Buenos Aires? Isso até 2005 era resolvido com o Consulado em Foz do Iguaçu, mas não sei por que cargas d’água mudaram e agora só é resolvido em Buenos Aires. Estamos dando atendimento a ela pelo Narninar, e se caso for preciso mandar ela pra fora nós a mandaremos, pois tem que ter bom senso nesses casos! O município não ganha nada do nacional por esse atendimento, porque não podemos registrá-la em função da documentação que o programa exige, e sem registro não há repasse. Como ela, tem muitos casos por aqui, mas não são apenas de argentinas, toda essa zona fronteira tem famílias inteiras que nascerem no

Paraguai, ou que migraram pra lá, e volta e meia estão por aqui em busca de saúde, muitos são registrados lá no Paraguai, outros não tem documento nenhum! Sobre isso, o que nós pensamos é que, acima de tudo vem a vida, né? É uma questão humanitária e não ilegal. Para quem acredita em Deus, como eu, por exemplo, como é que eu vou me apresentar perante Deus e dizer: ó eu não atendi ela porque não tem documento brasileiro ou porque fulano e beltrano moram na Argentina ou no Paraguai! [...].²⁰⁸

Embora seja difícil quantificar os fluxos gerados pela busca de serviços de saúde de pacientes do nordeste de *Misiones* para o lado brasileiro, porque não há registros formais nos hospitais brasileiros, a pesquisa de campo nos permite reafirmar que, essas interações imateriais geraram e ainda geram grande mobilidade geográfica e foram desenhando um campo de atuação que não se restringe meramente entre as cidades geminadas abrange também a escala regional ou a faixa de fronteira, estendendo-se num raio de aproximadamente 150 quilômetros ou mais para fora da zona fronteiriça. Entre as cidades gêmeas, essa tendência é bem visível, especialmente em épocas de vacinação contra doenças infantis.

Até bem pouco tempo atrás as campanhas de vacinação contra rubéola, sarampo, tétano, hepatite, febre amarela, meningite, gripe e outras práticas profiláticas eram estendidas também para o lado argentino, pois esse tipo de atendimento era parcialmente negligenciado pelos governos da província de *Misiones*. Desse modo, por uma questão de solidariedade, mas também pelos riscos a que os vizinhos estavam expostos, aqueles serviços eram estendidos também para o lado argentino, o que gerava densos fluxos sociais do nordeste de *Misiones* em direção às cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Além disso, em vários momentos de emergência aquelas pequenas cidades brasileiras socorriam vítimas do nordeste de *Misiones*, não apenas com medicamentos, mas também com soro contra picadas de cobras, tarturanas e aranhas venenosas. A esse respeito, vários exemplos tocantes foram citados na pesquisa de campo, como o de uma aposentada de Dionísio Cerqueira que relembra que, na década de

²⁰⁸ Entrevista realizada com o vice-prefeito de Bom Jesus do Sul, janeiro de 2007.

1970, uma criança do interior de Bernardo de Irigoyen foi picada por uma cobra venenosa e a família pediu socorro em lado brasileiro, pois não havia soro antiofídico na Província de *Misiones*. Como no dia do ocorrido não havia o antídoto disponível nas cidades brasileiras, a prefeitura de Barracão solicitou imediatamente aquele medicamento em Curitiba.

[...], veio um helicóptero trazê o soro pra criança, ele nem parou aqui foi direto pra Bernardo de Irigoyen. Então passaram bem baixinho com uma grande faixa que dizia assim: '*na saúde não existe fronteira*'. Acho que todos aqui se emocionaram, eu achei aquilo tão bonito que também fiquei emocionada. Era uma menininha, graças a Deus conseguiram salvar ela, depois a família veio com ela aqui na prefeitura de Barracão para agradecer!²⁰⁹

Embora se constate que desde 1950 os fluxos das interações imateriais geradas pela busca de serviços de saúde estejam orientados mais para o lado brasileiro, é preciso deixar claro que desde 1980, com a abertura do Hospital Provincial de Bernardo de Irigoyen, também ocorrem fluxos inversos, direcionados para aquele hospital argentino. Segundo um médico, clínico geral de Bernardo de Irigoyen, em muitos momentos os fronteiriços do lado brasileiro buscaram e buscam alguns serviços na área da saúde no hospital de Bernardo de Irigoyen, como, por exemplo, exames de ecografia, raios-X, ultrasson e outros. Embora os fatores que determinam a frequência de pacientes àquele hospital sejam variados, os fatores determinantes que explicam a inversão dos fluxos para o lado argentino são o custo e a distância-tempo: em vez de o paciente percorrer 50 a 150 quilômetros para fazer um exame de raio-X, por exemplo, ele opta por fazer seu exame em Bernardo de Irigoyen e a um preço bem abaixo daquele cobrado no lado brasileiro, e assim o Hospital de Bernardo de Irigoyen tem atraído fluxos de pacientes brasileiros para o lado argentino.

No Hospital Provincial de Bernardo de Irigoyen todos os atendimentos são gratuitos, incluindo exames e demais serviços médico-hospitalares. No entanto, para consultas e exames destinados a pacientes residentes no lado brasileiro, a direção do hospital estipulou cobrar pequenas taxas, mas o valor cobrado é insignificante

²⁰⁹ Entrevista realizada com uma aposentada de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

se comparado aos valores cobrados para exames e consultas no lado brasileiro, razão pela qual muitos pacientes das cidades de Dionísio Cerqueira e Barracão procuram hoje tais serviços no lado argentino. Os próprios médicos do lado brasileiro encaminham pacientes para aquele hospital, notadamente para fazerem exames que não são realizados nas cidades brasileiras. Isso tem sido constatado sobretudo a partir de 2001, com a desvalorização do peso devido à crise econômica argentina.

Pequenos fluxos de pacientes brasileiros para aquele hospital são também orientados pelas especializações médicas, como, por exemplo, endocrinologia e outras, além de pacientes que sempre buscam uma segunda opinião frente a um diagnóstico médico, como revela o depoimento abaixo de um senhor de Barracão.

Eu sofri um acidente aqui em Barracão e fui atendido por um médico brasileiro que eu não vou te falar o nome. Então este médico após me fazer a consulta ele disse que eu estava bem e que não havia nada de errado comigo e me liberou. Fui pra casa, mas eu sentia fortes dores e comecei a passar mal, então fui para Bernardo de Irigoyen buscar uma segunda opinião. Lá o médico que me atendeu constatou uma hemorragia interna no baço, hemorragia que o médico daqui não constatou. [...], aí o médico queria me segurar internado, mas como não gosto de hospital eu disse a ele que seguiria todas suas orientações, mas que preferia ficar em tratamento em casa e não no hospital. Bom, insisti tanto que ele me liberou contra sua vontade, né, mas aí como me tornei paciente dele, ele durante uma semana vinha me ver em casa. Atravessava o limite todos os dias e trazia um aparelho de ecografia que custa uns quarenta mil dólares. Para passar ali na aduana ele colocava o aparelho escondido dentro do carro dele e vinha aqui para minha casa me ver. Então durante uma semana ele ficou correndo risco de perder o aparelho, isso só para me tratar do lado de cá. Então veja a consideração que os médicos lá têm com seus pacientes: correr o risco de perder o aparelho de ecografia que pertence a província para o acompanhamento de minha convalescença, [...].²¹⁰

²¹⁰ Entrevista realizada com um morador de Barracão, janeiro de 2007.

Esse depoimento não mostra apenas uma relação imaterial, mas revela também que várias interações transfronteiriças imateriais, consideradas pelos centros de poderes políticos como transgressivas dos territórios nacionais, são promovidas informalmente pelo local em oposição às normas ou leis instituídas pelos poderes políticos dos centros nacionais, pois na concepção de muitos fronteiriços, muitas normas e leis advindas dos poderes centrais são incoerentes com a realidade local. Na sua fala, o secretário de saúde de Barracão nos dá uma boa ideia disso e de como os Estados nacionais muitas vezes induzem os fronteiriços a transgredir normas político-territoriais exatamente porque são normas ou leis que priorizam somente as políticas territoriais e desconsideram totalmente o tecido sociocultural da zona fronteiriça. Embora seja um depoimento longo, ele resume vários outros depoimentos de ambos os lados do limite internacional.

Aqui a gente age praticamente em tudo dentro da informalidade, porque se for pelas vias legais vamos cometer muitas injustiças e é isso que eu considero ilegal. Eu posso te dar vários exemplos: no caso do soro antiofídico contra picadas de animais peçonhentos, por exemplo, nós o fornecemos informalmente para os argentinos e sempre que eles precisarem vamos fazer isso, mesmo que nos digam que isso é ilegal, porque é uma questão humana e de solidariedade. Então a gente fornece o soro antiofídico para eles sempre que necessário e justifica a demanda para nossa regional dizendo que foi cedido para os vizinhos. São ações locais e numa emergência nós não ficamos aí consultando a regional, nem o Estado e nem o país, porque se tivéssemos que consultar as hierarquias, a vítima de picada de cobra, por exemplo, morreria. Então a gente faz e só depois comunica. Até agora não criaram problemas. Aqui o problema são as autoridades aduaneiras: chegam aqui e criam imediatamente empecilhos por não conhecerem nossa história e nem nossa realidade. Impõem um rigor muito grande no controle. Quer outro exemplo? No passado o Corpo de Bombeiro de Dionísio Cerqueira prestava atendimento pra Barracão e para Bernardo de Irigoyen, então sempre que tinha acidente ou incêndio lá do outro lado o Corpo de Bombeiro ia pra lá pra prestar atendimento. Isso lá pra Florianópolis era uma ilegalidade. Hoje já tem Corpo de Bombeiros lá, mas um tempo atrás, um caminhoneiro brasileiro capotou ali em

Bernardo de Irigoyen. Como o Corpo de Bombeiro de lá não tinha um equipamento, pediram socorro pro Corpo de Bombeiros de Dionísio. Estes chegaram até a aduana com um alicate grande que era para cortar a lataria do caminhão para poder retirar o motorista, aí um agente aduaneiro disse: - *por aqui vocês não vão passar!* O que eles fizeram? Foram pelo carreiro, camuflaram o alicate com papel e foram ajudar os bombeiros de lá, mas tiveram que fazer isso pela via ilegal. Eu te pergunto: eles estavam cometendo uma ilegalidade ou um ato legal? Então são essas idiotices que precisam acabar, aqui é preciso regularizar certas coisas, criar exceções para certas coisas! Aqui se você cumprir as leis você trabalha errado, se você não cumprir a lei você faz a coisa certa! São essas coisas que as pessoas de fora não entendem! Então certos tipos de idiotices, porque a gente chama de idiotices, temos que quebrar, nós não queremos mudar as leis nem do Brasil e nem da Argentina, nós só queremos que considerem certas exceções que acontecem e sempre aconteceram aqui na fronteira, isso faz parte de nossa história. Nós que somos daqui, muitas vezes nos divertimos muito com políticos e jornalistas que vem de fora, porque eles têm uma ideia totalmente diferente da fronteira; muitos chegam até a confundir essa fronteira com o Paraguai [...].²¹¹

Esse depoimento também indica a necessidade de políticas públicas especiais para as zonas fronteiriças. O sistema de saúde no conjunto da zona fronteiriça é lacunar, faltam investimentos públicos e recursos humanos especializados. As constantes viagens de doentes para fora do conjunto da zona fronteiriça em busca de tratamento de saúde especializado chegam a ser motivo de piada por parte de alguns fronteiriços “*aqui os pacientes fazem turismo até a morte*”. Diariamente saem das cidades fronteiriças ambulâncias com pacientes para centros distantes mais de 150 quilômetros da zona fronteiriça, para radioterapia, quimioterapia, hemodiálise, exames laboratoriais e outros. Isso na visão de muitos fronteiriços é submeter o paciente a uma condição desumana, que além do sofrimento físico causado pela enfermidade, causa sofrimento emocional e psicológico, tanto ao paciente quanto aos seus familiares, que na

²¹¹ Entrevista realizada com o Secretário da Saúde de Barracão, janeiro de 2007.

maioria das vezes não podem acompanhar o doente por falta de recursos financeiros para pagar transporte, alimentação e hospedagem em centros para onde os pacientes são encaminhados. Na visão de um coronel da Polícia Militar de São Miguel d'Oeste, por descaso político os próprios governos condenam pacientes da zona fronteira a uma segunda condição de sofrimento. E para comprovar cita um exemplo dentro da própria família:

Eu tive uma irmã que morreu vítima de câncer. Então antes de morrer eu vi o quanto sofreu porque corria de ambulância pra Chapecó e Florianópolis pra buscar tratamento. Poderia ter tido uma morte mais digna, mas estava indo e vindo pelas estradas! Então, além de todo sofrimento em saber que poderia não curar, sofria dentro de ambulâncias após quimioterapia e radioterapia, vomitando pelos caminhos; isso é indigno para um ser humano. Poderia ter se tratado aqui se tivesse um hospital regional, mas isso aconteceu e acontece por falta de investimentos políticos, então isso é um sentimento de revolta! Isso é pra ver o abandono e o descaso que nossos governantes nos tratam, porque eles não nos tratam como pessoas, nos tratavam e ainda nos tratam como votos, como um produto de barganha, toma lá da cá! [...].²¹²

Desde o advento do Mercosul vem sendo realizadas tentativas para integrar o sistema de saúde, especialmente nas cidades geminadas de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen. Alguns projetos foram elaborados em conjunto com secretários de saúde brasileiros e médicos argentinos no sentido de aproveitar as infraestruturas físicas hospitalares existentes nas três cidades, para fazer centros especializados, como, por exemplo, um hospital materno - infantil em Barracão, um hospital especializado em clínica geral em Bernardo de Irigoyen, um hospital especializado em ortopedia e exames laboratoriais em Dionísio Cerqueira. Porém, os projetos pensados e elaborados, alguns até apresentados e defendidos inclusive em reuniões, fóruns e congressos do Mercosul, nunca saíram do papel, pois além de divergências políticas nacionais, municipais estaduais e provinciais, o sistema de saúde em Bernardo de Irigoyen é totalmente centralizado, enquanto nas cidades

²¹² Entrevista realizada com um coronel da Polícia Militar de São Miguel d'Oeste, Julho de 2008.

brasileiras, embora o sistema de saúde não seja centralizado, o grande problema é o corporativismo médico.

Entre os fronteiriços há uma conscientização de que existem ainda muitos entraves burocráticos e visões particularizadas que impedem que projetos integrados avancem na zona fronteira. Isso mostra que, apesar de termos avançado em alguns aspectos econômicos e que o Mercosul amenizou, em parte, as rivalidades geopolíticas entre os dois países, não temos ainda um cidadão formado que pense para o Mercosul. O que se percebe é que temos um cidadão do Brasil que quer buscar para o Brasil, um cidadão da Argentina que quer buscar para a Argentina e por esse caminho estamos fomentando não a integração, mas a unilateralidade que impede o avanço de projetos integrados em benefício da população, notadamente da zona fronteira.

Muitos fronteiriços concordam que se houvesse menos burocracia e mais entendimento entre as três esferas de governos, municipais, estaduais, provinciais e federais, as estruturas físicas e os recursos humanos existentes nas cidades geminadas, como os médico-hospitalares, poderiam ser mais bem aproveitados em prol de uma população que sempre sofreu e ainda sofre com o descaso político na área da saúde. Um médico de Bernardo de Irigoyen revela em tom de desabafo, que cansou de lutar pela saúde pública, por isso desistiu e voltou para a medicina privada. Para ele, o peso do impedimento de projetos integrados na área da saúde para a zona fronteira não deve recair totalmente sobre os ombros do poder político dos centros nacionais, mas deve ser repartido com profissionais da área da saúde, como, por exemplo, os médicos, que ainda hoje exercem manifestamente corporativismo com medo de perder poder econômico, fator que contraria projetos integrados na área da saúde na zona fronteira. Em suas palavras:

Eu cansei de buscar essa integração, saí da saúde pública e parei aquela luta que eu tinha, parei e não quero mais saber! Agora dedico todas as minhas forças ao meu setor particular. Politicamente falando, pela via legal não temos nenhuma integração, continuamos duas ilhas separadas por uma rua. Informalmente é diferente, mas aí se teu paciente estiver do outro lado e precisar de você na casa dele você corre riscos, porque a lei diz que se você atuar do lado de lá você está cometendo uma ilegalidade. Mas isso não é tudo! Vou te dar um exemplo: um tempo atrás

o prefeito de Dionísio veio aqui e disse que não estava conseguindo médicos para trabalhar em Dionísio, aí ele disse: - vou contratar vocês! Vou a Florianópolis, e vocês vão junto e lá nós vamos falar com médicos do partido e deputados para viabilizar a contratação de vocês para trabalharem meio período em Dionísio. - Eu disse: tá bom! Porque economicamente falando era bom também pra nós. Assim, eu e meu colega que já não está mais aqui, arrumamos nossas malinhas e fomos para Florianópolis com o prefeito de Dionísio. Chegamos lá, falamos com vários políticos, inclusive médicos, todos diziam, muito bom, boa ideia, etc. etc. etc., mas diziam: - vocês precisam da autorização do Conselho Regional de Medicina. Bem, fomos então procurar o Presidente do Conselho Regional de Medicina. Ele nos recebeu com a carta que o prefeito havia encaminhado para o Conselho Regional onde dizia que tinha o aval dos deputados para contratação do meu colega e eu. Daí o Presidente olhou pra nós e disse: ‘olha, eu poderia falar muita coisa, dizer que sim, que a gente vai pensar, vai ver ou que vai estudar, mas eu não sou assim, vou falar logo a verdade: nós não queremos vocês aqui no Brasil’. Sabe quando você está sentado e chega a ir pra trás diante de uma sinceridade tão cruel? Foi assim que nos sentimos: em choque! To te falando! Aí questioneei qual o motivo. Ele olhou para nós e disse: - ‘olha nós sabemos que a medicina na Argentina é boa, tem bom nível, são bons profissionais, o problema é econômico, vocês na Argentina trabalham com pouco dinheiro e se nós vamos permitir que vocês trabalhem aqui, outros virão e vão fazer com que o nível econômico de nossa profissão caia. Então nós não queremos vocês aqui’. Aquela sinceridade dele foi tão dura que não dava pra contra-argumentar! Foi assim como estou te falando! Então sabe quando você é derrotado? Voltamos derrotados, mas derrotados mesmo, foi aí que desistimos definitivamente de tudo e nunca mais tentamos [...], meu avô era brasileiro, minha mulher é brasileira, minha família é unida pelos laços de parentesco entre os dois lados, eu nasci aqui na fronteira. [...].²¹³

²¹³ Entrevista realizada com o ex-diretor do hospital de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

Embora ainda não haja uma legislação trabalhista que dê possibilidade de profissionais como os da área da saúde trabalharem nos países integrantes do Mercosul, o depoimento indica que não basta apenas a boa vontade política e profissional do local para zelar mutuamente pela saúde de forma solidária para o bem-estar físico, mental e social da população, ignorando limites geográficos. É preciso também acabar com o corporativismo médico. O depoimento nos dá uma boa ideia de como o corporativismo médico pode impedir projetos integrados na área da saúde via Mercosul. Não querendo generalizar, muitos profissionais da área da saúde no Brasil, ao contrário do juramento que fazem, em defesa da vida acima do valor econômico, visam apenas aos lucros em detrimento da própria vida humana. E para defender o poder econômico que detêm na área da saúde não hesitam nem mesmo em impedir projetos do governo nacional, utilizando-se de vários meios e artifícios, inclusive do poder que exercem no meio político.

A implantação do Sistema Integrado de Saúde nas fronteiras, o SIS Fronteira, pode ser tomado, em parte, como um exemplo. Ainda que não tenhamos nos debruçado profundamente sobre essa questão, para implantar o Programa SIS-Fronteira foram realizados vários diagnósticos com a população fronteiriça. Tais diagnósticos, em toda extensão da fronteira brasileira com os vizinhos, estavam sob orientação dos setores de Saúde Pública das Universidades Federais. No caso do extremo oeste de Santa Catarina, os diagnósticos estavam sendo conduzidos pelo Setor da Saúde Pública da UFSC, mas, segundo informações obtidas na zona fronteiriça, por razões desconhecidas, “*o Ministério da Saúde Nacional brigou com o Setor da Saúde Pública da UFSC*”, o que ocasionou o rompimento dos trabalhos que vinham sendo realizados pela UFSC.

Alguns entrevistados em Dionísio Cerqueira e Tunápolis chegam a afirmar que tal rompimento se deu por razões estritamente político-partidárias, pois quem passou a conduzir aqueles diagnósticos na zona fronteiriça foi a Secretária de Saúde do Estado de Santa Catarina. Apontam ainda que, na época em que o Estado de Santa Catarina assumiu conduzir o SIS-Fronteira, o vice-prefeito de Dionísio Cerqueira era um médico daquela cidade e o vice-governador do Estado, médico em Florianópolis. Mas a versão dada pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina em Florianópolis é de que o Estado assumiu acompanhar o programa

SIS-Fronteira “*porque a UFSC brigou com o Ministério da Saúde Nacional*”. Inexplicavelmente, a Secretaria de Saúde do Estado não criou nenhuma área especial encarregada do programa SIS-Fronteira, ou seja, ela só avalia projetos encaminhados pelos municípios fronteiriços para obter recursos para a saúde, e quando os pareceres são favoráveis, o Ministério Nacional é comunicado e repassa as verbas diretamente aos municípios. Ainda segundo a Secretaria de Saúde do Estado, quem mais tem recebido verbas é o município de Dionísio Cerqueira.

Entre 2007 e 2008, quando realizávamos a pesquisa de campo, a exceção de Tunápolis e Dionísio Cerqueira, em vários outros municípios do extremo oeste de Santa Catarina, muitos de nossos entrevistados demonstravam desconhecer completamente o Programa SIS-Fronteira, até mesmo prefeitos de algumas cidades, como Mondai, Descanso, Belmonte, Santa Helena, Itapiranga ficavam surpresos quando questionávamos se o município estava implantando o programa SIS-Fronteira. Aparentemente, não está claro ainda para os fronteiriços a quem é destinado o Sis-Fronteira, se apenas a cidades gêmeas ou a todos os municípios dentro do conjunto socioterritorial da zona fronteira brasileira. Embora Tunápolis e Dionísio Cerqueira estejam implantando o SIS-Fronteira, os recursos que têm chegado àqueles municípios, segundo a pesquisa de campo, foram destinados para o levantamento de diagnóstico e para a compra de cadeiras e computadores instalados na secretaria de saúde daqueles municípios.

Na verdade, o sistema de saúde no conjunto socioterritorial da zona fronteira continua abandonado pelos governos estaduais, provinciais e federais. No lado brasileiro as pequenas fundações hospitalares beneficentes das cidades fronteiriças, muitas delas construídas pelos próprios colonos e com a ajuda de instituições religiosas e caritativas de outros países, passam hoje por grandes dificuldades e correm o risco de fechar suas portas por falta de recursos humanos especializados e recursos financeiros. Por outro lado, a concentração de serviços médico-hospitalares especializados em determinados centros da região fronteira ou mesmo fora dela forçam os pacientes a frequentes mobilidades geográficas e contribui, em parte, para que os recursos destinados à saúde também sejam concentrados e direcionados aos poucos centros especializados em tratamentos de saúde.

Desse modo, os recursos públicos destinados à saúde não são distribuídos de forma igualitária e nem obedecem às necessidades dos municípios, como é o caso dos municípios da zona fronteira, que continuam à margem das políticas públicas de saúde.

No lado argentino, o Hospital Provincial de Bernardo de Irigoyen, o único do nordeste de *Misiones*, desde 2001, com o desencadeamento da crise argentina, vem prestando apenas alguns serviços de primeiros socorros e vem sendo mantido em funcionamento com muito esforço. O mesmo se constata em *San Antonio* e *San Pedro*, cidades que possuem as chamadas *salas* que são na verdade pequenos prontos-socorros. Segundo o ex-diretor do hospital de Bernardo de Irigoyen, médico especialista em clínica geral, com o desencadeamento da crise argentina, o sistema de saúde no país piorou muito. Em *Misiones* para cortar gastos o governo provincial passou a fazer grandes cortes de verbas financeiras destinadas aos setores de educação e de saúde. Assim, o hospital de Bernardo de Irigoyen, que já vinha recebendo minguadas verbas, passou a receber cada vez menos, quase inviabilizando seus atendimentos médico-hospitalares e sua sobrevivência.

Diante de tal quadro, o governo de *Misiones* propôs a autogestão médico-hospitalar, ou seja, os pacientes deveriam pagar parte de todos os atendimentos médico-hospitalares e o dinheiro arrecadado deveria ser destinado à compra de medicamentos, gaze, esparadrapo, agulhas, seringas e demais materiais médico-hospitalares e até mesmo gasolina para as ambulâncias, também cortada pelo governo da província. Diante disso, muitos setores de atendimento fecharam, pois os profissionais médicos abandonaram a saúde pública para retornar para a iniciativa privada.

Segundo o pai de uma gestante residente em Bernardo de Irigoyen, nem mesmo a maternidade tem funcionado, pois sua filha grávida, já sentindo fortes contrações, procurou atendimento emergencial naquele hospital e foi encaminhada para o hospital de Eldorado, a 120 quilômetros dali, mas “*minha filha não aguentou e teve o filho na estrada*”! Ainda segundo o ex-diretor do hospital de Bernardo de Irigoyen, o hospital restringiu seus atendimentos aos primeiros socorros e passou a encaminhar os pacientes para Eldorado e Posadas, centros que recebiam mais recursos financeiros e onde havia mais especializações médico-hospitalares. “*a única ferramenta que nos deram foi o da autogestão, cobrar dos pacientes, mas como*

a maioria da população não tem condições de pagar nem mesmo uma consulta, essa autogestão não funcionou, por isso o hospital passou a atender apenas casos de primeiros-socorros". Constata-se que, a exemplo do lado brasileiro, a Argentina também tem destinado recursos à saúde de forma concentrada, ou seja, o repasse de verbas para a saúde se destina de maneira desigual, direcionando-se mais aos centros especializados, e isso submete os pacientes a grandes deslocamentos geográficos.²¹⁴

A busca de serviços de saúde pelos fronteiriços do nordeste de *Misiones* tem formado um campo de atuação dos fluxos imateriais que, desde o começo do século XX estão orientados para o lado brasileiro, e ainda hoje, de certa forma, permanece essa tendência. Pode-se dizer que essas interações imateriais promovidas pelo sistema de saúde fazem parte da história dos fronteiriços, pois se construíram antes de tudo numa relação de solidariedade entre fronteiriços e não meramente entre brasileiros e argentinos; uma relação que mesmo tendo sido restrita por novas políticas municipais e também na saúde, continua sendo fortalecida. Por exemplo: além do cadastramento eleitoral, para restringir a votação de brasileiros radicados na Argentina, o que os impede de trocarem o voto pelo atendimento na saúde, na década de 1990 o Ministério Nacional da Saúde criou o Programa de Saúde da Família (PSF) e a partir daí todas as famílias de cada município passaram a ser cadastradas pelas prefeituras para atendimento médico-hospitalar e odontológico. Mas os fronteiriços do lado argentino, notadamente do meio rural dos municípios com cidades gêmeas conurbadas, encontram várias estratégias para continuar a busca de tratamentos de saúde gratuitos no lado brasileiro. Os agricultores brasileiros, por exemplo, ajudam muito os agricultores vizinhos residentes no lado argentino, ajudam inclusive a cadastrá-los no Programa de Saúde Familiar, pois *“lá falta tudo, estão muito atrasados nessa região ali, estão atrás do Brasil em pelo menos 30 anos, não tem energia elétrica, não tem telefone e na saúde a coisa tá feia, muito feia”*.²¹⁵

O que se constata é que os fronteiriços residentes no lado argentino e cadastrados no PSF nas cidades brasileiras, em sua

²¹⁴ Entrevista realizada com o ex-diretor do hospital provincial de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

²¹⁵ Entrevista realizada com um agricultor de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

maioria são brasileiros que não possuem ainda o título das terras que ocupam. Muitos colonos nessas condições mantêm inúmeras interações com o lado brasileiro, até mesmo todas as sementes agrícolas, inclusive de fumo e insumos necessários para a produção agrícola, são comprados no lado brasileiro. Além disso, a venda da produção agrícola destina-se quase totalmente ao mercado brasileiro. Assim, com a ajuda de vizinhos residentes no lado brasileiro, os colonos que produzem no lado argentino, ao venderem sua produção agrícola no lado brasileiro recebem notas de produtores rurais, o que lhes assegura certos direitos em território brasileiro, inclusive para fins de aposentadoria. Para compreender essas relações é interessante observarmos o depoimento de um agricultor de Dionísio Cerqueira que, além de ser muito bem informado, inclusive sobre leis e direitos sociais, revela que sempre que pode ajuda seu vizinho residente no lado argentino:

[...], ajudo porque são nossos vizinhos e a maioria que estão lá são brasileiros, mora no lado argentino, mas todos os produtos deles vêm pra cá, então eles contribuem pro lado de cá. Nós até tivemos que ir na prefeitura pra que esse nosso vizinho ali fosse cadastrado no PSF, fomos falá com a prefeita pra que os agentes de saúde atendam a família, porque os agentes de saúde não queriam cadastrar eles e nem queriam passar pra lá pra fazer as visitas. Não tinha jeito de eles passarem pro lado de lá. Falamos pra prefeita que eles têm que ser atendidos, porque eles são contribuintes do nosso município! Porque eles produzem lá, mas o produto deles sai tudo por aqui. A Gendarmería não dá importância pra isso, porque por lá os produtos deles não têm saída. A hora que eles quiserem vender o milho, o fumo, o feijão deles, qualquer coisa, aqui pro nosso lado tem saída, existem negócios, já por lá é mais difícil. As crianças deles vão na escola aqui, né, então pra que é que nós não vamos dar assistência pra eles? Então, falamos pra prefeita que os agentes de saúde não queriam cadastrar eles só porque moram do lado de lá! Aí nós daqui forçamos na prefeitura aí eles acabaram cadastrando porque são contribuintes aqui do município. Eles moram lá, mas votam aqui, vendem a produção deles aqui, as crianças deles estudam aqui, então contribuem com tudo aqui. Agora são cadastrados no PSF, mas os agentes de saúde não vão pra lá, eles só vem até aqui em casa. Aí quando eles vêm fazer a visita nós chamamo eles pra vir

pra cá, e quando não estão em casa eu mesmo assino por eles, assino pra comprovar que o agente fez a visita também pra eles. Eles, lá não têm energia elétrica, então compraram frizer e geladeira e deixaram aqui com nós, quando abatem eles trazem a carne aqui, e quando querem pegar a carne eles só atravessam ali e vem aqui buscar. Nós também emprestamos o telefone pra eles, lá não tem telefone. A mulher dele tem irmãs que moram em Buenos Aires e Eldorado, então quando elas ligam nós chamamos pra vir atender o telefone aqui. Aqui funciona muito na base do compadrio e da amizade. Eles querem proibir isso porque dizem que é ilegal, coisa e tal, mas eu digo pra quem quiser que isso não vai parar, vai continuar acontecendo, porque isso não é ilegal, na minha opinião não é ilegal! Eu penso que nós temos é que brigar pra fazer políticas mais legais e temos que ser honestos, né, então se você contribuiu com o município, você tem direito a certos benefícios, [...].²¹⁶

Esse depoimento pode ser analisado sob vários aspectos, inclusive sob o ponto de vista da transgressão dos territórios nacionais, mas ele pode ser analisado também sob o ponto de vista dos sujeitos fronteiriços que, em parte, se opõem ao conceito de transgressão dos territórios nacionais. Nele fica evidente que frente às interações imateriais a fronteira linear perde, em parte, seu rígido significado político, pois as interações transfronteiriças não se constroem puramente entre brasileiros e argentinos, elas se constroem entre sujeitos fronteiriços onde a população é muito mais o resultado de uma mescla do que somente brasileiros e argentinos. Portanto, frente às desigualdades scioespaciais, como em matéria de serviços médico-hospitalares especializados, os fronteiriços desenvolvem inúmeras estratégias para suprir as carências de um lado e do outro da fronteira linear. E tais estratégias não são qualificadas como relações de solidariedade e justificadas, em parte, sob o discurso de que historicamente os centros decisórios de poder têm priorizado políticas territoriais em defesa dos Estados nacionais sem levar em consideração a vida de relações dos habitantes da zona fronteiriça. Desse modo, as interações transfronteiriças, como as da saúde, são asseguradas pelas relações de compadrio e amizade e para

²¹⁶ Entrevista realizada com uma família de agricultores de Barra da União Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

justificá-las como legais são inclusive comparadas às relações entre políticos e eleitores: “*aqui essa relação de compadrio é como na política, né, tu vai pedir um favor pro político ele em troca pede teu voto, né, o compadrio funciona assim, uma mão lava a outra é uma troca de favor. é uma relação boa, né, porque um ajuda o outro*”.²¹⁷

Do ponto de vista dos territórios nacionais, tais interações são de fato ilegais ou transgressivas dos territórios nacionais. Mas frente ao descaso político, notadamente em políticas públicas, como as de saúde, por exemplo, não se trata apenas de apontar o que é legal ou ilegal, mas de reconhecer que os Estados nacionais continuam marginalizando os espaços geográficos fronteiriços, e por conseqüência, os sujeitos fronteiriços que, em muitos aspectos, têm sido deixados à mercê da própria sorte e privados dos seus direitos de cidadão. Por isso, trata-se aqui de refletir acerca de políticas públicas diferenciadas para as zonas fronteiriças.

8.3. Interações imateriais diversas entre cidades gêmeas

Outras interações imateriais estabelecidas desde o começo do século XX se inverteram ou deixaram de existir. Isso se explica por várias razões, dentre as quais a implantação dos mesmos objetos fixos em ambos os lados da fronteira linear. Podemos tomar como exemplo as interações imateriais geradas pela educação, notadamente entre as cidades gêmeas, que, na medida em foram sendo equipadas com os mesmos objetos fixos, como escolas públicas, as interações imateriais foram sendo enfraquecidas ou redirecionadas. Como já visto anteriormente, nas três primeiras décadas do século XX os fluxos gerados pela busca de serviços na rede de ensino público estavam direcionados totalmente para o lado argentino, mas com a implantação de escolas municipais e estaduais no lado brasileiro, aqueles fluxos direcionados para a Argentina diminuíram expressivamente, embora não tenham sido totalmente extintos, pois pelas alianças matrimoniais eles também obedeciam à preferência dos pais.

Por outro lado, por volta da década de 1970, quando surgem escolas de ensino médio no lado brasileiro, os fluxos se inverteram: a ausência de ensino médio no lado argentino promoveu

²¹⁷ Entrevista realizada com um agricultor de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

imediatamente pequenos fluxos de estudantes em direção às escolas brasileiras. Aqueles fluxos, promovidos notadamente por filhos de migrantes brasileiros residentes nas cidades argentinas, embora cotidianos, não eram densos e se restringiam quase que exclusivamente aos estudantes residentes nas cidades de *San Antonio* e *Bernardo de Irigoyen*. Com o surgimento de escolas públicas no lado brasileiro, a influência da língua espanhola sobre a língua portuguesa enfraqueceu sensivelmente, e a região bilíngue formada nas três primeiras décadas do século XX se desfez.

Em contrapartida, desde a década de 1950 se desenhou uma região bilíngue no lado argentino, onde o português passou a exercer forte influência sobre a língua espanhola. Segundo a pesquisa de campo, vários fatores contribuíram para formar de uma região bilíngue espanhol\português no nordeste de Misiones (**ver Figura 38**). Um deles foi sem dúvida a migração brasileira para o interior dos departamentos de *San Pedro* e *Manoel Belgrano*, onde os migrantes falavam e falam cotidianamente o português. Segundo um professor de *San Antonio*, “80 a 90% da ocupação dessa área de fronteira se deu fundamentalmente por brasileiros”,²¹⁸ em razão do que pelo menos 90% da população ali fala o português, e isso contribuiu, em parte, para a formação de uma região bilíngue no nordeste de Misiones. Mas a influência do português não se deve apenas à forte presença de migrantes brasileiros no nordeste de *Misiones*. Outros fatores também contribuíram, como, por exemplo, os meios de comunicação de grande alcance do Brasil, como a Rádio Record de São Paulo, a Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha do Rio Grande do Sul, dentre outras rádios brasileiras muito ouvidas até hoje no nordeste de *Misiones*. Além desses, a rede de televisão brasileira, como a Globo, a Bandeirantes e o SBT, vistas habitualmente pela maioria da população do nordeste de *Misiones*, também contribuíram para o bilinguismo na região. Na verdade, é preciso esclarecer que os fronteiriços do lado argentino não tinham escolha: “ou nós assistíamos à televisão brasileira ou ficávamos sem ver televisão”,²¹⁹ porque até meados de 1990 o sinal das emissoras de televisão da Argentina não chegava ao nordeste de *Misiones*. Isso

²¹⁸ Entrevista realizada com um professor de ciências sociais em San Antonio (ARG) em março de 2008.

²¹⁹ Entrevista realizada com um professor de ciências sociais em San Antonio (ARG) em março de 2008.

explica, em parte, a preferência dos fronteiriços no lado argentino por programas da televisão brasileira, ainda hoje muito vista naquela região. Além disso, já na década de 1980, para terem maiores opções de canais televisivos e uma imagem de melhor qualidade, os fronteiriços do nordeste de *Misiones* que tinham mais condições financeiras não compravam apenas o aparelho de televisão no lado brasileiro, compravam também antenas parabólicas brasileiras. No entanto, mesmo com antenas parabólicas, a possibilidade de assistirem a programas da rede de televisão argentina era mínima, pois a maioria dos canais captáveis por antenas parabólicas era da rede de televisão brasileira.

Na verdade, essas interações imateriais de longa distância geradas pelos meios de comunicação, como a televisão, exercem grande influência na unificação de uma língua, mas como não exige o contato físico social, para exercer influência e conquistar um público que as escute, elas dependem de um fator muito importante: a língua. Em outras palavras, eles só exercem influência quando a língua não se constitui numa barreira. No caso do nordeste de *Misiones*, a língua falada cotidianamente é oportunhol, uma mescla do português com o espanhol, por isso aquela região argentina não representou e nem representa hoje um *efeito barreira* aos meios de comunicação de longa distância, como as rádios e a televisão brasileiras. Outro fator que explica a forte influência do português sobre o espanhol naquela região são as alianças matrimoniais, pois “*ao haver casamentos mistos de argentinos com brasileiras a primeira língua do filho dessa brasileira é a língua portuguesa, e não a língua espanhola*”, assim a criança só vai aprender a língua espanhola quando for à escola, “*por isso mais de 90% da população aqui dessa região misionera fala o português*”.²²⁰

Segundo a pesquisa de campo a influência do português tem causado dificuldades no ensino-aprendizagem nas escolas argentinas do nordeste de *Misiones*, especialmente na disciplina de língua espanhola, preocupando alguns professores que a ministram. Eles chegam a afirmar que estariam perdendo o referencial de identidade da língua.²²¹ Na verdade, a influência do português sobre o espanhol

²²⁰ Entrevista realizada com um professor de ciências sociais em San Antonio (ARG) em março de 2008.

²²¹ Entrevista realizada em San Antonio (ARG) em março de 2008.

Outras interações imateriais são promovidas por acordos informais entre os próprios atores públicos locais e independem do aval dos governos estaduais e nacionais. Exemplo disso era o Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira, que atendia também o lado argentino, sobretudo em casos de acidentes e incêndios, e até mesmo com palestras de orientações preventivas, pois o lado argentino não dispunha de tais serviços públicos até meados de 1990. Ainda que na visão dos poderes políticos dos centros seja ato ilegal, na visão dos fronteiriços os serviços prestados pelo Corpo de Bombeiro no lado argentino não era ato ilegal, era ato solidário para com os vizinhos, e para soldados do Corpo de Bombeiro “*quem foi preparado para salvar vidas, diante de uma vida em perigo não fica considerando limites geográficos*”.

As próprias prefeituras municipais das cidades gêmeas conurbadas muitas vezes desconsideravam limites geográficos e se opunham às normas territoriais, pois frequentemente emprestavam equipamentos de serviços umas às outras para atuarem num ou noutro lado da fronteira linear. A prefeitura municipal de Santo Antônio do Sudoeste, por exemplo, em vários momentos emprestou equipamentos móveis motorizados, como patrula e caçambas para a *Municipalidad* de *San Antônio* para fazer cascalhamento e para ajudar a patrolar as estradas daquele município argentino. Segundo um comerciante de Santo Antônio do Sudoeste, as prefeituras das duas cidades organizavam até forças-tarefas para se ajudarem em obras que deveriam ser realizadas pelos governos das esferas federais, estaduais e provincial. Além disso, faziam acordos informais entre autoridades brasileiras e autoridades argentinas para que determinadas interações entre as cidades gêmeas pudessem ocorrer sem aplicar normas territoriais dos Estados nacionais.

No passado as prefeituras daqui se ajudavam muito, eu presenciei isso em vários momentos. As máquinas da prefeitura daqui eram seguidamente emprestadas pra Argentina pra ajudar a fazer o cascalhamento e patrolar estradas de todo o município de *San Antonio*. Quando o município daqui precisava de uma emergência as máquinas da Argentina vinham pra cá pra ajudar, então eles de lá é que vinham pra cá pra ajudar, então tinha esse bom relacionamento entre os dois municípios. Outra coisa: os distribuidores de bebidas daqui do Brasil forneciam pra lá cerveja, cigarro, balas, chicletes e gelo

pra bailes, festas de casamentos e pra festas de igrejas de todas as comunidades de *San Antônio*. Então iam pra lá caminhões carregados pra atender essas festas e bailes, passavam tudo ali pela aduana. Uma relação muito boa e na época não tinha agentes aduaneiros, quem cuidava era a Gendarmería. Não tinha problemas porque nós daqui fazíamos reuniões com as autoridades de lá e daqui! Eu fui presidente da Associação Comercial de Santo Antônio do Sudoeste, então participei de várias reuniões, a gente fazia reuniões com frequência entre as autoridades argentinas e as autoridades brasileiras. Nós sentávamos numa mesa redonda e discutíamos o que nós queríamos ou o que eles queriam. Não fazíamos nenhum documento oficial, era um acordo de cavalheiros, né, apertávamos as mãos e dizíamos: bom, então agora a coisa vai funcionar! Isso era muito interessante na época, porque era o local que determinava em comum acordo o que precisava. Nós até fizemos um acordo de deixar o trânsito livre 24 horas pros veículos. Na época tinha gendarmes cuidando pra não deixar passar contrabando, mas os carros entre as cidades tinham passe livre pro pessoal daqui, então se você queria ir lá pra Argentina comer um assado, ir pra uma festa de aniversário e voltar de madrugada, podia ir de carro e não tinha problema nenhum pra voltar. [...].²²²

As agências de correios das cidades de Dionísio Cerqueira e Barracão também são fixos atrativos aos fronteirizos argentinos e geram fluxos imateriais entre as três cidades gêmeas. Segundo o ex-gerente do Correio de Dionísio Cerqueira, aquela agência atendia e ainda hoje atende muitos moradores de *Bernardo de Irigoyen* que, mesmo tendo uma agência de correio em *Bernardo de Irigoyen*, preferem os serviços dos correios do lado brasileiro por considerá-los mais rápidos e mais seguros no envio de cartas e documentos. Por essa razão, muitos moradores de Bernardo de Irigoyen recebem e enviam sua correspondência pelas agências de Dionísio Cerqueira ou Barracão, onde são assinantes de caixas postais. Dentre os vários exemplos observados, podemos citar o das freiras argentinas em *Bernardo de Irigoyen*, que além de enviarem e receberem sua correspondência internacional pela agência de correio de Dionísio Cerqueira, mantêm caixa postal naquela agência e recebem quase

²²² Entrevista realizada com um comerciante de San Antonio (ARG), em agosto de 2008.

que mensalmente ajuda de países europeus, como, por exemplo, da Espanha, que seguidamente envia roupas para serem doadas aos carentes do nordeste de *Misiones*.

Assim, desde a década de 1950, várias outras interações foram sendo estabelecidas entre as cidades geminadas, mormente entre as cidades gêmeas conurbadas Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio, onde as malhas urbanas são compartilhadas e impõem contato social cotidiano entre os fronteiriços, gerando grande mobilidade geográfica transfronteiriça. Como já indicamos, muitas interações imateriais geradas entre os dois lados da fronteira linear, notadamente na prestação de serviços públicos, obedecem às especializações dos serviços públicos ou privados; outras nascem da ausência de certos serviços num dos lados e não em outro, e a cada objeto fixo implantado num lado da fronteira linear e não em outro gerava e gera imediatamente interações direcionadas. Exemplo disso foi a implantação do Cinema Guarani LTDA, em 1954, na cidade de Dionísio Cerqueira, um fixo de lazer e cultura implantado por uma sociedade transfronteiriça, pois um dos sócios residia na cidade de Bernardo de Irigoyen. Segundo o contrato firmado na Comarca de Chapecó em 09 de julho de 1952, o capital social inicial do cinema foi de 40 mil cruzeiros, valor dividido em quatro quotas de 10 mil cruzeiros a cada sócio.

Segundo Zulmira Silva Dico, filha do sócio residente em Bernardo de Irigoyen, aquele cinema não gerava somente interações imateriais entre Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen, mobilizava também fluxos sociais de outros municípios e cidades da zona fronteiriça. “*Aqui no cinema vinha gente de muitos lugares, vinha mais nos sábados e domingos, vinha de Campo Erê, Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio, San Pedro, até de São Miguel d’Oeste, vinha gente pra vê filmes aqui*”. Outro fixo implantado na década de 1950 com recursos financeiros dos fronteiriços de ambos os lados da fronteira linear foi o Clube Independente de Dionísio Cerqueira, onde ocorriam festas, bailes e jantares que uniam os fronteiriços das três cidades. Os bailes de carnaval do Clube Independente eram famosos e atraíam os fronteiriços do município de Bernardo de Irigoyen e até de municípios vizinhos, como Eldorado e Delícia. Naquele clube, a cada ano era eleita a rainha do carnaval, e as candidatas não eram apenas jovens residentes no lado

brasileiro, concorriam também as residentes em Irigoyen que, por várias vezes foram eleitas rainha do carnaval. O mesmo ocorria na Festa da Primavera em Bernardo de Irigoyen, uma festa que direcionava os fluxos sociais para o lado argentino. Na verdade, era uma festa que unia os fronteiriços das três cidades para desfiles em carros alegóricos, baile e escolha da rainha da primavera, um título disputado pelas jovens das três cidades, e muitas vezes as escolhidas eram as brasileiras.

Nesses eventos sociais estabeleciam-se relações de amizade transfronteiriças e também namoros que na maioria das vezes evoluíam para uniões matrimoniais. Além desses eventos, ocorriam festas religiosas. A mais famosa delas, até por volta de 1970, era a Festa do Divino Espírito Santo, realizada em Dionísio Cerqueira e que atraía a maioria dos fronteiriços do lado argentino. As procissões de Sexta-Feira Santa também uniam os fronteiriços católicos das três cidades gêmeas que formavam uma só procissão para rezar a Via Sacra que culminava no encontro de fiéis das três cidades em Dionísio Cerqueira. Mas os fronteiriços não se uniam apenas em momentos sagrados e profanos, como celebrações religiosas, bailes, festas e outros; eles se uniam também em momentos de dor e tristeza, como, por exemplo, nas visitas a enfermos ou nos velórios de parentes e amigos.

Vários exemplos foram dados durante toda a pesquisa de campo, como esse de uma ex-comerciante de Dionísio Cerqueira que relembra o dia em que seu marido faleceu. Segundo ela, muitas famílias amigas, residentes no lado argentino, logo que souberam do falecimento de seu marido foram lhe prestar solidariedade e velar o corpo, participando da missa de corpo presente até o enterro. Esses exemplos não mostram apenas mobilidade geográfica, mostram também fortes sentimentos de solidariedade, e nesses casos os limites geográficos são desconsiderados, isto é, a fronteira linear conta menos que as interações imateriais.

Não estamos aqui sugerindo que a zona fronteira é conjunto socioterritorial homogêneo e sem conflitos sociais e identitários. Nossa intenção é mostrar as interações transfronteiriças imateriais tecidas historicamente pelos sujeitos fronteiriços e que ainda hoje são tão desconsideradas pelos poderes políticos dos centros dos territórios nacionais. Em outras palavras, queremos reafirmar que a zona fronteira não é apenas espaço da geografia política, mas

também da geografia humana, da geografia social e cultural, e deve ser considerada pelos Estados nacionais, por isso enfatizamos a necessidade de políticas públicas diferenciadas para as zonas fronteiriças.

Outra festa que gerava interações sociais imateriais era a festa de 25 de maio, data em que é comemorada a independência nacional da Argentina. Todos os anos os fronteiriços brasileiros eram convidados a participarem da festa de 25 de maio no lado argentino. Realizada nas cidades de *San Antonio* e *Bernardo de Irigoyen*, a festa atraía fluxos sociais do lado brasileiro, notadamente dos fronteiriços residentes nas cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Aquela festa era tão famosa que atraía pessoas inclusive de outros municípios, como Palmas, Clevelândia, Campo Erê e outros lugares, pois os argentinos ofereciam uma grande churrascada regada a muito vinho argentino e também distribuíam muitos presentes para as crianças, como material, escolar, brinquedos, doces e biscoitos. Segundo um aposentado de Barracão, a festa era, em parte, custeada pelo governo nacional argentino, com a participação da Gendarmería Nacional Argentina e de alguns comerciantes abastados das cidades argentinas. Além do tradicional churrasco no espeto, na festa de 25 de maio,

[...], os argentinos faziam também o famoso *boi no cuero*, abatiam quatro a cinco novilhos, limpavam bem limpinhos, abriam pra tirá os miúdos, né, mas deixava ele inteirinho sem tirá o couro, não cortava. Aí pegava uma seringa bem grande com agulha né, injetavam o sal com tempero em toda parte, deixavam ele bem salgadinho. Depois faziam um buraco bem grande na terra e ali faziam um grande braseiro com nó de pinho, só nó de pinho. Quando o braseiro tava pronto deitavam o boi inteirinho em cima do braseiro e colocavam brasa também em cima dele, deixava ali assando bem devagarzinho. Quando a parte de baixo já tinha queimado bem o couro, aí eles viravam o novilho para terminá de assar. Quando ficava pronto aí tiravam e serviam. Mas aquilo ficava a melhor coisa do mundo, todo suco da carne ficava dentro da carne, isso desmancha na boca! Isso começava na boca da madrugada e ia até meio dia pra fica bem assado. Aqui tinha um gendarme que era assador de boi no *cuero*, ele fazia aquilo como ninguém. E nessa festa o vinho argentino era solto, abria três a quatro barris de vinho e o povo podia beber à vontade, os

gendarmes que distribuíram. Era vinho muito bom mesmo, até hoje o vinho argentino é muito bom! Cachaça não podia entrá lá, Deus o livre se te pegassem com cachaça, era crime, naquele tempo era considerado crime! Bom, tinha brasileiro que viajava três dias a cavalo pra vim nessa festa de 25 de maio, era uma festa muito grande! A maior parte era de brasileiros na festa, eu ia todos os anos na festa de 25 de maio, [...].²²³

Mas o que atraía os fronteiriços residentes no lado brasileiro para a festa de 25 de maio, notadamente do gênero masculino, não era apenas o churrasco regado a vinho e os presentes para as crianças, era também o futebol. Nesse dia era costume a Gendarmería organizar uma partida de futebol com os fronteiriços brasileiros, partida que era devolvida pelos brasileiros no dia 7 de setembro, quando se comemora a independência do Brasil. Segundo um jornalista de Santo Antônio do Sudoeste, a festa de 25 de maio reunia muita gente, reunia até mesmo os contrabandistas brasileiros. Embora esses ficassem à margem da festa argentina, eles se reuniam durante o jogo para torcer pelos brasileiros. Naqueles momentos eles se instalavam na beira do rio Santo Antônio, no lado brasileiro, onde tinha uma visão privilegiada do campo. Lá eles assavam carne, bebiam cachaça, vinho, cerveja e durante o jogo a cada gol dos brasileiros soltavam muitos foguetes, além de gritar muitos insultos contra os gendarmes.

O dia 25 de maio sempre foi uma data muito especial para os argentinos, eles comemoram a independência deles, né. Então nesta data, *San Antonio* sempre fez uma grande festa, ainda hoje faz, só que não tão grande quanto no passado, mas ainda faz. Então, desde 1947, em função dessa festa, se formaram dois times de futebol: um em *San Antonio* e outro em Santo Antônio do Sudoeste, então no dia 25 de maio nós íamos jogar lá e no dia 7 de setembro, dia de nossa independência, eles vinham jogar aqui. Isso eu considero um fato cultural muito importante e que se mantém muito vivo até os dias de hoje! Isso já tem mais de meio século, então, isso é um fato histórico cultural muito importante! Eu até andei pesquisando, e de Foz do Iguaçu até o Rio Grande do Sul não tem nenhuma cidade do Brasil com a Argentina que tenha esse tipo de

²²³ Entrevista realizada em com um aposentado residente em Barracão, março de 2008.

jogo. Pode ser que tenham tido no passado, mas que se mantém como o nosso, pela minha pesquisa, não tem. No jogo sempre tem cotovelações, caneladas, chutes, mas isso é parte do próprio jogo, não é só por ser entre jogadores brasileiros e argentinos, mas é por ser futebol, qualquer time tem isso. Agora, no passado a coisa era ferrenha, no passado o jogo era bem acirrado: às vezes fechava o pau mesmo, jogadores nossos foram presos, os deles também, por brigas, né. Eu lembro que eu uma vez fiz um gol e veio um argentino por trás e meteu um chute no meio da minha bunda, mas não deu outra, fomos pro pau logo. Na época o público no campo era sempre de 1500 a 2000, pessoas e do lado de cá do rio os contrabandistas torcendo pra nós e desaforando os gendarmes, porque naquela época a maioria dos jogadores eram gendarmes e a nossa maior torcida era a dos contrabandistas. Bebiam um pouco mais, aí soltavam todos os cachorros, gritavam palavras contra os gendarmes aquilo era um Deus nos acuda! Os contrabandistas tinham raiva dos gendarmes porque viviam perseguindo eles, então no dia 25 de maio eles se reuniam e se vingavam com xingamentos e torcendo pra nós. Mas não era xingamentos leve não, era daqueles bem pesados de mandá a mãe pra muitos lugares! Os gendarmes não podiam vir pra cá pra prendê-los e aqui a polícia federal não atuava, [...].²²⁴

Na verdade a festa de 25 de maio tinha duplo significado. Se por um lado ela era uma festa do território nacional que exprimia sentimentos da história nacional argentina, razão pela qual a festa era organizada evidenciando algumas simbologias nacionais, como desfiles com a Bandeira nacional e entoação do Hino nacional, por outro lado era também uma festa de integração social dos fronteiriços, pois aquela festa unia fronteiriços de ambos os lados da fronteira linear, uma festa que exercia efeitos até mesmo fora das cidades gêmeas, atraindo pessoas de outros municípios, o que mostra a dimensão geográfica de um acontecimento sociocultural na zona fronteira. Entretanto, a partir da década de 1970 muitas daquelas interações imateriais estabelecidas entre os fronteiriços passaram a ser restringidas e os controles fronteiriços tornaram-se extremamente rígidos sobre todas as interações transfronteiriças materiais e

²²⁴ Entrevista realizada em com um jornalista de Santo Antônio, março de 2008.

imateriais, devido à instauração dos regimes de governos militares nos dois países. A partir daí o controle migratório passou a ser exercido com todo o rigor, notadamente no lado argentino, que estava sob os cuidados da Gendarmería braço do Exército Nacional Argentino.

Nesse período o governo militar argentino estabeleceu políticas de controle migratório, passou a expulsar migrantes brasileiros ilegais do nordeste de *Misiones* e instituiu dois planos geopolíticos de ocupação agrícola com o intuito de impedir a migração brasileira para o interior daquele território: o *Plán de Colonización 39 de San Pedro*, na fronteira com Santa Catarina, e o *Plán de Colonización Andresito*, na fronteira com o Paraná. Entretanto, o *Plán de Colonización 39 de San Pedro* fracassaria imediatamente, por haver-se apresentado como um mero projeto extrativo: os primeiros colonos argentinos lá inseridos pelo Estado começaram a retirar a madeira para em seguida abandonar o projeto, ou seja, não fixavam residência naquele departamento como previa o plano de ocupação de *San Pedro*, diferentemente do que ocorreria em *Andresito*, como veremos no próximo capítulo.

9 - O PLÁN DE COLONIZACIÓN ANDRESITO (1979): UMA GEOPOLÍTICA ARGENTINA NA ZONA FRONTEIRIÇA

9.1. Introdução

Neste capítulo nosso objetivo é construir um quadro de referência que permita mostrar que a colonização agrícola de *Andresito* é o resultado de uma geopolítica argentina durante o regime de governo militar que tinha por objetivo frear a migração brasileira e ao mesmo tempo impedir interações transfronteiriças com o lado brasileiro. Nele mostramos também que, em oposição aos ideais políticos do Estado nacional argentino, *Andresito*, a mais jovem cidade do nordeste de *Misiones*, tornou-se cidade gêmea de Capanema, pois desde sua fundação interagiu e ainda hoje interage com o lado brasileiro.

9.2. O *Plán de Colonización Andresito*

Ao contrário do que ocorreu em *Corrientes*, província limítrofe ao Rio Grande do Sul, onde a geopolítica argentina sob a hipótese de guerra determinou a construção de estradas diferenciadas daquelas brasileiras, no nordeste de *Misiones*, especificamente em *Andresito*, o governo nacional argentino aplicou uma geopolítica de ocupação agrícola, o chamado *Plán de Colonización Andresito*. O que estava em jogo ali era a soberania do governo nacional argentino devido à migração ilegal brasileira, portanto sem hipótese de guerra, mas uma possível desnacionalização daquela área, onde na década de 1970 já se constatava forte presença de migrantes brasileiros e grande influência da língua portuguesa sobre o castelhano ali falado.

Na visão dos militares argentinos, para que aquela região não se desnacionalizasse, somente um plano de ocupação agrícola com elementos sociais argentinos poderia enfrentar à migração ilegal brasileira e assegurar a soberania nacional argentina na região. Para pôr em prática tal plano, o Estado nacional argentino passou a expulsar os brasileiros ilegais e começou a selecionar colonos argentinos para ocupar aquele espaço. Uma seleção criteriosa fundamentada em pré-requisitos bem definidos, levando inclusive a um processo de exclusão entre os próprios colonos argentinos, pois

nem todos conseguiam preencher os critérios estipulados pelo Estado.

Embora já viesse sendo idealizado desde 1960, o *Plán de Colonización Andresito* foi aprovado em 22 de fevereiro de 1979 pela Lei 1.074, e passou a ser posto em prática somente em 1980, quando os colonos selecionados pelo Estado começam a ser introduzidos naquela zona. Portanto, aquele *Plán* tinha como objetivo principal frear a entrada ilegal de migrantes brasileiros em terras fiscais do governo argentino e nacionalizar aquela região. Paralelo a isso, era também objetivo do governo militar criar naquela zona uma cidade ecologicamente correta que servisse de modelo ao país e que, ao mesmo tempo, despertasse a consciência para a preservação ambiental, pois o nordeste de *Misiones* à época era ainda região rica em recursos naturais.

Como já demonstramos anteriormente, a migração brasileira para o interior do nordeste de *Misiones* já vinha ocorrendo desde o começo do século XX, mas na região de *Andresito* começou timidamente por volta de 1950 e passou a intensificar-se no começo de 1970. Nesse período os militares já alertavam o governo nacional argentino que a região de *Andresito* estava em vias de se tornar uma réplica de *Bernardo de Irigoyen*, *San Pedro* e *San Antonio*, onde grande parte da população era de origem brasileira e a língua falada era o português, como revela, em parte, o depoimento do *Intendente de Andresito*.

Eu conheci essa zona de *Andresito* no ano de 1973, e no ano de 1976 aqui estava cheio de brasileños, cheio de brasileños e não havia ninguém que falava aqui o castelhano, com exceção de dois gendarmes e uma professora. Os outros todos falavam só o português, isso era minado de brasileños! É difícil estimar um número, mas eu calculo que facilmente tinha uns dois a três mil brasileños. Então como nós tínhamos na época um governo militar, a política era expulsar os hermanos brasileños e entregar terras aos argentinos para, digamos, frear sua entrada no lado argentino. Por isso nasce esse *Plán de Colonización Andresito*, era um plano geopolítico que tinha como principal finalidade controlar a invasão dos brasileños.²²⁵

²²⁵Entrevista realizada com o Intendente da Municipalidad de Andresito, Andresito, agosto de 2008.

Entre 1976 e 1978, os militares argentinos, por ordem do governo nacional, começam a tirar as terras dos brasileiros e expulsá-los daquele país; apenas os que tinham filhos nascidos e devidamente registrados na Argentina puderam lá permanecer. Porém, em 1980, com a inserção dos colonos argentinos, os brasileiros que tinha filhos registrados na Argentina e que lá haviam permanecido acabaram por perder as terras que ocupavam, o governo argentino deu-lhes apenas um hectare de terras onde podiam construir suas casas e fazer suas hortas. Foi somente em 1984, na segunda etapa do processo de ocupação de *Andresito*, que aqueles brasileiros com filhos nascidos naquele país receberiam terras para plantar.

Para entender tal processo é preciso esclarecer que o plano estava dividido em duas etapas: a primeira, chamada *Plán de Colonización Andresito*, consistia em inserir unicamente colonos argentinos selecionados pelo Estado nacional; já a segunda etapa, denominada *Plán de Soberanía*, visava a nacionalizar aquela zona fronteira exaltando os valores nacionais argentinos frente aos brasileiros. Mas, antes da expulsão dos brasileiros, o Estado nacional sob o governo militar iniciou intensa campanha publicitária oferecendo terras em *Andresito* aos colonos argentinos. Embora tal campanha fosse estendida para todo o território nacional argentino, havia preferência aos colonos de *Misiones*.

Entretanto, para conseguir aquelas terras os colonos deveriam reunir certas condições, como não ter antecedentes criminais, ter família com filhos e certo número de ferramentas para trabalho agrícola, como trator, arado, enxada, foice, machado, motosserra, automóveis etc., além, é claro, de entender de agricultura. Na primeira etapa do plano, os colonos que reuniam todos os pré-requisitos determinados pelo Estado nacional ganhavam até 150 hectares de terras. Cada pré-requisito equivalia a determinada pontuação, o que definia a quantidade de terras que cada família receberia. Por exemplo: uma família com cinco filhos ganhava mais terras do que uma família que tivesse apenas dois filhos, pois cada filho representava um número na determinada pontuação; o mesmo ocorria com o número de ferramentas de trabalho.

Outro pré-requisito imposto pelo Estado era que cada colono deveria apresentar um plano de trabalho detalhado, onde informaria como e o que iria produzir na terra durante os primeiros cinco anos, pois os militares, além de exigir que os colonos fixassem residência

no local, haviam imposto restrições ao corte da mata nativa e exigências na produção agrícola, restrições que deveriam ser rigorosamente seguidas, para não acontecer o mesmo que havia ocorrido, em parte, em *San Pedro*. Ou seja, os colonos deveriam cortar apenas 5 hectares de madeira por ano e neles produzir. Por exemplo: no primeiro ano, os colonos cortavam 5 hectares de mato e naquela terra deveriam produzir gêneros alimentícios; no ano seguinte cortavam mais 5 hectares de mata e já passavam a produzir sobre dez hectares de terras, e assim sucessivamente para os três anos seguintes, daí a importância de apresentar um *plano de trabalho* para poder ocupar terras em *Andresito*. Esse plano também recebia significativa pontuação durante a criteriosa seleção dos colonos.

Outra restrição imposta pelo Estado foi a proibição do plantio da erva-mate naquelas terras, devido à lei provincial que o impedia em *Misiones*, pois aquela província estava quase totalmente voltada para essa atividade econômica. Mas a restrição ao plantio de erva-mate em *Andresito* não durou muito tempo. Em 1981 uma mudança na lei provincial passou a permitir que os colonos cultivassem a erva-mate em *Andresito*, porém sob rigoroso controle dos militares e restrito a apenas 20 hectares de terras.

Desse modo, na primeira etapa do plano foram selecionadas apenas 80 famílias, as quais ganharam do Estado argentino as melhores terras daquela região, na maioria propriedades de 150 hectares de terras. Mas, no contexto da colonização de *Andresito*, os colonos foram sendo inseridos no meio da mata virgem, sem nenhuma infraestrutura básica, nem por parte da Província e nem por parte do Estado nacional argentino. É preciso esclarecer que o primeiro núcleo de povoação de *Andresito*, constituído por indígenas e brasileiros, estava localizado nas proximidades do rio Santo Antônio, onde deságua no rio Iguazu. Mas com o *Plán de Colonización Andresito* aquele núcleo foi impedido de evoluir, sendo instituído novo núcleo estrategicamente distanciado, mais ou menos a 35 quilômetros da sede de Capanema (PR).

Sem dúvida uma estratégia militar para que não houvesse interações transfronteiriças com os brasileiros e nem incerteza identitária, como já ocorria em *Bernardo de Irigoyen*, *San Antonio* e *San Pedro*, onde a população era o resultado de uma grande mescla. Porém, a tentativa de impedir interações transfronteiriças com os brasileiros logo falhou, pois os colonos de *Andresito* passaram a

depende totalmente do lado brasileiro, notadamente do município de Capanema. O Intendente de *Andresito* que viveu aquele processo de colonização relata:

Primeiro o Estado foi colocando os colonos e só depois é que ele foi implantando infraestruturas básicas, como estradas, serviços de saúde e educação. A telefonia, água potável e luz elétrica tardaram mais. Nos primeiros anos foi muito, muito difícil para as pessoas que aqui vieram, porque aqui tinha uma única venda de mercadorias e muito, muito precária. Não tinha mais nada, então se ia ao Brasil para comprar, passamos a depender totalmente do outro lado, inclusive as sementes para o plantio eram compradas no Brasil. Mas, em contrapartida a essas desvantagens, o Estado provincial permitia que se fizesse aqui a exportação da madeira livre de impostos sobre a venda, foram vantagens que favoreceu as pessoas, [...].²²⁶

Ainda segundo o Intendente de Andresito, nos dois primeiros anos o *Plán de Colonización* esteve a ponto de fracassar, pois a única fonte de renda dos colonos era a madeira e ela não tinha valor econômico significativo no mercado nacional argentino. Os colonos derrubavam cinco hectares de mato para vender a madeira, mas mesmo livre de impostos os lucros obtidos não cobriam os custos com semente, plantio e investimentos necessários nas propriedades, razão pela qual, pelo menos 2% das primeiras 80 famílias, acabaram por retornar aos lugares de origem e outros estavam em vias de abandonar o plano.

Mas tal situação se inverteu parcialmente no final de 1982, quando o valor da madeira triplicou e com isso os colonos que já pensavam em abandonar aquelas terras acabaram por permanecer na região. Em 1983, com a queda do regime militar argentino, ocorre a primeira eleição para Intendente em *Andresito*. E em 1984 foi posta em prática a segunda etapa de colonização com o *Plán de Soberania*, quando os brasileiros que lá haviam permanecido conquistaram o direito a pequenas propriedades de terras que não passavam de 10 e 25 hectares. O mesmo ocorre com os verdadeiros donos daquelas terras, os indígenas guaranis, que passaram a viver em ínfima área de terras demarcadas pelo Estado nacional. Na verdade a Argentina cometeu os mesmos erros que o Brasil, pois os indígenas guaranis

²²⁶Ibidem, agosto de 2008.

que lá viviam, segundo o intendente de *Andresito*, aproximadamente 30 famílias, receberam uma área de apenas 200 hectares de terras. Assim, se dividirmos o número de hectares pelo número de famílias, cada família guarani ficou com menos de sete hectares de terras em *Andresito*, número inferior até mesmo ao das terras dadas às famílias de brasileiros com filhos argentinos.

Diferentemente da primeira etapa que fora exclusivamente conduzida pelos militares argentinos, na segunda etapa, o *Plán de Soberania*, já sob a democracia argentina, foi conduzido prioritariamente por políticos locais e da província com interesses político-partidários e particulares. Com a valorização da madeira o corte da mata nativa se intensificou, fugiu ao controle e totalmente desordenado e a pontuação dos pré-requisitos impostos pelo governo militar acabou mudando totalmente, como revela o Intendente de *Andresito*.

Com o *Plán de Soberania* foi entregue as terras da segunda etapa do *Plán de Colonización*, mas lamentavelmente nessa segunda etapa já entrou o manejo político, onde, digamos, já era diferente, porque a pontuação que davam originalmente na primeira etapa, na segunda etapa mudou tudo! Mudou porque era tudo político, então o que se passou, é que teve gente muito boa e teve gente muito má que aqui vieram! Gente que veio exclusivamente para explorar a madeira e depois venderam a muitos bons preços suas terras e se foram embora. Mais ou menos como aconteceu ali no Brasil, ali do outro lado no período da madeira. Isso aconteceu aqui também depois de assumir as autoridades locais eleitas, não era como o governo militar que era ditatorial que davam uma ordem e tinham que cumprir. Com a democracia isso mudou tudo, começaram os favores políticos, gente que não correspondia ao plano e que vieram só para explorar o mato, gente boa que veio sim para criar possibilidades e que conseguiram apenas uma pequena chácara de terras, então teve muitos problemas nessa segunda etapa do Plano. Quero também dizer algo com respeito a essas famílias de brasileiros que tinham filhos argentinos: na segunda etapa desse Plano eles puderam aceder algum pedaço de terra, o governo os reconheceu e lhes permitiu aceder a pequenos pedaços de terra. Não me recordo, mas acho que conseguiram em média 10 hectares para o cultivo, alguns conseguiram até 25 hectares de terras, menor quantidade de terras que

determinava a primeira etapa do Plano, porque as propriedades de até 150 hectares de terras se entregaram somente na primeira etapa e para quem era de fato argentino. Na segunda etapa os lotes eram menores, e em alguns casos eram maiores do que 150 hectares, porém a terra não era boa, me entende? Terra que não era boa para a agricultura.²²⁷

Apesar do desfecho que teve, pode-se dizer que o *Plán de Colonización de Andresito* atingiu seu principal objetivo de frear a migração ilegal brasileira, pois as terras naquele município foram totalmente ocupadas pelos colonos argentinos. Mas, por outro lado, podemos também dizer que o plano fracassou em muitos outros aspectos; um deles foi a intenção de impedir interações entre fronteiriços brasileiros e argentinos para que não houvesse lá influência brasileira como ocorria nos municípios de em *San Pedro, Bernardo de Irigoyen e San Antonio*. Entretanto, mesmo com todos os esforços dos militares, desde a primeira etapa do plano a população de *Andresito* passou a interagir com o lado brasileiro, principalmente nas relações econômico-comerciais.

Assim, desde a fundação de *Andresito* em 1980, até por volta de 2003, os moradores daquele município dependiam quase totalmente do comércio brasileiro, primeiro porque muitos produtos e mercadorias de consumo correntes não eram encontrados lá; e segundo pela diferença cambial que favorecia comprar em lado brasileiro, como mostra, em parte, o depoimento abaixo.

Dependíamos totalmente dos brasileiros, pela necessidade de mercadorias que não havia aqui, depois a paridade cambiaria nos favorecia a ir do outro lado fazer as compras, então ficamos 20 anos dependendo do lado brasileiro. Quero esclarecer que as relações de comércio entre argentinos de *Andresito* e brasileiros de Capanema se estabelecem de maneira mais forte a partir de 1980, todavia as relações em realidade já existiam muito antes de 1980; mas eram relações de brasileiros entre brasileiros, porque os que aqui moravam antes do *Plán* eram brasileiros.²²⁸

²²⁷Ibidem, agosto de 2008.

²²⁸Entrevista realizada com o Intendente de *Andresito* em agosto de 2008.

Portanto, apesar de um plano geopolítico, Andresito se tornou cidade gêmea com Capanema (PR), pois a população interagiu e ainda hoje interage com a cidade brasileira. Segundo a pesquisa de campo, as interações não são apenas econômico-comerciais, mas também imateriais, inclusive na saúde, embora as interações não sejam tão densas e frequentes quanto as observadas nas cidades gêmeas conurbadas, pois as sedes de Andresito e Capanema são separadas. Além disso, como não há contato cotidiano, as interações obedecem fundamentalmente às variações cambiais e também à especialização de serviços públicos e privados. Por exemplo: às interações imateriais, como as geradas na saúde, se estabelecem mais pelas especializações. Segundo a pesquisa de campo, desde 1980 os fronteirões de Andresito têm buscado constantemente tratamentos odontológicos na cidade de Capanema, serviço considerado mais especializado no lado brasileiro do que no lado argentino, como se vê no depoimento abaixo.

Em 1980 e 1990 todos aqui de Andresito buscávamos dentistas no Brasil, isso é certo. Primeiro porque a paridade cambial convinha, e segundo porque no lado brasileiro tinha e têm mais especialistas. Aqui a maioria dos médicos que temos não são especialistas, são médicos generalistas, então quando um enfermo nosso vai ao Brasil, ele primeiro vai buscar um especialista e seguramente se vai também porque se tem uma relação de amizade e confiança, porque é muito caro a saúde do outro lado. Existe também aquilo que nós dizemos que é a relação de parentesco, esses vão em busca de atendimentos gratuitos, porque têm parentes e familiares do outro lado e penso também porque depositam mais confiança no médicos de lá. [...].²²⁹

Na educação praticamente não ocorrem interações como nas cidades gêmeas conurbadas, pois as sedes de Capanema e Andresito são separadas por cerca de 30 quilômetros, embora algumas famílias de Andresito com filhos portadores da Síndrome de Down levem seus filhos à APAE de Capanema, já que em Andresito não existem escolas especializadas para crianças especiais. Sem detalhar aqui todas as interações materiais e imateriais que se estabeleceram e ainda se estabelecem entre Andresito e Capanema, pode-se dizer que,

²²⁹Entrevista realizada com o Intendente de Andresito em agosto de 2008.

apesar das diferentes ideologias políticas de Brasil e Argentina, notadamente durante os governos militares, *Andresito* e *Capanema* constituem-se no mais jovem par de cidades gêmeas desse segmento fronteiro brasileiro-argentino do conjunto do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*. (ver **Figura 39**).



Porém, é preciso abrir aqui um parêntese para esclarecer que, na década de 1990, Paraisópolis (SC) e Bom Jesus do Sul (PR) conquistaram sua emancipação político-administrativa. Assim, Paraisópolis, desmembrada de São Miguel d'Oeste, tornou-se cidade gêmea de *San Pedro*, porém os fronteiros do lado argentino não deixaram de interagir com São Miguel d'Oeste, pois a cidade oferece mais opções em termos de comércio e demais serviços públicos e privados. O mesmo ocorre com Bom Jesus do Sul, desmembrado de Barracão. Como já indicamos forma hoje par com as cidades de

Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen, porque a população de Bernardo de Irigoyen interage também com Bom Jesus do Sul. Mas as cidades de Paraíso e Bom Jesus do Sul são altamente dependentes das cidades-mãe e em se tratando de interações promovidas pelos fronteiriços argentinos direcionadas para o lado brasileiro, as interações tendem a ser direcionadas para as cidades-mães que oferecem muito mais opções em termos de comércio e serviços públicos ou privados.

Assim, desde 1980 tal segmento fronteiriço brasileiro-argentino, localizado no extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*, apresenta quatro conjuntos de cidades gêmeas. Embora em todas elas se constatem interações transfronteiriças materiais e imateriais, pode-se dizer que tais interações são muito mais densas e frequentes nas cidades gêmeas conurbadas, pois como já demonstramos, as malhas urbanas são compartilhadas, gerando grande mobilidade geográfica e contato cotidiano entre os fronteiriços dos dois lados da fronteira linear.

Andresito é o resultado de uma geopolítica aplicada durante o regime de governo militar, mas contrariamente aos ideais geopolíticos, desde sua fundação interage com o lado brasileiro e constitui-se hoje em cidade gêmea de Capanema. Pode-se dizer que outro objetivo que fracassou no *Plán de Colonización Andresito* foi aquele de criar lá uma cidade ecologicamente correta e um município com cultura agrícola planejada, respeitando as matas nativas e o meio ambiente.

Na verdade, a exemplo do que ocorreu no lado brasileiro, a história parece haver-se repetido em *Andresito*, pois os colonos não respeitaram as diretrizes do plano militar de colonização, e por consequência as matas nativas foram rapidamente devastadas, dando lugar às monoculturas da erva-mate e madeira, esta última destinada à produção de celulose e papel, o que tem gerado contaminação das águas e provocado sérios problemas de saúde na população. Assim como ocorreu e ainda ocorre no lado brasileiro, os colonos de *Andresito* também não têm respeitado a margem dos rios. A própria cidade que deveria ser um modelo de conscientização ambiental foi fundada sobre um importante rio daquele município, o São Francisco, que hoje se encontra totalmente poluído como revela o depoimento abaixo:

Lamentavelmente, nós do plano, que poderíamos ter feito as coisas acontecerem de forma diferente, não fizemos, cometemos os mesmos erros que nossos antepassados cometeram em outros lugares. Eu tenho um exemplo: o rio São Francisco. Quando nós viemos pra cá em 1980, esse rio era de água cristalina, era um leito de pedras onde viviam quantidades de peixes e você podia caminhar e ver o fundo do rio. Hoje o fundo do rio é barro, ao redor, a vegetação hoje é pasto para o gado e doenças que vieram com a agricultura. As águas estão contaminadas, os colonos permitem que o gado vá até o rio, o que vai criando erosão e hoje já não se pode mais pescar, porque não há mais nada, nada de peixes, então nós destruímos tudo isso! O que se passou no lado brasileiro se passou também aqui. A única diferença é que lá os colonos plantam em grande escala e de maneira intensiva. Digo pra você que, ninguém, mas ninguém respeitou isso, nem mesmo o Estado respeitou, porque se o Estado tivesse respeitado isso, hoje nós não estaríamos assentados aqui, me entende?²³⁰

Na segunda etapa do plano, *Andresito* ficou conhecido como município do “*ouro verde*” devido aos lucros gerados pela exploração econômica da madeira. Desse modo, ninguém respeitou as restrições ao desmatamento e nem mesmo ao plantio de erva-mate, o que provocou o desaparecimento acelerado das matas nativas daquele município. Portanto, diferentemente do que previa o plano inicial, com a democracia os colonos passaram a destinar grandes áreas de terras ao plantio de erva-mate, tornando-a uma cultura agrícola que é ainda hoje a base econômica de *Andresito* e faz daquele município o maior produtor de erva-mate de *Misiones*. Segundo o Secretário da Cultura e Turismo de *Andresito*, o município produz hoje uma média de 100 milhões de quilogramas de folhas verdes por ano, o que significa que “30% da produção total da província e 25% do total da produção do país são produzidos em *Andresito*”²³¹. Uma das indústrias de produção mais importantes daquele município é a Indústria *Yerba Mate Anderesito* (ver **Figura 40**).

²³⁰ Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008.

²³¹ Entrevista realizada com Marcelo Aníbal App, Secretário da Cultura e Turismo de *Andresito*, agosto de 2008.



Além disso, incentivados pelas indústrias de celulose os colonos passaram a fazer o chamado “reflorestamento”, com espécies como o cedro australiano, pinos americano (Eliot), eucaliptos e pinheiro-do-paraná (Araucárias) e outras para produção de celulose. Embora o pinheiro-do-paraná seja espécie protegida, *“ele vem sendo plantado há muito tempo nesta província para no futuro ter madeira no mercado nacional e internacional”*.²³² Na verdade, somente o pinheiro-do-paraná nativo é protegido por lei, e neste caso nem mesmo os pés de pinheiros que secam naturalmente podem ser derrubados, salvo se representarem perigo à população, como se constata dentro das próprias cidades do nordeste de *Misiones*, onde é comum ver pinheiros totalmente secos. (ver **Figura 41**).

²³²Entrevista realizada com o Secretário da Cultura, Marcelo Anibal App, em Andresito, agosto de 2008.

Figura 41 - Pinheiro - do-paraná espécie da família das araucária hoje protegido por lei



Se compararmos os municípios no nordeste de *Misiones*, constata-se que *Andresito* se diferencia dos demais municípios, sobretudo no que se refere à geografia humana. A exemplo do lado brasileiro, tentaram fazer lá o branqueamento da população, pois as terras foram entregues fundamentalmente aos argentinos descendentes de europeus, como poloneses, suíços, alemães, belgas e, em menor número, a russos e ucranianos, uma população que ainda hoje é menos miscigenada do que aquelas de *Bernardo de Irigoyen*, *San Pedro* e *San Antonio*. As próprias propriedades rurais são ali diferenciadas: enquanto em *Andresito* existem pequenos latifúndios, com propriedades de até 150 hectares de terra, nos demais municípios do nordeste de *Misiones* as propriedades agrícolas variam entre 5 e 25 hectares de terras, diferenças que são atribuídas ao próprio plano de colonização.

O que chama a atenção é que, apesar de tentativas de branqueamento da população, aquele município, em função do modelo agrícola lá implantado, logo se viu forçado a permitir a entrada de outros grupos étnicos, como os descendentes de indígenas guaranis do Paraguai. Tal fato se deve, em parte, à própria cultura agrícola da erva-mate que, embora tenha sido opção dos próprios colonos, eles não dominavam técnicas do corte das ervaes, por isso

viram-se forçados a contratar os guaranis do Paraguai, trabalhadores mais especializados naquela cultura agrícola, como revela o depoimento do intendente de *Andresito*:

Aqui quem colhe a erva são os tarefeiros (trabalhadores) e os bons tarefeiros, aqueles que realmente sabem cortá a erva, são descendentes de índios paraguaios. A maioria dos tarefeiros aqui é descendente de paraguaios, temos uma porcentagem desses tarefeiros que já moram aqui e outra porcentagem que vai e vem, são mais flutuantes. Eu digo que já não são mais indígenas, são descendentes [...].²³³

Vários depoimentos atestam que, ainda hoje, a maioria da mão de obra empregada no corte da erva-mate de *Andresito* é de descendentes de indígenas guaranis, os chamados *tarefeiros*, que no passado eram também chamados de *mensús*. São trabalhadores que ainda hoje se submetem a um regime de trabalho semiescravo, pois são contratados informalmente, sem nenhum contrato legal de trabalho nem assistência social, e quando termina o corte da erva-mate são dispensados, muitos deles com sérios problemas de saúde, devido ao próprio exercício laboral. A alimentação desses trabalhadores é basicamente o *reviro*, alimento que ingerido uma vez ao dia provoca sensação de satisfação, levando a crer que o organismo não necessita de outros nutrientes, e justamente por isso a maioria dos *tarefeiros* apresentam aspecto de desnutrição e ficam vulneráveis a vários tipos de doenças, como a chamada “*gripe recolhida*”.

Durante o período de inverno, principalmente pela manhã, as erveiras normalmente se encontram cobertas de orvalho ou geada, e à medida que o trabalhador vai cortando as folhas a roupa vai ficando totalmente molhada, e em contato com o corpo do trabalhador, acaba por provocar a “*gripe recolhida que não cura mais*”. Na verdade uma doença pulmonar que invalida o trabalhador, pois ele fica com dificuldades de respirar e exercer qualquer outra atividade. Muitos desses trabalhadores, à margem de qualquer tipo de assistência e sem acesso à terra, em período de entressafra acabam por invadir pequenas áreas ao entorno da cidade, onde constroem pequenas casas e barracas, criando pequenos embriões de favelas, como se nota no

²³³Entrevista Realizada com o Intendente de Andresito, agosto de 2008.

Barrio la Selva, em Andresito, um bairro que vem sendo ocupado por trabalhadores rurais sem-terra, (ver **Figura 42**).



Assim como em todo nordeste de *Misiones*, em *Andresito* também já existem movimentos organizados que lutam pela terra, uma luta que vem sendo apoiada notadamente pela União Campesina e pela Pastoral da Igreja católica e que hoje já se articula e com o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a Pastoral da Terra no lado brasileiro. Segundo um agricultor brasileiro que hoje reside em *Bernardo de Irigoyen*, diferentemente do lado brasileiro, onde os colonos são proprietários das terras, no nordeste de *Misiones* grande número de colonos ainda não possuem o título das terras nas quais vivem e trabalham, pois algumas são propriedades privadas e outras são terras fiscais que foram invadidas, notadamente por brasileiros. Deste modo, desde meados da década de 1990, a União Campesina e a Pastoral da Igreja argentina vêm interagindo com líderes do MST brasileiro, os quais apoiam a luta pela terra e têm inclusive orientado colonos a se articularem para pressionar o governo nacional

argentino para que adquira terras de proprietários que não as trabalham e que não residem na região a fim de regularizar as propriedades em que vivem. Ainda segundo nosso entrevistado:

Aqui a principal reivindicação dos colonos é a terra, porque aqui a terra também está ficando escassa, isso porque muitas empresas compraram grandes extensões de terras com mato virgem, né, pra explorar a madeira. Mas eles só exploram a madeira e as terras ficam por ali improdutivas, mas ficam no nome deles, eles que são os proprietários. Então, o pessoal do sul da província, que morava na costa do Uruguai, foi vindo e invadindo essas terras, e agora tão lutando pra que o governo compre a terra dessas companhias e venda pra eles, né. Eles não querem a terra de graça, eles querem comprá a terra. Quem tem ajudado bastante é o Bispo de *Iguazu*, o Bispo tem enfrentado muitas lutas pela terra aqui na região. Pela Pastoral da Igreja ele tem defendido os que lutam pela terra e o povo pobre. Ele briga com qualquer político, qualquer grande ele briga! Aqui os colonos sem terra não têm ainda aquela força que tem o MST e nem a união que tem os brasileiros pra fazer pressão no governo, o pessoal é mais fraco, mas já tão sendo ajudados pela Pastoral da Igreja, a União Campesina. O MST que tem feito cursos com os colonos daqui, então, o que tem ajudado bastante são esses cursos que o MST dá e que a gente participa. Nós fomos umas quantas vezes no Assentamento de Dionísio porque os cursos eram lá. Outras vezes os cursos são feitos nas cidades, fomos também pro Fórum Mundial que teve lá em Porto Alegre ano retrasado (2005), quem organizou foi o MST. Então fomos 30 colonos daqui de Irigoyen e junto com nós um técnico agrícola brasileiro, a empresa que levou foi uma empresa do Brasil e de lá também foi muitos colonos e o pessoal do MST, [...].²³⁴

Um dos grandes problemas verificados atualmente no nordeste de *Misiones* está relacionado à produção de madeira para celulose, que vem ocupando grandes extensões de terras para o chamado “reflorestamento” e vem inclusive forçando colonos a venderem suas pequenas propriedades agrícolas para dar lugar à produção de madeira para celulose. Esse “reflorestamento” já vem ocorrendo há mais de três décadas no nordeste de *Misiones*, mas segundo

²³⁴Entrevista realizada com um agricultor de Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007.

informações de engenheiros florestais do INTA de Bernardo de Irigoyen, está ocorrendo em toda a província de *Misiones*, onde as terras vêm passando aos poucos para o domínio das empresas de celulose. Exemplo disso é a empresa chilena *Alto Paraná*, e em menor escala a *Papel Misionero*, pois a empresa *Piray*, a mais antiga de *Misiones*, sem capital financeiro para investir em novas tecnologias, acabou por se tornar obsoleta e fechou. Ainda segundo informações obtidas no INTA, a *Alto Paraná* é hoje considerada a mais importante indústria produtora de celulose daquela província. Embora o controle acionário esteja na mão de chilenos, também há participação financeira dos Estados Unidos e é hoje comandada pela *Arauco*, do Chile, uma das maiores empresas do mundo no ramo de celulose e derivados, com tecnologia de última geração.

A *Alto Paraná* ocupa hoje aproximadamente 8% de terras da Província de *Misiones*, terras estas destinadas exclusivamente ao “reflorestamento” para produzir pasta de celulose e compensado. Terras que há menos de 30 anos eram cobertas de mata nativa, hoje desaparecida, pois “*foram comprando as terras e derrubando todo o mato nativo e plantaram pinho para produção de celulose*”.²³⁵ Na saída de *Irigoyen* pela ruta provincial 17 a caminho de *Eldorado* vê-se lá uma área de aproximadamente oito mil hectares de terras com cultivo de *pinus eliotis*, na verdade, um grande deserto verde, onde praticamente não se encontram mais moradores, pois a *Alto Paraná* foi comprando todas as propriedades de pequenos colonos que tinham entre 15 e 25 hectares de terras. “*Se você andar lá por dentro não vai encontrar mais nada, nem mesmo um pássaro, foram esvaziando tudo, tá tudo limpo*”.²³⁶ Esse tipo de cultura tem contribuído para o desaparecimento das matas nativas de *Misiones* que, sob o olhar de um jornalista de Santo Antônio do Sudoeste já deixou de ser a “*Amazônia argentina*”.

Misiones que até alguns anos atrás era considerada a Amazônia deles, hoje já não é mais, porque infelizmente estão desmatando tudo. Sinto saudades da paisagem que eu conheci, lembro das muitas viagens a *Posadas* quando eu ia de carro e reduzia a velocidade só para apreciar as matas que serpenteavam o asfalto. Eu ficava por mais de

²³⁵ Entrevistas realizadas com engenheiros florestais do INTA de *Bernardo de Irigoyen*, agosto de 2008.

²³⁶ *Ibidem*, agosto de 2008.

três horas no asfalto com as janelas do meu carro abertas andando bem devagarzinho só para sentir o cheirinho da mata. Hoje quando vou a Posadas já não sinto o mesmo [...], pelo menos 70% da paisagem foi modificada, tu vê aqueles buracos imensos onde o mato deu lugar pra casas e fazendas, onde se vê enorme fumaceira que antes não se via, [...].²³⁷

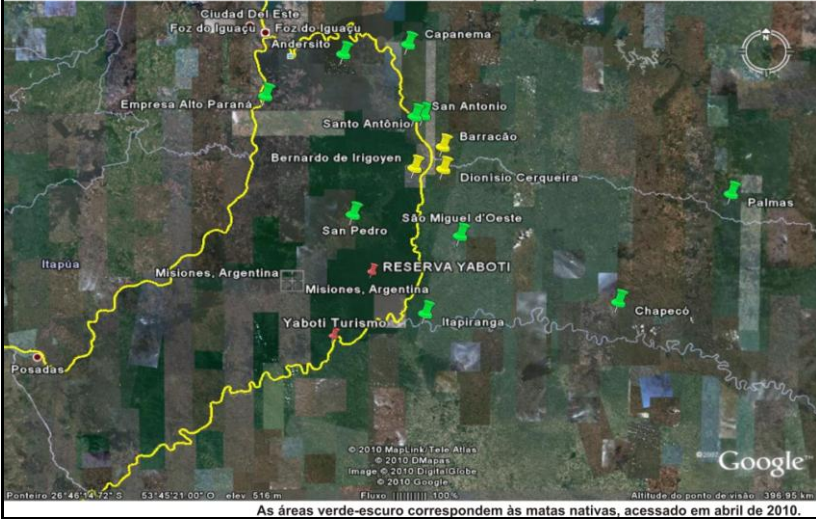
Na verdade, o desmatamento lá verificado não é recente, vem do começo do século XX, mas se acelerou a partir de 1970, exatamente quando termina a produção extrativa no lado brasileiro. Segundo Foucher (1986), as modificações lá observadas se iniciaram duas décadas após a contenda de Palmas ou *Misiones*, quando a fronteira já se apresentava em franca transgressão pelo avanço de colonos brasileiros oriundos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em direção a *Misiones*. Para ele, essa é “*uma das fronteiras mais marcadas da América Latina pelas mudanças recentes da geografia humana*” (FOUCHER, 1986, p. 185-86). Nos anos noventa, em estudo sobre a migração brasileira nos países do Mercosul, Haesbaert também alertava para o problema do desmatamento em *Misiones*: “*as florestas de Misiones*” vêm sendo “*rapidamente alteradas*” (HAESBAERT, 1999b, p. 59). As **figuras 43 e 44** nos dão uma ideia do que resta de mata nativa naquela província, apenas algumas manchas verdes, a maior delas formada pela reserva *yaboti*, no departamento de *San Pedro*, e alguns parques e reservas naturais.

Segundo informações obtidas na Gendarmería Nacional Argentina em Bernardo de Irigoyen, apenas 252.773 mil hectares de terras em *Misiones* são áreas de bosques nativos da Biosfera *Yaboti*, terras que pertencem predominantemente ao setor privado, mas submetidas a um regime de conservação e declaradas patrimônio natural pela UNESCO. A reserva *Yaboti*, com pequena parte no departamento Guarani, localiza-se dentro do departamento de *San Pedro*, limítrofe ao Estado de Santa Catarina, área que tem sido apontada como um campo de interação de constantes conflitos entre *gendarmes* e colonos brasileiros, acusados de extração ilegal da madeira, caça e pesca em território argentino.²³⁸

²³⁷Entrevista realizada com um jornalista de Santo Antonio (PR), março de 2008.

²³⁸Entrevista realizada com gendarmes na Gendarmería Nacional Argentina em Bernardo de Irigoyen, março de 2008.

Figura 43- Imagem de Satélite do segmento fronteiriço brasileiro-argentino: o extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste da província de Misiones, 2010



Outro fator que vem contribuindo para o desmatamento no nordeste de *Misiones* tem sido a entrada de novos colonos dedicados a produção de fumo e criação de gado. Segundo informações do INTA de *Bernardo de Irigoyen*, muitos agricultores do sul da província de Misiones, de antigas colônias, como *Alícia*, *Aurora*, *Santa Rita* e *Barra Bonita*, no departamento 25 de *Mayo*, e *Panambí*, no departamento de *San Xavier*, estão hoje abandonando terras improdutivas e adquirindo novas no nordeste de *Misiones* para cultivar produtos agrícolas, notadamente o fumo. Localizadas na costa do rio Uruguai, aquelas colônias foram fundadas entre as décadas de 1950 e 1960, majoritariamente por colonos brasileiros, que passaram a se dedicar essencialmente ao cultivo de fumo, soja e citronela, dentre outros produtos agrícolas:

[...] os colonos que estão vindo do sul da província, de colônias como a *Alícia*, *Aurora*, *Santa Rita* e *Barra Bonita*, são argentinos, mas filhos de brasileiros que estão vindo pra cá pelo mesmo motivo que saíram do Brasil, pelo tema da terra, e aqui nesta região são terras novas e muito produtivas”²³⁹.

²³⁹Entrevista realizada com engenheiros florestais do INTA em *Bernardo de Irigoyen*, agosto de 2008.



Mas o grande problema do nordeste de *Misiones* parece estar no chamado “reflorestamento” direcionado à produção de celulose, uma monocultura que não tem respeitado nem mesmo as margens dos rios, além das constantes aplicações de venenos contra pragas e ervas daninha que têm contaminado os solos, as águas, a fauna e a

própria saúde da população.²⁴⁰ Apesar de haver um discurso, notadamente no lado brasileiro, de que as leis de proteção ambiental na Argentina são muito mais rigorosas do que as leis brasileiras, o poder econômico exerce lá grande domínio sobre o político, inclusive financiando campanhas eleitorais, o que leva a uma constante manipulação das próprias leis para não serem aplicadas. Como resultado, “*tem muita gente enferma nessa província*”, com sérios problemas de saúde, inclusive respiratórios, e quando encaminhados aos hospitais públicos, “*os médicos, mesmo sabendo as causas das enfermidades, não divulgam, não denunciam, fica tudo escondido por uma questão de amarração política*”.²⁴¹

O discurso de que argentinos teriam maior consciência ambiental do que brasileiros é, em parte, contestado por engenheiros florestais e outros profissionais da área das ciências ambientais do lado argentino, que afirmam que, embora o nordeste de *Misiones* ainda tenha pequenos biomas da mata atlântica de interior,²⁴² não significa que os argentinos tenham maior consciência ambiental que brasileiros. Na visão de um professor de ciências ambientais de *San Pedro* (MNES), para compreender a permanência daquela pequena faixa de mata atlântica de interior é preciso voltar ao passado e lembrar que, diferentemente da “*pampa húmeda argentina*”, região de grande importância agrícola para o país, o nordeste de *Misiones* nunca foi região atrativa para a agricultura extensiva, o que de certa forma retardou o desmatamento naquela região, e mesmo assim, já houve lá uma primeira exploração da madeira, o que significa dizer que nem toda mata nativa lá existente é de fato mata virgem.²⁴³

9.3. Interações de conflitos geradas pela busca ilegal de recursos naturais no lado argentino

²⁴⁰Entrevista realizada com engenheiros florestais do INTA em *Bernardo de Irigoyen*, agosto de 2008.

²⁴¹Ibidem.

²⁴²A mata atlântica estende-se do Oceano Atlântico para o interior, em direção ao oeste, passando pelas montanhas costeiras do Brasil até a bacia do Rio Paraná, no leste do Paraguai e na Província de *Misiones*, na Argentina.

²⁴³Entrevista com Juan Carlos Godoy, professor de ciências ambientais, membro da Fundação para o Desenvolvimento Humano e do Ambiente (FUDAN), realizada em *San Pedro*, agosto de 2008.

Desde o final da década de 1970, com a extinção dos recursos florestais no lado brasileiro, os colonos residentes nas margens do limite passaram a extrair madeira do nordeste de *Misiones*, muitos por iniciativa própria, outros pressionados por madeireiros. Além disso, passaram a pescar e caçar ilegalmente no lado brasileiro, prática que perdura até os dias de hoje e que não respeita nem mesmo espécies protegidas e em risco de extinção, gerando constantes conflitos entre a Gendarmería argentina e brasileiros. Segundo a Gendarmería Nacional Argentina e a Policía Ambiental de São Miguel d'Oeste, nos últimos anos os conflitos mais frequentes vêm ocorrendo no departamento de *San Pedro*, notadamente com habitantes dos municípios de Santa Helena, Belmonte, Paraíso, Guaraciaba, São José do Cedro, Tunápolis e Itapiranga, (ver **Figura 45**), onde já houve até morte de brasileiros em confronto com a polícia argentina.

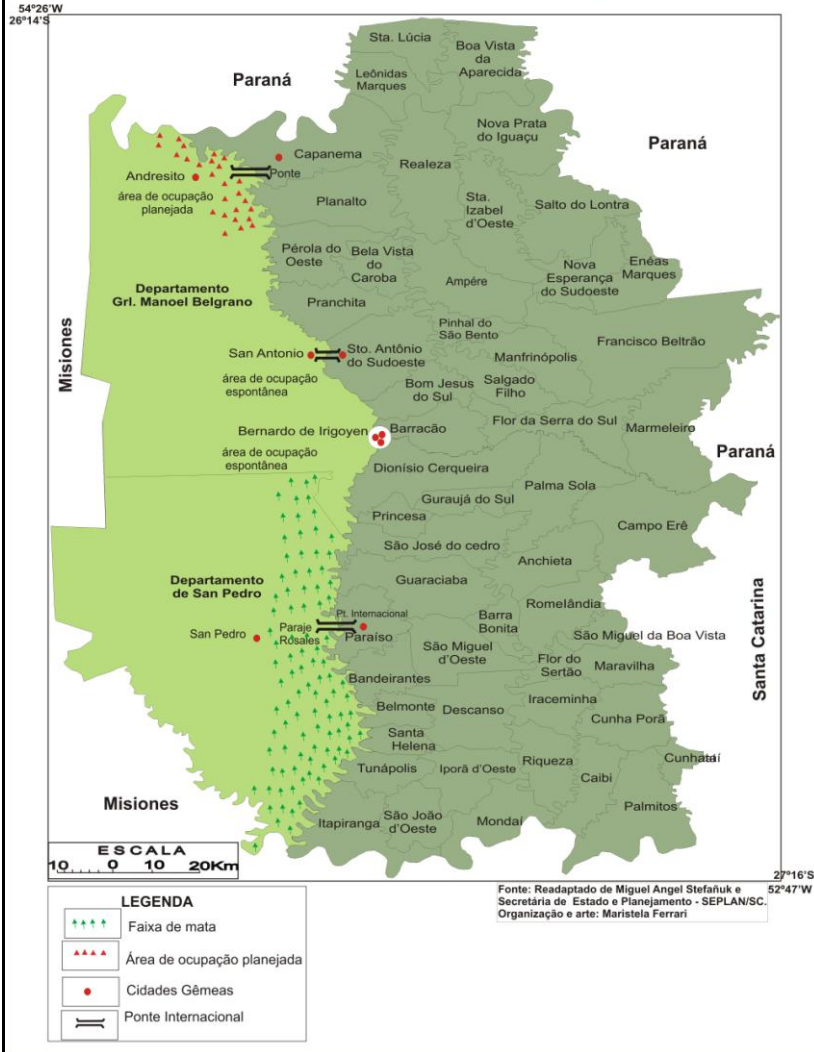
Naquela área, aproveitando-se da fraca vigilância dos argentinos, caçadores e pescadores brasileiros têm adentrado aquele território frequentemente armados, e quando flagrados, para não serem presos, muitos acabam reagindo contra a voz de prisão com tiros contra a polícia argentina, o que tem resultado até mesmo em morte de alguns brasileiros. Mesmo cientes de que estão cometendo uma ilegalidade no país vizinho, os que praticam a caça, a pesca e a extração da madeira, quando presos ou até mesmo baleados em confrontos com a polícia argentina, acabam por apelar ao discurso de que “*os gendarmes atiram mesmo para matar os brasileiros*”.

Mas, segundo o Comando da Gendarmería de Bernardo de Irigoyen, os caçadores, pescadores e contrabandistas de madeira também atiram com a mesma intenção contra a polícia argentina, o que é confirmado por vários depoimentos, inclusive de brasileiros que revelam inclusive que grande parte dos caçadores são pessoas importantes da região, que não caçam por necessidade, mas pelo simples prazer de caçar, por esporte. Um padre de São Miguel d'Oeste relata:

[...], quem mais caça e pesca lá dentro da Argentina são pessoas importantes da sociedade, inclusive da polícia militar e ambiental. Entram lá, fazem a ceva, caçam e fazem isso pelo prazer de destruir o que já foi aqui destruído, [...].²⁴⁴

²⁴⁴Entrevista realizada em São Miguel d'Oeste, julho de 2008.

Figura 45 - Zona de Fronteira Brasileiro-Argentina, 2010



Ainda que tais conflitos entre a polícia argentina e brasileiros caçadores, pescadores e contrabandistas de madeira sejam mais expressivos a partir das décadas de 1980 e 1990, eles já ocorriam no começo da década de 1970, período em que a Argentina vivia sob regime de governo militar, quando a fronteira passou a ser

fiscalizada com maior rigor, inclusive sobre áreas de matas. Antes disso, segundo a pesquisa de campo, a fiscalização se dava esporadicamente, o que permitia a entrada de brasileiros em território argentino sem grandes problemas, onde caçadores até acampavam por dias seguidos na mata argentina para fazer a ceva de animais realizando grandes caçadas e pescarias.

A extração da madeira, a caça e a pesca ilegais, em território argentino, notadamente no departamento de *San Pedro*, vêm sendo sistematicamente praticada há mais de 30 anos pelos brasileiros, mas os confrontos com a polícia argentina tornaram-se mais frequentes a partir de 1980. Segundo um funcionário público da Prefeitura Municipal de Itapiranga, os caçadores e pescadores que praticam a caça e a pesca ilegalmente na Argentina estão cômicos de que estão transgredindo o território vizinho e cometendo crimes ambientais. E mesmo sendo muitas vezes punidos com prisão e expulsão do território argentino, continuam a praticar tais atividades ilegais porque “*são viciados*”. Em suas palavras:

[...] o pessoal daqui vai muito lá pra Argentina pra caçá e pescá tem até policiais daqui que vão pra lá. [...]. Normalmente os entreveros [confrontos] entre caçadores e a policia argentina se dão no rio Yaboti, ali seguidamente se enfrentam. [...]. São presos, levam surras de ficar de cama, mas não desistem, porque pescar e caçar são vícios pior que cachaça. A ceva é o trato dos animais, [...]. É toda uma sedução com o animal, isso leva dias. [...], já morreu um cara aqui de Itapiranga, já tinha sido preso várias vezes, tinha sido alertado e mesmo assim continuou, até que um dia ele e o irmão, mais um tio foram pegos, reagiram à voz prisão, aí a polícia de lá atirou e um tiro pegou na perna dele. Levaram pra Bernardo de Irigoyen, mas como é longe e eles estavam no meio do mato, quando chegou lá já estava morto. Então, uma vez caçador e pescador, sempre caçador e pescador! Pra ter uma ideia, lá dentro tem muitas cobras venenosas, várias pessoas já morreram lá dentro picadas por cobras, então como eles normalmente vão a cavalo ou a pé pro mato, tem um pessoal aqui do interior de Itapiranga que até levam soro contra picada de cobra. Eles mesmos fazem o soro, eles chamam de contraveneno que ameniza o efeito do veneno de cobras e também de aranhas, mas o efeito dele dura no máximo 3 horas, por isso, quem é picado eles logo aplicam o contraveneno e

saem de lá de dentro do mato correndo pro hospital, porque senão morre!²⁴⁵

A extração ilegal da madeira também continua provocando muitos conflitos entre Gendarmería e brasileiros. O grande problema, segundo a Polícia Federal de Dionísio Cerqueira, é que muitas madeiras no extremo oeste de Santa Catarina pressionam colonos que moram na confluência do limite a extrair a madeira argentina. O mesmo ocorre com os indígenas guaranis de *San Pedro*, muitas vezes acusados pela Gendarmería de contribuir, em parte, com o desmatamento no nordeste de *Misiones*. Porém, esses o fazem a pedido de colonos brasileiros e até mesmo de donos de madeiras que os seduzem pelo dinheiro. As espécies de madeiras mais extraídas ilegalmente são: guajuvira, gabreúva, cedro, angico e palorosa e outras. Por exemplo: o angico vem sendo extraído intensamente devido à resistência de seu cerne, usado em palanques para dar sustentação a cercas de poteiros e internadas de gado: “o cerne de angico não tem fim, por isso fazem muito palanque que vai pra construção de cercas de fazendas e poteiros”²⁴⁶. Mas a venda de palanques de angico não se destina mais somente à zona fronteira, já vai para outras escalas regionais do sul país e inclusive para o centro oeste, notadamente para fazendeiros do Mato Grosso.

[...] aqui nos últimos anos a gente tem acompanhado que têm entrado da Argentina muitos palanques para cercas de poteiros. Entram pelos carreiros. E o que nós ouvimos muito aqui, é que os próprios moradores de lá trazem os palanques pra cá. São brasileiros muito pobres que estão lá dentro e fazem disso um meio de sobrevivência. Mas os daqui também vão lá tirar palanques, são aqueles que moram bem na margem do limite. O preço do palanque varia de acordo com a procura, a gente ouve que está entre 12,00 e 10,00 reais cada palanque [...].²⁴⁷

O cedro é outro tipo de madeira altamente consumida no lado brasileiro e vem sendo adquirida pela indústria moveleira para produzir grades de cama, armários e outros móveis de madeira para casas e escritórios. Outro tipo de madeira muito cobiçada atualmente

²⁴⁵ Entrevista realizada com um funcionário público da Prefeitura de Itapiranga, março de 2008.

²⁴⁶ Entrevista realizada com um funcionário público da Prefeitura de Itapiranga, março de 2008.

²⁴⁷ Entrevista realizada com um morador aposentado de São José do Cedro, janeiro de 2007.

para a exportação é o *palo-rosa*, “*uma madeira de cor rosa forte, mui linda e mui utilizada pela Ferrari da Itália para a elaboração do painel do veículo. É uma madeira muito rara em nível mundial*”. No nordeste de *Misiones* o *palo-rosa* é espécie protegida devido seu alto valor econômico no mercado internacional, onde “*uma tabuinha de mais ou menos 15 a 20 centímetros está mais ou menos 100 dólares, por isso o palo-rosa dessa região é mui mirado para a exportação*”.²⁴⁸ No nordeste de *Misiones* já existem alguns produtores do *palo-rosa*, mas sua produção é rigorosamente controlada e só permitida mediante autorização do Ministério Nacional da Ecologia.

Segundo investigações da Gendarmería, além dos colonos e madeireiras do lado brasileiro, várias empresas brasileiras de móveis já teriam manifestado interesse na compra da madeira extraída ilegalmente do nordeste de *Misiones*. Um exemplo citado foi o da empresa Tramontina, que na década de 1990 já manifestara interesse na compra da madeira argentina, tanto do *palo-rosa*, quanto de outras espécies protegidas, cuja madeira seria destinada à produção de cabos de facas, talheres e suportes para churrasco, dentre outros objetos de madeira de uso doméstico.

Muitas empresas moveleiras, tanto da região quanto de fora dela, se articulam com donos de madeireiras, colonos e até indígenas do nordeste de *Misiones* para comprar a madeira lá extraída ilegalmente. Um agente da Polícia Federal brasileira em Dionísio Cerqueira relatou que em 2006, em operação conjunta entre Gendarmería Nacional Argentina, Polícia Federal brasileira e agentes do IBAMA, foram contadas 200 madeireiras no extremo oeste de Santa Catarina, limítrofe ao departamento de *San Pedro*, um número bastante expressivo se levarmos em consideração que o lado brasileiro não tem mais mata nativa, salvo alguns lugares de reserva, e isso tem provocado questionamentos não apenas da Gendarmería mas também de agentes do IBAMA. “*Então, você sabe que desse lado não tem mais madeira e a pergunta é: de onde vem a madeira para tantas serrarias? Neste mesmo ano a Gendarmería matou um cidadão brasileiro lá dentro, tirando madeira ilegalmente*”.[...]²⁴⁹ O

²⁴⁸Entrevista realizada com o Comandante Chefe de Operações Especiais na Mata da Gendarmería Nacional Argentina de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

²⁴⁹Entrevista realizada com um agente da polícia Federal de Dionísio Cerqueira, março de 2008.

palmito é outra espécie protegida e vem sendo frequentemente extraído no departamento de *San Pedro*. O Comandante de Operações Especiais da Mata da Gendarmería de Bernardo de Irigoyen diz: “já detectamos que não são pessoas somente dessa zona que fazem a extração ilegal do palmito. Pessoas de outros centros também, como Florianópolis e Curitiba, centros que também estão ligados a uma rede de contrabando de papel que sai daqui de *Esperanza*”.²⁵⁰

Não obstante, agricultores brasileiros residentes na confluência do limite internacional têm estendido sua produção agrícola para o lado argentino. Isso é mais visível no departamento de *San Pedro*, onde os agricultores derrubam a mata nativa, fazem queimadas e plantam milho, feijão e outros produtos agrícolas. Além disso, alguns colonos têm feito até mesmo plantação de pastagens para o gado para onde tocam os animais. Segundo o Comandante Principal e chefe do Esquadrão 12 da Gendarmería Nacional Argentina em *Bernardo de Irigoyen*, ao longo desse segmento fronteiriço, de *Andresito* até *San Pedro*, os conflitos mais palpáveis e frequentes têm ocorrido especialmente na reserva florestal *Yaboti*, relacionados a caça, pesca e a extração da madeira. Mas para ele esses conflitos não são gerados apenas por brasileiros, também o são por argentinos, paraguaios e chilenos que buscam madeira, animais vivos ou mortos, insetos e outras espécies da flora e da fauna, para comercializar inclusive com países europeus. Em suas palavras:

Aqui temos a reserva *Yaboti*, tem mato, mas por enquanto... (silêncio). Porque está se extinguindo. Ao longo de toda essa reserva temos conflitos com relação à caça e principalmente à extração de madeira! Se você olhar o mapa de satélite onde tem mato é onde estão tirando a madeira. A Gendarmería tem como atividade cuidar dos montes, da prevenção e proteção do meio ambiente e coibindo esses delitos da extração da mata, caça e pesca furtiva. Então, temos procedimentos policiais e em nossas atuações temos tido sérios problemas por essas situações da caça, pesca e a extração furtiva da madeira e até por cultivo e por criação de gado que fazem os brasileiros no lado argentino. Isso é verificado em toda a zona da *Yaboti*! Mas sobre o furto

²⁵⁰Entrevista realizada com o Comandante Chefe de Operações Especiais na Mata da Gendarmería Nacional Argentina de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

da madeira e da caça ilegal, quero esclarecer que não é só os brasileiros que o fazem, são também argentinos e inclusive chilenos que vêm aqui para caçar insetos para serem levados para outros países. Então não são conflitos exclusivamente provocados por brasileiros, mas também por argentinos e pessoas de outros países, porque esses delitos não reconhecem fronteira. Temos detectado também que pessoas estão roubando madeira numa das reservas indígenas Guarani. O que posso falar é que estamos fazendo procedimentos, mas isso é um tema quente. O que sucede é que a madeira tem valor, então têm pessoas que não compreendem que estão causando um problema sério, tanto para os indígenas quanto para o meio ambiente.²⁵¹

Desde que se desligou do Exército Nacional Argentino, a Gendarmería, dentre suas várias atribuições, vem hoje trabalhando na proteção e na preservação ambiental e na coibição de crimes correlatos, mormente no nordeste de *Misiones*, única região do país onde ainda se encontra uma franja de mata virgem. E desde 1980 esse organismo nacional argentino vem fazendo vários estudos importantes sobre redes organizadas em crimes ambientais. Segundo informações do comando da Gendarmería, em Bernardo de Irigoyen, são redes que transcendem a escala fronteira, mas cuja ação depende fundamentalmente da participação de atores fronteiriços que conheçam o ambiente do crime. O Comandante de Operações Especiais na Mata, da Gendarmería de Bernardo de Irigoyen, nos fornece alguns exemplos de redes do contrabando de espécies da flora e da fauna do nordeste de *Misiones* que se articulam inclusive com alguns países europeus, como, por exemplo, o contrabando do xaxim, que é extraído na província de *Misiones* e enviado para a Europa, notadamente para a cidade de Pistóia, na Itália, cidade identificada como grande receptora do xaxim extraído ilegalmente de *Misiones*, uma espécie da flora que era encontrada em grande abundância nas margens do rio Uruguai. Mas hoje, embora protegida, é espécie seriamente ameaçada de extinção. O xaxim tem como descaminho o nordeste de *Misiones* e dali é levado para o Paraguai, onde é embarcado em pequenos aviões comerciais que o

²⁵¹Entrevista realizada com o Comandante Principal e chefe do Esquadrão 12 da Gendarmería Nacional Argentina, em *Bernardo de Irigoyen*, Enrique Jorge Holub, em março de 2008.

transportam até Pistóia na Itália. Muitos crimes ambientais têm sido promovidos inclusive por universidades, pois adquirem espécies da flora e da fauna para fins de estudos científicos. Outro exemplo citado é o contrabando de macacos carajá e do mono-titi, duas espécies muito procuradas no nordeste de *Misiones* para serem vendidos em zoológicos, circos e até para serem utilizados como mascotes.

Além disso, atualmente ocorre ainda o contrabando de cobras venenosas (jararacas, corais e cascavéis) e insetos (escaravelho), destinados a museus e universidades, tanto do Chile quando de países europeus, como revela o Comandante Chefe de Operações Especiais na Mata da Gendarmería, em Bernardo de Irigoyen.

Recentemente apreendemos uma carga de escaravelho, todos mortos e destinados aos museus e universidades de biologia do Chile e também da Europa. Detectamos que cada um tem um valor aproximado de 50 a 60 dólares, porque esses escaravelhos não existem em outros países, em função do habitat, do clima e da vegetação. Então esses pequenos escaravelhos que são cascudos e armados, são muito cobiçados pelos museus e universidades que os querem estudar. Aqui chegam a caçar víboras para o contrabando: cascavéis, jararacas e corais são as três espécies mais venenosas e mais cobiçadas pelo contrabando e você vai me perguntar por que cobras tão venenosas estão sacando daqui. Eu te digo por que: porque estão sacando o veneno pra produzir o antiveneno. A Argentina não fabrica contraveneno, os laboratórios que o faziam fecharam por falta de ajuda do Estado nacional, por isso compramos antiveneno do Brasil. Identificamos que muitas dessas cobras venenosas tiradas daqui têm ido para o Brasil, o que sabemos é que têm sido levadas para São Paulo. Ainda não sabemos se vai ou não para o Butantã ou outros laboratórios. Então detectamos que tem lugares distintos que tem interesses sobre a mata dessa zona do nordeste de Misiones, [...]. O problema dessa zona é que tem pessoas pobres que caem facilmente na teia desse crime, uma maneira de ganhar também com isso, porque pessoas de distintos lugares os seduzem para fazer isso.²⁵²

²⁵²Entrevista realizada com o Comandante Chefe de Operações Especiais na Mata da Gendarmería Nacional Argentina de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

A ausência de recursos naturais da flora e da fauna no lado brasileiro leva constantemente os brasileiros a buscá-los ilegalmente no lado argentino, o que tem gerado constantes conflitos com a polícia argentina, notadamente com a Gendarmería. Mas atualmente a origem de muitos desses conflitos não encontra mais explicação unicamente na zona fronteira, pois a busca de recursos da flora e da fauna do nordeste de *Misiones* extrapola o conjunto da zona fronteira e inclusive o território brasileiro e argentino, pois segundo informações da Gendarmería, muitas espécies protegidas da flora e da fauna retiradas ilegalmente do nordeste de *Misiones* têm como destino outros países do continente americano e do europeu.

Em relação aos constantes conflitos entre Gendarmería e brasileiros que caçam, pescam e extraem a madeira ilegalmente, e a outros crimes transfronteiriços, desde 2006 as forças de segurança que atuam nesse segmento fronteiro brasileiro-argentino, como Polícia Federal brasileira, Gendarmería nacional argentina, polícia militar e *policia* provincial, dentre outros organismos de segurança pública, estão hoje trabalhando de forma integrada para coibir os crimes que lá se apresentam. Na verdade, essa integração foi iniciativa das autoridades locais, e portanto não é oficializada entre os dois países e nem mesmo dentro do Mercosul. Mas ela só foi possível graças ao fim das ditaduras militares e ao advento do Mercosul, que deu abertura à democracia e por conseguinte ao diálogo. Antes disso as forças de segurança pública que atuavam no segmento fronteiro não se comunicavam sobre problemas ligados a segurança e seguiam rigorosamente o conceito de lei territorial. Ou seja: cada uma das forças policiais atuava obedecendo rigorosamente às hierarquias e à lei territorial, inclusive entre as forças policiais dos estados de Santa Catarina e do Paraná.

Isso causava uma série de problemas, principalmente nas cidades gêmeas conurbadas, onde fronteiros que cometiam crimes ou infrações manipulavam constantemente o conceito de lei territorial. Por exemplo: um cidadão que cometesse uma infração no lado brasileiro e fosse perseguido pela polícia, corria rapidamente para o território vizinho, e essa corrida era muitas vezes o simples atravessar de uma rua, onde a polícia brasileira não podia agir e nem prender o infrator, pois se assim o fizesse seria punida por crime de violação do território vizinho. O mesmo ocorria com infratores do lado argentino que buscavam refúgio no lado brasileiro. Só para citar

um exemplo, um *correntino* ladrão de mulas, na década de 1930, perseguido pela polícia argentina, chegou a *Bernardo de Irigoyen*, e ali, vendo que a polícia estava a poucos metros de alcançá-lo, deu um salto para atravessar para Dionísio Cerqueira. Nesse salto acabou caindo sobre a linha fronteira, ficando com parte das pernas na Argentina e mais da metade do corpo no lado brasileiro. A polícia argentina rapidamente agarrou os pés do ladrão para puxá-lo de volta ao país, mas o *correntino* estava fortemente agarrado a raiz de uma árvore em solo brasileiro e tentava jogar todo seu corpo para o lado brasileiro. Vendo o esforço do *correntino*, um brasileiro que assistia à cena pegou rapidamente uma corda e amarrou uma ponta na árvore à qual o argentino estava agarrado pela raiz e soltou a outra ponta da corda para o *correntino*, que num grande impulso conseguiu desvencilhar-se da polícia e jogar seu corpo para o lado brasileiro. Aos policiais argentinos só restou a frustração de não prendê-lo, pois não podiam agir em território brasileiro e também não tinham apoio da polícia brasileira.²⁵³

Segundo um ex-prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, no passado eram bastante comuns pequenos furtos de ferramentas de trabalho e até mesmo carroças e animais entre um lado e outro do limite. Como as autoridades policiais não se comunicavam e cada um procurava trabalhar dentro de sua área, muitas vítimas de roubo acabavam adentrando o país vizinho e roubavam o que havia sido roubado de sua residência ou propriedade.²⁵⁴ Como já demonstramos, muitos foragidos da justiça buscavam refúgio nessa zona fronteira, pois caso a polícia os perseguisse, eles podiam sempre atravessar rapidamente para o país vizinho sem grandes dificuldades, já que fronteira linear não apresenta obstáculos físico-geográficos entre um território e outro. Mas desde o advento do Mercosul houve uma aproximação mais efetiva entre autoridades de segurança pública brasileiras e argentinas, que passaram a dialogar sobre problemas comuns vividos na zona fronteira, levando-os a perceberem que se trabalhassem em conjunto teriam mais êxito em suas operações para coibir crimes de toda ordem.

²⁵³Entrevista realizada com Raul Silva Dico residente em Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007. Fato transmitido a Raul por seu pai Manoel Silva Dico, um dos primeiros habitantes de Irigoyen.

²⁵⁴Entrevista realizada com um ex-prefeito de Santo Antônio, março de 2008.

Segundo o Coronel e Comandante da 9ª região da Polícia Militar, em São Miguel d'Oeste, a aproximação entre as forças de segurança pública, nacionais, estaduais e provinciais “[...], nos levou a perceber que precisávamos trabalhar unidos para coibir todo tipo de crime, porque se aqui nessa zona tinham malandros que roubavam ou cometiam crimes aqui e pulavam para o lado argentino e lá a polícia não fazia nada”, o mesmo ocorria quando um crime ou delito era cometido no lado argentino. Embora a integração entre as forças de segurança pública do nordeste de *Misiones*, extremo oeste de Santa Catarina e extremo sudoeste do Paraná seja recente e não institucionalizada, ela tem sido considerada bom exemplo de integração, servindo inclusive de exemplo em reuniões do Mercosul para que seja oficializada em outros segmentos fronteiriços com vistas a coibir toda ordem de crimes nos países que integram o Mercosul (ver **Figura 46**).



Se no passado autoridades brasileiras e argentinas não se comunicavam, hoje as relações já vêm aos poucos avançando e em alguns casos dispensam totalmente formalidades e burocracia para uma ação mais rápida e eficaz, inclusive em emergências que não

estejam ligadas a crimes, como ocorreu em 2007 com um senhor brasileiro residente em *Dos Hermanos - Bernardo de Irigoyen* que nos contou que sua mãe, aos 91 anos de idade, residente em Dionísio Cerqueira, adoeceu um dia após sua visita. Como ele é o único filho e não estava sabendo que a mãe havia adoecido, a polícia do Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira foi até sua residência no lado argentino para notificá-lo do ocorrido com sua mãe. Para o Comandante da Gendarmería de *Bernardo de Irigoyen*,

[...] essa integração é espetacular, mui espetacular, para mim as autoridades do Brasil são um apoio com as quais eu conto. Digo isso porque eu comando essa unidade e tenho todo o apoio das autoridades do Brasil que estão do outro lado. Então, hoje é uma ajuda e aqui ao invés de termos um limite que nos separa ele nos une para resolvermos problemas dessa fronteira aqui. Hoje não acontece mais como no passado que o delinquente fugia pro outro lado ou de lá fugia pra cá e as polícias ficavam só observando. Hoje estamos juntos e agimos juntos. Por exemplo, no caso de um delito em que o delinquente venha pra cá nós daqui nos comunicamos imediatamente com as autoridades de lá e resolvemos o problema juntos. Dou-te um exemplo: ano passado um cidadão brasileiro roubou uma bicicleta do outro lado e veio caminhando tranquilamente com a bicicleta aqui em Irigoyen. Aí, assim que a polícia militar de lá recebeu a denúncia eles nos avisaram dizendo que a pessoa havia vindo pra cá. Nós imediatamente autorizamos a polícia a entrar com sua viatura aqui e os acompanhamos com nossa viatura na busca do delinquente. Essa pessoa que havia roubado a bicicleta, ao ver a polícia militar e a Gendarmería juntas, abandona a bicicleta e sai correndo pro Brasil (risos). Então, essa integração entre as autoridades permitiu que aquele delito fosse resolvido em menos de meia hora sem burocracias. Se recuperou a bicicleta do cidadão que havia sido roubado. Isso não acontecia no passado, significativamente durante os regimes militares que não havia qualquer comunicação, penso eu que nem se olhavam. Mas hoje não, hoje o trabalho integrado tem sido espetacular.²⁵⁵

²⁵⁵Entrevista realizada com Comandante Principal e chefe do Esquadrão 12 da Gendarmería Nacional Argentina, em *Bernardo de Irigoyen*, Enrique Jorge Holub, em março de 2008.

Trabalhando de forma integrada, as forças de segurança pública de ambos os lados do limite, vêm aos poucos reduzindo conflitos entre Gendarmería argentina e brasileiros, notadamente naqueles conflitos ligados aos crimes ambientais. Antes dessa integração era comum a Gendarmería, em suas operações de fiscalização na mata, flagrar brasileiros caçando, pescando ou extraindo madeira ilegalmente. Quando isso acontecia os brasileiros ou enfrentavam a policia argentina trocando tiros ou então saíam correndo para o território brasileiro e os crimes ambientais ficavam impunes, pois a policia argentina não podia adentrar o território brasileiro para prender os infratores e nem contava com apoio das autoridades policias brasileiras. Atualmente, quando um brasileiro é flagrado cometendo um crime ambiental em território argentino, a Gendarmería avisa imediatamente a policia Federal de Dionísio Cerqueira e a policia militar de São Miguel d'Oeste, que em pouco tempo chegam ao local do crime e autuam o elemento infrator. Essas ações integradas têm sido realizadas sem qualquer formalidade nem burocracia, mas já vêm obtendo resultados na repressão de crimes cujos autores antes não temiam represálias.

Segundo o comandante da Gendarmería de Bernardo de Irigoyen, essa fronteira é muito visada para o contrabando de motos e carros roubados no Brasil que passam geralmente pela fronteira seca e são vendidos tanto na Argentina quanto no Paraguai. Mas atualmente, *“quando constatamos que uma moto ou um carro é de origem brasileira e fruto de um roubo no lado brasileiro, procuramos avisar imediatamente as autoridades brasileiras para que venham aqui buscar”*.²⁵⁶ Além disso, reduziram-se também conflitos relacionados à migração ilegal, aliás, *“o termo migração ilegal dentro do Mercosul não é mais correto e já não se expulsa mais os cidadãos do país; antes do Mercosul o termo era correto, mas dentro do Mercosul o cidadão já não é mais ilegal”*.²⁵⁷ É bom lembrar que, antes do Mercosul, especialmente durante o período das ditaduras militares, muitos fronteiriços considerados ilegais na Argentina ou no Brasil passavam pelo constrangimento da expulsão, prática bastante comum até mesmo nas cidades gêmeas conurbadas,

²⁵⁶Entrevista realizada com Comandante Principal e chefe do Esquadrão 12 da Gendarmería Nacional Argentina, em *Bernardo de Irigoyen*, Enrique Jorge Holub, em março de 2008.

²⁵⁷Entrevista realizada em março de 2008 com Comandante Principal e chefe do Esquadrão 12 da Gendarmería Nacional Argentina, em *Bernardo de Irigoyen*, Enrique Jorge Holub.

onde as polícias migratórias batiam nas casas de madrugada e expulsavam fronteiriços considerados ilegais num ou noutro país. Atualmente o procedimento das polícias migratórias tem sido de notificar os indivíduos que não estão regularizados num ou noutro país, dando prazo para que regularizem sua documentação. Desse modo, já não ocorre mais a expulsão, salvo em situações de crimes considerados contra o país. Com relação aos estrangeiros irregulares no interior do nordeste de Misiones, como, por exemplo, brasileiros, até 2007 o governo argentino tinha um programa chamado *Pátria Grande*, programa pelo qual os estrangeiros irregulares podiam regularizar sua situação naquele país sem grandes burocracias.

Mas, apesar de serem bons exemplos de integração, mesmo que locais, podemos dizer que se no contexto do Mercosul as políticas econômicas e de segurança são de efetiva aproximação, em muitos outros aspectos da vida social e cultural dos fronteiriços as políticas são ainda de separação entre os vizinhos. Ao longo do trabalho já apontamos exemplos de interações transfronteiriças materiais e imateriais historicamente promovidas pelos sujeitos fronteiriços e que não mostram apenas a necessidade de políticas públicas específicas para as zonas fronteiriças, mostram também o verdadeiro sentido da integração, social, cultural e do saber viver na fronteira. Mas, como veremos no próximo capítulo, no contexto do Mercosul tais interações entre os sujeitos fronteiriços não têm sido devidamente consideradas pelos Estados nacionais.

10. CIDADES GÊMEAS E INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NO CONTEXTO DO MERCOSUL

10.1. Introdução

Neste capítulo se constrói um quadro de referência que permite compreender como os Estados nacionais têm tratado as interações transfronteiriças materiais e imateriais no contexto do Mercosul. Ainda que as zonas fronteiriças estejam hoje no centro de discussões políticas, muitas decisões tomadas sobre tais espaços pelos poderes decisórios não condizem com a realidade dos fronteiriços. No contexto da integração regional constata-se que as interações transfronteiriças materiais e imateriais estabelecidas pelos sujeitos fronteiriços não têm sido consideradas. Verifica-se igualmente que embora alguns controles aduaneiros tenham sido suprimidos, outros têm surgido e têm sido reforçados pelas integrações econômicas por meio do protecionismo econômico.

10.2. Interações transfronteiriças e o debate entre local e nacional

O segmento fronteiriço brasileiro-argentino no conjunto de extremo-oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste da Província de *Misiones* apresenta quatro pares de cidades gêmeas. E embora em todas elas se verifiquem interações transfronteiriças tanto materiais quanto imateriais, pode-se dizer que elas guardam diferenças entre si tanto na frequência quanto na tipologia das interações transfronteiriças. Isso se explica por várias razões, destacando-se as distâncias físico-geográficas entre as cidades gêmeas e o seu grau de desenvolvimento econômico. Segundo a pesquisa de campo, nesse segmento fronteiriço, as cidades gêmeas conurbadas – Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e San Antonio\Santo Antônio do Sudoeste – são as cidades que apresentam maior frequência e variedade de interações transfronteiriças materiais e imateriais, em parte devido a sua condição geográfica. Ali as próprias malhas urbanas são compartilhadas (ver figuras 47 e 48) e impõem aos fronteiriços contatos sociais cotidianos, pequenas cidades que se formaram

espontaneamente a partir de inúmeras interações transfronteiriças materiais e imateriais.

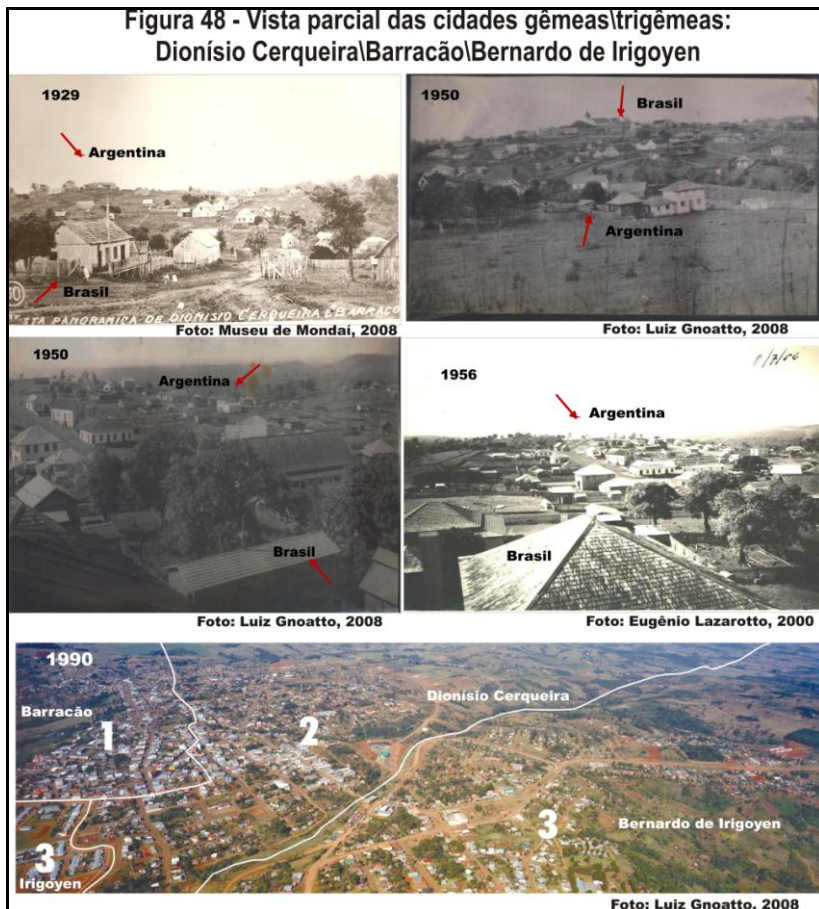
Figura 47 - Cidades Gêmeas Conurbadas: Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio



Foto: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira , 2008



Foto: Prefeitura Municipal de Santo Antônio , 2008



Se fizermos um comparativo entre os quatro pares de cidades gêmeas, pode-se dizer que Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen apresentam maior variedade e intensidade de relações. Num espaço urbano de aproximadamente 1.561 km², as cidades gêmeas ou trigêmeas são divididas por linhas imaginárias – limites internacionais, estaduais e municipais – formando uma verdadeira conurbação que muitas vezes coloca em xeque os territórios pré-fixados pelos limites internacional, estadual e municipal. Como já demonstramos, a origem embrionária dessas pequenas cidades está ligada ao primeiro núcleo populacional de *Barracón* ou Barracão, muito antes da definição de limites entre Brasil e Argentina (Questão

de Palmas ou Misiones) e Paraná e Santa Catarina (Questão do Contestado). Mas foi dessas divisões político-territoriais que evoluíram oficialmente as três cidades. (FERRARI, 2010).

Embora as cidades guardem aspectos particulares, na sua conformação urbanística e na linguagem arquitetônica são semelhantes entre si, e vistas do espaço aéreo, as cidades parecem formar uma única malha urbana, quando na verdade são três cidades de países, província, estados e municípios diferentes. Para as pessoas que vêm de fora e até para as que ali já residem, fica difícil entender esses limites, mesmo com a implantação de marcos de fronteiras e outras características que tentam expressar as territorialidades, pois os limites internacionais e estaduais só têm nitidez no mapa. Andar pelas ruas de Barracão, Dionísio Cerqueira e *Bernardo de Irigoyen* é perder a cada momento o sentido geográfico, pois as cidades se entrelaçam numa trama urbana sobre o ziguezague dos limites político-territoriais internacionais, estaduais e municipais. Algumas tentativas para identificar o limite territorial não deixam de ser engraçadas, como, por exemplo, entre Barracão e Dionísio Cerqueira, que adotaram como referencial de distinção os postes de iluminação de formas e cores diferentes: os redondos e pintados na base de verde e amarelo são catarinenses; os quadrados e pintados de azul, verde e branco são paranaenses. Porém, atualmente esse referencial já não identifica mais o limite entre Paraná e Santa Catarina, porque os postes quadrados estão hoje presentes também em Dionísio Cerqueira. (FERRARI, 2010)

O traçado dos limites internacional e estadual, verdadeiro ziguezague no espaço urbano das cidades trigêmeas, reproduziu outras singularidades que podem ser observadas também nas construções residenciais. Por exemplo: um edifício residencial com alvará de construção da cidade de Barracão situa-se parte no Paraná e parte em Santa Catarina, pois o limite territorial que separa esses dois estados passa pelo meio do terreno onde o edifício foi erigido. O inusitado disso é que moradores desse edifício dormem no Paraná e fazem suas refeições em Santa Catarina e vice-versa. Essa integração física das malhas urbanas parece resultar do próprio sítio geográfico em que a malha territorial brasileira não apresenta rupturas físicas naturais, tanto com o exterior quanto com os estados brasileiros nesse ponto de fronteira. Além disso, a própria demarcação dos limites internacional e estadual se deu sobre o espaço já habitado,

ainda que em menor densidade do que hoje. Em razão disso, o processo urbano e o adensamento das edificações foram ocorrendo de forma contínua e integrada, sem levar em conta os limites político-territoriais, e até porque nelas não havia planejamento urbano.

Mesmo sendo espaços marcados por limites e onde há uma mistura de identidades, a população fronteiriça tenta expressar a imagem de uma só malha urbana sem divisões. Por exemplo: por ocasião do centenário da demarcação do limite internacional, o governo federal brasileiro, por meio do Ministério da Integração Nacional, disponibilizou recursos financeiros a serem aplicados na melhoria das cidades brasileiras. Assim, as administrações públicas de Barracão e Dionísio Cerqueira, em comum acordo, decidiram construir uma calçada num dos pontos de junção dos limites internacionais, estaduais e municipais, e mesmo não tendo a participação financeira do governo argentino, os moradores passaram a chamá-la de calçada internacional, (ver **Figura 49**).



Mesmo sendo um exemplo na escala micro, pode ser considerado significativo, pois os municípios escolheram construir uma calçada e não muros, como acontece nas fronteiras entre

Estados Unidos e México, Cisjordânia e Israel, Egito e Israel e outros países vizinhos, mas nada amistosos. Ainda por ocasião do centenário da demarcação do limite internacional, no mesmo ponto de junção das três cidades foram erigidos dois memoriais, sobre os quais a bandeira brasileira e argentina em metal, ambas sem cores e unidas sobre o limite internacional para transmitir a ideia de união entre brasileiros e argentinos. A uns trezentos metros dali, foi edificada uma pequena capela onde se encontram as duas padroeiras nacionais: Nossa Senhora de *Luján* e Nossa Senhora Aparecida, onde uma vez por semana brasileiros e argentinos se unem para celebrar uma missa transfronteiriça. (ver **Figura 50**)



Esse ponto de junção das três cidades sempre foi um ponto de visitação turístico, pois ali se encontra um pequeno marco que é chamado de marco das três fronteiras, onde uma pessoa pode ser fotografada a cavalo sobre o limite, com um pé em território brasileiro e outro em território argentino ou ainda pode colocar um pé no Paraná outro em Santa Catarina e com a mão tocar o território da província de *Misiones*. Na mesma posição ocorre o mesmo em relação às três cidades. Segundo as secretarias de turismo e cultura das cidades gêmeas ou trigêmeas esse ponto de união “é único no

mundo”, pois une os limites entre dois países, três estados, e três cidades de municípios diferentes. (ver **Figura 51**). Um ponto turístico comum entre as três cidades, mas também um ponto onde se realizam eventos culturais e políticos que integram os fronteiriços. Com isso não estamos querendo dizer que não existem diferenças sociais e culturais ali, apenas mostrar que a disposição de alguns objetos, como os marcos de fronteira, erigidos para representar simbolicamente a divisão, hoje divulgados também como pontos de união e não de separação.

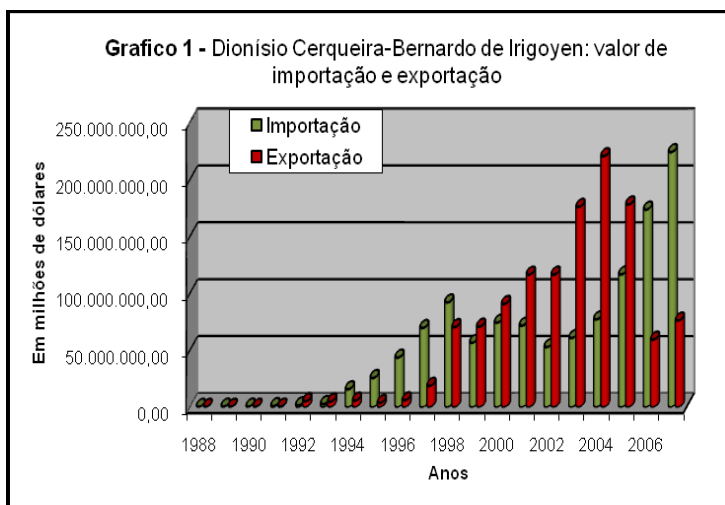


Outra diferença observada entre os quatro pares de cidades gêmeas é que as cidades conurbadas são muito mais sensíveis às variações cambiais, especialmente na parte comercial, pois elas são altamente interdependentes, e a cada variação cambial os fluxos do comércio tendem a ser literalmente orientados apenas para um dos lados, levando mesmo ao fechamento do comércio de modo geral. Por exemplo: nos últimos vinte anos a vida de relações comerciais em *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio* era praticamente inexistente, pois todos os fluxos do comércio estavam orientados para o lado brasileiro. Pela ausência de relações comerciais, ao longo dos

últimos vinte anos aquelas cidades foram, por vezes, classificadas como cidades-fantasma. Somente a partir de 2002, com a desvalorização do peso argentino, o comércio daquelas cidades reabriu e as cidades revitalizaram suas relações comerciais. Diante disso, os fluxos do comércio, antes totalmente direcionados para o lado brasileiro, inverteram-se para o lado argentino, fator que levou imediatamente ao fechamento de várias lojas e supermercados de Barracão, Dionísio Cerqueira e Santo Antônio do Sudoeste. Embora a variação cambial exerça maior influência nas cidades gêmeas conurbadas, o mesmo se constata nas demais cidades gêmeas, porém não ocorre o fechamento do comércio como constatado nas cidades conurbadas, onde se verifica alto grau de interdependência. Aliás, as variações cambiais não exercem influência somente nas cidades gêmeas, mas também nas cidades vizinhas num raio aproximado de até cinquenta a sessenta quilômetros de distância do limite. Por exemplo: em pequenas cidades do extremo oeste de Santa Catarina e extremo sudoeste do Paraná, vários postos de gasolina fecharam porque a maioria da população abastece seus carros, motos, tratores e carretas agrícolas nas cidades argentinas de *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*, onde surgiram vários postos de gasolinas, inexistentes antes de 2002.

Dos quatro pares de cidades gêmeas apenas Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen são habilitadas ao comércio internacional de importação\exportação, habilitação essa que se deu em 1979, e desde 2003 tem sua estrutura física aduaneira integrada entre Brasil e Argentina (ver **Figura 52**). Ainda que se verifique maior frequência e densidade de interações transfronteiriças nas cidades gêmeas conurbadas Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen e Santo Antônio do Sudoeste, é possível dizer que entre elas também existem diferenças. Isso se explica, em parte, porque Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen estão localizadas numa passagem habilitada para o comércio e turismo internacionais entre Brasil e Argentina, razão pela qual apresentam maior densidade e variedade de interações transfronteiriças. Essas cidades são vistas hoje como pontos estratégicos para importação\exportação de bens, produtos e mercadorias aos países do Mercosul e seus associados. Após o auge do ciclo madeireiro, os fluxos econômicos de importação e exportação ficaram parcialmente estagnados, recrudescendo com o

advento do Mercosul. O **Gráfico 1** mostra em parte os valores das interações econômicas formais ali registradas.



Fonte: FERRARI, 2010

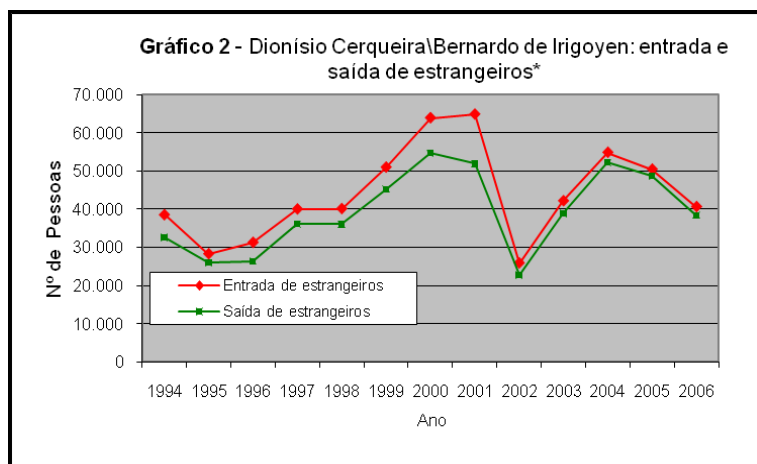
Os altos e baixos da exportação brasileira por Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen se explicam, segundo o Inspetor da Receita Federal de Dionísio Cerqueira (SC), pelos constantes embargos aos produtos de exportação brasileira impostos pela Argentina, sobretudo a entrada de produtos de consumo corrente e industrializados, como carne de frango, carne suína, calçados, produtos da linha branca – fogões, geladeiras, frízeres e outros eletrodomésticos – que passam a competir com o mercado interno da Argentina. No caso das carnes de frango e suína a Argentina tem acusado o Brasil na OMC de *dumping* e vem impondo quotas mínimas de exportação. O Brasil também tem imposto restrições à importação de produtos argentinos, mas em menor escala que as praticadas pela Argentina e por menos tempo.

Outro problema que se refletiu na queda das exportações brasileiras via Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen, sobretudo a partir de 2005, foi o da febre aftosa, com focos constatados no Mato Grosso do Sul, o que resultou no embargo da carne bovina pelo Chile, o quarto maior comprador da carne brasileira, depois da União Europeia, da Rússia e do Egito. Isto é, do total da carne brasileira exportada para o Chile, 88% era exportada via Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen. Já o aumento da importação que se verifica especialmente entre 2005 e 2006 está associado à queda do dólar, favorecendo e estimulando as importações de diferentes produtos e mercadorias pelo seu barateamento. E, além disso, a importação tem aumentado nos últimos anos porque as empresas catarinenses têm recebido benefícios do Estado por importarem via Dionísio Cerqueira²⁵⁸.

Os fluxos de turistas por Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen também são expressivos, como mostra o **gráfico 2**, embora ali também se constatem altos e baixos que se explicam, em grande parte, devido à crise econômica da Argentina. Na verdade, por esse ponto de fronteira, os fluxos de turismo são promovidos fundamentalmente pelos turistas argentinos que normalmente se dirigem às praias do litoral catarinense. A queda brusca que se verifica na entrada\saída de turistas em 2002 foi ocasionada pela desvalorização do peso argentino em relação à moeda brasileira.

²⁵⁸ Entrevista realizada com Arnaldo Bortese, Inspetor da Receita Federal brasileira em Dionísio Cerqueira (SC), janeiro de 2007.

Uma queda que também se refletiu no setor de turismo do Estado, quando os turistas argentinos praticamente desaparecerem do litoral catarinense. Embora esses fluxos venham hoje sendo retomados, verifica-se que eles ainda são baixos se comparados aos anos anteriores, quando a moeda argentina estava praticamente equiparada ao dólar.



*Em razão da harmonização dos controles migratórios dentro do Mercosul a Polícia Federal brasileira já não disponibiliza mais dados para os anos subsequentes a 2006.

Fonte: FERRARI, 2010.

Embora sejam antigos caminhos de circulação dos fronteiriços, os demais pontos constituídos por cidades gêmeas – Santo Antônio do Sudoeste\San Antonio, Paraíso\San Pedro e Capanema\Andresito não são habilitados para o comércio internacional. Porém, lideranças políticas e empresariais daqueles municípios brasileiros e argentinos já se mobilizam no sentido pressionar deputados e outros políticos das esferas nacionais, mostrando as potencialidades daquela zona fronteiriça ao comércio intrablocos e ao mesmo tempo reivindicando que tais pontos sejam habilitados ao comércio internacional. Como forma de pressão política, na década de 1990 grupos de empresários, com prefeitos e outras lideranças políticas locais, iniciaram a construção de pontes internacionais entre municípios brasileiros e argentinos. São exemplos de tal iniciativa a ponte que liga Capanema-Andresito

sobre o rio Santo Antônio e a ponte Paraíso-*San Pedro* construída sobre o rio Peperi-Guaçu (ver **Figura 53**). Essas construções foram inicialmente consideradas totalmente ilegais, pois não tinham autorização do Brasil e nem da Argentina e foram financiadas quase exclusivamente pelo setor privado, sem nenhum auxílio financeiro dos Estados e nem da União. A iniciativa de tais empreendimentos físicos integrados partiu dos brasileiros, mas sempre em comum acordo com os *intendentes* dos municípios argentinos, que financeiramente pouco ou quase nada contribuíram, embora apoiassem a iniciativa brasileira.

Figura 53 - Pontes Internacionais:



Segundo Zanotelli, Presidente da ABITUR, (Associação Bi-Nacional de Turismo Brasil/Argentina), durante a construção da ponte Capanema-*Andresito* paranaenses foram presos pela Gendarmería Nacional Argentina. Já na construção da ponte Paraíso-*San Pedro* ninguém foi preso, mas ao término da obra, em 1993, o *Clarín*, jornal de grande circulação da Argentina, em manchete de capa publicava charge da ponte com um tanque de guerra em cima, dizendo que a Gendarmería iria implodi-la, não apenas por considerá-la ilegal, mas também por considerá-la um meio do roubo da madeira argentina pelos brasileiros.²⁵⁹

Assim, desde o advento do Mercosul verifica-se que prefeitos e *intendentes* buscam estratégias conjuntas no sentido de habilitar

²⁵⁹Entrevista realizada com Zanotelli, empresário de transportes de cargas e Presidente da ABITUR em São Miguel d'Oeste, março de 2008.

aqueles pontos de passagem para o comércio internacional sob várias justificativas. As mais frequentes referem-se ao desenvolvimento social e econômico das cidades fronteiriças. Em Capanema-Andresito, por exemplo, além da expectativa de impulso econômico e social para aqueles municípios, lideranças políticas que já conquistaram a habilitação para o turismo em março de 2008 (ver **Figura 54**) reivindicam hoje habilitação ao comércio internacional sob alegação de que todo fluxo de cargas do comércio internacional de Foz do Iguaçu será transferido para Capanema-Andresito num futuro próximo. Na verdade, um discurso aparentemente ilusório, pois quem determina o caminho da importação\exportação é o próprio importador\exportador e isso não depende apenas de distâncias físicas, mas também das políticas estaduais na redução de taxas de ICMS e prazos de pagamentos. Além disso, segundo dados da Receita Federal brasileira em Dionísio Cerqueira, Foz do Iguaçu tem muito mais relações de comércio internacional com o Paraguai do que com a Argentina, o que em tese inviabiliza o discurso do fechamento daquele ponto de fronteira para o fluxo de cargas internacionais.



Já lideranças políticas de São Miguel d'Oeste e de Paraíso-*San Pedro* alegam que aquela passagem logo será habilitada, pois faz parte da rota rodoviária do corredor bioceânico do Mercosul que ligará o Oceano Pacífico pelo porto de *Antofagasta*, no Chile, ao Oceano Atlântico, no porto de Itajaí, litoral catarinense. Uma rota que, segundo o presidente da ABITUR, passará por *San Pedro-Paraíso*, saindo por São Miguel d'Oeste em direção ao litoral catarinense.²⁶⁰ Se de fato vier a ser viabilizada, essa rota em território argentino passará pela reserva florestal *Yaboti*. Assim, empresários e políticos de São Miguel do Oeste e Paraíso vêm pressionando o governo catarinense e o governo federal para que tal projeto seja viabilizado e para mostrar boa vontade e relações de boa vizinhança com os argentinos, empresários daquelas cidades, sem autorização do Exército Nacional Brasileiro e sem autorização da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina), ligaram ilegalmente a rede de energia elétrica de Santa Catarina ao departamento de *San Pedro*, ou seja, a ligação foi feita da ponte de Paraíso até o posto de controle da Gendarmería Nacional Argentina, situado na *parajem Rosales-San Pedro*, (ver **Figura 55**). No lado brasileiro, o único órgão de controle em Paraíso é o da CIDASC, operando desde 2000 para impedir a entrada de carnes e seus derivados no Estado de Santa Catarina. Tal controle só é realizado de segunda a sexta-feira, durante o dia.



²⁶⁰ Entrevista realizada em fevereiro de 2008 com o empresário do setor de transportes de cargas nacionais Darci Zanotelli, em São Miguel do oeste (SC).

No páreo daqueles municípios, Santo Antônio do Sudoeste e *San Antonio* também reivindicam a habilitação para turismo e comércio internacional, por ser uma das mais antigas passagens daquele segmento de fronteira. Na verdade, há competitividade entre as cidades fronteiriças, não apenas desse segmento fronteiriço, mas também de outros segmentos fronteiriços ao longo do Brasil, como os vizinhos do Mercosul, que buscam a habilitação de pontos de fronteira ao comércio internacional. Tais reivindicações são muitas vezes assumidas por “*políticos de palanque*” e dão margem inclusive a outros discursos, como o do desaparecimento da fronteira-política.

Entretanto, embora o Mercosul tenha levado ao abandono das hipóteses de conflitos bélicos, notadamente entre Brasil e Argentina, os fronteiriços, principalmente das cidades gêmeas, têm percebido que os Estados nacionais chegam com forças renovadas impondo um controle muito mais rigoroso, a ponto de desconsiderar totalmente a história local e a vida de relações ali existentes. Isso se explica, em parte, as constantes barreiras sanitárias que vem sendo impostas pelos países com quem o Mercosul negocia.

Em razão disso, alguns controles têm sido fortalecidos e acabam repercutindo sobre as interações transfronteiriças materiais e imateriais, notadamente das cidades gêmeas, o que gera conflitos entre a escala nacional e a local. Segundo informações da Receita Federal e do Ministério da Agricultura e Pecuária em Dionísio Cerqueira, o fortalecimento dos controles sanitários obedece, em grande parte, às exigências dos mercados externos para o Mercosul, como União Europeia, Rússia, Ásia e outros, mas obedece também normas dos próprios países integrantes do Mercosul, com o intuito de proteger sua produção interna de doenças ou pragas, como é o caso da febre aftosa.

Em 2002 foi constatado um foco de febre aftosa no sul da Província de *Corrientes*. Tão logo a notícia foi divulgada, a Argentina passou a perder todos os mercados compradores de sua produção de carnes, mesmo tendo importantes regiões produtoras com status de região livre da febre aftosa e sem vacinação, como é o caso da região da Patagônia, formada por Rio Negro, Rawson, Chubut e Santa Cruz. Em vista daquele foco de aftosa o governo brasileiro logo impôs rígidas barreiras sanitárias à entrada da carne argentina e demais produtos de origem animal. Em 2005 foi a vez do Brasil, que constatou um foco da febre aftosa no Mato Grosso do

Sul, estado que naquele momento liderava a produção brasileira de carne bovina. Constatado o foco, o Brasil perdeu importantes mercados de exportação da carne, pois sua produção sofreu embargo imediato na escala mundial. Exemplo disso foi a perda do mercado chileno, que até 2005 era o quarto maior mercado comprador da carne brasileira, depois da União Europeia, da Rússia e do Egito. Mesmo tendo status livre da febre aftosa e sem vacinação de seu rebanho, o próprio Estado de Santa Catarina sofreu embargo, tanto da carne bovina quanto da carne suína que era destinada para a União Europeia, Rússia e Ásia.

Diante disso, o governo de Santa Catarina, que desde 2002 já vinha impondo fortes barreiras sanitárias, não apenas na fronteira com a Argentina, mas também nas fronteiras interestaduais com o Paraná e o Rio Grande do Sul, onde instalou postos de controle da CIDASC para fazer a fiscalização e restringir a entrada de produtos de origem animal e vegetal no estado, tomou medidas drásticas para recuperar seus mercados e restabelecer a confiança dos compradores das carnes catarinenses. Dentre as várias medidas sanitárias, o governo do estado de Santa Catarina estimulou a vinda de comissões internacionais de fiscalização da União Europeia e da Rússia para mostrar como o controle da sanidade animal e vegetal vem sendo realizado na zona fronteira com a Argentina.

Além disso, a exemplo da União Europeia, impôs a brincagem nos animais bovinos, um sistema de rastreabilidade que capta informações sobre o local de nascimento do animal, raça, doença que teve, as vacinas que tomou durante sua vida, por onde o animal transitou etc., informações captadas pela brincagem e armazenadas num banco de dados tanto no centro do estado quanto no centro do país, o que permite que o comprador receba todas as informações sobre a carne que está importando.

No estado de Santa Catarina a brincagem começou a ser feita no extremo oeste de Santa Catarina, na fronteira com a Argentina, e hoje já atinge todo o Estado, onde os animais já carregam brincos do estado de Santa Catarina (amarelos) e do Brasil (verdes) (ver **Figura 56**). Segundo informações do Ministério da Agricultura e Pecuária em Dionísio Cerqueira, a brincagem faz parte de uma legislação internacional coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pela Organização Internacional de Epizootias (OIE), esta última também conhecida hoje como

Organização Mundial da Saúde Animal, que foi mais ou menos uma imposição da União Europeia, que têm legislação específica para controlar a origem dos animais. “A brincagem é uma imposição da União Europeia, não deixa de ser uma imposição para que possamos exportar nossos produtos de origem animal para eles [...]”²⁶¹



Para um ex-professor de medicina veterinária da Universidade Nacional de *Corrientes*, hoje residente em *Andresito*, a União Europeia vem constantemente erguendo barreiras sanitárias porque a produção dos países do Mercosul já passa a competir com a dos mercados compradores onde a produção agrícola, por exemplo, tem muitos subsídios e gera altos custos se comparada à dos países do Cone Sul. Esse tem sido um dos fatores, entre outros, que levou a União Europeia, por exemplo, a buscar ferramentas para o bloqueio

²⁶¹ Entrevista realizada com um médico veterinário, com doutorado na área de nutrição de ruminantes e, Fiscal Federal do Ministério da Agricultura e Pecuária em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

de exportações, de produtos vegetais e animais dos países do Mercosul. Um bloqueio que não se realiza mais por meio de tributos, mas por meio das famosas barreiras sanitárias. Para ele,

[...], a questão da aftosa é hoje uma questão internacional, ela é hoje um meio de travar nossas exportações. Então aqueles produtos que nossos países produzem, e produzem muito bem, e a um custo significativamente menor que os países europeus, asiáticos e norte-americanos, têm se tornado hoje muito competitivos lá fora, então os mercados externos buscam meios de impedir constantemente nossas exportações, e o meio mais utilizado hoje são as barreiras sanitárias. [...].²⁶²

Sem dúvida, muitos controles impostos nas fronteiras hoje obedecem a imposições dos mercados extrarregionais, exigências que acabam por se refletir não apenas na escala regional, mas igualmente na escala local, neste caso na zona fronteiriça, onde emergem conflitos entre interesses locais e nacionais. Para se ter uma ideia, em 2002, logo que foi constatado um foco de aftosa no sul de *Corrientes*, o governo do estado de Santa Catarina exigiu rigoroso controle na fronteira com a Argentina, Paraná e Rio Grande do Sul. Tal medida visava proteger o único estado brasileiro há décadas totalmente livre da febre aftosa e sem vacinação de seu rebanho, pois um de seus principais produtos de exportação é a carne suína e bovina, destinada notadamente a União Europeia e Rússia. Em Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina, as barreiras sanitárias foram tão rígidas que contaram até com um efetivo do Exército Nacional Brasileiro dentro do perímetro urbano, o que provocou fortes tensões entre fronteiriços e organismos de fiscalização do governo federal e do Estado de Santa Catarina.

Mas o que gerou revolta e indignação entre os fronteiriços das cidades gêmeas Dionísio Cerqueira\Barracão e Bernardo de Irigoyen foi a atuação dos soldados do Exército Brasileiro, que agiram como se estivessem numa guerra: entraram na cidade de Dionísio Cerqueira com um tanque de guerra, matando animais de estimação que tinham o hábito de cruzar o limite internacional e impedindo fronteiriços de cortar caminho para o trabalho ou comércio,

²⁶² Entrevista realizada com um ex-professor de medicina veterinária da Universidade de Corrientes, em Andresito, agosto de 2008.

obrigando-os a passar somente pelo posto de controle, onde automóveis e pedestres eram obrigados a passar por um tapete (rodolúvio e pedilúvio) encharcado de iodo e outras substâncias químicas que combatem o vírus da aftosa. Um ex-secretário da educação de Dionísio Cerqueira diz:

O Exército esteve aqui em 2002, vieram aqui, mas totalmente despreparados! Você acredita que um dia eu estava próximo do limite e um soldado do Exército bateu com o cano do fuzil no capô do meu carro para que eu abrisse a janela do carro? Eles andavam com um jipe do exército pela cidade com uma metralhadora girando para conter o vírus da aftosa! (risos). Então veja o absurdo do absurdo a que chegaram! Fizeram uma verdadeira retaliação com nós e com nossas relações entre as três cidades, porque alguém lá de cima, sem conhecer nossa realidade, determinou que o Exército entrasse aqui nas cidades com metralhadoras, fuzis, tanques de guerra, helicópteros sobrevoando as cidades para “matar o vírus da aftosa”. Um verdadeiro absurdo, como se fossem as pessoas portadoras do vírus! É claro que tem toda aquela questão da União Europeia, então vêm as comissões de fiscais de lá para fiscalizar e aqui montam um circo para que eles digam: ‘na fronteira está tudo certo, vamos continuar comprando a carne brasileira’. Mas isso é feito a que preço? Com penalizações absurdas sobre os locais, com ações absurdas sobre a população das três cidades, porque essas pessoas não estão nem um pouco preocupadas com nossas relações, relações que existem entre as três cidades há mais de um século. Tem pessoas com mais de 70, 80 anos que atravessam diariamente de um lado ao outro, pessoas que foram constrangidas, intimidadas e penalizadas por ações totalmente desmedidas, [...].²⁶³

Aquelas medidas sanitárias atingiram diretamente as interações do comércio formiga das cidades gêmeas. Por exemplo, naquele período os fronteiriços do lado brasileiro compravam carne de gado no lado argentino por ser mais barata, mas quando pegos pela fiscalização perdiam o produto e o dinheiro, sem opção de devolver o produto no supermercado para reaver o dinheiro, pois a

²⁶³ Entrevista realizada com o ex-secretário da Educação do município de Dionísio Cerqueira, março de 2008.

fiscalização incinerava toda carne apreendida. Em contrapartida os residentes no lado argentino, que compravam carne de frango mais barata no lado brasileiro, também passaram a sofrer restrições. Como uma espécie de retaliação, a fiscalização argentina também passou a impedir a entrada da carne de frango, e quando apanhados, os fronteiriços também perdiam o produto e o dinheiro, o que os indignava. Raul Lindau, aos 97 anos de idade, residente em Dos Hermanos: Bernardo de Irigoyen relembra, que no começo do século XX, até por volta de 1950, não havia restrições no ir e vir dos fronteiriços. Mas hoje, começo do século XXI, há muitas restrições às interações materiais e imateriais, restrições que para ele são incoerentes com a realidade local e atingem principalmente as pessoas mais humildes, que necessitam do pequeno comércio de produtos de consumo corrente, realizado com base na variação cambial. Em suas palavras:

[...], antigamente era tudo livre, tudo livre, ia e vinha com tropas carregadas e ninguém te atacava, ninguém te sacava nada! Hoje não, hoje é uma delicadeza que Deus o livre! O pobre não pode mais nem trazer uma galinha de lá do Brasil porque te sacam na estrada, é um abuso isso numa fronteira! Eles fazem esse diabo de coisa, porque os grandes passam com grandes coisas, mas um pobre, uma mulher pobre com criançada não pode trazê uma galinha que sacam! Isso é abuso, é um abuso! O povo tá revoltado! Semana passada teve aí o governador da província e o povo foi reclamar aí ele disse: ‘do Brasil podem vir busca o que é mais barato aqui e daqui podem ir busca lá o que é mais barato’. É assim que tem que ser na fronteira! Mas o governador da província não manda nada, quem manda é a Gendarmería, e quem manda na Gendarmería é a presidenta, então tá uma peleja entre eles! O povo quer que a Gendarmería saia daqui do meio do povo [...].

Enquanto no discurso dos organismos de segurança nacional e estadual as barreiras sanitárias são necessárias para não pôr em risco a produção de um ou outro país e até para não perder importantes mercados de exportação, no discurso dos fronteiriços, notadamente nas cidades gêmeas conurbadas, os controles sanitários dentro do perímetro urbano são “*pra inglês e francês ver*” e criam tensões e constrangimentos aos fronteiriços:

[...] se ali em Bernardo de Irigoyen tivesse aftosa, aqui em Barracão e Dionísio também teria, porque o gado não é o único transmissor da aftosa, o corvo, a capivara e vários outros animais roedores são transmissores desse vírus da aftosa. Esse controle todo aqui dentro das cidades é pra inglês e francês ver [...]. O que todo mundo se pergunta é o porquê disso, porque frutas, verduras, leite, queijos e carnes que chegam aos supermercados e açougues das três cidades já passam por uma inspeção sanitária! Agora os caminhões passam carregados com esses produtos e caem todos no canal verde! Aqui nos proibem de comprar onde está mais barato, então que Mercosul é esse? A ideia de um mercado comum é ótima, mas esse sentido comum nós já vivíamos bem antes do Mercosul! Se você falar com antigos povoadores daqui eles vão te dizer que quando aqui ainda tínhamos ensaios de cidades, já era comum os de lá virem comprar aqui e os daqui comprarem lá. Então tinha essa integração comercial social e cultural, essa integração já existia antes da formalização dos governos pelo Mercosul, mas agora que formalizaram querem nos separar. Aqui tem que legalizar certas coisas, criar uma política comum, uma área comum entre as três cidades, [...]. Nós aqui das três cidades até já propusemos que a inspeção sanitária, por exemplo, de carnes e verduras, frutas, fosse unificada nas três cidades, para não criar tantos conflitos. As autoridades, da CIDASC, do Ministério da Agricultura, promotores públicos, PROCON, todos disseram: o que vocês decidirem pra nós tudo bem, mas nenhum deles se comprometeu, não deram nenhum documento, tudo na informalidade. Então, logo que surgiu a aftosa no Mato Grosso do Sul, quem comprava carne em Barracão já não podia passar para Dionísio Cerqueira e nem para Bernardo de Irigoyen e vice-versa, entre as três cidades. Então, veja bem, premiam a ilegalidade [...].²⁶⁴

Para o Ministério da Agricultura em Dionísio Cerqueira, muitas pessoas, não apenas fronteiriços, fecham os olhos parcialmente para as implicações decorrentes de uma praga ou vírus sobre a cadeia produtiva e o que pode causar na economia do país ou estado afetado. O exemplo do Mato Grosso do Sul comprova, em parte, que o trânsito de animais do Paraguai contaminou a produção

²⁶⁴ Entrevista realizada com um morador de Barracão, março de 2008.

daquele estado e gerou grandes problemas, inclusive ao país. Grande parte dos produtores afetados tiveram de sacrificar inteiramente seus rebanhos, causando grandes perdas financeiras, pois o valor da indenização paga pelo estado é insignificante em comparação com o que obteriam com as exportações. Esse problema não afetou somente os produtores e o estado do Mato Grosso do Sul, mas também o país, pois as carnes brasileiras logo sofreram embargo nos mercados do Chile, Ásia, União Europeia e Rússia, desdobrando-se numa série de outros problemas de ordem econômico-comercial e social no país.

No contexto atual, observa-se que há grande preocupação dos organismos da vigilância sanitária em atender rigorosamente todas as normas impostas pelos mercados extrarregionais, muitas delas questionáveis, e isso acaba por afetar muitas interações historicamente estabelecidas entre os fronteiriços. Por exemplo, para exportar carne *innatura* para a União Europeia, os países integrantes do Mercosul devem cumprir uma série de normativas, como a rastreabilidade dos animais, mas existem várias outras exigências que devem ser seguidas à risca pelos países exportadores. Essas normativas são na verdade um protecionismo sob o pretexto de problemas sanitários e que podem ser vistas, em parte, como uma geopolítica econômica entre blocos na escala mundial. A esse respeito é interessante observarmos o depoimento de um médico-veterinário, fiscal do Ministério da Agricultura e Pecuária em Dionísio Cerqueira:

[...], aqui tem febre aftosa, mas na União Europeia também têm! A Europa toda tem isso, e têm mais, lá eles tem vaca louca, nós não temos! Só pra te dar um exemplo, em 2001, o Reino Unido dizimou 10 milhões de animais por causa da febre aftosa. Depois tiveram a vaca louca também. A gente tá cansado de ouvir os irlandeses dizerem: *'o produto brasileiro é ruim, tem aftosa, tem tuberculose, tem brucelose'*, mas espera aí, lá também tem tudo isso! A União Europeia seguidamente diz: *'não pode entrar produtos de origem animal do Brasil, da Argentina porque teve aftosa, não pode entrar maçã brasileira porque tem risco da cydia pomonella'* não pode entrar maçã argentina e chilena porque tem cancro-cítrico', então exigem uma série de normativas e exames para comprovar que não tem nada disso. É uma geopolítica? Sim, é uma geopolítica essencialmente econômica. Não vou dizer que os problemas sanitários

sejam ilusão, eles existem e existe sim o risco sanitário, mas falando em nível de comércio internacional, o que a gente percebe é que a questão econômica é regida por isso hoje. Existe hoje uma maquiagem para impedir que nossos produtos entrem em determinados mercados. Eles usam a desculpa dos problemas sanitários, nós também estamos usando as mesmas armas, na verdade todo mundo usa. Mas o que é isso? Isso é uma forma de protecionismo, e a União Europeia usa isso constantemente como forma de protecionismo, porque lá também a produção deles tem muitos subsídios e aqui nos países do Mercosul, e falando de Brasil, não tem subsídios, então é outra forma de proteger sua produção, [...].²⁶⁵.

Com relação aos novos conflitos que emergem nos espaços fronteiriços entre interesses locais e nacionais, notadamente ligados aos controles sanitários, caberia aos governos nacionais implantar políticas públicas educativas de orientação. Em outras palavras, no contexto atual, a presença dos Estados nacionais na zona fronteiriça não pode se dar somente pela repressão, mas também com projetos de orientação, até para mostrar a importância da atividade de fiscalização que está sendo exercida. Por outro lado, não se pode esquecer que em zonas fronteiriças há uma cultura típica que mescla elementos de ambos os lados do limite internacional, onde historicamente ocorrem inúmeras trocas materiais e imateriais. Por exemplo, os laços de parentesco, amizade e compadrio geram grande mobilidade geográfica, e no vaivém os fronteiriços transportam de um lado ao outro do limite, frutas, queijos, nata, manteiga; trocam mudas de plantas, como, por exemplo, flores, grama de jardim; trocam sementes de produtos agrícolas, como milho, amendoim, pipoca, melão, melancia, mudas de hortaliças, batata doce, ramos de mandioca, plantas frutíferas, enfim promovem uma aculturação de espécies de origem vegetal e inclusive animal, pois fazem o transporte de animais vivos de um lado ao outro do limite, como cavalos, gado de corte, fazem doações de cães e gatos etc., prática antiga e bastante comum entre fronteiriços. Basta lembrar que até os anos de 1950, a qualquer evento que provocasse temor no lado

²⁶⁵ Entrevista realizada com um Fiscal Federal do Ministério da Agricultura e Pecuária em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

brasileiro, os fronteiriços fugiam para o lado argentino, e com eles tocavam todos os animais que podiam arrebanhar para o território argentino. Além disso, era comum criar frangos no lado brasileiro e vendê-los vivos em supermercados do lado argentino. O mesmo ocorria com suínos, bovinos, mulas, cavalos de produção argentina que era introduzida informalmente no lado brasileiro e sem restrições sanitárias. As sementes brasileiras da erva-mate e pinhão, cultivadas em *Misiones* desde o começo do século XX, é outro exemplo que confirma uma aculturação de algumas espécies vegetais. Uma prática que os Estados sempre condenaram, porém, na visão dos fronteiriços, no passado não havia um controle tão rigoroso quanto hoje, após o Mercosul, como mostra, em parte, o depoimento de uma dona de casa de *Andresito*:

Quando se falou de Mercosul, os brasileiros vinham para *Andresito* e nós íamos para o Brasil. Havia realmente uma camaradagem entre nós e tivemos muito entusiasmo com o tema Mercosul, mas depois passou um tempo e aí começaram as restrições. *Andresito* hoje não pode vender nem mesmo uma laranja para Capanema. Então, realmente não entendo para quê foi instituído o Mercosul, se aqui na fronteira não funciona. As pessoas que vendem tabaco para os brasileiros são simplesmente considerados contrabandistas, então não tem liberdade para essas pessoas daqui negociarem. O Brasil, por exemplo, vende pinhão e tem em Capanema essa semente pra vender, então agora aqui na aduana não nos deixam passar com essa semente. Isso eu considero absurdo, porque eu quero a semente para plantar e não para comer ou vender. Bom, o que se faz diante disso? Se traz a semente por contrabando. Capanema tem pessoas interessadas em comprar lenha de *Andresito*, nós, todavia temos muita lenha pra vender, mas não se pode vender porque não deixam passar. Então, pra quê Mercosul? No passado, quando ainda não tínhamos essa ponte, atravessávamos o Santo Antônio do Sudoeste de caíque, fazíamos todas nossas compras básicas em Capanema, de lá trazíamos de tudo, desde alimentos, móveis de cozinha, garrafas de gás, tudo vinha do Brasil e não havia restrições como vemos agora [...].²⁶⁶

²⁶⁶ Entrevista realizada com uma dona de casa residente em Andresito, março de 2008.

A cultura gaúcha também promove o trânsito de animais bovinos e cavalares em eventos tradicionalistas, como rodeiros, gíneteadas, cavalgadas e missas crioulas onde os animais ganham a bênção. Há também corridas de cavalos promovidas em haras das quais também participam cavalos de raça argentina e brasileira, uma prática cultural que decorre do final do século XIX, quando os fronteiriços de ambos os lados do limite já promoviam as famosas carreiradas com mulas e cavalos de ambos os lados do limite, cujas raças de corridas eram os centros dos aglomerados geminados. Obviamente que os cavalos de corrida são hoje muito bem cuidados pelos seus proprietários, pois são animais de raça e de estimação com alto valor, mas desde que surgiram focos de aftosa nos dois países, o Ministério da Agricultura, por exemplo, exige a quarentena dos animais que participam de eventos culturais, uma garantia de que não são portadores de nenhum vírus. Exemplo disso ocorreu em 2003, quando os fronteiriços promoveram uma cavalgada em comemoração ao centenário da demarcação do limite internacional brasileiro-argentino. (ver **Figura 57**).



Para que tal cavalgada se realizasse, o comitê organizador do evento precisou da autorização de organismos de controle da vigilância sanitária, como o Ministério da Agricultura brasileiro. Segundo um médico veterinário de Barracão, uma das exigências para tal cavalgada era a quarentena dos animais e que, durante a cavalgada, cavalos argentinos marchassem no lado argentino e cavalos brasileiros no lado brasileiro. Em outras palavras, os animais não poderiam se misturar e nem manter contato. Os organizadores do evento concordaram com tais exigências, porém não explicaram ao Ministério da Agricultura que numa cavalgada em limite seco seria impossível não ocorrer o contato entre os animais.

O Ministério da Agricultura autorizou a cavalgada, mas essa autorização foi verbalmente, sem nenhum documento. Mas as exigências de cavalos argentinos ficarem no lado argentino e cavalos brasileiros no lado brasileiro foi realmente uma piada, né! Por quê?! Porque o limite é seco, sai daqui de Dionísio e Barracão e vai até Santo Antônio do Sudoeste, então numa cavalgada não tem como separar os cavalos. É claro que a gente não explicou isso, mas também não foi uma mentira! Os cavalos andaram juntos, mas para efeitos legais cavalos brasileiros andaram pelo lado brasileiro e os argentinos no lado argentino. Mas isso é uma idiotice, porque se ali do outro lado tivesse doenças aqui também teria. [...].²⁶⁷

Esse segmento fronteiriço é também um espaço de trânsito dos indígenas guaranis que circulam do Paraguai para *Misiones* e de lá para o lado brasileiro, no extremo oeste e oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Nessa mobilidade geográfica, os indígenas não abandonam seus animais de estimação, transportamos de um território ao outro sem conceber limites territoriais e questões ligadas à vigilância sanitária. Por exemplo, uma assistente social de Tunápolis contou que um grupo indígena guarani de *Misiones* migrou para Tunápolis, onde ficaram acampados por algum tempo em condições de risco até o município encaminhá-los para uma reserva guarani de Chapecó. No momento da mudança, as autoridades locais tentaram impedir que carregassem seus animais de estimação, como pássaros, cães e pequenos porquinhos, porém aqueles indígenas alegaram que só sairiam com seus animais, caso

²⁶⁷ Entrevista realizada com um morador de Barracão, março de 2008.

contrário não mudariam. Diante do apego aos animais e da resistência dos indígenas em deixá-los para trás, autoridades locais acabaram permitindo informalmente que os levassem para a reserva indígena de Chapecó, “*porque eles não têm as mesmas noções de território que nós. De nada adiantou explicar que não podiam levar os bichinhos porque podiam ter doenças, tivemos que autorizar o transporte de seus animais. [...]*”.²⁶⁸

Apesar de haver quase um consenso entre os fronteiriços de que os controles fiscais e sanitários sobre as interações transfronteiriças materiais e imateriais são hoje muito mais rígidos que no passado, notadamente nas cidades gêmeas, durante toda a pesquisa de campo observamos exemplos que também provam, em parte, o contrário, principalmente na área rural, onde é muito difícil os Estados controlarem as interações que se estabelecem entre agricultores. Eles trocam sementes, insumos agrícolas; existe o trânsito de animais; a produção agrícola é vendida informalmente num ou noutro lado do limite, de acordo com a variação cambial; enfim, ali ocorrem inúmeras interações materiais e imateriais. Só para citar um exemplo, nos quatro primeiros meses de 2008, *Andresito* enviou para o Brasil dois milhões de quilos de fumo burlei via contrabando²⁶⁹. O Comandante da Gendarmería Nacional Argentina de *Bernardo em Irigoyen* informa que em 2007 as empresas fumageiras de *Misiones* perderam aproximadamente 140 milhões de pesos pelo contrabando o equivalente a 919 milhões de reais. Diz ainda que muitos produtores de fumo do nordeste de *Misiones* deixaram de assinar contrato com as empresas fumageiras argentinas para vender a produção no lado brasileiro pelo sistema informal, pois o quilo do tabaco em *Misiones* estava sendo vendido a seis pesos, enquanto no lado brasileiro, pelo contrabando, os produtores ganhavam até nove reais ao quilo, uma diferença significativa e que acaba promovendo o comércio informal sem a preocupação com barreiras sanitárias nem com a perda da arrecadação dos estados. Segundo informações da GNA, existem empresas brasileiras fora da faixa de fronteira, inclusive do Rio Grande do Sul, que estão articuladas com colonos argentinos para entregar sua produção de fumo no lado brasileiro. São essas

²⁶⁸ Entrevista realizada com uma Assistente Social de Tunapólis, julho de 2008.

²⁶⁹ Entrevista realizada com o Intendente de Andresito, agosto de 2008.

empresas que fornecem informalmente as mudas de fumo, o veneno e todos os demais insumos necessários à sua produção em território argentino. A garantia de que a produção será entregue no lado brasileiro é exatamente a diferença de preços e sem o desconto de impostos sobre a venda, fator que gera a perda da arrecadação no país vizinho²⁷⁰.

Diferentemente do que ocorre na zona fronteira de *Ciudad del Leste* (Foz do Iguaçu, onde predomina um mercado informal de eletrônicos, roupas, brinquedos e outros, nesse segmento fronteiro as relações informais são quase essencialmente de produtos primários e agroalimentícios, como, por exemplo, milho, feijão, alho, fumo, alpiste, insumos para produção agrícola, frutas, farinha de trigo, enlatados, carnes e seus derivados, dentre outros, e obedece principalmente a variação cambial. Na visão dos organismos de controle de ambos os países, o grande problema dessa fronteira advém da geografia política. Se ao final do século XIX o Barão do Rio Branco foi aplaudido e exaltado pelos militares brasileiros por ter ganhado a questão de Palmas ou *Misiones* e ter reivindicado que o limite internacional fosse demarcado pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio do Sudoeste, entre os quais a linha seca, ele é hoje muito criticado pelos organismos de controle por não ter considerado as implicações de um limite geográfico de fácil trânsito entre os dois países.

[...] esse limite foi o grande erro do Barão do Rio Branco, porque se na época era bom para o Brasil, hoje é um problema para os dois países, porque a fronteira seca, por exemplo, o Estado pode até controlar, mas é impossível de controlar efetivamente. Os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio do Sudoeste geograficamente não apresentam dificuldades de travessia, eles são muito fluidos, existem pontos nesses rios que chegam a passar até mesmo caminhões e tratores, [...], se tivéssemos um rio maior, como o Uruguai, por exemplo, ele não é tão fluido quanto esses riosinhos, aí então seria mais fácil controlar.²⁷¹

²⁷⁰ Entrevista realizada em Bernardo de Irigoyen em 10 de março de 2008 com Enrique Jorge Holub, Comandante Principal, Chefe do Esquadrão 12 da Gendarmería Nacional Argentina.

²⁷¹ Entrevista realizada com um fiscal do Ministério da Agricultura e Pecuária de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

Esse depoimento nos remete a uma velha questão da geografia política muito debatida entre franceses e alemães no século XVIII e parte do XIX, o da “*boa linha de fronteira*”, aquela constituída por acidentes físico-geográficos naturais expressivos, a qual seria uma estratégia aos Estados nacionais para auxiliar no controle dos territórios, notadamente frente a conflitos políticos ou pressões de forças inimigas externas. Sem entrar no mérito da questão das fronteiras naturais, em parte já abordada nos primeiros capítulos e condenada pela geografia, pode-se dizer que não existe boa ou má linha de fronteira, o que existe são singularidades, e todo limite, espacial ou não, tem um potencial de transgressão (FOUCHER, 2007). Compartilhando da mesma visão que o entrevistado brasileiro, o Comandante da Gendarmería de Bernardo de Irigoyen também afirma que o problema desse segmento fronteiriço decorre fundamentalmente da geografia política, porque o limite internacional entre os dois países favorece a transgressão dos territórios nacionais. Para ele,

[...], essa fronteira é muito aproveitada para o contrabando de todos os tipos de produtos primários comercializáveis. Aqui pela fronteira seca, o comércio ilegal ocorre na mesma proporção que o comércio legal, porque é fácil de atravessar e porque é muito mais negócio passar uma carga de alho ou tabaco pelo contrabando do que pela via legal, porque o lucro é bem maior. [...]. Para os pequenos agricultores temos as exportações simplificadas, o Mercosul os favorece. Nas exportações simplificadas tem um pequeno imposto, mas isso é fazer comércio legal, é o custo da legalidade, o custo do trâmite branco e não do mercado negro! Mas aqui nessa zona, as relações entre colonos são muito estreitas. Por exemplo, um colono de Bernardo de Irigoyen que produz milho, ele conhece seu vizinho brasileiro, então leva seu milho pra lá e vai ganhar o dobro do que ganharia na Argentina. Mas isso acontece também por que para ele vender sua produção aqui na Argentina ele precisa fazer 70 a 100 quilômetros pra levar sua carga até o comprador quando a 100 metros de sua propriedade ele cruza o limite e leva seu produto para o outro lado onde já tem o comprador brasileiro. Então, em qualquer canto dessa fronteira você tem possibilidades de passar de um país para o outro, seja com carro de bois, caminhão ou a pé, então esse é um problema geográfico!

É muito difícil controlar essas relações numa fronteira seca, [...].²⁷²

Embora a integração regional tenha flexibilizado alguns controles aduaneiros e uniformizado certas normas para importação\exportação intrabloco, o que se observa é a emergência de novos controles, muito mais rígidos que antes da integração regional. Mas como já indicamos, a integração regional não pode ser considerada a vilã, pois muitos dos novos controles emergentes hoje nas fronteiras decorrem, em grande parte, das próprias exigências dos mercados extrarregionais. Portanto, se nos discursos políticos a fronteira é hoje lugar de cooperação e suporte para ligações econômicas, no discurso dos fronteiriços a integração regional impôs controles muito mais rígidos que no passado, e ao invés de uni-los os separam. Essa lógica fronteiriça decorre, em parte, de maior representatividade dos Estados nacionais nesse segmento fronteiriço, muito mais efetiva e repressiva que no passado. Diante disso, muitos de nossos entrevistados chegam a afirmar que a integração regional em si não teria trazido nada de novo para a zona fronteiriça, pois já viviam uma integração antes do Mercosul e frente a tal discurso já alegam todo um histórico de indiferença política relacionada às interações transfronteiriças materiais e imateriais tecidas historicamente entre os dois lados do limite.

Não há como negar que muitas das decisões políticas tomadas em nível de Mercosul pelos envolvidos na direção dos Estados que o integram e das grandes e médias empresas afetam a zona fronteiriça. E isso acaba por criar conflitos de interesses entre as escalas nacionais e locais. Isso é bem evidente nas cidades gêmeas, onde circula a afirmativa de que os fronteiriços, no vaivém de suas interações sociais, culturais e econômicas, são constantemente constrangidos pelas fiscalizações e cerceados da liberdade de trânsito entre um lado e outro do limite, porque os controles políticos e fiscais ainda administram a fronteira sob a perspectiva da linha divisória e da separação, em detrimento da própria história de vida dos fronteiriços. A título de exemplo, podemos tomar as pequenas cidades gêmeas de *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste, onde desde o final de 2007 o controle sobre a mobilidade geográfica entre

²⁷² Entrevista realizada em Bernardo de Irigoyen em 10 de março de 2008 o Comandante Principal, chefe do Esquadrão 12 da Gendarmería Nacional Argentina.

aquelas cidades passou a funcionar das 7 às 19 horas e não mais 24 horas como era no passado.

Em tempos de integração regional, tal decisão nacional é vista localmente como arbitrária, pois passou a afetar as interações, notadamente as sociais e culturais que antes se realizavam à noite, como, por exemplo, jantares, bailes, aniversários, shows e outras, que historicamente fazem parte das duas cidades. Há inclusive relatos do impedimento de relações de solidariedade, como participação em velórios de parentes e amigos. A procura de serviços médico-hospitalares emergenciais também vem sendo afetada pelo fechamento daqueles controles, que não permitem o trânsito de veículos à noite. Exemplo significativo é o de uma gestante argentina residente em *San Antonio*, que em julho de 2008 estava para dar à luz na maternidade da cidade brasileira de Santo Antônio do Sudoeste (PR). Por não saber se o filho viria ao mundo durante o dia ou à noite, viu-se forçada a pedir autorização junto a *Gendarmería* e a Receita Federal brasileira para que o portão fosse aberto caso ela viesse a ter seu filho durante a noite. Como justificar tais medidas em tempos de integração regional?

Apesar de ser antiga passagem, com mais de 100 anos, Santo Antônio do Sudoeste\ *San Antonio* ainda não tem controle migratório. Quem exerce tal função no local é a *Gendarmería* e a Receita Federal, função fora de suas competências. Como ainda não existem políticas públicas que reconheçam as interações transfronteiriças em zona de fronteira, notadamente as socioculturais, funcionários daqueles organismos de controle nacionais, muitas vezes, por desconhecer as práticas locais ou por considerá-las transgressivas dos territórios nacionais, acabam por tomar medidas arbitrárias, gerando conflitos com os residentes. Dois depoimentos que reportam olhares da escala nacional e da escala local ilustram esse ponto. O problema de Santo Antônio do Sudoeste\ *San Antonio*, na visão de um funcionário da Receita Federal brasileira:

[...] aqui, primeiro a sociedade se criou, depois o Estado entrou para fazer a fiscalização, para cobrar o tributo. Então tu dizer que agora que quem manda é o governo nacional num local que ficou abandonado, que começou sem o Estado saber, isso gera conflitos, porque a sociedade não aceita que venha alguém dizer que ele não pode mais fazer o que ele fazia antes, como coisa normal. Mas, o que a sociedade precisa entender é que temos que

cumprir normas e regras e essas valem para todos os lugares e aqui não é diferente! [...] o grande problema é que o pessoal daqui não considera que passar para a Argentina ou para o Brasil é sair ou entrar num país. Aqui, passar de um lado para outro é como ir de um bairro pro outro para ir ao supermercado, abastecer o carro, ir fazer compras, visitar um amigo. Mas, quem trabalha na fiscalização tem uma legislação a cumprir, uma legislação federal que tem que ser aplicada, goste você ou não! A sociedade aqui, de maneira geral, não gosta que se faça a revista em seus carros, porque para eles o vaivém entre os dois países é considerado como trocar de bairro. [...] eu penso que tem que ser fiscalizado, sim, porque a lei diz que tem que ser assim! [...].²⁷³

Contrário à visão anterior, um professor do ensino fundamental e médio de *San Antonio*, argumenta que é preciso que os Estados nacionais conheçam as zonas fronteiriças e as relações historicamente tecidas entre os sujeitos fronteiriços, para depois aplicar normas e legislar sobre tais espaços, porque,

[...], independente de sermos brasileiros ou argentinos nós precisamos em nosso dia-a-dia passar pra lá ou pra cá, mas isso não passa só pelo comercial, pois nós precisamos ir visitar um amigo, um enfermo, ir a um velório de um parente, ir a um aniversário ou casamento, buscar um medicamento para nossos filhos, seja à noite ou não, etc. etc., isso é uma questão humana! [...]. A falta de decisões políticas que contemplem essa nossa realidade é o que tem nos prejudicado. Por quê?! Porque ainda seguem interpretando a fronteira por Brasília e Buenos Aires! Me entende?! Penso que os Estados nacionais ainda não perceberam ou não querem perceber que as relações entre os fronteiriços não passam só pelo econômico, tem o fator cultural, a filosofia de vida que eu considero muito mais forte que o comercial! Temos mais elementos culturais compartilhados entre nós, fronteiriços, do que com o resto da Argentina e do Brasil e isso a política sempre quis travar aqui na fronteira. [...]. Pensávamos que o Mercosul fosse trazer políticas específicas de aproximações mais efetivas para nossa fronteira, mas isso não aconteceu, ao contrário, nós que

²⁷³Entrevista realizada com funcionário da Receita Federal brasileira, em Santo Antônio, em julho de 2008.

sempre vivemos aqui, que fazemos parte da história da fronteira somos tratados na aduana como contrabandistas [...].²⁷⁴

Esses depoimentos são pequenos exemplos que permitem refletir acerca da necessidade de políticas públicas nacionais que contemplem as interações em zonas fronteiriças, pois a indiferença dos Estados nacionais, notadamente em relação às interações imateriais, faz com que a fronteira seja de fato ainda administrada sob a perspectiva da linha divisória e não da integração. Durante a pesquisa de campo, vários exemplos foram observados evidenciando situações de conflitos entre a escala nacional e local, notadamente nas cidades geminadas, onde os fronteiriços declaram que a mobilidade geográfica tem sido dificultada em função de um controle exacerbado que não condiz com o sentido da integração regional, e isso acaba se refletindo nas próprias relações sociais e culturais dos fronteiriços. Muitos alegam que “*o sentido comum é hoje o menos comum dos sentidos*” e chegam a afirmar que atualmente procuram não mais visitar parentes e amigos num ou noutro lado do limite internacional, devido ao tratamento que recebem nos controles fiscais, muitas vezes barrados de entrar numa ou noutra cidade por fiscais, que na visão de muitos fronteiriços são despreparados para tal atividade e querem apenas mostrar poder. A esse respeito, é interessante observarmos dois longos depoimentos que resumem vários outros depoimentos de entrevistados e que indicam posições de conflito:

Aqui sempre existiram vínculos entre os dois *pueblos*. *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste tem uma integração de longa data, mas não é uma integração política de Estados, isso foi promovido entre os *pueblos* daqui da fronteira. Minha mulher é brasileira, então tenho parentes e amigos aqui e tenho parentes e amigos do outro lado, no Brasil. Essa é a integração plena do que é de fato a integração dos povos, mas lamentavelmente com o Mercosul as políticas de nossos governos não tem contemplado nossos pequenos *pueblos*. Como falar de integração se te colocam correntes e cones de trânsito para que não passemos pra lá e pra cá? São muros que nos colocam ao final de tarde e que nos afeta! Antes do

²⁷⁴Entrevista realizada com um professor do ensino fundamental e médio de *San Antonio*, em julho de 2008.

Mercosul, não tínhamos essas travas que agora temos. Eu ia seguidamente jantar na casa de meus parentes e amigos que tenho em Santo Antônio do Sudoeste, hoje já não posso mais ir porque fecham o portão às 19 horas e tampouco meus parentes e amigos do Brasil podem vir na minha casa! Podemos passar pelos piques, ir ou vir a pé, não podemos transitar com nossos veículos. Mas porque eu devo fazer meus filhos e minha esposa caminhar, andar pelos piques, se podemos ir com um pouco mais de conforto e rapidez? Não sou um delinquente, tampouco meus amigos e parentes! Isso para mim é fomentar uma divisão que antes não tínhamos. E isso é um problema que afeta minha família e minhas relações, mas afeta também 80 a 90% de outras famílias dos dois lados, porque somos unidos pelos laços de parentesco e amizade. Então onde está a integração? É preciso que nossos governos percebam que não temos que nos juntar somente para vender para a Europa e Estados Unidos, temos que nos juntar socialmente e culturalmente para uma integração plena! Em minha opinião o Mercosul na fronteira está atrasado, estamos retrocedendo no tempo, porque agora estão colocando travas que antes não tínhamos. Antes íamos e vínhamos a qualquer hora, fosse às doze horas da noite ou as duas da madrugada e não tínhamos essas travas que temos hoje com o Mercosul. Então onde está o sentido da integração? [...].²⁷⁵

Na mesma linha de pensamento, um morador de *Andresito* também argumenta que no contexto do Mercosul existem ainda muitas travas burocráticas entre os dois países, travas que recaem diretamente sobre as interações materiais e imateriais promovidas pelos fronteiriços. Para ele, a zona fronteira, enquanto região vivida, com relações comerciais, sociais, culturais de ambas as partes, não tem sido considerada pelos Estados nacionais. Assim, ao invés de os Estados promoverem um avanço no contexto da integração regional sociocultural, observa-se o contrário em função de controles retrógrados, que em sua opinião já deveriam ter sido suprimidos. Em suas palavras:

Lamentavelmente, mesmo com o Mercosul, o que vemos são ainda muitas travas, trâmites burocráticos entre Brasil

²⁷⁵Entrevista realizada em *San Antonio* com o secretário do Intendente da Prefeitura de *San Antônio*, agosto de 2008.

e Argentina. Travas ridículas, absolutamente ridículas, produto de uma estrutura de órgãos públicos retrógrados com algumas normas que ficaram da época das Colônias e que já deveriam estar superadas, mas estão cada vez pior e geram conflitos para os moradores da fronteira. Vou te dar um exemplo: eu tenho muitos amigos em Capanema. Num sábado à tarde um amigo meu saiu de Capanema para vir me visitar, passear aqui em Andresito. Ele veio com o genro e dois netos, ou seja, avô materno, netos e o pai das crianças. Quando chegaram na alfândega argentina foram impedidos de passar pra cá, porque o pai das crianças não tinha uma permissão escrita da mãe que lhes dava *permiso* para as crianças sair do país acompanhadas só pelo pai. Então esse meu amigo passou pelo constrangimento e pela desconfiança, voltou indignado, as crianças voltaram chorando porque queriam vir para Andresito! O cara mostrou todos os documentos, é conhecido, tem endereço em Capanema, um cidadão de Capanema, não era um carioca, estou falando de alguém com filhos e sogro em Capanema! Eu sei que normas de segurança são fundamentais, nossos países são alvos permanentes de roubo de crianças para prostituição, para pornografia infantil e tudo mais, mas também acho que existe o sentido comum. Não pode ser que todo mundo sejamos delinquentes para a lei, porque na realidade nossas constituições falam de que todo mundo é inocente até demonstrar o contrário; então nesse caso você já é culpado antes! Então essa é uma situação bastante complicada e que leva a um conflito! Gera sentimentos de raiva e indignação, mas por que esses sentimentos? Porque ele não queria entrar na Argentina para um delito, quem comete delitos não fica indignado, quem fica indignado é o cidadão íntegro e não o delinquente, [...].²⁷⁶

Na verdade, antes do Mercosul as interações transfronteiriças materiais e imateriais eram mais fluidas, em parte pela fraca fiscalização dos Estados nacionais; mas com a integração regional, segundo a pesquisa de campo, os Estados nacionais passaram a atuar mais efetivamente sobre aquele espaço, uma atuação muito mais repressiva do que de orientação, e isso obviamente fomenta conflitos. Por exemplo, antes da crise econômica argentina e da desvalorização

²⁷⁶Entrevista realizada com um funcionário da prefeitura municipal de *Andresito*, em agosto de 2008.

do peso, os fronteiriços residentes no lado argentino dependiam totalmente do lado brasileiro na parte comercial. Obviamente que a desvalorização da moeda brasileira em relação à moeda argentina ao longo de vinte anos os favorecia, tanto que o próprio comércio do lado argentino, sem clientes, acabou por fechar as portas, e os próprios comerciantes compravam no lado brasileiro. Assim, os fronteiriços argentinos compravam desde produto de consumo corrente até materiais de construção, eletrodomésticos, sementes agrícolas, produtos agroveterinários, enfim, dependiam totalmente do comércio brasileiro. Aliás, segundo a pesquisa de campo, o comércio brasileiro atraía fluxos de praticamente todos os departamentos da província de *Misiones*. Na época a Gendarmería estabelecera um *cupo* de até 150 dólares, um valor de compra sem impostos e sem restrições sanitárias ou ao tipo de produto ou mercadoria que poderia entrar naquele país, como explica uma engenheira florestal, diretora-chefe do INTA de Bernardo de Irigoyen.

Antes do Mercosul, nós trazíamos tudo do outro lado. Havia controles, pero não havia tantas travas como hoje. Tínhamos um cupo, podíamos comprar materiais de construção, eletrodomésticos, podíamos comprar de tudo com o cupo. Assim, como na maioria das casas dessa zona, em minha casa também tenho quase todos os eletrodomésticos comprados no Brasil, fogão, geladeira, frízer, cozinha, quase tudo. Agora nos sacaram o cupo e não podemos trazer mais nada do Brasil, isso em tempos de Mercosul (risos). Pode trazer, mas tem um imposto pra pagar e antes com o cupo não tínhamos imposto nenhum! Então hoje para eu comprar um eletrodoméstico, ou material de construção, tenho que ir para Eldorado e aí pago um frete absurdo porque estamos a 120 quilômetros de Eldorado, enquanto aqui seria só atravessar a rua. Mesmo com o peso desvalorizado, muitos eletrodomésticos são muito mais baratos no Brasil do que aqui. Diante disso nos sentimos muito mal e não temos a quem recorrer, porque são nossos países que baixam essas travas. Aqui tem uma contradição, porque os caminhões vêm do Brasil e daqui vão pra lá, agora nós não podemos mais comprar onde nos favoreça. Isso acaba criando um clima de tensão porque ficam barrando tudo entre nós. Então, creio que o morador da fronteira deveria beneficiar-se, deveria ter passe livre, porque estamos integrados desde a fundação dessas cidades, por mais que

sejamos dois países diferentes, essa zona em realidade é um território que une os dois lados, porque o povo é uma mescla dos dois países. Nossas rádios, por exemplo, estão todos os dias uma fazendo propaganda pro outro, elas não tem territórios. [...].²⁷⁷

Para muitos fronteiriços, notadamente das cidades gêmeas, no contexto atual não faz sentido, por exemplo, impedir que os habitantes do lado argentino comprem materiais de construção ou eletrodomésticos, dentre outros produtos no lado brasileiro, obrigando-os a buscá-los a mais de 80 quilômetros e encarecendo-os ainda mais com os fretes, enquanto no lado brasileiro não teriam fretes e poderiam comprar a um preço menor. Por outro lado, muitos fronteiriços residentes no lado brasileiro, notadamente nas cidades gêmeas conurbadas, reclamam que não podem visitar seus amigos, afilhados ou parentes, pois se ultrapassarem o perímetro urbano das cidades argentinas, são obrigados a ter a carta verde, um seguro internacional que cobre acidentes contra terceiros, seguro que não tem no Brasil, mas desde 2000 é obrigatório na Argentina. Além disso, os veículos brasileiros em trânsito no lado argentino devem ter cones de trânsito, correntes e capa mortuária, itens obrigatórios a serem utilizados em caso de acidentes no território argentino. Para os moradores das cidades gêmeas, tais exigências são descabidas e implicam a circulação cotidiana dos fronteiriços entre as cidades gêmeas e os municípios fronteiriços. Diante disso, reivindicam que os habitantes fronteiriços tenham liberdade de circulação num raio de até 60 a 70 quilômetros, onde possam transitar com seus veículos sem as restrições das regras impostas aos turistas ou não residentes na fronteira. Na verdade, segundo a pesquisa de campo, chegamos à mesma conclusão que Machado (2005, p. 266) de que *“se adote um marco regulatório único para as cidades gêmeas, em moldes similares ao que foi feito para a fronteira Rio Grande do Sul-Uruguai, sendo o documento de cidadão transfronteiriço obviamente restrito àqueles domiciliados nas cidades gêmeas, podendo ser renovado anualmente”*. Estamos de pleno acordo com a autora, mas pensamos que esse documento do fronteiriço deve ser estendido a todos os habitantes dos municípios na confluência do limite e não

²⁷⁷Entrevista realizada com uma engenheira florestal, diretora do INTA de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

somente nas cidades gêmeas, por se constatar que as interações materiais e imateriais não se restringem às cidades gêmeas, embora ali elas sejam obviamente mais densas e frequentes.

Com a integração regional emerge uma nova ordem de questões. As zonas fronteiriças, espaços politicamente marginalizados e discriminados, no contexto atual são chamadas a cooperar com a integração regional que busca espaço no cenário econômico mundial. Assim, sobre as zonas fronteiriças emergem distintos interesses regionais e extrarregionais, interesses que afetam a circulação dos fronteiriços e comprometem as alianças informais estabelecidas entre um lado e outro do limite. Diante disso, toma corpo o discurso de que os controles aduaneiros são hoje flexibilizados aos mercados de importação\exportação, porém enrijecidos sobre as interações materiais e imateriais historicamente tecidas entre sujeitos fronteiriços. Alguns fronteiriços chegam mesmo a pensar que organismos nacionais de controle no local estariam boicotando os próprios projetos de integração cultural colocados em curso na zona fronteiriça pelos governos nacionais. Um exemplo bastante citado é o Projeto Escolas Bilíngues Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen, onde professores e alunos que participam daquele projeto intercultural se deparam frequentemente com travas burocráticas na mobilidade entre uma escola e outra.

10.3. O projeto escolas bilíngues entre Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen

Sem aprofundar a questão, pois exigiria mais tempo, o projeto escolas bilíngues é um projeto intercultural entre o Brasil e a Argentina, firmado em 2004, num acordo de cooperação entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina, visando a fortalecer a integração regional por meio da educação e cultura em cidades gêmeas. Em 2005 foi lançado o projeto piloto na Escola Estadual de Educação Básica Theodoro e na *Escuela Mayor Juan Carlos Leonetti*, ambas nas cidades de Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen. (ver **Figura 58**). O bilíngue foi implantado somente nas primeiras séries do ensino fundamental e a cada ano se estenderá gradativamente às outras séries do ensino fundamental e médio. O bilíngue foi também implantado nas cidades gêmeas de

Uruguaiana\Paso de Los Libres e Foz do Iguaçú\Puerto Iguazú e outras cidades do Rio Grande do Sul. Entretanto, no começo de 2010, as escolas de Foz do Iguaçú\Puerto Iguazú, inexplicavelmente, já abandonaram o projeto bilíngue.



Embora tenha seus méritos dentro da integração regional, pode-se dizer que o bilíngue já começou com vários problemas. É sabido que em zonas fronteiriças historicamente ocorre um natural bilinguismo informal, pelos contatos sociais cotidianos, em que se misturam palavras, mesclando duas ou mais línguas, uma questão cultural que deve ser considerada, pois faz parte da própria cultura das zonas fronteiriças e que aparentemente não tem sido discutida dentro do bilíngue. Se considerarmos que a zona fronteiriça é um conjunto socioterritorial formado pelos dois lados do limite internacional onde ocorrem múltiplas interações materiais e imateriais, é possível questionarmos por que um projeto visando à integração sociocultural foi implantado apenas em duas cidades desse segmento fronteiriço e apenas em duas escolas nas cidades de Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen. Inexplicavelmente, a

cidade de Barracão, que forma par com Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen e que compartilha da mesma malha urbana, não participa do projeto bilíngue, o que parece não fazer muito sentido até mesmo para os professores que participam daquele projeto, como evidencia o depoimento abaixo.

O projeto bilíngue foi implantado agora na conjuntura do Mercosul e acredito que veio para que a população se integre mais culturalmente, mas de todas as escolas aqui das três cidades, somente a nossa e a Theodoro tem o bilíngue, isso parece não ter muito sentido. Eu acredito que isso que estamos fazendo é resgatar o que tínhamos antigamente, mas como vamos chegar a isso só com duas escolas e se temos ainda muitas travas pra tudo dentro do Mercosul? [...].²⁷⁸

As cidades gêmeas conurbadas de *San Antonio*\Santo Antônio do Sudoeste estranhamente também não participam do bilíngue. Segundo a pesquisa de campo, essas duas cidades não participam do bilíngue porque não são consideradas cidades gêmeas. Aliás, uma das críticas dos fronteirizos em relação a técnicos e funcionários dos governos nacionais e estaduais que chegam à zona fronteira para ministrar cursos de orientação ou capacitação, ou até mesmo para fazer diagnósticos com vistas a implantar projetos, integrados ou não, desconhecem até mesmo o conceito de cidades gêmeas. A esse respeito, é interessante observarmos o depoimento da Secretária de Cultura e Turismo de Santo Antônio do Sudoeste:

Aqui não temos a mesma integração que Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen. Por exemplo, lá tem escolas bilíngues, aqui não temos; lá tem aduana integrada, aqui não temos; porque aqui as cidades não são caracterizadas como gêmeas. Na quinta-feira passada tivemos uma reunião em Capanema, lá estavam três palestrantes e um deles era o Rafael, do Ministério da Integração Nacional, que veio para dar uma palestra para dizer quais os projetos que existem dentro do Ministério da Integração para a faixa de fronteira e cidades gêmeas. Ele iniciou sua palestra dizendo que uma fronteira tem uma faixa de 150 quilômetros, ele também falou das cidades gêmeas e, quando nós o questionamos do porquê de Santo Antônio do Sudoeste ter ficado fora de projetos

²⁷⁸Entrevista realizada com uma professora de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

do Ministério da Integração Nacional, ele respondeu que Santo Antônio do Sudoeste não era cidade gêmea. Explicamos pra ele nossa realidade e perguntamos quais os critérios para caracterizar cidades gêmeas, mas ele não soube responder. O que a gente percebe é que essas pessoas que vêm falar de fronteira elas são limitadas, porque nós vivemos o dia a dia da fronteira, eles não. Eles têm aquela coisa teórica, mas não têm noção de como se vive na fronteira. E tudo vem de cima para baixo, então tomam decisões lá em cima sem nos consultar e pior sem conhecer nossa realidade. Depois eu sentei ao lado dele para explicar melhor nossa realidade, disse a ele que parte de nosso município tem linha seca e parte tem o rio Santo Antônio, falei sobre como são as cidades e ele me disse: - '*eu não sabia dessas características*', [...].²⁷⁹

Embora o projeto bilíngue seja considerado um bom exemplo de integração cultural envolvendo escolas dos dois países, pois amplia horizontes sobre a cultura do vizinho e evita que alunos, futuros cidadãos do Mercosul, tenham idéias etnocêntricas, verificam-se muitas críticas relacionadas ao seu andamento. Apesar de ser um projeto nacional ele está sendo conduzido, em parte, pelas Secretarias de Educação do Estado de Santa Catarina e da Província de *Misiones*, pois foi implantado em escolas públicas do estado e da província. Como qualquer outro projeto, esse também apresenta problemas em função da adaptação do novo, mas existem situações em que docentes e diretores dependem de respostas ou pareceres das Secretarias de Educação do estado\província ou dos Ministérios Nacionais de Educação. Porém quando buscam respostas para problema naqueles organismos de educação, um passa o problema para o outro. Nesse jogo de empurra\empurra um problema que poderia ser de fácil solução fica sem resposta, enquanto docentes e diretores que participam do bilíngue se sentem desamparados e não raro sem saber a quem recorrer para resolver os problemas que se vão se apresentando.

Sentimo-nos um pouco só, falta comunicação e informações! Eu chamo isso de pouca seriedade. Me parece que as autoridades não levam a sério nosso trabalho, é como se não quisessem que o projeto bilíngue

²⁷⁹Entrevista realizada com a Secretária da Cultura e Turismo de Santo Antônio, agosto de 2008.

se concretizasse. Essa é a sensação que tenho. Falta de compromisso de nossas autoridades. São questões ligadas às normas de nossos países. Nós, os professores, aqui nos sentimos muito pressionados e não contamos com o apoio necessário, por isso digo, a mim me parece que as autoridades estão vendo o projeto com pouca seriedade, com pouco compromisso. [...].²⁸⁰

Embora reconheçam a importância do projeto, entre os professores flui o discurso de que o projeto bilíngue foi praticamente jogado de cima para baixo e não foram consideradas questões locais importantes para que o projeto avance, como, por exemplo, transporte e segurança aos professores e alunos de uma escola a outra. Aliás, uma das críticas mais evidenciadas está ligada exatamente à ausência de transporte público para os alunos irem de uma escola à outra. Além disso, existem implicações ligadas ao trânsito dos professores. Duas vezes por semana os professores da escola argentina se deslocam para trabalhar na escola brasileira, e professores da escola brasileira vão trabalhar na escola argentina. Como não há transporte público para fazer o trajeto entre as duas escolas, esses deslocamentos semanais se fazem com seus próprios veículos e, ao passar pelo posto de controle, muitas vezes ficam retidos em filas de fiscalização por mais de meia hora, o que implica atrasos nas escolas e causa estresse e frustração nos professores, que ficam impotentes diante dessa burocracia em seus deslocamentos. Os professores reclamam que não existe nenhum seguro de vida que os cubra em caso de acidentes fora da escola em que trabalham e fora de seu país, o que os preocupa. Somado a isso, as chamadas telefônicas entre as duas escolas são chamadas internacionais e as escolas não recebem verbas para pagamento de ligações telefônicas internacionais, cabendo aos professores ou diretores das escolas pagarem tais ligações ou então se deslocarem de uma escola a outra para se comunicarem ou marcarem reuniões. Mas as chamadas telefônicas ocorrem também para *Posadas* e Florianópolis, nas Secretarias de Educação, pois existem questões que devem ser discutidas entre os envolvidos no projeto, e isso corresponde a gastos que as próprias escolas muitas vezes não dispõem. Nesse caso, a

²⁸⁰Entrevista realizada com uma professora de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

internet, seria um meio de fácil comunicação, porém, segundo a pesquisa de campo, nem sempre funciona.

Aqui o acesso à internet é muito ruim, tem dias que não tem como acessar. Agora estou pensando em comprar um modem móvel da Claro do Brasil para ter acesso à internet em minha casa. Mas o problema é que para comprar no Brasil necessito de um CPF, senão não me vendem. O que eu posso fazer é pedir para um amigo brasileiro que o compre em seu nome e passe ele para mim, estou vendo isso [...]. Nós aqui já fomos várias vezes nas empresas de internet do Brasil para ver se podiam nos assistir, eles até querem, mas o que passa é que o provedor daqui não permite que os de lá do Brasil nos assista aqui, então a população paga sempre pelas burocracias. Os políticos não vêem essa realidade, são bons para discursos nada mais [...].²⁸¹

Além dos problemas de adaptação ao novo projeto, o que se observa ali é uma grande problemática inerente aos controles fiscais ainda muito burocráticos sobre a circulação de um lado ao outro do limite, e isso não atinge somente a mobilidade de professores e alunos que participam do projeto escolas bilíngues, mas os fronteiriços de modo geral. No caso de professores e alunos, mesmo sendo uma fronteira seca e tendo possibilidades de atravessar de um lado ao outro sem passar pela fiscalização, os professores que acompanham alunos menores de idade e sem a presença dos pais não podem passar fora dos controles oficiais, pois se assim o fizessem e viesse a ocorrer algo a um aluno, pela legislação de ambos os países a responsabilidade recairia sobre a escola e os professores, que poderiam ser acusados facilmente de sequestro de crianças, correndo o risco de perderem seus cargos e até mesmo serem presos. Por outro lado, os pais que poderiam acompanhar os filhos na passagem dos controles raramente podem fazê-lo em função do trabalho. Essa é uma problemática que pode abrir vários debates, mas no local está emperrando o avanço do bilíngue.

Embora o problema seja constatado em ambos os lados do limite, segundo professores argentinos ele é muito mais acentuado no lado argentino, onde o controle migratório está a cargo da GNA. Como não existe ainda um acordo oficial entre os dois países sobre

²⁸¹Entrevista realizada com uma moradora de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

essa questão local, professores e alunos são obrigados a passar por todas as formalidades, até porque as escolas também são instituições oficiais, razão pela qual devem cumprir todas as regras ao passar com alunos de um país ao outro. Diante de tal situação, segundo professores argentinos, desde o começo do projeto bilíngue (2005), “nunca foi possível levar uma turma inteira de alunos para a escola do lado brasileiro, porque a escola nem sempre consegue autorização por escrito dos pais, que muitas vezes não se encontram no local”. De fato, um dos problemas constatados em Bernardo de Irigoyen, assim como nas demais cidades gêmeas, é a ausência de empregos. A maioria dos chefes de famílias residentes em Bernardo de Irigoyen, por exemplo, tem buscado empregos temporários em outras cidades da província e até mesmo fora dela. O exemplo mais citado é o dos *obreros*, cortadores ou plantadores de árvores, frequentemente contratados por empresas que exploram a madeira e fazem reflorestamento.

Assim, muitos pais de família vão trabalhar até 600 quilômetros ou mais distante de Bernardo de Irigoyen, onde permanecem por até 120 dias longe dos filhos e quando retornam é para ficar no máximo dez dias em descanso, retornando em seguida ao trabalho. Esse problema é de conhecimento público em Bernardo de Irigoyen, inclusive dos organismos de controle dos Estados nacionais no local. Mas infelizmente, não tem sido considerado no momento do traslado dos alunos da escola argentina para o lado brasileiro, pois o controle migratório exige documentos datados e assinados pelo pai e pela mãe permitindo que o filho (a) vá com seu professor para a escola brasileira. Segundo o diretor da *Escuela Mayor Juan Carlos Leonetti*, de Bernardo de Irigoyen, de todos os problemas enfrentados dentro do bilíngue, o que mais tem criado conflitos, a ponto de professores se questionarem se vale a pena levar adiante o projeto, tem sido os trâmites burocráticos da fiscalização, notadamente dos controles migratórios.

O projeto bilíngue é um programa intercultural do qual participam essa escola e a escola Theodoreto e a nossa. É a primeira experiência que se implantou entre Brasil e Argentina com essa modalidade. No passado, aqui nessa escola muitos brasileiros estudaram, a escola estava ali onde hoje tem o controle migratório. Pelo que a gente ouve dos antigos moradores, não tinha problemas, havia uma integração plena. Hoje, com esse projeto dentro do

Mercosul, tem a parte boa e tem a parte ruim. O grande inconveniente, que de certa forma gera conflitos, continua sendo o *cruce*, a passagem dos alunos. Quando os docentes se reúnem eles planejam projetos e se desenvolve esse projeto em conjunto. Quando se finaliza o projeto se faz um encontro de séries no qual cada professor e cada aluno mostra seu trabalho. Mas, o inconveniente é para passar os alunos daqui para lá, porque não conseguimos autorização necessária para todos os alunos. Os docentes brasileiros conseguem mais facilmente trazer seus alunos de lá para cá. Nós temos mais problemas, porque a maioria de nossos alunos vive somente com a mãe ou vive somente com o pai ou com uma avó, e necessitam de autorização dos dois pais. Isso requer um documento da justiça e tem um *arancel* que deve ser pago para realizar esse trâmite. A força local assume sua responsabilidade de não cobrar das famílias abaixo do nível econômico, os mais humildes, mas é preciso a autorização, tanto do pai quanto da mãe. A migração não deixa professores atravessar a fronteira com menores de idade que são os filhos de outros. Por isso a necessidade de autorização que o aluno fulano de tal irá ao Brasil no lugar tal em companhia do professor tal e aí os pais assinam o documento e podem passar, [...]. É lamentável que ainda tenhamos essas travas, e por isso não se pode cumprir um projeto bilíngue como gostaríamos. [...].²⁸²

Se houvesse diálogo por parte de organismos de controle nacionais a questão até poderia ser resolvida por acordos locais entre os próprios municípios, mas por ser um projeto dos governos nacionais e conduzido, em parte, pelas secretarias de educação do estado/província, aparentemente não tem sido feito muito esforço para solucionar um problema que gera conflitos locais e atinge um projeto de integração cultural que é de interesse dos próprios governos nacionais. Enquanto não houver um acordo político oficial, documentado e registrado entre os dois países, que permita o trânsito de alunos e professores de uma escola a outra, considerando questões locais, como a ausência dos pais, e sem passar por toda a burocracia dos controles fiscais e migratórios, nem agentes aduaneiros, nem

²⁸²Entrevista realizada com diretor da *Escuela Mayor Juan Carlos Leonetti* de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

Gendarmería e nem polícia federal podem descumprir as leis vigentes em cada um dos países, sob pena de serem demitidos de seus cargos por descumprir as leis que regem cada país. Segundo o Inspetor da Receita Federal brasileira em Dionísio Cerqueira, nas reuniões do Mercosul já existem discussões sobre a implantação de um cartão fronteiriço para os residentes nas cidades gêmeas. Porém, devido a uma série de questões burocráticas e até de diferenças nas legislações, tal projeto ainda pode demorar. Na verdade, os Estados nacionais poderiam facilitar a criação de mecanismos legais e administrativos em cidades fronteiriças, sobretudo frente ao Mercosul. Machado tem razão ao argumentar que,

[...] é morosa a reação do Estado à nova situação. A morosidade de atuação na escala local pode ser explicada pela impossibilidade jurídica a priori do que constitui uma zona/região de fronteira. É necessário coerência para que não sejam atropeladas as funções legais e de controle, com a função fiscal que se pretende amenizar ou eliminar. Mas essa coerência é burocrática, sem agilidade nem flexibilidade para resolver os problemas cotidianos de comunidades com frequência artificialmente repartidas [...]. (MACHADO, 2005, p. 258).

Por parte da GNA, a justificativa para o rigor dos controles migratórios é que, assim como as cidades de *Puerto Iguazu*\Foz do Iguazu\Cuidad Del Leste, esse segmento de fronteira também vem sendo muito visado para tráfico de drogas e de crianças. Por isso, segundo o Comandante da GNA de Bernardo de Irigoyen, há grande preocupação com sequestro de crianças, hoje muito utilizadas para pornografia infantil e até para a retirada de órgãos humanos, daí a necessidade de seguir rigorosamente todas as normas da política migratória. Embora plausível, a justificativa pode ser questionável, pois em se tratando de um projeto nacional que visa à circulação de alunos acompanhados de professores, deveria haver maior compreensão e boa vontade da parte dos organismos de controle nacionais. Na visão do diretor da escola de Bernardo de Irigoyen os alunos não podem ser penalizados por viverem frente ao Estado em estado marginal, de não viverem com seus pais, de terem muitos problemas sociais.

Nós aqui desta escola estamos fazendo tremendo esforço para darmos a oportunidade para que todos os alunos participem do bilíngue, porque seria demasiada injustiça

por parte da escola não tentar dar essa oportunidade aos alunos mais humildes, por isso, em muitas situações, como o do traslado dos alunos, nós é que temos pagado de nosso próprio bolso esse traslado. Estamos tratando resolver problemas que deveriam ser tratados pelo nacional, porque essas crianças que tem tanta má sorte de viver dessa maneira e nessa situação sem que nada nem Estado e nem família façam algo, pelo menos nós dizemos que estamos fazendo o possível e o impossível para ajudar para que elas possam compartilhar dessa experiência que é o bilíngue. Mas se fossemos pensar em todos os gastos e problemas que o bilíngue nos trouxe, não faríamos, [...].²⁸³

Na verdade, a questão do transporte de uma escola a outra também poderia ser facilmente resolvida se houvesse boa vontade entre os organismos de controles nacionais no local. Além disso, se os Estados nacionais eliminassem certos trâmites ainda vigentes poderiam legalizar um linha de transporte público internacional que favorecesse não apenas alunos das escolas que participam do bilíngue, mas também a população fronteiriça de modo geral, sobretudo das cidades gêmeas. Além disso, os organismos de controle no local poderiam doar um ônibus ou van para fazer o transporte internacional, pois tanto o pátio da Receita Federal quanto o pátio da GNA estão cheios desse tipo de veículos, apreendidos no contrabando e raramente contrabandistas voltam para retirá-los. Existem outras situações que poderiam ser resolvidas no local, sem a necessidade de recorrer a Buenos Aires ou Brasília, como mostra o depoimento abaixo:

[...] aqui temos a aduana integrada: agora recentemente foram implantadas as escolas bilíngues, o que eu acho ótimo! Mas, infelizmente para o cidadão comum não há integração. Vou te dar um exemplo: eu estou com uma sindicância de uma senhora argentina que está pedindo pensão no INSS. Ela era casada com um brasileiro, então o marido morreu, e ela viveu com ele 40 anos e não pediu naturalização brasileira, mas vivia com o marido aqui. Quando ele morreu, ela foi fazer o pedido da pensão no INSS, eles responderam: não, nós não podemos pagar porque não é brasileira. Então ela veio aqui na Polícia

²⁸³Entrevista realizada com diretor da *Escuela Mayor Juan Carlos Leonetti de Bernardo de Irigoyen*, agosto de 2008.

Federal para dar entrada ao processo de naturalização. Esse processo é demorado, entra aqui, vai pra Brasília, volta e tem que cumprir mais burocracias. Então essa mulher está precisando de 380,00 reais pro dia a dia dela, não tem de onde tirar e não sabe se vai receber e quando vai receber. Por que tem que ir pra Brasília ou Buenos Aires se nós podemos resolver aqui? É esse tipo de coisa que você vê que não funciona pro cidadão da fronteira [...]. Como esse caso, temos outros, porque nessa região as pessoas não ligam pra certas formalidades e às vezes não têm conhecimento, não sabem, então as coisas complicam mais tarde. E a coisa só é resolvida no macro, esquecem do coitado que mora aqui e que precisa de coisas simples, coisas menores [...] ²⁸⁴.

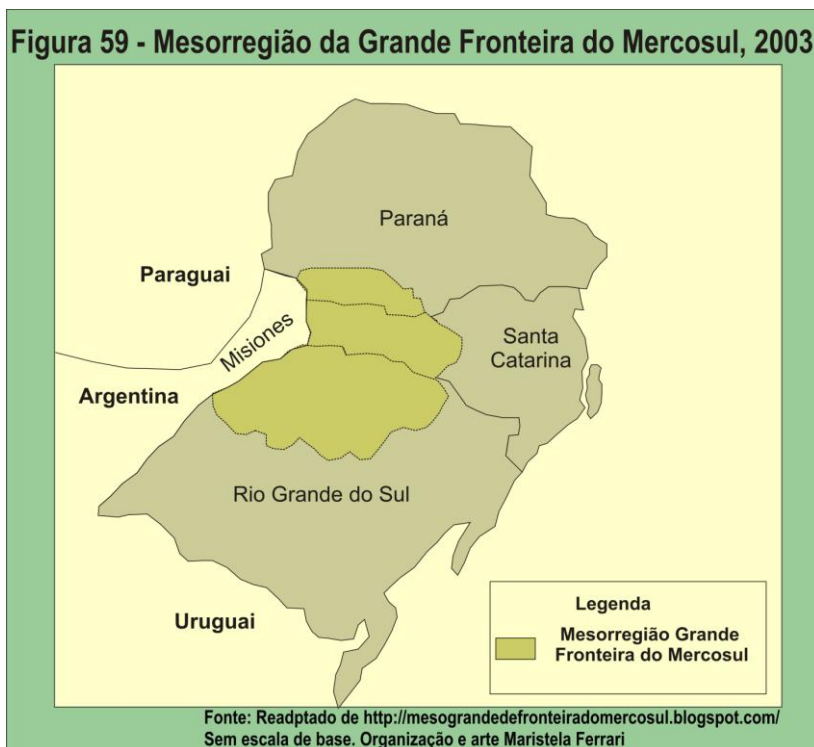
Segundo Machado (2005), no contexto atual as cidades gêmeas são alvo de projetos políticos integrados, porém muitos desses projetos nascem nos centros políticos decisórios e parecem focar muito mais o benefício geral econômico em detrimento dos habitantes fronteiriços. É interessante notar que desde 2003 a zona fronteira brasileira faz parte de um projeto do Ministério da Integração Nacional para implantar programas de desenvolvimento regional. Esse programa contempla a chamada Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (ver **Figura 59**) e abrange o oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e norte do Rio Grande do Sul, regiões localizadas dentro da faixa de fronteira limítrofes com a Argentina e envolve 381 municípios, numa área total de 139 mil quilômetros, com população de 3,7 milhões de habitantes.

Embora seja um programa recente e direcionado às regiões historicamente deprimidas, percebe-se que a zona fronteira continua sendo excluída de políticas de desenvolvimento econômico e social, porque a aplicação de investimentos ainda tem priorizado lugares mais centrais e desenvolvidos. Ou seja, o centro continua sendo o centro de investimentos. Em situação pior encontra-se o lado argentino, pois o poder político e econômico é muito mais centralizado que o lado brasileiro, o que inviabiliza inclusive iniciativas locais que objetivam projetos oficiais de integração.

²⁸⁴ Entrevista realizada com um agente da polícia Federal brasileira em Dionísio Cerqueira em janeiro de 2007.

Aparentemente, o ilegal continua sendo muito mais aceitável pelo nacional.

Figura 59 - Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, 2003



11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou das interações transfronteiriças num segmento da fronteira brasileiro-argentina localizada no conjunto do extremo-oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones (século XX e XXI). Buscamos mostrar que a zona fronteira é um meio geográfico particular, onde ocorrem interações transfronteiriças materiais e imateriais, notadamente entre cidades gêmeas. Nessas cidades a lógica de organização e seu funcionamento social diferem das demais cidades não fronteiriças e por isso necessitam de políticas públicas diferenciadas. Assim, nos dois primeiros capítulos, de base teórica conceitual, analisamos como o conceito de fronteira foi sendo construído e quais os novos significados incorporados ao seu conteúdo, notadamente no contexto atual das integrações regionais e da globalização. Trata-se de uma revisão teórico-conceitual importante que nos permitiu mostrar que o estudo das fronteiras ocupa lugar importante na história da geografia. Ainda que o conceito de fronteira estivesse inicialmente mais ligado à política, o estudo das fronteiras não se faz mais hoje unicamente pelo seu viés político, mas também sob uma perspectiva da geografia humana e cultural, considerando também os sujeitos fronteiriços e as relações que estabelecem entre um lado e outro do limite.

Mas, enquanto objeto geográfico de estudo a fronteira pode ser examinada também sob outras perspectivas, que dependem do olhar do pesquisador, podendo trazer novo senso ao seu conteúdo, pois os conceitos são recriados pelos olhares humanos e variam de uma época para outra. Aqui nós analisamos um segmento da zona fronteira brasileiro-argentina mais sob o aspecto da geografia humana e cultural, ou seja, aproximando-nos mais da escala local e, por conseguinte, dos sujeitos fronteiriços para compreender sob quais condições se estabelecem interações transfronteiriças, qual a natureza e as escalas das interações e que atores as mobilizam.

No capítulo três, mostramos como os Estados nacionais instituem uma fronteira linear, neste caso entre Brasil e Argentina a partir da Questão de Palmas ou *Misiones*. Essa análise nos permitiu mostrar sob quais condições político-econômicas o atual conjunto do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones* tornou-se região fronteira. Nos capítulos seguintes mostramos como os sujeitos fronteiriços vão se apropriando da

fronteira linear e como vão retrabalhando o espaço dividido por meio de inúmeras interações materiais e imateriais, criando outro espaço que envolve os dois lados do limite internacional. Isso nos mostra que o conceito de fronteira, remetendo a um rígido fechamento do território, não impede interações transfronteiriças, por isso ele não dá mais conta de explicar todos os fenômenos inerentes à fronteira, como, por exemplo, fenômenos sociais e culturais e de como a fronteira vai sendo apropriada cotidianamente pelos grupos sociais que a costeiam. Na verdade, a fronteira pode ser apreendida por duas visões, uma do centro, pelo viés do Estado nacional que fecha seu território com fronteiras rígidas, reforçando uma visão de alteridade entre duas identidades nacionais, e a outra pelo estudo dos agrupamentos humanos situados na confluência do limite. As cidades gêmeas são exemplos ricos de tais agrupamentos que se organizam por um sistema de interações materiais e imateriais, onde ocorrem trocas locais em oposição às normas advindas do poder central das escalas nacionais.

Obviamente que a fronteira política exerce influência sobre as populações fronteiriças, o que é bem visível nas cidades gêmeas, onde os Estados nacionais procuram materializar a linha fronteiriça com a presença de símbolos nacionais, como bandeiras, fiscais aduaneiros, polícia e outros, para dar visibilidade e materialidade à linha fronteiriça, procurando sempre interromper alianças ou práticas informais estabelecidas entre grupos sociais que costeiam o limite internacional. Desse modo, as cidades gêmeas são organizadas por dois sistemas com lógicas muitas vezes opostas: um nacional e outro local. É exatamente essa incoerência entre duas lógicas espaciais que normalmente provoca conflitos entre a escala local e a nacional, mas é também por essas duas lógicas que a zona fronteiriça torna-se lugar singular. Por exemplo: de um lado a fronteira rígida e fixa fechando o território nacional apoiada sobre a ideia de pertencimento ao território nacional; do outro lado os grupos sociais que constroem outro território organizado pelas trocas e alianças informais e que se apoiam sobre um sentimento de pertencimento ao local.

O encontro desses dois sistemas dentro de um mesmo espaço geográfico, como, por exemplo, em cidades gêmeas conurbadas, à primeira vista pode nos levar a pensar na existência de conflitos identitários: brasileiros versus argentinos. Mas quando nos aproximamos mais da fronteira e dos sujeitos fronteiriços com

múltiplas identidades, percebe-se, em parte, que a fronteira linear com função de corte e separação entre dois territórios nacionais, vai sendo retrabalhada ou costurada pelos fronteiriços por meio de inúmeras trocas que se operam cotidianamente. As alianças matrimoniais geram a mescla e promovem quase uma continuação identitária. Aliás, os sujeitos fronteiriços resultados dessa mescla ou não, em muitos aspectos se definem como sujeitos internacionais, não negam suas identidades nacionais, mas jogam com elas para justificar práticas informais comuns condenadas como transgressivas dos territórios nacionais.

Desse modo, a fronteira linear vai sendo cotidianamente costurada e apropriada pelas populações fronteiriças e, em muitos aspectos, em vez de reforçar a alteridade ela reforça trocas e alianças informais, induzindo aproximações e não a separação. Portanto, a zona fronteiriça, longe de ser exclusivamente espaço dos limites políticos territoriais, é espaço também da mescla, da mistura, combinando inclusive lógicas espaciais diferentes: uma fazendo referência ao nacional, e a outra, ao local. É lugar particular onde emergem confrontos entre as duas escalas até para melhor se adequarem uma à outra. A integração físico-social das cidades geminadas ilustra um exemplo: enquanto os Estados nacionais tentam de todas as formas manter a separação, o local se organiza para manter um sistema de integração. Só para citar um exemplo, a construção de todas as pontes internacionais entre as cidades gêmeas desse segmento fronteiriço foi iniciativa dos locais sem qualquer autorização dos Estados nacionais, portanto uma ilegalidade, uma violação territorial. Tais construções geraram conflitos entre interesses locais e nacionais e mobilizaram inclusive a imprensa dos centros nacionais, gerando discursos com visões nacionalistas particularizadas e até troca de acusações. O conflito cessou com a legalização de tais construções: o que era ilegal tornou-se legal aos Estados nacionais.

Portanto, os grupos sociais retrabalham o espaço dividido e unem os territórios divididos, organizam novo espaço, como, por exemplo, aquele das cidades gêmeas onde as normas nacionais colocadas nessas cidades são por vezes aceitas e por vezes transgredidas em função da própria organização de tais cidades e da própria história de vida dos fronteiriços, em muitos aspectos construídas à margem dos Estados nacionais. A zona fronteiriça não

é mais lugar apenas da linha, é também lugar dos fronteiros ligados por interações materiais e imateriais historicamente tecidas entre um lado e outro do limite, por isso o estudo da fronteira se inscreve também dentro de uma geografia social e cultural.

O estudo empírico de quatro pares de cidades gêmeas revelou que a lógica de organização e funcionamento social difere das cidades não fronteiriças e permitiu mostrar igualmente que as interações transfronteiriças não são apenas materiais, mas também imateriais, animadas por diversos atores situados em diferentes escalas de poder e de competências. Desse modo, pode-se pensar a zona fronteiriça como um subsistema espacial onde interferem atores, decisões e efeitos territoriais de diversas escalas, (locais, regionais, nacionais e supranacionais). Nesse encaixamento de escalas uma decisão tomada em determinada escala e impulsionada por determinado ator pode ter importantes consequências para outra escala e sobre outros atores. Por exemplo: as constantes medidas sanitárias impostas pela União Europeia aos países exportadores ilustra esse contexto. Tais medidas sanitárias revelam que uma decisão tomada por atores na escala da União Europeia se reflete tanto escala regional, como, por exemplo, do Mercosul, quanto na escala da zona fronteiriça e sobre os atores fronteiros. Portanto, as zonas fronteiriças estão submetidas também a estratégias e a políticas decididas em escalas e poderes diferentes, o que também gera conflitos, pois ao defender interesses extralocais, os Estados nacionais comprometem as interações transfronteiriças estabelecidas pela lógica de proximidade entre os sujeitos fronteiros.

O exemplo da febre aftosa e das medidas tomadas pelo Estado de Santa Catarina e pelo governo nacional brasileiro, impondo rigoroso controle sobre as interações transfronteiriças nas cidades gêmeas ou trigêmeas Dionísio Cerqueira\Barracão\Bernardo de Irigoyen, controle que se realizou inclusive com o auxílio de tanques de guerra e o Exército Nacional Brasileiro dentro do perímetro urbano das cidades brasileiras, ilustra bem como um Estado nacional pode atuar hoje em defesa de interesses econômicos supranacionais. Isso afeta interesses locais, notadamente do comércio entre cidades gêmeas que é organizado sobre bases informais de proximidade e variações cambiais. Frente a isso, as cidades gêmeas passam a ser animadas pelas práticas transgressivas. Na verdade, a natureza dessas relações consideradas transgressivas pelos Estados nacionais faz

parte da história dos fronteiriços, uma história que, como mostramos ao longo deste trabalho, se faz, em parte, à margem dos Estados nacionais, à margem de políticas públicas de desenvolvimento social e econômico, por isso é uma história construída num espaço em oposição às normas e ideologias dos Estados nacionais. Desse fato, cria-se nos centros de poder dos Estados nacionais uma imagem da zona fronteira como lugar fora das normas, lugar da contravenção e do contrabando. Isso ficou bem evidente na viagem de 1929 do Presidente Konder e sua comitiva pelo oeste de Santa Catarina, que caracterizaram a zona fronteira como um valhacouto de bandidos. Uma imagem divulgada tanto no centro do Estado quanto no centro do país, imagem que foi também reforçada posteriormente, notadamente no auge da colonização agrícola do extremo oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, quando se desencadearam intensos conflitos pela posse da terra.

No entanto, analisando as cidades gêmeas desse segmento fronteiro, observa-se que existem formas particulares de organização também para as práticas transgressivas, o que revela que a transgressão é condição inseparável da fronteira linear. Em outras palavras, a fronteira linear permite, em certa medida, a transgressão, o que ficou bem claro durante a pesquisa de campo. E para ilustrar podemos trazer aqui o exemplo de *Andresito*, cidade construída por uma geopolítica, durante o regime militar argentino, que tinha por objetivo conter a migração brasileira para o interior do nordeste de *Misiones* e impedir interações transfronteiriças tanto materiais quanto imateriais, além de desenvolver ali um plano de soberania, reforçando elementos identitários nacionais. Entretanto, os fronteiriços daquela cidade, em oposição aos objetivos e normas de seu Estado nacional, passaram a interagir com os fronteiriços do lado brasileiro. Como a passagem entre Andresito e Capanema não era oficialmente habilitada entre Brasil e Argentina, todas as interações ali promovidas eram consideradas transgressivas dos territórios nacionais, assumindo o caráter de ilegalidade. Mas eram, de certa forma, permitidas.

A pesquisa revelou também que o contrabando descaminho não é animado somente pelos fronteiriços. Atores públicos e privados, como homens dos Estados, fiscais aduaneiros, policiais, empresários e outros também são protagonistas e mobilizam várias escalas e estratégias em diferentes temporalidades. Esses atores

posicionados em diferentes escalas criam um jogo de relações e também participam da construção da zona fronteira, por isso a zona fronteira é resultado de ações locais e extralocais, combinando elementos do passado e do presente, do legal e do ilegal.

Para finalizar, a pesquisa revelou que a zona fronteira é de fato é um meio geográfico particular: ela canaliza relações, é ponto de contato e de trocas materiais e imateriais. Na geografia cotidiana da zona fronteira, notadamente das cidades gêmeas, ocorrem práticas sociais e culturais rotineiras entre amigos, parentes e familiares, um contexto social revelador de muitas necessidades e desejos. As formas de ligações sociais que surgem nesse meio particular são inúmeras, desde aquelas geradas pelas práticas econômico-comerciais até aquelas geradas pela ausência de serviços públicos ou privados, como a saúde, por exemplo, quanto aquelas geradas por valores imateriais, como solidariedade, afetividade, sentimentos, e geram constantes mobilidades entre um lado e outro do limite. As cidades gêmeas têm suas formas particulares de organização, onde combinam duas lógicas espaciais: a local e a nacional, onde o sujeito fronteiro, seja individual ou coletivo, trabalha com o legal e o ilegal. É o lugar onde a geograficidade do fronteiro floresce.

Frente ao contexto atual, a pesquisa revela que esse segmento fronteiro, espacialmente marginalizado em termos de investimentos públicos e, por que não dizer, constituído socialmente quase à margem dos Estados nacionais, continua sendo marginalizado. Em muitos aspectos o conceito de cidadania não se aplica ali: a população carece de inúmeros serviços públicos, especialmente de saúde e educação. Esses espaços há muito esquecidos pelos seus Estados nacionais estão hoje sob novo olhar político, não mais aquele da separação, mas o da integração. A eles se pede que cooperem com uma integração distante de suas realidades e interesses, em prejuízo da própria integração local. Entre os fronteiros já existe o discurso de que no contexto atual da integração regional são cerceados da liberdade de trânsito dentro dos contornos espaciais da zona fronteira que se desenha num raio de 60 a 70 quilômetros entre um lado e outro do limite internacional. Segundo a pesquisa, esse raio indica a ocorrência de interações transfronteiriças materiais e imateriais, obviamente menos densas que nas cidades gêmeas conurbadas. Assim, é possível pensar em

políticas públicas levando em consideração as necessidades e desejos dos fronteiriços para que não continuem sendo marginalizados no novo contexto político e econômico.

Bibliografia

AMILHAT-SZARY, Anne-Laure et FOURNY, Marie-Christine. *Après les Frontières, avec la Frontière: Nouvelles Dynamiques transfrontalières en Europe*. Région Rhône-Alpes: L'Aube, 2006.

ANCEL, Jacques. *Géographie des frontières*. Paris: Gallimard, 1938.

ANDERSON, Malcolm. *Les frontières: um debate contemporain*. Disponível em: (webmestre@conflits.org-cultures&conflits). Acesso em: maio de 2002.

ARROYO, Mónica. O processo de globalização e a integração regional. In: STROHAECKER, Tânia Marques et al. (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

BARTEL, Carlos. *Andanças de um médico: memórias*. São Leopoldo- RS: Nova Harmonia, 2004.

BECKER, Bertha K. Significância Contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine. et al. (Org.). *Fronteiras*. Ed. UNB, Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.

_____. *Brasil – Tordesilhas, Ano 2000*. In: *Território n° 7*. Jul/ Dez. LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

BECKER, Gustavo M. América Latina, Fronteras Y Mercosur. In: LEHNEN, Arno Carlos *et al.* *Fronteiras no Mercosul*. Ed. da Universidade/UFRGS, Porto Alegre (RS), 1994.

BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*. Paris: Editions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995. P. 110-113.

BETANCOR, Gladys Teresa. *Frontera e integración*. In: CASTELO, Iara Regina. et al (Orgs.). *Práticas de Integração nas Fronteiras*:

Temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1995.

_____. Rivera – Livramento: particularidades de uma fronteira. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al (Orgs.). Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

BLACKBURN, Simon. Dicionário Oxford de Filosofia. [tradução, Desidério Murcho.... et al.] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. Dicionário de Política. 5ª ed. São Paulo: UnB, 2004. Imprensa Oficial. Tradução de FERREIRA, J. (Org.).

BOITEUX, José Arthur. Oeste Catarinense: De Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931.

BONA, Avelino De. Evolução histórica de São Miguel do Oeste. São Miguel do Oeste: McLee, 2004.

BOUQUET, Christian et VELASCO-GRACIET, Hélène. (direction de). Regards géopolitiques sur les frontières. Paris: L’Harmattan, 2007.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS Joseph M. The craft of research. 2nd ed. Chicago: Chicago Press, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. P.416.

BRUNET, Roger; FERRAS, Robert et THÉRY, Hervé.(Orgs.). Les Mosts de la Géographie. Reclus-la documentation Française collection dynamiques du territoire. 3 ed, 1993. p. 282.

CASTELO, Iara Regina. Áreas de fronteira: territórios de integração, espaço culturalmente identificados? In: _____ et al (Orgs.). Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1995.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CICCOLELLA, Pablo Jose. Redefinición de fronteras, territorios y mercados en el marco del capitalismo de bloques. In: CASTELO, Iára R. et. Al. (Orgs.). Fronteiras na América Latina: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS/ Fundação de economia e estatística, 1997.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. 3ª. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2007.

_____. L'Étude des frontières et la géographie politique. In: Cahiers de Géographie de Quebec: Les frontières politiques. Vol. 18 numero 43 avril 1974. Les Presses de l'Université Laval Quebec – Canadá, 1974. P. 7-22.

_____. Géopolitique et géostratégie: la pensée politique, l'espace et le territoire au Xxe siècle. Nathan: Paris, 1994.

_____. La géographie au temps de la chute des murs: essais et études. Paris: L'Harmattan, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. In: Revista Brasileira de Geografia. Nº 1 ano 32 Jan./Mar. de 1970. Publicado pela Fundação do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro – RJ.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná et al (Org.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P.

_____. Redes Geográficas – Cinco Pontos Para Discussão. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida.; SILVA, Sylvio Bandeira de M. (Org.). Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira. Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

COSTA, Arthur Ferreira Da. Visões e sugestões de um excursionista. Editora Vilas Boas e Cia: Rio de Janeiro, 1929.

D'ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Para uma história do oeste catarinense – 10 anos de CEOM – Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. Chapecó (SC): UNOESC, Edição englobando caderno do CEOM, nº 1 a nº 8, 1995.

D' EÇA, Othon. Aos espanhóis confinantes. 2ª ed. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

DIAS, Leila Christina e FERRARI, Maristela. Territorialidades Transfronteiriças na zona da fronteira seca internacional Brasil-Argentina. In: Espacialidades Contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o Mundo. VII Encontro nacional da ANPEGE. Niterói –RJ: UFF, 2007. CD-Room. ISBN 978-85-228-0450-4.

_____. Redes Eletrônicas e Novas Dinâmicas do Território Brasileiro. In: CASTRO, Iná Elias. Et al. (Org.). Brasil Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias. Et al. (Org.). Geografia Conceitos e Temas. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DION, Roger. Les Frontières de la France. Paris: Gérard Monfort, 1947.

DORION, Henri et LACASSE, Jean-Paul. La notion d'intégrité territoriale et les problèmes des régions frontalières du Québec. In: Cahiers de géographie de Québec. Vol. 18 numero 43 avril 1974. Les Presses de l'Université Laval, Québec – Canada, 1974. P.187-200.

ENCARTA 2000, Enciclopédia. Microsoft Corporation, 2000, CD-ROM.

FERRARI, Maristela. Conflitos e Povoamento na Zona de Fronteira Internacional Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, ARG.). In: Dissertação de Mestrado (UFSC), Florianópolis (SC), 2003. P: 290

FERRARI, Maristela. Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis (SC): Editora UFSC, 2010. P: 322

_____. y DIAS, Leila Christina. Notas preliminares sobre o processo de formação da fronteira seca internacional entre Brasil e Argentina: Barracão (PR), Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo de Irigoyen (ARG.). In: LIBERALI, Ana María y CRISPÍN, (Compiladores.). Geografía(s) de América Latina. Centro de Estudios Alexander Von Humboldt; Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística; Unión Geográfica de América Latina; Red Latinoamericana de Estudios Geográficos de la UGI. Buenos Aires – México: Camail Esmeralda, 2005.

_____.; DIAS, Leila Christina. A ocupação do espaço fronteiriço brasileiro-argentino e a emergência de redes sociais e econômicas transfronteiriças. In: Gestão do território e do ambiente no Brasil: desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior. V Encontro nacional da ANPEGE. I Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em geografia. I Fórum Nacional de Estudantes de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis/SC: ANPEGE, 2003. CD-Room.

FEYERABEND, Paul K. Contra o método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

FLICKINGER, Hans-georg. Hans-Georg Gadamer: uma abordagem hermenêutica das ciências do planejamento. In: I. HELFER (Org.). Pensadores alemães dos séculos XIX e XX. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FOUCHER, Michel. De Riga à Bordeaux ou le jeu du réseau et de la frontière. (Préface). In: BOUQUET, Christian et VELASCO-GRACIET, Hélène. (direction de). Regards géopolitiques sur les frontières. Paris: L'Harmattan, 2007.

_____. Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

_____. L' Invention Des Frontières. Fondation pour les Études de Défense National, F.E.D.N, Paris, 1986.

GALLERO, Alvaro López. Las Fronteras Internas del Mercosur em Proceso de Desterritorialización. In: STROHAECKER, Tânia Marques et al. (Org.). Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

_____. Colonia y Rio Branco: dos caras de la globalización. In: CASTELO, Iára R. et. Al. (Orgs.). Fronteiras na América Latina: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS/ Fundação de economia e estatística, 1997.

_____. Zonas Francas Uruguayas y Proceso de Integración. 149-158 In: CASTELLO, Iára R. et al. (Org.). Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul. Editora da Universidade – UFRGS, Porto Alegre, Instituto Goethe/ICBA, 1995.

GALLOIS, Dominique T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (Org.). Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto socioambiental, 2004.

GAY, Jean-Christophe. Les Discontinuités Spatiales. Paris: Economica, 2004.

GRIMSON, Alejandro. Introducción ¿Fronteras políticas versus fronteras culturales? In: _____ (compilador). *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires – Argentina: Ediciones La Crujía, 2000.

GUICHONNET, Paul.; RAFFESTIN, Claude. *Géographie des Frontières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marco A. (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al (Orgs.). *Território territórios*. Niterói: Programa de pós-graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, 2002.

_____. *Territórios Alternativos*. Contexto, São Paulo, 2002.

_____. Questões e mitos sobre a globalização. In: STROHAECKER, Tânia Marques (org.) *et al*. *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998a.

_____. Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al (org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998b.

_____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 1ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

KNAUSS, Paulo (Org.). *O Oeste americano: Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF, 2004.

KOELLEN, Arno. Porto Feliz: a história de uma colonização às margens do Rio Uruguai. 2ª Ed. Mondáí: Improeste, 2004.

LACASSE, Jean-Paul. Les nouvelles perspectives de l'étude des frontières politiques: revue de quelques contributions récentes. In: Cahiers de géographie de Québec. Vol. 18 numero 43 avril 1974. Les Presses de l'Université Laval, Québec – Canadá, 1974. P.187-200.

LAROUSSE, Dictionnaire Maxipoche langue française. Paris: Éditions Larousse, 2008.

LÉVY, Jacques et LUSSAULT, Michel (Org.). Dictionnaire de la Géographie et de L'Espace des Sociétés. Paris: Belin, 2003.

LOROT, Pascal. Histoire de la Géopolitique. Paris: Economica, 1995.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). Continente em chamas: globalização e territórios na América Latina. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005.

_____. Sistemas, Fronteiras, Território. Em L.O.Machado (Org.) Terra Limitanea. Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ/CNPq, 2002. Disponível em: (www.igeo.ufrj.br/gruporetis/fronteiras). Acesso em: setembro de 2005.

_____. Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. In: Território nº 8, Jan/Jun. LAGET/UFERJ, 2000.

_____. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

_____. O Controle Intermitente do Território Amazônico. In: Território nº 2, Jan/Jun. LAGET/UFERJ, 1997. p: 19-32.

MAGNOLI, Demetrio. O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 –1912). São Paulo: Editora UNESP/Editora Moderna, 1997.

MARGALOT, José A. Geografia de Misiones. 6ª ed. Buenos Aires: Warnes, 1994.

MARQUES, Eduardo César. Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras E Nações. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, José de Souza. Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000

MESQUITA, Zilá. A pauta musical da fronteira: um convite à geografia cultural. In: CASTELO, Iara Regina. et al (Orgs.). Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.

_____. Procura-se o coração dos limites. In: LEHNEN, Arno Carlos. et al. (Orgs.). Fronteiras no Mercosul. Ed. da Universidade/UFRGS, Porto Alegre (RS), 1994.

MUSSO, Pierre. Genèse et Critique de la Notion de Réseau. In: PARROCHIA, Daniel (dir.) Penser les Réseaux. Seyssel, Ed. Champ Vallon, 2001.

PÉBAYLE, Raymond. As regiões fronteiriças e o projeto de integração do MERCOSUL. In: LEHNEN, Arno Carlos. et al. (Orgs.). Fronteiras no Mercosul. Ed. da Universidade/UFRGS, Porto Alegre (RS), 1994.

PEREIRA, R. B. R. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia, Nº 2 - ano VII, abril-junho, Rio de Janeiro 1946.

PICOUET, Patrick.; RENARD, Jean-PIERRE. Les frontières mondiales: origines et dynamiques. Nantes: Editions du temps, 2007.

PINCHEMEL, Philippe. L'Aventure Géographique de la Terre. In: BAILLY, Antoine.; FERRAS, Robert.; PUMAIN, Denise. Encyclopédie de Géographie. Paris: Economica, 1995.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CEOM, caderno do. Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM - Centro de organização da memória sócio-cultural do oeste. Chapecó: UNOESC, 1995.

PRADEAU, Christian. Jeux et enjeux des frontières. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1994.

PUMAIN D. et SAINT-JULIEN T. Les interactions spatiales. Paris: Armand Colin, (2001).

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Espace, Temps et Frontière. In: Cahiers de géographie de Québec, vol. 18, nº. 43, avril 1974. p. 22-34.

_____. Éléments pour une Problématique des Régions Frontalières. In: L'Espace Géographique, nº 1, 1974, 12-18. Paris, 1974.

RATZEL, Friedrich. Géographie politique. (traduction RUSCH, Pierre). Paris: Ed. Economica, 1988.

_____. Géographie politique. (traduction EWALD). Paris: Fayard, 1987.

_____. Antopogeografia. (tradução, MORAES, org.). São Paulo: Ática, 1990.

RENARD, Jean-Pierre (org.). *Le Géographe et les Frontières*. Paris: L'Harmattan, 1997.

SACK, Robert David. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, Peter. *Frontières et Identities Nationales*. Paris: Belin, 1996.

SANGUIN, André-Louis. *La Géographie Politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria A. de.; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). *Globalização e fragmentação*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 2006.

_____. Território e Dinheiro. In: SANTOS, Milton *et al* (orgs.). *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB – Niterói, 2002.

_____. e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. A Urbanização Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Globalização e fronteira. In: CASTELO, Iara Regina. et al (Orgs.). Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.

_____. Urbanização na fronteira: expansão de Sant’Ana do Livramento/RS. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS?Prefeitura Municipal de Sant’Ana do Livramento, 1993.

SIMIELLI, Maria E. Geotlas Básico. São Paulo: Ática, 1994.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social critica. Tradução [da 2ª ed. Inglesa], RIBEIRO, Vera. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Susana Bleil de. Os caminhos e os homens do contrabando. In: CASTELO, Iara Regina. et al (Orgs.). Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.

_____. A Fronteira do Sul: Trocas e Núcleos Urbanos – Uma Aproximação Histórica. In: LEHNEN, Arno Carlos et al. Fronteiras no Mercosul. Ed. da Universidade/UFRGS, Porto Alegre (RS), 1994.

VALENCIANO, Eugenio O. La Frontera: un nuevo rol frente a la integración – la experiencia en el Mercosur. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, 1996. p 185-205.

VELASCO-GRACIET, Hélène. La Frontière, Le territoire et Le Lieu: norme et transgression dans lês Pyrénées Occidentales. Thèse de Doctorat en Geographie. Université de Pau et Des Pays de L’Adour. UFR de Letres. Pau, Decembre de 1998.

VELASCO-GRACIET, Hélène et BOUQUET, Christian. (direction de). Tropismo des frontières: approche pluridisciplinaire. (Tome 1). Paris: L'Harmattan, 2005.

VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

WACHOWICZ, Ruy. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Litero-técnica, 1985

WACKERMANN, Gabriel. Les frontières dans un monde en mouvement. Paris: Ellipses, 2003.

WAGNER, Carlos. País Bandido: crime tipo exportação. Porto Alegre: RBS Publicações, 2003.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: Enciclopédia Einaudi vol.14 Estado –Guerra. Imprensa nacional-casa da moeda 1989.

ANEXO

As entrevistas foram realizadas tanto em setores públicos das três esferas de governo quanto privados, envolvendo inúmeros atores do conjunto da zona fronteira, como, por exemplo, aposentados, donas de casa, militares, comerciantes, empresários, políticos, funcionários públicos das três esferas de governos, assistentes sociais, médicos, secretários de saúde, da cultura e turismo, jornalistas, comerciários, professores e diretores de escolas, religiosos (as), agricultores, ex-agricultores, ex-madeireiros, engenheiros florestais, vereadores, políticos candidatos a vereadores e a prefeitos, ex-comerciantes, ex-ervateiros, ex-madeireiros, e outros.

Lista de Entrevistados:

Prefeitura Municipal de Itapiranga, Secretaria de Saúde, Secretaria da Cultura e Turismo, Secretaria da Educação, março e julho de 2008.

Prefeitura Municipal de Mondaí, Secretaria de Saúde, Secretária da Cultura e Turismo, Secretaria da Educação, março e julho de 2008.

Prefeitura Municipal de Tunápolis, Secretaria de Saúde, Secretaria da Cultura e Turismo, Secretaria da Educação, março e julho de 2008

Prefeitura Municipal de Mondaí, Secretaria de Saúde, Secretária da Cultura e Turismo, Secretaria da Educação, março e julho de 2008.

Prefeitura Municipal de Bandeirantes, prefeito, julho de 2008.

Prefeitura Municipal de Santa Helena, Secretaria da Cultura e Turismo, julho de 2008.

Prefeitura Municipal de Belmonte, Secretaria da Educação, julho de 2008.

Prefeitura Municipal de Descanso, Secretaria da Cultura e Turismo, março de 2008.

Prefeitura Municipal de Paraíso, Secretaria da Educação, março de 2008.

Prefeitura Municipal de São Miguel d'Oeste, Secretaria do Turismo e Cultura, março de 2008.

Prefeitura Municipal de São José do Cedro, Secretaria do Turismo e Cultura, janeiro de 2007.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria da Cultura e Turismo, janeiro de 2007, março e agosto de 2008.

Prefeitura Municipal de Barracão, Secretaria da Cultura e Turismo Secretaria da Saúde, janeiro de 2007, março e agosto de 2008.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul, Secretária da Saúde, Secretaria da Cultura e Turismo, janeiro de 2007.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Secretaria de Saúde, Secretária do Turismo, Secretaria da Educação, março de 2008

Prefeitura Municipal de Capanema, Secretaria da Agricultura e do Turismo, agosto de 2008.

Municipalad de San Antonio, Secretária da Cultura e Turismo, agosto de 2008.

Municipalad de Bernardo de Irigoyen, Secretaria da Cultura e do Turismo, janeiro 2007, março, agosto de 2008.

Municipalad de San Pedro, Secretária da Cultura e do Turismo, agosto de 2008.

Municipalad de Andresito, Secretaria da Cultura e Turismo, agosto de 2008.

Delegacia da Polícia Federal de Dionísio Cerqueira, março de 2008

Delegacia da Polícia Civil de Barracão, agosto de 2008

Gendarmería Nacional Argentina de Bernardo de Irigoyen, março e agosto de 2008.

Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

Receita Federal Brasileira em Dionísio Cerqueira, março e agosto de 2008.

INTA - Instituto Nacional de Tecnologia da Argentina em Bernardo de Irigoyen, março e agosto de 2008.

Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itapiranga, julho de 2008.

Escolas Estaduais e Municipais de Dionísio Cerqueira, março e agosto de 2008.

Escolas Provinciais de Bernardo de Irigoyen, março e agosto de 2008.

Escolas Provinciais de San Antonio, agosto de 2008.

Bibliotecas Públicas Municipais do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones, janeiro de 2007, março, julho e agosto de 2008, julho

Museus, das cidades do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones, janeiro de 2007, março, julho e agosto de 2008, julho

ASCOAGRIN - Associação Comercial e Empresarial de Dionísio Cerqueira e Barracão, março de 2008.

Delegacia da Polícia Ambiental de São Miguel d'Oeste, março de 2008.

Jornal da Fronteira, Dionísio Cerqueira, agosto de 2008

Jornal Folha do Oeste de São Miguel d'Oeste, março de 2008

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, São Miguel d'Oeste, março de 2008.

Aldeia Indígena Guarani de San Pedro, julho de 2008

Casa Paroquial de Dionísio Cerqueira, março de 2008

Casa Paroquial de Barracão, janeiro de 2007

Casa das religiosas de Dionísio Cerqueira, março de 2008.

Casa das religiosas de Bernardo de Irigoyen, março de 2008.

Casa Paroquial de Tunápolis, março e julho de 2008

Casa Paroquial de São Miguel d'Oeste, julho de 2008.

E. P. empresário e fazendeiro de São José do Cedro, janeiro de 2007

L. Z. Dono de um cartório de registro de imóveis e radialista de São José do Cedro, janeiro de 2007

A. R. Ex-colonizador de São José do Cedro, janeiro de 2007.

O. D. M. Ex- colonizador da Bart Annoni e da Pinho e Terras, ex-prefeito de São Miguel d'Oeste, empresário de São Miguel d'Oeste, janeiro de 2007.

C. D. M. A. Dona de casa, esposa de um ex-deputado Estadual de Santa Catarina, São Miguel d'Oeste, janeiro de 2007.

A. D. M. Aposentado, São Miguel d'Oeste, janeiro de 2007

I. W. Ex-prefeito de São José do Cedro, janeiro de 2007

A. K. Z. Comerciante de São José do Cedro, janeiro de 2007.

F. Z. Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de São José do Cedro, janeiro de 2007.

L.S. Ex-agricultor de São José do Cedro, janeiro de 2007.

W. S e A. S. Ex-agricultores de São José do Cedro, janeiro de 2007.

T. Agente da Polícia Federal de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007.

Funcionários de uma agropecuária de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007.

A. B. Inspetor da Receita Federal Brasileira de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007.

Proprietários de um bazar e livraria de Dionísio, janeiro de 2007.

A. B. Aposentado de Barracão, janeiro de 2007.

C. Esposa e filha, agricultores de *Parajem* São Roque, Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007

O. Radialista de programas gauchescos, gerente de uma agropecuária de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007.

R. S. D. Aposentado, ex-comerciante, ex-prefeito e vereador de Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007.

Padre de Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007.

J. F. Ex-gerente da empresa de Correio de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007.

M. F. Ex-comerciante de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007.

E. L. Médico-veterinário, ex-Secretário da Agricultura, do Turismo e da Saúde de Barracão, janeiro de 2007

I. D. S. Comerciante de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007

- C. O. B. da S. Vice-prefeito de Bom Jesus do Sul janeiro de 2007.
- J. B. ex-funcionário publico de Bernardo de Irigoyen, janeiro de 2007.
- Z. S. D. Ex-comerciante de *San Antonio* e de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007.
- A. E. K. Empresário de Dionísio Cerqueira, janeiro de 2007
- E. L. Médico veterinário, Secretário da Saúde de Barracão, março de 2008.
- J. H. C. Professor da rede provincial de San Antonio, março de 2008.
- T. C. Aposentada de San Antonio, março de 2008.
- S. C. Comerciaría de San Antonio, março de 2008.
- J. P. Médico veterinário de Andresito, março de 2008.
- Z. F. Prefeito e empresário de Santo Antônio do Sudoeste, março de 2008.
- D. R. B. Servente da prefeitura municipal de Santo Antônio do Sudoeste, março de 2008.
- J. B. Servente da prefeitura municipal de Santo Antônio do Sudoeste, março de 2008.
- I. A. Escritor, jornalista e radialista de Santo Antônio do Sudoeste, março de 2008.
- V. Secretária da Secretaria da Cultura e Turismo de Santo, março de 2008.
- A. S. D. Radialista de Andresito, março de 2008.
- P. C. Ex-prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, março de 2008.

R. S. D. Ex-prefeito, ex-comerciante de Bernardo de Irigoyen, março de 2008.

E. J. H. Comandante Gendarmería Nacional Argentina de Bernardo de Irigoyen, março de 2008.

J. E. E. Ex-Pracinha da Segunda Guerra Mundial, proprietário do Cartório de Registro de Imóveis de Mondaí, março de 2008.

J. Secretário de Turismo e Cultura da Prefeitura de Mondaí, março de 2008.

M. S. Vice-prefeito de Itapiranga, março de 2008.

R. K. Funcionário da Prefeitura Municipal de Itapiranga, março de 2008.

R. Jornalista e relações públicas da Prefeitura Municipal de Itapiranga, março de 2008.

A. V. Prefeito de Tunápolis, março de 2008.

J. C. B. Prefeito de Bandeirantes, março de 2008.

E. C. Funcionário da Prefeitura de Bandeirantes

M. F. F. Empresária de Tunápolis, março de 2008.

M. F. Empresário e ex-prefeito de Tunápolis, março de 2008.

V. M. D. Funcionário da Prefeitura Municipal de Tunápolis, março de 2008.

M. L. Prefeito de Santa Helena, março de 2008.

C. D. C. Dona de casa de Santa Helena, março de 2008.

M. R. Sargento da Polícia Ambiental de São Miguel d'Oeste, março de 2008.

C. B. Chefe de gabinete do Prefeito de São Miguel d'Oeste, março de 2008.

E. R. Prefeito de Paraíso, março de 2008.

M. P. Administrador de uma propriedade agrícola com cultivo de té em Rosales (San Pedro), março de 2008.

Gendaremes de Rosales (San Pedro), março de 2008.

E. P. Ex-agricultor de Bandeirantes, março de 2008.

M. I. B. Secretaria da Casa Paroquial de Tunápolis, março de 2008.

R. C. D. R. Secretário Municipal de educação Belmonte, março de 2008.

D. Z. Presidente da ABITUR – Associação Binacional de turismo Brasil\Argentina e empresário de transportes de cargas São Miguel d'Oeste, março de 2008.

M. A. Delegado da Polícia Federal de Dionísio Cerqueira, Março de 2008, março de 2008.

F. Z. Secretário da Secretaria de Educação Municipal de Dionísio Cerqueira, março de 2008.

N. D. P. Ex-taxista, Dionísio Cerqueira, março 2008

P. Funcionário da ASCOAGRIN de Dionísio Cerqueira, março de 2008

J. B. Ex-funcionário público de Bernardo de Irigoyen, março de 2008.

M. P. Ex-comerciante de Dionísio Cerqueira, março de 2008.

E. K. Empresário de hotelaria de Dionísio Cerqueira, março de 2008.

- M. V. K. Professora aposentada, Dionísio Cerqueira, março de 2008.
- V. L. F. Taxista de Dionísio Cerqueira, março de 2008.
- D. de L. Aposentada de Dionísio Cerqueira, março de 2008.
- E. B. Fazendeira de Dionísio Cerqueira, março de 2008.
- S. B. Dona de casa de Dionísio Cerqueira, março de 2008.
- A. C. Pastor Evangélico de Dionísio Cerqueira, março de 2008.
- J. I. F. Ex-funcionário do Correio de Dionísio Cerqueira, março de 2008.
- A. K. Presidente da ASCOAGRIN e empresário de Dionísio Cerqueira, março de 2008.
- O. G. Intendente de Bernardo de Irigoyen, março de 2008.
- J. S. Presidente do Comércio de Bernardo de Irigoyen, março de 2008.
- A. R. M. Dono de supermercado em Bernardo de Irigoyen, março de 2008.
- C. B. Dona de supermercado em Bernardo de Irigoyen, março de 2008.
- C. Aposentado de Barracão, março de 2008.
- V. B. Chefe de gabinete da Intendência de San Antonio, março de 2008.
- C. Religiosa e professora de Dionísio Cerqueira, março de 2008
- M. Tenente da Polícia Militar de Capanema, março de 2008.

- M. Comandante da Prefectura de Andresito, (Prefectura é uma força de Segurança Nacional da Argentina equivalente a Marinha brasileira), março de 2008.
- E. D. M. Funcionário da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste.
- S. I. Agricultor de Andresito, março de 2008.
- A. L. M. Prefeito de Descanso, março de 2008.
- B. R. B. Intendente de Andresito, agosto de 2008
- J. P. Veterinário de Andresito, agosto de 2008.
- C. D. Taxista de Andresito, ex-cortador de erva-mate Andresito, agosto de 2008.
- L. Motorista de ônibus que faz linha Andresito/San Pedro, agosto de 2008.
- Z. S. D. Ex-comerciante Dionísio Cerqueira
- R. Proprietário de livraria e papelaria em Bernardo de Irigoyen.
- J. Engenheiro florestal do INTA em Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008
- A. C. K. Engenheira florestal e diretora do INTA em Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.
- J. M. Empresário do setor de transportes de Santo Antônio do Sudoeste e comerciante em *San Antonio*, agosto de 2008
- V. Secretária da Cultura e Turismo do município de Santo Antônio do Sudoeste, agosto de 2008.
- R. Comerciante, ex-Secretário da Indústria, Turismo e Comércio de Santo Antonio, agosto de 2008.

R. M. Médico veterinário, com doutorado na área de nutrição de ruminantes, fiscal chefe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

E. K. Empresário do setor de hotelaria em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008

L. G. P. Comerciante e ex-Secretário de Indústria e Comercio de Capanema, agosto de 2008.

M. Ex-prefeito de Capanema, agosto de 2008.

J. P. Gendarme, chefe de operações especiais na mata da Gendarmería Nacional Argentina em Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

E. S. Taxista de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

G. J. W. Vice-presidente da Cooper Cerc e tesoureiro Sindicato dos Produtores Rurais de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

S. Família de brasileiros residentes em Dos Hermanos - Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

V. H. Comerciante em Dos Hermanos Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

N. L. Agricultor da Linha Barra da União - Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

R. S. P. Professor da rede municipal de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

J. e C. Agricultores residentes na Vila Macaca, Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

B. Diretora Escola Municipal da Barra da União - Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

- A. S. Agricultor da Linha Santa Catarina - Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.
- A. B. Inspetor da Receita Federal brasileira em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.
- L. C. G. Jornalista do Jornal a Fronteira de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.
- L. Diretora Escola Estadual Theodoro de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.
- I. D. S. Comerciante no setor de agropecuárias de Barracão e Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.
- A. Gerente do Banco do Brasil em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008
- M. Dona de Supermercado em *Dos Hermanas*, Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008
- R. M. M. Vice-diretora Escola Provincial Independência Argentina 363 em *Dos Hermanas* - Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008
- M. A. A. Secretário do Turismo de Andresito, agosto de 2008.
- D. M. Z. Funcionária da EPAGRI em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.
- C. Agente da Polícia Federal em Dionísio Cerqueira agosto de 2008.
- D. F. Agente da Policial Federal em Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.
- R. L. Aposentado, ex-cortador de erva mate, Dos Hermanos - Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008
- M. Professora da Escola Provincial Mayor Juan Carlos Leonetti 604 de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

S. I. F. Professora da Escola Provincial Mayor Juan Carlos Leonetti 604 de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

J. H. C. Professor de San Antonio, agosto de 2009

S. C. Comerciante de San Antonio, agosto de 2008

E. B. Secretario da Municipalidad de San Antonio, agosto de 2008.

M. S. Funcionario da Municipalidad de San Antonio, agosto de 2008.

J. M. A. Dona de casa de San Antonio, agosto de 2008.

H. Médico em clínica geral de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

A. Agricultora de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

C. A. S. Secretaria da Agricultura da Municipalidad de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008

R. Engenheiro Florestal do INTA em Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

J. Médico clínica geral, diretor do Hospital Provincial de Irigoyen, agosto de 2008.

Técnico do Tesouro Nacional da Receita Federal de Santo Antônio do Sudoeste, Agosto de 2008

M. Policial Provincial em Pozo Azul, agosto de 2008.

O. W. Prefeito de San Pedro, agosto de 2008

A. R. e família de San Pedro, agosto de 2008.

M. N. Comerciante e ex-candidata a Municipalidad de San Pedro, agosto de 2008.

C. I. Q. Agricultora de Parajem Alegre de San Pedro, agosto de 2008.

L.V. da S. Agricultora da Parajem Tobuna, agosto de 2008.

J. C. G. Biólogo, professor de Ciências biológicas de San Pedro, agosto de 2008.

L. H. Comerciante em Dos Hermanas - Bernardo de Irigoyen agosto de 2008.

O. L. Agricultor da linha Conceição município de Itapiranga, julho de 2008

A. de S. Indígena da Aldeia Guarani de San Pedro limítrofe a Linha Becker - Itapiranga, julho de 2008.

M. H. L. Dona de casa da Linha Becker município de Itapiranga, julho de 2008.

A. R. S. Pedagoga, professora da Escola Estadual de Linha Becker, julho de 2008.

P. J. W. Secretário da AMEOSC em São Miguel d'Oeste, julho de 2008

E. O. Aposentado, ex-professor e ex-prefeito de Descanso, julho de 2008.

A. R. Aposentado, ex-agricultor de Mondaí, julho de 2008.

J. C. M. Professor e Diretor da Escola Provincial Mayor Juan Carlos Leonetti 604 de Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

F. O. e esposa, aposentados, ex-comerciantes de San Antonio, agosto de 2008.

M. de S. e J. S. casal de agricultores de Dos Hermanas - Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008

J. A. e família, agricultores de Dos Hermanas - Bernardo de Irigoyen, agosto de 2008.

C. B. Secretário da Saúde do município de Tunapólis, julho de 2008.

F. Secretária da Cultura de Itapiranga, julho de 2008.

J. R. Secretário de Imprensa da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itapiranga, julho de 2008

S. V. Aposentado, ex-caminhoneiro de Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

G. R. comerciante de Mondaí, julho de 2008

C. Secretária da Educação Municipal de Mondaí, julho de 2008.

J. T. H. Padre de Tunapólis, julho de 2008.

V. A. B. Médico em clínica geral, prefeito de Mondaí, julho de 2008.

A. C. F. Fiscal da CIDASC em Mondaí, julho de 2008.

E. R. Ex-comerciante, nascido na China, filho do primeiro Pastor Luterano de Mondaí

W. Delegado da Polícia Civil de Barracão, agosto de 2008.

O. J. de A. Escrivão da Polícia Civil de Barracão, agosto de 2008.

L. G. Coronel da Polícia Militar de São Miguel d'Oeste e Comandante da 9ª Região da Polícia Militar do Extremo Oeste de Santa Catarina, julho de 2008.

J. C. Z. F. Empresário, ex-Secretário da Secretária de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina, ex-prefeito de São Miguel d'Oeste, julho de 2008.

D. M. Enfermeira do Hospital Macarini de São Miguel d'Oeste, julho de 2008.

D. L. Costa Curta, Padre de São Miguel d'Oeste, julho de 2008.

S. R. Assistente Social do município de Tunapólis, julho de 2008.

C. Y. Assistente Social do município de Tunapólis, julho de 2008.